

Márcia C. Ferreira de Oliveira

Tempos, Saberes e Informação: Frei Manuel do Cenáculo, as Bibliotecas e o poder dos livros num mundo em mudança

Landscapes
Heritage &
Territory
Collection

Coleção
Paisagens
Património &
Território

TEMPOS, SABERES E INFORMAÇÃO:
FREI MANUEL DO CENÁCULO, AS BIBLIOTECAS
E O PODER DOS LIVROS NUM MUNDO EM MUDANÇA

Márcia C. Ferreira de Oliveira

7	Introdução
8	As bibliotecas em mudança Metamorfoses: materialidade versus multimédia Historiografias: os lugares de Cenáculo
30	As luzes e os livros A nova inteligibilidade As relações epistolares As afinidades eruditas
90	As faces de Cenáculo Cenáculo autor Cenáculo leitor Cenáculo censor Cenáculo pedagogo
214	As bibliotecas de Cenáculo A ideia de criação de bibliotecas A Real Biblioteca Pública A Biblioteca do Convento de Jesus A Biblioteca Pública de Évora A Biblioteca Eclesiástica de Beja e outras bibliotecas
324	Conclusão
328	Fontes e bibliografia
350	Agradecimentos

Introdução

“O universo (a que outros chamam Biblioteca) é constituído por um número indefinido, e talvez infinito, de galerias [...] Afirmando que a Biblioteca é interminável [...]”

“A Biblioteca inclui todas as estruturas verbais, todas as variações permitidas pelos vinte e cinco símbolos ortográficos, mas nem um só contrassenso absoluto.”

(Jorge Luís Borges – *A Biblioteca de Babel*)

Falar de bibliotecas é, ontem como hoje, falar de um universo infinito de possibilidades e significações. O seu papel, bem como de outras instituições culturais, é simultaneamente influenciado e influenciador das necessidades de quem as procura e lhe atribuiu utilidade.

Conhecer a sua história, bem como as diligências que, ao longo de séculos, se fizeram no sentido de as dotar e organizar, de modo a corresponderem a necessidades do tempo, torna evidente que estas são instituições vivas, em permanente renovação e revolução.

Indicadores por excelência de como, em cada época, se entende a organização do saber, as bibliotecas e outras instituições afins, nomeadamente os arquivos e museus, estão obrigadas a repensar-se e questionar-se em permanência, num jogo de aproximação e afastamento que, não obstante as válidas e reconhecidas diferenças que mantêm entre si, as obriga a responder a algo comum: os públicos que as procuram.

São esses públicos que as desafiam a transformar-se.

São esses públicos que se transformam pela sua influência.

Conhecer as bibliotecas do passado e os esforços que se fizeram para as constituir não interessa pela visão memorialística da grandiosidade de algo que se edificou. Importa sobretudo pela percepção das exigências que experimentaram, pela forma como se transformaram para lhes responder e pelas mudanças que introduziram por via da sua ação.

Trata-se de um exercício dinâmico e infinito que marca de forma indelével o devir destas instituições.

Os novos desafios das bibliotecas, potenciados e criados pela importância da *cultura digital*, fazem parte desse movimento perpétuo de reconfiguração e resposta às exigências do tempo.

Estudar formas de lhes responder é hoje – como foi no passado através de diligências como as de frei Manuel do Cenáculo – e será certamente no futuro, alimentar essa necessidade infinita de combinar diferentes variações e significações. Essa difícil e arrojada combinatória induz metamorfoses organizacionais e espaciais, que ficam marcadas nas diferentes instituições culturais, nos seus espaços físicos e virtuais, mas transformam igualmente a sociedade em que estas se inserem, com implicações de futuro, que nunca se conhecem na totalidade.

As bibliotecas em mudança

Metamorfoses: materialidade *versus* multimédia

Analisar as bibliotecas, partindo das diligências desenvolvidas por frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), permite constatar uma transição paradigmática, uma metamorfose, na qual as bibliotecas – e os museus a elas associados – se convertem em mais do que meros locais onde se reúnem objetos e curiosidades que podem ser vistos e apreciados. A paixão pelos livros de Cenáculo revela, para além da informação concreta sobre as bibliotecas e coleções que criou, os desafios da sua época nos campos da cultura e do saber¹.

As bibliotecas transformam-se em lugares onde, não olvidando a importância do objeto colecionável e visitável, se valoriza as suas potencialidades enquanto instrumento de acesso e produção do saber, de conhecimento e juízo histórico através da experiência, num espaço aberto a múltiplos percursos. As metamorfoses que afetam o mundo dos livros, da leitura e bibliotecas abrem intensa e transversalmente uma oportunidade para captar e aprofundar os processos de mudança cultural. Processos que se contagiam com a multiplicidade de formas, práticas, objetos e objetivos de leitura, qualquer leitura, com a heterogeneidade e fragmentação do público leitor. Processos que implicam aprofundar o livro e a leitura na escala e nos contextos económicos, sociais e culturais, dos locais e estruturas onde esses são disponibilizados ao público.

Locais de aproximação privilegiada à informação, as bibliotecas, tais como os arquivos e os espaços museológicos, conheceram, desde sempre, reconfigurações e inter-relações, que os obrigaram a reequacionar o seu papel². Oscilam, ao longo dos séculos, entre a mescla e o intensificar da distinção das suas funções, numa realidade dinâmica com implicações decisivas nas condições de fruição da cultura escrita e iconográfica. Existe em permanência uma tensão criativa que coloca novos desafios a estas instituições. Estes desafios implicam aptidões tecnológicas cada vez mais exigentes, nomeadamente quando se tenta pensá-las como espaços culturais e interativos, que obrigam, uma vez mais, a questionar os seus papéis e pensar formas de as manter “abertas a múltiplos percursos”.

Encruzilhadas, permanências, mudanças, tudo gira no mundo dos livros. As bibliotecas não podem ser tomadas como garantidas, como estruturas fixas que ajudam a apresentar, a disponibilizar e a criar conhecimento. Vistas como “locais de preservação”, frequentemente associadas à sua função de providenciar os pré-requisitos que compõem os princípios do conhecimento, não as devemos, apressadamente, declarar como “locais de conhecimento” sem atender às características que detêm e incorporam³. Estas organizações não têm uma função pré-determinada e exclusiva, pois são “ativadas”, no limite e continuamente, por cada utilizador individual. Isso inclui

formas familiares de uso e utilizadores tradicionais (arquivistas, historiadores, entre outros), mas vai além desses grupos e dos seus objetivos. A história destas instituições é, em larga medida, uma reconstrução das diferenças e dos conflitos individuais e coletivos sobre os significados e a importância da cultura escrita e iconográfica, dos seus futuros⁴.

A evolução desta cultura precisa de ser estudada numa perspetiva transversal que procure reconhecer as múltiplas relações entre o objeto escrito/iconográfico e os seus leitores, bem como o modo como estes são disponibilizados ao público ao longo do tempo, nos seus espaços físicos e, mais recentemente, no espaço virtual. O objeto escrito e o leitor mantêm uma relação dialética que molda aquilo que é escrito e o que é apreendido pelo leitor e as transformações multidimensionais que se processam no acesso à cultura escrita. Isso tem implicações concretas nas exigências sentidas pelas bibliotecas. Hoje, como ontem, têm que dimensionar-se aos poucos, à medida do homem, mas para o fazer na atualidade têm de dimensionar-se também à medida da máquina. As mudanças no escrito, formas artísticas, métodos de comentário e modos de apropriação são os aspetos externos, os sinais visíveis de vida numa determinada tradição que está permanentemente em adaptação criativa⁵. Daí o interesse estratégico de recolocar e reposicionar esses futuros na história e essa história nesses futuros.

A difusão massiva das formas eletrónicas de comunicação e de informação, os “artefactos eletrónicos”⁶, representam um desafio às diversas instituições de fruição cultural, tradicionalmente criadas para gerir outros e diferentes formatos, com lógicas também diferenciadas em termos de filosofia organizacional, funções e técnicas aplicadas. Uma vez que dependemos cada vez mais de recursos digitais, e algumas bibliotecas descartam, progressivamente, parte das suas coleções mais antigas, qual a nossa responsabilidade na preservação de livro antigo para o futuro? De que forma é que nós lemos o livro antigo? De que forma podemos esperar ler nos próximos anos⁷? Na medida em que cresce a procura por publicações eletrónicas, segundo o padrão que caracterizou outros grandes avanços na tecnologia de consumo do quotidiano, para muitas pessoas a resposta será: iremos ler com um sucessivo incremento de versões digitalizadas, em diferentes ecrãs, maioritariamente em escalas variáveis de redução. Isso fará o livro antigo imensamente mais acessível, em grande número, com um espectro maior de cronologias e géneros, para mais pessoas e em mais regiões do mundo do que alguma vez foi possível. Se, por um lado, os livros antigos nunca estiveram tão disponíveis, por outro, essa disponibilidade omite como estes foram impressos, publicados e vendidos, antes de serem lidos por gerações de leitores. Hoje enfrentamos um mundo onde a compreensão dos livros, na forma e na materialidade como eles foram conhecidos

durante séculos, está a declinar. O ângulo deste declínio vai aumentar, e as grandes questões são a velocidade com que isto vai acontecer no futuro próximo e o modo como o livro antigo se vai relacionar com as possibilidades dos meios eletrônicos⁸.

Não obstante as imensas vantagens das versões digitalizadas de livros no presente, há uma dificuldade fundamental em ler e aceder às imagens num ecrã: estas geralmente requerem algum conhecimento prévio da forma física do objeto original. Esta é a fraqueza de qualquer utilizador que procura mais do que apenas um conhecimento superficial do passado quando enfrenta um livro – ou qualquer tipo de documento, impresso ou manuscrito – quando este foi reformulado em duas dimensões, arrancado das suas características físicas e materiais e dimensionado uniformemente. Os elementos de significado transmitidos num livro pelas suas propriedades físicas são suprimidos e, na ausência de um conhecimento comparativo da sua materialidade – o seu peso, o seu formato, a sua cor e outros recursos –, não se pode assumir que o leitor o vai compreender totalmente num ecrã. Mesmo quando o uso de grandes bancos de dados aumenta, diminui a proporção de pessoas que possuem experiência em manusear originais⁹. Essa experiência em manusear originais deve ser equacionada num ambiente virtual.

A proliferação do texto digital impôs transformações que se operaram tanto no acesso ao objeto escrito, como nas instituições que atuam ao nível da fruição cultural. A leitura digital assume “contornos de um conceito elástico ou pluridimensional”, verificando-se que ler digitalmente pode reportar-se a diferentes géneros de publicação¹⁰. A leitura define-se, assim, em função da sua relevância social e individual uma vez que, nas relações/interações com os outros, quem lê usa as leituras que faz, sendo este uso revestido de sentido e valor¹¹. Não obstante importa ter presente a própria volatilidade que emerge das formas de leituras digital, com metamorfoses que se processam de forma paralela e em direções divergentes. Assim, se por um lado é possível identificar tendências de uso mais ou menos frequentes, esses movimentos alteram-se rapidamente e não são mutuamente exclusivos¹².

Todas estas transformações no acesso à leitura digital e nas tecnologias que as suportam têm, inevitavelmente, impacto nas bibliotecas, na forma como se organizam e disponibilizam os seus acervos. Como já foi sublinhado, “Os desenvolvimentos espetaculares das novas tecnologias [...] trouxeram alterações profundas no relacionamento dos leitores como várias instituições relacionadas com o livro: Escolas, Bibliotecas, editoras e livrarias”¹³. Desse modo “A própria forma quase exclusiva como era entendida a cultura do livro, enquanto maneira de produzir saber, sentido e sociabilidade está a desaparecer, encontrando-se, em jogo, dois *clusters* conceptuais: [...] o da “cultura do livro”, com a sua família de conotações associadas

a expressões como livro impresso, tradição tipográfica ou gutemberguiana, textualidade, linearidade, abstração, raciocínio dedutivo, monomedialidade e contexto fechado. [...] [e o da] “nova cultura” multimédia [com] expressões como multimedialidade, hipertextualidade, hipermédia, multilinearidade, imersão, raciocínio analógico, ou contexto aberto”¹⁴.

Como podem, então, as instituições gerir as tensões entre estes dois *clusters*, que coexistem e se complementam, e responder às expectativas de uso por parte dos potenciais utilizadores? Como podem corresponder aos desafios desta cultura digital quando, entre os fundos que pretendem valorizar, se encontra *o livro antigo*, ou *raro*, que se destaca justamente pela sua materialidade, tradição tipográfica e textualidade? É possível transformar um texto dos primórdios da imprensa de Gutenberg, numa experiência imersiva e multimédia?

As bibliotecas no início do século XXI, pelo menos a maioria das bibliotecas, ainda têm estantes de livros que contêm monografias, periódicos encadernados, e outros itens físicos que são catalogados, arquivados e postos a circular, mas isso está a mudar. Mudança rápida e mortífera? Prever a morte final do livro é exagerado, mas o livro e o espaço físico necessário para os serviços de informação baseados em livros estão a tornar-se cada vez mais difíceis e caros. Torna-se assim crucial considerar a biblioteca como uma unidade organizacional com adaptabilidades crescentes que, em rigor, lhe estão no ADN histórico, com uma missão única, entre a materialidade e as possibilidades virtuais, e não apenas uma instalação física ou biblioteca como local.

Quaisquer instalações físicas associadas a uma biblioteca contemporânea devem ser usadas da melhor maneira possível, mas o espaço físico não define a biblioteca pública¹⁵. A comunidade de utilizadores define a finalidade de uma biblioteca pública, não a sua coleção particular ou a montagem atual de recursos de informação. As reais necessidades dos utilizadores exigem que as disciplinas da informação (e profissionais) se concentrem primeiramente nas funções de gestão de informação e educação para a informação, num sentido lato¹⁶. As bibliotecas têm de mover uma parte de impressos para coleções especiais, que são mais raras e valiosas, e mover estrategicamente o resto das prateleiras para repositórios partilhados. Isso implica desenvolver novas ferramentas e habilidades na formação dos bibliotecários¹⁷.

Produz-se hoje muito mais informação do que em qualquer outro período da humanidade. Ainda que os computadores possam gerir muitos dos dados de forma independente, um corpo de profissionais especializados é necessário para organizar, classificar, preservar, tornar essa informação acessível aos utilizadores, assegurar a qualidade da informação. Se, por um lado, se assiste a uma falência do que poderemos designar por *leitor tradicional*, na medida em que se deixa de procurar no espaço físico

das bibliotecas-arquivos-museus as fontes de instrução e saber, por outro lado crescem as solicitações e exigências de um leitor virtual. Este procura um acesso universal, ilimitado, rápido, intuitivo e atrativo, à maior quantidade possível de informação.

Considerando-se a importância do espaço e coleções físicas deste tipo de instituições, importa reconsiderar novas formas de convidar os públicos para estes organismos. Reintroduz-se desse modo a ideia de uma Biblioteca-Museu, que se converte num espaço visitável, que convida os públicos, não para um introvertido e reflexivo estudo individual, mas para uma visita e interação dinâmica com os conteúdos expostos, na qual as tecnologias se constituem como parceiros cruciais na conceção e preparação de conteúdos. O visitante não pode ser apenas convidado a ver pretendendo, analogamente, interagir com o objeto cultural (seja este livro, peça museológica ou documento escrito).

Mesmo que as coleções de bibliotecas, arquivos e museus permaneçam fragmentadas no mundo real, os utilizadores potenciais ambicionam, cada vez mais, experienciar um “mundo completo” de informação, acessível a partir de uma simples busca *online*. A possível chave para o sucesso está na criação de uma rede estruturada na colaboração entre instituições. Isto permite-lhe partilhar recursos e soluções¹⁸, entre as quais as assentes nas aplicações tecnológicas. Horizonte infinito e ao mesmo tempo vulnerável de recriação da oportunidade de quebrar com as diferenças produzidas pela desigualdade no acesso à informação.

Reinventando as possibilidades da história, a revolução na dispersão e compartilhamento de palavras, imagens e ideias que hoje se está a desenvolver no ecrã provoca debates sobre os aspetos tecnológicos e sociais das mudanças. Como estas alteraram e irão alterar os modos em que atuamos, escrevemos e compartilhamos conhecimento ou experiência. Como estas mudam os caminhos com que nos comportamos dentro do nosso ambiente humano e natural. Estas mudanças provocadas pela digitalização precisam ser vistas na história mais longa da impressão do livro, dos livreiros, da encadernação e da leitura, da cultura material da informação¹⁹. A “preservação para o futuro” não é um exclusivo do ambiente digital, os livros existem há centenas de anos e foram sujeitos a edições que ficaram marcadas na sua cultura material²⁰. Muitos desenvolvimentos na gestão de ferramentas de referência que continuam a ser cruciais para a nossa cultura informacional seguiram a consolidação de fórmula básicas mais antigas. A tecnologia continua a ter limites. Não existem ferramentas para destacar o domínio de um assunto, o julgamento cuidadoso, informado pelo conhecimento contextual. A interação humana é uma das nossas mercadorias mais preciosas. Mesmo quando o armazenamento de informação foi delegado para outros meios, a memória humana continua a desempenhar um papel crucial na decisão do que procurar, quando e como²¹.

Historiografias: os lugares de Cenáculo

Um dos nossos objetivos é aprofundar a atuação de frei Manuel do Cenáculo no que diz respeito ao livro e à leitura, recriando as suas práticas, as suas bibliotecas. Esta é uma área interdisciplinar, onde os lugares de Cenáculo são atravessados por segmentos diferenciados em termos de abordagem, produzindo feixes de pistas e problemas.

A História do Livro é um campo extremamente vasto, onde cabem não apenas historiadores, mas também sociólogos, bibliógrafos e críticos das ideias. É um domínio de investigação que congrega numerosos estudiosos, com múltiplas formas de questionamento de fontes, mas que convergem na consideração de que não se pode falar em evolução do livro manuscrito ou do livro impresso sem ter em consideração os condicionalismos económicos e sociais que impuseram no mercado certos títulos, autores, temas, ou gostos, e a compreensão que o livro lícito e autorizado a circular representa apenas uma parcela daquilo que é editado²². O livro, quer circule na legalidade ou na clandestinidade, é subsidiário das ideias em marcha. Cada edição realiza-se dentro de determinado quadro, conhecendo por isso condicionalismos na sua própria produção material, mas também na sua difusão enquanto produto acabado²³. História do Livro e História das Ideias surgem assim como conceitos inseparáveis, uma vez que as duas abordagens se ligam ao estudo do poder e também do contrapoder que, em qualquer época, determina o aparecimento ou a proibição de textos, a sua aceitação, ou a hostilidade social.

A emergência académica do domínio da História do Livro aconteceu no início do século XIX, com o aparecimento, em França, de estudos onde se promovia uma reflexão acerca das bibliotecas privadas²⁴. Estava aberto um novo campo na investigação histórica que conheceu uma lenta evolução em termos de fundamentação científica. Só depois de quase meio século, nos finais da década de 50 e início da seguinte, o caminho que havia sido inaugurado conheceu um efetivo impulso, com os estudos sobre o livro e o seu poder na sociedade francesa²⁵. Também fora do espaço francófono surgem estudos neste domínio²⁶. Começava então a afirmar-se um campo de investigação riquíssimo que se dedica a avaliar, nas próprias palavras de Lucien Febvre, o “livro ao longo da História”²⁷.

Os anos oitenta²⁸ inauguram um ciclo de consolidação desta especialidade académica, bem como de abertura de novos horizontes de problematização e de propostas teórico-metodológicas. Multiplicam-se a partir de então centros especializados nesta temática, como são o caso do *Institut de Histoire du Livre de Lyon*, em França, do *Centre for the History of the Book* da Universidade de Edimburgo, na Escócia,

do *Instituto de Historia del Libro y de la Lectura* da Universidade de Salamanca, em Espanha. No caso português cumpre realçar os programas desenvolvidos pelo *Centro de História da Cultura* da Universidade Nova em Lisboa, pelo *Centro de Estudos de História do Livro e da Edição*, para além de trabalhos promovidos em numerosas instituições de ensino superior nacionais e pela Biblioteca Nacional.

Ao forte interesse e vitalidade deste campo de investigação correspondeu a proliferação de estudos, com apresentações e questionamentos distintos, que procuraram reconstituir a vida dos livros na sua relação indissociável com o meio envolvente. Assim, aos estudos pioneiros que referimos anteriormente, juntaram-se muitos outros que renovaram os campos de problematização e as áreas de estudo. Sem pretender esgotar a diversidade deste campo, cumpre assinalar trabalhos de referência, nalguns dos domínios que foram substantivos no nosso itinerário de investigação.

Desde logo, os estudos que procuram demonstrar a evolução dos livros numa perspetiva transversal²⁹. A estes juntaram-se abordagens que se centram, de forma mais incisiva, na problemática do futuro do livro e nas cogitações acerca do seu desaparecimento, com o advento e multiplicação de suportes eletrónicos do texto escrito, tais como o livro eletrónico³⁰. Nestes trabalhos discorre-se sobre os vaticínios acerca da “morte do livro” e avaliam-se também as questões metodológicas surgidas com o advento das formas eletrónicas de apresentação do escrito, as quais implicam, por vezes, que o livro/texto não exista enquanto objeto material, sendo a sua materialidade substituída por um acesso eletrónico a determinado conteúdo, sem que isso implique a “morte do livro”.

Outro domínio de eleição incide sobre o livro e a relação dialética entre o que é escrito e o que é apreendido pelo leitor, bem como sobre as transformações multidimensionais que se processam no mundo da leitura e no acesso aos livros. Essas transformações implicam o reconhecimento que, em diferentes momentos, surgem metamorfoses que se prendem sobretudo com uma multiplicação de formas, práticas, objetos e objetivos de leitura, e com a heterogeneidade e fragmentação do público leitor. Ideias que obrigam a equacionar necessariamente o livro e a leitura com o contexto económico, social e cultural da época e espaço em análise. Neste domínio são de salientar as reflexões teórico-metodológicas que abordam a multiplicidade de públicos e usos dos livros, impressos ou manuscritos, acompanhadas pela valorização de outros materiais escritos³¹. No mesmo universo analítico e de problematização salientamos ainda trabalhos que apontam para as diversas mutações existentes no campo da leitura e usos dos livros³², como por exemplo o caso inglês setecentista³³, projetando reflexões mais globalizantes sobre a temática³⁴. Numa valoração do universo da leitura destacamos

as incursões no mundo da leitura e seus conceitos, partindo ou da experiência pessoal do autor e do seu “percurso de vida” enquanto leitor³⁵, o encadeamento cerrado de livros, leituras e leitores³⁶. Há ainda trabalhos que colocam a tónica na produção cultural, discorrendo sobre a receção de determinado texto no espaço europeu e os que averigam a expressão do escrito e suas implicações no/do meio envolvente³⁷.

Inquirindo os diferentes “papéis” desempenhados pelas bibliotecas destaca-se o trabalho de Umberto Eco³⁸, a correlacionar com reflexões mais particularizadas sobre a catalogação nas bibliotecas e sua importância em termos de organização e acesso à informação³⁹. Há ainda os que se focam na questão da informação e formas de lhe aceder, bem como nas origens e práticas de arquivo ao longo dos tempos⁴⁰. O arquivo é apresentado, nessa perspetiva, como um sistema de informação a partir do qual é possível construir um conhecimento científico específico, sendo a sua realidade entendida como fenómeno informacional⁴¹.

Entroncando nas mesmas preocupações reveladas nos estudos anteriores, mas promovendo, por vezes, reflexões mais sectoriais em determinado espaço geográfico, grupo social, ou momento histórico temos outro tipo de estudos. São trabalhos que procuram averiguar a maneira como a palavra impressa afetou o pensamento e comportamento humanos, tarefa que requer o tratamento de materiais muito diversos e que joga com múltiplos sentidos⁴².

Assinalem-se neste âmbito diversas abordagens sobre os textos escritos e livros impressos e manuscritos, sua distribuição, usos e divulgação em diversos espaços de Espanha, nomeadamente sobre a leitura e leitores em Madrid⁴³, sobre a difusão de informação no Antigo Regime⁴⁴, sobre a comunicação e a memória na Espanha dos séculos XVI e XVII⁴⁵, sobre a situação em Valência⁴⁶, bem como a análise sobre dinâmica da leitura e leitores enquanto estratégias de comunicação⁴⁷. Há igualmente estudos sobre a situação na Galiza⁴⁸ e Sevilha⁴⁹. A estes trabalhos sobre a área espanhola acrescem ainda os aportes de alguns historiadores franceses que se dedicam a refletir sobre temáticas espanholas. Estes tratam temas relacionados com o livro e as bibliotecas⁵⁰, ou com os livros, leitores e criação literária⁵¹. Ainda sobre o mesmo espaço geográfico, destacamos um trabalho de referência, mais direcionado para a questão do Livro Antigo, resultado de vários colóquios sobre assunto⁵². Nestes volumes concentram-se trabalhos de numerosos investigadores, abordando distintos espaços, situações e épocas e avaliando a evolução, circulação, aceitação, censura e proibição do livro em contextos muito diferenciados. Trata-se de averiguar, nas suas múltiplas expressões, uma paixão por livros que “se espalhou e uniu cidadãos do continente europeu”⁵³. Importa ainda considerar os trabalhos que incidem sobre o *novo mundo* com é o caso dos que estudam a circulação e posse de livros no Brasil⁵⁴.

Em estudos centrados em personalidades da Ilustração espanhola, algumas das quais se corresponderam com Cenáculo, encontramos observações que põem em relevo a paixão por livros como fenómeno intrinsecamente iluminista. São trabalhos que procuram demonstrar que a Península Ibérica estava longe de ser o “anti modelo” anacrónico da Europa ilustrada e que os doutos portugueses e espanhóis, conscientes de algum atraso e da “lenda negra” que afetava a imagem das suas pátrias, se esforçaram por (re) ganhar o terreno perdido⁵⁵, nomeadamente recorrendo aos livros como um importante instrumento de propagação do saber. Neste domínio destacamos os trabalhos sobre Gregório Mayans⁵⁶, sobre as suas ideias para a melhoria dos estudos⁵⁷, bem como sobre a sua faceta na edição de livros⁵⁸.

Para o caso português, há, sobretudo a partir de finais da década de 80, uma proliferação de trabalhos que vão ao encontro da problematização internacional, os quais procuram “reconstituir a vida do livro, desde a produção ao consumo”⁵⁹. Há, desde logo, numerosas pesquisas que abordam questões que se prendem com os livros e os leitores, procurando fornecer subsídios para a sua história em Portugal⁶⁰. Acrescem-lhe trabalhos que abordam os livreiros e iniciativas que estes organizam para promover o acesso e compra de livros⁶¹ e, ainda, investigações particulares sobre o livreiro Bertrand⁶², ou compilações de diversas fontes sobre personalidades ligadas ao “mundo” dos livros em Lisboa de Setecentos.⁶³ Na mesma esteira, refira-se similarmente a análise do mercado livreiro em Portugal⁶⁴. Problematizando o acesso aos livros, seus usos diferenciados em diferentes contextos, e sobre a sua aceitação ou rejeição pública, salientamos os trabalhos centrados na época pombalina⁶⁵ e na influência dos livros na comunidade⁶⁶. A estes juntam-se os que abordam em Portugal as repercussões da cultura europeia e a conseqüente influência no acesso e uso dos livros⁶⁷, bem como os que proporcionam uma reflexão acerca da expressão dos livros em termos de mentalidades⁶⁸. Juntam-se-lhes outros questionamentos mais específicos acerca das características da leitura em Portugal nos finais do Antigo Regime, suas diferenças, repercussões e condições de acesso – através da venda e de espaços de realização de leituras, como as bibliotecas⁶⁹. A estes agregam-se alguns que discorrem sobre a temática da relação entre o livro e a leitura, no Porto do século XVIII⁷⁰, sobre o acesso aos livros e a capacidade de os usar⁷¹, bem como sobre a leitura pública em Portugal⁷². A problemática da atividade censória, das suas características e da sua influência nos usos e posse de livros, é também examinada⁷³. O domínio censório e sua forma de funcionamento na longa duração é igualmente uma área de eleição em diferentes trabalhos⁷⁴. Cumpre ainda realçar pesquisas que destacam a persistência da cultura manuscrita em Portugal⁷⁵, bem como a análise particular sobre o itinerário de um manuscrito no país⁷⁶.

Saliente-se ainda, mais recentemente, uma investigação de fundo que faz um levantamento exaustivo sobre catálogos e inventários das bibliotecas religiosas portuguesas, a qual se constituiu como um instrumento crucial para quem deseja estudar a criação e funcionamento das bibliotecas em Portugal no passado⁷⁷. No atinente à influência do ideário das Luzes e sua expressão na obra de vários bibliófilos portugueses, vejam-se o estudo sobre a livraria de frei Francisco de S. Luís Saraiva, defendendo-se que esta espelha a importância que o livro obteve na divulgação e disseminação dos novos valores da sociedade europeia. O livro teria assumido um papel primordial de divulgação dos novos saberes, sendo que a síntese que o “novo” espírito científico não pode prescindir teria encontrado no livro o esteio que lhe permitiu cimentar-se e avançar de paradigma em paradigma.

Do exposto decorre a centralidade e a importância do livro como instrumento do saber. Muitos procuraram engrandecer o seu nome apresentando-se como mecenas e bibliófilos que prestam um serviço à comunidade através dos livros e sua disponibilização a diferentes públicos. Destacam-se os trabalhos sobre a bibliofilia de D. João de Magalhães Avelar⁷⁸, bispo do Porto, e de D. Gaspar de Bragança⁷⁹, arcebispo de Braga. De destacar ainda a análise sobre o catálogo da biblioteca de um colégio de Ursulinas, olhando os seus reflexos na educação da mulher⁸⁰. Encontram-se ainda reflexões sobre a inter-relação entre os livros, os saberes e a forma como as bibliotecas espelham a organização desses saberes⁸¹ e sobre a questão da leitura⁸².

Relativamente a Cenáculo, encontramos estudos pioneiros que valorizam a sua dimensão de clérigo ilustrado⁸³. A estes reuniram-se outros, mais recentes, que incidem sobre vertentes do seu pensamento filosófico, partindo de algumas das suas composições escritas, bem como sobre o exame da propagação das Luzes no país e o lugar de Cenáculo nesse movimento⁸⁴. Sobressaem outras investigações que se centram em distintos aspetos do pensamento cenaculano: desde a apreciação da centralidade do papel da instrução no discurso da Ilustração portuguesa, incidindo em particular no exame da importância do catecismo nesse desígnio⁸⁵, à questão do reformismo económico e ação política na sua pastoral⁸⁶. Sublinhem-se ainda as que avaliam a relevância das ideias jansenistas e regalistas no percurso de Cenáculo, bem como as que examinam o domínio das ideias científicas e técnicas na sua obra⁸⁷.

O desempenho de cargos públicos de primeiro plano mereceu também atenção privilegiada⁸⁸, sendo a temática ampliada em investigações sobre a estrutura da elite diocesana no tempo de Pombal⁸⁹. Outro domínio de investigação a relevar respeita ao universo de contactos com outros eruditos da época, vertente que, em nosso entender, poderá ter modelado a sua atuação no domínio dos livros e da instrução⁹⁰. A atuação impar do bispo de Beja

no campo das bibliotecas e dos livros foi analogamente examinada, especialmente o seu papel na formação e dotação de bibliotecas⁹¹ e a própria evolução da ideia de biblioteca pública em Portugal nos séculos XVIII e XIX⁹². Encontram-se contributos mais parcelares, com notícias sobre a Biblioteca Pública de Évora e outras instituições eborenses com o cunho de Cenáculo, nomeadamente o Museu⁹³, bem como sobre o seu papel para a formação da Biblioteca do Convento de Jesus⁹⁴.

Na análise da relação de frei Manuel do Cenáculo com os livros interessa contemplar dados de investigações mais particulares da atividade enquanto censor⁹⁵, bem como as referências em obras de carácter mais geral, dedicadas a avaliar o funcionamento da censura em Portugal⁹⁶, e ainda sobre a circulação de autores proibidos como Rousseau no nosso país⁹⁷. A sua faceta enquanto colecionador, assim como o seu interesse por Antiguidades e Arqueologia, foi documentada nalguns estudos⁹⁸ e em trabalhos que apresentam informações sobre a sua atividade museológica⁹⁹. Há trabalhos que contêm notas biográficas acerca do prelado¹⁰⁰, também referenciado em grandes obras de recolha acerca da bibliografia portuguesa¹⁰¹.

O processo reflexivo em torno destes trabalhos constituiu-se como um poderoso aliado para orientar a nossa investigação, permitindo-nos perceber que os livros, em diferentes contextos, situações de uso, espaços geográficos ou cronológicos, foram utilizados quer enquanto objeto de coleção, quer enquanto ferramentas de apoio à instrução e à divulgação do saber e da ciência. Estão por isso presentes na construção dos novos paradigmas e são importantes instrumentos de divulgação dos valores que estes transportam, testemunhando, por essa via o poder do escrito num mundo em mudança.

1. João Carlos Brigolla “frei Manuel do Cenáculo – Semeador de Bibliotecas e de Museus. O conceito de Biblioteca-Museu na museologia setecentista”, Em *frei Manuel do Cenáculo construtor de Bibliotecas, org. Francisco A.L. Vaz; José A. Calixto, Casal de Cambra: Caleidoscópio*, 2006), 48.
2. Sobre uma proposta de questionamento e aproveitamento museológico de um espaço com Biblioteca, veja-se o estudo da Arquiteta – Prof. Doutora Maria Manuel Oliveira, dedicado ao Projeto de Requalificação da sede da Universidade do Minho – antigo Paço Arquiepiscopal de Braga. Cf. Maria Manuel Oliveira, *Abrir o paço à cidade, Universidade do Minho: UMinho-LAB2PT-CEEUM*, 2018.
3. Markus Friedrich, *The Birth of the Archive. A History of Knowledge* (Michigan: University of Michigan Press, 2018), 5.
4. Friedrich, *The Birth of...9-11*.
5. Eco, Umberto. *A Biblioteca* (Lisboa: Difel, 1987).
6. Bouyd Rayard. “Electronic Information and the functional integration of libraries, Museums and archives”. Em *History and Electronic Artefacts*, dir. Edward Higgs. Oxford: Clarendon Press, 1998): 208–226.
7. David Mckitterick, *Old Books, New Technologies. The Representation, Conservation and Transformation of Books since 1700* (Cambridge: Cambridge University Press, 2013), i.
8. Mckitterick, *Old Books...*, 1.
9. Mckitterick, *Old Books...*, 2.
10. Que podem ser tweets, emails, posts do Facebook, mensagens de texto, revistas, websites, mas também manuais e e’books de diferentes géneros, entre várias outras possibilidades. Para uma análise mais detalhada veja-se: Emanuel Cameira, “A leitura digital no mundo. Incursão por alguns estudos internacionais”, em *O livro, o leitor e a leitura digital*, Gustavo Cardoso coord. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015): 151–183.
11. Vejam-se a este propósito Tiago Lapa, “A língua e a Internet no contexto global” em *O livro, o leitor e a leitura digital*, Gustavo Cardoso coord. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015):210–212 e Liliana Pacheco, “Tendências internacionais sobre instituições da leitura e leitores na era da Internet” em *O livro, o leitor e a leitura digital*, Gustavo Cardoso coord. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015):351.
12. Liliana Pacheco, “Tendências...”, 351.
13. Liliana Pacheco, “Tendências...”, 352.
14. Liliana Pacheco, “Tendências...”, 352.
15. George Stachokas, *After the Book Information services for the twenty-first century* (Amsterdam: Chandos Publishing, 2014), 14.
16. Stachokas, *After the Book Information...*, 14–16.
17. Stachokas, *After the Book Information...*, 183.
18. Günter Waibel e Ricky Erway, “Think Global, Act Local – Library, Archive and Museum Collaboration”, *Museum Management and Curatorship*, 24,4 <http://www.oclc.org/research/publications/library/2009/waibelerway-mmcc.pdf>2009, consultado em 18-05-2016.
19. Mckitterick, *Old Books...*, 206–208.
20. Mckitterick, *Old Books...*, 57.
21. Ann M. Blair, *Too Much to Know Managing Scholarly Information before the Modern Age* (New Haven and London: Yale University Press, 2010), 265–266.
22. Artur Anselmo, “Fronteiras da História do Livro”, *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, v.9. (1997): 15–16.
23. Anselmo, “Fronteiras, 16.
24. Entre outros exemplos refira-se o trabalho de Daniel Mornet, “Les enseignements des bibliothèques privées”, *Revue d’histoire littéraire de la France*, n. 17 (1910): 449–496.
25. Henri-Jean Martin, *Livre, pouvoirs et société à Paris au XVIIIe. Siècle, 1598–1701*. [2 volumes] (Genebra: Librairie Droz, 1969); Lucien Febvre; Henri-Jean Martin, *O aparecimento do livro (trad.)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000) [1ª edição de 1958]; François Furet, *Livre et société dans la France du XVIIIe siècle* (Paris: La Haya, 1965–1970) [2 volumes]
26. Refiram-se, a título ilustrativo, os trabalhos de Douglas C. McMurtrie, *O aparecimento do livro (trad., 3ª edição)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997) [1ª edição 1965] e Siegfried Heinrich Steinberg, *Five hundred years of printing* (Nova Iorque: Criterion Books, 1959), [1ª edição 1955].
27. Na introdução da obra supracitada.
28. Esclareça-se em rigor que a partir de meados da década de setenta começam a surgir trabalhos que apontam no sentido de uma (re) problematização desta área de estudo. Estes trabalhos conhecem uma explosão na década seguinte.
29. Dos quais destacamos, os de Albert Labarre, *História do Livro (trad.)* (São Paulo: Editora Cultrix, 1981) e António Castillo Gómez, *Das tabuinhas ao hipertexto, uma viagem na história da cultura escrita (trad.)* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 2004).
30. Onde destacamos os de Robert Darton, “The New age of the book”,

- disponível *online* em: www.nybooks.com/articles/546, consultado em 01-02-2011; Roger Chartier, “Lecteurs et lectures à l’âge de la textualité électronique”, <http://www.auradigital.net/web/Esriptures-hipertextuals/Documents/lecteurs-et-lectures-a-lage-de-la-textualite-electronique-roger-chartier.html>,01-02-2011; Jason Epstein, “The past, present and future of the book”, em *Book talk essays on books, booksellers, collecting and special collections* (New Castel: Oak Knoll Press, 2006); Lorenzo Soccavo e Constante Krebs, *Gutenberg 2.0. Le futur du livre* (Paris: MM2 Éditions, 2007).
31. Veja-se de Roger Chartier: “El concepto del lector moderno”, disponível *online* em: www.cervantesvirtual.com/; *A ordem dos livros*, (1ªed.) (Lisboa: Veja, 1987); *A História cultural* (Lisboa: Difel, 1988), este trabalho contém vários estudos individuais sobre os usos de textos e sua diferenciação em diferentes contextos; Roger Chartier; Alain Boreau *et al.*, *La correspondence. Les usages de la lettre au XIXe siècle* (Lille: Librairie Arthème Fayard, 1991); *Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna* (Madrid: Alianza Editorial, 1993); “O homem das letras”, em *O homem do Iluminismo*, dir. Michel Vovelle (Lisboa: Ed. Presença, 1997); “La revolution de la lecture au XVIIIe siècle: mythe ou réalité ?”, *Cultura revista de história e teoria das ideias*, v.9 (1997):265–271; Roger Chartier (coord.), *As utilizações do objecto impresso* (Lisboa: Difel, 1998); Roger Chartier *et al.*, *Qué es un texto?* (Madrid: Círculo de Bellas Artes, 2006).
32. Robert Darnton, “História de la Lectura”, em *Formas de Hacer História* (Madrid: Alianza Editorial, 1993); *The new age of the book*, 1999. Disponível *online* em www.nybooks.com/articles/546 e Reinhard Wittmann, “Hubo una revolución en la lectura a finales del siglo XVIII”, em *Historia de la lectura en el mundo occidental*, org. Guglielmo Cavallo e Roger Chartier (Madrid: Santillana Ediciones, 2001), 435–472.
33. John Brewer, “Reading and readers in 18th century Britain”, *Cultura Revista de História e Teoria das ideias*, v.9 (1997).
34. David Hall, *Cultures of print: essays in the history of the book* (Amherst: University of Massachusetts, 1996) e também Guglielmo Cavallo, Roger Chartier, *Historia de la lectura en el mundo Occidental* (Madrid: Taurus Minor, 2001).
35. Alberto Manguel, *Uma História da Leitura* (Lisboa: Editorial Presença, 1998).
36. Frédéric Barbier, “Livres, lecteurs, lectures”, em *Histoire des bibliothèques françaises: les bibliothèques de la révolution et du XIX siècle* (Paris: Ed. du Cerf, 1995), V.3.
37. Sobre a receção de determinada obra no espaço europeu saliente-se Peter Burke, *As fortunas do cortesão* (São Paulo: Editora Fundação Unesp, 1997). Sobre a expressão do escrito vejamos, entre vários possíveis: Clemente Maria Linuesa, *Cultura e Escrita* (Mangualde: Pedogo,2007); Robert A. Gross, “Books, nationalism, and History”, *Papers of the Bibliographical Society of Canada*. nº36 (1998): 107–123. Disponível *online* em: <http://digital.library.mcgill.ca/>, 4 de Fevereiro 2011; David Brewer, *The afterlife of a character, 1726–1825* (Philadélfia: University of Pennsylvania Press, 2005).
38. Eco, *A biblioteca...* 39. Jesús Vallejo, “Exemplo del catalogador riguroso”, *Penélope revista de História e Ciências Sociais*, n. 25 (2001): 171–174.
40. Armando Malheiro Silva *et al.*, *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação* (Porto: edições Afrontamento, 1999).
41. Núria Jornet i Benito, “Reseña de Arquivística. Teoría e práctica de una ciencia da información, de Armando Malheiro de Silva; Fernanda Ribeiro; Julio Ramos e Manuel Luís Real”, *Anales de Documentación* (Murcia: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia, 2000), 220–223.
42. Cf. João Luís Lisboa, *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime* (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica e Universidade Nova de Lisboa,1991), 11.
43. Jesus A. Martinez Martin, *Lectura y lectores en el Madrid del siglo XIX* (Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991).
44. Celso Almuíña “Médios de comunicacion y cultura oral en la crisis del Antiguo Régimen”, em *Orígenes culturales de la sociedad liberal. España siglo XIX (Jesus A. Martinez)* (Madrid: Biblioteca Nueva, Editorial Complutense, 2003); *Médios de Comunicación Y crisis del Antiguo Régimen, entre las “voces Vagas” y la dramatización de la palabra* (S.L., S.E., 1993).
45. Fernando Bouza Álvarez, *Comunicação, Conhecimento e Memória na Espanha dos sécs. XVI e XVII (trad.)* (Lisboa: Centro de História da Cultura, 2002).
46. Genaro Lamacra Langa, *La cultura del libro en la época de la Ilustracion Valencia, 1740–1808*, (Valencia, Ediciones Alfons el Magnànim, 1994).

47. Asunción Bernárdez Rodal, *Don Quijote, el lector por excelencia: lectores y lectura como estrategias de comunicación* (Madrid: Huerga y Fierro, 2000).
48. Ofelia Rey Castelao, *Libros y lectura en Galicia siglos XVI-XIX* (Santiago de Compostela: Xunta de Galicia Consellería de cultura, comunicación social e turismo, 2003).
49. L. C. Álvarez Santaló, “Librerías y Bibliotecas en la Sevilla del siglo XVIII”, em *La documentación notarial y su historia* (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago, 1984), 165-185.
50. François López, “Estado actual de la Hitoria del libro en España”, *Anales de La Universidad de Alicante*, n. 4 (1984), 1-22; “Sobre la imprenta y la librería en Valencia, en el siglo XVIII”, em *La ilustracion Española* (Alicante: Diputación Provincial, 1986), 209-221.
51. Maxime Chevalier, *Lectura e lectores en la España de los siglos XVI y XVII* (Madrid: Turner, 1976); “Don Quixote et son public”, *Libre et lecture en Espagne et en France sous l’Ancien Régime*, Paris: A.D.P.F., 1981, 119-127.
52. María Luisa Lopez-Vidriero e Pedro M. Cátedra, dir., *El libro antiguo Español. Actas del primeiro Coloquio Internacional (Madrid)* (Madrid: Universidad de Salamanca-Biblioteca Nacional de Madrid-Sociedad Española de Historia del Libro, 1988); *El libro antiguo Español. Actas del segundo Coloquio Internacional (Madrid)* (Madrid: Universidad de Salamanca - Biblioteca Nacional de Madrid, - Sociedad Española de Historia del Libro, 1992); *El libro antiguo español. Coleccionismo y Bibliotecas* (Madrid: Ediciones Universidad de Salamanca, Patrimonio nacional, Sociedad Española de Historia del Libro, 1998).
53. María Luisa Lopez-Vidriero, “El gabinete de un hombre de gusto. Manuales para la formación de las Bibliotecas en el siglo XVIII”, em *El libro antiguo español. Coleccionismo y Bibliotecas* (Madrid: Ediciones Universidad de Salamanca, Patrimonio nacional, Sociedad Española de Historia del Libro, 1998), 447-460.
54. Vejam-se, entre outros, os trabalhos de Nelson Schapochnik: “Edição, recepção e mobilidade do romance *Les Místicos de Paris* no Brasil oitocentista”, *Varia Historia* (Belo Horizonte: UFMG, 2010), 591-617; “Un palacio de libros en los trópicos: metáforas, proyectos y la fundación de la Bibliotheca nacional en Rio de Janeiro”, *Revista de Historia Contemporánea Ayer*, v.58 (2005): 113-135; *Cultura letrada: objectos e práticas* (Campinas: Mercado das Letras, 2005) e ainda os de Leila Mezan Algranti, “Circulação e posse de livros religiosos no Rio de Janeiro (1808-1821)”, *Noroeste. Revista de história*, 2 (2006): 839-852.
55. Javier Fernández Sebastián, “Péninsule Ibérique”, em *Le Monde des Lumières* (Paris: Fayard, 1999), 411-424.
56. Antonio Mestre, *El mundo intelectual de Mayans* (Valencia: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva, 1978); Antonio Mestre Sanchís, *La Ilustracion* (Madrid: Editorial Síntesis, 1993).
57. Mariano Peset; Jose Luís Peset - Gregorio Mayans y la Reforma Universitaria del nuevo método que se puede practicar en la enseñanza de las Universidades de España. Valência: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva, 1975.
58. Laureano Robles, “Los hermanos Mayan editores de Vives”, em *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregório Mayans* (Valência: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva, 1981), t.I, 247-280 e M.ª Fernanda Mancebo, “Mayans e la edición de libros en el siglo XVIII”, em *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregório Mayans* (Valência: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva, 1981), t. I, 185-236.
59. Anselmo, “Fronteiras da História do Livro”, 17.
60. Vejam-se, entre vários possíveis os estudos de: Manuela Domingos, *Estudos da sociologia da cultura, livros e leitores do século XIX* (Lisboa: Centro de Estudos de História da Cultura Portuguesa, 1985); Manuela Domingos, Paula Gonçalves e Dulce Figueiredo, “Estudos sobre a história do livro e da leitura em Portugal: 1995-2000”, *Leituras: revista da Biblioteca Nacional*, 2002: 349-370; José Afonso Furtado, *Os livros e as leituras: novas ecologias da informação* (Lisboa: Livros e Leituras, 2000); Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão, *Dicionário do Livro* (Lisboa: Guimarães Editores, 1988); Fernando Guedes, *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII e XIX* (Lisboa: Editorial Verbo, 1987).
61. Vejam-se os estudos: Fernando Guedes, “Lotarias ou rifas de livros no século XVIII”, *Revista da Biblioteca Nacional*, 3, 1 (1988): 49-64; *Os livreiros em Portugal e as suas Associações desde o Século XV até aos nossos dias*, (Lisboa: Verbo, 1993).
62. Manuel Domingos, *Bertrand uma livraria antes do terramoto* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002).

63. Diogo Ramada Curto *et al.*, *As gentes do Livro, Lisboa século XVIII* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007).
64. Artur Anselmo, “Aspectos do mercado livreiro em Portugal nos séculos XVI e XVII”, *Revista Portuguesa de História do Livro*, 2 (1998).
65. Ana Cristina Araújo, “Modalidades de leitura das Luzes no tempo de Pombal”, *Revista de História*, 10 (1990): 105-127.
66. Maria de Lourdes Belchior, *Os homens e os livros. Séculos XVI e XVII* (Lisboa: Verbo, 1971).
67. José S. da Silva Dias, *Portugal e a Cultura Europeia (sécs. XVI a XVIII)* (Coimbra: Coimbra Ed., 1953).
68. Vejam-se os estudos de Artur Anselmo: *Estudos de História do livro*, (Lisboa: Guimarães Editores, 2002); *Livros e mentalidades* (Lisboa: Guimarães Editores, 2002).
69. Veja-se João Luís Lisboa: “A leitura em Portugal: os finais do Antigo Regime”, em *Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850* (Lisboa: Vega, 1989), 78-81; *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime* (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991); “O papel da história entre os leitores do século XVIII”, *Ler História*, n. 24 (1993), 5-15.
70. Olímpia Maria da Cunha Loureiro, *O livro e a Leitura no Porto no Século XVIII* (Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão-Fundação Eugénio de Almeida, 1994).
71. Justino Magalhães, *Ler e escrever no mundo rural do antigo regime* (Braga: Universidade do Minho, 1994).
72. Henrique Barreto Nunes. *Da biblioteca ao leitor* (Braga: Instituto Português do Livro-Governo Civil de Braga, 1998).
73. Luís A. de Oliveira Ramos, “Da aquisição de livros proibidos nos fins do século XVIII”, *Revista de História*, v. 4 (1973-74): 329-338; *Da Ilustração ao Liberalismo. Temas histórico* (Porto: Lello & irmãos, 1979); “Os beneditinos e a cultura: ressonâncias da ilustração”, *Revista da Faculdade de Letras - História*, série 2, v. 1 (1984): 159-186.
74. Vejam-se entre outros: António Ferrão, *A Censura literária durante o governo Pombalino, subsídios para a história do pensamento em Portugal* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1927); Raul Rego, *Os índices expurgatórios e a Cultura Portuguesa* (Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Biblioteca breve, 1982) (1ª ed); Graça Almeida Rodrigues, *Breve História da Censura Literária em Portugal* (Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesas, 1980), 41-44; Fernando Augusto Machado, “Percurso da Censura em Portugal: Interdições e Entre-Ditos”, em *Censura e Inter/dito Censorship and interdiction, IX Colóquio de Outono* (Braga: Centro de Estudos Humanísticos Universidade do Minho, 2009).
75. Veja-se Ana Isabel Buescu, “A persistência da cultura manuscrita em Portugal nos séculos XVI e XVII”, *Ler História*, nº45 (2003): 19-48; “Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na época moderna: uma sondagem”, *Penélope - fazer e desfazer história*, nº21 (1999): 11-32.
76. Maria Helena Lopes de Castro, “Leal Conselheiro - itinerário do manuscrito”, *Penélope - fazer e desfazer história*, nº16 (1995), 109-124.
77. Henrique Leitão e Luana Giurgevich, *Clavis Bibliothecarum* (Lisboa: Secretariado Nacional para os bens da Igreja, 2016).
78. António Xavier de Gama Coutinho, “D. João Magalhães e Avelar, Bispo do Porto, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, nº3 (1940) e sobre José A. Oliveira, *A paixão da História na Biblioteca de D. João de Magalhães Avelar* (Porto: Faculdade de letras da Universidade do Porto, 1995 [texto policopiado])
79. Pedro Vilas Boas Tavares, “A biblioteca e a bibliofilia de um prelado ilustrado D. Gaspar de Bragança, Arcebispo de Braga (1758-1789), *Actas do Congresso Internacional do IX centenário da dedicação da Sé de Braga*, v. II/2. Braga: Universidade Católica, 1990, 273-302.
80. Maria Paula Abreu Pereira e Sousa, “As ursulinas e a educação da mulher. O colégio das Chagas em Braga (1785-1878)”, *Cadernos do Noroeste. Olhares sobre as Mulheres*, 17, 1-2 (2001): 35-79.
81. Maria Teresa Amado, “Biblioteca e ordens dos saberes: da Biblioteca à Livraria à Biblioteca-Catálogo na Espanha dos Austrias”, *Revista de História e Teoria das Ideias*, IX (1997): 23-43.
82. *Revista de História das Ideias: o livro e a Leitura*, v.20 (1999).
83. A este propósito vejam-se os trabalhos de Jacques Marcadé: *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas Évêque de Beja, Archevêque d’Evora (1770-1814)* (Paris: Centro Cultural Português/Fundação Calouste Gulbenkian, 1978); Idem “D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas (quelques notes sur sa pédagogie)”, *Arquivos do Centro*

Cultural Português, VIII (1974): 605–620; Idem “Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Provincial des réguliers du Tiers Ordre Franciscain 1768–1777”, *Arquivos do Centro Cultural Português*. III (1971): 431–458; *Le diocèse de Beja dans la seconde moitié du XVIIIe. siècle* (Lisboa: Institut Français au Portugal, 1971) e também de Francisco Gama Caeiro, do qual destacamos a coletânea *Dispensos* (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998), onde se reúnem vários estudos sobre Frei Manuel do Cenáculo.

84. Cf. Pedro Calafate, *A ideia de natureza no séc. XVIII em Portugal (1740–1800)* (Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1994); Idem, “A retórica eclesiástica na obra do Arcebispo de Évora D. Frei Manuel do Cenáculo”, em *Actas do Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora*, (Évora: Instituto Superior de Teologia – Seminário Maior de Évora, 1994), v.1, 449–456; Pedro Calafate (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português. III. As Luzes*, (Lisboa: Círculo de Leitores, 2002) e ainda Maria de Lourdes Sirgado Ganho, “Frei Manuel do Cenáculo, Bispo de Beja (1724–1814)”, em *Actas do Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora*, (Évora: Instituto Superior de Teologia – Seminário Maior de Évora, 1994), v.1, 441–447.

85. Francisco António Lourenço Vaz, “O catecismo no discurso da Ilustração Portuguesa”, *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, X (1998), 217–240.

86. Francisco António Lourenço Vaz, “Piedade cristã e Reformismo Económico na Acção pastoral de frei Manuel do Cenáculo”, em *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular Sociabilidades Representações Espiritualidades* (Lisboa: Terramar – Centro de História de Cultura, 1999), 371–392; Idem, *Instrução e Economia – as ideias económicas no discurso da Ilustração Portuguesa (1746–1820)*, (Lisboa: Colibri, 2002).

87. Francisco António Lourenço Vaz, “Jansenismo e Regalismo no Pensamento de D. Frei Manuel do Cenáculo”, *Revista Eboresna*, 35 (2005): 61–81; Idem, “Registos no Diário de frei Manuel do Cenáculo sobre um terramoto no Alentejo, em 1791”, *Ibn Maruán. Revista Cultural do Concelho de Marvão*, 9–10 (2000): 71–82 e Idem, “Ciência e técnica na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo (1724–1814)”, em *Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica* (Évora, Aveiro: Universidade de Évora, Universidade de Aveiro, 2001), 262–274.

88. Kenneth Maxwell, *Pombal paradox of the Enlightenment* (Cambridge: University Press, 1995).

89. José Pedro Paiva, “Os novos prelados diocesanos nomeados no consulado pombalino”, *Penélope Revista de História e Ciências Sociais*, 25. (2001): 41–63. Também o estudo de longa duração de José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império 1495–1777* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006), faz referências a Cenáculo enquanto prelado da época pombalina.

90. Estas relações foram examinadas por Marie Hélène Piwnik, Nuno Daupias d’Alcochete e, ultimamente, por Zulmira Santos e Marta Páscoa. Cf. Marie Hélène Piwnik, “Un épisode des relations intellectuelles entre l’Espagne et le Portugal au XVIIIe siècle: La correspondance adressée par les Frères Mohedanos, provinciaux du Tiers-Ordre Régulier de Saint-François en Andalousie, à Manuel do Cenáculo évêque de Beja. Essai d’une chronologie, principaux aspects”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, XI (1977): 213–254; Idem, “La correspondance Mayans-Cenáculo”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, XXII (1986), 483–615; Idem, *Echanges érudits dans la Péninsule Ibérique* (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1987); Nuno Daupias d’Alcochete, *Humanismo e diplomacia. Correspondência literária (1789–1804) de Francisco José Maria de Brito com Dom Frei Manuel do Cenáculo* (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1976); Zulmira C. Santos, “Cartas, elogios e silêncios: temas da amizade ilustrada de Gregório Mayans y Siscar (1699–1781) e frei Manuel do Cenáculo, T.O.R. (1724–1814)”, *Península – Revista de Estudos Ibéricos*, 0 (2003): 369–380; Idem, “Cartas, elogios e silêncios: temas da amizade ilustrada de Gregório Mayans y Siscar (1699–1781) e frei Manuel do Cenáculo, T.O.R. (1724–1814)”, *Península – Revista de Estudos Ibéricos*, 0 (2003): 369–380 e Marta Cristina Páscoa, “D. Frei Manuel do Cenáculo e Felix Caetano da Silva – relações de Mecenato na Escrita da História de Beja”, *Separata da Revista Portuguesa de Poligrafia*, 11–12 (2003).

91. Francisco António Lourenço Vaz, “As bibliotecas e os livros na obra de Frei Manuel do Cenáculo”, *La memoria de los libros. Estudios sobre la historia del escrito y la lectura en Europa e América* (Salamanca. Instituto del libro e de la

Lectura, 2004), t. II, 483–498; José António Calixto e Francisco António Lourenço Vaz (coord.), *Frei Manuel do Cenáculo construtor de Bibliotecas* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006); Francisco António Lourenço Vaz, “A ideia de biblioteca pública em Portugal nos séculos XVIII e XIX”, em *O reino, as ilhas e o mar oceano: estudos de homenagem a Artur Teodoro de Matos* (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Centro de História de Além-Mar, 2007), 169–184.

92. Salientem-se neste domínio, entre outros, os estudos de Manuela D. Domingos; José Esteves Pereira; Raúl Proença. Cf. Manuela D. Domingos “A aminho da Real Biblioteca Pública: dois documentos, 1775–1795”, *Revista da Biblioteca Nacional*, 2ª Série, 5–1 (1990): 139–160; Idem “Para a história da Real Mesa Censória”, *Revista da Biblioteca Nacional*, 2ª Série, 7–1 (1992), 137–158; Idem “A primeira biblioteca pública portuguesa, 1775–1795. Planos, projectos e primeiros fundos”, *Cadernos BAD*, 1 (1994): 59–70; Idem *Subsídios para a história da Biblioteca Nacional* (Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional de Lisboa, 1995). Idem “Biblioteca de bibliotecas. A génese da Biblioteca Pública no pensamento de Cenáculo”, em *Frei Manuel do Cenáculo construtor de bibliotecas* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006), 23–46; Idem “Casa dos Livros de Beja”, em *Doação de Frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte [Catálogo de Mostra Bibliográfica]* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 2006); Idem “Frei Manuel do Cenáculo no panorama intelectual de Setecentos: o erudito e o mecenas”, *Convergência Lusitana*, n. 24 (2007): 42–66; José Esteves Pereira, “Ribeiro Santos, Cenáculo e a criação da Biblioteca Pública”, *Frei Manuel do Cenáculo construtor de bibliotecas* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006), 11–22; Raúl Proença, “Antecedentes e origens da Biblioteca Nacional de Lisboa”, *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, 2ª série, 7 (11) (1922): 154–165.

93. Gabriel Pereira, “Biblioteca pública”, *Estudos Eboresnes: História e Arqueologia* (Évora: Livraria Nazareth, 1947), v. 1., 107–141; Caetano Xavier de Almeida da Câmara Manuel, *Atravez a cidade de Évora ou apontamentos sobre a cidade de Évora e seus monumentos* (Évora: Minerva Commercial, 1900); Caetano Xavier de Almeida da Câmara Manuel, *Atravez a cidade de Évora ou apontamentos sobre a cidade de Évora e seus monumentos* (Évora: Minerva Commercial, 1900); Augusto Filipe Simões, *Relatório acerca da renovação do Museu Cenáculo dirigido*

ao Exm^o. Sr. Visconde da Esperança, Presidente da Camara Municipal de Évora (Évora: Typographia da Folha do Sul, 1869).

94. Cardozo Bethencourt, *A bibliotheca da Academia Real das Sciencias de Lisboa – notícia sumária*, (Lisboa: Typographia da Academia, 1909) e Cristovam Ayres, *Boletim Bibliográfico da Academia das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Academia das Ciências, v.I, nº1 (1910).

95. Francisco António Lourenço Vaz, “A censura na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo”, *Elvas-Caia, Revista Internacional de Cultura*, n. 5 (2007): 23–36.

96. Maria Teresa Esteves Payan Martins, “A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII” (tese de doutoramento, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2001) e Rui Tavares, *O censor Iluminado*, Lisboa: Tinta-da-china: 2018.

97. Fernando Augusto Machado, *Rousseau em Portugal* (Porto: Campo das Letras, 2000).

98. José Alberto Machado, *Um colecionador português do século das Luzes* (Évora: Universidade de Évora, 1985); João Carlos Brigola: “Colecionismo e Anticomania – a actividade museológica de frei Manuel do Cenáculo”, *Boletim a Cidade de Évora*, II Série, n. 4. (2000); *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003); Idem, “Frei Manuel do Cenáculo – Semeador de bibliotecas e de museus. O conceito de biblioteca-museu na museologia setecentista”, em *Frei Manuel do Cenáculo construtor de bibliotecas* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006): 47–55; Manuel Francisco Patrocínio: *Certamente ídolos ou coisa Semelhante: estudo historiográfico e comparativo dos exemplos do pré-romano na arte das antigas do território português*. Évora: 2002 [texto policopiado]; Idem, “O registo das antiguidades lusitânicas do Sul no legado documental de D. Manuel do Cenáculo”, *Promontoria. Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*, n. 4 (2006): 17–36; Idem, “Tempos de Fenícios: o tema do orientalismo e suas descobertas nos documentos de D. Manuel do Cenáculo”, *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, S. 2, 7 (2007–2008): 99–124.

99. Fernando António Baptista Pereira, “Le rôle de l’Église dans la formation des premiers musées au Portugal à la fin du XVIIIe. Siècle”, *Les musées en Europe à la veille de l’ouverture du Louvre. Actes du Colloque organisé par le Service culturel du musée du*

Notas

Louvre à l'occasion de la commémoration du bicentenaire de l'ouverture du Louvre (Paris: Klincksieck, 1995), 461-483.

100. Raul Cordeiro Ramos, *Dom Frei Manuel do Cenáculo* (Porto: Livraria Tavares Martins, 1936); António Francisco Barata, *Esboços chronologico-biographicos dos arcebispos da Egreja de Évora*. (Coimbra: Imprensa Literaria, 1874); *Roteiro da cidade de Évora e breve notícia dos seus principaes monumentos* (2ª ed.) (Évora: Typographia Minerva, 1881); *Memória histórica sobre a fundação da Sé de Évora e suas antiguidades com os Esboços chronologico-biographicos dos Bispos e Arcebispos d'ella*. (2º ed.) (Évora: Minerva Commercial, 1903); Alfredo Mota, "Frei Manuel do Cenáculo Capelão Mor da Armada", *Separata da Revista Defesa Nacional*, 1965: 379-380.

101. Diogo Barbosa Machado, "Frei Manuel do Cenáculo", *Bibliotheca Lusitana. Histórica critica e Cronologica*, v.4 (1930-1935 (reed.)), 238-239. As referências neste trabalho são bastante breves uma vez que o seu âmbito cronológico é inferior ao período de vida de Cenáculo e Inocêncio Francisco da Silva, "Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas", *Diccionario bibliographico portuguez* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1860), t. 5, 389-396.

As Luzes e os livros

A nova inteligibilidade

Centremo-nos na época histórica que atravessa o ciclo de vida de frei Manuel do Cenáculo, tendo presente que se trata de um período complexo, não sendo possível caracterizar de forma monolítica as tendências em termos de pensamento que se evidenciam.

Cenáculo teve uma longa vida, nasceu em Lisboa a 1 de março de 1724 e faleceu em Évora, em 1814. Durante os seus noventa anos de vida, ocorreram, a nível europeu, muitas transformações no que respeita à organização de poder, do conhecimento e do ensino. O Iluminismo fazia-se sentir na Europa, repercutindo-se de forma diferente consoante a comunidade em estudo. Globalmente costuma apontar-se o século XVIII como o século das “Luzes”. O conceito “Luz” reveste um sentido de inteligência, conhecimento, clareza de espírito. As “Luzes” aparecem como um movimento de pensamento, correspondendo à “idade dos filósofos”, não no sentido de filosofia tradicional, mas antes de “um esforço por elucidar sistematicamente uma realidade humana sob as diversas formas de afirmação”¹. Revelava-se uma nova inteligibilidade que pretendia submeter às exigências do entendimento e da razão, as coisas que são da natureza humana: a ordem religiosa, política e jurídica.

Antes da Revolução Francesa, a partir dos anos quarenta, a ideologia das Luzes foi adotada por um certo número de soberanos, que enunciaram experiências de modernização dos seus Estados, à luz dessa exigência de inteligibilidade e entendimento. Certamente, há particularismos nacionais decorrentes dos diferentes climas culturais e propostas específicas, mas as Luzes acabaram por se afirmar, ainda que de forma particular nos vários Estados da Europa, incluindo a Europa do Sul. Se em alguns Estados acarretaram grandes mudanças no que concerne à organização política, designadamente no que toca à redução dos poderes monárquicos, noutros registou-se um reforço desse poder, que procura afirmar-se e legitimar-se através da invocação do espírito das Luzes.

Em paralelo a estas mudanças diferenciadas começavam, entretanto, a escutar-se os ecos do Movimento Liberal. O ataque à ordem, ao Antigo Regime, ambicionava lançar transformações amplas, de índole política, económica, social e cultural. Desenha-se, nestes termos, um conflito entre as forças que desejam a manutenção da velha ordem e as forças que lutam pelos novos ideais. O projeto liberal, que marcará de forma vincada o século XIX, torna-se um propósito com amplas implicações na sociedade, o que terá reflexos no domínio dos grupos sociais, das suas autorrepresentações e nas dinâmicas sociais. Estas transformações ocorrem em momentos diferenciados, refletindo-se também na sociedade portuguesa. Convém notar que o aparecimento e instauração da “Ordem liberal” não se processou de forma abrupta e, na mesma linha, a nova sociedade “não se

iria construir sobre a brutal destruição da antiga, mas ao lado, ou a partir dela”².

Focalizando-nos no cenário português, vivenciando analogamente estas transformações, encontramos frei Manuel do Cenáculo. O futuro bispo começará com doze anos a frequentar as aulas na Congregação do Oratório, sob os auspícios do Padre João Baptista³. Nesta época, o ensino dos Oratorianos ainda conservava uma orientação tradicional, pelo menos no que respeita ao estudo da Lógica, de acordo com a análise de Francisco da Gama Caeiro⁴. Aos quinze anos Cenáculo veste o hábito da Ordem Terceira de S. Francisco e no ano seguinte (1740) parte para Coimbra, inicia estudos no colégio de S. Pedro e inscreve-se posteriormente nos cursos de Filosofia e Teologia da Universidade⁵. Este período fica marcado pelo início de uma nova orientação filosófica que atingirá os claustros franciscanos, nos quais se inclui o Colégio de S. Pedro. A nova orientação expressa uma “reação contra a Filosofia Escolástica que já não se apresenta como uma antipatia pessoal contra certo professor, um prurido isolado e seco”, mas antes “como uma mudança consciente, fomentada pelo contacto com os espíritos cultos da Europa, pelas sugestões de viagens, pelas leituras de novos mentores”⁶.

Perceber o sentido desta mudança, compreender o espírito que ditou a viragem, é algo fundamental para explicar a reação que acabará por modificar o ambiente da cultura, e em particular, da Filosofia em Portugal. Ainda que interrompida, combatia ou negada depois de 1740, a nova orientação prevalecerá, criará adeptos e modificará o ambiente geral da cultura nacional⁷. Se a análise dos primeiros anos da vida de Cenáculo não se afigura tarefa simples, uma vez que o início dos seus estudos corresponde à inauguração de uma viragem cultural que é difícil de rastrear, o estudo do desenrolar do ambiente histórico da sua vida continua a exigir uma análise complexa sobre as inúmeras transformações que terão reflexos culturais amplos e duradouros.

Lembremo-nos que frei Manuel do Cenáculo conviveu ativamente com o “*Absolutismo Esclarecido*” protagonizado pelo marquês de Pombal, sendo na verdade um ativo promotor e colaborador de algumas das ideias desenvolvidas durante o reinado de D. José”⁸.

O Absolutismo Esclarecido não foi monolítico, não se mantendo constante ao longo do ciclo pombalino, foi-se produzindo em concordância com os conflitos e lutas que suscitou e desencadeou. Analogamente, não correspondeu a um mero decalque de ideias oriundas do estrangeiro, se bem que as tivesse rececionado, possuiu uma identidade cultural bastante definida que se encontra associada à problemática histórica do país naquele momento⁹. O modelo de sociedade para o qual o Pombalismo tendia estava em processo de desenvolvimento, atingindo o seu apogeu pelos finais dos anos sessenta, com a emergência económico-política

de uma burguesia relativamente poderosa no litoral português. Aí, o primitivo esquema teórico de organização social mostrou-se ineficaz e o teatro de operações deslocou-se da sociedade eclesiástica para a sociedade civil¹⁰. Também as relações entre a intelectualidade e o poder mudaram flagrantemente com Pombal. O ministro de D. José soube rodear-se, a seu contento, dos Ilustrados do país e foi capaz de mobilizar o seu saber para fundamentar a sua teoria e prática política. Através do Regalismo procurou alicerçar a supremacia do poder civil sobre o poder eclesiástico, numa tentativa de fundamentar a plenitude do poder régio face ao poder papal e eclesiástico¹¹. Essa fundamentação é realizada através da denúncia da legitimidade temporal de ambos, apoiando em simultâneo a reforma da Igreja. O episcopalismo e o conciliarismo, ao descentralizarem o poder papal, contribuíram para a submissão política das hierarquias eclesiásticas nacionais¹².

Com o fim do reinado de D. José e o subsequente afastamento de Sebastião José de Carvalho e Melo, começa um novo período de governação, o reinado de D. Maria I. Este período ficou marcado por uma certa “reação anti pombalina”, que procurou reparar, reabilitar e restituir alguns dos que haviam sido afastados durante a governação Pombalina¹³. Nesta fase, frei Manuel do Cenáculo, que até aí ocupava um papel de relevo na corte de D. José e tinha participado ativamente nalgumas das políticas culturais empreendidas, como assinalaremos à frente, é afastado de Lisboa. Transfere-se para o bispado de Beja¹⁴, em 22 de abril de 1777. Oferece-se-lhe agora um “novo campo de ação à medida das suas qualidades”, o prelado desenvolve uma atividade “prodigiosa” em vários domínios, ocupando-se da administração de uma diocese criada recentemente, com uma capacidade de trabalho excepcional¹⁵.

No início de Oitocentos frei Manuel do Cenáculo muda-se para Évora, assumindo o cargo de arcebispo daquela metrópole, no qual havia sido investido em 1802 pelo príncipe regente, esmorecidos que estavam já os ódios e rancores dos inimigos de Pombal. Nesta cidade assume as funções decorrentes da sua posição na arquidiocese, mas nem por isso deixa de se dedicar aos livros, reunindo uma vasta coleção e empreendendo esforços no sentido de criar nova Biblioteca.

Na sequência das transformações políticas que os movimentos liberais tinham despoletado por toda a Europa, e em face das manobras dilatórias intentadas pelo Regente português, com o intuito de evitar o cumprimento do “Bloqueio Continental” à Inglaterra, Napoleão Bonaparte decide invadir Portugal. A Família Real vê-se obrigada a fugir para o Brasil, onde se estabelece com a Corte. A presença Real no Brasil é consolidada com a criação de algumas infraestruturas, culminando, em 1815, com a designação, de “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve”. Abre-se assim caminho para a criação e um aparelho de Estado no Brasil que

iria favorecer, entre vários outros fatores, o processo da sua independência. Portugal assiste incrédulo, parcialmente devastado pelas invasões das tropas de Napoleão, recebeu mal algumas das medidas promulgadas no Brasil e o desejo do regresso do Rei ao país torna-se cada vez mais vincado¹⁶. As Invasões Napoleónicas tiveram repercussão por toda a Europa, o que contribuiu para uma difusão alargada das ideias da Revolução Francesa que também se espalharam em Portugal, quer através dos contactos com os invasores, quer através das publicações periódicas que circulam clandestinamente e difundem ideais do liberalismo, minando ideologicamente o Regime Absolutista. O liberalismo vai ganhando adeptos, mesmo dentro dalguns sectores da aristocracia¹⁷.

Frei Manuel do Cenáculo morre em 1814, vivendo ainda todo o temor causado pelas invasões do exército napoleónico¹⁸. Presenciou o rescaldo das invasões, mantendo-se informado sobre a conjuntura política que atravessava o país, mas também outros países Europeus, sendo esse o assunto de algumas das missivas trocadas com diversos correspondentes. Homem culto e letrado, sempre mostrou interesse em estar informado sobre a circulação de ideias em marcha no país e no mundo, apercebeu-se das movimentações com ecos em vários países da Europa e mostrou preocupação com o desenrolar dos acontecimentos, parecendo perceber que o “tempo em que vivia” havia de produzir transformações significativas, as quais encarou também com preocupação e apreensão.

A viagem a Roma, para assistir ao Capítulo da sua Ordem, teve em Cenáculo um impacto considerável, contribuindo para o surgimento de ideias sobre a formação de bibliotecas. Como reconhece numa nota autobiográfica:

“Trinta annos até ao presente de mil setecentos e setenta tem corrido trabalhos duros[...] O Ilustre Professor Fr. Joaquim José, a cuja disciplina devo esta voz [...] foi quem desde o anno quarenta deo entrada a mil e mil faíscas, que unidas, e depuradas havião de ser depois luz graciosa, em a qual muitos outros sujeitos enlevados so a ella seguissem [...] a Viagem a Roma em o anno de sincoenta, em que acompanhei o sábio Mestre Fr. Joaquim, me fará sempre apregoar em quaesquer ramos de litteratura, que foi humma disposição efficacissima para o bem das letras da Provincia. As famosas Bibliothecas, que se apresentarão à nossa curiosidade nas Cidades eruditas da nossa passagem, levantaram milhares de idéas, que se começarão a produzir, como o tempo hia permittindo. Dava-se lugar, entre livros que pouco mais se haverião de ler, a obras de novo gosto. Avultarão as Livrarias particulares [...]”¹⁹.

Roma era, naquela altura, um centro ativo de nova cultura e representava “uma das mais acabadas expressões do Iluminismo

Católico”²⁰. Aí, o nosso religioso contacta com bibliotecas, museus e universidades, sendo que se atualiza de acordo com as perspetivas da sociedade europeia de Setecentos²¹.

Do vasto universo do ideário das Luzes, pelas afinidades com o percurso de Cenáculo, destacamos a noção de filantropia, que juntamente com a valoração da educação, aparecem como fonte de propagação do património das Luzes, ligados ao ideal de felicidade humana. Entre os canais de uma nova proliferação da filantropia, de matriz laica, assiste-se ao desenvolvimento de sociedade privadas, as quais se consagravam a fazer bem mediante novos critérios e fundamentos²².

Admitimos que o itinerário profissional e de vida do prelado, no campo das reformas do ensino²³ e da criação de bibliotecas, tivesse subjacentes estes valores de generosidade e intervenção sobre a sociedade. Os fins últimos desse “amor à humanidade”, no caso de Cenáculo, não ambicionariam produzir mudanças de estruturas político-sociais radicais.

O prelado conviveu e promoveu o Absolutismo do reinado de D. José, mostrando-se receoso com as mudanças vividas na “França revolucionária”²⁴. Não obstante, procurava reformas num país, que paralelamente com o nosso parceiro Ibérico, era visto, por muitos doutos da Europa, como o estereótipo do obscurantismo, ignorância, fanatismo religioso, crueldade, orgulho, mau governo, entre vários outros atributos, associados geralmente à “ortodoxia católica”, apresentando-se como uma espécie de modelo anacrónico na Europa das Luzes²⁵.

Frei Manuel do Cenáculo, assim como outras personalidades ibéricas, foram sensíveis à necessidade de combater esta “lenda negra” e conscientes do relativo atraso da sua pátria, dedicaram-se a discutir com paixão as causas e os remédios a aplicar. As suas preocupações de dotação de bibliotecas e de reformas no ensino parecem inspirar-se nessa necessidade de combater o atraso português.

Como sublinha Pedro Calafate, o Iluminismo em Portugal não foi obra exclusiva do poderoso ministro de D. José, pois antes já haviam sido criadas as condições básicas de uma reforma cultural que os pombalistas assumiram em toda a plenitude, fazendo-a culminar na reforma da Universidade de Coimbra, em 1772²⁶.

Frei Manuel do Cenáculo participa nas Juntas onde se discutem as medidas a aplicar nesta reforma da Universidade. Disso dá nota no seu diário, descrevendo, muitas vezes pormenorizadamente, algumas das reuniões da Junta de Reforma da Universidade.

Nem sempre as reuniões produziam resultados imediatos, a dissonância de opiniões conduzia a dificuldades em solucionar questões como a adoção dos autores a utilizar nos estudos. A título de exemplo referimos os testemunhos no diário do prelado, respeitantes a uma dessas sessões, onde se discutia o autor a utilizar para o Curso Teológico. Muitos opinavam a favor da adoção do beneditino Gerbert²⁷, parecer que frei Manuel do Cenáculo não

partilhava, alegando que a obra deste autor tinha uma “má divisão, sendo uma suma rezada sem satisfação a dúvidas e superficial”. O debate prolongou-se por vários dias, a decisão foi finalmente tomada na sessão de 4 de setembro de 1771, depois de um acalorada discussão. Apontamos a sua descrição sobre o episódio:

“Pondo notas nestas obras [as de Gerbert] as levei ao Marquez, [...], percebi no Marquez que ele desconfiou que eu por espírito de partido lhe tocava aquellas espécies, porque comecei pelas de menos consideração, mas quando elle foi ouvindo mais saltou, e me disse que as levasse de tarde para a Junta e que elle diria que mo mandara examinar: Fui para a Junta, o Marquez me disse que lesse, comecei a ler, a principio [...] trabalharam por desculpar o livro, [...] mas crescendo a licção não tiveram que repor [...], Marquez saltou, Martinho de Mello ajudou e perguntando o Marquês ao Reitor: Vossa Senhoria tinha lido este livro, respondeo que sim, mas perfunctoriamente porém concluiu que aquillo resultava de que Gerbert sendo Theologo se metter a fallar em Cânones [...] repliquei que não era decente autorizar hum homem tão solto contra a autoridade temporal [...] Concluiu o Marquês que se mandasse ensinar por Gerbert, acrescentando que provisoriamente enquanto se concluíam as summas para uso académico [...]”²⁸.

Como salienta Eduarda Cruzeiro, a Reforma da Universidade não pode deixar de ser vista como uma peça capital, no âmbito da reforma vasta do Ensino Pombalino. Fazia parte de uma ação global que, marcada por uma forma particular de reinterpretação das orientações iluministas então correntes na Europa, procurava mudar a face da realidade nacional, dentro dos limites que o regime monárquico absoluto impunha, utilizando coerentemente os meios que este proporcionava e favorecia, buscava igualmente a sua consolidação. As intervenções pedagógicas mais importantes, que se verificam entre 1759, ano da expulsão dos Jesuítas, e 1772, ano da “nova fundação” da Universidade de Coimbra e do que se poderá chamar, sem vício de anacronismo, a criação do Ensino Primário Oficial, constituem, na sua articulação, a primeira tentativa de estabelecimento de um sistema de Ensino Público em Portugal²⁹.

Tal como aconteceu com os vários “Iluminismos europeus”, a filosofia das Luzes revestiu-se entre nós de um carácter “omnicomprensivo e multidisciplinar”, enquanto meio de compreensão, afirmando-se essencialmente por via polémica, alimentada por uma contraposição sistemática entre épocas de luzes e trevas, e aferidas pelo tribunal da razão³⁰.

Nestas circunstâncias, não surpreende a proximidade de frei Manuel do Cenáculo ao centro do poder, participando na reforma cultural em curso. Como sabemos, o Marquês de Pombal soube rodear-se de muitos eclesiásticos, colocados em lugares

estratégicos, que o auxiliaram na sua política de redefinição do lugar que a Igreja deveria ocupar na sociedade e na esfera do poder temporal³¹.

Cenáculo distinguiu-se pela qualidade dos cargos públicos que exerceu, ilustrativos da sua ligação ao aparelho pombalino, como são exemplo, o de deputado (1768) e presidente da Mesa Censória (1770), tendo em mãos matéria tão importante como seja a o controle dos livros e manuscritos que circulavam; preceptor do Príncipe D. José (1770), sendo encarregado da educação do delfim real; presidente da Junta do Subsídio Literário (1771), organismo vocacionado para a angariação de fundos para apoiar as reformas das escolas; a par de outros, afetos à esfera religiosa e eclesiástica, como o de capelão das Armadas Reais e definidor da sua Província (1766)³², provincial da Ordem Terceira (1768), bispo de Beja (eleito em 1770) e arcebispo de Évora (eleito em 1802)³³.

Tal como outros “prelados pombalinos”³⁴, Cenáculo desenvolve uma postura de colaboração e subordinação face ao poder do marquês de Pombal, evidenciando um desejo de não criar qualquer espécie de conflito, mesmo em questões relacionadas com a posse e defesa de certas regalias prelatícias³⁵. Este ambiente de servilismo dará lugar, já após a queda do poderoso ministro, a críticas veladas em alguns meios da época. Ilustra-o exemplarmente a sátira a Cenáculo abaixo reproduzida:

“Tudo quanto o Marquês quis intentar,
A sua Teologia autorizou,
Não sabendo a este Nero impugnar,
Tudo contra o clero ideou:
Ele quis por isso próprio derrogar,
Tudo Quanto o direito ensinou,
Mas enfim o seu Deus foi o Marquês,
Que só quis e aprovou o que ele fez”³⁶.

Porém o dominante é a atitude elogiosa face ao prelado. As numerosas cartas e outros testemunhos recolhidos evidenciam que frei Manuel do Cenáculo era uma figura muito respeitada na sua época, que possuía um leque alargado de relações sociais, desde o simples estudante, que solicitava patrocínio, ao mais alto Ministro de Estado, que o contactava por motivos distintos.

Apontamos, a título de exemplo, uma referência encontrada num auto dirigido ao superior provincial a propósito das dificuldades que surgiram na eleição do custódio. Neste inclui-se uma carta, dirigida a frei Rafael Rodrigues Mohedano por Caetano Maria Duarte, onde se faz o encómio do trabalho de Pombal e D. José I, bem como o de frei Manuel do Cenáculo que, de acordo com o seu autor, “obscureceram o dos Médicis e outros”³⁷. Certamente a retórica laudatória seria uma forma de criar boas relações com uma figura com poder no mundo dos livros e também no campo político

e social. No entanto, parece-nos que demonstra igualmente o respeito que foi granjeado por frei Manuel do Cenáculo.

Frei Manuel do Cenáculo é muitas vezes apresentado como uma figura de origens sociais humildes³⁸. Evoquemos as origens de Cenáculo tendo presente que a carreira eclesiástica constituía então um meio de promoção e ascensão social característica da época. Com efeito nasce em Lisboa, filho de José Martins, natural da diocese de Braga e de Maria Antónia, nascida em Lisboa, atribuindo-se ao pai uma profissão ligada às atividades artesanais³⁹.

Manuel Martins era o mais velho de três irmãos, o apelido foi-lhe atribuído aquando da agregação à Ordem Terceira de S. Francisco, na qual professou a 19 de março de 1739, passando a designar-se a partir de então frei Manuel do Cenáculo⁴⁰. O apelido Vilas Boas só começaria a ser utilizado por volta do ano de 1770, ainda que não fosse este o nome que usava habitualmente na documentação (oficial e privada). É provável que o “novo apelido” traduza uma espécie de “nobilitação” concedida pelo monarca, um reconhecimento dos serviços prestados nos cargos públicos que exerceu⁴¹.

Forma-se em Coimbra, onde frequenta o curso completo do Colégio de S. Pedro e o curso de Teologia e Filosofia da Universidade, tornando-se “rapidamente notado”⁴². Com apenas vinte de dois anos foi nomeado Lente de Artes do Colégio de S. Pedro, recebendo três anos mais tarde o grau de Doutor em Teologia na Universidade de Coimbra⁴³. Nesse mesmo ano é nomeado Lente do Curso Filosófico do Colégio de S. Pedro, para o triénio 1749-1752, no qual não se evidencia grande modernidade filosófica⁴⁴. A viagem a Roma com o fim de assistir ao Capítulo Geral da sua Ordem, em 1750, força-o a interromper esse ciclo académico.

Após o regresso de Roma, um ano depois, faz a defesa das “*Conclusões de Lógica*”, obra onde, de acordo com Gama Caeiro, indicia uma atualização filosófica e um gosto e uma erudição até ai desconhecidos. Essas características inovadoras vão ser acentuadas na exposição que faz da História da Filosofia, “a ‘última palavra’ do ensino de então, considerada como inovação metodológica, indispensável a uma verdadeira cisão dos problemas da Filosofia e preconizada como propedêutica dessa matéria”⁴⁵. Estas Conclusões constituem-se, para o ambiente intelectual da época, como “o primeiro grande ensaio, público e oficial da Ordem Franciscana, na moderna orientação filosófica aplicada ao ensino da Lógica [...] traduzindo uma nova orientação mental”. Os compêndios mais notáveis de História da Filosofia só começam a aparecer a partir de 1751, através da influência capital das obras de Luís António Verney. Note-se porém que, no mesmo ano em que esta figura cimeira do Iluminismo português lançava a sua obra, “*De Re Lógica*”, Cenáculo defende, nos Atos Públicos do Colégio de S. Pedro, a mesma matéria inovadora⁴⁶.

Frei Manuel do Cenáculo alcança por via do percurso formativo grande reputação, começando a tomar parte em várias atividades

da sua Ordem, fixando-se no Convento da Ordem Terceira de S. Francisco da capital⁴⁷, no ano de 1755⁴⁸. A partir dessa data empreende um trabalho árduo que envolve a participação em numerosas tarefas da Congregação, nomeadamente a reorganização dos estudos. Nesse âmbito dedica-se a refletir sobre a necessidade de mudanças no ensino ministrado, reconhecendo a urgência de realizar reformas, atraindo dessa forma a atenção do poder real. Assume, à semelhança de Verney, um tipo de Iluminismo que era essencialmente Reformismo e Pedagogismo, “cristão e católico”, “inspirando-se na cultura humanista do Renascimento para conseguir impor uma nova conceção do homem, da sociedade, bem como do Estado e da Igreja nas suas mútuas relações, e ainda nas Relações entre a Fé e a Razão”⁴⁹.

A atividade que desenvolveu não foi esporádica. Fomentou o estudo das Línguas Orientais, introduziu melhorias no campo pedagógico, com a criação de novos Métodos e Programas de Estudo e impulsionou os trabalhos com fontes auxiliares da História. Promoveu a organização de bibliotecas e museus, que encarou como instrumentos fundamentais para uma efetiva implementação das reformas que ambicionava⁵⁰.

Promovendo o espírito de renovação das ideias em Portugal, Cenáculo critica a Neoescolástica e o Aristotelismo da época, a que chamava “aristotelomania”. Numa altura em que na Europa se valorava o saber científico, mostrou-se aberto à experiência, sobretudo à Ciência Física, sendo Newton, neste domínio, o seu mentor científico⁵¹.

Os trabalhos de criação de bibliotecas e reorganização dos estudos inserem-se nesse espírito de renovação que subscreve. Aposta numa mudança de mentalidade que se conseguiria alcançar através da educação do clero, que por sua vez contribuiria para instruir as populações. O eclesiástico tinha por função ser um guia e uma autoridade, a sua tarefa era a de dar conselho e tirar dúvidas. Para o poder fazer deveria ser instruído não só em Teologia, mas possuir também Luzes noutros domínios, como por exemplo na agricultura, para poder ser útil aos seus paroquianos⁵².

Frei Manuel do Cenáculo partilha, com outros humanistas portugueses, uma visão que elege a Antiguidade como um valor indiscutível, cuja pureza importava recuperar à luz do método histórico-filológico, sem esquecer o desejo do regresso do cristianismo à sua pureza primitiva. Disso é exemplo a crítica do prelado à dimensão escolástica nas Humanidades, insurgindo-se contra traduções espúrias e reclamando a pureza dos textos, lidos no original grego ou latino⁵³. As conceções do Tempo e da História dos Iluministas portugueses “participam de um enquadramento que respeita o valor axiomático da Antiguidade no plano das letras humanas, impõe o estudo das línguas antigas, o latim, o grego e o hebraico na ótica de uma leitura e interpretação dos textos, nomeadamente os teológicos, na sua “substância original”.

Aceitam o modelo ciceroniano no plano da retórica, veneram as conquistas dos modernos, considerados como anões aos ombros da Antiguidade, vindo por isso mais longe, sobretudo nos planos da filosofia natural e das técnicas que dela emanam, situando, neste plano científico e técnico, um discurso sobre o “progresso”⁵⁴. Certamente, enquanto membro da Igreja, Cenáculo procurou conectar as ideias ilustradas com a sua Fé num Deus transcendente e revelador, tal como fizeram muitos homens em países cristãos e católicos. Assim, tanto a Ordem Sobrenatural e Revelada, como a da Natureza e Razão têm a sua origem em Deus, que aparece como origem da Revelação e da Natureza, de uma forma coerente. É a ideia de um cristianismo que aceita a crítica histórica, que compreende os avanços da ciência experimental, sem negar a possibilidade de um ser transcendente, criador e revelador. Naturalmente esta atitude conhece matizes diferentes de acordo com os Ilustrados cuja obra se esteja a estudar⁵⁵.

O bispo de Beja revelou uma capacidade de trabalho notável, para além dos numerosos cargos que desempenhou, dos trabalhos de formação de bibliotecas, museus e na melhoria dos estudos que desenvolveu, escreveu uma vasta obra literária. Nesta incluem-se diversas pastorais dirigidas à organização e administração da diocese que serviu, ou patentes da sua ordem religiosa, mas também obras mais completas como os *Cuidados literários*, ou as *Memórias Históricas*, onde faz análises muito contundentes sobre o progresso dos estudos e da educação no nosso país, não se coibindo de “colocar o dedo na ferida” e apontar caminhos para resolver alguns problemas que reconhecia existirem e urgia resolver.

As relações epistolares

O que ressalta da rede epistolar de frei Manuel do Cenáculo é a sua centralidade para a sua atividade bibliófila. É igualmente de salientar a importância desta rede como meio de se manter atualizado.

Reconhecemos que o estudo de gestos e bens simbólicos não pode esquecer que as diferenças culturais não se reduzem à desigualdade de distribuição desses bens, mas têm também de ter em conta os seus usos contrastados, tornando necessário passar de uma história das repartições, para uma história das práticas. Dentro desta perspetiva de renovação da História Cultural, o epistolário ganha novos contornos de análise, o que nos leva a entender o gesto de escrever cartas como um gesto privilegiado. A carta é, em simultâneo um gesto livre e codificado, íntimo e público, que interpola, potencialmente, dimensões privadas com dimensões de sociabilidade formal⁵⁶.

A correspondência de frei Manuel do Cenáculo constitui um meio privilegiado que permite aceder ao seu universo de relações

sociais e profissionais, ao mesmo tempo que possibilita destacar relações singulares, que no seu conjunto, não deixam de concorrer em benefício da sua trajetória de vida, marcada por um percurso profissional de excelência, na linha de outras figuras coevas. Nos milhares de missivas que compõem a correspondência do prelado de Beja entre a década de 50 de Setecentos⁵⁷ e os anos finais da sua vida⁵⁸, podemos encontrar exemplos de cartas de simples cumprimento e ou agradecimento formal, através de uma escrita marcadamente codificada, a par de outras que sugerem relações mais pessoais, intelectuais ou de amizade, pelo seu conteúdo e redação mais livre. Seja como for, no seu conjunto, o universo da correspondência possibilita aceder à multiplicidade de ligações e de relações sociais que travou, ao longo da sua vida, e que contribuíram, de forma variável, para consolidar o seu percurso profissional. A correspondência institui uma ordem de conexões sociais, permitindo, em simultâneo destacar relações multifacetadas⁵⁹. Reconhecida a impossibilidade material de fazer um estudo caso a caso de cada carta que trocou com vários eruditos e bibliófilos, procuraremos, através de alguns exemplos, demonstrar a qualidade das relações epistolares que Cenáculo estabeleceu, expondo assuntos e intercâmbios que estas revelam.

Focalizando a análise nas epístolas que tratam de assuntos relacionados com os livros e as bibliotecas, objeto privilegiado para avaliar a bibliofilia do prelado pacense, verificamos que estas contêm informes muitos díspares, tais como: situação de bibliotecas após o terramoto; diligências para formação ou atribuição de donativos a bibliotecas; troca, venda e compra de livros. Apontem-se, a título de exemplo, as cartas que trocou com Juan Buytrago⁶⁰ após o terrível terramoto de Lisboa, em 1755.

Em cartas enviadas a este livreiro, frei Manuel do Cenáculo faz uma descrição exhaustiva do estado em que ficaram as bibliotecas portuguesas na sequência da catástrofe ocorrida, e dos incêndios que dela resultaram, trocando igualmente informações sobre o mundo editorial.

Reproduzimos parcialmente uma dessas cartas para conhecer, de viva voz, a descrição do prelado:

“[...] Mi amigo, y Señor Buytrago [...] Vivo mortificado; porque hace 18 mezes introduzi para las licencias en el Tribunal del Santo Officio, un cartapacio: y la tardâza del retorno quasi me excita lo escrúpulo [...] pero me diga usted que quando aquí me embarazen el proyecto, d'en essa Corte pueda correr passo libre las licencias, y impresión [...] La Política danoza no aparece aquí. Usted me hará el favor de instruir-me de la qualidad de la obrita [...] Acordando-me del prometido, digo: que nesta Corte, alem de un, ó otro mercador de libros portugués, que hà quedado salvo del terremoto, los quebrados se van restableciendo, y forneciendo con cuidado [...]

Quedaron las siguientes Bibliotecas enteras: Mafra: la de los Padres Congregados de S. Philippe Neri de las Necesidades: la del Convento de la Gracia: la de este mio convento: la del Conde de Eryceira: la del Marquez de Alorna, unida a la de su Hermano difunto D. Francisco de Almeyda: la del Marquez de Alegrete: Las de los Jesuitas de S. Roque, S. Antão, y Nazareth de Arroyos: La de los Barbosas [fl. 28v.] Las de los Condes de S. Lourenço, y Povolide: La del Duque de Cadaval: La de los Padres Theatinos: la del Conde do Redondo: las de muchos particulares como la de Nicolao Francisco; Pedro da Motta, y otros: han quedado todos los papeles de la Torre do Tombo. Librerias grandes, y quemadas = Las del Rey: Duque de Lafões; Conde do Vimieiro; La de S. Domingos: La do Espirito Santo de Congregados: La del Doctor João Alvares da Costa[...].”⁶¹

A missiva é bastante rica em conteúdo, possuindo várias alusões à situação política na Europa. É exemplar pelo modo como demonstra como funcionava a permuta de informações, assim como quais os assuntos e determinações tratadas através do contacto por carta. Nesta correspondência em particular, além de novidades diversas sobre a vida social, encontram-se esclarecimentos sobre livreiros e impressores que estão a trabalhar na época pós-terramoto. Inclui ainda um relato, necessariamente parcelar, das bibliotecas que foram destuídas por esse fenómeno natural.

As cartas trocadas com Juan Buytrago mostram a forma como a rede epistolar de Cenáculo lhe permitiu informar, mas também manter-se avisado, acerca de novidades do mundo editorial, livros e bibliotecas. Constituem-se como uma rede que funciona “nos dois sentidos”. O prelado Pacense envia e paralelamente recebe inúmeras informações acerca do mundo dos livros nas suas diversas vertentes.

Outro correspondente, entre os vários que poderíamos mencionar, com quem Cenáculo trocou missivas dando conta de diligências de formação de bibliotecas, foi António Ribeiro dos Santos⁶². Nestas alude-se a donativo realizado por Cenáculo à Biblioteca Pública da Corte, que adiante analisaremos com maior detalhe, mas são analogamente feitas diligências de troca de livros, propostas de venda, observações acerca da coleção cenaculana, entre muitos outros assuntos.

Em termos gerais, poderemos considerar que se trata de cartas que evidenciam um grande respeito e elogio mútuo, bem dentro do espírito das regras de civilidade da época. São igualmente demonstrativas da forma como este intercâmbio epistolar se constituiu como fonte privilegiada para obter informações sobre remessas de livros, pinturas e monetário. Da mesma forma, disponibilizam notícias relativas ao funcionamento da Real Biblioteca Pública.

As diligências para formação de bibliotecas, nomeadamente os cuidados tendo em vista a criação da Biblioteca do Convento

de Jesus, são também abordadas noutras cartas que o prelado Pacense trocou⁶⁵. Entre as várias cartas com alusões a esta Biblioteca, destacamos as trocadas com frei Vicente Salgado e frei Plácido Barroco⁶⁴. Nestas, denotam-se os trabalhos empreendidos e os esforços de negociação/doação de livros. A título de exemplo, poderemos mencionar a carta que lhe foi enviada a 30 de abril de 1807, por frei Plácido Andrade Barroco, na qual este lhe agradece a oferta da Bíblia de Mogúncia ao Convento, afirmando que, e passamos a citar: “o Geral mandará gravar a letras de oiro nesses livros o nome de Cenáculo”⁶⁵.

Há, como se verifica, numerosos exemplos de cartas que dão conta de movimentações em termos de negociação de livros e dotação de bibliotecas portuguesas. Isto não significa que a esfera de ação do bispo de Beja no campo dos livros, bibliotecas e leituras se resumisse ao território nacional. De facto, além da negociação de livros, trocas de informações, comentários a autores que faz com correspondentes estrangeiros, o prelado também doou obras a algumas instituições fora do país.

A Academia de História de Madrid constitui-se como um bom exemplo disso. frei Manuel do Cenáculo foi eleito sócio desta instituição, tendo o *Duque da Roca* escrito ao Bispo, justificando a decisão de o tornar sócio, e agradecendo o donativo realizado:

“Cuando esta Real Academia de la Historia acordó admitir V.E. en el número de sus individuos, sabía bien las altas presnas de ciencia, literatura y virtud que adornan á su persona y la generosa afición que ha mostrado en todos tiempos á las cosas de nuestra España ya a los Españoles estudiosos, que por fortuna han conocido á V.E., viajando por Portugal. Así lo afirma la muy apreciable carta de V. E. que me dirige con fha. de 28 de Noviembre del año pasado, dando por mi mano pruebas de su reconocimiento á un Cuerpo literario, que se precia de contar entre sus miembros, sujetos de todas las naciones sabias, puesto que su instituto no debe olvidar á ninguna. Celebro mucho que nuestros dos tomos de Memorias hayan merecido la estimación de V.E.; y le doy las más expresivas gracias por los Códices e curiosidades de antigüedad que se ha servido regalar á la Academia, á la cual hice presente las nobles y amorosas expresiones con que V.E. la honra e la distingue. El Cuerpo, recibéndolas con el aprecio que merece la pureza de las palabras y de la dádiva, manifestará á V.E., por mano de su Secretario, sus sentimientos de gratitud y su Juicio [...]D. El Duque de la Roca /Madrid 11º de Abril de 1798 ”⁶⁶.

O prelado Pacense, admitido como membro da Academia, é rotulado como alguém dotado de grande capacidade literária e científica, sendo-lhe igualmente feito um agradecimento pelo envio dos códices e antiguidades com que presenteou a Academia.

Sobre o mesmo assunto, escreve no mesmo dia, a partir de Madrid, frei José Banqueri, agradecendo ao Bispo, em nome da Academia, a oferta de códices preciosos e comunicando-lhe que ele, interlocutor, fora provido na dignidade de Prior Claustal devido às boas informações que o *Conde de Campomanes* dera da primeira parte da sua obra⁶⁷.

Os casos que temos vindo a apontar no intercâmbio epistolar de frei Manuel do Cenáculo põem em evidência os esforços e diligências em prol da dotação de bibliotecas, que envolveram donativos de livros a instituições nacionais e estrangeiras, destacando-se, como seria de esperar, as nacionais. A correspondência constitui-se igualmente como um meio singular para rastrear a intensa troca de livros com correspondentes nacionais e estrangeiros. De facto, a observação dos documentos permitiu-nos constatar que a troca em torno dos livros se fez por diversos motivos: compra e venda, donativos e intercâmbios em torno da análise e comentário ao valor de obras, autores, ou valia da matéria tratada. Estes câmbios funcionaram de forma recíproca, isto é, Cenáculo recebe mas também envia muitos escritos nestas condições.

Através das cartas, frei Manuel do Cenáculo envia obras de sua autoria, sobretudo ligadas à temática da Religião, mas também outras, que refletem as preocupações com as reformas que defende no Ensino. Contudo, não se limita a enviar obras de sua lavra, endereça também trabalho de muitos outros autores, de temáticas múltiplas, tais com a História, a Geografia, o Direito, as Belas-Letras, a Poesia, a Política, a Religião, entre outros. Há uma grande multiplicidade de áreas temáticas nos livros remetidos aos seus interlocutores, sendo que a mesma pluralidade se verifica nos livros que são expedidos pelos seus correspondentes. As obras trocadas por esta via são de diversas tipologias: manuscritas ou impressas, completas ou partes de obras, críticas ou apologias a obras, traduções⁶⁸ e obras na língua original. Trocam-se ou comentam-se similarmente edições raras, destinadas ao “apaixonado por livros”.

Saliente-se que o prelado recebe, por via da correspondência, obras, enviadas por vários interlocutores, pelos mais diferentes motivos. Muitas vezes é-lhe pedido que disponha do seu tempo para as corrigir, censurar, ou simplesmente emitir uma opinião⁶⁹. Algumas são-lhe oferecidas, chegando-lhe às mãos ainda antes de se imprimirem, sendo possível encontrar casos em que lhe são remetidas antes de serem enviadas para as licenças da Mesa Censória. A este facto não serão alheios os cargos que desempenhou, mormente aqueles que deteve na Real Mesa Censória. Ao buscarem preventivamente o seu beneplácito, os autores tentavam precaver-se da possibilidade de futuros problemas com a censura. A rede epistolar cenaculana envolveu contactos com diversos eruditos, figuras ligadas

ao mundo do livro, do ensino, da cultura, tanto nacionais, como estrangeiros, nomeadamente do país vizinho. Entre os vários casos que poderíamos apontar, destacamos, pela proximidade com o bispo de Beja em termos do espectro intelectual, ou das diligências de dotação de bibliotecas em que se envolvem, as cartas permutadas com as seguintes personalidades, que certamente contribuíram para consolidar toda a sua formação humanista e a sua bibliofilia: Francisco Perez Bayer – filólogo e numismata de Valência; Gregório Mayans – historiador, linguista, escritor e polígrafo e irmão Juan António Mayans; Juan Buytrago – autor e livreiro de Madrid; D. Juan Baptista Muñoz – Historiador e Cosmógrafo-mor; Duque de la Roca – Director da Real Academia de História de Madrid; António Ribeiro dos Santos – “Director” da Real Biblioteca Pública de Lisboa; frei Pedro e frei Rafael Mohedano – Religiosos em Espanha, autores da obra *História Literária de Espanha*⁷⁰.

Verifica-se uma constância da presença de livros nestes contactos, que se apresenta sob várias formas: desde trocas e envios, até comentários profundos sobre obras, temas que tratam e autores. A polémica não está ausente, a troca de informações serve, por vezes, como preparação para a defesa dos escritos pessoais, ou até das posições críticas ou opiniões emitidas, ou a emitir, acerca da valia deste ou aquele estudo ou autor.

As obras e autores eram assim debatidas e comentadas entre eruditos, com recurso a mensagens trocadas via correio. Certamente não pode afirmar-se que todos os intelectuais da época, na Península Ibérica, recorriam a esta prática epistolar. Parece-nos contudo legítimo deduzir que em vários casos, estando Cenáculo incluído entre eles, esta era uma das formas, entre as várias a que possam ter recorrido, através da qual se mantinham por dentro do que se passava no mundo editorial e respetivas polémicas, constituindo-se esta correspondência como uma verdadeira rede informativa.

As relações de Cenáculo com outros intelectuais são certificadas pelas diversas cartas que trocaram. Alguns desses eruditos, tais como Perez Bayer ou Juan Batista Muñoz, passaram pelo nosso país e contactaram direta ou indiretamente com o bispo de Beja, tendo conhecido alguns dos “tesouros” bibliográficos que este se dedicou a procurar tão afincadamente. As mensagens que intercambiam perpassam testemunhos de admiração por alguns espécimes literários que o bispo possuía, referidos em diferentes circunstâncias, sendo, muitas vezes, alvo de comentários elogiosos.

Estas permutas epistolares constituem-se como um testemunho privilegiado dos interesses intelectuais partilhados entre os intervenientes nesta rede informativa. Revelam a existência de uma rede de relações sociais, que espelha interesses objetivos, relacionados com necessidades mais ou menos momentâneas, numa teia de interação mútua entre pares que moldam, orientam

e motivam determinadas condutas e opções. Dentro desse quadro de atuação, a coincidência de interesses, a mescla entre os objetivos mais materiais e quotidianos, com propósitos e afinidades intelectuais, assume-se como natural⁷¹.

Considerando globalmente o conjunto das cartas trocadas por e com Cenáculo, verifica-se que há características e interesses que perpassam a maioria dos contactos com diferentes correspondentes, tais como o interesse em livros, os intercâmbios bidirecionais que eram realizados e a diversidade dos tipos de permutas efetivadas. Há doações, pedidos de informação, ou apenas debates sobre a maior, ou menor valia de determinada obra ou autor, em paralelo com uma partilha de informações e opiniões sobre a atualidade política e cultural da época.

Estas são analogamente reveladoras do respeito intelectual granjeado pela figura de frei Manuel do Cenáculo, apresentado em muitas das missivas como um grande entendido em livros, possuidor de uma excelente coleção. O bispo de Beja era consultado e questionado acerca da valia de determinada obra ou documento, sendo-lhe realizados alguns elogios, respeitantes à sua valia na “República das Letras”. Conseguem também vislumbrar-se, nalgumas destas cartas, sinais do clientelismo, ou favor que marca as relações sociais, sem que isso contribua para diminuir a importância e prestígio que Cenáculo parece ter alcançado.

Os intercâmbios epistolares funcionavam assim como um meio privilegiado de obter informações acerca de obras e autores. Uma espécie de “rede global” de trocas, que ligam e desligam seletivamente os indivíduos, grupos, ou regiões, numa característica que foi identificada por Manuel Castells⁷², num diferente contexto factual e cronológico, mas que julgamos se reproduz, com o necessário ajustamento e contextualização da época, também no período que temos em análise.

Esta comunicação com um conjunto de correspondentes interligados fazia fluir informação, num sistema de partilha de um grupo com os mesmos “códigos de comunicação”, ou seja, os mesmos valores ou “objetivos de desempenho”. Esta definição, que serviu para o autor que citamos anteriormente descrever algumas características das atuais “sociedades em rede”⁷³, também se aplica, com as devidas distâncias, a esta rede informativa que Cenáculo dividia com os seus correspondentes.

As missivas parecem revelar similarmente a importância da troca de opiniões e de consulta de especialistas em diversas línguas, desde o latim, ao hebraico, passando pelas línguas árabes, num interesse filológico que também conseguimos reconhecer nas coleções com que dotou algumas bibliotecas.

Frei Manuel do Cenáculo não se limitou, contudo, a corresponder-se com outros ilustrados, com os quais partilhava afinidades. As suas epístolas formam também pontes de contacto com personalidade muito distintas, tais como outras figuras

da Igreja, ou personalidades políticas, com quem se relacionou e com quem tratou dos mais diversos assuntos.

O bispo de Beja troca missivas com padres e frades sobre a sua jurisdição e autoridade, mas também com outros prelados de diferentes dioceses, religiosos e religiosas de diferentes mosteiros e conventos, com o Núncio apostólico, entre outras personalidades da vida eclesiástica e religiosa. Os assuntos falados são maioritariamente relacionados com temas religiosos, mas não só, há cartas de informação e atualização sobre a vida quotidiana e social, de aconselhamento, de resolução de conflitos, entre outros assuntos possíveis.

Destacamos, de entre os vários exemplos de correspondentes que poderíamos utilizar para ilustrar a qualidade dessas relações, as cartas trocadas com o bispo de Pequim – Alexandre Gouveia.

As epístolas entre os dois interlocutores perfazem valores na ordem da meia centena, sendo na maioria enviadas pelo bispo de Pequim a Cenáculo⁷⁴. Remetidas pelo bispo de Beja encontramos somente três cartas⁷⁵.

As missivas que D. Alexandre Gouveia remete ao bispo de Beja podem subdividir-se em dois períodos distintos, um que concerne ao período anterior à sua nomeação para bispo de Pequim, outro que é posterior à atribuição dessa dignidade. As primeiras são essencialmente cartas de subordinação e de demonstração de reverência pela figura de Cenáculo, pedindo conselhos e dando notas dos seus resultados académicos, na década de 70 de Setecentos, mas onde já são feitos comentários acerca de livros e da necessidade de um aprofundamento do estudo da matemática. A partir da década de 80, já depois de terminados os estudos, as cartas assumem um carácter de maior proximidade intelectual, mas ainda numa perspectiva de pedido de aconselhamento e apoio a frei Manuel do Cenáculo, que foi um grande patrocinador dos estudos empreendidos por este correspondente. Em agosto de 1782, numa carta⁷⁶ do dia 12, Cenáculo escreve ao seu protegido para o felicitar pelo seu despacho e nomeação para bispo de Pequim⁷⁷, congratulando-se por os estudos matemáticos feitos por D. Alexandre serem muito úteis para o bispado para o qual fora destacado.

A opinião do bispo de Beja em matéria eclesiástica e religiosa é procurada, sobretudo quando lhe é solicitado, por D. Alexandre, aconselhamento sobre a preparação para o novo cargo que iria ocupar e a postura que deveria ter enquanto pastor eclesial. A resposta do prelado de Beja pode encontrar-se em duas cartas, nas quais se expressa claramente a universalidade dos seus conhecimentos, quando discorre livremente sobre os livros que devem acompanhar um bom prelado, os que são especificamente necessários para a posição que o seu interlocutor vai ocupar, dissertando analogamente acerca das características do povo Chinês. Uma dessas cartas, da qual apresentamos reprodução parcial, espelha bem essas características:

“[...] Sao os Chinas gente dada ao uso da razao: elles se esforcam a discorrer sobre fundamentos solidos: a sua imaginacao atreve-se a coisas sublimes: estimam a quietacao e repouso do espirito: huma filosofia que amanse os costumes duros, e faca dignos da sociedade, he nelles pertensao, e exercicio de Antiguidade quasi invisivel: o trato com a sua especie he desembarcado, e gracioso, pois he Nacao doce, humana, tratavel, e polida. Ja Vossa Excellencia ve faltar naquelles Povos o systema de ignorancia, que impede a luz, e a aborrece [...] a Nacao Chinezta tem disposicoes de aproveitar para se lhe introduzir o conhecimento, e amor da verdadeira Religiao: [...]. Entrara Vossa Excellencia em huma corte brilhante, e appetitosa de saber o que Vossa Excellencia he capaz de ensinar. Toda a sua pericia astronomica seja degrao, que a Naturesa humilhe a Religiao para trazer o Paganismo a casa do Senhor Esmalte Vossa Excellencia com a gracia a coroa que as Estrellas lhe formam pelo obsequio de se entender com ellas. Faca do mundo fisico, que encerra no seo espirito huma estrada de gloria por onde conduza a Igreja innumeraveis filhos [...] causa da Religiao com prosperos successos⁷⁸.”

A exposição feita por frei Manuel do Cenáculo é pormenorizada, discorrendo sobre aquilo que D. Alexandre Gouveia deveria fazer enquanto pastor da sua diocese, quais os conhecimentos que deveria cultivar, a forma com se devia relacionar com os fiéis sob a sua responsabilidade e a ciência que deveria dominar. É igualmente demonstrativa daquilo que o bispo de Beja aspirava para um do representante do clero, alguém instruído, capaz de responder às necessidades das suas ovelhas. Este deveria tornar-se uma figura admirada e respeitada pela capacidade e conhecimentos que tinha, saberes esses que lhe permitiriam satisfazer as diferentes necessidades do povo e da Igreja, enquanto instituição que procura crescer e alicerçar-se num mundo em transformação. Estas cartas pré-partida para Pequim constituem-se assim como verdadeiras instruções sobre o que deve ser, ler, fazer um bom bispo, numa região geográfica distante que se procura descrever detalhadamente. Nestas, o prelado expõe exaustivamente obras e autores que o seu interlocutor deve ler e conhecer, chegando ao pormenor de resumir o que é dito nas obras e em que aspetos são importantes. Analogamente, assumem-se como mais um testemunho da forma detalhada como frei Manuel do Cenáculo estava a par das novidades literárias, conhecendo detalhadamente obras e autores e o que nestes livros estava escrito, o que indicia que a paixão pelos livros que esta figura patenteia não se limitava ao cultivo dos objetos belos e valiosos, que ornamentavam qualquer prateleira de uma livraria. Eram igualmente objetos que serviam propósitos concretos para além da coleção, eram efetivamente lidos e utilizados, constituindo-se como bens frutuozos

na prossecução de objetivos de melhoria da Instrução a que esta personalidade aspirava.

É também importante referir outras tipologias de cartas que fazem parte do epistolário do prelado: as missivas trocadas com várias figuras políticas, tais como ministros, secretários do reino, o príncipe, a Rainha, o marquês de Pombal, entre outros.

São cartas que assumem um carácter mais formal, onde os livros e as bibliotecas estão menos presentes. Muitas vezes, limitam-se a comunicar aspetos de carácter mais institucional, a propagar uma ordem régia emitida, ou uma qualquer deliberação legislativa. Servem similarmente para tratar temas relacionados com os cargos desempenhados pelo prelado, assim como para empreender diligências que parecem ter como objetivo primordial a manutenção da posição política e social.

No *corpus* documental que compõe o epistolário cenaculano há ainda um conjunto significativo de cartas muito diversas, nas quais se tratam assuntos relacionados com o dia-a-dia das dioceses onde frei Manuel do Cenáculo se encontra, mas também solicitações de vários tipos, como pedidos de esmola ou favor, onde se dá conta de resoluções e deliberações distintas, se determinam aspetos da organização de cerimónias religiosas e das instituições ligadas à vida da Igreja, entre várias outras possibilidades.

O epistolário cenaculano testemunha a existência de uma rede de comunicação e de relações bidirecional, a qual contribui para que os intervenientes se mantivessem a par de novidades e avanços do mundo literário e das Reformas no Ensino. Contudo, essa rede informativa não se centrou exclusivamente neste mundo literário e cultural. Serviu analogamente para informar detalhadamente acerca de acontecimentos e novidade políticas, umas vezes recebidos com contentamento, outras com alguma apreensão, desapontamento e receio sobre o seu significado e consequências futuras. A vida social, as redes de dependências, os escândalos, os conflitos, os favorecimentos, as quedas de estatuto, as disputas por cargos e posições estão também presentes. Há comentários dedicados a informar acerca das últimas novidades da vida social, encontrando-se igualmente cartas tendo em vista o estabelecimento e a manutenção de determinado estatuto, grau de importância, favorecimento, entre muitas outras. Eram cartas destinadas a comunicar e a receber informação, a estabelecer determinadas relações de sociabilidade que ajudavam a manter uma posição social e um estatuto intelectual.

O estudo destas missivas e respetivo cruzamento com outra documentação, tal como o diário e outras anotações do bispo de Beja, patenteia uma preocupação constante do prelado em fazer um registo memorialístico das facetas exemplares da sua atividade, onde se denota uma certa seletividade. Esta ênfase do registo constitui-se, em nosso entender, como um vestígio daquilo a que Roger Chartier chamou o “temor do desaparecimento”. Trata-se

de uma tentativa de deixar memórias pessoais e coletivas da sua trajetória de vida, que permitam que no futuro, o seu esforço pessoal não seja ignorado. Este é um desejo comum às sociedades europeias da modernidade, que levou à necessidade de fixação, através da escrita, dos vestígios do passado, da memória dos mortos e da glória dos vivos. Este mister de recolha e fixação de registos representaria assim uma forma de conjurar a obsessão da perda, o medo de cair no esquecimento, na linha das conclusões que tem sido avançadas por algumas investigações⁷⁹. Frei Manuel do Cenáculo, o “engenheiro social” que, num primeiro momento, toma a iniciativa para a reforma pedagógica e modernização dos estudos entre os franciscanos, colaborando também nas reformas pombalinas dos estudos, passa, numa segunda fase, para o terreno. Larga os gabinetes, colocando em prática muitas das suas ideias, quer cumprindo aquilo que considera como suas atribuições religiosas, quer encarando a necessidade de instrução numa perspetiva de “utilitarismo”. Essa atitude tem propósitos políticos evidentes, de controlo e endoutrinamento da sociedade no quadro político vigente, constituindo-se similarmente, como uma tentativa de modernizar a sociedade e instituições, promovendo uma rutura com a pedagogia tradicional⁸⁰. A obsessão pelo registo que patenteia⁸¹ parece querer deixar, para memória futura, esta obra de “engenharia social” em que se ocupou afinadamente.

O exame das relações epistolares que o bispo de Beja estabeleceu, permite fazer uma aproximação à valoração que realizou a muitos livros ou outros escritos. Essa avaliação não se cingiu à componente material da edição e sua riqueza, averiguando paralelamente a valia do conteúdo da obra e do seu autor. Constitui-se assim como uma apreciação que ia muito para além do valor em réis de determinada edição ou coleção, ajuizando também sobre o contributo que esta poderia trazer em termos do progresso social que se aspirava. Frei Manuel do Cenáculo surge assim como alguém muito preocupado com a utilidade dos livros, e com o progresso social que estes ajudariam a construir, partilhando, com outros intelectuais coevos, a mesma crença na utilidade destes instrumentos. Assume-se como um homem do seu tempo, que terá absorvido alguns valores do iluminismo, destacando-se pela sua faceta de reformador que acreditou nas potencialidades da instrução, encarada como o caminho que era necessário percorrer em direção à virtude⁸².

Esta vontade de alcançar o progresso, usando os livros com um dos instrumentos para atingir esse fim, é assim uma característica que partilha com outros ilustrados católicos do tempo, tendo até estabelecido relações epistolares com alguns deles. Isso não retira importância à obra do prelado no campo dos livros, leitura e instrução.

Se considerarmos os quantitativos que movimenta para formar coleções de livros e bibliotecas, a valia das edições que inclui, as exigências que coloca, pensamos que estamos perante uma obra

notável de alguém para quem o livro é mais que um objeto de coleção, é um corpo de instrução e por esse meio de obtenção do progresso social.

Essa valoração que faz do livro lembra-nos uma proposta de definição deste instrumento, onde encontramos a seguinte reflexão⁸³: “Um livro é mais que uma estrutura verbal, ou que uma série de estruturas verbais; é o diálogo que estabelece com o seu leitor, a entoação que impõe à sua voz, as imagens cambiáveis e duráveis que deixa na sua memória. Esse diálogo é infinito; as palavras *amica silentia lunae* significam agora lua íntima, silenciosa e luminosa, e na Eneida significaram o interlúnio, a obscuridade que permitiu aos gregos entrar na cidade de Tróia... A literatura não é esgotável. Pela suficiente e simples razão de que um só livro não o é. O livro não é um ente incomunicável: é uma relação, é um eixo de inumeráveis relações”⁸⁴. A forma como Cenáculo, juntamente com outros ilustrados, encara os livros, apontando-os com instrumentos ao serviço da instrução, coaduna-se com esta definição de livro enquanto objeto de diálogo. É através desse diálogo infinito que o livro cumpre as suas funções. É por não ser esgotável, por criar um eixo incontável de relações que se torna útil, capaz de dialogar com o seu leitor e dessa forma contribuir para a vertente formativa que representa, no pensamento dos ilustrados, a utilidade dos livros.

O bispo de Beja demonstrou um interesse acentuado pelos livros e suas potencialidades. Foi único? Não, uma vez que com outros partilhou muito do seu percurso intelectual. Foi singular no seu projeto de “engenharia social”? Talvez tenha sido singular pela forma como empreendeu um percurso pessoal que incluiu a dotação de muitas bibliotecas, como reuniu afincadamente livros das mais diversas origens. Singular porque todos os projetos pessoais tem um vertente de originalidade que é moldada pelas circunstâncias próprias da personalidade, época e contexto em que se insere. Partilhou contudo, gostos e interesses neste domínio com outras personalidades, trilhando um caminho que tem traços comuns com o de outros eruditos da época, colecionando livros, criando, ou contribuindo para a criação, de bibliotecas.

As afinidades eruditas

Frei Manuel do Cenáculo não se constitui um caso único, como ele, muitos pensadores da época se dedicaram a meditar nas reformas necessárias, avançando na aventura de reunir livros.

Não será, por isso, excessivo apreciar a existência de uma matriz comum a outros Ilustrados, os quais realizaram um percurso semelhante ao seu, na defesa da reforma da sociedade, assim como na reunião de livros de diferentes proveniências para servir esses e outros propósitos reformadores. Torna-se portanto pertinente

examinar, em traços largos, o percurso de outros bibliófilos e eruditos do seu tempo, tentando avaliar de forma mais concreta as semelhanças que possam existir. Em última instância, este breve apontamento permitir-nos-á compreender melhor o percurso de vida de Cenáculo.

Do leque de personalidades suscetíveis de serem analisadas, circunscrevemos o universo a bibliófilos contemporâneos de Cenáculo, bem como a figuras que com ele travaram contactos, em especial no caso de correspondentes estrangeiros, ou que pudessem ser de alguma forma comparados com o prelado, devido à época em que viveram e interesses que revelaram, para o caso de bibliófilos nacionais⁸⁵.

De acordo com esses critérios selecionaram-se as seguintes personalidades:

Nacionais: D. Gaspar de Bragança; D. João de Magalhães e Avelar; frei Francisco de S. Luís Saraiva; Joaquim Xavier Botelho de Lima.

Estrangeiros: Gregório Mayans; Francisco Péres Bayer.

No caso dos bibliófilos nacionais começámos por selecionar D. Gaspar de Bragança, arcebispo de Braga, que viveu na mesma época de frei Manuel do Cenáculo, entre 1716 e 1789, constituindo-se os livros como uma das suas ocupações privilegiadas.

Seguiu-se D. João de Magalhães e Avelar, bispo do Porto, que foi “contemporâneo” do prelado, embora mais novo, tendo vivido já as vicissitudes de instauração do Regime Liberal em Portugal. Viveu entre 1754 e 1833 e, à semelhança de frei Manuel do Cenáculo, desempenhou alguns cargos de relevo, reunindo analogamente uma biblioteca significativa. Dada alguma proximidade com frei Cenáculo em termos de cargos exercidos e reconhecimento público pela figura e até pela paixão por livros que patenteou, decidimos selecionar este bibliófilo, fazendo uma breve comparação com a atividade de Cenáculo.

Partindo dos mesmos pressupostos, a escolha de frei Francisco de São Luís Saraiva sustenta-se em razões muito similares. Este foi também uma figura contemporânea a Cenáculo, embora pertencendo a outra geração, uma vez que viveu até mais tarde, entre 1766-1845. Desempenhou também alguns cargos de relevo e obteve algum reconhecimento público.

No caso de Joaquim Xavier Botelho de Lima, arcebispo de Évora, a escolha fundamenta-se essencialmente no facto de ter sido antecessor de Cenáculo na arquidiocese e também na existência de fontes que dão nota de livros desta personalidade na fundação da Biblioteca de Évora. Embora não tivéssemos encontrado estudos pormenorizados acerca da atuação desta individualidade, optámos por aportar ao nosso trabalho o catálogo com esses

livros, que se constitui como um complemento importante para a compreensão da fundação da Biblioteca Pública de Évora, empreendida durante o consulado do prelado.

No que concerne a eruditos estrangeiros, a opção centrou-se em duas personalidades que se corresponderam com o bispo de Beja, Gregório Mayans e Francisco Peres Bayer, que parecem ter partilhado com ele alguns interesses intelectuais, nomeadamente na importância que atribuíram às reformas de ensino e aos livros como instrumento para a sua efetivação. Os dados que iremos apresentar não se prendem tanto com a sua bibliofilia e coleções individuais, relevando antes as anotações sobre os interesses que patentearam, procurando traçar um paralelo com o prelado.

D. Gaspar de Bragança

D. Gaspar de Bragança⁸⁶ nasceu em Lisboa, a oito de outubro de 1716 e morreu em Braga, em dezoito de janeiro de 1789. Era um dos três “meninos de Palhavã”, tendo sido perfilhado pelo monarca D. João V em agosto de 1742, é reconhecido como irmão por D. José I em agosto de 1752⁸⁷.

Foi escolhido para arcebispo-primaz de Braga por D. José, em 23 de agosto de 1756, tendo entrando solenemente na cidade apenas em 28 de outubro de 1759.⁸⁸

Prelado de sangue real, ficou ligado a várias obras em Braga, fazendo dos livros um dos seus principais enlevos.

De acordo com P. Tavares, D. Gaspar juntou no Paço Arquiepiscopal uma magnífica biblioteca, a qual iria causar grande admiração ao seu sucessor⁸⁹. Esta livraria acabaria por desaparecer num incêndio que afetou o Paço em 1866⁹⁰, havendo, como testemunho da sua existência e dos livros que a compunham, um índice manuscrito, ordenado alfabeticamente dos *Livros, de que se compõem a Bibliotheca do Serenissimo Sn.r Dom Gaspar Arcebispo Primaz*⁹¹.

O documento acima referido é omissivo em algumas informações sobre as edições, nomeadamente datas e locais de edição dos exemplares, mas fornece algumas pistas interessantes sobre as recolhas e predisposições intelectuais de D. Gaspar de Bragança. Ao índice previamente referido, juntam-se alguma correspondência relativa a compras e encomendas de livros e uma lista de livros trazidos para o Paço por D. Gaspar, que torna mais evidentes alguns dos interesses bibliográficos deste prelado⁹².

Tendo em atenção as indicações apresentadas, a documentação existente permite perceber um desejo de atualização bibliográfica por parte deste arcebispo, que terá acrescentado a um núcleo inicial de dois mil setecentos e sessenta e quatro volumes⁹³ várias aquisições, onde despendeu de avultadas somas. A biblioteca reunida por D. Gaspar de Bragança em Braga causou,

como atrás mencionámos, admiração no sucessor deste prelado, sendo “digna de um filho de D. João V e adequada ao perfil de um prelado das Luzes”⁹⁴.

O catálogo dos livros que compunham a biblioteca de D. Gaspar incluía um total de quinhentos e sessenta e oito títulos, com presença de várias matérias, tais com a Teologia, os estudos Escriturísticos, a Oratória Sacra, a Jurisprudência, a Literatura (profana, ascética e mística), a História (eclesiástica, civil e literária), Ciências e Artes e Poligrafia⁹⁵.

São vários os livreiros de Lisboa que se correspondem com secretários de D. Gaspar, predispondo-se a satisfazer encomendas, a trocar informações e propondo preços especiais às aquisições do prelado – que estava a *fazer livraria*⁹⁶. Isto parece indiciar que se tratava de uma biblioteca bastante diversificada em termos de temáticas, mas também que se procurava dotar constantemente, daí os contactos com os diversos livreiros, que estavam conscientes que esta era uma biblioteca em construção.

A biblioteca constituía-se como um motivo de orgulho deste prelado, que gostava de a mostrar a visitantes ilustres, fazendo parte da coleção não apenas livros, mas também outros objetos, nomeadamente medalhas e moedas. A própria coleção de livros dá nota do interesse pela numismática e medalhística, sendo que a coleção de moedas e medalhas de D. Gaspar, rivalizando com a que frei Manuel do Cenáculo reunira no Alentejo, se terá constituído como a mais rica de Portugal⁹⁷.

A pertença à família real decerto facilitaria os recursos necessários à reunião de tal coleção, contudo, D. Gaspar não se limitou à mera aquisição de peças raras e valiosas. Recorreu à troca de impressões com vários entendidos, com vista a decifrar e classificar algumas das peças e aos livros como instrumento e fonte de conhecimentos teóricos de apoio à sua atividade de colecionador⁹⁸. Neste sentido, poderemos dizer que apresenta algumas afinidades com frei Manuel do Cenáculo, uma vez que utilizou também a correspondência como meio de aquisição e informação sobre os vários espécimes das suas coleções, num perfil de atuação comum a muitos dos intelectuais da época.

No que respeita à coleção de livros propriamente dita, são várias as matérias constantes da coleção, encontrando-se exemplares da *Encyclopédie*, de obras filosóficas com a de David Hume – *Discours politiques*; do Marquês D’Argens – *Memoires*; de Voltaire – *Le siècle de Louis XIV* e de Rousseau – *Discours sur l’Origine de l’Inégalité parmi les Hommes*; mas também o *Journale des Savants*, entre diversos outros⁹⁹.

A consideração global dos títulos da biblioteca de D. Gaspar dá nota de uma modernidade e atualização bibliográfica da coleção, consonantes com o perfil de um prelado atento às questões ideológicas e culturais do momento, acompanhando a atividade cultural europeia contemporânea¹⁰⁰. Constata-se a presença de autores franceses, a pouca representatividade de áreas como

a Teologia Dogmática¹⁰¹, o maior espaço concedido à Teologia Moral e também a presença de vários escritos anti-jesuíticos¹⁰². As grandes áreas de distribuição bibliográfica testemunhadas pelo catálogo bibliográfico de D. Gaspar eram o Direito, a História e as Ciências, incluindo as Ciências Económicas, as da Natureza e mesmo a Matemática e a Medicina¹⁰³.

Subscrevendo as palavras do autor supramencionado, as fontes disponíveis e por ele estudadas acerca da bibliofilia de D. Gaspar de Bragança, para além de interessantes informações sobre leitura, comércio e escolha de livros, põe em evidência uma personalidade que corresponde à imagem de um prelado ilustrado do seu tempo, em ambiente peninsular, com horizontes e possibilidades intelectuais de príncipe e meio-irmão de um monarca que havia imposto, às camadas dirigentes do país, formas de comportamento fortemente dirigidas perante fenómenos culturais, não sendo por isso expectável uma atitude pessoal de inequívoca autonomia ou singularidade¹⁰⁴.

A biblioteca de D. Gaspar espelha assim os interesses intelectuais gerais na Europa culta das *Luzes*, aparecendo marcada pela realidade política envolvente do Regalismo oficial, face ao qual abundam leituras de Bossuet, Van Espen, Febrônio, P. Pereira, entre diversos outros. Muitas das escolhas do príncipe, nas quais entravam eruditos autores galicanos e filojansenistas, seriam assim insinuadas pela política cultural da corte nessa época. Isto não inviabiliza que o próprio arcebispo tenha tomado parte nalgumas reformas, nomeadamente a religiosa, ao empenhar-se na reedição e adoção na arquidiocese de Braga do *Catecismo de Montepelier*¹⁰⁵, que será também um dos eleitos por D. Frei Manuel do Cenáculo.

A bibliofilia deste arcebispo e a sua ação na arquidiocese pautaram-se por padrões de um *aggiornamento* ao campo do Iluminismo Católico, não apenas no campo da bibliofilia, mas também no patrocínio a sociedades económicas como a Limiana, no apoio à fundação de instituições caritativas de promoção sociocultural como o Colégio das Ursulinas de Braga, os Recolhimentos de Santa Teresa, entre diversos outros¹⁰⁶.

Considerando a sua trajetória, admitimos que poderemos considerar que há uma certa proximidade de D. Gaspar ao espectro intelectual¹⁰⁷ de frei Manuel do Cenáculo, sendo que algumas áreas de atuação e interesses são coincidentes com os do nosso prelado. Certamente, terão pautado as suas atuações de forma singular, mas parecem partilhar interesses, princípio de organização e preocupação na direção das respetivas dioceses e nos interesses revelados em termos do “mundo intelectual”.

D. João de Magalhães e Avelar

Esta personalidade foi contemporânea a Cenáculo, se bem que mais novo que o prelado Pacense. Nasceu no bispado de Lamego a 14 de dezembro de 1754, falecendo em 16 de maio de 1833¹⁰⁸, vivendo já parte das vicissitudes decorrentes do processo liberal em Portugal.

Iniciou o percurso académico em Lamego, estudando Humanidades¹⁰⁹, matriculando-se posteriormente na Universidade de Coimbra, tornando-se doutor em Cânones em 28 de julho de 1788¹¹⁰. Nomeado lente de Cânones na mesma Universidade,¹¹¹ foi reitor do Colégio de S. Pedro, cargo importante para o seu percurso e no qual esteve durante o período de um ano¹¹². Paralelamente desempenhou a função de bibliotecário do mesmo colégio.

Tornou-se membro da Academia Real das Ciências de Lisboa, a convite de António Ribeiro dos Santos, de quem foi um grande amigo, integrando-a em 1798, na categoria de “sócio livre”¹¹³.

Foi nomeado deputado extraordinário da Inquisição de Coimbra¹¹⁴, sendo eleito bispo do Porto e sagrado no cargo em 29 de junho de 1816, sucedendo a D. António de São José de Castro.

Ao assumir o governo desta diocese confrontou-se com várias necessidades a queurgia dar resposta rápida e eficaz, “começou a prover às necessidades materiais e morais que nela havia, resultantes da guerra, da ausência de prelado durante cinco anos e da subsequente vacância de dois anos”¹¹⁵. Consciente das dificuldades que o aguardavam, aplicou-se desde logo na continuação das obras do edifício do Seminário.

Fazemos uma curta pausa na apresentação acerca desta figura, para traçar um pequeno paralelo desta figura com o nosso bispo de Beja. Tal como Cenáculo, também este bispo, que se formou em Coimbra onde foi lente na Universidade, assumiu cargos relevantes, não ostentando todavia tanta ligação ao poder quanto a que Cenáculo teve em pleno consulado pombalino. Ambos assumiram as suas dioceses e aí trataram de fazer face às dificuldades que os respetivos bispados lhes colocavam, demonstrando preocupações com o ensino e preparação dos respetivos clérigos.

Focalizando novamente a análise no bispo do Porto, poderemos dizer que as vicissitudes do processo político português tiveram reflexo na sua atuação, mormente num período conturbado por conflitos vinculados entre liberais e absolutistas. O bispo portuense confrontava-se com uma premente falta de clérigos, sendo que a estrutura eclesial se encontrava em crise ao tempo da primeira experiência liberal¹¹⁶. Não obstante, o prelado não se propõe a resolver o problema pela via quantitativa, defendendo que o caminho a seguir é o de ordenar apenas aqueles que demonstrem plenas e amplas qualidades para o serviço da Igreja¹¹⁷.

Tal com outros bispos, também D. João de Magalhães e Avelar expediu algumas pastorais que permitem examinar o governo

da sua diocese, sendo que algumas delas espelham posições face às determinações políticas da altura¹¹⁸.

Em termos políticos parece ter abraçado a causa miguelista, convicto que a reposição das antigas instituições portuguesas era o caminho certo para o desenvolvimento harmonioso da sociedade portuguesa, aceitando, apesar disso, a Revolução de 1820 e a Constituição de 1822¹¹⁹. Quando D. Miguel é aclamado rei absoluto no Porto manifesta publicamente o seu apoio ao monarca.

Em 30 de abril de 1826 é nomeado par do Reino e assiste, enquanto bispo da cidade do Porto, ao desembarque das tropas liberais em 1832, retirando-se da cidade em 9 de julho do mesmo ano, fazendo-se acompanhar pelo provisor do bispado e pelo seu secretário. Perante o vazio de poder, D. Pedro nomeou outro governador do bispado, frei Manuel de Santa Inês, facto que iria gerar alguma polémica com a Santa Sé¹²⁰.

Realizada uma apresentação, necessariamente curta, acerca do percurso formativo deste bispo, assim como dos cargos que desempenhou e posições que defendeu, passamos de seguida a centralizar a análise no aspeto que nos fez trazer à coação a vida deste prelado – a sua bibliofilia e Biblioteca.

De acordo com um relato de Adrien Balbi¹²¹, a biblioteca deste prelado continha cerca de trinta a trinta e dois mil volumes, não sendo pública, o bispo franquava o seu uso a quem solicitasse autorização para a frequentar. É atribuído um valor incalculável ao seu património, que ultrapassa os cânones de uma biblioteca privada¹²².

Os dados recolhidos pelo autor que trabalhou a vida deste prelado e apreciou esta biblioteca, apontam para a existência de trinta e seis mil volumes, que se encontravam divididos tematicamente nos seguintes itens: Literatura – seis a sete mil; Ciências Naturais e Artes – cinco a seis mil; Teologia e Jurisprudência – catorze a quinze mil.

Para além destas edições possuiria também cerca de trezentos manuscritos¹²³, o que formava uma biblioteca particular notável, sobretudo se tivermos em conta que nesta altura o Porto ainda não possuía uma Biblioteca Pública.

A Biblioteca Pública do Porto viria a ser criada por decreto de 9 de julho de 1833¹²⁴, já depois da morte do prelado. Em 1843, por carta de lei datada de 30 de junho dispôs-se que o Governo estava autorizado a comprar, aos legítimos proprietários, a biblioteca que havia pertencido ao bispo do Porto, para a incorporar nos bens nacionais e doá-la à Biblioteca do Porto. A compra teria o valor de vinte e quatro contos de réis, a pagar em quatro prestações¹²⁵, o que em nosso relevo a importância que era dada à Biblioteca constituída pelo bispo.

A biblioteca seria a primeira prioridade deste prelado, logo depois dos afazeres decorrentes da sua atividade episcopal¹²⁶. Passava muito do tempo livre na sua livraria, a qual se dedicou a formar e aumentar ao longo da vida, tarefa que viu facilitada pelo facto de possuir recursos financeiros relativamente avultados.

As diligências para a dotação da biblioteca começaram em Coimbra, onde juntou cerca de trinta mil volumes. Aquando da eleição para bispo do Porto esses volumes foram transportados consigo para a cidade. Aqui, a Biblioteca ocupou um espaço no Paço Episcopal, mas em salas separadas das que eram ocupadas pela da Mitra, de modo a não haver misturas entre as espécies das duas bibliotecas, tal como consta de um Auto de Inventário e Separação da Livraria¹²⁷. Durante o tempo em que exerceu o governo da diocese do Porto, o bispo continuou a ampliar a sua Biblioteca pessoal, aumentando-a em cerca de seis mil volumes¹²⁸.

D. João de Magalhães e Avelar elaborou pelo seu próprio punho um índice da sua Biblioteca, onde colocava as indicações das espécies bibliográficas que possuía e ia adquirindo, nome do autor, livreiro a quem fora realizada a compra e custo, título, lugar e ano de impressão, com o respetivo formato e por vezes, a indicação do número de volumes que compunham a obra¹²⁹.

Voltamos aqui a fazer uma ponte em relação ao que conhecemos acerca da biblioteca de Cenáculo. Sabemos que o prelado de Beja possuiu uma biblioteca notável, povoada de espécies raras e valiosas que foram, em muitos casos, alvo de rasgados elogios por parte de numerosas figuras que com ele se corresponderam, são disso exemplo entre várias outras, as cartas que trocou com António Ribeiro dos Santos. No entanto, não possuímos um catálogo detalhado da sua biblioteca, há menções a livros, a compras, a doações realizadas, citações de obras, apreciações acerca da valia de muitas edições, mas não é possível reconstituir perfeitamente a sua biblioteca em termos quantitativos. Não há um índice da sua biblioteca particular, nem tampouco uma memória acerca de todas as bibliotecas para as quais contribuiu com explicitação completa dos fundos que englobados respetivos donativos. Além disso, em todos os documentos que analisamos, não vislumbramos uma vontade efetiva, por parte de Cenáculo, em separar quais eram os seus livros, e quais eram os livros do bispado ou arcebispado.

Procuramos entender esta mescla entre o que lhe pertencia e o que era da instituição. Admitimos que esta mistura poderia ser explorada por frei Manuel do Cenáculo, tentando construir a imagem de alguém que dispunha de todos os seus fundos em prol da comunidade onde estava inserido. Seria uma tentativa de construir uma feição pública, na mesma aceção que lhe deu por exemplo Peter Burke, quando analisando outro objeto, pensou a forma como Luís XIV se transformou num ícone pela forma com que conscientemente construiu uma imagem pública¹³⁰.

Não é possível, em face da documentação encontrada, confirmar ou infirmar esta hipótese. Certo é que, independentemente das razões que o motivam, não existe essa separação e uma organização marcada de um catálogo.

Voltando a focar a atenção no bispo do Porto, D. João de Magalhães e Avelar, já percebemos que este, tal como Cenáculo,

dedicou muito do seu tempo à sua paixão de colecionar livros e constituir uma biblioteca, embora o cerne dessa instituição se diferencie. O bispo do Porto trata de constituir uma forte biblioteca particular, que utiliza pessoalmente e que pode franquear, sob pedido, a algum público, ainda que não seja algo posto à disposição do “público em geral”. Cenáculo tem uma Biblioteca elogiada, mas dedica muitos dos seus esforços a constituir bibliotecas que possam ser utilizadas pelos estudiosos que a estas queiram concorrer.

Para além do interesse em livros e da constituição de uma grande Biblioteca, as atenções do bispo do Porto centraram-se também na numismática, tendo possuído de uma importante coleção de moedas, que era “preciosa de moedas romana, portuguesas e estrangeiras de variadas nações e épocas, que fazia muito gosto em mostrar e explicar aos seus hóspedes e visitantes”. Com a saída da diocese, parte desta coleção perdeu-se, sendo a restante vendida pelos seus herdeiros¹⁵¹.

É possível conhecer, a partir do trabalho supracitado de José de Oliveira, dados pormenorizados sobre a coleção existente na biblioteca deste bispo do Porto, tais como temáticas, datas de edição, línguas, locais de edição, formatos e preços. Destacamos apenas a grande importância ocupada pelos livros de História nesta biblioteca, que apresenta uma pluralidade de temáticas, entre História Política, Social, Económica, Literatura de Viagens, Biografias, entre muitos outros temas, que poderão indiciar uma “preocupação em abarcar de um forma lata e global a realidade humana, nas suas diversas facetas, sob o ponto de vista histórico”¹⁵².

A qualidade desta biblioteca não se centrou exclusivamente na enorme quantidade de volumes que lhe davam corpo, mas também na grande variedade de temáticas, autores e ideologias expostos nesses livros, numa procura de informação em campos distintos e multifacetados, considerando-se que esta era “tudo menos um lugar árido, esta biblioteca apresenta-se como um universo de potencialidades, de caminhos a desbravar e percorrer [...] ficando-nos a certeza de um espírito curioso [por parte do seu autor], arrumado, metódico e racional em busca de novos saberes, mesmos dispare dos ensinamentos clássicos e moralmente aceitáveis para um alto membro do clero. À cultura do poder alia-se, deste modo, a cultura do saber”¹⁵³.

Com a devida vênua ao autor deste estudo, destacamos algumas das suas conclusões, de modo a trazer à coação a grande diversidade temática e universalidade presentes na coleção desta personalidade. A Biblioteca que possuiu era extensa e rica, sobretudo se tivermos em conta que alguns livros se constituíam como um objeto caro, o que certamente colocaria restrições, ou melhor exigências financeiras a quem se dedicava a colecioná-los. Surge assim, mais uma possibilidade de apreciar

a obra de Cenáculo face à deste bispo, ambos se preocuparam com os livros e partilharam a paixão pelas bibliotecas. Mostraram interesses comuns, nomeadamente na universalidade presente nas temáticas das respetivas bibliotecas¹⁵⁴, e reconheceram a importância da formação do clero, tendo reunido uma grande quantidade de livros. Analogamente acreditaram nas virtuosidades do regime absolutista, se bem que em momentos históricos distintos. Evidenciam contudo, algumas singularidades em termos de trajetória seguida. Não se encontra, em Cenáculo, a mesma necessidade de diferenciar o que é seu e o que pertence à diocese. Não vislumbramos no bispo do Porto a determinação premente da utilidade dos livros, que deverão ser postos à disposição de um público alargado. Ainda que o prelado portuense admitisse franquear a sua biblioteca a pedido, esta era privada, enquanto a ideia de biblioteca que Cenáculo propaga ambiciona uma vocação de serviço público. Só assim esta adquiriria sentido, pondo todas as suas potencialidades ao serviço da construção do saber, sendo por isso instrumento de melhoria social.

Frei Francisco de S. Luís Saraiva

Francisco Justiniano, ou melhor frei Francisco Saraiva, nasceu em Ponte de Lima em janeiro de 1766 e viveu até maio de 1845. Ingressou com catorze anos no mosteiro beneditino de Tibães em Braga, no início da década de 80 do século XVIII. Professou em 1782, vestindo o hábito beneditino com o nome de frei Francisco de S. Luís¹⁵⁵.

Existem alguns estudos onde poderemos encontrar referências biográficas detalhadas acerca desta personalidade.¹⁵⁶ Nestes trabalhos é possível conhecer com mais detalhe a vida e obra deste religioso, algo a que aludiremos aqui de forma breve, de forma a traçar um paralelo entre a sua atuação e D. Frei Manuel do Cenáculo.

Frei Francisco de S. Luís Saraiva começou por estudar Filosofia no Mosteiro de Santo André de Rendufe, no distrito de Braga, onde teve lições de História, Filosofia, Lógica, Metafísica, Crítica Hermenêutica e Filologia de acordo com os preceitos estabelecidos para a Moderna Filosofia, assentes na Reforma da Universidade promovida por Pombal. Em 1873 frequenta o colégio beneditino do Convento da Estrela em Lisboa, continuando os estudos de Filosofia. Nesse Claustro apercebe-se da necessidade de aprofundar a sua formação literária, dedicando-se aos estudos de princípios gerais da Literatura e da língua italiana e também francesa. É nesta altura que modela a sua personalidade religiosa, assistindo-se paralelamente ao “desabrochar das suas qualidades intelectuais e predileções culturais, enformadas pelo sistema pedagógico pombalino”¹⁵⁷.

Dois anos mais tarde, em 1785 encontramos-lo já em Coimbra, instalado no Colégio de São Bento, com o objetivo de estudar na Universidade, convivendo com lentes como frei Antônio de São José, frei Joaquim de Santa Clara e frei José Aquino. No início da sua carreira enquanto estudante Universitário, convive com as vicissitudes das reações às reformas pombalinas da Universidade, já em pleno reinado de D. Maria I. Contudo, de acordo com o estudo que temos vindo a citar, não viu o seu *curriculum* afetado, “prossequindo a sua formação superior sob uma conjuntura marcada pelo renovar da fidelidade à Teologia Positiva, conforme o espírito reformista de 1772”¹³⁸.

Interrompemos a apresentação do percurso formativo desta personalidade para trazermos à coação a comparação com o bispo de Beja, reconhecendo que não obstante este ter sido contemporâneo do prelado é significativamente mais novo, de tal forma que no seu percurso formativo vai já “usufruir” as mudanças introduzidas na Universidade com o apoio de frei Manuel do Cenáculo¹³⁹. Seria então um beneficiário das melhorias introduzidas nos estudos, isto se tivermos em conta as intenções com que estas Reformas foram promovidas e encaradas na época.

Voltando ao percurso de frei Francisco de São Luís Saraiva, depois de concluir com êxito o percurso académico, este religioso solicitou licença para ler e possuir livros proibidos, algo que lhe foi concedido por um período de dez anos. Isso ter-lhe-á permitido, segundo Barros Cardoso, o acesso a um conjunto de obras com grande importância para o seu processo formativo.

Na década de 90 é admitido como sócio da Academia Real das Ciências, recebendo a medalha de ouro depois de ter elaborado um estudo no domínio da Historiografia da Antiguidade e dos monumentos literários da França Setecentista, continuando a colaborar em trabalhos da Instituição, sendo que em 1799 é incluído na lista dos sábios que iriam elaborar o Dicionário da Academia¹⁴⁰.

Instala-se em Tibães (Braga), dedicando-se à organização da Biblioteca do Mosteiro e ao ensino, ministrando as disciplinas de Gramática Latina e Retórica. A lecionação dessas disciplinas faz-se de acordo com o Plano de Estudos de 1789, que se constitui, de acordo com Oliveira Ramos¹⁴¹, como um dos testemunhos mais fidedignos da seriedade da atividade científica da ordem de S. Bento em Portugal¹⁴².

No que concerne à atividade de organização da biblioteca deste convento, sabe-se que o “*Index da Bibliotheca do Mosteiro de São Martinho de Tibães*”¹⁴³ foi um trabalho de sua autoria. Através da sua elaboração, frei Francisco de S. Luís procura organizar e dar a conhecer os conteúdos da livraria¹⁴⁴.

É possível encontrar um estudo pormenorizado sobre os livros que compõe o acervo desta biblioteca, partindo da análise deste documento, num estudo de Teresa Ramos¹⁴⁵. Nesse trabalho, a autora aponta para uma prevalência de edições recentes nos livros

que compunham a Biblioteca de Tibães. Com efeito, do total de 3134 títulos identificados¹⁴⁶ cerca de 43% correspondem a edições do século XVIII, 36% a edições do século XVII, 20% a edições do século XVI e apenas 1% a edições do século XV¹⁴⁷. No que respeita à nacionalidade de edição desses livros há uma prevalência dos livros de edição portuguesa, seguidos dos franceses, espanhóis e italianos, respetivamente. Ainda assim, foi possível encontrar livros de nacionalidade alemã, austríaca, belga, holandesa, inglesa, e suíça. Os principais centros editoriais a fornecer esta biblioteca foram Lisboa, com novecentos títulos, Paris com trezentos e cinquenta e três, Madrid com duzentos e trinta e dois, Lyon com duzentos e vinte e quatro, Veneza com duzentos e dezasseis, Coimbra com duzentos e um e Antuérpia com cento e trinta e três. No atinente às principais temáticas encontradas nesta livraria, destacam-se a Teologia com cerca de 44% do total de títulos, seguida da História com 21% e da Literatura, com 13%. Seguem-se a Jurisprudência com 11% dos títulos, as Ciências e Artes com 9% e finalmente, a Poligrafia, História Literária e Bibliografia com 2% do total de títulos. Dentro de cada categoria temática constata-se grande diversidade, sobretudo em classes como a Teologia, Literatura e Artes¹⁴⁸.

Em 1804 é eleito abade do Colégio de São Bento de Coimbra, aceitando dirigir a corporação, dedica muita da sua ação a melhorar as suas instalações, incluindo a biblioteca e cartório. Em 1807 é distinguido com a eleição de cronista-mor e primeiro visitador da Ordem, sendo que isso lhe permite fixar residência no Convento do Carvoeiro onde vive até pelo menos 1813¹⁴⁹.

É provido no cargo de opositor da Faculdade de Teologia¹⁵⁰, mas não trocou a possibilidade de uma carreira universitária pela Ordem. Só mais tarde (1817), quando a entrada no corpo docente da Universidade deixou de colidir com a condição monástica, retoma o ministério do Colégio das Artes, sendo o responsável pela cadeira de Filosofia Racional e Moral, equiparado a lente de Teologia, onde se mantém até 1820¹⁵¹.

Em termos políticos começa a dar sinais de uma atividade mais viva quando aceita integrar a Junta de Viana do Castelo, que se havia constituído após o levantamento da província do Minho contra a presença das tropas napoleónicas em Portugal. Uma memória pessoal, transcrita nos trabalhos do Marquês de Resende parece comprovar isso mesmo, mas nada melhor que divisarmos as suas palavras: “Em 1808, levantando-se a província do Minho contra os francezes e achando-me eu em retiro na villa de Ponte de Lima, minha pátria, fui nomeado e chamado para a junta que se estabeleceu em Vianna do Minho, sem até hoje saber a quem fui devedor de tão perigosa honra”¹⁵².

Em 1820 encontra-se de férias na sua terra natal quando estala o Pronunciamento militar que há-de conduzir à primeira experiência liberal em Portugal. É chamado a integrar a Junta do Porto, algo que não rejeita. Uma vez mais, temos um testemunho na primeira pessoa:

“Em 1820, estando em férias na minha pátria e rompendo na cidade do Porto a revolução de 24 de agosto, que logo se propagou por toda a província, fui nomeado e chamado para ser um dos membros do governo que n’aquella cidade se estabeleceu, como é sabido”¹⁵³.

Integrará similarmente a equipa governativa em Lisboa, tal como se pode inferir das suas palavras: “Fazendo-se geral a revolução e nomeando-se em Lisboa o governo supremo provisório em nome d’el Rei, fui eu nomeado para um dos seus membros. Este governo terminou as suas funções em 4 de julho de 1821, dia em que El Rei desembarcou em Lisboa, vindo do Rio de Janeiro. Este dia foi um dos mais felizes da minha vida”¹⁵⁴.

Após a abertura da Cortes Constituintes, é eleito para integrar a regência encarregue do Executivo até à chegada do monarca, redigindo as bases para a Primeira Constituição. O texto seria votado pelas cortes gerais extraordinárias de 1821 e jurado por D. João VI em setembro de 1822¹⁵⁵. É eleito Deputado e vê-se por isso obrigado a abandonar as suas funções pastorais para ocupar o lugar nas cortes, mantendo a sua postura política de apelo à moderação, à tolerância e à conciliação, dividindo os seus esforços por diversas comissões parlamentares¹⁵⁶.

Com bem sabemos, este período da história política portuguesa é fértil em grandes alterações¹⁵⁷, na sequência das quais a situação de frei Francisco de S. Luís Saraiva face ao poder interpola entre os períodos em se encontra ligado à vida política ativa e períodos onde é afastado e exilado¹⁵⁸.

Em 1834 assume o cargo de guarda-mor da Torre do Tombo, tendo sido considerados para a atribuição da função os seus conhecimentos literários, experiência e virtudes cívicas. É incumbido de tarefas de vulto, tendo contribuído para enriquecer os fundos do Arquivo, promovendo ofertas particulares que ele próprio organizava, onde se incluíram manuscritos seus¹⁵⁹.

D. Pedro chamou-o também a integrar o Conselho de Estado, é eleito novamente Deputado e após o falecimento de D. Pedro é convidado para integrar o governo de D. Maria II, ocupando-se da pasta do Reino. Durante o período em que exerce a função governativa toma medidas relativas à organização das escolas, concede estatuto e novas instalações à Academia Real das Ciências e cria a Biblioteca do Arsenal da Marinha. Em 1835 retira-se do seu Gabinete, integrando depois a Comissão para o Melhoramento e Reforma Geral da Instrução Pública e a Comissão de Beneficência, presidindo, em 1836, à Câmara dos Pares¹⁶⁰.

Termina a sua carreira parlamentar em 1839 por motivos de doença. Um ano depois é indigitado pela Rainha para dirigir os destinos do Patriarcado de Lisboa, sucedendo a D. Patrício da Silva.

Na sua ação pastoral exorta os fiéis a serem leais à dinastia reinante e ao sistema político vigente, tratando também de resolver problemas das dioceses ultramarinas. É no cumprimento destas funções que desaparece, morrendo em Marvila, em maio de 1845¹⁶¹.

Sobre a sua biblioteca é possível encontrar uma análise detalhada na obra de Barros Cardoso que temos vindo a citar. Nesse trabalho faz-se um estudo aprofundado do *Index da Livraria do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom frei Francisco de São Luís, Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, Reitor da Universidade e seu reformador*¹⁶², elaborado em 1823¹⁶³. De acordo com essa análise, a leitura do catálogo da livraria desta personalidade permite constatar a presença de títulos marcantes da vida cultural portuguesa, enquadrando cronologicamente peças correspondentes a uma “livraria clássica” dos séculos XVI-XVII, a par de outras, de uma “livraria das luzes” dos séculos XVIII e de uma “livraria contemporânea” do século XIX¹⁶⁴. Em termos concretos, Barros Cardoso aponta para a existência, nesta biblioteca, de 2045 títulos. É constituída, maioritariamente, por livros dos séculos XVIII e XIX, integra também impressos do século XVI e XVII da primeira edição, ainda que não tenha sido possível identificar as datas de todas as referências. A distribuição cronológica aponta para a existência de mais de oitocentos títulos do século XVIII. Seguem-se os títulos do século XIX, como mais de cinco centenas e o século XVII, com mais de duas centenas. Finalmente o século XVI conta com aproximadamente meia centena¹⁶⁵. No que respeita aos idiomas em que se encontram escritas estas obras, há um predomínio de obras em português. Segue-se o francês como a língua mais representada, seguido de um lote de livros em latim. As edições em espanhol e italiano ocupam os lugares seguintes, mas muito distanciadas em número. As obras em inglês (10) e alemão (3) têm pouca expressão numérica. No atinente às nacionalidades da edição, o autor aponta para uma maioria de livros impressos em Portugal, seguidos dos livros vindos de França e Itália. Há também, em menor número, obras provenientes da Alemanha, Holanda, Suíça e Bélgica. Com reduzida expressão aparecem edições provenientes da América, Brasil, Grécia e Rússia¹⁶⁶. No que concerne à distribuição temática, há uma preferência por livros de História, com mais de seiscentos títulos. Segue-se a Literatura com mais de quatrocentos. A Teologia e as Ciências e Artes, respetivamente, surgem de seguida como áreas de preferência, com valores que não chegam às três centenas de títulos. A Poligrafia ocupa a posição seguinte, com mais de uma centena de títulos e a Jurisprudência surge em último lugar, ultrapassando também uma centena de títulos. Há contudo mais de uma centena de títulos que não foi possível identificar¹⁶⁷.

Salientamos, tal como fizemos para as personalidades a que nos referimos anteriormente, algumas das conclusões do estudo que se dedicou a examinar este catálogo em detalhe. Assim, a livraria de frei Francisco é apresentada como um testemunho da forma como os espíritos mais atentos e cultivados da época buscavam uma nova ordem económica, material e política, encontrando no livro um precioso veículo para essa transformação. O exame do catálogo demonstra que existiu uma preocupação em procurar edições

de proveniência distintas, obtidas em centros editoriais europeus e nacionais, numa preocupação de atualização bibliográfica marcada¹⁶⁸.

Embora não seja possível saber se frei Francisco leu ou não, todos os livros da sua biblioteca, a verdade é que os testemunhos e citações que deixa nas suas obras completas¹⁶⁹ parecem revelar que conheceu muitas delas, ficando a ideia de que Saraiva não procurou restringir-se a uma ideologia, ou forma única de pensar as várias realidades que despertaram o seu interesse, tendo sido um homem de cultura eclética¹⁷⁰.

Quando estudou as temáticas presentes no catálogo da livraria, Barros Cardoso constatou que esta livraria reflete as preocupações de um erudito que não concentrou a sua meditação apenas num aspeto do conhecimento, estando a livraria que reuniu em consonância com as muitas facetas do seu interesse cultural. Apresenta uma predominância da História, logo seguida da Literatura, mas manifestou interesses muito diversificados, como a Medicina, o Pensamento Económico, entre muitas outras¹⁷¹. Os autores são, naturalmente, também muito variados, mas a título de curiosidade apontamos para a existência, na livraria desta personalidade de catorze pastorais de frei Manuel do Cenáculo¹⁷².

A livraria e a valia das obras que a compõem parecem ter sido um forte contributo na formação erudita do prelado, do político, do filólogo do jurisconsulto e do historiador que foi o Cardeal Saraiva¹⁷³.

Lançando a ponte com aquilo que conhecemos acerca do gosto pelos livros evidenciado por frei Manuel do Cenáculo, parece legítimo pensar que ambas as personalidades parecem ter partilhado a visão do livro enquanto instrumento de mudança social, embora os resultados que pretendessem para essa mudança sejam claramente distintos.

Tanto frei Manuel do Cenáculo, como frei Francisco de São Luís Saraiva desempenharam, no seu tempo, cargos públicos de extremo relevo. Apesar de terem cruzado a sua existência pertencem a gerações distintas, sendo que quase poderemos afirmar que a formação intelectual do futuro Cardeal Saraiva é já resultado das reformas do ensino que Cenáculo ajudou a empreender.

Em termos políticos diferenciam-se bastante, enquanto frei Manuel do Cenáculo conviveu e entendeu a sociedade debaixo de um Regime Absoluto, o cardeal Saraiva mostra já afinidades com o processo liberal e as mudanças daí decorrentes, sendo que o acesso aos cargos públicos que ocupou se faz por via do seu Liberalismo. As mudanças políticas que os dois ambicionam para a sociedade são assim muito diferentes, o que se poderá também dever um pouco à diferença geracional que têm. Não obstante essa diferença, ambos partilharam a mesma preocupação com a instrução, dedicando-se, cada um no seu tempo, a trabalhar em prol das melhorias nos estudos, a apoiar instituições culturais relevantes e mesmo à criação bibliotecas, ainda que em escalas distintas.

Há por isso similitudes entre os dois bibliófilos, quer nos gostos e na forma com reuniram livros, quer no modo como parecem ter partilhado a mesma “crença” nas virtuosidades da instrução para o progresso social, diferenciando-se já claramente nos resultados que ambicionam para esse progresso.

Não deixa de ser singular pensar a hipótese de terem sido também as mudanças que frei Manuel do Cenáculo preconizou e ajudou a empreender, o progresso social por elas obtido, que possibilitou o aparecimento de personalidades com o perfil de frei Luís, conduzindo por essa via a transformações políticas que na altura em que as primeiras foram pensadas não eram ambicionadas.

D. Joaquim Xavier Botelho de Lima

Quando pensámos apresentar alguns exemplos de outros bibliófilos que pudéssemos de alguma forma comparar com Cenáculo, hesitámos um pouco na inclusão desta personalidade, uma vez que não conseguimos reunir informações suficientes que nos permitam aferir dados concretos acerca da sua bibliofilia. Contudo, e verificada a existência de um catálogo manuscrito que inclui títulos de livros que teriam pertencido a este prelado, e que constituíram um dos fundos que formaram o núcleo inicial da Biblioteca Pública de Évora, em inícios da centúria de Oitocentos, decidimos incluir uma abordagem acerca desta personalidade.

Sustentamos a opção na assunção que existiria, por parte de D. Joaquim Xavier Botelho de Lima, algum interesse em livros que o levaram a reunir tal acervo e a desenvolver esforços para criar a biblioteca, ainda que não seja possível aferir as reais motivações que o levaram a juntar essa coleção. Se foi um verdadeiro “apaixonado” por livros, se apreciou essencialmente o seu valor enquanto instrumento de saber, ou se os encarou como meros objetos com algum valor económico, são questões para as quais não encontramos resposta. Essencialmente por falta de mais fontes e estudos que nos permitam avançar muito neste domínio.

Francisco Xavier Botelho de Lima é uma personalidade sobre quem não se encontram muitos trabalhos, verificando-se que as menções a esta figura relevam fundamentalmente a sua condição de antecessor de Cenáculo, balizando a sua atividade enquanto arcebispo de Évora.

Francisco Xavier Botelho de Lima, nascido em 1717, é filho de Tomás José Botelho de Távora, terceiro conde de S. Miguel e Juliana Xavier de Lencastre, filha dos terceiros condes de Unhão. Terá entrado para a Congregação da Divina Providência, recebendo ordem de diácono em 1742 e de presbítero em 1762. Formando-se em Cânones, foi em 1743 nomeado para professor e instrutor dos sacerdotes que se preparavam para os exames de confessor¹⁷⁴.

Em 1783 foi escolhido pela Rainha D. Maria I para o arcebispado de Évora¹⁷⁵. Foi sagrado arcebispo em 16 de março de

1784, mas nada melhor do que divisar o próprio registo: “Lisboa 16 de março: A 14 deste mez se effectuou na Real Capella da benposta, com assistência de Suas Magestades e A.A., e hum luzido concurso, a Sagração do Excelentíssimo e Reverendíssimo Arcebispo d’Evora D. Joaquim Xavier Botelho de Lima. O Prelado SAGRANTE foi o Excelentíssimo e Reverendíssimo Arcebispo da Lacedemonia, e os Assistentes os Excelentíssimos e Reverendíssimos Bispos do Maranhão, do Cuyabá e Mato-Grosso”¹⁷⁶.

Terá desempenhado as suas funções de arcebispo de Évora com zelo, o que lhe permitiu receber dois louvores da Rainha D. Maria I, tomando medidas no âmbito da administração eclesiástica, publicando pastorais que incidiam sobre um dos Sacramentos da Igreja, e reformando os serviços do Tribunal da Relação.

Efetuiu também diligências no que ao Ensino dizia respeito, fundando a cadeira de Teologia Moral no Seminário da Congregação da Missão (Lazaristas) em Évora, onde estudavam também os seminaristas diocesanos. Além disso, terá analogamente promovido medidas de carácter disciplinar, tentando combater os abusos existentes nalgumas nomeações¹⁷⁷.

Dedicou-se a promover obras na catedral de Évora, as quais terão custado dezassete mil cruzados. As obras incluíram uma tribuna e um guarda-vento de porta principal. Ofereceu três lâmpadas de prata bastante valiosas, tendo enriquecido a Sé com ricos paramentos¹⁷⁸. Faleceu em 10 de abril de 1800, sendo sucedido no cargo por frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas.

No que respeita ao catálogo contendo os seus livros que foram incluídos no núcleo inicial que formou a Biblioteca de Évora, este encontra-se atualmente custodiado pela referida Biblioteca. Intitula-se *Cattalogo em forma de Inventario dos Livros que o Excelentissimo e Reverendissimo Senhor Joaquim X Botelho de Lima Arcebispo Metropolitano de Evora deo na Instituição da Biblioteca Publica que começou a formar no anno de 1796 com Bulla Pontificia de 30 de Agosto e Beneplacito Regio de 27 de Outubro do mesmo ano*¹⁷⁹.

É composto por 2314 volumes, num total de 688 títulos. Destes, 28 correspondem a volumes manuscritos, de acordo com a informação registada no próprio documento¹⁸⁰. O catálogo apenas identifica os livros pelo título, na maioria dos casos sem qualquer informação acerca de autores, datas ou dados sobre a edição como formato, encadernação, local de edição, ou qualquer outro esclarecimento que nos auxiliasse a fazer a identificação concreta da obra.

Em termos das temáticas, fizemos uma análise a partir dos títulos ostentados na descrição, no entanto, apenas conseguimos identificar a temática de aproximadamente metade das obras catalogadas¹⁸¹. Optámos por criar categorias globais, que permitissem estabelecer um quadro geral acerca das preferências temáticas encontradas neste catálogo. Assim, na categoria “Artes” incluímos obras que se identificavam enquanto tal e ainda trabalhos sobre Arquitetura, Tipografia, Música,

Pintura e descrições de Artes e Ofícios. Apenas encontramos, para este catálogo, uma obra que, com base no título, conseguimos identificar como de “Ciência”¹⁸².

Na categoria “Ciências Civas e Política” introduzimos obras que tratam assuntos ligados à fiscalidade, a regimes alfandegários, a temas económicos, diplomática, assistência pública e fenómenos ligados ao exercício do poder público. A categoria “Direito” engloba obras jurídicas, ordenações e regulamentos jurídicos, bem como tratados de aplicação de direito e reflexão em torno do tema. As obras que categorizamos como de “Filologia e Línguas” incluem léxicos, gramáticas e dicionários, concordâncias e tratados de ensino de línguas distintas. Na categoria “Filosofia” incluímos as obras que no título se identificavam enquanto tal, escritos de reflexão em torno do conhecimento, assim como as obras de alguns filósofos que eram identificados no título. A categoria “Geografia” abarca as obras identificadas no título enquanto tal e ainda atlas, descrições corográficas, cartas geográficas e mapas. Na categoria “História e suas Ciências auxiliares” foram incluídas as obras contendo as histórias de países, regiões, instituições ou personalidades diversas e de interpretação de inscrições e achados “arqueológicos”. Como “Literatura” catalogamos as obras identificadas no título enquanto tal, bem como obras de poética, teatro, ou antologias literárias de alguns autores. Na “Miscelânea/Poligrafia/Periódicos” abarcamos um conjunto de obras diversas, que eram identificadas no título enquanto tal e ainda gazetas e periódicos, calendários, manuais de cavalaria, índice de livros proibidos e relações descritivas de bens. Na categoria “Pedagogia” incluímos as obras contendo conselhos práticos para estudantes diversos, assim como obras com preocupações com os métodos a utilizar no ensino. Na categoria “Religião e Apologética” abarcamos bíblias, obras sobre a vida de Cristo e da Virgem Maria e vidas de santos. Englobam também a mesma categoria as constituições arcebispaes, obras sobre regras e vida monástica, propostas de interpretação de textos bíblicos, escritos sobre figuras da vida da Igreja e questões sobre a sua organização e fundamentação. Analogamente encontram-se catecismos, missais, breviários, pontificais, estampas sagradas, polémicas e questões religiosas, sermões de várias figuras da Igreja, entre outros escritos que associamos, pelo título, à temática religiosa e eclesiástica. No gráfico seguinte procuramos demonstrar a representatividade de cada temática no conjunto do catálogo. [Gráfico 1]

Da análise do gráfico sobressai o predomínio de obras ligadas à temática da religião que representam mais de metade do total¹⁸³.

Para além das obras associadas à Religião, existe, como se infere a partir do gráfico, um conjunto de livros com temáticas muito diversas. Assim, o catálogo divide-se por assuntos e registos de escrita muito diferentes. Desde obras de carácter mais prático, tal como o título: *Nova escola para aprender a ler – Andrade*, ou a *Nova arte de escrever – Araújo*, passando por calendários, como o título

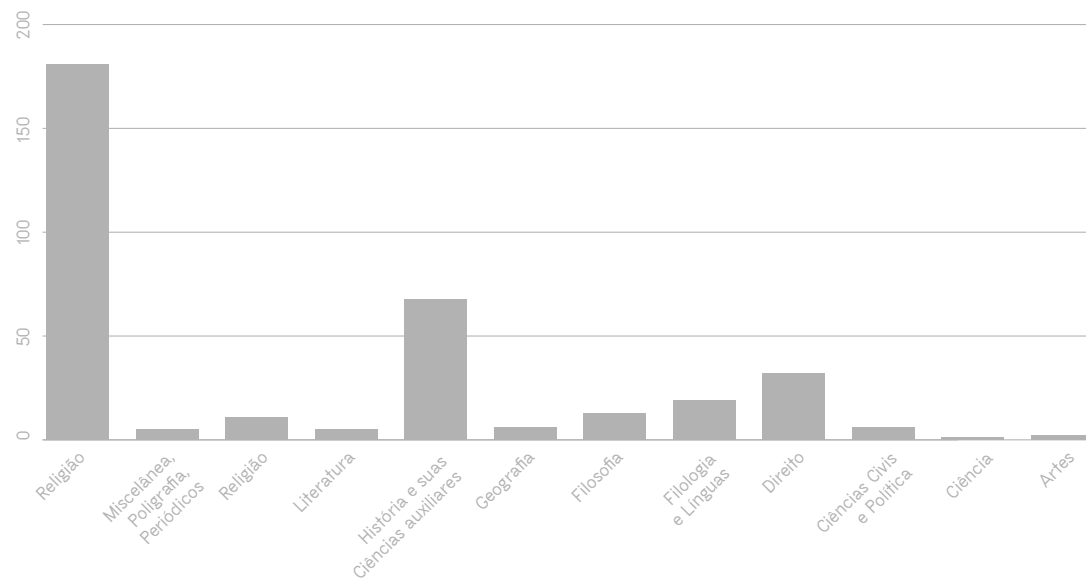


Gráfico 1
Temáticas das obras
do catálogo de Botelho
de Lima

Fonte: B.P.E. Códice
CX/2-18.

Calendário dos dias feriados, até descrições de artes e ofícios, tal com a obra *Descripción des artes et metiers*. É possível encontrar também obras de História, de interpretação de medalhas e inscrições, Vidas de Nobres, entre vários exemplos. Há catálogos, dicionários, descrições corográficas do país e também várias gramáticas. Encontram-se obras de Filosofia de vários tipos, com trabalhos de autores como Descartes, e Dicionários Filosóficos. Acham-se similarmente escritos sobre aquilo a que poderíamos chamar, com algum anacronismo, de *Ciência Política*, tais como a obra de Maquiavel¹⁸⁴. Os folhetos de notícias não são esquecidos, encontrando-se títulos como por exemplo *Notizie per l'ano 1795*, ou *Noticias de Portugal*, ou o *Mercúrio Britânico*. Analogamente encontram-se obras de Poética e Exercícios de Línguas. As obras jurídicas estão presentes, sendo possível encontrar ordenanças, leis e regulamentos diversos, como por exemplo, os *Pandectos Justinianos*, ou as *Ordenações Manuelinas* e reflexões sobre direito de vários tipos. Há, tal como acima afirmámos grande diversidade, encontrando-se até obras sobre questões financeiras como os títulos *Responsabilidade Fiscal*, ou a *De Credito*.

É possível encontrar obras de diversas proveniências geográficas¹⁸⁵, podemos apontar, por exemplo, obras de autores nacionais, como a *Biblioteca Lusitana* de Diogo Barbosa de Machado, ou obras de origem estrangeira como o título *Histoire Universele de la Societ., de Londres*, em francês, ou a *Paleographia Spangnola*.

No que respeita às línguas, o facto de o catálogo não ser pródigo em informações concretas dificultou a identificação de quais as línguas privilegiadas na coleção. Contudo, tendo por base a identificação das línguas em que o título é descrito encontrou-se a seguinte distribuição. [Tabela 1]

Língua	
Bilingue	2
Espanhol	12
Francês	47
Grego	2
Inglês	1
Italiano	7
Latim	382
Português	235
Total	688

Tabela 1
Línguas de composição
das obras do catálogo
Botelho de Lima

Fonte: B.P.E. Códice
CX/2-18.

Releve-se a importância das obras em latim e português, claramente maioritárias¹⁸⁶. Contudo, a diversidade também está presente, sendo possível encontrar obras em francês, espanhol e italiano, sendo que a presença de outras línguas, como o grego e inglês, praticamente residual. As duas obras bilingues correspondem a uma obra, identificada no próprio título, como de árabe-latim e outra como de português-latim.

No que diz respeito à modernidade das obras, no catálogo apenas se indica a data de dez dos títulos, um valor que não permitir extrair qualquer conclusão segura. As obras com indicação da data distribuem-se pelo século XVI (5 títulos), século XVII (2 títulos) e século XVIII (3 títulos).

Globalmente, sobressai um claro predomínio de escritos ligados à Religião e compostos em latim. A contribuir para a centralidade da temática religiosa não serão alheios os ofícios do arcebispo. Ainda assim, parece emergir similarmente uma certa diversidade de temáticas, assuntos interesses e até línguas de composição destas obras. Essa heterogeneidade parece também refletir-se em termos de usos expectáveis para tais títulos, há obras de natureza mais prática, que parecem destinar-se a um uso mais quotidiano, de esclarecimento de dúvidas e auxílio nas tarefas de eventuais utilizadores, existindo similarmente outras, cujo título parece apontar para uma natureza reflexiva, destinadas a pensar e cogitar sobre algumas questões relevantes da época.

Se atendermos ao título deste catálogo, que identifica estas obras como aquelas com que o arcebispo pretendia começar a formar uma Biblioteca Pública, parece-nos que este prelado revelou também alguma preocupação em criar uma instituição que pudesse satisfazer públicos e usos diferentes, dotando-a de obras com alguma diversidade.

Este é um catálogo de 1796, quatro anos depois o arcebispo morre, será Cenáculo quem colocará em pé o projeto de criação de uma Biblioteca Pública em Évora.

Francisco Pérez Bayer

Uma das figuras com quem frei Manuel do Cenáculo se correspondeu, que também o visitou no Alentejo, foi Francisco Pérez Bayer. A leitura das cartas trocadas entre ambos, os apontamentos feitos no Diário de Bispo de Beja acerca da sua atuação, evidencia que estamos na presença de um erudito espanhol, com grandes interesses no estudo das Antiguidades. Conversou sobre isso com o Bispo de Beja nas suas missivas, tendo até aproveitado a sua viagem a Portugal para recolher inscrições e dados diversos que lhe permitissem complementar os seus estudos.

Como é referido num estudo sobre bibliotecas valencianas, a cidade Valência oferecia, desde finais do século XVII um panorama cultural muito rico e bastante conhecido, oferecendo excelentes possibilidades arquivistas para empreender estudos acerca das bibliotecas¹⁸⁷. Pérez Bayer está ligado a esta comunidade, aqui encontra influência e desenvolve muitos dos seus trabalhos, embora tenha sido um viajante, que desempenhou tarefas e empreendeu trabalhos em locais distintos de Espanha e não só¹⁸⁸.

Nascido em Valência, em 11 de novembro de 1711, é filho de Pedro Perez e de Josefa Maria Bayer, que era natural de *Castellon de la Plana*. Nessa localidade iniciou a sua formação académica, estudando Humanidades com o mestre de Gramática e doutor em Leis D. Felipe de Catalá, começando aí a familiarizar-se com autores latinos¹⁸⁹.

Com catorze anos, inicia os estudos de Filosofia na Universidade de Valência, defendendo, em 1727, as *Conclusões de Filosofia Natural*, continuando a estudar a Teologia Escolástica e Moral. Concorre à Academia da Real Congregação de S. Filipe Neri, conseguindo receber as Ordens, a título de um benefício eclesiástico¹⁹⁰.

Interessa-se pela Jurisprudência e muda-se para Salamanca, onde cursa na Faculdade de Leis, mantendo-se aí durante seis anos, graduando-se bacharel em Artes e Direito Civil. É admitido numa Academia Jurista intitulada *De los Angeles*, no Colégio de S. Jerónimo da Universidade dessa cidade¹⁹¹.

É autor de algumas *Orações* que lhe teriam granjeado admiração e prestígio, o que motivou o arcebispo de Valência a atribuir-lhe o cuidado da sua Secretaria de Cartas e a Visita da sua diocese¹⁹².

Apesar das posições ocupadas, revelou grande interesse pelo estudo das Antiguidades, deslocando-se com frequência a diversos locais de modo a estudar, registar e interpretar inscrições e achados¹⁹³.

Quando a cátedra de Língua Hebraica da Universidade de Salamanca vaga, assume o lugar, estabelecendo-se naquela cidade.

A fama e crédito que obtém devido à perícia que lhe é reconhecida em Línguas Orientais, Paleografia e Numismática chegaram ao monarca, que o encarregou da tarefa de examinar os arquivos e livraria de manuscritos da Igreja de Toledo, ocupando-se neste trabalho até 1755¹⁹⁴.

A confirmação da diligência e exatidão dos seus trabalhos, faz com que o Rei lhe dê a incumbência de ir a Itália, para recolher e examinar códices, moedas, inscrições e outras preciosidades antigas, algo que faz observando edifícios, visitando a Biblioteca do Vaticano e contactando com outros eruditos, sendo posteriormente incumbido de estudar o acervo do colégio espanhol de S. Clemente de Bolonha¹⁹⁵.

Regressa a Espanha, onde vê ser-lhe reconhecido o prestígio das atividades que empreendeu, sendo nomeado Cónego e Dignidade de Toledo.

D. Carlos III, reconhecendo-lhe talentos e virtudes, incumbem-o de reconhecer os manuscritos latinos, gregos e hebreus da Biblioteca do Mosteiro Real do Escorial, formando um catálogo desses fundos, trabalho que terá concluído em três anos¹⁹⁶. O mesmo D. Carlos III outorga-lhe a função de preceptor dos infantes reais, sendo que é atribuída ao infante D. Gabriel, por si educado, uma das melhores traduções feitas à época da obra *Salustio*¹⁹⁷.

Em 1775 é nomeado arcediogo maior da Catedral de Valência, recebendo mais tarde um canonicato da mesma Igreja. É condecorado com as honras de ministro do Conselho e Câmara daquela cidade e posteriormente com a Cruz da Real Ordem de Carlos III, obtendo dispensa de residência local por ser necessário na Corte¹⁹⁸.

Dedicava o tempo que lhe sobrava das obrigações decorrentes dos cargos que ocupava na busca de moedas antigas, fossem estas espanholas, romanas, ou de letras desconhecidas, passando pelas godas, gregas, árabes, fenícias e samaritanas e a copiar inscrições e outros monumentos da antiguidade, ilustrando-os com os seus escritos¹⁹⁹.

Em 1782 empreende uma viagem desde Valência até Andaluzia e Portugal, disso encontramos testemunhos quer nas cartas que atrás já referimos, quer no Diário de frei Manuel do Cenáculo, mas nada melhor do que vemos o que o bispo português escreve sobre esta visita, no dia 3 de novembro de 1782:

“No Domingo três rezei Missa [...] de tarde viemos a casa, onde me estava esperando há três dias o célebre Francisco Peres Bayer, Mestre dos Infantes de Espanha: he tal sogeito qual se vê nos seus escritos [?] da sua fama: lê bem todo o antigo: sabe Hebreo, Grego, Árabe: digníssimo Humanista [?]. Não quis hospedar-se em minha Caza, porém ali mandei todos os dias um pretinho; e elle vinha à noite: conversamos infinitamente: e nem começamos a fallar: he muito homogéneo comigo: vio, e quis admirar e celebrar estas minhas colecções de Bíblias:

me prometeo mandar hum Retracto do Apocalypse de Santo Aprigio [?] e empenharse com o Conde de Flora Branca para vir-me huma copia inteira. Prometteu-me mandar huma copia da Ordem de Resende contra os franceses no tempo das guerras de Francisco 1º e huma copia dos que da Conceição da Sr.^a [?] Compostelhana: copiou muitas lapides das que tenho: deilhe huma moeda que parece fenicia das que elle quer para fim desta sua jornada²⁰⁰.”

Esta anotação de frei Manuel do Cenáculo atesta o prestígio alcançado por Bayer, cuja erudição nas áreas onde trabalhou era reconhecida. Verifica-se que o bispo de Beja o vê como alguém com quem tem muitas semelhanças, sendo que, a avaliar pelo testemunho do diário, conversaram bastante sobre os interesses que possuíam, aquando da sua passagem por Portugal.

Regressado a Espanha recebe nova honra, sendo nomeado Bibliotecário-Mor da Real Biblioteca de D. Carlos III²⁰¹.

Alcança divulgação europeia através dos seus trabalhos, sendo nomeado sócio da Real Academia das Artes de S. Petersburgo e da Real Academia de Ciências de *Göttinga*²⁰².

Reuniu uma grande coleção de livros e documentos, os quais decidiu doar para acorrer à inexistência de uma Biblioteca em Valência, algo que faz no dia 27 de julho de 1785²⁰³.

De acordo com o mencionado num estudo de Maria Marsá Vila, este “bibliotecário, arqueólogo e estudioso do hebraico” formou uma excelente biblioteca, constituída por cerca de vinte mil volumes, com obras de conteúdos muito variados, desde o Religioso, com uma grande coleção de bíblias, à Literatura, passando pela História, Ciências, entre diversos outros temas. A doação que fez em vida à cidade de Valência terá contribuído para formar o núcleo inicial da Biblioteca da Universidade, mas boa parte do fundo ter-se-á perdido durante um incêndio²⁰⁴.

Desta doação resultará uma *Memória* onde se patenteia o agradecimento da cidade de Valência²⁰⁵. Nesse escrito reconhece-se o trabalho, esforço e generosidade de Pérez Bayer ao abrir mão da sua coleção, para a votar ao usufruto público. O documento apresenta também uma descrição pormenorizada de todo o cerimonial que envolveu esta dádiva. Este implicou uma celebração de entrega pública da Biblioteca, reconhecendo-se que Francisco Pérez Bayer, além de ter doado em vida toda a sua coleção, ainda tratou de a transportar, por sua iniciativa, para a cidade, na qual se criaram as condições para a receber e providenciar acesso aos fundos.

A informação contida no seu elogio histórico indica que o monarca espanhol, tomando conhecimento desta doação e em reconhecimento pela sua ação, deu-lhe a faculdade de eleger, enquanto fosse vivo, os bibliotecários desse estabelecimento.

Morreu em Valência, a 27 de janeiro de 1794, tendo publicado algumas obras bastante apreciadas na época. É possível encontrar

uma relação dessas obras na obra que temos vindo a citar²⁰⁶, sendo que também neste documento se dá notícia do desaparecimento desta Biblioteca em 1812, devido a um incêndio que terá consumido parte da coleção que fora doada²⁰⁷.

Num trabalho de Manuel Patrocínio, que se dedica a examinar o relato da viagem que fez a Portugal em 1782, a figura de Pérez Bayer é apresentada como um erudito, filólogo e orientalista. Terá sido um dos primeiros estudiosos modernos a proceder à descrição das ruínas romanas de Itálica, sendo-lhe reconhecido um notável protagonismo no âmbito do estudo das Antiguidades em Espanha. A descrição feita pelo valenciano sobre a viagem constitui-se como um itinerário dos principais centros culturais e científicos do Portugal Setecentista. A trajetória passa em vários locais e cidades, como Beja, Lisboa e Maфра, indicando-se as personalidades mais notáveis que aí eram capazes de dialogar e dissertar sobre assuntos filosóficos e literários. Analogamente, o relato “reflete o próprio espírito da época quanto às atitudes perante o conhecimento das coisas, abrindo-se ao mundo natural como um vasto horizonte de onde se faziam sobressair as espécies e os artefactos na sua qualidade de testemunho de uma hierarquia universal”, sendo que no topo dessa hierarquia estava Deus. Assim, Pérez Bayer movimentou-se no mundo devoto e Católico das Cortes de Portugal e Espanha, num momento final de Antigo Regime, no qual pertenciam ainda à Igreja os principais espíritos pensantes do Iluminismo português, como é o caso de frei Manuel do Cenáculo²⁰⁸.

Os estudos publicados sobre esta personalidade, assim como o próprio reconhecimento feito por Cenáculo no seu Diário, permitem constatar que há muita similaridade entre estas duas personalidades. Os dois intelectuais partilham posicionamentos, ligações e interesses filosóficos e literários. Da mesma forma, a formação cultural e eclesiástica de ambos parece aproximar os seus trajetos de vida, sendo que os dois tiveram a seu cargo a educação do delfim real dos respetivos países. Trata-se de “duas figuras pioneiras no estudo e recolha de peças arqueológicas e localização de sítios com grande interesse monumental”²⁰⁹.

Sobressai uma partilha de interesses, de descobertas e ações empreendidas, num diálogo que, a acreditar no testemunho registado por Cenáculo no seu diário, foi tido como bastante frutuoso.

Pérez Bayer doou, em vida, a sua biblioteca tentando fazer face à falta de uma Biblioteca Pública em Valência. Ao que parece as suas diligências em prol da formação ou dotação de bibliotecas não se ficaram por aí. De acordo com os dados aduzidos por um estudo sobre a evolução histórica da biblioteca capitular de Toledo, publicado numa compilação dedicada a analisar o livro antigo espanhol, Pérez Bayer teria, quando trabalhou em Toledo na segunda metade do século XVIII, diligenciado em prol dessa

Biblioteca, elaborando uma nova edição da “*Bibliotheca Hispana Vetus*” e escrevendo uma dissertação *Disertación acerca de los códices, diplomas y demás monumentos antiguos que se conservan en la Iglesia Primada de Toledo*²¹⁰.

Similarmente, frei Manuel do Cenáculo envolveu-se em doações para várias bibliotecas, diligenciando para a sua dotação em termos de recursos, fundos e condições de acessibilidade, numa preocupação em criar instituições, nas quais pudesse disponibilizar ao público que a esta quisesse e pudesse acorrer, livros bastante diversificados. Conjuntamente com Bayer parece ter partilhado, para além dos “interesses de investigação” e do posicionamento e forma de interpretar determinados acontecimentos, a mesma preocupação em criar bibliotecas, dotando-as com fundos da sua própria coleção.

Isto leva-nos a questionar até que ponto o bispo de Beja, na sua decisão de doar parte da sua coleção à Real Biblioteca Pública, na década de 90 do século XVIII, foi de alguma forma influenciado e entusiasmado a seguir o exemplo de outras figuras, nomeadamente Bayer, com quem reconheceu partilhar interesses e afinidades. Admite-se a hipótese, que as fontes não permitam clarificar na totalidade, que a doação de Pérez Bayer, empreendida em meados da década anterior, possa, de alguma forma, ter influído nessa decisão.

Gregório Mayans

Gregório Mayans é, tal como Bayer, considerado como uma das figuras da Ilustração espanhola, mas ao contrário do que acontece para Francisco Pérez Bayer, no caso desta personalidade encontram-se já alguns estudos de fundo que se dedicam a analisar a vida e obra deste autor.

A esse respeito, poderemos referir os dois tomos por ocasião do Simpósio Internacional no bicentenário da morte de Gregório Mayans, que compilam inúmeros contributos, de diferentes autores, acerca da vida e ação desta personalidade²¹¹. A obra de António Mestre acerca do mundo intelectual desta personalidade²¹² e ainda o trabalho que se dedica a analisar a obra desta individualidade na reforma universitária²¹³. Além destas obras que fazem um exame profundo acerca da vida desta personalidade, há ainda menções em outros trabalhos, mais direcionados a avaliar a Ilustração em Espanha nesta época, são disso exemplo, entre vários outros possíveis, as obras de Francisco Sánchez-Blanco²¹⁴ e de António Mestre Sanchís²¹⁵.

De acordo com um estudo de António Mestre acerca do mundo intelectual de Mayans, estudar e conhecer esta figura é necessário para conseguir compreender quanto significou a Ilustração espanhola²¹⁶. Analogamente, enfatiza a necessidade de fazer

o exame das relações dos ilustrados espanhóis como os europeus, sendo que para isso é imprescindível avaliar as relações culturais de Mayans, que considera ser um herdeiro das transformações que se evidenciam na sociedade espanhola da época. Estas transformações decorrem de mudanças que tem a ver com a renovação científica e com as origens da Ilustração naquele país²¹⁷.

Gregório Mayans nasceu em Oliva – Valência, em 1699, iniciando os seus estudos de Artes na Universidade de Valência em finais de 1714, frequentando-os até 1716. Coursou depois Jurisprudência naquela Faculdade, pretendendo inicialmente dedicar-se ao estudo das Leis e dos Cânones, de modo a tornar-se clérigo e alcançar alguma cátedra numa Universidade, por influência de seu pai Pascual Mayans²¹⁸. Posteriormente muda-se para Salamanca, onde haviam estudado alguns dos seus parentes, devido ao prestígio e força dos colégios maiores, que naqueles anos dominavam a Universidade²¹⁹.

Em Salamanca vivencia alguns problemas, nomeadamente os causados pelo pouco dinheiro que tem disponível, não obstante os esforços do seu pai. A isto alia-se a decadência visível da Universidade daquela cidade, que contrastava com as amplas oportunidades que se abriram em Valência, após a devolução do patronato por parte do Rei, em 1720. Apesar disso, Mayans estuda com afinco e procura aperfeiçoar os seus conhecimentos em língua latina, diligenciando no sentido de fazer amizades, consideradas muito importantes na época²²⁰.

Regressa a Valência logo após a sua Graduação em Leis, a 1 de junho de 1722 e em Cânones, no dia 6 de julho. A 21 de novembro do mesmo ano alcança, na Universidade de Valência, o grau de Doutor em Leis, obtendo, a 1 de julho de 1723 a Cátedra de Código na mesma Universidade. Esta cátedra seria “mal paga”, mas parece assegurar a Mayans uma gloriosa e sossegada carreira universitária²²¹.

Numa análise de António Mestre, encontramos a constatação que é em Valência que Gregório Mayans se torna herdeiro de todos os movimentos culturais que mudavam a Espanha da época, tendo adquirido aí, a verdadeira convivência com a “nova ciência”. Nessa cidade toma contacto com as mais reputadas personalidades científicas da época, tais como Tosca, Corachán ou Íñigo. Passa alguns anos na cátedra de Código Justiniano, participando em graus, funções e explicações. Sendo um homem com ideias claras sobre a Reforma a introduzir, estes anos de catedrático ter-lhe-ão certamente criado alguns problemas, ganhando, como “cabeça do movimento reformista”, a inimizade dos sectores mais conservadores²²².

Envolve-se em polémicas universitárias e colhe a inimizade dos Jesuítas por ter-se oposto à separação das escolas de Gramática da Universidade, tendo isto conduzido a que as propostas que este havia realizado em termos de organização dos estudos

fossem rejeitadas. Em consequência da “humilhação” propõe-se a abandonar Valência e a Universidade²²³.

É nesta altura que começa a corresponder-se com vários intelectuais europeus, tentando obter a proteção de alguns, conseguindo, devido à proteção do cardeal Cienfuegos, obter o cargo de bibliotecário-real em Madrid²²⁴.

Residiu na corte durante seis anos, desenvolvendo forte atividade, empenhando-se em estabelecer relações sociais robustas, a ampliar um intenso trabalho intelectual, publicando obras jurídicas ou literárias e envolvendo-se em diversas polémicas literárias. Disso são exemplo as que teve com os autores do *Diario de los Literatos de España*, que publicaram umas notas críticas, de autoria de Mayans, na *Acta erditorum* de Leipzig. Estas críticas iriam valer-lhe a acusação de antiespanhol por ter criticado no estrangeiro obras de espanhóis ilustres²²⁵.

Mayans publica incessantemente, e na dedicatória da sua obra “*Cartas morales*” a Patiño, delinea um programa de trabalho e realizações para obter a regeneração literária e científica de Espanha. Nesse programa propõe-se a compor bons livros para que as artes liberais se adiantem no país, assinalando os princípios em que deveria assentar o seu ensino – a Gramática, a Retórica, a Aritmética, a Filosofia, a Oratória, indicando os seus melhores autores e as características com que deveria ser impressos. Faz também determinações no que respeita à Jurisprudência, mas mais uma vez nada consegue²²⁶.

Regressa a Oliva, a sua terra natal e aí fica até 1767, com exceção de um período em 1766, no qual de deslocou à corte, alcançando grande êxito na viagem, estabelecendo contactos com os seus correspondentes e outros novos conhecidos²²⁷.

Na segunda metade do ano de 1767 dá mostras de querer participar mais ativamente na reforma dos estudos patrocinada por Carlos III. Assim, corta quase totalmente a sua correspondência para poder dedicar-se à redação do *Informe sobre los estudios*, que lhe havia sido pedido pelo Secretário da Justiça²²⁸.

Redige um plano de estudos pormenorizado, mas que não se impõe na sua totalidade²²⁹, fazendo com que tenha momentos de deceção com a falta de andamento dos seus projetos, assunto de que dá nota nas cartas que dirige ao bispo de Beja.

As suas amarguras não se ficam por esses desapontamentos com o andamento dos projetos no *Plano de Estudios*, a existência de opositores em cargos relevantes em Valência obsta a que a *Gramática Latina*, que compôs durante muitos anos, seja a eleita por todos os estudos das Universidades da Coroa de Aragão. De facto, embora haja uma decisão inicial por parte do Conselho, que impõe a adoção desta Gramática, o mesmo órgão contraria essa deliberação e dá liberdade de escolha às Universidades²³⁰.

Em 1775 o seu irmão chega a reitor, mas Gregório Mayans conta já com setenta e seis anos, vivendo preocupado com o futuro dos

seus filhos. Refugia-se nos estudos, preparando a magna coleção das obras de *Juan Luis Vives*, que veriam a luz a título póstumo²³¹.

Morre em 21 de dezembro de 1781, sendo considerado “um intelectual esforçado, possuidor de uma das obras mais copiosas e transcendentais para a Ilustração espanhola”²³². Obteve forte reconhecimento no mundo cultural europeu, como refere na sua análise António Mestre, constituindo-se como um caso único não só no século XVIII, mas ao longo de toda a história espanhola²³³.

A sua originalidade não radicou tanto no influxo que terá recebido de pensadores estrangeiros, embora não se possa negar que os terá recebido, sobretudo através da correspondência que com eles empreendeu e das novas correntes de pensamento com que contactou através das suas leituras²³⁴. A sua verdadeira originalidade, que devido à sua amplitude e intensidade deve ser vista como um caso excepcional, radica na possibilidade de irradiação do pensamento espanhol à Europa. Envolve-se num intercâmbio que lhe permite em simultâneo receber influxos estrangeiros e dar a conhecer a outros estudiosos europeus o conhecimento da história e cultura espanholas.

Gregório Mayans foi uma rica personalidade intelectual que granjeou o interesse e, em alguns casos, a amizade de muitas figuras europeias, ainda que não possa considerar-se, “um pensador político de ofício”²³⁵. O seu percurso intelectual, a obra realizada e os contactos empreendidos permitiram-lhe contudo obter “grande lucidez” na forma como encarava o progresso político do mundo, por isso, em 1776, numa carta enviada ao seu irmão a partir de Oliva, escreve: “el mundo camina aprisa a una revolucion universal que puede trastornar el sistema político y de la Religion”. De acordo com um exame feito por José Maravall, “o ódio que [Mayans] revelou à ignorância, aliada da tirania, a sua independência férrea e a sua defesa da liberdade do pensamento, talvez lhe tivesse permitido, caso vivesse mais anos, reconhecer essa revolução geral que antecipara como “luzes de aurora”²³⁶.

Focalizando a nossa análise na comparação com a figura de frei Manuel do Cenáculo, verificamos que existem alguns pontos de contacto no percurso de vida empreendido por cada um deles.

Cenáculo e Mayans partilharam as mesmas preocupações com a necessidade de uma transformação na vida cultural e intelectual dos respetivos países, envolvem-se os dois na elaboração de *Planos de Estudo* com os quais pretendem reformar o ensino, reconhecendo no progresso do ensino um instrumento para alcançar essa mudança. Parecem até partilhar a característica de terem obtido na sua época, algum reconhecimento internacional pela sua competência, tendo os dois fortes contactos com outros eruditos, muitos de quais se processavam através de cartas. Esses contactos envolveram, como já acima demonstramos, um intercâmbio epistolar entre estas duas figuras, que também inclui o irmão Juan António.

Tanto o bispo de Beja, como o erudito de Oliva parecem evidenciar algum realismo na forma como assistem às mudanças que se vão operando por toda a Europa, parecendo adivinhar que o futuro traria grandes mutações. Não repetimos, no atinente a frei Manuel do Cenáculo, a afirmação de José António Maravall, quando considera, no caso de Gregório Mayans, que se este tivesse vivido tempo suficiente, teria encarado a revolução política que veio a suceder com “luzes de aurora”. No caso do prelado julgamos que as transformações que vê surgir na Europa, como por exemplo a Revolução Francesa em 1789, foram essencialmente motivo de preocupação, sobretudo por não entender a *Nova Ordem*, dentro dos seus padrões de pensamento político, tendo em conta a sua proximidade com a esfera do poder Absolutista.

Não conhecemos para o caso de Mayans muito acerca dos livros que possuiu, ou da sua Biblioteca. Depreendemos, pelo exame dos diversos estudos que fomos mencionando ao longo deste texto, que terá tido acesso a uma Biblioteca diversificada, dando-se nota de pedidos de aconselhamento e de listas de obras sobre determinadas matérias, feitas por Gregório Mayans a outros eruditos. Num estudo de Maria Marsã Vila conseguimos encontrar breves referências a esta Biblioteca, que é considerada uma das melhores da sua época, com um predomínio de obras de escritores espanhóis dos séculos XV e XVI, em especial relativas a temas de Filologia²³⁷.

Não obstante, parece-nos que há, para lá da bibliofilia que não conhecemos de forma aprofundada, pontos de interesse que revelam a proximidade entre as duas figuras ilustradas – Cenáculo e Mayans que seguiram caminhos diversos, é certo, mas que em determinados aspetos demonstram grandes pontos de contacto e afinidade intelectual, sendo o interesse em Filologia um dos exemplos de matérias de estudo partilhadas.

A exposição que realizamos sobre a rede de relações do prelado, assim como do itinerário empreendido por outras personalidades, colocou em evidência que frei Manuel do Cenáculo, constituindo-se como uma figura cimeira do Iluminismo português, revela alguns traços comuns com outras personalidades ilustradas e bibliófilos da época. Patenteia a singularidade de um percurso pessoal, partilhando com outros eruditos interesses, formas de ver o mundo e crenças na necessidade de empreender Reformas. Esse espírito de renovação encontrou eco na forma empenhada como trabalhou para introduzir mudanças no ensino, assim como na necessidade de criar bibliotecas, assentes numa visão dos livros enquanto instrumento ao serviço da instrução.

A análise da permuta que manteve com outros eruditos, nacionais ou estrangeiros, nomeadamente do país vizinho, demonstra que as relações culturais entre Portugal e Espanha, na Época Moderna, foram manifestamente alimentadas pelo intercâmbio e circulação de livros, por conselhos pessoais, por partilhas de leituras e até por empréstimos²³⁸.

A existência dessas afinidades não inviabiliza que se encontrem elementos que diferenciam, em determinados aspetos estas personalidades, com atuações e percursos que se cruzam em determinados momentos, diferenciando-se noutros.

O movimento da Ilustração foi um “exercício” polimorfo e supranacional na Áustria, Suécia, Rússia, Itália, na Inglaterra, na França, teve características próprias que não são transponíveis para outros países²³⁹. Estas diferenças entre países, associadas à especificidade do movimento transnacional da Ilustração, possibilitaram que este se revelasse, também de forma diferenciada, em muitas personalidades e comunidades distintas. Apresentou-se com características próprias decorrentes da região em análise, mas não só. Evidenciou-se de forma desigual também pela forma como os contactos de determinada personalidade, o seu percurso formativo e intelectual apreenderam e irradiaram a ideias que circulavam, perante circunstâncias concretas da sua trajetória²⁴⁰.

A ilustração conheceu em vários países Europeus, inclusive Espanha e Portugal, avanços e muitos recuos. Viu o espírito “anti ilustrado” vencer batalhas decisivas, mas existiu “desde sempre” um movimento ideológico, que poderia ser débil e minoritário, que desde os bastidores marcou a História desses países²⁴¹. Em Portugal frei Manuel do Cenáculo parece ter desempenhado o tal papel dos bastidores, que, de certa forma, acabou por marcar a História do país. As Luzes de Cenáculo, a forma com trabalhou arduamente para as espalhar, quer através das reformas de ensino, quer através das diligências em prol dos livros e das bibliotecas, podem, de alguma forma, ter contribuído para que outras personalidades absorvessem, interpretassem e irradiassem de forma distinta esse ideário iluminista. Assim, teriam aberto caminho às transformações político-culturais mais profundas que se vieram a verificar, ainda que algumas dessas metamorfoses, nomeadamente as que ocorreram na esfera política, não fizessem parte dos propósitos que frei Manuel do Cenáculo pretendia alcançar.

1. Georges Gusdorf, “Philosophie des lumières”, em *Encyclopédia Universalis* (Paris: [s.n.], 1977), 11.
2. René Rémond, “As hierarquias de riqueza e de poder. A dominação do capitalismo”, em *Introdução à história do nosso tempo* (Lisboa: Gradiva, 1994), 294–302.
3. Caeiro, *Dispersos...*, 339–341.
4. Caeiro, *Dispersos...*, 339–341.
5. Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*, 12.
6. Caeiro, *Dispersos...*, 339–341.
7. Caeiro, *Dispersos...*, 345–346.
8. O estudo deste período de governação e das suas repercussões políticas e económicas foi objeto de acesa discussão. Estamos perante uma figura controversa da política portuguesa, verificando-se que o debate assume uma natureza político-cultural vinculada, colocando-nos perante duas correntes com posições relativamente antagónicas. Cf. Jorge Borges de Macedo, “Dialéctica da sociedade portuguesa no tempo de Pombal”, em *Como interpretar Pombal? No bicentário da sua morte* (Lisboa: Edições Brotéria, 1983), 15–18.
9. J. S. da Silva Dias, *Pombalismo e teoria política*. (Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1979–1980), 1–6.
10. Dias, *Pombalismo e...*, 1–6.
11. Cf. Zília Osório Castro, “O Regalismo em Portugal. António Pereira de Figueiredo”, *Cultura História e Filosofia*, 1 (1987): 357–411.
12. Castro, “O Regalismo em Portugal...”, 399–408.
13. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, VI. (Lisboa: Ed. Verbo, 2004), 293–298.
14. Cenáculo já havia sido nomeado Bispo de Beja em 1770.
15. Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*, 15.
16. Para um estudo mais aprofundado das consequências das Invasões Francesas veja-se o trabalho de José Viriato Eiras Capela (org.) et al., *As invasões francesas e a restauração nacional de 1808*, (Braga: Arquivo Distrital, 2008) e José Viriato Eiras Capela, Henrique Matos, Rogério Borrallheiro, *O heróico Patriotismo das Províncias do Norte. Os Concelhos na Restauração de Portugal de 1808*, (Braga: Casa Museu de Monção/ Universidade do Minho, 2008).
17. Sobre a circulação clandestina da imprensa periódica e a viragem verificada após 1808 veja-se, entre outros, o capítulo dedicado ao assunto em: Machado, *Rousseau em Portugal...* 401–450.
18. Deixou testemunho da forma como viveu estas invasões em Évora. Uma compilação desse testemunhos encontra-se na obra de: Vaz, *O saque de Évora...*
19. Frei Manuel do Cenáculo, *Memórias Históricas e Appendix segundo à disposição quarta da collecção das disposições do Superior Provincial para a observância, e estudos da Congregação da Ordem terceira de S. Francisco* (Lisboa: Regia Oficina Typografica, 1794), 197–200.
20. Caeiro, *Dispersos...*, 350.
21. No espólio de frei Manuel do Cenáculo custodiado pela Biblioteca Pública de Évora, encontra-se um diário onde é descrita a viagem Roma, de autoria do Provincial da Ordem, frei Joaquim de S. José que, a par de Cenáculo e do Prior frei Domingos da Encarnação, compunha a delegação enviada pela Província Portuguesa da Ordem Terceira de S. Francisco ao Capítulo Geral em Roma. Cf. B.P.E. Códice CV/1–10 d. [Diário do Reverendíssimo P. M. Doutor frei Joaquim de São José na jornada que fez ao Capítulo Geral de Roma em 1750]. Neste é possível encontrar indicações acerca da viagem, com a exposição de datas e locais de paragem, preços pagos por determinados serviços, impressões relativas à sua qualidade, descrição de monumentos e locais de interesse e até de contactos pessoais empreendidos.
22. Esta era recortada de outros valores das Luzes, nomeadamente a ideia de que o progresso poderia ser obtido por intervenções cuidadosas e estudadas sobre o tecido social. Cf. Lynn Hunt, “Philantrophie”, em *Le Monde des Lumières*, org. Christian Destain (Paris: Fayard, 1999), 325–330.
23. Para um estudo mais aprofundado do tema das reformas do ensino, nomeadamente a Reforma da Universidade de Coimbra em tempo de Pombal veja-se: Maria Eduarda Cruzeiro, “A Reforma pombalina na história da Universidade”, *Análise Social*, XXIV, nº100 (1988): 165–210.
24. Isso mesmo pode ser visto em cartas que trocou com diversos correspondentes. As cartas enviadas encontram-se publicadas em: Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...*
25. Javier Sebastián Fernández, “Péninsule Ibérique”, em *Le Monde des Lumières*, org. Christian Destain (Paris: Fayard, 1999), 411–424.
26. Calafate, dir., *História do Pensamento Filosófico...*, 11–12.

27. Trata-se do teólogo alemão Martin Gerbert, autor de uma vasta obra no domínio da Teologia e da Música Sacra. Cf. Vaz – “Jansenismo e Regalismo...”, 68.
28. B.P.E. – Códice CXXIX 1–17 [diário]. Cf. Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...*, 575.
29. Cruzeiro, *A reforma pombalina*, 173. Sobre a História do Ensino em Portugal vejam-se também: Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001) e José Cardoso, *Subsídios para a História do Ensino em Portugal: trinta anos de jornalismo* (Braga: JC, 1990).
30. Calafate, dir., *História do Pensamento Filosófico...*, 12.
31. Paiva, “Os novos prelados...”, 41–43.
32. Membro do Conselho da Província, encarregado de supervisionar a gestão do Provincial. Nesta mesma data lança-se no estudo da língua árabe e síriaca. Cf. Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*, 15.
33. De acordo com a apresentação dos prelados que dirigiram a Ordem Terceira de S. Francisco, feita pelo seu grande correspondente e amigo frei Vicente Salgado, Cenáculo foi: Lente Jubilado e Doutor em Teologia, Qualificador do Santo Ofício, Examinador Sinodal do Patriarcado, Consultor da Bula da Cruzada, Cronista da Província, Definidor Geral da Família Franciscana, Capelão-Mor das Armadas Reais, Deputado da Real Mesa Censória, Mestre e Confessor do Sr. Príncipe da Beira D. José, Presidente do Tribunal da Real Mesa Censória, Presidente do Subsídio Literário e da Junta da Fazenda do Real Colégio dos Nobres, Bispo da Cidade e Diocese de Beja. Cf. frei Vicente Salgado, *Compendio Histórico da Congregação da Terceira Ordem* (Lisboa: Oficina Simão Thadeo Ferreira, 1793). De acordo com as anotações contidas no seu diário, participou ainda nas discussões da Junta sobre a Reforma da Universidade, na qualidade de Presidente da Mesa Censória e foi também Arcebispo de Évora.
34. Utilizamos a expressão na acepção que lhe foi dada por Paiva, “Os novos prelados...”, 41.
35. Paiva, “Os novos prelados...”, 50–51.
36. B.N.P. – Códice 10567, col. 25. *apud* Paiva, “Os novos prelados...”, 51, citado a partir de Joaquim José Carvalho Teixeira, *Literatura e Poder Político. Pombalismo e Antipombalismo* (Coimbra, [s.n.], 1987), 291.
37. B.P.E. Códice CXXVIII/1–6, f. 338, s.d.
38. Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*, 7–8.
39. O pai do prelado teria sido ferreiro. Cenáculo, quando questionado sobre uma cicatriz que tinha, terá dito que o pai, ao trabalhar numa forja, o atingira inadvertidamente com uma brasa, o que deixara uma marca de cicatriz. Cf. José Agostinho de Macedo, *Motim Literário* (Lisboa: Typographia de António José da Rocha, 1841), 203. O futuro Bispo era assim oriundo de uma família de pequenos artesãos da capital, recentemente migrados para Lisboa. Cf. Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*, 8.
40. Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*, 11.
41. Cf. Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*, 6.
42. Caeiro, *Dispersos...*, 347. Veja-se também Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*, 12.
43. Em 26 de maio de 1749. Cf. Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*, 12.
44. Cf. Caeiro, *Dispersos...*, 348–349.
45. Caeiro, *Dispersos...*, 349.
46. Caeiro, *Dispersos...*, 350.
47. Convento de Nossa Senhora de Jesus.
48. Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*, 13.
49. Caeiro, *Dispersos...*, 368.
50. Caeiro, *Dispersos...*, 368–369.
51. Ganho, “frei Manuel do Cenáculo...”, 441–443.
52. Ganho, “frei Manuel do Cenáculo...”, 444.
53. Cenáculo, *Cuidados literários...*, 47. *Apud* Calafate, dir., *História do Pensamento Filosófico*, 28.
54. Calafate, dir., *História do Pensamento Filosófico*, 29.
55. Sanchís – *La Ilustración...*, 29.
56. Chartier, dir., *La correspondance...*, 9.
57. A missiva mais antiga que conseguimos encontrar é de 20 de março de 1750. Trata-se de uma carta enviada a Cenáculo, catalogada sob o número 3389, Gusmão, *Catálogo...*
58. O cabido de Évora dirige-lhe ainda uma carta a 06 de novembro de 1813, não conseguimos encontrar cartas posteriores. O documento faz parte da correspondência dirigida a Cenáculo que ainda se encontra inédita. B.P.E. – Códice CXXVIII 1–12, nº94.
59. Chartier dir., *La correspondance...*, 456.
60. Pensamos que Juan Buytrago foi Livreiro em Madrid. Embora não tenhamos informações objectivas

nas cartas que indiquem a ocupação deste correspondente, os assuntos trocados nas missivas fazem supor que este se ocupava dos negócios com livros. Além disso, uma informação recolhida no catálogo de uma Biblioteca Espanhola aponta-nos um título de uma obra cujo editor seria este livreiro. A referência pode ser consultada online: http://bvpb.mcu.es/eu/consulta/resultados_navegacion.cmd?busq_autoridadesbib=BVPB20090002975, 1 de agosto de 2010.

61. B.P.E. – Códice CXXVIII 2-9, f. 27-28. Publicado em: Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...*, 466-467. A missiva encontra-se datada apenas com dia e mês, mas tendo em conta o seguimento dos assuntos tratados na correspondência anterior e subsequente, cremos que se trata de uma carta de 21 de dezembro de 1756.

62. As cartas enviadas por Cenáculo a Ribeiro dos Santos encontram-se compiladas na obra: Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...* As cartas enviadas por Ribeiro dos Santos a Cenáculo encontram-se reunidas em: Dias, *Inéditos de...* Há ainda cartas recebidas por Cenáculo, no intercâmbio epistolar com esta personalidade que não se encontram ainda publicada, sendo actualmente custodiadas pela Biblioteca Pública de Évora, as quais identificaremos à medida que as utilizarmos neste trabalho.

63. À semelhança do que será feito para a Biblioteca Nacional, o esforço e empenho patenteado pelo Bispo de Beja no sentido de estabelecer ou engrandecer a Biblioteca deste Convento será objecto de desenvolvimento em capítulo próprio. Para já, limitamo-nos a adiantar algumas informações que serão posteriormente tratadas com mais detalhe.

64. As cartas enviadas por Cenáculo podem ser consultadas na publicação: Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...* As cartas recebidas, dirigidas por frei Plácido Barroco encontram-se maioritariamente no códice da BPE – CXXVII/2-14. As cartas dirigidas a Cenáculo por frei Vicente Salgado encontram-se maioritariamente em: BPE – Códice CXVIII/1-2.

65. B.P.E. – Códice CXXVII/2-14, f. 208.

66. B.P.E. Códice CXXVII/1-7, [s.n.].

67. B.P.E. Códice CXXVII/2-2, f. 164.

68. Cenáculo recebe cartas de diversos especialistas em línguas, latinistas e arabistas que por vezes lhe enviam traduções de partes ou de obras completas. A título de exemplo podemos apontar

as cartas de frei João de Sousa, mestre de língua arábica, cujas epístolas manuscritas podem ser encontradas em: B.P.E. – Códice CXXVIII/1-4; ou as cartas de Joaquim José da Costa e Sá, que podem ser encontradas em: B.P.E. – Códice CXXVIII/1-1.

69. Julgamos que é possível que os autores enviassem a obras para serem “patrocinados” por Cenáculo, obtendo um bom comentário de alguém reconhecido na esfera do conhecimento dos livros.

70. Para dados mais detalhados sobre a natureza dos contactos e dos assuntos tratados com estas personalidades, vejamo-nos o desenvolvimento que realizamos na tese de doutoramento sobre o mesmo assunto: Márcia Carolina Ferreira de Oliveira. A bibliofilia em Portugal no início da época contemporânea, v. 1. Évora: Universidade de Évora – IIFA, 2012.

71. A este propósito veja-se também estudo de Marie Hélène Piwnik dedicado à correspondência às cartas trocadas entre os irmãos Mohedano, autores da monumental “*História Literária de Espanha*” e o prelado português, os três pertencentes à Ordem Terceira de S. Francisco. O futuro Bispo de Beja foi eleito Definidor Geral da Ordem em 1768, obtendo, com bem sabemos, cargos relevantes. Isto terá encorajado os irmãos Mohedano a estabelecer com ele estreitas relações epistolares, destinadas a assegurar-lhes a amizade e favor de uma figura tão importante. Do lado de Cenáculo, a posição dos irmãos na Andaluzia, constituía-os como intermediários para agir sobre a congregação na Espanha. Veja-se a este propósito as obras da autora já citadas.

72. Manuel Castells, *A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. A sociedade em rede*, v. 1. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002), 4-9.

73. Castells, *A era da Informação...*, 607.

74. As cartas encontram-se em: B.P.E. – Códice CXXVII/1-5, f. 169-221.

75. Encontram-se na: B.A.C. – Ms. 211, série vermelha. As mesmas cartas encontram-se na B.P.E. Códice CXXVIII/2-9.

76. B.P.E. Códice CXXVIII/2-9, f. 350-353. Cf. Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...*, 391-392.

77. Sobre esta personalidade e as relações de Portugal com a China veja-se: António Graça Abreu, *D. Frei Alexandre de Gouveia (1751-1808), Contribuição para o estudo das relações entre Portugal e a China* (Lisboa: CEPCEP, 2004).

78. BAC – Mss. 211, série vermelha, f. 8-15, 27 de fevereiro de 1783. Vaz, coord., *Os Livros e as Bibliotecas...*, 395-399.

79. Chartier, *Quê es un texto?*..., 9-10.

80. Vaz, *Instrução e economia...*, 14.

81. Estamos a lembrar-nos por exemplo da memória detalhada onde deixou registados os factos acerca da sua administração da Ordem Terceira, que podemos consultar na BPE – Códice CXXVIII/2-5.

82. Vaz, *Instrução e economia...*, 11.

83. Jorge Luís Borges, *apud* Chartier – *Quê es un texto?*..., 35.

84. Tradução nossa.

85. Não menos relevante deparou-se-nos ser a necessidade de considerar apenas aqueles, para os quais os estudos disponíveis nos levam a admitir as similitudes com o prelado.

86. Para dados biográficos mais pormenorizados acerca do percurso de D. Gaspar veja-se: Manuel José dos Santos Farinha, *Subsídios para a história da “Lisboa Antiga” – O Palácio de Palhavã* (Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1923) António Ferrão, *O Marquês de Pombal e os “Meninos de Palhavã”*, (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923).

87. José Arieiro, “D. Gaspar de Bragança”, em *Enciclopédia luso-Brasileira de Cultura*, ed. *Século XXI*, v. 13 (Lisboa – S. Paulo, editorial Verbo, 2000), 67.

88. José Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, t. III. (Porto: Mitra Bracarense, 1932), 380.

89. Tavares, “A Biblioteca e a bibliofilia...”, 273-302.

90. Ferreira, *Fastos Episcopais...*, 380.

91. A.D.B. – Pasta Ms. 911, *apud*. Tavares, “A Biblioteca e a bibliofilia...”, 274.

92. Tavares, “A Biblioteca e a bibliofilia...”, 274.

93. Livros que fez transportar de Lisboa para Braga.

94. Tavares, “A Biblioteca e a bibliofilia...”, 276.

95. Tavares, “A Biblioteca e a bibliofilia...”, 278.

96. Tavares, “A Biblioteca e a bibliofilia...”, 280.

97. Tavares, “A Biblioteca e a bibliofilia...”, 280. A conclusão é retirada a partir da análise da documentação apresentada por Marcadé, *frei Manuel do Cenáculo...*, 246, na qual se refere uma carta dirigida por João Vidal da Cunha a Cenáculo, datada de 3 de setembro de 1775.

98. Tavares, “A Biblioteca e a bibliofilia...”, 281.

99. Tavares, “A Biblioteca e a bibliofilia...”, 281.

100. Tavares, “A Biblioteca e a bibliofilia...”, 282.

101. Onde encontramos um valor embleemático da época, Melchior Cano, várias vezes referido por Cenáculo e também citado no Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra.

102. Cf. Tavares, “A Biblioteca e a bibliofilia”, 281-287.

103. Para uma análise mais detalhada de quais as obras mais relevantes de cada área que se encontravam na Biblioteca, cf. Tavares, “A Biblioteca e a bibliofilia...”, 281-294.

104. Tavares, “A Biblioteca e a bibliofilia...”, 300.

105. Tavares, “A Biblioteca e a bibliofilia...”, 301.

106. Tavares, “A Biblioteca e a bibliofilia...”, 302.

107. Com a expressão queremos designar algumas afinidades em termos de pensamento, nomeadamente o interesse em livros e um desejo de atualização e acompanhamento das questões ideológicas e culturais do seu tempo.

108. Oliveira, *A Paixão da História...*, 15-16.

109. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, v. 3 (Barcelona: Livraria Civilização), 582.

110. Oliveira, *A Paixão da História...*, 20.

111. Inocêncio Francisco da Silva – *Dicionário Bibliográfico Português* [ed. Fac-simile] (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973), 403-404.

112. Oliveira, *A Paixão da História...*, 20.

113. Oliveira, *A Paixão da História...*, 27.

114. Silva, *Dicionário Bibliográfico...*, 403-404.

115. Almeida, *História da Igreja em Portugal...*, 582.

116. Fernando de Sousa, “O clero da Diocese do Porto ao tempo das Cortes Constituintes”, *Revista de História*, 2 (1979) 245-263, *apud* Oliveira, *A Paixão da História...*, 33.

117. Oliveira, *A Paixão da História...*, 34.

118. Cf. Oliveira, *A Paixão da História...*, 39-50.

119. Oliveira, *A Paixão da História...*, 51. Veja-se também Coutinho, “D. João de Magalhães e Avelar, Bispo do Porto...”

120. Oliveira, *A Paixão da História...*, 60.

121. Adrien Balbi, *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et D’Algarve* [ed. Fac-similada] (Paris: Chez Rey et Gravier Libraire, 1822), 87.

Notas

122. Oliveira “D. João de Magalhães...”, 241-252.
123. Ribeiro, *Apontamentos Históricos...*, 94, apud Oliveira “D. João de Magalhães...”, 241-252.
124. Ayres, “Arquivos e Bibliotecas Portuguesas...”, 420.
125. Ayres, “Arquivos e Bibliotecas Portuguesas...”, 423.
126. Ayres, “Arquivos e Bibliotecas Portuguesas...”, 62.
127. O auto pode ser consultado em Oliveira, *A Paixão da História...*, 63-64.
128. Oliveira, *A Paixão da História...*, 63-64.
129. Estes índices podem ser consultados na Biblioteca Pública Municipal do Porto, ms. 374 a 379, apud Oliveira, *A Paixão da História...*, 63-64.
130. Peter Burke, *The fabrication of Louis XIV* (Yale: Yale University press, 1994).
131. Oliveira, *A Paixão da História...*, 74.
132. Oliveira, *A Paixão da História...*, 122.
133. Oliveira, *A Paixão da História...*, 124.
134. Relembramos que não possuímos o catálogo da Biblioteca de Cenáculo, o que conseguimos saber acerca da sua coleção é obtido através dos catálogos de donativos, ou listas de compras, que parecem reproduzir esta universalidade.
135. Cardoso, *Ler na livraria...*, 33.
136. Vejam-se a este propósito: Maria Teresa de Oliveira Ramos, “A Biblioteca do Convento de S. Martinho de Tibães” (tese de mestrado, Évora, Universidade de Évora, 2007); Luís A. de Oliveira Ramos, *O Cardeal Saraiva* (Porto: Instituto de Alta Cultura/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1972); Luís A. de Oliveira Ramos, “Da aquisição de Livros Proibidos nos finais do século XVIII”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, IV-V (1973/1974) 329-338. Luís A. de Oliveira Ramos, “Para a História do Ensino em Portugal frei Francisco de S. Luís Professor de Matemática”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, I (1968), 325-342. Marquês de Resende, *Memória Histórica de frei Francisco de São Luís* (Lisboa, Tipografia da Academia, 1864). Uma edição desta obra pertencente à Universidade de Toronto pode ser consultada *online*: <http://www.archive.org/details/memriahistri00slui>, 24 de setembro de 2010. António Ferreira, *O cardeal Saraiva um Grande Limiano* (Porto: Domingos Barreira, 1984) José Mattoso, “D. Frei Francisco de S. Luís”, em *Os grandes portugueses* dir. Hernani Cidade, vol. II (Lisboa: Arcádia, 1961), 313-324.
- José Maria Latino Coelho, *Elogio Histórico de D. Frei Francisco de S. Luiz* (Lisboa: Tipografia da Academia, 1856)
137. Cardoso, *Ler na livraria...*, 34.
138. Cardoso, *Ler na livraria...*, 35.
139. A este propósito relembramos que frei Manuel do Cenáculo foi um participante ativo das Juntas de Reforma da Universidade em tempo do Marquês de Pombal.
140. Cardoso, *Ler na livraria...*, 36.
141. Ramos, “Para a História do Ensino...”, 325.
142. Uma análise mais detalhada acerca desse Plano encontra-se na obra supracitada.
143. A.D.B. - Index da Bibliotheca do Mosteiro de São Martinho de Tibães, apud Ramos, “A Biblioteca do Convento de S. Martinho de Tibães...”, 2007.
144. Para além da organização da Biblioteca deste mosteiro (1789), nos anos que se seguiram, até 1804, visitou todas as livrarias da Ordem beneditina, procurando conhecer os respetivos conteúdos, contribuir para a sua preservação e enriquecimento, através da promoção do conveniente acondicionamento dos livros e de novas aquisições bibliográficas, deixando instruções para a melhor forma de tornar eficiente o seu manuseamento. Cf. Ramos, *O cardeal Saraiva...*, 313 apud Cardoso, *Ler na livraria...*, 36.
145. Ramos, A Biblioteca do Convento de S. Martinho de Tibães...”.
146. A autora não conseguiu identificar aproximadamente 6,6% dos títulos.
147. Em números absolutos temos 1343 títulos do século XVIII, 1141 do século XVII, 628 do século XVI e 22 do século XV.
148. Para dados mais pormenorizados sobre os valores e subdivisões de cada classe vejam-se os dados na tese supracitada.
149. Cardoso, *Ler na livraria...*, 37.
150. Ferreira, *O cardeal Saraiva...*, 8.
151. Cardoso, *Ler na livraria...*, 38.
152. Resende, *Memória Histórica...*, 9.
153. Resende, *Memória Histórica...*, 10.
154. Indo de encontro ao defendido num estudo de Barros Cardoso, na sua actividade governativa em Lisboa merece especial destaque a redação do documento explicativo dos acontecimentos do Porto, que foi enviado ao Soberano português e ainda a redação do “Manifesto da nação portuguesa aos soberanos e povos da Europa”, com o objetivo de esclarecer a Europa acerca dos propósitos do Portugal novo,

- a estruturar politicamente sob a fórmula monárquico-representativa e a dotar com um texto constitucional a submeter à ratificação do monarca. Cf. Cardoso, *Ler na livraria...*, 38-39.
155. Cardoso, *Ler na livraria...*, 38-40.
156. Cardoso, *Ler na livraria...*, 43.
- De acordo com a análise formulada por Barros Cardoso, com as diversas convulsões políticas sentidas após a Revolução de 1820, o primeiro regime constitucional “caí em desgraça”. frei Francisco de S. Luís acaba também por ser envolvido nas lutas e por pagar o preço do seu apego à causa liberal, é acusado de mação, de conduta lesiva dos interesses da sua própria condição, mau administrador e avarento. Entre 1823 e 1825 é forçado a permanecer no Mosteiro da Batalha, privado de liberdade plena, numa condição de “desterrado político”. Durante esse período, escreve a “*Memória Histórica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Vitória vulgarmente chamado da Batalha*”. Em 1825 é-lhe permitido o regresso a Ponte de Lima.
157. Cf. Vasco Pulido Valente, *Portugal Ensaios de História política* (Lisboa: Aletheia Editores, 2009), 17.
158. Com a subida de D. Miguel sobe ao poder, as Cortes são dissolvidas e D. Frei Francisco de S. Luís cai novamente em desgraça, sendo desterrado para o mosteiro de Serra d’Ossa na condição de prisioneiro, onde vive marcado por um isolamento total, que foi atenuado pela permissão que obteve para receber alguns dos seus livros, bem como a possibilidade de ler na Biblioteca conventual. Cf. Cardoso, *Ler na livraria...*, 44. Curiosamente esta Biblioteca tinha recebido, anos antes, uma oferta de livros realizada por D. Frei Manuel do Cenáculo, assunto sobre o qual daremos nota em momento posterior deste trabalho.
159. Cf. Cardoso, *Ler na livraria...*, 43.
160. Cardoso, *Ler na livraria...*, 43.
161. Cardoso, *Ler na livraria...*, 46.
162. O índice encontra-se publicado na íntegra em Cardoso, *Ler na livraria...*, 335-394.
163. É um índice posterior ao da livraria do Mosteiro de Tibães, de que anteriormente demos nota, mas não se encontra organizado com tanto rigor metodológico quanto o do cenóbio bracarense. Cf. Cardoso, *Ler na livraria...*, 25-26.
164. Cardoso, *Ler na livraria...*, 47.
165. Saliente-se que estamos a apresentar dados que foram trabalhados por Barros Cardoso na obra que temos vindo a citar. Os números apresentados não são exatos porque são retirados de um gráfico que não permite perceber o nº exato de títulos em cada século.
166. Cardoso, *Ler na livraria...*, 186.
167. Cardoso, *Ler na livraria...*, 185-187.
168. Cardoso, *Ler na livraria...*, 275-276.
169. frei Francisco de S. Luís Saraiva, *Obras completas* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1877)
170. Cardoso, *Ler na livraria...*, 43.
- A propósito do ecletismo do cardeal Saraiva ver também Mattoso, “D. Frei Francisco de S. Luís...”, 318.
171. Cardoso, *Ler na livraria...*, 277-281.
172. Machado, *Rousseau em Portugal...*, 196.
173. Cardoso, *Ler na livraria...*, 282.
174. Jerónimo de Alcântara Guerreiro, *Galeria dos Prelados de Évora* (Évora: Gráfica Evorense, 1971), 80
175. Guerreiro, *Galeria dos...*, 81.
176. Manuel Lopes de Almeida, *Notícias Históricas de Portugal e do Brasil (1751-1800)* (Coimbra: Coimbra Editora, 1964), 146.
177. Guerreiro, *Galeria dos...*, 82
178. Guerreiro, *Galeria dos...*, 83
179. B.P.E. Códice CX/2-18.
180. B.P.E. Códice CX/2-18, f. 58.
181. O valor é de 50, 88%, arredondado às duas casas decimais. Isto é, apenas identificámos a temática de 350 do total de títulos indicados.
182. Como veremos adiante, aquando da análise de outras listas de livros, incluímos nesta categoria obras ligadas à Medicina e actividades médicas, Matemática, Astronomia, Física, Química ou outras obras identificadas no próprio título com a temática.
183. Com efeito 182 obras estão ligadas à religião, estando as restantes 168 distribuídas por várias temáticas.
184. Esta surge apenas identificada pelo nome do autor, e não pelo título, mas julgamos dever tratar-se de uma edição de “O Príncipe” de Maquiavel.
185. A este propósito relembramos que o catálogo, em muitos casos, não possui uma identificação concreta do autor da obra, sendo que o próprio título é apresentado de forma abreviada o que acaba por ser um obstáculo a uma identificação total da obra.
186. Com efeito, as obras em latim representam aproximadamente 56% do total, os escritos em português 34%. O francês corresponde a 7%, ocupando todas as restantes 3% do total.

Notas

187. Lamarca Langa, *La cultura del libro...*, 14.

188. Não obstante esse reconhecimento por uma figura da ilustração espanhola, tivemos grande dificuldade em encontrar estudos completos que se dediquem a analisar a sua actuação. As pesquisas conduziram-nos a dois documentos, um do século XVIII, outro do século XIX, onde se faz o elogio da sua actuação, e se agradece o que ele terá feito pela cidade. Uma das obras é um elogio histórico, intitulado “*Elogio Histórico y Bibliográfico del Ilustrísimo Señor Don Francisco Perez Bayér del consejo y cámara de castilla, caballero pensionado de la Real y distinguida orden de Carlos III, preceptor de los serenísimos señores infantes, arcediogo mayor y canónigo de valência y bibliotecário de su magestad*”. A outra intitula-se “*Memoria que dedica la muy noble y leal ciudad de Valencia a su Patricio y Bienhechor El Ilustrísimo Señor Don Francisco Perez Bayér del consejo y cámara de castilla [...] por la donacion de su librería*”. Embora reconheçamos que as duas obras têm, essencialmente, um carácter encomiasta, onde se tenta louvar e engrandecer as virtudes desta personalidade, é possível através destas encontrar alguns dados sobre cargos e acções empreendidas por este ilustrado espanhol.

189. Don Justo Pastor Fuster, *Elogio Histórico y Bibliográfico del Ilustrísimo Señor Don Francisco Perez Bayér del consejo y cámara de castilla, caballero pensionado de la Real y distinguida orden de Carlos III, preceptos de los serenísimos señores infantes, arcediogo mayor y canónigo de valência y bibliotecário de su magestad* (Valência: Don Idelfonso Mompíe, 1829) 4

190. Fuster, *Elogio Histórico...*, 5.

191. Fuster, *Elogio Histórico...*, 6.

192. Fuster, *Elogio Histórico...*, 7.

193. Na obra supracitada é possível encontrar alguns exemplos desses achados e trabalho realizado, como por exemplo a descrição que se acha na página 7.

194. Fuster, *Elogio Histórico...*, 8.

195. Fuster, *Elogio Histórico...*, 9.

196. Fuster, *Elogio Histórico...*, 11.

197. Fuster, *Elogio Histórico...*, 11-12.

198. Fuster, *Elogio Histórico...*, 12.

199. Fuster, *Elogio Histórico...*, 13.

200. B.P.E. Códice CXXIX/1-18.

201. Fuster, *Elogio Histórico...*, 14-15.

202. Cf. Fuster, *Elogio Histórico...*, 14.

203. Fuster, *Elogio Histórico...*, 16.

204. Marsà Vila, *El fundo antiguo...*, 375.

205. S.A., *Memoria que dedica la muy noble y leal ciudad de Valencia a su Patricio*

y ienhechor El Ilustrísimo Señor Don Francisco Perez Bayér del consejo y cámara de castilla [...] por la donacion de su librería (Valência: Benito Monfort, 1785)

206. Fuster, *Elogio Histórico...*, 25-36.

207. No estudo sobre as bibliotecas de Valência a que já acima aludimos, encontram-se elementos que apontam para a presença de obras deste autor, em apenas seis bibliotecas. Tendo isso em consideração, o autor conclui que, depois de contemplar o paupérrimo panorama da literatura ilustrada nessas bibliotecas, se poderá afirmar, para Valência, “que no século XVIII não há uma sólida mentalidade ilustrada: conviveram com ela outras mentalidades, algumas profundamente reaccionárias”. Cf. Lamarca Langa, *La cultura del libro...*, 90.

208. Patrocínio, “O relato de viagem...”, 266.

209. Patrocínio, “O relato de viagem...”, 267.

210. González Ruiz, “Evolución Histórica de la Biblioteca Capitular de Toledo”, Em *El libro antiguo español IV – Coleccionismo y Bibliotecas (siglos XV–XVIII)* dir. Maria Luisa Lopes-Vidriero e Pedro M. Catedra (Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1998), 253-254. De acordo com este autor, a Dissertação de Bayer ainda se encontrava, no ano de publicação deste trabalho, inédito.

211. AAVV, *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans*, t I (Valência: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva 9, 1981); AAVV, *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans*, t. II (Valência: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva 10, 1981)

212. Mestre, *El mundo intelectual...*

213. Mariano Peset e José Luis Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma Universitaria idea del nuevo método que se puede practicar en la enseñanza de las Universidades de España*. (Valência: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva, 1975)

214. Sanchez-Blanco, *La ilustracion en España...*

215. Mestre Sanchís, *La ilustracion...*

216. Mestre, *El mundo intelectual...* 4.

217. Mestre, *El mundo intelectual...* 5-7.

218. Peset e Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma...*, 10.

219. Dessa opção dá nota numa carta que escreve a seu pai: “*Que este y el outro digan lo que les parezca de mi venida, a mi me embaraza muy poco. Yo me rio de todas esas*

cosas y de la simplicidad de los que las dicen”. Cf. Carta de Gregório Mayans a seu pai, datada de 13 de janeiro de 1720, *apud* Peset e Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma...*, 11.

220. Peset e Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma...*, 12.

221. Peset e Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma...*, 14.

222. Mestre, *El mundo intelectual...*, 7.

223. Mestre, *El mundo intelectual...*, 8.

224. Mestre, *El mundo intelectual...*, 8.

225. Mestre, *El mundo intelectual...*, 8.

226. Peset e Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma...*, 14.

227. Peset e Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma...*, 24.

228. Peset e Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma...*, 10.

229. Peset e Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma...*, 27.

230. Peset e Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma...*, 28.

231. Peset e Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma...*, 28.

232. Peset e Peset, *Gregorio Mayans y la Reforma...*, 29.

233. Mestre, *El mundo intelectual...*, 10.

234. Mestre, *El mundo intelectual...*, 10.

235. José António Maravall, “Gregorio Mayans y la formación del pensamiento político de la Ilustración”, em *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans*, t I (Valência: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva 9, 1981), 45.

236. Maravall, “Gregorio Mayans y la formación...”, 80.

237. Cf. Marsà Vila, *El fundo antiguo...*, 374.

238. Maria de Lurdes Correia Fernandes, “Uma Biblioteca ibérica”, *Leituras – O livro antigo em Portugal e Espanha séculos XVI–XVIII*, n^o9-10 (2001-2002): 123-124.

239. Sanchez-Blanco, *La ilustracion en España...*, 14.

240. O exemplo do cardeal Saraiva é ilustrativo dessa situação. Beneficiando das mudanças nos estudos, terá sido “favorecido” com as Luzes que personalidades como Cenáculo procuraram espalhar no país. Essas luzes que recebeu e interpretou “à sua maneira” possibilitaram-lhe uma abertura que lhe permitiu aceitar as mudanças decorrentes no quadro do liberalismo. Da mesma forma preocupou-se por irradiar essas Luzes, utilizando até fórmulas semelhantes às que Cenáculo tinha utilizado, nomeadamente a criação de bibliotecas e a organização

dos estudos. Isso não implicou que na sua época não tivesse convivido com formas diferentes de absorver esses valores.

241. Sanchez-Blanco, *La ilustracion en España...*, 54-55. A análise do autor focaliza-se no caso espanhol.

As faces de Cenáculo

No conjunto da múltipla documentação que compõe o espólio cenaculano – diário pessoal, cartas trocadas com diversos correspondentes, róis de compras de livros, anotações e memórias de que deixa registo, catálogos com as obras doadas, escritos de sua autoria – é possível encontrar testemunhos que ilustram a centralidade dos livros ao longo da sua vida. Não existe um rol individualizado contendo um cadastro de todas as composições escritas que faziam parte da sua coleção.

A inexistência desse catálogo particular impede uma caracterização direta, detalhada e quantitativa daquela que terá sido a sua Biblioteca pessoal.

Esse facto não constitui, no entanto, uma singularidade do presente estudo. Na diversa bibliografia sobre livros, leitores e bibliotecas, bem como estudos teórico-metodológicos, encontramos testemunhos da dificuldade em encontrar catálogos completos, que permitam aferir dados acerca das bibliotecas de determinadas personalidades ou instituições. Similarmente constata-se que, quando essas fontes existem, isso não significa, à partida, que as questões metodológicas estejam absolutamente assentes. Por vezes, esses arrolamentos contêm uma enorme quantidade de registos, que acaba por resultar quase na impossibilidade material de os avaliar a todos, algo que se agrava pelo facto de, nalguns casos, os registos não serem pródigos em informes que permitam concretizar elementos objetivos sobre as obras mencionadas¹.

A tentativa de conhecer a bibliofilia de frei Manuel do Cenáculo implica o reconhecimento dos problemas metodológicos que afetam as fontes passíveis de ser utilizadas. Como bem salientou Maria de Lurdes Correia, para aferir os gostos de determinadas personalidades no que respeita a livros, não é suficiente quantificar os seus inventários de bibliotecas. É preciso analogamente, dar importância às redes de relações sociais, às heranças e às incorporações “alheias” de livros, às modas e às influências diretas ou indiretas de eruditos e bibliófilos que aconselhavam e compravam livros. Esta rede de influências não diminui a importância cultural dos casos concretos, bem pelo contrário, permite enquadramentos que relacionam diferentes aspetos, que ligam o individual a grupos mais ou menos determinados, podendo assim ajudar a repor parte da complexidade dos fenómenos culturais².

Como se sabe, a investigação em História do Livro e da Leitura oferece um vasto campo de exploração. É uma área que implica a convergência de várias disciplinas, partindo do princípio que tanto os livros, como as práticas de leitura possuem uma história que vale a pena ser recuperada. O seu objetivo primordial é o de reconstituir a história da produção e do consumo de livros, impressos, mas também os manuscritos e os incunábulos dos primórdios da imprensa³. Essa recuperação faz-se para cada época, para cada meio, assim como para cada modalidade partilhada do ato de ler, que dá forma e sentidos aos gestos individuais⁴.

Isso implica, parafraseando Roger Chartier, avaliar a forma como os homens tentaram dominar os textos que o livro manuscrito e o impresso puseram a circular⁵. Torna-se imperativo perceber que a relação com os textos se caracteriza por um movimento contraditório. Por um lado, o leitor é confrontado com todo um conjunto de obrigações e instruções, que lhe são impostas pelo autor, pelo editor, pelo comentador, ou pelo crítico. Por outro lado, a leitura é por definição rebelde e vagabunda. Exemplos ilustrativos dessa rebeldia são as “infinitas manhas” que os leitores arranjam para ler livros proibidos, para ler nas “entrelinhas”, para subverter lições impostas. O livro procura sempre instaurar uma ordem, no entanto essa ordem, com múltiplas figurações, não detém o poder absoluto para anular a liberdade dos leitores, manifestando-se sempre uma dialética entre imposição e apropriação de um texto. Esta dialética não é sempre a mesma, em todo o lado e para todos, reconhecer-lhe as diversas modalidades e as múltiplas alterações é o principal objetivo da História do Livro⁶.

A História do livro dedica-se ao estudo do “ciclo de vida” dos livros, isto é, como estes surgem e se difundem na sociedade⁷. Como bem lembrou Artur Anselmo, reconstituir a vida do livro implica avaliar todo o seu “processo existencial”, desde a produção ao consumo, acompanhar as fases do seu fabrico, interrogar a forma como nasceu e se autonomizou enquanto peça cultural, ou se nem sequer deixou memória de si e do seu autor. Para isso, é preciso avaliar algumas realidades concretas, tais como a conjuntura económica, social e política da época em que este está inserido. É necessário perceber como obteve o privilégio de edição, a forma como passou pelo aparelho censório, as relações entre o autor e o editor e deste com impressores e livreiros, o modo como funcionava o mercado onde este circulou, a receção que obteve junto dos leitores, as características de produção do objeto tais como o papel, os caracteres, as gravuras, e também a forma de venda e taxas e impostos a que se sujeitou⁸.

Reconhecemos que não é possível fazer esta reconstrução, passo a passo, do percurso de vida de cada um dos livros com os quais Cenáculo contactou. Contudo podemos tentar perceber qual a relação com livros evidenciada pelo bispo de Beja. Isso implica ir para além de uma tentativa de inventariação dos livros que o prelado possuiu.

O seu contacto com os livros não se esgotou nas obras que possuiu e doou. Quando, em capítulo anterior, analisamos o intercâmbio epistolar do prelado, verificamos que as referências a livros foram constantes e que as cartas funcionaram como um meio de informação, compreensão e de divulgação dos livros.

A constatação da rede de influências⁹, possibilitada pelos seus contactos multiformes, evidencia que Cenáculo não foi um mero recetor dos livros e do seu conteúdo. Foi também um difusor e um criador destes objetos. Divulguou-os através das suas cartas e análises,

dos conteúdos que debateu com outros eruditos e conhecidos, mas também através das bibliotecas que ajudou a formar. Analogamente, criou e fez imprimir algumas obras de sua autoria.

Para conhecer melhor a bibliofilia do prelado Pacense julgamos, por isso, fundamental identificar e analisar quais foram as obras que imprimiu. Com efeito, a paixão por livros de Cenáculo não se pode situar apenas na sua faceta de recetor, sendo igualmente importante averiguar a sua atividade enquanto produtor de livros, daí a opção para fazer uma análise acerca das obras que criou e imprimiu.

A relação de frei Manuel do Cenáculo com os livros não se esgotou, contudo, na dimensão da produção e da divulgação, foi também um leitor. Parafraseando Roger Chartier, “os leitores são viajantes nómadas, caçando furtivamente através de campos que não escreveram”¹⁰, por isso, tentar perceber aquilo que Cenáculo leu, ou melhor, a forma como “caçou furtivamente em campos que não escreveu”, assume um papel fundamental na tentativa de caracterizar a sua bibliofilia.

Cumprir realçar que esta apreciação das diferentes facetas da relação de frei Manuel do Cenáculo com os livros implica, necessariamente, o reconhecimento das características diferenciadas que a escrita e a leitura evidenciam. A escrita acumula e armazena, resiste ao tempo, estabelecendo um lugar e multiplicando a sua produção através do expansionismo da reprodução. A leitura não é garantida contra o desgaste do tempo, esquecemo-nos ou esquecemo-la, conservando mal o seu saber. Apesar disso, um texto existe apenas porque há um leitor que lhe dá significação, só se tornando útil na sua relação de exterioridade com o leitor¹¹. Tendo isto em vista, a tarefa do historiador consiste em reconstruir as alterações que diferenciam os “espaços legíveis”, isto é, os textos nas suas formas discursivas e materiais, mas também as alterações que dirigem as circunstâncias da sua “efetuação”, ou seja, as leituras entendidas como práticas concretas e como processo de interpretação¹². É, assim essencial, na esteira de Roger Chartier, considerar as relações entre três polos: a análise dos textos, decifrados nas suas estruturas, intenções e motivos; a história dos livros e de todas as formas com que se apresentam escritos e, finalmente, o estudo das práticas que se apoderam desses objetos. Sobressai, nessa perspetiva, a necessidade de estudar o modo como se dá o encontro entre o “mundo do texto” e o “mundo do leitor”¹³.

Frei Manuel do Cenáculo foi, paralelamente à sua faceta de autor, divulgador e leitor de livros. Simultaneamente, foi também censor, tendo alcançado, por essa via, grande poder no mundo editorial. De facto, convém recordar que o prelado de Beja, enquanto deputado e depois presidente da Real Mesa Censória, teve autoridade para determinar quais as obras que se poderiam ou não ler, qual o autor que era ou não aceitável, que teoria poderia

ser ou não incluída em determinada obra. Similarmente, enquanto personalidade ligada às Reformas de Ensino, que se aplicou na consecução de novos e mais modernos planos de estudo, teve o poder de promover determinados autores, de propor livros para serem utilizados pelos estudantes e, desse modo, interferir com o mundo editorial.

O reconhecimento das valências multiformes da sua relação com livros torna, por isso, fundamental averiguar quatro vetores distintos, a saber: Cenáculo autor; Cenáculo leitor; Cenáculo censor; Cenáculo o pedagogo.

No seu conjunto, estes vetores ajudar-nos-ão a perceber o encontro entre o “mundo do texto” e o “mundo do leitor”, considerando que os significados dos textos dependem das formas, através das quais, são aceites e adaptados pelos seus leitores. A um texto estável é atribuído um significado e um estatuto inédito, que se altera com os dispositivos que se propõem para a sua interpretação¹⁴. Tanto os livros que o bispo de Beja escreveu, como os que leu e interpretou, tiveram de se sujeitar igualmente a estes processos. É essencial, para perceber qual a relação que frei Manuel do Cenáculo manteve com os livros, estar ciente destas características que marcam a divulgação, a receção e a apropriação de um texto.

Cenáculo autor

Cenáculo, enquanto autor, possui um trabalho extenso e deixou impressas, de sua autoria, algumas obras que, a acreditar nas menções que encontramos em muitas das cartas que recebe, obtiveram boa receção nos meios intelectuais da época.

O bispo de Beja parece ter reconhecido as possibilidades pedagógicas do livro, ainda que as propostas de leitura variassem de acordo com o “público-alvo”, ou seja, os livros a que cada um poderia aceder dependeriam da sua capacidade para se defender das más doutrinas. Sendo assim, cada segmento da população teria acesso a livros distintos, consoante o “grupo social” a que pertencia.

Convém notar, como bem salientou Francisco Vaz, que a instrução do povo foi uma bandeira das nações e do nacionalismo a partir de finais de Setecentos. Muitos dos discursos produzidos sobre o povo na época, eram obra de elites que manifestavam uma atitude de superioridade intelectual, sendo que os principais objetivos da escrita para o povo seriam o de instruir nas técnicas agrícolas e na indústria popular. Esta instrução do povo, que se processava através de catecismos, corolários práticos e almanaques, teve como ponto de partida, em Portugal, um debate que englobava duas visões relativamente díspares acerca do que deveria o povo ler. Uma de Luís António Verney, que era o defensor

de uma instrução popular, facultando a todos uma instrução elementar. Outra de Ribeiro Sanches, que defendia uma via mais elitista de ensino para a nobreza e burguesia¹⁵.

O catecismo aparece, neste contexto de instrução popular, como uma “nova pedagogia”, como “um meio de uma cultura de massas”. É um livro para ensino das verdades, sendo um produto social que envolve todos os grupos sociais, produzido por elites eclesiásticas e dirigido sobretudo aos grupos populares e às crianças¹⁶.

Frei Manuel do Cenáculo, como já assinalamos, tem uma trajetória que evidencia uma preocupação com a instrução, não ficou alheio a esta questão da instrução do povo, com o fim de a promover. Ambicionou formar o clero da sua diocese, o qual se constituiria como meio de ligação para atingir o povo. O ensino religioso surgia assim, intimamente relacionado com a ação do prelado como “pastor de ovelhas”, revelando-se de capital importância para evitar o erro e a ignorância, os quais conduziam a desvios em relação às verdades da revelação¹⁷.

A necessidade de instrução e saber eram encarados numa perspectiva de “utilitarismo”, tendo propósitos políticos evidentes. Serviam como meio de controlo e endoutrinamento social no quadro político vigente, mas também como uma tentativa de modernizar a sociedade e as instituições e de fazer uma rutura com a pedagogia tradicional, ainda que esta não se constituísse como uma cisão total¹⁸. Cenáculo é um “homem crente e crente nas potencialidades reformistas da religião”, sendo que o catecismo era encarado como um meio de civilizar, polir os costumes do povo, de modo a incutir-lhes obediência e diligência nos ofícios. O papel dos párocos é o de serem pastores do povo, que devem instruir os seus paroquianos na religião, na física e na nova agricultura¹⁹.

Atendendo à forma como encarou a instrução, não considerarmos surpreendente que, nos seus múltiplos escritos, essas preocupações com a pedagogia, a modernização da sociedade e das instituições existam. Avaliar a faceta de Cenáculo enquanto autor implica ter presente a centralidade destas preocupações nesses escritos.

Similarmente importa relevar no nosso estudo a própria definição de autor e sua evolução. Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, num estudo já clássico sobre o aparecimento do livro, defendem que o ofício de autor, enquanto aquele que auferia os lucros pela venda de exemplares de uma obra que ele próprio escreveu, é um ofício ligado à imprensa, tendo nascido graças a ela²⁰. A evolução do conceito de autor e o estabelecimento dos seus direitos foi um processo que se estendeu ao longo dos séculos, depois do advento da imprensa²¹.

Roger Chartier aprofunda este conceito, interrogando-se sobre “quem é o autor” e argumentando a favor da relevância que possui para os estudos no domínio da História do Livro²². Começa por fazer uma síntese sobre as tendências da história do livro no universo francês e inglês, identificando uma propensão, naquilo

que chama “mundo de língua inglesa”, de a história do livro surgir, durante algum tempo, como uma história sem leitor e sem autor²³. Essa orientação poderia ter-se desenvolvido doutro modo na historiografia francesa do livro, que apresenta um carácter mais imediatamente cultural e social, mas também aqui o autor, ao contrário do leitor parece ter sido, muitas vezes, esquecido²⁴. Não obstante, surgiram entretanto novas linhas de investigação que, apesar das diferenças entre si, se encontram num ponto comum, que é o de voltar a articular um texto com o seu autor, a obra com as vontades e as posições seu produtor, sem que isso signifique um retorno a uma “perspetiva clássica, soberba e solitária” de um autor cuja intenção encerra a significação da obra²⁵.

Nesta perspetiva, o autor surge como sendo simultaneamente dependente e condicionado. Dependente porque não é o dono do sentido, as intenções que o levaram a produzir determinado texto não se impõem necessariamente a quem produz o objeto material, como os livreiros e impressores, nem a quem dele se apropria mediante a sua leitura. Condicionado porque sofre as múltiplas influências do espaço social onde se processa a sua produção literária²⁶.

Independentemente de toda a problemática crítica sobre “o que é um autor” e o regime de propriedade dos textos²⁷, que evoluiu e sofreu modificações ao longo dos tempos, parece-nos legítimo afirmar que frei Manuel do Cenáculo, enquanto autor, teve analogamente de se sujeitar aos condicionalismos decorrentes do espaço social onde escreveu os seus textos. Se terá almejado condicionar, ou melhor, influenciar pelos seus escritos os seus contemporâneos, foi, similarmente, condicionado pelo próprio espaço onde se situava, marcado por características e necessidades próprias. Sofreu os condicionalismos impostos pelo regime político e de censura existente e também as influências dos “seus pares” e da forma como a sua obra poderia, ou não, ser aceite mediante os códigos sociais da época.

Subscrevendo as palavras de Roger Chartier, depois de Gutenberg a cultura das sociedades do Ocidente pode ser considerada uma cultura do objeto impresso, porque nela os “produtos dos prelos” e da composição tipográfica penetraram toda a rede de relações sociais, veicularam pensamentos e prazeres, instalando-se tanto no foro privado como na praça pública²⁸.

Esta cultura do objeto impresso pode ser entendida no sentido mais estrito, como um conjunto de novos gestos, segregados por uma nova forma de produzir textos e imagens, ainda que isso não implique considerar a existência de uma rutura com formas anteriores de os produzir. Note-se que, para examinar esta cultura do objeto impresso há que entender, entre outros aspetos, que os materiais tipográficos não podem ser reduzidos às meras intenções dos seus produtores, estando também sujeitos a uma prática inventiva e criativa que se apropria deles

de forma distinta²⁹. Para tornar esta tensão entre a liberdade do leitor e a eficácia do objeto operacional, são necessários dois tipos de investigação. Um que deve tentar caracterizar as contingências históricas das práticas de leitura, diferenciadas consoante as épocas, os espaços, as condições e as confissões, o sexo e a idade, o aspeto exterior ou a circunstância, sendo referenciáveis através das suas representações nas narrativas de ficção, nos retratos pintados, nas confissões individuais, ou nas cartilhas de leitura. O outro que é conduzido partindo dos próprios objetos impressos, considerados na sua singularidade, reconstruindo os limites impostos à livre circulação dos textos através dos dispositivos tipográficos que os dão a ler e também, graças à análise das impressões diversas e sucessivas de um mesmo texto, as transformações dos seus significados e utilizações³⁰.

O estudo de frei Manuel do Cenáculo enquanto autor constitui-se como vetor fundamental, entre outros, para a compreensão global da centralidade que o objeto impresso representou na sua trajetória de vida.

Importa ainda esclarecer que, em face das inúmeras obras e escritos de Cenáculo, optámos por avaliar a sua faceta enquanto autor partindo de uma definição de Roger Chartier que, reportando-se a significações que começam a surgir em finais do século XVII, descreve o autor como alguém que deu à luz um livro e o fez imprimir, pressupondo a sua circulação impressa³¹. Saliente-se que há múltiplos escritos de frei Manuel do Cenáculo, produzidos com diferentes intenções e destinados a públicos distintos. Existem memórias ou anotações pessoais, instruções e editais decorrentes da sua atividade. Partindo da definição de autor atrás apresentada, julgamos que a obra impressa de Cenáculo, por ele assinada e identificada enquanto tal³², seria aquela que circularia de forma mais sistemática e por consequência, aquela que foi “levada à praça pública”³³, tendo, por essa via, a possibilidade de influenciar os seus contemporâneos sendo, simultaneamente, condicionada pela contexto político, social e cultural da época.

A obra impressa de frei Manuel do Cenáculo

Realizamos uma seleção de obras impressas por Cenáculo³⁴, que procuramos localizar em diversas instituições³⁵, tendo reunido um total de 32 exemplares³⁶.

Tendo por base os títulos das obras, verifica-se alguma diversidade nos temas abordados por Cenáculo, a que corresponde uma heterogeneidade no registo discursivo. O universo temático engloba: conclusões, instruções pastorais, editais com determinações de organização episcopal e também obras acerca da própria organização do clero, bem como preocupações com o ensino.

No que respeita à língua usada, constata-se uma preponderância marcante das obras escritas em português, comparativamente às escritas em latim. As primeiras representam cerca de 83% do universo total, contra 17% das últimas³⁷.

O predomínio de obras na língua portuguesa parece ir ao encontro das alterações que marcam o mundo dos livros, no século XVIII, de acordo com a bibliografia da especialidade³⁸. Entre elas, o surgimento de um número cada vez maior de edições em línguas nacionais, sem que isso signifique um rompimento absoluto com “formas antigas” de edição e leitura. Com se sabe, nesta época há um conjunto de alterações expressivas que afetaram os modos de ler e que tiveram consequências também naquilo que era editado e na forma como era editado³⁹. Na prática, multiplicaram-se os usos e práticas dos e com os livros, surgem transformações que se prendem sobretudo com uma multiplicação de formas, práticas, objetos e objetivos de leitura e com a heterogeneidade e fragmentação do público leitor⁴⁰. Como seria de esperar, estas transformações refletiram-se, analogamente, naquilo que era publicado. Se havia novos públicos, novas exigências por parte dos leitores, também teriam de existir transformações naquilo que era impresso. Uma dessas é a multiplicação de edições em “línguas nacionais”, cuja forma de edição se tornava mais acessível a um maior número de pessoas, dado que o domínio da língua latina era uma competência de um número menor de potenciais leitores.

Frei Manuel do Cenáculo participa das tendências do seu tempo e se há textos de sua autoria que são dirigidos a um “público mais especializado” e portanto escritos em latim, também há outros textos, destinados a um público com menores competências linguísticas, escritos na língua nacional. Nessa perspetiva, não consideramos essa preponderância surpreendente. Poderá eventualmente evidenciar um desejo de atingir, para determinadas obras, um número maior de potenciais leitores e por essa via, influenciar através delas um maior número de pessoas. É também mais um indício da dicotomia que marca a relação entre a leitura e a produção dos textos, de que já demos nota em momento anterior deste trabalho. De facto, se os autores influenciam outros a partir dos textos que escrevem, ainda que não consigam subjugar a liberdade criativa do leitor e a forma como este aprende e apreende aquilo que lê, também os criadores se veem de alguma forma influenciados pela época em que vivem, seja pelas preocupações do seu tempo, que muitas vezes acabam por expressar nas próprias obras, seja pela forma como acabam por compor o seu escrito. As línguas de edição, formatos, e outros aspetos materiais do livro acabam por se adaptar às necessidades da época e do público que se pretende atingir, numa dúlice relação de influências.

A leitura integral dos seus escritos permite identificar um conjunto alargado de problemáticas e questões tratadas pelo prelado Pacense. Alguns desses temas relacionam-se diretamente com as funções e cargos que desempenhou, em particular afetos

à organização disciplinar, administrativa e outras matérias do culto cristão católico. Há, por isso, obras que se centram especificamente em matérias relativas à organização e moralização da vida religiosa. As preocupações religiosas não se constituem, contudo, um tema exclusivo da sua reflexão. A necessidade de instrução, tanto a do clero, como o ensinamento dos povos, merece similarmente a sua atenção privilegiada.

Globalmente, o universo das obras de frei Manuel do Cenáculo permite identificar um conjunto de temáticas privilegiadas, que agrupamos em cinco categorias, a saber⁴¹:

- Obras apologéticas e elogios a personalidades;
- Obras sobre a formação do clero;
- Obras sobre a instrução cristã;
- Obras históricas e de fundamentação histórica e política⁴²;
- Obras de defesa de matéria doutrinal e de culto;

Atendendo às diferentes categorias criadas, verifica-se a predominância dos temas religiosos, que se apresenta compreensível, atendendo à função de frei Manuel do Cenáculo.

É ainda de frisar a diversidade de estilos de escrita que o prelado usa na elaboração dos seus textos, de acordo com a natureza do escrito e do seu público-alvo. Assim, tanto encontramos textos mais especializados, relacionados com questões de culto ou questões de fundamentação histórica, como textos escritos em estilo catequético. Esta heterogeneidade constitui-se, em nosso entender, como mais um sinal, a par de outros, do ecletismo que marcou a atuação desta personalidade.

As obras apologéticas e elogios a personalidades

Esta categoria engloba, fundamentalmente, as duas obras que Cenáculo escreveu como o fim de elogiar determinadas personalidades, ou de fazer a apologia de certa doutrina ou pensador. Assim, aqui incluímos obras como são exemplo o *Elogio Fúnebre do P. frei Joaquim de S. José [...] ⁴³* e as *Advertências Críticas e apologéticas [...] ⁴⁴*.

Focalizando a nossa atenção no caso específico destas obras é possível verificar que têm, como se pode depreender até pelo título que ostentam, características muito diferentes. Seja com for, no seu conjunto, as duas convergem na defesa que fazem a determinada personalidade, ainda que essa apologia seja realizada de forma e com objetivos diferentes. Com efeito, enquanto na primeira obra se faz a defesa da atuação de frei Joaquim de S. José, fazendo o elogio do seu percurso de vida, na segunda faz-se uma defesa de Raimundo Lúlio, pretendendo justificar também algumas das ideias e teorias que este beato defendeu.

O *Elogio Fúnebre de frei Joaquim de S. José* é uma obra datada de 1757. A versão a que acedemos foi impressa na oficina patriarcal de Francisco Luíz Ameno⁴⁵. Trata-se de uma obra essencialmente encomiasta, escrita num tom predicatório, através da qual D. Frei Manuel do Cenáculo louva o seu mestre. Constitui-se como o panegírico daquele a quem Cenáculo considera dever muito daquilo que sabe. Isso mesmo é revelado pelo próprio noutra obra, quando afirma: “O Illustre Professor frei Joaquim José, a cuja disciplina devo esta voz; e se acaso há em mim qualquer outra que menos desagrade, sujeito formado por graça especial para educar a mocidade, tanto em costumes, como em letras [...]”⁴⁶.

É um escrito relativamente curto, de apenas 24 páginas, onde se traça o esboço biográfico, o percurso formativo e trajetória profissional de Joaquim José Crespo, que passou a designar-se frei Joaquim de S. José depois de ter professado na Ordem Terceira⁴⁷. O bispo de Beja exprime a sua forte admiração pelo mestre, realçando os seus dotes de oratória, bem como o seu papel como latinista⁴⁸. Teriam sido estas aptidões a possibilitar a ascensão e notabilização desta personalidade dentro da Província da Ordem Terceira, vindo a assumir o cargo de Provincial⁴⁹.

No conjunto das duas obras, merece especial atenção o título *Advertências Críticas e apologéticas sobre o juízo que nas matérias do B. Raymundo Lullo [...] ⁵⁰*, que se constitui como uma obra mais densa em termos do pensamento revelado por parte do prelado. A obra, além de um elogio a Raimundo Lúlio, é ainda um texto apologético das teorias e ideias deste beato, contrariando algumas críticas de outros pensadores⁵¹.

Trata-se de um escrito extenso⁵², composto por cento e vinte e duas páginas, que incluem a publicação de documentos, com os quais se pretende comprovar algumas das ideias apresentadas. O texto pretende, tal como Cenáculo define logo nas páginas iniciais, “introduzir na Republica erudita notícias verdadeiras, que desmintam o errado conceito, que muitos Doutos por falta daquellas [...] tem formado de Lullo”⁵³. O bispo de Beja procura, de acordo com as suas próprias palavras, “impugnar um parágrafo das cartas do autor do Verdadeiro Método de Estudar⁵⁴, no qual este “chamava louco a Raymundo Lullo”⁵⁵.

Ao longo das suas páginas frei Manuel do Cenáculo começa por apontar a necessidade de muitos críticos conhecerem Raimundo Lúlio para o poderem criticar, o que considera que não acontece. Prossegue depois a sua reflexão, defendendo que grande parte da controvérsia existente a este respeito se resume a dois pontos, que são a santidade e a doutrina de Lúlio⁵⁶.

Para combater a ignorância acerca de Lúlio, frei Manuel do Cenáculo propõe-se a avaliar individualmente algumas das suas proposições e a apresentar dados que esclareçam quem foi, o que fez e onde se destacou o beato Raimundo, combatendo aquilo que são as falsas acusações que lhe são feitas. Grande parte da obra

espelha justamente essa pretensão, denotando-se um esforço constante em combater, ponto por ponto, as acusações que eram levantadas contra Raimundo Lúlio.

A forma como Cenáculo impugna a alegação de que Lúlio tivesse dito mais de cem heresias, constitui-se como um exemplo demonstrativo desse combate. O prelado tenta desmontar aquilo que considera como “monstruosidade de falsidades”⁵⁷, começando por anotar, desde logo, as incongruências e a disparidade temporal da crítica que é feita. Para sustentar aquilo que diz recorre a numerosa bibliografia e documentação, de modo a não permitir a formação de qualquer dúvida acerca da falsidade das acusações que são, em seu entender, mal feitas. O trabalho realizado pelo bispo de Beja nesta proposição é repetido em todas as outras. Apontam-se dados de carácter prático, procurando sustentar aquilo que se defende com as posições de outros autores e fontes documentais. Recorre-se similarmente a matérias de carácter doutrinal para suportar a apologia de Raimundo Lúlio.

Para além de rebater vários pontos que são apontados por críticos, frei Manuel do Cenáculo apresenta, no final da obra, alguns documentos com os quais pretende consolidar a sua posição. São disso exemplo a transcrição de uma Oração em latim, contendo a comemoração que se costuma fazer em Maiorca ao beato Raimundo Lúlio, passando pela cópia de várias sentenças respeitante a bulas papais contra a Doutrina Luliana e contendo decisões definitivas a este respeito, mas também a transcrição de privilégios que lhe foram concedidos, assim como do decreto do bispo acerca de alguns casos envolvendo a imagem do mártir Raimundo Lúlio. Este anexo documental termina com uma reprodução da carta régia de D. Pedro de Aragão ao Papa.

A leitura desta obra permite constatar que frei Manuel faz a defesa do beato contra a “sem razão” com que é impugnado⁵⁸, tanto em Portugal, como no estrangeiro, nomeadamente em Espanha. Com efeito, o bispo demonstra estar bem informado e conhecer de forma profunda a evolução desta questão, não se coibindo em “apontar o dedo” aos críticos do país vizinho. Nessa perspetiva, sobressai a forma com frei Manuel do Cenáculo conhece aquilo que foi dito, em muitos lugares e por autores distintos, acerca de Raimundo Lúlio⁵⁹.

Cumprir realçar que as correntes lulianas e a presença, no reino português, dos textos e dos ideais do “Doutor Iluminado”⁶⁰ encontram-se documentadas a partir do século XVIII, mas conheceram uma progressiva modificação das incidências doutrinárias, examinadas no quadro dos novos condicionalismos de cada época⁶¹. A projecção, em Portugal, das diversas fases do Lulismo espanhol vem confirmar a “lei da reciprocidade”⁶² das influências e repercussão de sucessos entre as culturas das duas nações ibéricas. A presença do pensamento de Raimundo Lúlio em Portugal, na época em que Cenáculo viveu, não foi intensa nem determinante. Ainda assim foi, de acordo com Gama Caeiro,

significativa, tanto pela receção de temas procedentes de épocas anterior, como por uma reelaboração doutrinal, que se patenteia nas polémicas das teses lulistas e anti lulistas⁶³.

Convergindo nesta linha de pensamento, Diogo Ramada Curto aponta para a existência de sociabilidades peninsulares em termos culturais e literários, as quais acabam por se manifestar em processos que ocorrem paralelamente nas duas nações ibéricas. Esta apologia, feita por Cenáculo a Raimundo Lúlio, ilustra exemplarmente esses paralelismos⁶⁴. Subscrevendo as palavras do autor, verifica-se que a defesa do “Doutor Iluminado”, feita por frei Manuel do Cenáculo, se insere na polémica que emerge em torno da obra de Verney, mas indicia também uma rede de influências que conduz à existência de processos transversais aos dois países, constatando-se que também Feijóo, intelectual espanhol, havia criticado a *Ars Luliana*. A obra de Cenáculo constitui-se, assim, como mais um testemunho acerca da existência de sociabilidades intelectuais peninsulares e paralelismos no mundo cultural dos dois países. Estas sociabilidades terão permitido as bases de uma reação crítica frente à atração que seria exercida pela França na primeira metade do século XVIII⁶⁵.

Saliente-se ainda que a revivescência do lulismo no nosso país permitia preparar os espíritos para aceitação e uma nova orientação filosófica de que Cenáculo se revelaria defensor. Com efeito sustentaria, no pensamento do bispo de Beja, o combate à Escolástica e permitia sustentar o “Matematismo” da época, pela simplicidade, racionalidade do sistema e afinidade com o método matemático das doutrinas lulistas⁶⁶.

Obras sobre a formação do Clero

A formação do clero mereceu, como se sabe, um cuidado constante do bispo de Beja. O clero deveria ser o “professor” do povo, instruindo-o através da sabedoria e do exemplo pessoal⁶⁷. A tónica na formação do clero é espelhada em diversos materiais documentais e a obra escrita que frei Manuel do Cenáculo leva ao público ilustra, analogamente, as suas inquietações nesse domínio. Com efeito, o prelado identifica, em alguns dos escritos que compõe, carências na formação do clero, apontando aquelas que, na sua ótica, seriam as soluções para obter um clero mais instruído e com isso mais competente e capaz de se colocar ao serviço do povo e do “bem público”.

Frei Manuel do Cenáculo ambiciona a constituição de um clero “moderno”. Isto implica a existência de um corpo religioso instruído, que esteja atento aos problemas e às dificuldades do mundo, capaz de responder, pelo conhecimento e pelo exemplo, às diversas solicitações que lhe sejam formuladas. Daí o relevo que atribui a esta temática, entre o universo dos seus impressos.

No conjunto multiforme de obras compostas por frei Manuel do Cenáculo, há dez que poderemos incluir nesta categoria, tais como, as *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito*, as *Memórias Históricas e Apêndice segundo à Disposição quarta do Superior Provincial para observância dos estudos da Congregação da Ordem Terceira*, os *Cuidados Literários do prelado de Beja em graça do seu Bispado*, a *Instrução Pastoral ao Clero e Ordinandos da sua Diocese*, a *Instrução Pastoral sobre os estudos físicos do seu clero*, a *Instrução pastoral sobre a modéstia dos vestidos do clero*, a *Instrução pastoral sobre alguns pontos da disciplina eclesiástica*, a *Carta e outras instruções sobre os trabalhos presentes da Santa Igreja*, a *Instrução pastoral do Arcebispo de Évora*⁶⁸, as *Disposições do Superior Provincial para a observância regular e literária da Congregação*⁶⁹.

É certo que se constatarem diferenças de estilo entre os escritos que versam a educação do clero, tal como o referimos em relação à outra categoria. No universo de escritos aqui incluídos encontramos obras de fôlego, bastante extensas e fundamentadas, dirigidas à “República das Letras”. A par, textos de formato diverso, instruções dirigidas ao público que se encontra sobre a jurisdição do bispo de Beja, cujo objetivo primordial é o de regular e ordenar determinados aspetos práticos da vida clerical.

De entre as múltiplas obras que denotam uma preocupação com a modernização e organização do clero, merece especial destaque os *Cuidados Literários do prelado de Beja em graça do seu Bispado*⁷⁰. É um dos textos mais longos do prelado, composto por 552 páginas, constituindo-se como um dos mais completos e densos no que concerne a esta temática. É seu objeto considerar “as causas da religião vistas na mais estrita dependência das letras, depois da graça divina”⁷¹. Como foi realçado por Francisco Vaz, esta obra é como que um “manual de instrução para professores e para a elite eclesiástica e civil”⁷². A sua leitura permite verificar que, além da defesa da instrução e formação da elite religiosa e civil, propõe-se, em simultâneo, um verdadeiro programa de atuação para conseguir cumprir esse desígnio.

A análise desta composição escrita permite constatar que frei Manuel do Cenáculo se manifesta a favor da associação entre a religião e o estudo das letras. Isto teria influência, de acordo com o prelado, na própria disciplina dos ordinandos, constituindo-se como fundamental para a sua formação. Esta perspetiva deveria, por isso, estar sempre presente, tanto no pensamento dos ordinandos, como dos seus instrutores. Estes ordinandos teriam fitos em si, quer os olhos das suas famílias, quer os olhos dos povos, sendo por isso fundamental que se dedicassem a instruir-se por excelentes livros, de modo a serem aproveitados e a servirem pelo exemplo⁷³. Note-se que os ordinandos são vistos com estando numa idade, que o bispo de Beja considera, “mal segura, em fervor de enganos e distrações lisonjeiras, causa de fácil ruína [...] mas, debaixo desse risco está um espírito capaz de boa direção”.

Se obtivessem essa boa direção, os instruendos seriam capazes de “servir com dignidade a Igreja e com préstimo os Homens na causa da salvação eterna”. Sobressai assim a ideia da utilidade da instrução, a que já atrás fizemos referência. Uma proficiência que Cenáculo pretende que se reflita na Igreja e moralização dos seus intervenientes, mas também nos Homens e por essa via, na sociedade. Constitui-se obrigação dos Homens da Igreja o esforço contínuo de dignificação e de aprendizagem, estudando afincadamente para desempenhar com virtude os seus ofícios de eclesiástico. As aulas devem servir como “antídoto para os envenenados encontros de toda a vida: a tempestade das paixões e eficácia nas doutrinas”⁷⁴.

Tendo em vista conseguir estes eclesiásticos, formados com capacidade para se prevenirerem desses “envenenados encontros da vida”, Cenáculo escreve este livro, onde reflete sobre os métodos a seguir para obter essa instrução, procurando “satisfazer as pessoas, que na crise dos estudos e na contradição das ideias, entre estudos velhos censurados, e estudos novos de reforma desejam luz e acerto”⁷⁵. As aulas deverão possibilitar aos ordinandos os arbítrios e o poder de ensino para explicar as verdades augustas dos Mistérios, para mortificar as indecências de culto e polir os seus desempenhos com decoro e santidade, para dissipar com decência o vício, para tornar a vida cristã limpa de procedimentos imundos, para esfriar nos povos as “cinzas de ódio” e para socorrer aflitos miseráveis⁷⁶. Será esta sabedoria que os habilitará a conduzir os povos.

Frei Manuel do Cenáculo delinea todo um programa para conseguir facultar esta formação, dedicando-se também a examinar e apontar aquilo que deve ser a relação entre mestres e discípulos, tendo em vista atingir esse objetivo. Esse programa é apresentado pormenorizadamente ao longo da obra, esclarecendo-se como devem fazer-se os estudos nas diversas modalidades: História Literária, Línguas, Método das Ciências, Lógica, Geometria, Matemática e seu método, Catecismo, Teologia e suas divisões, Metafísica, Jurisprudência eclesiástica, entre outras áreas do saber.

De entre o vasto universo de propostas realizadas em cada um dos pontos destacamos, a título ilustrativo, a “*lição de métodos e avisos para o progresso das ciências*”. Neste ponto, frei Manuel do Cenáculo sustenta qual o método que deveria ser utilizado para obter esse aperfeiçoamento. Defende que este não se pode fazer sobre a brutal destruição de tudo que era antigo, afirmando: “não foram os antigos tão descuidados e negligentes, como hoje são os que estão esquecidos das virtudes dos maiores”⁷⁷. Descreve pormenorizadamente a condução da aprendizagem por parte desses antigos, expondo alguns dos preceitos que estes seguiram. O bispo de Beja procura assim sustentar as suas próprias propostas neste domínio, as quais evidenciam, muitas vezes, o carácter “conciliador” de quem rejeita recusar tudo o que existia apenas porque era o “estudo dos antigos”.

Outra proposição, presente nesta obra, que realça as preocupações do prelado no domínio da formação, é o ponto no qual frei Manuel do Cenáculo se dedica a refletir sobre o *Estudo de Línguas*, entre as quais a Grega. O bispo começa por tentar sustentar a existência deste estudo recorrendo a argumentação bíblica. Fundamenta o seu raciocínio nos escritos do apóstolo S. Paulo, que defendeu que quem falava uma língua desconhecida poderia bem ensinar-se e edificar-se a si mesmo, mas não poderia ensinar e edificar os que não o entendiam. Pelo contrário, o que profetizava sendo entendido por todos, a todos ensinava e edificava, nunca o podendo fazer se não soubesse as línguas necessárias⁷⁸. Frei Manuel do Cenáculo valoriza assim o estudo das línguas, entendido como fundamental, uma vez que o seu conhecimento permitiria a observância da missão evangelizadora que atribui ao clero. A sua reflexão neste domínio prossegue com o argumento que é necessário o entendimento das línguas, nomeadamente a grega na qual, como se sabe, se encontram escritos alguns dos livros que compõe a Bíblia, para uma melhor compreensão da doutrina cristã. Considera que “o fiel que levanta o seu coração a Deus no tempo em que ouve a língua que não entende, não poderá confirmar com reflexão a doutrina em nome do Povo que ouviu, nem proferir a resposta de preces com prazer e edificação pela palavra *Amen*, pois ignora a matéria [...]”⁷⁹. O dom do entendimento das línguas serve assim para examinar os textos, para consultar as fontes e, desse modo, como meio de compreensão e explicação conveniente das doutrinas⁸⁰.

A exposição que faz a propósito da instrução em línguas procura, similarmente, conter algumas objeções colocadas a este estudo. Frei Manuel do Cenáculo considera que a “Igreja sempre quis o entendimento dos homens alumiados”, sendo que “as cautelas de alguns Ministros se deviam ao receio de devassa do Texto Santo por parte de ignorantes”⁸¹. O cultivo dos estudos das línguas é apresentado como algo que contribui para a edificação da Igreja, uma vez que um bom interprete levanta a sua autoridade, conduzindo o serviço eclesiástico fundamentadamente⁸².

Ainda que valorize o estudo das línguas, frei Manuel do Cenáculo sustenta a necessidade de fazer uma diferenciação entre o Templo e a Academia, argumentando que estes têm diferenças na maneira de propor as verdades, de as inculcar e de as defender. Por isso, aponta a indispensabilidade dos intérpretes serem ordenados e edificados, alegando que quando a Ordem Física e Política não conspiram efetivamente para o mesmo fim com a Mística, não se adiantam os projetos morais⁸³. Protesta contra os vícios negativos e caprichos de alguns intérpretes, responsáveis por desviar o Ministério da Palavra da sua sinceridade natural⁸⁴. O prelado Pacense reage assim, parafraseando Pedro Calafate, contra a dimensão escolástica, insurgindo-se contra a mediação da traduções espúrias e reclamando a pureza dos textos, lidos no original grego ou latino⁸⁵.

No conjunto multiforme de propostas apresentadas por frei Manuel do Cenáculo nesta obra, sobressai um desejo vincado de formação da parte do clero. Esse estudo deve abranger um conjunto diversificado de áreas do saber, alicerçando-se numa defesa do espírito das Luzes que chama à ordem do religioso, a valoração da antiguidade⁸⁶. Esta facilita e auxilia o trabalho dos modernos, que conseguem ver mais longe por terem aprendido as lições dos “antigos”, numa ambição de melhoria social assente na manutenção das estruturas políticas existentes.

A obra terá sido redigida em oposição à interpretação dominante das Luzes na época⁸⁷. O texto “*Cuidados Literários*” deve ser visto, antes de tudo, “como um longo ataque público ao aparente espírito de rutura reivindicado pela Academia de Ciências de Lisboa”⁸⁸. Esse ataque público que pretende rasgar o discurso feito pela Academia, a qual chamava a si um lugar cimeiro na emergência do “espírito das Luzes”, não é feito, em nome da defesa das trevas. Cenáculo reclama para si a imagem das Luzes, que são indissociáveis da esfera religiosa e do “estudo pertinaz por excelentes livros”. As Luzes seriam alicerçadas num estudo que não deveria esquecer o passado, mas antes buscar nesse passado e numa ordem antiga dos saberes, inspiração para a tarefas a realizar⁸⁹. Para isso, era necessário fazer a história das academias, conferências literárias e outros modos de “união de sábios armados conta a ignorância, diligentes e activos em levar pelo mundo luzes”⁹⁰. Analogamente, esta obra constitui-se como um bom exemplo do retomar da herança humanista que se constitui como uma característica do movimento das Luzes nos países do Sul da Europa⁹¹.

Frei Manuel apresenta-se, desta forma, como uma personalidade preocupada e esforçada com o combate à ignorância, diligente no apontar de caminhos para vencer esse desafio e na procura de atingir patamares de instrução que possam ser úteis ao progresso social. Trata-se, em nosso entender, de um esforço de influenciar a sociedade onde vive, de modo a obter melhorias num quadro de utilidade social, que poderá analogamente, representar uma tentativa de construção da própria memória.

Em *Memórias Históricas e Appendix segundo [...]*⁹², o prelado Pacense regista a evolução dos estudos na Ordem Terceira, ao longo dos tempos. Trata-se, igualmente, de uma obra bastante extensa, de 318 páginas.

O escrito organiza-se por épocas, sendo examinados a qualidade da doutrina apresentada e o leque de estudos vigentes. Apresenta ainda a reprodução de alguns documentos, incluindo vários comentários acerca da evolução da vida da Ordem ao longo dos tempos.

Ainda que ao longo das suas páginas frei Manuel do Cenáculo procure destacar a memória da Ordem, reconhecendo, logo na introdução, que a “memória dos maiores é proveitosa e agradável”⁹³, a obra é muito mais que uma simples tentativa

de engrandecimento da sua congregação religiosa⁹⁴. O prelado aspirava a mais, desejava mostrar caminhos a seguir na atualidade, sobretudo no que respeitava à organização, instrução e modernização do clero. Note-se que o próprio bispo de Beja assegura, na introdução deste escrito, que trabalhou para desenterrar espécies literárias desconhecidas e criar uma narração que servisse de estímulo aos estudos, sendo mostradas as causas e os efeitos dignos de imitação, ou de censura⁹⁵. Considera que, sendo o Corpo Regular uma parte considerável do Estado, tem obrigação de zelar, com todos os outros, para a felicidade do Império, servindo-o sem defeito, fazendo com estas virtudes base às perfeições da Ordem Sobrenatural. Competia ao elementos da Ordem Terceira dar o exemplo, seria esse que animaria os alunos a serem advertidos e exemplares, aperfeiçoando-se dia-a-dia⁹⁶.

Frei Manuel do Cenáculo pretende mostrar os bons e maus exemplos do desenvolvimento dos estudos na Ordem. Defende que devem apresentar-se não somente as virtudes, mas também os prejuízos e infortúnios que, na literatura, tiveram os Claustros da Ordem Terceira. É conhecendo os “motivos da desgraça” que se podem encontrar os meios para a reparar com vantagem, o que se refletiria no esplendor do país e da Igreja⁹⁷. A leitura da obra permite constatar que o bispo de Beja faz uma jornada pelo que de bom e mau se fez nos estudos da corporação, não se coibindo de indicar alguns problemas e controvérsias que surgiram. Nessa perspectiva, o prelado defende que a corporação religiosa não se deveria cingir a uma “huma certa maneira de estudos pouco apoucada, e de arbítrio mesquinho”, devendo ser polida nas erudições dos homens comuns, sendo capaz de os atrair. Para isso é necessário o encadeamento das Artes e Ciências. Ainda que a Teologia seja a “profissão”⁹⁸ do religioso, constituindo-se como um vetor imprescindível na sua formação, essa não tem a “dignidade acabada se faltam o ornato, as Línguas e a considerável variedade de erudições de que ela se inteira”. Dentro dessa linha, são fundamentais os estudos de línguas francesa, inglesa, italiana, grega, hebraica, arábica, e siríaca. Do mesmo modo, os estudos da Matemática são vistos como úteis. Com efeito, o bispo defende que “o préstimo da Matemática para a Teologia, Filosofia e uso do mundo é visível, e maior que todos os argumentos para a recusar.” A estes associam-se os estudos de Filologia Sagrada e profana, o conhecimento das Sagradas Escrituras, o conhecimento dos Santos Padres e a erudição de Direito Eclesiástico e “de quanto possa formar huma congregação benemérita no juízo das Pessoas competentes em serviço de Deus, e da Religião”⁹⁹. Essa economia dos estudos foi, de acordo com frei Manuel do Cenáculo, estudada e conferida com sujeitos de capacidade, tendo sido firmada através de um plano de estudos da Ordem Terceira. No entanto, para que seja verdadeiramente eficaz, é necessário que este esforço de reprogramação dos estudos se una aos de outras corporações

religiosas, com o mesmo espírito de alcançar melhorias¹⁰⁰. Esse progresso, a modernização que se almeja refletir-se-ia, com vantagem na própria nação, contribuindo conseqüentemente para a utilidade e bem público.

Nas *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito*¹⁰¹ exprimem-se as mesmas preocupações com a obtenção de um corpo religioso moralizado. Uma nota prévia da própria obra, defende que este texto “pretende estimular a Mocidade para ser erudita e passar além do sistema escolástico exclusivo”¹⁰². É um escrito que, de acordo com o assumido pelo autor, pretende fazer descobrir novos horizontes, não desejando que quem a leia fique “satisfeito” com o que nela encontre, mas antes procure alcançar mais. Esta é, analogamente, uma obra extensa, de 316 páginas, tendo sido objeto de algumas permutas epistolares com outros eruditos.

O livro encontra-se dividido em partes muito distintas. A primeira dedica-se a avaliar diversas matérias de carácter doutrinal, desde a criação do mundo, até ao início da pregação de Cristo e sua continuidade por parte dos apóstolos, em várias partes do mundo. A segunda parte dedica-se a apresentar dados sobre a eloquência dos oradores até à restauração das Letras. Aqui defende-se Jesus Cristo como primeiro mestre da eloquência, fazendo-se similarmente um exame do progresso da Oratória ao longo dos séculos, em regiões distintas. A terceira parte incide sobre a eloquência depois da Reforma da Letras, anunciando os vícios do Púlpito e a reforma que foi empreendida nesta arte. Neste ponto o bispo de Beja discorre sobre diferentes pregadores na reforma do Púlpito, expondo indicações acerca do método de pregar, assim como defeitos e correções no sistema. Apresenta ainda um apêndice acerca da evolução da Oratória Sagrada em Portugal. Na quarta parte reflete sobre a questão da disciplina da Igreja no exercício da Oratória Sagrada. Explicita quais os motivos do rito do púlpito, quem são as pessoas competentes e incompetentes para este exercício, qual a postura a ter no púlpito, os locais apropriados para o praticar, bem como qual deve ser a duração dos sermões e que abusos eram cometidos, entre outros aspetos.

Paralelamente às quatro partes, o livro apresenta ainda um discurso acerca do ministério do púlpito de carácter mais “pragmático”, dividido em duas partes, no qual se expõe as matérias que fazem o objeto dos pregadores e a forma como se deve desempenhar este ministério.

No conjunto da obra são expostos os defeitos que afetaram a Oratória ao longo dos tempos, em diferentes países, defendendo-se que à imperfeição relacionada com a utilização de um método rústico de pensar e de exprimir as doutrinas, através de uma locução tosca e simples, comuns até ao século XV, se juntaram outros problemas. Com efeito, Cenáculo defende que os anos seguintes trouxeram erros de “maior desacordo, e de maior reprovação”, uma vez que os pregadores se desviaram da Verdade

na matéria, e na forma, com o objetivo de engrandecimento pessoal enquanto oradores¹⁰⁵. Contudo, de acordo com o Bispo, com a renovação das Letras profanas começou também a dar-se o devido exercício à Oratória Sagrada, evidenciando-se que nos finais do século XV e XVI já se procurava, nalguns casos, corrigir a “sinceridade de pregar”¹⁰⁴. Ainda assim, permaneciam alguns defeitos que o prelado considera que “nasciam da má educação das Escolas em que Aristóteles dominava”¹⁰⁵. Frei Manuel do Cenáculo aponta, concretamente, aspetos que se prendem com a disciplina da igreja no cumprimento deste exercício, explicitando motivos que justificam os ritos do púlpito, quem deve praticar a oratória, em que condições, tempo dos sermões, solenidades em que era executado, com eram escolhidos os assuntos, entre outros aspetos práticos deste exercício. Paralelamente, defende quais as virtudes pedidas aos oradores, que devem ser “Anunciadores do Evangelho como Ministros de Deus”, homens cheios de probidades, capazes de induzir à perfeição, ainda mais com o exemplo do que com palavras. Devem por isso confiar mais na Graça, do que nos débeis, mas necessários, esforços da sua diligência. O seu objetivo é o de “desviar da condenação eterna a muitos, cuja felicidade saudável depende talvez das palavras de hum pregador”, devendo fazer-se ao cargo “por um cálculo certo, mas inexplicável, do lucro que pode produzir a boa doutrina”¹⁰⁶. O maior defeito dos pregadores consiste precisamente no desvio do objetivo que se atribui à sua missão, isto é, a incapacidade de ser embaixador da Igreja e de Deus. Exige-se por isso que o orador seja “Juiz, Médico, Pai dos Povos, Embaixador e Boca do mesmo Deus”¹⁰⁷.

Globalmente, podemos considerar que este trabalho procura mostrar aos estudantes a importância da pregação. Ao mesmo tempo, ensinam-se os erros, os defeitos e as posturas impróprias que se querem evitar, expondo-se, similarmente, as regras “formais e rituais” que estabelecem este “ofício de pregador”. Constitui-se como uma espécie de manual prático de “como desempenhar com sucesso a pregação”, recorrendo à adaptação de um título muito comum em livros atuais. É dirigido a estudantes e ao clero em geral, constituindo-se, por isso, como mais uma das obras em que o Bispo revela preocupações com a formação e instrução do seu clero.

As *Disposições do superior provincial para a observância regular e literária [...]*¹⁰⁸, regulam especificamente a forma como se devem organizar os estudos na Ordem Terceira. É uma obra extensa, que se divide em seis disposições. Começa por apresentar uma primeira disposição onde se introduz uma patente sobre as virtudes que se devem praticar no claustro para se conservar a paz e a observância religiosas, defendendo que a congregação deve ser bem aceite, por Deus e pelos Homens. Nessa perspectiva, os religiosos têm a responsabilidade de se regular pelos ditames dos Evangelhos, dos Sagrados Cânones, pela Santa Regra e pelas

Constituições superiores¹⁰⁹. Num segundo momento discorre sobre a importância da leitura da Bíblia, que deveria ser praticada, segundo Cenáculo, todos os dias do ano. O bispo considera que a ignorância das Escrituras dá lugar à introdução de vícios e enganos, sendo por isso fundamental que a leitura da Bíblia faça parte dos trabalhos diários dos religiosos¹¹⁰. A estas leituras acresce a obrigatoriedade de realizar leituras dos Santos Padres¹¹¹. Segue-se a segunda disposição que engloba a patente sobre a reforma dos estudos na província e o plano de estudos que se deve praticar, onde se regulam como devem ser os professores, como se organizam exames e as posturas e regras concretas a praticar nas aulas¹¹². A terceira disposição inclui a patente sobre a execução do plano de estudos, onde se defende que para o seu estabelecimento foram ouvidos os pareceres de Homens sábios dentro e fora da Província, defendendo-se que não se pretende “extorquir hum desempenho igual de todos os Indivíduos”, mas que o primeiro fim destes projetos é o de estabelecer estudos eclesiásticos que permitam buscar “o Espírito da nossa religião, a Santidade e noção de disciplina”¹¹³. A quarta disposição inclui um apêndice sobre a reforma das letras na Europa, onde o bispo discorre sobre a evolução e as mudanças que estavam a ser praticadas. A quinta disposição disserta sobre a forma com se deve organizar o curso filosófico e teológico, relativamente à duração, conteúdos programáticos e calendarização das diferentes atividades. Finalmente, a sexta disposição inclui uma patente pela qual se regulam as atividades dos noviços.

Outro tipo de escritos integrados na categoria “Formação do Clero” assume a forma de Instruções Pastorais. Por definição, as instruções são textos onde constam de preceitos e normas, que se destinam à comunidade da diocese, daí a diversidade do seu conteúdo¹¹⁴. Há diferenças entre as várias instruções pastorais expedidas por frei Manuel do Cenáculo. Algumas têm um carácter mais simples e prático, destinadas a definir alguns assuntos funcionais e a regular assuntos quotidianos da diocese, dirigidas a um público mais próximo. Outras evidenciam um pensamento mais elaborado, revelando muito do projeto iluminista de Cenáculo, pretendiam dirigir-se a um público mais alargado.

A *Instrução pastoral sobre os estudos físicos do clero*¹¹⁵, na análise de M. Sirgado Ganho, exprime o projeto Iluminista de Cenáculo¹¹⁶. Por seu turno, Francisco Vaz considera que esta pastoral mostra como Cenáculo se encontra a par dos avanços científicos do seu tempo¹¹⁷.

Vejamos as principais ideias que Cenáculo pretende transmitir na referida pastoral.

Em primeiro lugar a imagem e o estatuto de eclesiástico modelo: como deve ser, o que tem de saber, como deve atuar. Nesse sentido, o eclesiástico é apresentado como um guia e uma autoridade de muito saber. Em Teologia, antes de mais,

mas também em conhecimentos vários sobre Agricultura, Medicina, Geografia, de modo a ir ao encontro dos problemas quotidianos dos paroquianos¹¹⁸.

Saliente-se ainda a atenção atribuída, nesta pastoral, a áreas novas da instrução, como a Filosofia Natural. Note-se que há uma mudança de atitude, surgida durante o reinado de D. José, que é refletida na atenção que se confere às questões colocadas pela Física e pela Astronomia, sendo que a descrição e avaliação dos seres que fazem parte do reino animal e vegetal não eram ainda devidamente valorizados¹¹⁹. Assim, é à Filosofia que se outorga o papel de perguntar o “porquê” dos fenómenos físicos. Releve-se que na sua pastoral, Cenáculo invoca a importância de conhecer o mundo através das leis da física¹²⁰, mas o centro da sua atenção está na análise da natureza, a que chama a “grande máquina”, partindo da consideração dos seus três reinos: animal, vegetal e mineral¹²¹.

Esta preocupação em que o clero seja instruído na agricultura e no conhecimento dos seres dos três reinos da natureza, tem o objetivo muito preciso e concreto de captar as suas virtudes e o seu préstimo, promovendo o benefício económico da região. O corpo religioso contribuiria, dessa forma, para fomentar o desenvolvimento da agricultura. O eclesiástico, instruído pela procura da razão das coisas, estava apto a ser útil à sociedade, numa “tarefa eminentemente iluminista de ser o zelador de felicidades”¹²².

Realce-se que frei Manuel do Cenáculo faz uma distinção entre o nível do mistério e do milagre por um lado, e o nível da natureza por outro. O bispo reconhece que, muitas vezes, é tido por mistério algo que tem uma razão de ser e uma explicação natural que não é conhecida¹²³. Note-se porém que esta distinção não obsta a que, independentemente de a natureza ter regras e leis próprias, esta ser uma “obra de Deus”, pelo que o Homem, enquanto ser dotado de razão, tem a possibilidade de compreender que a natureza é obra da “Divina Providencia”¹²⁴.

Como sobressai da análise anterior, um clero instruído é concebido, no pensamento do bispo de Beja, como um importante agente de modernização da economia e da sociedade no seu todo, ideias que vão ao encontro do ideário maior iluminista.

Outras pastorais – designadamente, a *Instrução pastoral sobre a modéstia dos vestidos do clero*¹²⁵ e a *Instrução pastoral sobre alguns pontos da disciplina eclesiástica*¹²⁶, destinam-se igualmente a regular aspetos da organização, disciplina e conduta dos eclesiásticos, na linha das que referimos anteriormente.

Dentro da “categorização” que fizemos dos trabalhos de Cenáculo incluímos ainda a *Instrução Pastoral ao Clero e ordinandos da sua diocese*¹²⁷ e a *Pastoral do Arcebispo de Évora*¹²⁸. No seu conjunto, estas pastorais dão indicações ao clero, dentro da linha das que foram atrás mencionadas¹²⁹, procurando inculcar pela repetição a necessidade do corpo religioso ser sábio, “continuamente observado pelo mundo, instrutor dos mistérios e das virtudes”¹³⁰.

Cenáculo persiste nesta indispensabilidade, considerando fundamental o combate à ignorância, naquela que nos parece mais uma evidência da sua feição Iluminista, senão vejamos as suas próprias palavras:

“a sombra da triste ignorância, que para acautelar se nos affigura mui desagradável, põe em tal movimento nossas ideias, e tal ardor, que não sendo possível ao animo, á consciencia, e á vontade de reprimir-se nos seus Officios, ainda que mereçamos contudo nesta satisfação a benevolência dos Homens, passamos a communicar nossos desejos a todas aquellas pessoas, que nesta Diecese he necessário sejam fieis ao seu estado com desempenhos de razão, e de virtude. A sciencia destes officios he o objecto, a que se dirigem as Nossas Vozes”¹³¹.

É obrigação do clero conhecer e possuir virtudes reais para que “não se denuncie a si próprio como falsário”¹³². O corpo religioso deve ser, pelo seu estado, um exemplo para os outros Homens, tendo a obrigação de possuir um “espírito conforme entre o que protesta e o que desempenha”¹³³ isto é, que prove através do exemplo e não se limite apenas a predicar sem demonstrar.

Ao longo das duas instruções pastorais, além do apelo que lança aos religiosos, o prelado aponta também diversas pistas para o conseguir. A Instrução que expede quando assume funções como arcebispo de Évora surge, em nosso entender, como uma necessidade de responder às suas novas funções, dirigindo-se a quem se encontra, a partir daquele momento, sob sua jurisdição.

Globalmente, a leitura deste conjunto de obras evidencia que Cenáculo demonstrou uma grande preocupação com a formação e moralização do seu clero. Durante o seu longo episcopado o prelado fundou numerosos estabelecimentos de ensino e esforçou-se em promover o valor e o dinamismo do seu clero, evidenciando, no seu pensamento, a consideração que um clero renovado deveria suscitar uma melhor supervisão e uma reviver da vida religiosa¹³⁴. A renovação ambicionada só seria possível partindo de um clero exemplar, na palavra e na ação. Este clero deveria constituir-se como uma espécie de “motor” para a melhoria social que se ambicionava, capaz de assistir às aflições do corpo e da alma dos seus paroquianos.

Obras sobre a instrução cristã

Também os leigos são, naturalmente, objeto da reflexão de frei Manuel do Cenáculo. Com efeito, o bispo assume como um desígnio fundamental, melhorar a vivência cristã dos fiéis¹³⁵.

Para entendermos esta preocupação em ensinar aos cristãos as motivações, esclarecer normas e preceitos doutrinários e culturais,

temos de entrar em consideração com a época e lugar em que frei Manuel do Cenáculo viveu. Como realçou Jacques Marcadé, o prelado Pacense enfrenta uma diocese onde existia prática religiosa marcada pela exterioridade. A rotina existia, mas a superstição ganhava, por vezes, terreno, em resultado do isolamento e do baixo nível cultural dos seus diocesanos.¹³⁶ Sente por isso a necessidade de instar a população a ter uma participação vivida e sentida nos ofícios religiosos.

Evidencia-se também uma preocupação em fundamentar, perante os fiéis¹³⁷, a razão de ser da religião, eventualmente para combater efeitos nocivos que a divulgação de certas correntes de pensamento poderia ter. Certamente, não seria o povo mais simples da diocese, aquele que o prelado esperava que fosse ler essas correntes e esses autores. Poderiam contudo chegar-lhe “interpretações” desse pensamento, que levassem os fiéis a deturpar as suas atuações. Como sabemos, há obras e autores que apesar de proibidos, circulam por toda a Europa, o nosso país não foi, nesse particular, exceção. Podemos apontar, a título de exemplo, a circulação comprovada dos escritos do genebrino Rousseau em Portugal, numa altura em que muitas das suas obras constavam dos nossos índices de livros proibidos¹³⁸. Cenáculo, enquanto homem culto e conhecedor do seu tempo, deveria estar consciente que, apesar de proibidas, algumas dessas ideias poderia chegar ao nosso país. Nada melhor do que combater-las, ensinado o povo a valorizar a sua doutrina e religião e apontando-lhe os benefícios de o fazer.

O conjunto de escritos que se destinam a instruir os cristãos em múltiplas vertentes da sua vivência religiosa, integra seis obras – a *Pastoral pela qual há por bem saudar os seus diocesanos, admoestando-os sobre a natureza e ofícios da religião*, a *Vida Cristã*, a *Instrução pastoral sobre o rito e disciplina na administração do Santíssimo sacramento*, a *Saudação pastoral no fim da sua visita geral*, a *Saudação pastoral aos seus diocesanos*, a *Instrução Pastoral do Sr. Arcebispo de Évora*¹³⁹. A diversidade dos escritos reunidos nesta categoria, quanto ao estilo e à amplitude e profundidade dos conteúdos tratados, é análoga à patenteada em relação a outros temas.

Dentro dessas obras destaca-se, pelo pormenor com que é feita a defesa da religião, a *pastoral sobre a natureza e ofícios da religião*¹⁴⁰. Com efeito, em toda a obra, frei Manuel do Cenáculo insiste na necessidade cumprimento dos deveres da religião, promovendo em simultâneo a sua defesa contra os ataques que sofreu, apresentando-a como o caminho pelo qual os paroquianos encontrarão a felicidade particular e pública. Dedicar-se, de acordo com o que é reconhecido pelo bispo de Beja, logo nas páginas introdutórias, a mostrar a gratidão aos “Filhos e Irmãos” que a Divina Misericórdia colocou ao seu cuidado¹⁴¹. O objetivo do escrito é excitar os diocesanos no cumprimento dos seus ofícios, de modo a consumarem a sua vocação cristã¹⁴².

Frei Manuel do Cenáculo revela-se, ao longo da pastoral, preocupado em falar aos seus diocesanos, pretendendo exortá-los a que cumpram os seus deveres religiosos, mantendo-se fiéis aos valores da Fé que professam. Considera que este zelo é indissociável do seu ministério enquanto Bispo, a quem compete manter a perseverança no estímulo do bom comportamento cristão, de modo a que “a sociedade dos fiéis não seja desfigurada por desordens, que a façam odiosa, e objecto de censura e derisão, mas antes pelo contrário, que seja a Edificação da Igreja, e Espectáculo digno de Deus”. É necessário que os fiéis procurem auxílios e arbítrios para combater os “defeitos da mortalidade”, alento para o cumprimento do caminho da virtude¹⁴³, sendo que isso só se pode conseguir através da Religião e cumprimento dos seus preceitos. É a Religião que Ilumina o Homem, embora seja “desgraçadamente combatida” e vilmente atacada por blasfemos. É esta que desengana o Homem, que o instrui na fonte das Graças, que permite a salvação de quem segue os seus princípios¹⁴⁴.

A Religião e os exercícios de virtude que esta implica, são dedicados à harmonia do mundo, são estes que transformam a sociedade humana, identificando-a com o espírito da verdade e da Paz¹⁴⁵. Os preceitos e exemplos da doutrina cristã devem assim excitar cada um a cumprir a sua vocação, constituindo-se como instrumentos da felicidade pública e particular, da Igreja e do Estado, num “mundo enfermo e caduco e na Pátria bem-aventurada”¹⁴⁶.

Estimulam-se os clérigos e o povo em geral ao cumprimento dos mandamentos da sua Fé atribuindo-se, aos Ministros de Deus, a obrigação de promover a Religião e de fazer entender o catecismo e o seu espírito¹⁴⁷. Paralelamente, frei Manuel do Cenáculo debruça-se sobre os catecismos e devocionários que pôs a circular, os quais encara como uma oportunidade para excitar nos povos o cumprimento do seu papel de cristãos. Exorta os fiéis a não se alienarem com rezas distrativas e a considerarem aquilo que devem ser as suas obrigações e a contemplação do sacrifício da missa. Sugerem-se, similarmente, formas de conseguir que o povo cumpra estes deveres, com o intuito de prevenir desordens e de obter edificação. Entre as medidas que aponta destacamos, a título ilustrativo, a proposta que os párocos nomeiem e instruam as “cabeças de família”¹⁴⁸ para que, nas vésperas das solenidades façam ler, nas suas casas, alguma instrução por onde as famílias entrem no espírito da festividade. Em simultâneo, defende que se persuadam as pessoas a acudir em Domingos e Dias Santos às igrejas, de modo a fazerem as preces necessárias, sustentando que se deveria promover a separação de sexos nos ritos empreendidos junto das gentes do campo¹⁴⁹.

A obra *Vida Cristã*¹⁵⁰ merece, igualmente, uma atenção particular, pelo estilo eminentemente catequético que apresenta. O texto alinha pela mesma vontade em ensinar os cristãos

a cumprirem os seus deveres, a serem “bons filhos da Igreja mãe”. Neste, procuram ensinar-se as virtudes para uma boa vida cristã, num registo de escrita que, de acordo com que deduzimos da sua leitura integral, é mais simples e concreto que o da obra anterior. Com efeito, pormenorizam-se aspetos materiais da doutrina cristã, num registo que faz a defesa da Fé a partir de exemplos concretos do culto católico.

Na obra, frei Manuel do Cenáculo defende que o conhecimento das regras da Fé católica é essencial, para que o “Homem possa louvar bem”, sendo que a vida cristã, “bem observada, é o remédio contra as desordens e religiões profanas”¹⁵¹. O bispo de Beja procura instruir os fiéis, explicando-lhes a doutrina, sempre com o objetivo de exortar ao seu cumprimento e colocando, no incumprimento dos preceitos, a causa dos problemas enfrentados pela humanidade. As penalidades que o mundo sofre são o resultado das culpas próprias induzidas pelo pecado, que começou logo na origem, com o “pecado original”¹⁵². Não obstante, a misericórdia divina terá enviado o Redentor, seu filho, para acudir ao Homem¹⁵³. Este veio ensinar, fundando uma Igreja que se pretende constituir como um refúgio para os Homens, proporcionando-lhe a verdadeira segurança. É a religião ensinada que dá um abrigo seguro ao Homem, acudindo-lhe, através da criação de regras que o aquietam¹⁵⁴. A Fé é apresentada nesta obra como um dom gratuito de Deus, que sujeita o espírito a todas as verdades que Deus tem revelado à sua Igreja. A Igreja que ensina as verdades não pode enganar-se porque é assistida pelo Espírito Santo¹⁵⁵.

Ao longo de toda a obra Cenáculo explica e fundamenta muitas questões de exegese bíblica, apontando caminhos para o cumprimento dos preceitos cristãos, chamando a atenção para as necessidades de culto, de oração, de virtude, relevando questões como o culto interior, o qual ajuda a cumprir as regras da Igreja que devem ser observadas¹⁵⁶.

As mesmas preocupações com questões do cumprimento de culto e preceitos e normas da Igreja são reveladas nas outras pastorais que acima identificamos. Não iremos fazer uma apresentação individualizada de cada uma delas, uma vez que se dedicam, de forma genérica, ao mesmo objetivo, ainda que por vezes avaliem matéria doutrinal diferente. O fim dessa avaliação é sempre o de contribuir para ensinar os cristãos, exortando-os a cumprir as regras da religião e a acreditar e a defender as suas virtudes. É essa religião que lhes permitirá a alcançar a felicidade e o bem, quer individual, quer público.

Obras Históricas e de Fundamentação Histórica e Política

Incluimos aqui obras que procuram sustentar matéria histórica ou política a partir da intervenção divina. Integram-se aqui quatro

obras: *Graças Concedidas por Cristo em Campo de Ourique, Instrução Pastoral pela esperada Sucessão da Monarquia; Instrução Pastoral pela Gloriosíssima Sucessão da Monarquia; Instrução Pastoral sobre as Graças e Jubileus concedidos a Instancias da Rainha D. Maria I.* Similarmente, incluímos nesta categoria, uma obra histórica – *Memória do saque de Évora*¹⁵⁷, que foi publicada postumamente.

A obra *Graças concedidas por Cristo em Campo de Ourique* é datada de 1813¹⁵⁸. Trata-se de uma composição pouco extensa, na qual se procura sustentar a matéria defendida através da publicação de algumas gravuras, contendo reproduções de pinturas e outros materiais que justificariam a tese da intervenção divina na fundação da nacionalidade. Frei Manuel do Cenáculo pretende comprovar a existência do chamado “Milagre de Ourique”, que teria originado a criação do Reino de Portugal, por ação da vontade divina, que teria assim contribuído para a fundação de um país independente¹⁵⁹.

A forma como pretende comprovar a existência deste milagre, mais do que a matéria defendida, merece, em nosso entender, especial destaque. Note-se o cuidado colocado por Cenáculo na demonstração do milagre, apoiando-se, para o efeito, na reprodução de várias gravuras. Começa por publicar uma reprodução de uma nota do *Chronicon Lusitano*, apresentando depois uma primeira estampa com a representação de uma pintura que teria sido descoberta nas vizinhanças de Campo de Ourique que, de acordo com a interpretação dada, era muito antiga e que sustentava a memória da aparição ao Rei D. Afonso Henriques. Numa segunda estampa apresenta-se a reprodução de outra pintura, figurando Constantino e Elena manifestando a Santa Cruz que teria aparecido ao imperador, da mesma forma que teria aparecido ao nosso primeiro rei. A terceira estampa reproduz uma imagem de pedra com quatro palmos de altura que, de acordo com o defendido na obra, teria muita antiguidade, sendo a primeira que se venerou na Igreja de Colla, o que comprovaria que aqueles povos teriam atribuído a um auxílio superior o estabelecimento da monarquia. A quarta estampa representa um painel de pedra, com uma altura de dez palmos e um comprimento de treze, encontrado na Igreja Matriz de S. Tiago do Cacém, que fora, de acordo com o bispo de Beja, mandado esculpir pela Rainha Santa Isabel e provaria que desde a mais remota antiguidade foi atribuído ao favor divino a expulsão dos Mouros. A quinta estampa representa uma Igreja de Santo André em Beja, erigida em memória do Santo e no mesmo sítio onde foram expulsos os mouros. A sexta estampa caracteriza o campo da batalha entre o rei português e os Mouros, que mostra, de acordo com a interpretação do autor, como os Muçulmanos se encontravam em posição vantajosa e as dificuldades para obter a vitória sem a intervenção do auxílio divino. A sétima e última estampa, representa um plano da fortificação e da antiga cidade de Colla, no qual se demonstra,

na opinião do prelado, o sistema de defesa que existia naquele lugar, confirmando-se que a sua fragilidade demonstrava que seria impossível vencer sem a intervenção divina¹⁶⁰.

Aquilo que sobressai da análise desta obra é a forma como se procura sustentar a matéria defendida, apresentando uma preocupação com um “método científico”¹⁶¹, através da publicação de fontes diferentes. Com efeito, o bispo recorre a testemunhos concretos da Arqueologia e da Antiguidade para suportar a tese que defende. A preocupação de Cenáculo em documentar este episódio espelha assim algumas das preocupações culturais que atravessam a elaboração do seu texto, isto é a procura de alicerçar as teses recorrendo a fontes auxiliares e a testemunhos do passado para construir o conhecimento.

Outras obras que ilustram a primazia da intervenção divina no devir histórico e em alguns acontecimentos são a *Instrução Pastoral pela esperada sucessão da monarquia*¹⁶² e a *Instrução pastoral pela sucessão*¹⁶³. Segundo Cenáculo, a Providência Divina possibilitava a continuidade da monarquia portuguesa, sendo por isso fundamental render graças a Deus “porque nos continua a sorte de Soberanos Fiéis á Religião de nossos Pais”. Há uma sustentação da monarquia pela intervenção divina, que mantém em Portugal a continuidade de reis fiéis à religião. É essa religião que pode providenciar a felicidade dos povos, sendo por isso fundamental a continuidade de uma monarquia fiel e protetora dessa mesma religião¹⁶⁴.

No mesmo sentido vai a *Instrução Pastoral sobre as Graças e Jubileus concedidos a Instancias da Rainha D. Maria I*¹⁶⁵, que é uma obra com quarenta e quatro páginas. Ao longo deste escrito informam-se os fiéis acerca das graças concedidas pelo Papa Pio VI, motivadas pela devoção da Rainha. Esclarece-se que já havia sido estabelecida, pelo Breve de 7 de dezembro de 1779, a adoração do Santíssimo Sacramento respeitando determinada periodicidade e obrigando ao respeito de preceitos estabelecidos e respetivas penitências. Informa-se também que novo Breve, de 22 de agosto de 1783, estabelece preceitos renovados para fazer esta adoração, dos quais se notificavam os crentes¹⁶⁶.

Ao longo deste escrito frei Manuel do Cenáculo dedica-se a examinar e explicar matéria doutrinal, mas faz a sustentação de algumas das exigências partindo das obrigações impostas pela religião e pela fidelidade dos vassallos à sua soberana, a qual por sua vez, é também fiel à religião que professa. Aqui a ênfase não é colocada tanto na fundamentação política partindo da religião, mas na decorrência e convergência da ordem política e religiosa, sendo obrigação dos fiéis cumprir os deveres de cristãos, quer por fidelidade à religião, quer à Rainha sua soberana¹⁶⁷.

O exame detalhado da obra *Memória do saque de Évora* evidencia que esta se inscreve numa vontade de deixar memória histórica sobre um acontecimento político, proporcionando um testemunho,

na primeira pessoa, daquilo que foram as movimentações resultantes das invasões napoleónicas e seus reflexos na cidade. Paralelamente parece denotar uma preocupação, por parte do arcebispo de Évora, de justificar e atestar a probidade da sua conduta perante os invasores.

Esta narração tem, quando comparada com outros documentos similares elaborados por outros autores, menos carga ideológica, não se encontrando um excesso de adjetivação ou de encômios a corporações e eclesiásticos. É uma narração que segue uma linha cronológica, inicia-se no dia 13 de julho de 1808, dando conta dos acontecimentos que levaram à convocação, por parte do arcebispo, das três Ordens para aprovar uma declaração contra o governo de Junot¹⁶⁸. Continua, dando nota da sucessão dos acontecimentos em Évora, que acabou por ser tomada pelos invasores franceses, não obstante a resistência que foi encetada na cidade.

Admitimos que esta vontade em deixar memória escrita acerca das invasões em Évora poderá relacionar-se com a intenção, que foi identificada também noutros estudos, reportando-se a contextos mais “celebrativos”, de “imprimir o acontecimento”, deixando deles um testemunho concreto¹⁶⁹. Não é, contudo, frei Manuel do Cenáculo quem faz a impressão deste depoimento, a obra apenas conhece, durante a vida do prelado, a versão manuscrita. Não obstante, sobressai, esse desígnio de deixar uma memória perene do sucedido. Saliente-se que a cronologia tardia destes acontecimentos face ao ciclo de vida do prelado, os afazeres decorrentes da sua atividade arcebispal, a necessidade de recuperar dos estragos causados pelos invasores e os trabalhos da criação da Biblioteca de Évora, poderão ter contribuído para que frei Manuel não tenha tido oportunidade, ou tempo disponível, para fazer a impressão deste relato antes do seu falecimento.

Obras de defesa de matéria doutrinal e de culto

Esta categoria reúne um conjunto multiforme de obras que fazem a defesa de matéria doutrinal, fazendo a apologia da religião revelada. Inclui um total de oito obras, entre as quais a *Dissertação Teológica sobre a Definibilidade da Imaculada Conceição*, a *Oração que disse sendo Presidente na Academia Mariana*, a *Instrução Pastoral sobre a paixão e Agonia do Divino Redentor*, a *Instrução pastoral sobre o catecismo*, a *Instrução Pastoral sobre a Justiça Cristã*, a *Instrução pastoral sobre a Confiança na Divina Providência*, *Instrução pastoral sobre as virtudes da Ordem Natural* e a “*Instrução pastoral sobre a Religião revelada*”.

A obra *Dissertação Teológica sobre a Definibilidade da Imaculada Conceição*¹⁷⁰ é uma obra extensa, com 248 páginas. Merece especial destaque por se tratar de uma das primeiras obras impressas de autoria de Cenáculo¹⁷¹, sendo dada à luz em finais da década de 50 (1757).

Ao longo de toda a obra faz-se a defesa do culto Mariano e da devoção que lhe é prestada. Julgamos que a sua elaboração não estará alheia aos ataques realizados, pela doutrina protestante, ao respetivo culto. Cenáculo revela, ao longo de muitas das obras que compõe, um desejo de contribuir para uma religiosidade mais vivida interiormente, mais fundamentada no cumprimento de preceitos e na procura de caminhos para alcançar a salvação da alma. Para isso sente necessidade de exortar os fiéis ao cumprimento dos deveres doutrinários e de lhes explicar matérias do foro religioso, ambicionado conseguir uma vivência da condição cristã para lá da superficialidade, a qual, muitas vezes, abre passagem às credências populares. Isto é, quanto a nós, um indício de que Cenáculo estaria bem consciente de algumas críticas, feitas à Igreja Católica, por outras confissões religiosas e não só, no que concerne aos exageros do culto mariano¹⁷². Ao explicar, nalgumas das obras que escreve, as devoções da Igreja, procura combater essas críticas, instando, simultaneamente, os próprios católicos a melhorarem a sua vivência da Fé.

Frei Manuel propõe-se a comprovar que a Imaculada Conceição de Maria seria isenta do pecado original, desde a sua vinda ao mundo¹⁷³. Nesse sentido começa por, num primeiro momento, defender que é a própria Sagrada Escritura, fonte de onde dimana a verdade, que permite confirmar a Imaculada Conceição de Maria. Por isso, apresenta algumas citações e interpretações de algumas passagens bíblicas que, no seu entender, atestam a pureza original. A citação do livro de *Genesis*, também conhecido como o *livro das Origens*, onde está descrito o processo de criação do mundo constitui-se disso um bom exemplo. O bispo cita o primeiro capítulo, versículo terceiro: “Deus disse: “Faça-se a Luz!” E a luz foi feita” e defende, na linha de interpretações de outros pensadores, como S. Vicente Ferrer, que essa citação persuade que a Maria não foi concebida como os outros filhos de Adão, mas foi criada e depois da formação do corpo, se santificou. No mesmo livro cita os versículos catorze e quinze do capítulo terceiro, e defende que a Senhora terá sido vitoriosa e não tomou parte no pecado original em que incorreu a mulher por ceder à “serpente tentadora”. Para defender a sua posição justifica algumas das interpretações que se dão ao texto hebraico e acusa “os hereges” de injustificadamente acusarem de corrupção algumas dessas interpretações, nomeadamente a que é feita na *Vulgata*¹⁷⁴. Apresenta, ainda na mesma proposição, outras citações de texto bíblico, onde faz esta defesa da Imaculada Conceição. Prossegue a sua análise defendendo, numa segunda proposição, que pode definir-se este Mistério da Conceição Pura sem ser necessária uma escritura clara desta verdade, bastando que esta se depreenda de outras. Num terceiro momento, tenta comprovar que mesmo que não existissem essas escrituras explicadas em sentido místico, isso não obstará à verdade da definição deste Mistério. Insiste na defesa da Imaculada

Conceição procurando demonstrar, na quarta proposição desta obra, que as doutrinas dos Santos Padres persuadem e atestam a Pureza Original de Maria. Na quinta proposição revela que este mistério já havia sido defendido pelo doutor João Duns Escoto, na Universidade de Paris e, na enunciação seguinte, procura comprovar que a própria tradição do culto favorece a sentença da imunidade Original de Maria. Na proposição sétima defende que a Igreja, os pontífices, os doutos e os fiéis de todas as Ordens têm feito prova da definibilidade deste Mistério, alegando na proposta seguinte que esta pureza goza de uma certeza moral a atestá-la. Por último defende que, em face de todas as provas, não há qualquer embaraço à definição deste Mistério.

Para frei Manuel do Cenáculo a Conceição Imaculada de Maria, independentemente das controvérsias, está provada e deve, como tal, ser venerada. Critica os Calvinistas da Escócia e o decreto que publicaram, no qual pretendiam defender a contaminação original da Senhora, sustentando que esta Conceição Pura tem lugar no santuário dos Mistérios da Fé Católica¹⁷⁵. Para o prelado, a religião com que se respeita a imunidade ao pecado de Maria, nem é regulada pela fantasia, nem é comparável com a irregularidade dos projetos puramente humanos, sendo que a sabedoria de Deus não consentiria, em seu entender, que a sua Igreja caísse, neste aspeto, num emaranhado de erros¹⁷⁶.

A obra *Oração que disse [...] na Academia Mariana*¹⁷⁷ defende a mesma questão da pureza de Maria, sendo que a própria licença da Ordem, que é apresentada nas páginas iniciais, de autoria de frei José de Jesus Maria Mayne, a classifica como possuindo uma “inexpugnável fortaleza, que defende da maior resistência a Maria Santíssima na Sua Imaculada Conceição”¹⁷⁸. A sua impressão ficou a dever-se a instâncias empreendidas por frei Vicente Salgado.

A *Instrução Pastoral sobre a paixão e Agonia do Divino Redentor*¹⁷⁹, é outra das obras que se dedica a avaliar matéria religiosa e a explicar preceitos associados ao culto. Neste caso, dando explicações sobre a necessidade de reforçar o culto que faz a memória da Paixão e Agonia do Senhor, “donde dimana a vida, salvação e ressurreição”¹⁸⁰. Este é, como bem sabemos, um dos aspetos de fundamentação de doutrina católica, que considera Jesus Cristo como o Messias que se ofereceu em sacrifício para providenciar a salvação à Humanidade.

Frei Manuel do Cenáculo defende a necessidade de se reforçar o culto e veneração da memória deste acontecimento, estabelecendo os preceitos para o fazer. Instrui todos os fiéis no sentido de saberem as determinações do pontífice a este respeito, informando que foi decidido que, numa sexta-feira de cada mês, durante todo o ano, se fizesse sinal com os sinos nas igrejas metropolitanas, catedrais e igrejas paroquiais, para que os fiéis correspondessem com uma oração. Ao fazer essas orações deviam pedir pela concórdia entre os príncipes cristãos, pela extirpação da heresia, emenda dos pecadores e exaltação da Igreja¹⁸¹.

Depois de indicar a prática religiosa, cumprindo o estabelecido, passa a explicar a necessidade de realizar este culto e as vantagens que isso traria aos fiéis. Afirma que esta prática permitiria que os fiéis contemplassem, de forma mais vivida e intensa, a Cristo crucificado, fonte da salvação¹⁸². Em toda a pastoral explica detalhadamente esta matéria de doutrina religiosa, expondo os cânones e aspetos de culto a cumprir, procurando explicitar, analogamente, o motivo da necessidade dos cristãos cumprirem o determinado neste domínio.

A *Instrução Pastoral sobre o catecismo*¹⁸³ volta a referir-se à matéria religiosa, debruçando-se sobre o catecismo da religião católica, que de acordo com o declarado por frei Manuel do Cenáculo na sua obra é merecedor de muitas diligências e aplicações contínua na sua explicação¹⁸⁴. O bispo reconhece a importância da existência de catequistas que possam ensinar a doutrina cristã nas aldeias com casa muito distantes. Estes catequistas devem ser hábeis e muito conhecedores da religião, dotados de paciência e caridade para instruir não só os meninos, mas também pessoas adultas, muitas “delas rústicas e dificultosas”¹⁸⁵.

Na obra o prelado dedica-se a definir o que é o catecismo, defendendo-o como sendo “qualquer instrução que se dá a quem a ouve”¹⁸⁶. Explica também qual a função dos catecismos, fazendo uma análise histórica acerca da evolução deste instrumento de ensino de doutrina católica. Para frei Manuel do Cenáculo a função de “catequizar é nobre, útil, necessária e digna de toda a recomendação”, estando aptos para a realizar várias pessoas, começando, desde logo, pelos pais de família, podendo ser ministrada por pessoas de ambos os sexos¹⁸⁷. No entanto, é fundamental que os catequistas possuam a necessária virtude de saber dobrar-se aos tempos, lugares e às propensões e capacidade dos seus ouvintes¹⁸⁸. Na obra explana ainda aquilo que entende como o método correto de doutrinar, dando indicações para que a catequese seja feita da melhor forma possível, de modo a instruir as pessoas na Fé, que, nas suas palavras, “nos eleva à Ordem Sobrenatural”¹⁸⁹.

Como explicitamos atrás, há várias obras de frei Manuel do Cenáculo que fazem a explanação de temas doutrinários e de culto¹⁹⁰. As matérias que são objeto de explicação variam, mas em todas elas parece evidenciar-se uma necessidade de “criar” cristãos mais conhecedores da sua doutrina, que entendessem as motivações de determinados cultos ou ritos. Cristãos que vivessem verdadeiramente a religião que professavam, para lá das aparências exteriores e das “benzeduras que faziam”.

Note-se que Cenáculo foi, como já fomos evidenciando em momentos anteriores do nosso texto, um homem consciente das problemáticas do mundo em que vivia. As questões religiosas, as críticas à atuação de certos sectores da Igreja Católica não

deverão, por isso, ter-lhe sido indiferentes. As preocupações que o Bispo evidencia, que possivelmente o levam a compor algumas destas obras, poderão ser resultado das obrigações subsequentes à sua “função de pastor dos povos”, mas também da consciência da existência destas críticas e problemáticas que urgia combater. Através das suas obras tenta contestar algumas das críticas, defendendo cultos e rituais católicos, como por exemplo o culto Mariano e sua Imaculada Conceição, propondo, em paralelo, reflexões e ensinamentos que permitam fiéis mais conhecedores da sua doutrina e das obrigações subsequentes dessa condição.

Cumprimo salientar que muitos dos ensinamentos em termos de matéria doutrinária e de culto decorrem das muitas Pastorais que publicou enquanto bispo de Beja e arcebispo de Évora. Revelam, nessas circunstâncias, a natureza de instrumentos através dos quais expediu disposições que lhe permitiriam fazer o governo do seu “rebanho”. Porém, não é só através das pastorais que Cenáculo pretende fazer-se ouvir em matérias da religião. Há outras obras, tais como Dissertações e Orações, as quais parecem ser dirigidas a públicos distintos, onde manifesta a vontade em influenciar os fiéis que tem a seu cargo a corresponder às exigências do seu tempo.

Como bem sabemos, o livro religioso tinha, na altura, larga circulação, havendo milhares de edições religiosas que se destinavam a leitores diferentes. Há algumas direcionadas a públicos restritos, limitados a certos níveis de instrução, outras disponíveis a redes conventuais, ou abertas ao interesse de pequenos círculos, familiares ou locais¹⁹¹. Os livros do bispo de Beja no que à matéria religiosa diz respeito parecem corresponder a este figurino, sendo diversos nos objetos de estudo, nos públicos a que se destinam, na forma com se sustentam e até na forma como são “construídos” em termos de características formais e físicas. Parecem convergir numa preocupação comum que é a de defender a doutrina e promover a sua prática correta por parte dos vários fiéis, ainda que estes fiéis possam ter profundas diferenças entre si.

Depois de examinarmos todo o *corpus* documental composto pelas obras impressas de frei Manuel do Cenáculo, importa salientar que estas apresentam grande diversidade, que se espelha na multiplicidade de assuntos tratados, no modo como são compostas, e nos destinatários a quem são dirigidas.

Como foi sublinhado por Roger Chartier a “função-autor” é o resultado de operações específicas e complexas que relacionam a inscrição histórica, a unidade e a coerência de uma obra, ou conjunto de obras, com a identidade de um sujeito elaborado. A consciência desta especificidade do ato criador impõe a necessidade de considerar as marcas deixadas pelo autor, examinado em paralelo, os factos históricos e biográficos que permitem caracterizar a sua posição¹⁹². O entendimento da obra impressa de frei Manuel do Cenáculo implica, assim, a consciência desta dialética existente entre as marcas que deixou

e as condicionantes que cunharam a sua posição. O bispo de Beja tem originalidade enquanto autor e narrador. Deverá ser examinado como o “princípio de uma determinada unidade de escrita” diferente de todas as outras e como “um foco de expressão”, que se manifesta em cada uma das suas criações¹⁹⁵. Alguém que criou determinado escrito que terá marcado um grupo, ou um destinatário. Analogamente, expressou, na sua obra, as circunstâncias da sua época e vida.

Das linhas expostas constata-se que, algumas das suas obras, decorrem de necessidades impostas pelo momento que se vivia. Parafraseando Gama Caeiro, o bispo de Beja foi um Homem das Luzes pelo momento histórico em que viveu, pela formação mental que tinha e por ser um participante ativo no processo pedagógico-cultural e nas reformas de governo que à Ilustração visavam, tendo-se inserido numa moldura de ideias características da época¹⁹⁴. As suas obras constituem-se assim, a par de outros aspetos, como mais um reflexo da sua matriz de homem do Iluminismo. Com efeito, Cenáculo revela, ao longo da sua obra, uma mentalidade crítica e uma curiosidade científica pelo passado, com um reajustamento da atitude mental no sentido do rigor cronológico e da objetividade¹⁹⁵. É neste contexto que entendemos, por exemplo, a defesa que faz do estudo da Antiguidade, preconizando um aproveitamento do passado para construir novo conhecimento, alicerçado nos “gigantes da antiguidade”. Analogamente, em algumas das suas obras, como por exemplo o escrito *Graças Concedidas por Cristo em Campo de Ourique*, essa necessidade de revisão de métodos manifesta-se na vontade em defender determinada posição recorrendo a testemunhos provenientes de diferentes origens, desde pinturas, a inscrições, passando por vestígios de documentos antigos e representações escultóricas, procurando uma fundamentação da matéria defendida “em fontes”¹⁹⁶.

O bispo de Beja faz, ao longo das suas obras, o elogio da erudição recomendando a formação do clero e os fiéis, cultivando o “gosto pelo real” e mostrando-se adverso às especulações metafísicas¹⁹⁷. É neste contexto que entendemos muitas das obras que escreveu onde discorreu sobre questões como a organização e formação do clero, mas também do comportamento cristão e sua instrução.

Como se sabe, o prelado Pacense revelou-se um curioso atento a diversos temas. Note-se porém que o seu interesse pelas descobertas científicas modernas não colocou em causa a “Religião Revelada”. Faz a sua apologia, sendo que só essa relevação permite, em seu entender, chegar à verdade¹⁹⁸. Ainda assim, não se coibiu de considerar que a ignorância e a miséria eram as principais causas para uma religião mal vivida e exteriorizada. Dai as obras com orações e explicações e defesas de matéria religiosa e de culto que faz, mas também os escritos nos quais instiga os cristãos a terem

um comportamento mais digno e a viverem de forma mais intensa a religião que professam.

O conjunto dos seus escritos espelha, na globalidade, algumas características do seu Iluminismo, constituindo-se, similarmente, como uma resposta às dificuldades e necessidades do seu tempo. São textos que revelam a importância atribuída à escrita no Antigo Regime e que procuram ter um “papel pedagógico, aculturador e disciplinador”¹⁹⁹. É neste contexto que surgem, por exemplo, as suas Instruções Pastorais sobre a disciplina do clero, mas também as obras “de fundo” como as *Memórias Históricas*, ou os *Cuidados literários*, entre várias outras.

As suas obras testemunham as múltiplas utilizações da escrita, construindo representações onde se conhecem as divergências consideradas decisivas pelo seu produtor²⁰⁰. Constituem-se assim como um espelho da cogitação singular do seu criador, expressando o seu pensamento e sentimento, mas também das circunstâncias históricas que marcaram a sua formação e a sua vivência. Assim sendo, são “legítima propriedade” do seu autor, mas como bem salientou Diderot, é lícito interrogarmo-nos sobre: “qual é o bem que pode pertencer a um homem, se uma obra de espírito, o fruto da sua educação, dos seus estudos, das suas vigílias, do seu tempo, das suas pesquisas e observações [...] se a porção mais preciosa de si mesmo, a que não perece e a que o imortaliza não lhe pertence?”²⁰¹. As obras são levadas à “praça pública”, inscrevem-se num determinado espaço e tempo, imortalizam determinado pensamento, mas tornam-se, por via dessa participação no espaço público, propriedade não exclusiva do seu autor.

O livro é, nesta perspetiva, um “diálogo entabulado com os seus leitores, numa entoação que impõe a sua voz às cambiantes e imagens duráveis que deixa na memória, num diálogo infinito, [...]”²⁰². Tendo isto em consideração, não é possível estabelecer de forma liminar quem foi o autor Cenáculo. Sabemos, através da leitura e análise das suas obras, algumas das preocupações que revelou, das ideias que defendeu, dos pensamentos que partilhou, das doutrinas e perspetivas que defendeu. Compreendemos que essas preocupações e pensamentos são fruto do seu percurso intelectual e formativo, das circunstâncias históricas e culturais que moldaram o seu pensamento e das exigências que o próprio contexto em que viveu lhe colocou. Não obstante, não é possível definir em absoluto quem foi este autor e a significação das suas obras. Como acontece para todos os livros, os escritos de frei Manuel do Cenáculo são objeto dos eixos inumeráveis de relações que lhe estabelecem significação. Nesse sentido, o seu significado não se esgotou, nem se pode estancar na interpretação que lhe é dada por qualquer leitor, continuando, para cada época e circunstância em que é lida, a entabular um novo diálogo com os seus leitores, num ciclo contínuo.

Cenáculo leitor

Avaliar frei Manuel do Cenáculo enquanto leitor é outro dos aspetos que permitirá conhecer a relação que manteve com os livros, ao longo da sua trajetória de vida.

Com se sabe, existem vários os estudos, no âmbito da História do Livro, que se dedicam a examinar as diversas práticas de leitura que surgem ao longo do tempo, em regiões muito distintas. Apesar das diferenças que possuem, todos parecem convergir na ideia que a leitura é uma prática complexa, que conhece múltiplas influências e determinantes que a condicionam²⁰⁵.

Como foi sublinhado por Alberto Manguel, o ato de ler é antes de mais a “magia de compreender”, a possibilidade de interpretar um conjunto de linhas pretas e brancas de modo a que estas adquiram um sentido²⁰⁴. Os leitores de livros expandem e condensam uma função que nos é comum a todos, é o leitor que lê o sentido, que reconhece a um objeto, lugar, ou acontecimento, uma possível legibilidade ou lha concede. É este quem pode atribuir uma significação a um sistema de signos e em seguida decifrá-los²⁰⁵. Neste contexto, o ato de ler é visto como “quase tanto como respirar, como uma das nossas funções vitais”²⁰⁶.

A prática de leitura é encarnada em gestos, espaços e hábitos, considerando-se que, para lá das desigualdades introduzidas pelo nível de alfabetização, há também diferenças significativas entre todos aqueles que podem ler textos. Estes não os leem da mesma maneira, sendo que essa diferença determina diferentes utilizações legítimas dos livros. Há contrastes entre normas e convenções de leitura e nas expectativas e interesses na leitura²⁰⁷. Esta liberdade do leitor, a “independência criadora” do ato de ler não é, contudo, uma liberdade arbitrária. Ler é sempre ler qualquer coisa, e a liberdade da leitura está limitada pelos códigos e pelas convenções que regem as práticas de uma comunidade de dependência e pelas formas discursivas e materiais dos textos lidos²⁰⁸.

Subscrevendo João Luís Lisboa, importa relevar que o ato de ler, como qualquer outro facto histórico, implica apreciar as condições da sua realidade, o seu enquadramento material e cultural, assim como as formas de comunicação que lhe são associadas²⁰⁹. Importa, por isso, analisar a intensa relação de frei Manuel do Cenáculo com livros enquadrando a sua atuação com a sua condição de clérigo. Note-se porém que há que considerar que as partilhas culturais não se ordenam obrigatoriamente a uma grelha única de divisão social, verificando-se que, durante o Antigo Regime, os leitores populares e os que não o são, se apropriam dos mesmos textos²¹⁰. Impõe-se, assim, que se tente perceber como os textos podem ser diferentemente apreendidos, manejados e compreendidos e tentar reconstruir os modos, historicamente e socialmente diferenciados, de acesso aos textos²¹¹. No entanto,

há que estar consciente que não é possível representar esta realidade histórica através de quadros e estatísticas, sendo apenas possível fazer uma aproximação, uma grelha interpretativa que se pretende aproximar do que se chama “realidade social”²¹².

A perceção destas questões metodológicas têm implicações no exame da faceta de frei Manuel do Cenáculo enquanto leitor. No caso das leituras do Bispo a questão não se coloca, como bem sabemos, no seu nível de alfabetização, mas antes nas utilizações que fez dos livros, importando relevar as práticas e gestos que estão associados às leituras que fez.

O prelado utilizou, como atrás expusemos, as cartas que recebeu e enviou como um meio de informação acerca dos livros. Alguma das leituras que realiza serão reflexo desses contactos, fruto das sugestões e críticas que recebeu por essa via. Esta é uma realidade dificilmente quantificável, sabemos que leu determinadas obras e autores, que recebeu informações sobre outros, mas em que medida os contactos estipularam que lesse determinada obra é algo que não podemos concretizar.

Para além das cartas, também os cargos e funções que desempenhou poderão terão influído nas suas leituras. Alguns desses cargos implicaram a leitura de diversos volumes, ilustram-no exemplarmente o de deputado e presidente da Real Mesa Censória, que envolveram a consulta de muitas composições escritas. Analogamente, as reformas dos estudos a que se dedicou obrigaram à leitura de livros, de modo a conhecer os autores e o que defendiam, para poder deliberar sobre a sua utilização nos estudos que se estavam a implementar. Do mesmo modo, na função de preceptor do príncipe terá procedido à leitura e consulta de obras que permitissem cumprir o papel de educador do delfim Real. Juntam-se a estes cargos, solicitações realizadas por estudantes e autores, que desejavam a sua opinião sobre determinado escrito.

A todas estas motivações para usar os livros devemos acrescentar uma outra variável, que se prende com os próprios gostos pessoais e a sua trajetória formativa. Frei Manuel do Cenáculo, por necessidade de instrução e esclarecimento pessoal, pelo seu percurso intelectual, terá sentido a necessidade de consultar determinadas obras e autores. A erudição que revela, os pensamentos que defende, os conhecimentos que possui advém nele, como em qualquer outra pessoa, das obras e autores que leu, para além de todos os outros contactos que possa ter estabelecido.

O conhecimento das diferentes motivações que poderão estar inerentes às leituras efetuadas por frei Manuel do Cenáculo evidenciam que, em muitos dos casos, não é possível quantificar estes dados. Isto levou-nos a questionar a forma como poderíamos conhecer a faceta de Cenáculo enquanto leitor, quais as obras que leu?

Há vários estudos sobre História do Livro e da Leitura que têm vindo a evidenciar que, não obstante a importância de tentar

reconstituir o conjunto dos livros de determinada personalidade para aferir dados acerca da sua bibliofilia, a inventariação dos livros que possuiu não é suficiente para conseguir perceber aquilo que terá lido²¹³. De facto, nada nos poderá garantir que, pelo facto de uma obra constar da listagem dos livros de determinada personalidade possuiu, esta tenha sido efetivamente lida. O raciocínio contrário também é válido, isto é, as obras que não constam daquelas que conseguimos identificar nas suas listas e contactos não estiveram, obrigatoriamente, ausentes do alcance de Cenáculo²¹⁴.

Em face destas questões metodológicas, propusemo-nos examinar a faceta do prelado Pacense enquanto leitor recorrendo às suas próprias anotações acerca de leituras efetuadas. Partiu-se do pressuposto que essas anotações são um indicador seguro de que o prelado realizou determinada leitura, tendo-a até registado.

O seu diário pessoal²¹⁵ permite encontrar anotações respeitantes a leituras que realizou, contudo o número desses registos é bastante restrito, circunscrevendo-se essencialmente a livros de matéria religiosa, sobretudo a Bíblia. A constatação da erudição revelada por Cenáculo, que sobressaiu por exemplo em muitas das suas obras, ou no reconhecimento, por parte de muitos dos correspondentes que se lhe dirigiam, da cultura e ciência que possuía, fazia-nos adivinhar que Cenáculo teria lido muitos outros livros. Por isso, decidiu-se procurar igualmente, nas obras (impressas) de sua autoria, as citações que faz.

Subscrevendo Manuela Tavares, o pensamento e a sua expressão escrita têm no livro uma forma de comunicação privilegiada, sendo um meio de transmissão de cultura e um proficiente vetor para a mudança de mentalidades²¹⁶. Os livros evidenciam-se enquanto veículo de circulação de ideias, de comunicação de mensagens, sendo simultaneamente um objeto de consumo da sociedade. Quando procuramos conhecer aquilo que Cenáculo leu, em que áreas manifestou mais interesse, pretendemos rastrear qual o papel representado por esses livros no seu próprio percurso intelectual.

Podemos, dessa forma, conhecer o que escolheu subscrever ou criticar, identificar teorias ou escritos que privilegiou. Contudo, não podemos, na nossa tarefa de historiar a leitura e a sua feição enquanto leitor, recuperar os seus processos mentais de assimilação de conhecimento e, desse modo, perceber, de forma absoluta, como esses escritos interferiram na sua mentalidade.

Como salientou Ana Cristina Araújo, a percepção da estima pública dos objetos impressos sofreu grandes oscilações no século XVIII, sendo possível rastrear mudanças de atitude perante novidades editoriais ou segmentos particulares do saber, como a Ciência. Estas mudanças são profundamente condicionadas pelo reconhecimento do papel do livro na difusão de uma cultura europeia, de matriz iluminista²¹⁷. Dentro dessa linha de pensamento, admitimos que a ilustração revelada por frei

Manuel do Cenáculo, a absorção que esta personalidade fez dos valores das “Luzes”, dever-se-á, paralelamente a outros fatores, aos muitos livros com os quais contactou e que leu.

Importa relevar que as mudanças trazidas pela cultura do impresso providenciam o mais plausível ponto de partida para explicar a metamorfose que, a partir de determinada altura, colocou a tónica da interpretação das coisas na razão matemática e nos “mapas mentais” construídos pelo Homem, em detrimento da Revelação Divina²¹⁸. No caso de Cenáculo, essa transformação não foi absoluta, sendo que a primazia continuava a ser dada à Revelação Divina. Ainda assim, a valoração dessa componente não o fez menosprezar a importância de recorrer à explicação científica de alguns fenómenos, instando a que se procurassem as suas explicações, tendo em conta as suas causas naturais, que compete aos Homens estudar e perceber.

Como foi sublinhado por Henri Jean-Martin, quando uma nova forma de comunicação se torna necessária e aparece, tende a exceder os seus objetivos e a ultrapassar as suas funções. Sucede-se então um processo de reclassificação no qual, embora as “velhas” formas de comunicação continuem a ser utilizadas, já não servem exatamente as mesmas funções, sendo que cada período parece adaptar os meios de comunicação aos seus próprios usos²¹⁹. Seguindo essa linha de pensamento João Luís Lisboa afirma que, em finais do século XVIII e princípios do XIX, os domínios da leitura começam a adquirir alguma expressividade social, denotando-se uma especialização nos campos do conhecimento. A ambição enciclopédica esbate-se, e no seu lugar desenvolvem-se múltiplas formas de leitura, com as funções específicas. A leitura que o estudioso alimenta vira-se para questões particulares e não se expande, em contrapartida a leitura de deleite e de intervenção, a leitura do dia-a-dia comercial, político, ou agrícola mostram-se mais dinâmicas²²⁰. Isto leva-nos a considerar que as mudanças evidenciadas no mundo da leitura assumem dimensões ambivalentes. Continuam a coexistir, dentro de uma mesma época, utilizações e leituras de tipologias muito diferentes, podendo afirmar-se que existiu uma “Revolução da Leitura”, se a considerarmos como um mudança que permitiu o aparecimento de novas formas, usos e práticas leitoras, e não como uma rutura com formas de leitura e acesso a livros anteriores. Nesse sentido a leitura é vista, simultaneamente, como uma forma de modelação e uma forma de escapar individualmente às exigências sociais, sendo que a evolução da leitura, tanto individual, como comunitária mostra o papel ambivalente do livro²²¹.

Para compreender Cenáculo enquanto leitor, é indispensável considerar estas diferenças e transformações potenciadas por diferentes práticas leitoras, sem que se possa dizer que as novas práticas substituiriam antigas. Daí decorre que, o facto de se poderem evidenciar “tipologias” de leitura associadas a práticas

mais antigas, isso não implica um arreigamento, por parte de quem as pratica, a ideias do passado e uma recusa dos valores e conhecimentos atuais. Os livros têm um “poder de persuasão”, uma “influência secreta na compreensão”²²², identificando-se, no século XVIII, um aumento do material impresso e do número de leitores, que acabou por transformar a própria natureza da leitura. Contudo, essas mudanças não assumiram apenas uma “natureza” de passagem de uma leitura intensiva, para uma leitura extensiva. As práticas de leitura intensiva, como por exemplo a da Bíblia, persistiram, conjuntamente com práticas de leitura extensiva. As mudanças nas práticas de leitura evidenciaram, acima de tudo, o surgimento de uma leitura mais variada, que se reparte entre leituras cuidadosas de alguns textos, e no uso superficial de outros. Note-se porém que isto não implica que existam obras destinadas a leituras extensivas e outras a leituras intensivas, pois os usos dos livros também conhecem variações²²³.

As leituras registadas por Cenáculo

As anotações pessoais de leituras realizadas encontram-se no diário pessoal do bispo de Beja²²⁴. Nesses registos é possível verificar que as anotações surgem com indicação da data em que foram realizadas, não fornecendo, na maioria dos casos, mais informes, para lá da identificação do local onde foi praticada²²⁵. O averbamento das leituras não é realizado todos os dias, ainda assim, constata-se que esta é uma prática que o prelado empreende assiduamente.

A análise da fonte demonstrou que grande parte dos registos de leituras está relacionada com uma prática, identificada pelo próprio bispo de Beja, como “leitura da sorte”. Esta consistia na seleção aleatória de determinada parte do *Texto Sagrado* para ser lido naquele dia, ou momento. Como sublinhou Francisco Vaz²²⁶ e também Alain Boureau²²⁷, esta prática inscreve-se numa utilização profética da materialidade do livro. É um uso cujas origens remontam à Idade Média, baseando-se numa aplicação taumaturgica do texto, defendendo que a Bíblia, quando aberta ao acaso, predizia o futuro através do primeiro versículo que se apresenta ao olhar do leitor²²⁸. Existem averbamentos no diário que comprovam que, por vezes, se fazia mais que uma sorte diária²²⁹.

Esta prática desenvolve-se ao longo de 22 anos, identificando-se o primeiro registo deste tipo em 16 de novembro de 1779 e o último em 29 de agosto de 1801. No total encontram-se 238 diferentes. Geralmente o bispo não assinala mais do que a identificação da localização da leitura no Livro Sagrado. Há contudo algumas exceções, nas quais se fazem breves anotações acerca da valoração feita à leitura daquele dia, como acontece, por exemplo, no registo do dia 6 de fevereiro de 1785, em que destaca que a leitura se constituiu como uma inspiração necessária naquele tempo.

Trata-se de uma leitura do *Eclesiástico*, também conhecido como *Sirac*, no capítulo 14, versículo 21: “Toda a obra excelente será aprovada e o seu autor nela achará orgulho”; no capítulo 15, versículo 22: “pois não deseja uma multidão de filhos infieis e inúteis” e, finalmente, no capítulo 16, versículo 23: “o homem de coração mesquinho só pensa em vaidades; o imprudente e extraviado só se ocupa em loucuras” e versículo 28: “nunca nenhuma delas embarçou a vizinha”[ao referir-se às boas obras].

A interpretação que frei Manuel do Cenáculo deu à sorte deste dia não pode ser reconstituída com exatidão. Faz parte de um processo mental do próprio bispo que não podemos restaurar. Ainda assim, em face da admissão que faz no seu diário acerca da inspiração que lhe adveio desta leitura, julgamos que é de algum modo legítima a assunção que encontrou nestas leituras um estímulo aos trabalhos que estava a empreender. Como bem sabemos, frei Manuel do Cenáculo defendeu a educação do clero e fiéis, propôs mudanças e a reorganização do ensino, defendeu a utilidade da instrução e do conhecimento, entre várias outras. A determinação desta “sorte”, que apontava para a grande valia das boas obras, as quais merecem aprovação e devem ser motivo de orgulho, a par da declaração de que a Deus não interessa uma multidão de filhos infieis e inúteis, parecem certificar as suas opções, a sua busca por uma maior instrução de clero e dos fiéis, tornando-os úteis à sociedade e a Deus. Paralelamente é declarado, noutros versículos, que as boas obras não se embarçam umas às outras, como que a validar os esforços em diferentes “frentes” em que se envolve, enquanto se atribui a mesquinhos e a imprudentes a ocupação em loucuras e o cultivo das vaidades, tidas como tarefas inúteis.

Em 22 de abril de 1785 a sorte do dia dita a leitura do Salmo 123, tendo o prelado feito o seguinte comentário: “tem incríveis combinações comigo e com a minha Santa Igreja este Salmo. Grande Misericórdia de Deus para comigo”. Note-se que o Salmo 123 da Escritura faz o reconhecimento da intervenção de Deus na defesa do povo de Israel, sendo que essa mediação divina o protegeu dos inimigos e das dificuldades. Ao comparar o Salmo que lhe calhou em sorte à sua própria situação e da sua Igreja, agradecendo a Deus, Cenáculo parece estar a reconhecer algumas dificuldades que teve de enfrentar, que teria conseguido ultrapassar por intervenção da misericórdia divina.

A Bíblia era o livro que o prelado mais lia e um dos que mais procurava para alimentar a sua paixão pelos livros. Esta primazia atribuída à Escritura Santa é encontrada em diversos testemunhos, tais como nos conselhos que dá ao bispo de Pequim antes de este partir para o seu bispado, nos quais recomenda que o prelado tenha sempre a Bíblia por companhia, em diferentes edições²³⁰. Estes conselhos revelam que frei Manuel do Cenáculo, além de um grande conhecedor das diversas edições

bíblicas, era também um homem que exercitava várias práticas diferenciadas de leitura do Texto Sagrado, tais como a leitura diária, a reflexão sobre o texto, o complemento da leitura com edições de comentadores mais aprofundadas e destinadas aos teólogos²³¹. Com algum anacronismo, poderemos considerar que esta proposta de interpretação da *Lectio Divina* não diverge muito da proposta atual da Igreja Católica propondo-se uma abertura com a leitura do texto, ao que se segue a sua meditação, a oração e a contemplação da Palavra, que leva a considerar aquilo que é proposto ao Homem²³². Releve-se, para uma maior compreensão da centralidade da Bíblia, que este “livro dos livros”, com é muitas vezes designado entre crentes, é entendido, no seio do Cristianismo, como a Palavra de Deus. Nessa perspectiva, o estudo da Escritura constitui-se “como um prelúdio a um ulterior aprofundamento, em busca do seu mistério: a possibilidade de ouvir nas palavras e entre as linhas daquele texto as próprias palavras de Deus dirigidas ao crente.” Para quem crê, a “Bíblia é parte de uma história animada pela intervenção de Deus, na qual se transmitem mais que meras informações, comunicando-se igualmente o amor e o plano de salvação dos homens.” Enquanto Palavra Divina, a Bíblia é interpretada como “o desígnio de Deus a projetar-se na própria História,” fluindo, por essa via, em acontecimentos que podem parecer exclusivamente humanos²³³.

Para Cenáculo o *Texto Sagrado* era uma espécie de talismã, constituindo-se, ao mesmo tempo, como um bússola para a pastoral e ação política e social²³⁴. O facto de a maioria dos registos apontados por *motu proprio* serem assentamentos de leituras da Bíblia, não se constitui como uma surpresa. Este registo constitui uma memória pela qual deseja sustentar as suas opções, servindo analogamente, parafraseando Francisco Vaz, para atestar a importância que a leitura da Bíblia teve para D. Frei Manuel do Cenáculo²³⁵.

Paralelamente às anotações respeitantes à Bíblia há outros registos, embora em número muito mais reduzido. Trata-se de apontamentos de leituras que fez no âmbito das atividades que exerceu enquanto membro da Junta para a Reforma da Universidade. Mencione-se, a título ilustrativo, o registo de 31 de julho de 1771, onde se expõem as vicissitudes da reunião com vista a definir os livros que iriam ser utilizados nos estudos da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra. A emissão de opinião relativamente à obra do beneditino Gerbert, que Cenáculo considera que iria confundir os teólogos, por ser “muito simples, curto e muito rezado”, pressupõe, em nosso entender, um conhecimento da obra que estava a criticar, o que implicava a sua leitura. A nota que escreve no dia 3 de setembro do mesmo ano confirma mesmo a leitura de uma das obras desse autor, mas nada melhor do que dividir as suas próprias palavras:

“Vim para caza, e como me foi possível em alguns instantes da 3ª feira, vi o tal tomo [da Instituição Canónica de Gerbert] e achei nelle e noutro *De legitime Ecclesiastica Potestate*, e noutro de *Communione Potestatus Ecclesiasticis*, o P. Gerbert he Ultramontano decidido, decretalista, Constitucionário, Unigenitus; oposto ao Tratado de Febronio *Jus Publicu' Ecclesiasticum ad usu Catholicoru' in Germania*, que se vale de Belarmino, etc, etc.”²³⁶

Neste caso, não estamos perante uma vontade de deixar memória da leitura, como na da Bíblia. O apontamento no diário parece perpassar o desejo de frei Manuel do Cenáculo deixar um testemunho, na primeira pessoa, acerca do seu posicionamento face àquilo que entendia ser uma má escolha do autor a ser utilizado nos estudos de Teologia. Para mostrar a sensatez da posição que patenteia, regista todos os passos e as críticas à obra, o que admite a sua leitura atenta.

Para além destas notas relativas à atividade da Junta da Reforma da Universidade, há outras, que embora não refiram diretamente as leituras efectuadas, pressupõe a sua realização. Exemplos elucidativos são os apontamentos que deixa no diário acerca das suas atividades enquanto bispo de Beja, assim como as anotações acerca das tarefas que desenvolveu enquanto membro da Mesa Censória, ou preceptor do príncipe. Estes registos dedicam-se essencialmente a dar conta de diligências empreendidas nestes cargos, verificando-se que, por vezes, nesse afã de explicar algumas opções, acaba por mencionar o conhecimento e a utilização de determinadas obras ou autores, o que implica a sua leitura.

O registo que realizou no dia 19 de agosto de 1770 é exemplar pela forma com demonstra essa constatação: “No domingo, 19 de Agosto, levei ao príncipe as Aventuras de Telemaco para lhas ir explicando. E já neste tempo ele vai ouvindo a história de Portugal por Duarte Nunes e vamos já em El-Rei D. Dinis”²³⁷.

Este tipo de registos sucede-se com alguma frequência, não dando diretamente nota de uma leitura feita, mas de uma atividade que a pressupõe.

Globalmente as leituras registadas no diário de frei Manuel do Cenáculo estão relacionadas com as suas necessidades de utilização e reflexão pessoal, como no caso da Bíblia e respetiva leitura da sorte. Paralelamente faz também leituras úteis para a realização de determinada tarefa, seja essa a de instruir o príncipe, a de discutir o novo sistema de educação da Universidade, ou sustentar determinada posição que defende.

A meditação sobre o Texto Sagrado assume particular relevância, surgindo associada a uma prática que encontra antecedentes na Idade Média. Nesse sentido, não pode ser considerada uma prática moderna de leitura. É antes um testemunho de que, paralelamente às novas práticas de leitura há, nesta e noutras épocas, a persistência de práticas de leitura anteriores.

Esta práxis regular de consulta do Texto Bíblico surge assim associada a uma experiência de leitura intensiva do livro, que serviu como guia para muitos momentos. Uma leitura intensiva que pressupunha a meditação interior da Palavra, para lá da simples consulta superficial.

Cumpra-nos assinalar que há vários estudos na área da História do Livro e da Leitura que põe em evidência a importância dos livros religiosos, que rechearam muitas bibliotecas. Aponte-se, a título ilustrativo, a obra de Jesus A. Martinez, na qual o autor declara que, para Madrid, já em pleno século XIX, são diversas as bibliotecas particulares que contêm um elevado número de livros religiosos, entre os quais a Bíblia²³⁸. Estas obras de religião católica coexistem, muitas vezes, como escritos de novas correntes de pensamento, verificando-se que o pensamento científico e filosófico, baseado na razão e princípios da natureza comparte espaço, nas estantes, com obras de apologética católica²³⁹. Dentro dessa perspectiva, a primazia que frei Manuel do Cenáculo atribui, nas leituras que regista, à Bíblia não é, forçosamente, sinal de alguém alheio aos valores da modernidade.

As citações de livros e autores a partir da análise das suas obras impressas

Ao procurar nas obras impressas do prelado, outras citações de textos e autores, pressupõe-se que, se cita determinada passagem de obra, ou autor, isso implicaria o seu conhecimento e leitura, mesmo que parcial. Importa, no entanto, ter presente que as regras de citação não tinham o rigor da escrita académica presente e, eventualmente, outros critérios²⁴⁰ poderiam presidir à menção. Ainda assim, estas poderão fornecer indicações importantes sobre o seu papel enquanto leitor, que se encontra interligado com o seu perfil religioso e político. Cumpra esclarecer que, para fazer esta recolha no texto cenaculano, optou-se por englobar as citações objetivas de determinada obra, bem como as menções, feitas no corpo do texto, que aludem a determinada composição ou autor.

Constatou-se que as citações não obedecem sempre às mesmas normas. Há obras onde se faz a citação de autores utilizando um sistema de notas, paralelamente a outras, nas quais a citação é feita ao longo do texto. Por vezes é realizada uma identificação completa da obra, com título, autor e até página citada. Noutras citações, pelo contrário, apenas se faz um menção bastante incompleta, não identificado rigorosamente qual o título, ou autor e muito menos qual o ano de edição, ou editor.

Evidencia-se similarmente que a distribuição do número de menções varia muito de obra para obra. Há obras com inúmeras citações, a par de outras, nas quais não se encontra qualquer referência. Esta diferença no número de citações poderá

relacionar-se com a própria heterogeneidade identificada nas composições escritas do prelado. Como se sabe, há dissemelhanças de objetivos, estilos e públicos a quem se dirigem as obras que o bispo de Beja escreveu, o que certamente terá implicado diferenças na forma de as escrever e sustentar.

Rastrou-se a distribuição do número de citações/menções a livros em trinta e uma obras impressas por frei Manuel do Cenáculo²⁴¹. A distribuição do número de citações/menções é muito desigual. Há livros do prelado onde não encontramos qualquer referência a outros autores ou livros – são geralmente escritos de teor mais orientado para o “catecismo”, destinados a explicar assuntos religiosos. Essas composições cenaculanas debruçam-se sobre questões da doutrina e zelo pelos compromissos religiosos, sem apresentarem citações. Analogamente, a obra onde deixa memória sobre os acontecimentos aquando do saque de Évora pelos franceses, não possui qualquer citação de obras ou autores. Nas obras que se debruçam sobre aspetos da organização, modernização e instrução do clero, as quais apresentam, muitas vezes, uma natureza mais pedagógica, detendo-se sobre os méritos das ordens religiosas, disposições para os estudos entre outras, encontramos um grande número de citações. Dentro dessas destacam-se as Memórias Históricas do Ministério do Púlpito, com um total de mais de mil menções/citações de outras obras e autores.

Sobressai, desde logo, uma heterogeneidade relativamente ao número de citações, assim como a multiplicidade de autores e escritos citados por frei Manuel do Cenáculo, num testemunho do seu ecletismo.

Não é incomum o bispo de Beja citar autores com os quais concorda e através dos quais pretende corroborar determinada ideia, mas também autores dos quais discorda, apontando a incorreção daquilo que defendem e mostrando-os como o exemplo “do que não se deve fazer”, ou “do erro em que caíram”.

Apurou-se, similarmente, um predomínio de leituras e citações de obras ligadas à religião e matérias de devoção sagrada. Tendo em conta a ligação, de muitas das obras que o prelado imprimiu, a assuntos de natureza religiosa não nos surpreende, mais uma vez, a grande importância que os livros religiosos adquirem nas suas leituras. Note-se que, em muitos dos volumes que compõe, faz-se a defesa de matérias religiosas e de culto. Certamente a citação de textos religiosos, entre os quais a Bíblia, tida como a fonte da Revelação Divina e da Verdade, desempenha um papel primordial na sua sustentação.

A grande quantidade de citações que foi possível encontrar parece evidenciar que Cenáculo foi um leitor extensivo, se atendermos à grande quantidade de autores e obras que refere. Simultaneamente, a leitura dos seus escritos e o conhecimento aprofundado que declara nas muitas citações que faz, revela um leitor intensivo de muitas dessas obras. frei Manuel

do Cenáculo mostra conhecer, de forma aprofundada, muitos dos livros e teorias que cita, sendo estas objeto, em muitos casos, de intensa reflexão da sua parte.

Cumpre-nos realçar que, tendo em conta as mudanças sentidas no mundo da leitura ao longo do século XVIII, estes dados não surpreendem. São vários os estudos que insistem na necessidade de, para explicar essas transformações, colocar a tónica não num modelo explicativo que define uma passagem de uma leitura intensiva de um só livro ou pequenos conjunto de textos, para um leitura extensiva de vários textos, mas antes na multiplicidade de práticas leitoras que se ampliam e coexistem na mesma época.

No seu conjunto, as citações que foram encontradas nas composições impressas do bispo de Beja, nem sempre permitem identificar dados em relação aos anos de edição das obras nomeadas, ou língua em que estão escritas²⁴². Tendo por base aquelas para as quais se consegui identificar a data de edição²⁴³, observa-se a seguinte distribuição: [Gráfico 2]

Há uma grande diversidade nas datas de edição encontradas, com um claro predomínio de obras do século XVI, seguidas de obras do século XVIII e XVII respetivamente. No atinente a obras anteriores ao século XIII, verifica-se que estas estão pouco representadas. Ainda assim, distribuem-se por séculos bastantes distintos, do que se constituem exemplo o *Cronicon Lusitano Manuscripto* do século XII, citado na primeira página da obra *Graças Concedidas por Cristo em campo de Ourique*, ou o *Édito contratado entre Abdelaziz Bem Musa e Tedemiro Bem Abduz (Godó)*²⁴⁴, do ano 759 d.C., que é mencionado na obra *Instrução pastoral do Arcebispo de Évora*.

A presença desta diversidade de datas de edição atesta a consulta de documentos bastante antigos, necessariamente manuscritos²⁴⁵, que se processa em paralelo a pesquisas em livros do século em que Cenáculo viveu. Reflete-se, mais uma vez, partindo das citações multiformes que o bispo faz, um homem culto, conhecedor de edições e com acesso a documentação diversa, desde edições antigas originais, até edições recentes com as últimas novidades. Importa ainda salientar que estas citações nem sempre correspondem a uma identificação da teoria defendida pelo autor citado²⁴⁶.

No que concerne à língua em que são compostas as obras citadas pelo bispo de Beja, foi feita a identificação através dos títulos mencionados. Nem sempre é possível reconhecer a língua de composição das obras mencionadas, nem se os títulos são citados traduzidos para português, apesar de poderem ter sido consultados noutras línguas.

O exame dos dados recolhidos evidencia que há uma certa diversidade de línguas utilizadas nas diferentes edições citadas, sendo possível encontrar obras em português, latim, italiano, francês, espanhol e árabe. Constata-se um predomínio de obras em português e também em latim, o não se constitui como um dado surpreendente. Cumpre relevar

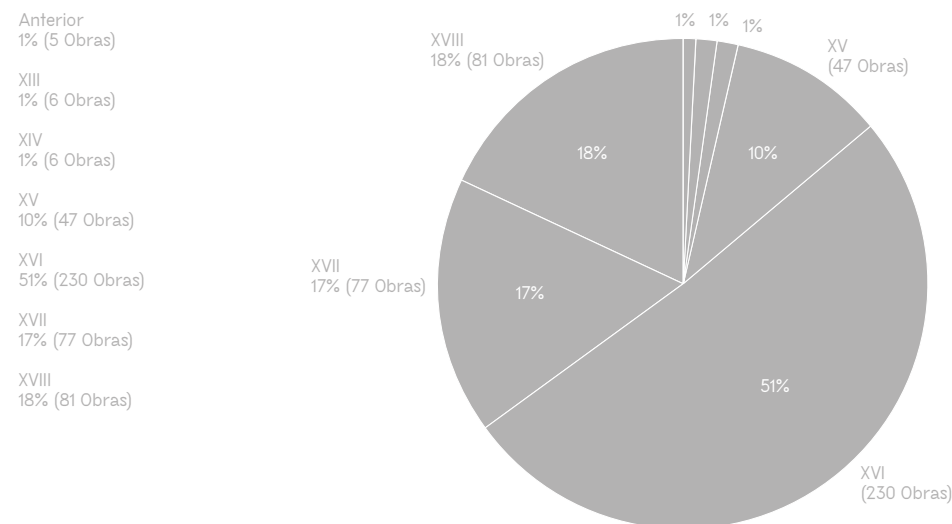


Gráfico 2
Distribuição das obras citadas por séculos

Fonte: Obras impressas de frei Manuel do Cenáculo.

que para além da “língua materna”, frei Manuel do Cenáculo dominava similarmente o uso do latim, língua na qual compôs alguns escritos, o que certamente terá contribuído para esse predomínio. Em paralelo às duas línguas que se encontram em maioria, há obras em diferentes línguas, como o francês, o italiano, o espanhol, inglês e também o árabe²⁴⁷. Esta diversidade nas línguas em que eram compostas as obras mencionadas constitui-se como mais um testemunho da erudição do bispo de Beja, nomeadamente no que concerne ao conhecimento de línguas. O prelado Pacense não se limitou a aconselhar os padres sob a sua jurisdição a dominarem línguas diferentes. Também ele tomou parte nesse movimento, lendo e citando obras compostas noutras linguagens, apurando-se que, nalguns casos, recorre à consulta de documentos nas línguas originais com vista a corroborar algumas das ideias que defendeu e registou nas próprias composições.

No respeitante aos temas tratados nos livros que cita/menciona, nem sempre se conseguem definir, de forma clara, as áreas do saber a que determinados trabalhos dizem respeito partindo dos títulos que são identificados. Analogamente, há grande diversidade na tipologia de citações de obra para obra. Há obras em que predominam quase em exclusivo citações de textos bíblicos, comentários a esses textos, apologias cristãs, vidas de Santos, entre outras. Noutras escritas de frei Manuel do Cenáculo, para além da fundamentação doutrinal partindo do texto religioso, há menções a títulos de temáticas bastante distintas. Se quisermos ser fiéis à classificação das livrarias de pendor iluminista que são identificadas por diversos autores²⁴⁸, há citações a obras de Teologia, Jurisprudência, Ciências e Artes, Literatura, História, Poligrafia e ainda alguns trabalhos que não conseguimos incluir em qualquer destas categorias.

Saliente-se, a título ilustrativo, a obra *Advertências Críticas [...] nas matérias de Rayundo Lullo [...]*, onde se espelha esta grande diversidade de autores e teorias citadas e se reflete, similarmente, a grande diversidade temática. A análise das citações feitas neste escrito alude a obras como uma carta sobre determinada parte da filosofia de Newton²⁴⁹, fazendo, igualmente, referências críticas a um parágrafo da obra “Verdadeiro Método de Estudar”, de Luís António Verney. Citam-se diversos textos bíblicos, apologias a Raimundo Lúlio, bulas papais, mas também obras de Filosofia como a *Viagem del mundo de Descartes*²⁵⁰, ou a obra *Arte de Pensar, ó lógica admirável*, atribuída a Antoine Arnauld²⁵¹, ou ainda o *Examen d’un livre intitule La Metaphysique de Newton ou Parallele des sentimens de Newton et de Leibniz*²⁵². Encontramos observações relativas a obras como as *Lições matemáticas do P. Boscovich*, impressas nos tomos no *Giornale de Leterati*²⁵³, ou o “*Tractatus de Studiis Monasticis*” de Jean Mabillon²⁵⁴, ou a “*História Eclesiástica*” do P. Natal Alex.

Os exemplos apresentados patenteiam que há uma forte diversidade nos autores, obras e respetivas temáticas. Fazem-se críticas a polémicas e posturas sugeridas por outros autores, do que se constitui exemplo demonstrativo a crítica a Verney²⁵⁵. Paralelamente há reprimendas implícitas a autores como Voltaire e à sua alegada facilidade em encontrar defeitos nos outros, recomendando-se, por isso, a leitura da obra de Ludwing Martin Kahle. Note-se a minúcia dos reparos feitos, presentes nas próprias palavras do bispo: “Quanto à que allegar na matéria de Lullo, respondo o que acerca de outra questão vi o P. Natal Alex, que não examinarão bem o ponto os taes autores, e advirto-lhe o conselho, que a Mr. de Voltaire da Kahle citado por ser necessária prudente cautela em acreditar defeitos do próximo”²⁵⁶.

A análise desta crítica põe, mais uma vez, em evidência que o bispo de Beja conhece, com algum pormenor, escritos de vários autores, estando a par de polémicas e teorias distintas, não se coibindo, até, de fazer referências implícitas a autores que constavam do índice de livros que, naquela época, se encontravam proibidos em Portugal.

Em face desta heterogeneidade estamos longe de poder considerar que Cenáculo foi, unicamente, um leitor intensivo de um número reduzido de livros, demonstrando uma tipologia de leitura que podemos admitir extensiva, dada a grande diversidade de livros a que acede, mas numa prática que nos sugere ser, para alguns desses muitos livros, também intensiva, dado o conhecimento profundo que parece ter de algumas obras.

Em sentido inverso a esta multiplicidade podemos mencionar, a título exemplificativo, a obra *Instrução Pastoral sobre a Confiança na Divina Providência*, na qual as citações se referem exclusivamente a textos de patrística, escritos de Santos da Igreja e textos bíblicos, como por exemplo diversos Salmos, epístolas de S. Paulo, obras de S. Gregório, Santo Agostinho e S. Jerónimo.

Insistindo no exame das citações realizadas por frei Manuel do Cenáculo, no conjunto das suas obras, verifica-se que uma outra onde se encontra uma forte diversidade nas temáticas, obras e autores citados é o livro *Disposições do Superior Provincial [...]*, tomo I. Aqui abundam, mais uma vez, textos de diversos “Doutores da Igreja”, a par de textos bíblicos, “Aparatos Bíblicos”²⁵⁷, constituições monásticas, concordâncias bíblicas, sermões, entre muitos outros. Paralelamente encontra-se outros temas para além dos de Teologia, tais como alguns Tratados de Línguas diversas, como a Oriental e a Hebraica. Surgem também Histórias Literárias, como por exemplo a H. *Literária no apêndice de Wharton*²⁵⁸, a par de obras de Poética como a *Poética* de Horácio. Há Histórias de vários tipos, Crónicas como a *Chronica de Cister*, de frei Fernando de Brito, a *Guerras do Brasil* de freire, *As Décadas* de João de Barros. Encontram-se composições relacionadas com a temática da Filosofia como a *Histoire de la Philosophie Hermetique* de Lenglet du Fresnoy²⁵⁹. Identicamente, acham-se estudos sobre Geometria de Cartésio e de Descartes, ensaios de Astronomia de Johannes Kepler, trabalhos de Álgebra de Martinio. Citam-se também, sem identificar em que obras, autores como Rogério Bacon, Voltaire, John Locke, Nicolas Malebranche, entre diversos outros. São apresentadas citações e menções de obras de Jurisprudência, tais como a *Legislação dos Gregos*, ou “*História do Direito*”, de Terrason. Similarmente, há alusões a alguns contributos de D’Alembert na *Enciclopédia* e a tratados diversos sobre os estudos e as academias. Citam-se obras que se debruçam sobre a Música, como por exemplo a obra *De Musica natura, origine, Progressu et Studio bebe instituendo*, textos que se dedicam a avaliar a evolução da arte de imprimir, como a *Histoire de L’Imprimerie*, ou a *Monumenta Typografica*, bem como autores importantes no domínio da biblioteconomia e ideias de Biblioteca, como Pierre Le Gallois²⁶⁰ e Morhof²⁶¹, entre muitas outras possíveis de referir. O prelado revela-se assim um erudito que, apesar de recorrer com bastante frequência a textos de Teologia e aos “Doutores da Igreja” para sustentar o que afirma, demonstra um grande conhecimento acerca da atualidade, obras e autores modernos. É nesse sentido que se compreende o conhecimento de autores como Voltaire, d’Alembert, John Locke, Bacon, Newton, Johannes Kepler, entre diversos outros.

A multiplicidade que foi detetada nos exemplos que atrás aportamos repete-se noutras, como por exemplo, a *Saudação Pastoral [...] do Bispo de Beja no fim da sua Visita Geral no ano de [...]*, onde aparecem novamente referências a autores como Voltaire, mas também Rousseau, Baruch Spinoza²⁶², Bayle²⁶³, a par de citações de textos da Bíblia, Doutores da Igreja e diversos outros textos teológicos. Também a *Pastoral dos Estudos Físicos*, a obra *Cuidados Literários*, entre outras espelham essa mesma diversidade. Em contraponto temos obras como a que já mencionámos acima, mas também a *Instrução Pastoral [...] sobre o Catecismo*, a *Instrução*

Pastoral sobre as virtudes da Ordem Natural, entre outras pastorais que publica, nas quais abundam essencialmente textos de teor teológico, não se identificando grande diversidade de menções e citações de obras ou autores.

Globalmente as menções a obras e autores, que frei Manuel do Cenáculo realiza nas suas próprias composições, realçam um leitor que não se cingiu a uma prática de leitura exclusiva de determinada obra, ou conjunto de obras. Evidencia-se, um homem ciente das diferentes polémicas e teorias existentes, conhecedor de autores muito distintos. Esse conhecimento revelava-se no que respeita a autores com os quais manifestava afinidades em termos de pensamento, mas também a outros autores, cujo pensamento social e político era muito distinto do seu. Certamente, o conhecimento destes autores não implica uma adesão ao seu pensamento. Ilustram-nos exemplarmente as citações críticas a Voltaire e a Rousseau, mencionados, nalguns dos seus escritos. Ainda assim, apesar da discordância, a sua leitura demonstra um homem atualizado, bem informado sobre as novidades do mundo. Um leitor moderno porque acedeu e leu, pelo menos sumariamente, um grande conjunto de livros e um leitor moderno porque, apesar de não concordar com algumas das teorias dos autores que cita, procurou conhecê-los, ler as suas obras, de modo a conseguir opor-se a algumas das suas ideias com “conhecimento de causa”²⁶⁴.

Subscrevendo António Castillo Gómez, é necessário, para entender a “bibliomania” da época, estabelecer a distinção entre a posse e a leitura dos livros²⁶⁵. Ao escolhermos rastrear as leituras realizadas por Cenáculo, verificando aquelas que cita ou menciona nos seus escritos, estamos a circunstanciar a nossa análise a um tipo de utilização dessas leituras, que é o aproveitamento que delas pode fazer no sentido de sustentar as suas posições. Por essa via, trata-se de uma leitura erudita, para aprender e atuar, se quisermos utilizar a definição que nos é dada por Castillo Gomez²⁶⁶.

Este tipo de leitura erudita buscava nos livros o necessário e não o supérfluo, reproduzindo uma prática de leitura que assentava nos seguintes princípios: ler os livros não por obrigação e de forma acelerada, mas para deles tirar proveito. Aproveitar a sua lição de forma a produzir algo a partir dela, e ler para apreender e depreender as lições necessárias de forma a não perder tempo²⁶⁷. O bispo de Beja encaixava neste perfil de leitura erudita.

Embora se reconheça que, considerando o uso que Cenáculo faz de muitas leituras, perpassasse um feição de um leitor erudito, que encarou as leituras procurando delas tirar as lições necessárias, isso não significa a impossibilidade de ter realizado outro tipo de leituras de forma mais recreativa, para “passar o tempo”, tendo por base curiosidades ou interesses pessoais.

Em todo o caso, as tendências que conseguimos identificar parecem corroborar justamente a tese defendida por muitos autores, acerca da forma ambivalente e múltipla com que as

mudanças no mundo editorial da época moderna se evidenciaram. Assim, a possibilidade de um maior acesso a livros não promoveu uma rutura absoluta com formas de leituras anteriores, nem com hábitos e práticas utilizadas na leitura. O que permitiu foi um alargamento dos usos dados aos livros, com transformações que parecem em certos momentos assumir direções contraditórias. Analogamente, a diversidade que detetamos nas suas leituras sugere que, como foi defendido por Fernando Bouza, os leitores se movem entre os textos e que esses textos são a soma das sucessivas realizações através da leitura. Isso atribui ao leitor a “função” de coautor de determinado texto, como o seu complemento, como aquele que lhe atribui determinado sentido, o que nos deverá fazer colocar a questão do que é a leitura²⁶⁸. Isto é, o leitor é quem atribui determinado significado ao texto, é quem entende utilizá-lo de determinada forma. Podemos reconstruir, partindo das fontes, alguns desses usos, mas não conseguiremos alcançar na plenitude a totalidade da significação que deu a determinada leitura. Essa relação do leitor com o texto é, tal com refere Roger Chartier, uma relação dinâmica²⁶⁹. Esse dinamismo existe porque essa relação pode apresentar diferenças e variar para o mesmo leitor, que pode usar o mesmo texto de formas diferenciadas. É justamente essa sinergia dos processos de apropriação do texto, que assentam numa tensão permanente entre a liberdade do leitor e a vontade de encerrar essa liberdade de interpretação em forma literárias e dispositivos materiais²⁷⁰, que não podemos recuperar na totalidade.

Cenáculo censor

Em face da ligação de Cenáculo ao aparelho censório, é importante perceber o seu papel enquanto censor e a relação que, por essa via, estabeleceu com livros.

Algumas obras que escreveu, como os *Cuidados Literários*, mostram que o prelado, apesar de defender a instrução e o papel dos livros enquanto meio para a obter, considerava que existiam bons e maus livros e que a possibilidade de a eles aceder não devia ser igual, recomendando até os cuidados a ter relativamente a livros de autores pertencentes a outras confissões. Assim, a concessão de licenças para acesso a livros deveria ser realizada de acordo com as capacidades que dos leitores. Os critérios básicos que as obras deveriam apresentar para poderem ser publicadas eram a utilidade e a honestidade, sendo também a utilidade o critério fundamental para as leituras²⁷¹. Isso mesmo parece perpassar nas próprias palavras do bispo de Beja quando defende:

“Eis-aqui as reflexões por que nos estudos he necessaria huma desenganada vigilância para que tenham ordem [...] hum sugeito instruído e que adianta seu progresso he necessário que tenha a escolha das matérias: que prefira as que são úteis e praticas,

a questões não só curiosas mas ainda das que são transcendentais, e áquellas que são a base de resoluções particulares graves e importantes: que não desperdice tempo em cousas ociosas: que antes o empregue no melhoramento dos homens [...]”²⁷².

Para frei Manuel do Cenáculo há diversas categorias de leitores, que estão em consonância com a ordem social vigente, sendo que em primeiro lugar, todos devem ficar compenetrados dos seus ofícios como cidadãos e cristãos, sendo esta a instrução que os povos devem possuir. Num segundo plano situam-se os professores e os “Depositários da Religião” que, para lá da instrução comum, devem ler os principais textos, nomeadamente a Sagrada Escritura, os Padres da Igreja podem mesmo consultar obras de autores hereges, mas só depois de imbuídos do verdadeiro “espírito cristão”, que lhes permitirá distinguir, através da crítica, quais são os livros úteis, ou quais são de todo ofensivos aos bons costumes e religião²⁷³.

A censura funcionaria assim como um excelente auxiliar para garantir que o acesso aos livros se fazia de acordo com estes critérios e seriação.

A censura em Portugal

Como apontaram autores como Fernando Machado, a história da censura, suas vítimas e consequências, perde-se nos tempos. É uma prática que acompanha, em maior ou menor grau, de região para região, a atividade humana, sendo possível encontrar exemplos do seu uso em momentos muito recuados da História da Humanidade. Disso são exemplo, entre muitos outros possíveis, os exílios de Anaxágoras e a queima, em praça pública, dos escritos de Protágoras, que tiveram lugar na Grécia Antiga²⁷⁴.

Portugal não “fugiu à regra” e desde cedo se manifesta, no nosso país, a repressão à imprensa e ideias, podendo mesmo afirmar-se *grosso modo*, que dos cerca de cinco séculos de existência de imprensa no nosso país até ao 25 de Abril, quatro deles, bem medidos, reprimiram, por vezes de forma feroz, mas quase sempre de forma musculada, a imprensa, as ideias e a cultura²⁷⁵.

Com o estabelecimento da Inquisição²⁷⁶ começou logo a atividade censória preventiva em Portugal, a qual impunha que as obras fossem vistas e aprovadas antes de se imprimir. Neste contexto, a censura é organizada pelo Inquisidor-Geral – Infante D. Henrique, que a confia a três personalidades, a quem vai ser dado o poder de notificar todos os impressores para não tipografarem quaisquer livros antes de estes serem submetidos ao seu exame²⁷⁷.

Organizada que está a censura preventiva, que espera impedir a impressão de escritos considerados perigosos, segue-se outra etapa que passa pela organização da censura proibitória, isto é, a censura que impede os livros já impressos de circular²⁷⁸. Com

vista a resolver essa necessidade publicam-se os primeiros índices com livros proibidos, sendo que o inaugural em Portugal é datado de 1546, sendo assinado pelo cardeal Infante D. Henrique. Como foi realçado por Fernando Machado, os dados que hoje se dispõem permitem concluir que a atividade censória em Portugal foi extraordinariamente meticulosa e devastadora, sendo que os nossos censores descobriram “em tudo demónios tentadores e desviantes, heréticos e desafiadores da autoridade civil ou eclesiástica”. Os índices ou róis de livros defesos tornam bastante clara a magnitude do esforço repressivo empreendido pela censura²⁷⁹.

As censuras vão-se desenvolvendo, funcionando, de modo paralelo, as proibições e autorizações realizadas pelo poder real, pelo Santo Ofício e pelos bispos. As malhas da repressão apertam-se, acompanhando o desenvolvimento das artes gráficas. O poder exerce-se sobre os livros que vão aparecendo, que são verificados antes de compostos na impressão, mas também sobre os livros que vêm de fora e sobre livros que já tinham sido publicados anteriormente, mas que se verificam agora.

Em 1624 é publicado o índice – *Index Damnatae Memoriae*, que se constitui, de acordo com classificações que lhe foram dadas por outros autores, como a “coroa da glória”²⁸⁰ das censuras portuguesa e espanhola, um “verdadeiro monumento repressivo”²⁸¹. Subscrevendo a análise de Raul Rego, é uma obra que revela um enorme trabalho de realização e uma erudição extraordinária, a par de uma “sanha persecutória” também desmedida²⁸². É um índice “meticuloso, bem ordenando e com grande erudição analítica, mais parece uma proibição geral de criar, ler e de opinar”²⁸³.

A censura não se limita a proibir, as obras são, analogamente, mutiladas e corrigidas, sendo possível identificar emendas realizadas em obras de Dante ou Cervantes²⁸⁴, entre diversos exemplos possíveis. Apesar de existir uma censura e um índice censório, o arbítrio do censor fazia-se sempre sentir. Para “cada censor, sua censura”, verificando-se que para quem praticava a censura não existia verdade fora da sua doutrina, nem ciência fora da sua crença. Esta crença não é só face à fé religiosa, mas também no saber que é aceite por teólogos e filósofos escolásticos²⁸⁵.

Este índice de 1624 vigorará até ao tempo de Pombal, que “chamará àquela enormidade, monstruosa maquinação dos Jesuítas que precipitou todos os vassallos de Portugal no inculpável e necessário idiotismo, em que forçosamente vieram a cair”²⁸⁶.

Durante o consulado Pombalino há um esforço para enfraquecer a Inquisição, a qual não voltará a recuperar a robustez que tinha anteriormente, mesmo em reinado de D. Maria I. Pombal constitui-se como um “dos mais exímios manobreadores ideológicos da censura, à qual outorgou autonomia e à qual deu honras de uma Real Mesa em sede própria”²⁸⁷. É nesta censura estruturada, funcionando em sede própria que vamos encontrar frei Manuel do Cenáculo no seu papel enquanto censor²⁸⁸.

A organização da censura em tempo de Cenáculo

A Real Mesa Censória foi criada em 1768, inserindo-se no conjunto das grandes reformas empreendidas no reinado de D. José, por mão de Pombal. Neste conjunto incluía-se a reforma orgânica da censura, que foi longamente preparada²⁸⁹.

A reforma no âmbito da censura como que pretendeu tornar civil, através da Real Mesa Censória, o poder de censurar, algo que até aí estava plenamente controlado pela Igreja. Sebastião José de Carvalho e Melo, reconhecendo na Inquisição um instrumento de unificação, não permitiu que estivesse na mão de quem, até aí, detinha o poder unificado – a Igreja. Dentro dessa perspectiva, defende a ideia de que manter tudo nas mãos da Igreja era uma forma de prorrogar por muito tempo o atraso português. O poderoso ministro, que sustenta que sem Ilustração não há progresso, procura servir-se deste instrumento censório, adaptando-o às próprias necessidades de afirmação do Estado²⁹⁰.

A lei que institui a Mesa Censória reivindica o inabalável direito de proibir livros e papéis perniciosos para a soberania temporal, algo que até aí não acontecia. No texto legislativo atribui-se, aos Jesuítas e às suas maquinações, a elaboração do índice de 1624, acusando-os de “com as suas costumadas intrigas, confundir a inspeção de livros e papéis entre o Ordinário, entre o Santo Ofício e entre a Mesa do Desembargo do Paço, em tal forma que descansando uns dos ditos tribunais nos cuidados dos outros [...] vieram a faltar todas aquelas vigilantes e vigorosas providências que faziam indispensáveis um negócio de tanta importância”. Desta forma propunha-se, em face dos problemas identificados e da anuência geral de muitos Ministros, Teólogos, Canonistas e Juristas, a alteração do regime censório²⁹¹.

A Real Mesa Censória representa, assim, o corolário do esforço que visa a alteração e subordinação do regime censório. A instituição criada passa a integrar as três repartições censórias existentes anteriormente, numa só Junta privativa, composta de censores régios. Estes tinham o dever de vigiar sobre as questões de aprovação e reprovação dos livros, seguindo a forma que estava a praticar-se “noutras cortes Iluminadas”. Com estes argumentos transfere-se para o poder civil a responsabilidade da censura literária²⁹².

A lei de 5 de abril de 1768 estabelece a composição da Real Mesa Censória, determinando que esta passará a contar com um presidente, sete deputados ordinários, sete deputados extraordinários, um secretário e um porteiro. Analogamente determina que este organismo deveria reunir, em sessão ordinária, todas as quintas-feiras à tarde. É logo no ano da criação deste tribunal que frei Manuel do Cenáculo se torna Deputado da Real Mesa Censória. É nessa condição que assina a grande maioria das suas censuras. Ainda assim, conseguimos encontrar, no vasto espólio de frei Manuel do Cenáculo que se encontra na Biblioteca

Pública de Évora, dois documentos anteriores à criação deste tribunal, datados de 1767²⁹³, onde o futuro arcebispo de Évora opina e examina determinada obra.

Não obstante estes dois exemplos, a grande maioria dos pareceres, editais e censuras assinados por frei Manuel do Cenáculo pertencem à censura reestruturada em tempo de Pombal. Como se sabe, Cenáculo torna-se deputado da Mesa logo em 1768, algo que registou num apontamento pessoal acerca dos trabalhos empreendidos na Mesa Censória: “No dia 7, em quinta-feira, dei juramento e tomei posse de deputado [ordinário] da mesma Real Mesa”²⁹⁴.

Cumprir realçar que as nomeações para os diferentes cargos na Mesa Censória ocorreram, de acordo com Teresa Martins, entre os dias 9 e 20 de abril de 1768, tendo-se publicado em maio o Regimento²⁹⁵ de funcionamento deste organismo. Nesse documento revelam-se as características ideais dos membros da censura, aos quais se exigem capacidades científicas mas também “uma louvável probidade, muita prudência e madureza de juízo, grande amor da justiça, uma total imparcialidade e um zelo ardentíssimo do aumento da Religião e do bem público e da Pátria”²⁹⁶. Não será surpreendente, tendo em conta as exigências feitas para que alguém pudesse ser censor, que a nomeação para Deputado deste organismo fosse sentida como uma honra pessoal e como um motivo de orgulho para os contemplados e instituição a que estes pertenciam. Vão nesse sentido os estudos da autora que temos vindo a citar, que encontrou até, no caso da Ordem de S. Bento, a concessão de benefícios particulares aos religiosos nomeados para este tribunal. O Regimento da Real Mesa Censória revela, não só o perfil exigido aos escolhidos para censores, mas também um esforço disciplinador, prevendo a forma de relatar, discutir e votar os pareceres dos respetivos censores²⁹⁷.

A principal atividade da Real Mesa Censória era o exame dos livros, existindo duas formas de proceder a esse exame: o simples e o formal. O exame simples aplicava-se a obras já examinadas anteriormente e a opúsculos “abortados pela ociosidade ou falta de instrução dos seus autores”. O exame formal destinava-se a fazer uma averiguação exata acerca dos merecimentos, utilidade e pureza das doutrinas dos livros, não devia, por isso, confiar-se apenas ao juízo de um só homem ou faculdade e muito menos ao de pessoa que não pertencesse à Mesa²⁹⁸. Em face destas determinações, não estranhamos o facto de muitas das censuras desta época que consultamos na Torre do Tombo serem assinadas a “três mãos”, ainda que a análise individualizada da caligrafia de cada uma delas no demonstre que estas têm um “relator” particular²⁹⁹.

Depois da nomeação de frei Manuel do Cenáculo para presidente da Real Mesa Censória³⁰⁰, realizou-se a estruturação orgânica e funcional da Mesa. A lei de instituição deste organismo, assim como o seu Regimento e todas as leis publicadas,

neste particular, em período pombalino, caracterizam-se por muito rigor e minúcia na definição das competências, procedimento e tramitação processual. Ainda assim, a persistência de algumas imperfeições e lacunas nos diplomas, obrigaram a tomar algumas resoluções, que foram confirmadas pelo poder real⁵⁰¹. Estas resoluções traduzem os esforços de uniformização dos critérios de exame dos livros, pretendendo contemplar na lei todas as situações, de modo a reformar a imagem de solidez institucional. Sobressai também um esforço de demonstração de coesão que se pretende projetar para o exterior, surgindo indicações sobre a forma como se expediam e assinavam portarias, se fariam os despachos para se imprimirem os livros, se deveria proceder às assinaturas, se deveriam guardar as censuras, ou como se procederia às admoestações dos réus, entre muitas outras determinações⁵⁰².

A Real Mesa Censória detinha um poder ilimitado, que resguardava ciosamente, não admitindo qualquer crítica à sua atuação. Exemplo ilustrativo dessa recusa é a ordem de prisão passada contra Bento Rodrigues Castanheira, por este ter ousado dizer “que não era justo a mesa intersectar-lhe determinada obra”, algo que foi encarado como uma forma de atingir a autoridade do Tribunal⁵⁰³.

Os procedimentos da Mesa estavam bastante regulados. Quando se fazia determinada denúncia era costume a Real Mesa Censória recorrer, após averiguação, à aplicação da pena de advertência, colocando o acusado consciente de que o seu comportamento era alvo de escrutínio por parte do organismo e que qualquer reincidência em comportamentos desviantes seria punida com um agravamento da pena. No que respeita à proibição de livros, existe na Biblioteca Pública de Évora um documento que contém os livros considerados defesos por este tribunal que se constitui, tal como defendeu Teresa Martins, como um índice de livros proibidos pela Real Mesa Censória⁵⁰⁴. Este rol⁵⁰⁵ está organizado por ordem alfabética, proscrevendo a obra de vinte e seis autores e proibindo a circulação de 389 livros. O documento fornece indicações relativas ao título interdito, aos volumes que o compõe, assim como ao formato, local e data de impressão. Inclui ainda, a partir do fôlio 15 verso, uma lista de livros proibidos cujo uso se permitia a quem detivesse licença da Mesa para o fazer. Terá sido composto em 1777, o que justificaria a sua permanência em manuscrito, uma vez que, com as alterações políticas subsequentes, não se terá chegado a publicar⁵⁰⁶.

A Mesa Censória zelava para que não se possuíssem livros com más doutrinas e proibidos, velando, similarmente, para que não se escrevessem livros contendo tais doutrinas. Este controlo apurado sobre o ato criador implicou uma prática de autocensura por parte de muitos autores. Saliente-se, a este respeito, que a apresentação de uma obra obscena à Mesa Censória seria sentida como uma provocação e, enquanto tal, deveria ser punida, havendo

exemplos de autores que foram presos pelo “desaforo de oferecer à Mesa semelhantes obras”⁵⁰⁷.

Em tempo reinado de D. Maria I, o Tribunal da Mesa Censória é transformado em Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos livros. É concedida uma maior cobertura eclesiástica à sua composição e, em 17 de dezembro de 1794, repõe-se a repartição desta atividade numa estrutura tripartida entre Ordinário, Santo Ofício e Desembargo do Paço⁵⁰⁸. A alteração legislativa em tempo da Rainha D. Maria I é, como foi sublinhado por Teresa Martins, mais que uma mera modificação de nomenclatura. Esta transformação volta a conferir à Igreja o direito de se pronunciar em matéria de censura de livros, prerrogativa que lhe havia sido retirada por Pombal, ainda que esse direito de pronúncia de limitasse à possibilidade de censurar e declarar doutrina, e não concedesse o direito de proibir ou permitir a impressão e a circulação desses livros⁵⁰⁹.

O período pós-pombalino da atividade da Real Mesa Censória ficou marcado por um ambiente de discórdia entre os seus membros. Manifestam-se, abertamente, sentimentos de hostilidade contra os que haviam sido destacados apoiantes da política pombalina, entre os quais frei Manuel do Cenáculo, que é substituído na presidência do órgão pelo Arcebispo da Lacedemónia. Assim, na maioria das decisões de proibição de impressão e circulação de livros, é fictício o princípio da unanimidade de votos dos deputados, havendo fricção e dissensões entre os censores, que se repercutem na aprovação ou proibição das obras em apreço⁵¹⁰.

Em face desses problemas, a reestruturação da censura, em tempo da Rainha D. Maria I, não espelhariá uma simples tentativa de colocar em causa o poder do Estado, para favorecer o poder da Igreja. É uma transformação que visa aumentar a eficácia deste órgão, que é justificada, tal como se defende na época, pelo facto de este ter ficado inútil e ineficaz face “à extraordinária e temível Revolução Literária e Doutrinal” dos últimos anos, propagadora de “novos, inauditos e horrorosos princípios e sentimentos Políticos, Filosóficos Teológicos e Jurídicos” que “provocaram a ruína da Religião, dos Impérios e das Sociedades”⁵¹¹.

Estes instrumentos censórios foram, no caso do governo pombalino, assim como do governo mariano, “elementos qualitativos estruturantes e meios de sustentação e desenvolvimento fundamentais para os respectivos projetos políticos”. A censura só viria a ser suprimida na decorrência da Revolução liberal, depois de 1820, mas tendo em conta “os períodos de revogação, de suspensão e de cerceamento de liberdades, passaram anos em que a liberdade de imprensa não foi norma”⁵¹².

Não duvidamos das consequências perniciosas que este regime censório teve para o país. Ainda assim, apesar desta repressão censória, a heterodoxia não conseguiu ser estancada

sendo possível encontrar, no nosso país, fontes clandestinas e reproduções, impressas em território nacional, desses documentos. As “sucessivas medidas de aperfeiçoamento dos instrumentos normativos eclesiásticos e civis e progressivos endurecimentos e requintes de repressão que foram pondo impressores e livreiros em crescidas tensão e cautela, geraram também neles e nos leitores inconformados acutilâncias imaginativas que possibilitaram muitas vezes rodear as sanhas persecutórias”³¹⁵.

Cumpre-nos realçar que há vários exemplos ilustrativos da circulação de escritos proibidos em Portugal. Sublinhe-se, a este propósito, os trabalhos do autor acima citado, que comprovam a circulação das obras do genebrino Rousseau em Portugal, numa altura em que as suas obras se encontravam proibidas³¹⁴. No mesmo sentido de circulação de escritos proibidos, ainda que em situações e contextos políticos distintos, vai a análise realizada por Pedro Vicente que, ao estudar a circulação de panfletos anti napoleónicos durante a guerra peninsular, aponta para o trânsito de jornais proibidos, que circulavam clandestinamente³¹⁵. Também os ensaios de Graça Almeida Rodrigues apontam para a penetração clandestina de obras, das quais dá numerosos exemplos, defendendo que no século XVIII, entre a comunidade francesa residente em Lisboa, se destacava um núcleo de livreiros, como Rolland, Borel, Bertrand, Meaussé, entre diversos outros, que tiveram um papel determinante da difusão de livros proibidos no nosso país. A própria lista de livros proibidos servia para que os intelectuais e estudantes fizessem as encomendas, a ponto de um viajante sueco, que visita Portugal nos finais desse século, tecer o seguinte comentário: “nas livrarias também se vendem livros proibidos. Estes porém, não se encontram expostos nas estantes como os outros, são vendidos sem testemunhas e saem naturalmente mais caros”. Da mesma forma, os marinheiros e diplomatas eram introdutores de alguns destes escritos proibidos no país³¹⁶.

É neste contexto que vive frei Manuel do Cenáculo, distinto colaborador de Pombal, sofrerá, como já demos nota em momentos anteriores deste trabalho, das vicissitudes decorrentes das transformações sociopolíticas da época em que vive, as quais se refletem na sua atividade censória. Com exceção dos documentos a que atrás já aludimos, datados de 1767, as censuras que o bispo de Beja assina enquadram-se no período pombalino de funcionamento de Mesa Censória, altura em que exerce o cargo de deputado da Mesa³¹⁷.

As censuras assinadas por Cenáculo

Passemos ao exame das censuras elaboradas pelo bispo de Beja, tentando perceber um pouco melhor quem foi frei Manuel

do Cenáculo enquanto censor. Quantas censuras assinou, o que proibiu e que argumentos utilizou para aprovar ou rejeitar determinada obra.

Começemos por centrar a análise em documentos anteriores à nomeação para deputado da Mesa Censória, nos quais o bispo de Beja faz a censura a duas obras.

Um dos documentos é uma avaliação do apêndice da *Tentativa Teológica*³¹⁸, do padre António Pereira, encontrando-se sob a forma de rascunho autógrafo. Este exame é datado de 30 de março de 1767, tecendo grandes elogios ao autor, ainda que deixe a decisão final nas mãos daqueles que lhe pediram a realização da censura.

Cenáculo começa por se referir à excelente reputação do autor, demonstrada num primeiro trabalho, que é agora ampliado: “A Reputação que mereceu o Author deste Appendix a sua Tentativa Theologica, o excitou a comunicar novas luzes de doutrina, e ampliar o primeiro trabalho [...] O conceito do Publico faria superflua a diligência de tecer com elogios a censura deste segundo escrito [...]”. De seguida, justifica os seus comentários apenas como uma tentativa de dar ainda mais crédito ao trabalho empreendido pelo autor, mostrando os pontos dignos de destaque e tecendo-lhe rasgados elogios, senão vejamos:

“[...] contudo pareceo-me coisa indispensável cooperar nas seguintes reflexões ao maior crédito do Autor. Elle não se aceinge a huma, ou outra questão: dilata-se pelo campo fértil das controvérsias, em cujo exame se tem interessado os homens de melhor capacidade, estudo, e zelo; e exercitados nos assumptos theologicos, e de ambas as Jurisprudências. Busca na Antiguidade o espírito da Igreja e Pretende ver regulados pelo mesmo espírito os systemas, à Legislação dos Antigos. Mostra no carácter Episcopal os Direitos que lhe competem. Reprova os abusos consecutivos à cessão, que os Bispos fizeram do seo Poder. Faz huma notável diferença da Cúria, e da Sede Apostólica, recahindo sobre aquella a força das razões, com muitos Escritores Catholicos tem fallado a este propósito. Elle previne a liberdade dos que pela sua ignorância não sabem discernir entre partido herético, e zelo da Disciplina: e quando sobre a combinação das notícias, que possui, forma as suas particulares interpretações he feliz, e dócil; virtudes que merecem esta especialidade de recommendação [...]”³¹⁹.

Sobressai uma grande identificação de frei Manuel do Cenáculo com aquilo que é defendido nesta obra e também com a forma como se combate o “inimigo comum”. Todo o documento é perpassado de um tom laudatório, considerando que por todos os motivos que apresenta, esta é “[...]digna da Luz Publica, e confirma no Eruditíssimo Autor o nome, distincto, com que he respeitado entre Nós, e pelos estranhos”.

Cumpramos realçar que este autor foi, tal qual frei Manuel do Cenáculo, um distinto colaborador da política pombalina, sendo um dos teóricos do Regalismo. Não surpreende pois, esta anuência às “doutrinas” defendidas por António Pereira e o grande elogio a uma das figuras que ajudou a sustentar, em termos teóricos, a política centralizadora de poder pombalina. Alguém que tal como o prelado, se constitui como um importante colaborador do ministro do Rei D. José e que será também um “companheiro” de censura, fazendo parte do “quadro” de censores da Real Mesa.

Note-se, como foi sublinhado por J. S. Silva Dias, que alguns dos textos de António Pereira de Figueiredo se movem no plano das relações da Igreja e do Estado, procurando justificar a autonomia do Estado e a incompetência da Igreja fora do campo espiritual. Textos coevos, como a *Tentativa Teológica*, de 1766 e o *Apendix e Ilustração da tentativa Teologica*, de 1768, expõem e analisam a doutrina do Episcopalismo, que alicerça a teoria das Igrejas Nacionais³²⁰. Se nos lembrarmos da crítica a Cenáculo, que transcrevemos em capítulo anterior deste trabalho, onde se satiriza a proximidade de Cenáculo à doutrina pombalina acusando-o de “não saber aquele Nero impugnar [e] tudo contra o clero intentar”³²¹, não parece estranho que esta censura revele tal proximidade ao espectro intelectual de António Pereira de Figueiredo.

O outro documento contém a resposta à consulta feita pela Mesa da Inquisição de Lisboa, sobre as obras de frei Paulo Sarpi³²². Esta análise resulta de uma ordem expedida a 13 de agosto e assinada pelos Inquisidores Joaquim Jansen Muller, e Luiz P. Caldeira. Nesta censura o prelado considera que os inimigos deste autor o transformaram num problema do mundo literário, por lhe fazerem acusações infundadas. Quanto à obra que se dedica a examinar, o juízo de Cenáculo não é muito duro, sobretudo de tivermos em consideração que se trata de obras de um autor sobre quem correm alegações de afinidade com a doutrina protestante³²³, mas nada melhor do que atentar nas próprias palavras do prelado:

“Quanto às Obras [...] julgo: que podem ser lidas pelos fundamentos seguintes. Ellas não contem rezoluções contrarias aos dogmas da nossa Santa Fé Catholica Romana. Donde todo o assumpto de disputa versa em pontos de disciplina, e economia da Igreja, e dos Estados. [...] Se attendermos pois ao fundo das questões, sobre que pronuncia o P. Sarpi, elle escreve com sentimento, patrocinado com autoridades sagradas e civis: com factos innegaveis: e com Autores de todas as Ordens da Republica das Letras, e de todos os Estados do mundo sábio, e ortodoxo. Elle aponta cânones seguros, e Leys prudentes. Segue Escretores respeitáveis, e razões de substância, e merecimento. [...] Ora não sendo as doutrinas deste Padre condenadas por hum juízo, desembaraçado do escrúpulo [...] sou de parecer, que he prudente a permissão para se lerem

estas obras: porquanto as escrituras [?], Concilios, Padres, Theologos e consultos, com que allega Sarpi, merecem boa reputação, e digna de ser conhecida, e muitos mais não sendo o vulgo o que hade ler semelhantes Escritos. Se acaso há pessoas, que se mortificam com aquellas doutrinas, por lhe parecerem perniciosas, he escrúpulo, que he preciso dissipar, divulgando com semelhantes provas o merecimento da cauza, ate que o tempo gaste as primeiras admirações”³²⁴.

A obra tem, na opinião do Bispo, fundamento e não encerra pontos contrários à doutrina, versando essencialmente sobre questões que se prendem com a disciplina e economia da Igreja e dos Estados. O prelado considera que muitas das acusações que são feitas a este autor se devem a um desconhecimento acerca das proposições defendidas, “escrúpulos pouco fundamentados”, os quais julga necessário combater. Não obstante, no final da censura salienta que a sua opinião é sempre sujeita ao juízo superior das pessoas que lhe “encomendaram” o parecer, às quais manifesta obediência. Cumpramos realçar a consideração, expressa por frei Manuel do Cenáculo, que estas obras não serão lidas pelo vulgo “não sendo o vulgo que hade ler semelhantes Escritos”, o que, em seu entender, deverá contribuir para que a permissão de leitura seja concedida. Confirma-se, também na sua atividade censória, que para Cenáculo existem várias categorias de leitores, os quais poderão, mediante as capacidades de defesa que possuem, aceder a determinadas obras³²⁵.

Centremo-nos agora nas outras censuras do bispo de Beja que se reportam ao período pós fundação da Real Mesa Censória.

Na Biblioteca Pública de Évora encontramos apenas sete censuras, embora nem sempre seja possível identificar se estamos perante pareceres de autoria de Cenáculo, ou um apontamento acerca da decisão da Mesa. Ilustra-o exemplarmente a censura ao *Missal Romano* que, apesar de ser um autógrafo do bispo de Beja, não permite fazer essa identificação.

Procuramos resumir os conteúdos e identificar as obras visadas nestas sete censuras no seguinte quadro: **[Tabela 2]**

A análise destes documentos permitiu verificar que há vários motivos para sustentar as proibições e aprovações. Na maioria dos casos as questões relacionadas com aspetos religiosos parecem dominar a contestação a determinada obra. Contudo, no caso do *Missal Romano* o assunto parece assumir também uma natureza política, acusando-se os Curialistas de introduzirem corrupções nas celebrações.

Como se sabe, esta disputa entre Curialistas e Regalistas afetou a Igreja desde muito cedo, marcando uma divisão entre os que defendiam a primazia do Papa “os cegos aduladores da cúria”, e os que defendiam que se devia “dar ao Papa o que é do Papa, e aos Bispos o que é dos Bispos”³²⁶. O grupo dos Curialistas, com quem havia dissensões públicas era encarado como um rival que urgia

Obras	Proposta de deliberação	Sustentação da proposta de deliberação
Elogio de Dugas Truin, por Mr. Tomas	Pode imprimir-se, com condições	“Deve riscar-se o que o tradutor diz ser a alma de natureza infinita, e outras impertinências, com que impugna a proposição de que o mundo teve a sua infância, como a te o espírito do homem, desde a pagina 37[...] até a pagina 42.”
Comedia do “Cincto magico” de João Baptista Rousseau*	Pode imprimir-se, com condições	“Pode imprimir-se a comédia, tradução para português, menos as palavras de scena 5 ^a = <i>hum Judas deste Apostolado nos vendeo.</i> ”
Arte da Grammatica da lingoa portuguesa	Pode imprimir-se	“Como em todas as Nações se tem escrito sobre a grammatica das suas lingoas, ainda que ellas se aprendão com o uso, parece-me que se pode imprimir a Arte da Grammatica da lingoa portugueza, composta pelo Bacharel Antonio Joze dos Reyes Lobato. Elle a trabalhou com zelo, e com preceitos úteis sem offensa da religião, nem dos costumes.”
Epítome Analytico, critico, e chronologico da Jurisdicção e disciplina da Igreja, e da acções dos Papas, e Principes, que pertencem a esta matéria, por Francisco de Pina de Sa e de Mello	Não pode imprimir-se	He hum Escrito erudito com fraze mordaz: he hum extracto de notícias cavadas em toda a Historia da Igreja, com pretexto de fazer odiosos os vícios dos eclesiásticos [...]
Commentarios à Sagrada Escritura**		
Missal Romano e outras obras	Proibido	“Alterações e corrupções introduzidas nalgumas partes da celebração pelos curialistas.”
Obra de António Pereira de Figueiredo	Aprovada	

Tabela 2. Censuras presentes na Biblioteca Publica de Évora

Fonte: B.P.E. Códice CXVIII/1-15.

*. Obra do poeta francês Jean Baptiste Rousseau, publicada originalmente em 1702.

**.. O documento encontra-se duplicado, na B.P.E. e no A.N.T.T. Realizaremos a sua análise em conjunto com os outros documentos da Torre do Tombo.

combater, “nada melhor” do que proibir as suas obras, acusando-os de corromper até o próprio Missal Romano.

Prosseguindo no exame destas censuras, evidencia-se que frei Manuel do Cenáculo defendeu o corte e a supressão de determinadas passagens de obras como meio de as deixar passar na Mesa. As duas primeiras obras refletem precisamente essa necessidade de supressão. Ao que parece, apesar da grande paixão pelos livros patenteada pelo bispo de Beja, isso não o impediu de aceitar a sua adulteração sempre que tal se justificasse em termos de matéria digna de censura.

Cumprer-se, entre estas censuras, o exame realizado à obra de António Pereira de Figueiredo³²⁷. O prelado aponta alguns reparos a este escrito, ainda que a “dureza” da censura seja mínima. As dúvidas levantadas são justificadas como uma simples tentativa de obstar a eventuais críticas, não se constituindo, de acordo com o defendido por frei Manuel do Cenáculo, como defeitos apontados ao autor e muito menos como algo que, de alguma forma, possa impedir a sua publicação.

O prelado mostra-se assim extremamente cauteloso. Se o seu rigor e conhecimento não lhe permitem deixar avançar a obra sem fazer determinados apontamentos, é hábil na forma como os menciona, colocando o cerne da questão na necessidade de precaver da crítica obra de tão grande merecimento. Senão, vejamos as suas próprias palavras:

“He obra de grande merecimento e de vasta erudição a que apresenta em dois volumes o Reverendissimo P. António Pereira. Elle penetrado do zelo, que animava o venerável Gerson, e instruído a fundo da sua doutrina, formou della huma analysi digna de concideração. [...] Não se accinge este sábio collega aos Escritos; que explica, mas antes fecunda a sua narração com noticias trazidas a propósito, e com as quaes certamente se hade illustrar quem tiver vontade de se instruir nestas coizas. [...] Parece-me contudo propor algumas reflexões que previnão a critica, que costuma exercitar se em composições ainda louváveis. Não direi as minhas reflexões em tom de censura, masde superogação para cautela, e decência desta Real Meza³²⁸.”

Feita a justificação dos reparos que aponta, transferindo para a necessidade de cautela as suas reflexões, passa a apontar uma a uma as questões que “o preocupam”, tais como a que se transcreve de seguida, na qual alude a legitimidade de determinado Papa:

“No 1º tomo que he o compendio da vida e acções de Gerson diz: que Portugal seguiu o Antipapa Clemente 7º, como os mais Reinos de Hespanha, e que depois por negociações do Duque de Lancastre seguira a Urbano 6º [...] Eu entendo que não deve prevalecer o dito daquelle cardeal ao corpo dos Historiadores

da Nação, que seguia o partido Romano, não como Romano, mas como do papa Legítimo [...]”.

Prosseguindo na exposição das preocupações, manifesta-se inquietado com expressões utilizadas por Gerson e que merecem, na sua opinião, uma nota de esclarecimento de António Pereira de Figueiredo, escreve:

“Diz que Gerson [...] escreve = *que todos os homens formão hum corpo, de que a cabeça so Christo*. Esta proposição absoluta, exclusiva passava no tempo do scisma: hoje soará mal, e carece de que o Autor acrescente huma nota na margem [...] Transcreve em repetidas passagens/e traduzidas em portuguez/ as expressões de Gerson mais violentas contra os abuzos da Curia Romana [...] Porem he necessário neste ponto considerar os tempos para se concordarem os Direitos: isto pede humas notas, que mostrem a diferença entre o tempo do scisma, e o da união ecclesiástica: entre a practica dos Direitos invariáveis, e dos que podem admitir alteração: entre os abuzos, e as convenções autorizadas competentemente para a paz da Igreja, e lembro-me que Barthel escreve boa doutrina este assumpto: e mui curtas notas bastarão para correr impresso este Escrito sem reparo dos Críticos”.

A exposição é pormenorizada, o que indicia uma leitura muito atenta e detalhada da obra, sendo que em todas as proposições e questões apontadas se salienta a necessidade de eventuais mudanças apenas para esclarecimento de quem a vai ler e como uma forma de obstar a eventuais críticas, não colocando nunca o ónus em algum demérito do autor, mesmo no final reforça: “O carácter deste respeitável Tribunal, e o desejo incontestável da impunidade do nosso collega na censura dos críticos expostos, em humas annotações dignas da sinceridade e respeito, com que o venero, obrigão-me a propor-lhe estas Reflexões. Lisboa três de Novembro de 1768. Fr. Manoel do Cenaculo”.

Depois desta reflexão encontra-se uma nota manuscrita, datada de 18 de novembro, dando conta da forma como o prelado procurou que este processo se desenrolasse. Mais uma vez procede com bastante cautela e preocupa-se em não ferir suscetibilidades, sobretudo tendo em conta que se tratava de um colega da Mesa Censória, o que implicava um procedimento cuidadoso. Por isso decide, de modo a preservar o colega, expor a situação ao Conde de Oeiras, mas vejamos o seu próprio registo: “Depois desta censura feita conciderei que na qualidade de hum collega, e para conservarlhe o decoro fui fallar com o Sr. Conde, e lhe signifiquei tudo; e elle conveio em que eu communicasse a Antonio Pereira tudo, o qual com toda a docilidade annuo; e nesta intelligencia levei por censura somente volume [?] da forma que aqui vai junta porque elle corrigio tudo. Lisboa em 14 de Novembro de 1768. Cenaculo”³²⁹.

Pelo que pode depreender-se Cenáculo, depois de “avaliar” e expor as questões que o preocupam tenta fazer com que essas não sejam públicas, procurando resguardar o colega. Comunica-lhe pessoalmente as dúvidas, a que o autor terá anuído. Para a reunião da Mesa leva apenas a censura que junta ao apontamento. Julgamos esclarecedor conhecer o texto que Cenáculo leva à reunião, em detrimento daquele que manifestava todas as preocupações a que aludimos anteriormente, vejamos então as suas próprias palavras:

“He obra de grande merecimento e de vasta erudição a que apresenta em dois volumes o reverendíssimo P. Antonio Pereira. [...] Lembra-se opportunamente este prudente Redactor, de ajuntar as notas precisas, que illustrem as expressões vehementes de Gerson, advertindo a diferença dos tempos. Outras vezes desculpa os erros do piedozo Cancellario, nem deixa de accuzar como critico, o que nelle he digno de censura. Estas conciderações me obrigão a qualificar estes dois compêndios por obra muito digna da luz publica, e de que hão de receber grande illustração os que ainda ignorarem quem, e qual seja o respeitável Gerson, cuja sinceridade não pode destruir o grande zelo, e luzes que nelle brilhão. Lisboa em 14 de Novembro de 1768”³³⁰.

Frei Manuel do Cenáculo transfere, desta forma, para o zelo do autor as notas e esclarecimentos que na “primeira censura”³³¹ queria ver colocadas na obra. Seja por necessidade de preservar o colega, seja pelo desejo de resguardar a Mesa de “escândalo” de apontar defeitos à obra de um dos seus decisores, ou por mister de proteção pessoal, motivado por um reconhecimento do poder de um figura como António Pereira de Figueiredo, a verdade é que a cautela marca o procedimento do prelado. A dureza das censuras e as demonstrações de força por parte da Mesa conhecem cambiantes consoante a personalidade examinada, como neste caso.

Da mesma brandura não beneficiou, por exemplo, o bispo de Coimbra quando viu avaliada a sua pastoral manuscrita. Não possuímos a censura à obra, mas antes a sentença final da Mesa, publicada em edital, datada de 23 de dezembro de 1768 e assinada por várias personalidades, entre as quais frei Manuel do Cenáculo³³².

A sentença é extremamente dura nas críticas apontadas ao trabalho do prelado Conimbricense, determinando que o dito papel fosse queimado, com pregão, na Praça do Comércio em Lisboa. Acusa-se o seu autor de ceder às “maquinações dos Jesuítas” com o desígnio de colocar em causa a autoridade da Mesa. É acima de tudo uma manifestação de autoridade face ao “partido” oposto, procurando demonstrar onde residia o poder e “quem se deveria subordinar a quem”.

O edital classifica esta pastoral como uma cópia das maquinações dos Jesuítas já intentadas contra Afonso VI, tendo como objetivo escandalizar os povos, através de exortações patéticas e danosas. Defende-se que a pastoral compele as pessoas a não crerem na ciência do governo, exortando-as a respeitar, acima de tudo, a palavra dos bispos no que respeita aos livros que podem ler. Analogamente, afirma-se que o trabalho do bispo de Coimbra tenta instigar os ânimos contra a separação e a atribuição a “César o que é de César” e a “Deus o que é de Deus”, procurando estimular o ódio entre a Igreja e o Império e a rebelião contra o poder legislativo do Rei, desprezando as leis que este estabeleceu.

Os argumentos utilizados para sustentar a dureza desta decisão são de natureza diversa, abundam acusações de conluio com a malícia dos Jesuítas, acusados de instigaram tais ações, tendo por objetivo colocar em causa quer a autoridade do Rei, quer a autoridade da própria Mesa que era quem, por decisão Régia, detinha o poder de proibir ou permitir determinados livros. Sentindo-se atingida na sua autoridade a Mesa volta a dar uma demonstração de força, impondo um sentença dura que é, de acordo com o defendido pelos seus membros, a resposta necessária em face da provocação consumada pela dita Pastoral. O bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, é acusado de procurar gerar discórdias, de falsidade nos argumentos utilizados, de atentar contra a autoridade da Mesa e do próprio monarca, de não cumprir as determinações da lei a propósito da publicação de Papéis e até de contribuir para divulgar livros já proibidos, que nem sequer eram conhecidos em Coimbra, mas que por via da publicação desta desafiante Pastoral foram tornados públicos³³³.

Esta sentença revela, acima de tudo, a face política que a censura assume nesta altura. É, como defende Fernando Machado, a manifestação de “um poder político demasiado forte para ser contrariado”³³⁴, e enquanto tal assume-se como um forma de exteriorizar a força desse poder, não admitindo qualquer tentativa de colocar em causa essa autoridade. É também mais um testemunho que a maior ou menor dureza das decisões censórias conheceu cambiantes. Essas *nuances* prendem-se muitas vezes com questões de natureza política, as quais marcam diferenças significativas na forma como determinada obra ou autor eram considerados.

A natureza política de algumas das condenações, ou pelo menos a necessidade de sustentar algumas das decisões no prejuízo causado ao próprio Estado pela circulação de algumas obras, parece dimanar similarmente de outros editais contendo sentenças ou cartas de lei sobre alguns escritos, que se encontram na Biblioteca Pública de Évora. São os casos da sentença em relação ao *Memorial sobre a seita do Sigilismo*³³⁵ e da *Carta de Lei em relação às Máximas da Bula da Ceia e Índices expurgatórios*³³⁶.

No caso da primeira, o *Memorial sobre a seita do Sigilismo*, a decisão da Mesa, tomada e em dezembro de 1769. Assinada

por várias figuras, entre as quais frei Manuel do Cenáculo, determina que os referidos livros fossem entregues no prazo de trinta dias na Secretaria da Mesa, proíbe a circulação e posse de tais livros e impõe que as proposições contidas nessas obras sejam riscadas em quaisquer outras que não estivessem incluídas naquele relatório. Estabelece ainda a necessidade de realizar devassas anuais para verificar essa situação e a pena de prisão no Limoeiro para quem ousasse transgredir nesta decisão. As motivações apontadas para sustentar esta decisão anunciam a necessidade de fazer a defesa de matéria de culto, apontando para o facto de serem livros que defendem teorias que favorecem e sustentam a relaxação do Sigilo Sacramental. Analogamente apontam para razões de natureza política, defendendo que estas obras “ensinam muitos outros enormes e perniciosos erros” que seriam “ofensivos à Religião e ao Estado”³³⁷. O prejuízo ao Estado assume-se também como determinante para a proibição, para além da gravidade dos factos e dano para a própria Religião.

No caso das *Máximas da Bula da Ceia* [...], a Carta de Lei é de dezembro de 1769, nela são proscritos todos os livros que contém estas Máximas, cujos títulos se identificam, num total de dezasseis. A sustentação da decisão baseia-se em argumentos que se prendem com a necessidade de “preservar os fiéis vassallos dos abismos, ilusão, engano no qual os promotores de tais máximas pretenderam precipitá-los”³³⁸ e no facto de tais máximas estarem contidas ainda em vários livros que estavam espalhados no reino. O caso assume aqui uma natureza claramente política, que se prende com os confrontos com os Jesuítas e com a apologia que estes faziam, na Bula da Ceia e Índices Expurgatórios, da jurisdição exclusiva do Papa em determinados domínios no campo da censura. O poder pombalino, que se afirmava e reclamava a soberania do poder temporal sob estes assuntos, não podia aceitar a sua circulação de escritos que constituam afrontas à sua autoridade.

Prosseguindo na apresentação das características das censuras assinadas pelo bispo de Beja, constata-se que é no Arquivo da Torre do Tombo que encontramos a maioria das censuras que elaborou. Estas encontram-se repartidas em três caixas do fundo da Real Mesa Censória³³⁹, e estão distribuídas cronologicamente desde julho de 1768 a março de 1771³⁴⁰, num total de vinte e sete censuras³⁴¹. No seu conjunto, estes documentos contém um total de setenta e seis exames de obras, verificando-se que, por vezes, cada uma dessas análises contém mais que um livro avaliado³⁴².

A leitura dos exames feitos por D. Frei Manuel do Cenáculo a esses livros permitiu-nos encontrar obras aprovadas, obras reprovadas e também obras aprovadas condicionalmente. Encontramos ainda dois casos indefinidos, um em que não conseguimos decifrar pela caligrafia apresentada se a obra está aprovada ou reprovada³⁴³, outra em que frei Manuel do Cenáculo não aponta uma decisão final, deixando-a à consideração da Mesa³⁴⁴.

TEMPOS, SABERES E INFORMAÇÃO

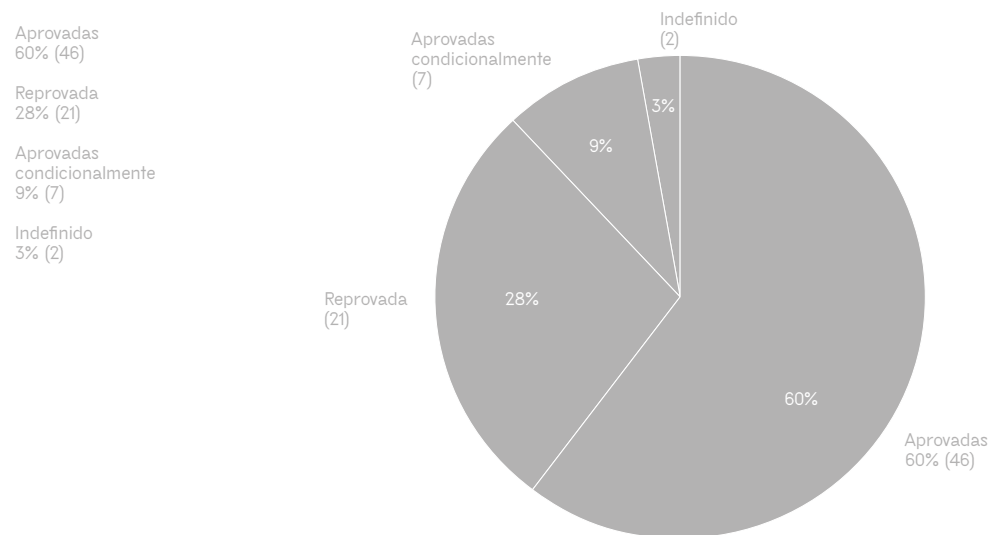


Gráfico 3
Distribuição da % das
obras reprovadas e
aprovadas nas censuras

Fonte: A.N.T.T. Censuras de
frei Manuel do Cenáculo,
op.cit

A distribuição percentual das aprovações e reprovações procura espelhar-se no gráfico seguinte: **[Gráfico 3]**

A maioria dos exames realizados por frei Manuel do Cenáculo resultou na aprovação das obras avaliadas, que representam um total de 60% do total, às quais se juntam mais 9% que representam obras aprovadas, mas às quais se impuseram condições e alterações. Menos de 30% dos exames resultaram em reprovações, sendo que as restantes são as obras indefinidas acima identificadas.

Nem sempre os documentos analisados contêm informação pormenorizada acerca dos motivos que sustentam a decisão, verificando-se que, por vezes, não há sequer qualquer referência a esses motivos. Isso acontece essencialmente nas obras às quais é concedida aprovação, sendo que esse beneplácito tanto pode reportar à impressão, como à licença para correr e permissão de venda e posse.

Centrando a nossa atenção nas obras que aprovou constatamos que, muitas vezes, o texto da censura apenas inclui uma pequena anotação acerca da inexistência de aspetos que embaracem a impressão ou a circulação. A censura à obra *Conclusões Theologicas*, do Padre frei José Annes Vela, ilustra-o exemplarmente. Com efeito, no seu texto apenas encontramos a seguinte anotação: “Tratam da Esperança Teológica e não contém coisa alguma que lhe embarace a impressão”³⁴⁵. Analogamente, a obra *Devocion a La Vierge*, de Bourdon, apenas fornece a seguinte indicação resumida: “não contém nada que embarace a venda”³⁴⁶.

Ainda que muitas das obras autorizadas não possuam indicações pormenorizadas acerca dos motivos que levaram frei Manuel do Cenáculo a aprovar tais documentos, nem sempre isso acontece. É também possível encontrar menções elogiosas aos méritos da obra, ou rasgados elogios aos seus autores.

AS FACES DE CENÁCULO

Exemplos ilustrativos dessa aprovação elogiosa são as análises aos *Dois tratados que pretende imprimir Francisco Costa*³⁴⁷, os quais, afirma, merecem licença pela sua excelência. Nada melhor de que vislumbrar a própria apreciação do Bispo: “O 1º volume é uma tradução do Elogio Histórico do papa Bento décimo quarto feito pelo Marques de Caraccioli. O nome deste Autor aprova as suas composições e a tradução é excelente. O 2ª opúsculo são observações Físicas em três discursos sobre bichos que roem as madeiras dos navios sobre agua salgada e agua doce que se embarca, e o Tratado dos ventos traduzidos do francês: são bem traduzidos e noticiosos”³⁴⁸. Nesta perspetiva, a obra é apreciada como um excelente tradução e prezada também pela vertente informativa que possui. Note-se que, a consideração expressa na censura acerca da qualidade da tradução, documenta um bom domínio de francês por parte de Cenáculo.

Outro exame que concede louvores às obras analisadas é o que diz respeito às *Obras da Igreja Católica Holandesa*³⁴⁹, que se considera “digno de publicação”. Vejam-se as próprias palavras do censor:

“Afflicta a Igreja Catholica de Hollanda renova o costume, que por alguns séculos practicarão os Bispos nas cartas circulares, que se escrevião mutuamente. A consternação, a que a Curia Romana desde o princípio deste Século tem reduzido aquella Igreja, não querendo reconhecer os seus legítimos Pastores, he o que a obriga a exercitar todos os meios de fazer conhecer a sua Fé, a sua Legitimidade, para que deste modo não se conceba na Europa escândalo dos seus procedimentos, vendo-os contestados na Cúria Romana. [...] Nesta Real Meza sabe-se a natureza de semelhante contestação, que faz desde o princípio deste século hum assumpto particular das Novas Publicas da Historia da Igreja, e dos conhecimentos dos sábios [...] Quanto ao merecimento dos escritos, de que trato, se refundem em provar a Pureza da Igreja de Hollanda Catholica Romana, [...] A maneira com aqueles prelados expõe, e advogão a sua cauza he muito sabia, prudente, e bem consultada. A Razão, os Conselhos dos varões Mestres, os Bons Exemplos, os Santos Canones, e as Sagradas Escrituras são os Fundamentos que allegão com huma narrativa forte, christã, e acompanhada de huma persuasão, a que não se pode resisitir.”

Note-se o esforço de, nesta censura, escrita por frei Manuel do Cenáculo e assinada em conjunto com os deputados frei Francisco Xavier de Santa Ana e frei Inácio de S. Caetano, se aplaudirem os esforços da Igreja Holandesa em se fazer ouvir, contra a consternação a que foi reduzida pela falta de reconhecimento na Cúria Romana³⁵⁰.

Obra que merece, analogamente, rasgados elogios é a *Demonstração Teológica*³⁵¹, cujo exame se encontra numa censura datada de 13 de fevereiro de 1769³⁵²:

“A Demonstração Theologica Canonica Historica, [...] dirige-se a mostrar o Direito dos Metropolitanos de Portugal para confirmarem, e mandarem sagrar os Bispos sufraganeos nomeados por sua Magestade [...] Estes Assumptos, e os Pontos com elles connexos [...] são dignos de se occuparem na sua Confirmação todos os que se prezão de verdadeiros Theologos e vassallos Fieis [...] o Autor cheio das notícias mais recônditas, várias e sobministradas com abundância. Elle fecunda a Materia com as noções dos Attributos inseparáveis da Magestade, como são o Direito de nomearem Bispos: a Autoridade sobre os bens temporaes, ainda Ecclesiasticos: a obrigação de restituir os cânones à sua observância. Os assumptos são delicados, e de suma gravidade: porem todas estas coizas são revestidas das notícias dignas de quem tem versado os Autores de reputação e crédito estabelecido. Nestas matérias de disciplina não acho coiza contaria à fé, aos bons costumes.[...] Portanto sou de parecer que se conceda licença para se imprimir.”

A sentença, escrita por mão de frei Manuel do Cenáculo é, tal como a anterior, assinada pelos mesmos três deputados. Nesta se expressa, uma vez mais, a concordância de Cenáculo face à afirmação do poder político e da soberania temporal que se processa em tempo de Pombal. Não se vislumbra qualquer crítica às políticas defendidas, mas antes uma anuência à doutrina que se desenvolve na época.

Como já referimos, nem sempre as censuras são ricas em informes acerca dos motivos que levam à aprovação das obras, embora haja exemplos de obras às quais são feitas apreciações mais pormenorizadas. Os motivos que levam à apreciação positiva podem variar, desde o lacónico “não contém nada que obste à sua publicação”, até a considerações sobre a valia da matéria defendida, a pertinência dos escritos, a madureza do pensamento do autor, a justiça e retidão da matéria defendida, a qualidade da tradução, entre muitos outros. Como seria de alguma forma expectável, há uma grande permissividade em relação a escritos políticos como os de António Pereira de Figueiredo.

Nem todas os escritos examinados pelo bispo de Beja obtêm uma aprovação total, há alguns que apenas alcançam uma permissão condicional. Essa aprovação limitada tanto pode referir-se à impressão da obra, como à sua posse, sendo que há algumas que merecem aprovação, mas cuja licença apenas é concedida a um grupo restrito de pessoas.

Exemplo ilustrativo dessas obras “aprovadas condicionalmente” é o *Elogio Fúnebre de Jozé Francisco da Cruz*, de autoria de Rogério Barbuda Teles. Numa censura datada de 13 de outubro de 1768,

este escrito obtém permissão de circulação, mas com limitações, impondo-se a supressão de determinadas passagens. Frei Manuel do Cenáculo aponta exaustivamente quais as passagens a corrigir e diz que o alvo deste Elogio o merece, sendo por isso de opinião de que a obra se publique, com as devidas correções.

Apresentamos, na transcrição seguinte, quais as alterações propostas por frei Manuel do Cenáculo:

“Pag. 8 fallando da cidade da Bahia diz; *o abominável, e ali radicado vicio da ambição: e ali radicado* deve riscar-se, porque não será tão geral o verificativo, nem há necessidade de nos infamarmos em hum Escrito Publico. Pag. 10 *Que El Rey N^a Sr. não quis deixar em ingrato silencio as acções de J. Fr.co:* risque-se a palavra ingrato, porque os soberanos callão por motivos, e não por ingratidão. Pag. 14 diz que a Fabrica da Seda he de interesse à Nação, e nocivo aos Estrangeiros: risque-se a palavra *nocivo aos estrangeiros:* porque não leiam elles no impresso que o interesse nacional parte de intenção maligna para elles, quanto a resultas negativas da boa economia não são intentadas por esta: e quando haja sem prejuízo não se faz necessário incucalo. Pag. 18 e 19 Fallando da Aula do Commercio, uza a respeito de J. Francisco da Cruz das palavras= fazendo fundar o edificio= os Estatutos que elle forma, e El Rey honrou com a sua approvação= tutelar = fazendo erigir novos empregos. He certo que aquele ministro trabalhou com vigilância, estímulo e desempenho, porem aquellas expressões devem-se ao Soberano: pelo que deve refundir-se este parágrafo. Pag. 24 e 37 uza das expressões cega obdiencia: desagrada a palavra *cega*, porque era obediência illuminada. Pag. 41 uza de hum parenthesis inintelligivel, como he ter o seo coração hum abundante auxilio prévio preparativo para disposição dos eternos mas terrenos negócios. Deve explicar-se, ou riscar-se todo este parenthesis e paragrafo. Pag. 42 que a falta daquelle Ministro foi tão premeditada no Ceo = devem retirar-se as palavras *tão premeditada no ceo*, o que inculca huma providencia particular, que não devemos entender neste cazo. Pag. 45 diz: das suas Religiozas paixões= basta que diga inclinações Pag. 47 que os homens lhe devem pagar com lhe mortificar o seo nome: creio que he engano dramauense; mas deve riscar-se a palavra para lhe subrrogar outra que seja própria”³⁵³.

Note-se que o bispo revela uma leitura atenta do escrito que analisa, propondo, alterações e supressões que revelam um conhecimento aprofundado da obra e assuntos que esta trata. Saliente-se também que, em muitas das correções sugeridas, sobressai uma preocupação de louvor da política e decisões do monarca, procurando fazer a sua defesa e limitar quaisquer alegações que retirem ao poder real o mérito da prossecução de determinadas medidas.

A obra *L'erudition complete par le Baron de Biefeld* obtém, similarmente, uma aprovação condicional determinando-se, na censura realizada,³⁵⁴ que o acesso à obra fosse limitado a pessoas autorizadas pela Mesa. Vejam-se os argumentos utilizados pelo prelado:

“He obra muito instructiva para principiantes: mas por isso mesmo não se deve facilitar a gente moça: porque he hum Autor sábio diggerindo huns Rudimentos Eyclopedicos porem com pena de protestante. [...] no tomo 1º pag. 100 a vida Monastyca he contraria à sabedoria, e santidade de Deos: que a confissão e absolvição são invenções modernas: que os concílios geraes não são infalíveis, tomo 4º pag. 267. Na pag. 255 sente mal da Antiga Disciplina Publica, e assim coizas semelhantes. Pelo que sou de parecer que somente se consinta a obra às Pessoas a quem a Meza o permitir.”

Frei Manuel do Cenáculo admite a valia da obra e do seu autor, no entanto, considera-a perigosa para os “mais jovens”. Nessa perspectiva, considera que só aqueles a quem a Mesa concedesse licença deveriam aceder a este escrito.

Outro exame que apenas concede uma aprovação condicional é o que analisa a obra *Comentários à Sagrada Escritura*, à qual se concede uma licença limitada, circunscrita apenas a algumas pessoas. Na censura, datada de 5 de junho³⁵⁵, frei Manuel do Cenáculo reconhece a erudição revelada pelo autor da obra, contudo, identifica-lhe uma certa afinidade com as máximas ultramontanas. Propõe, por isso, que à obra seja anexa uma folha informativa onde se “afirme a índole do autor” e que a Mesa só permita a sua consulta a algumas pessoas. Vejam as suas próprias palavras:

“O espirito de Salmeron nos seus vastos Commentarios à Sagrada Escritura, que he obra de que agora trato, he de ser hum Autor extremamente assicto ás Maximas Ultramontanas, e como tal reprovado onde quer que ellas são impugnadas. Não pode duvidar-se que he erudito, e que trata os assumptos com clareza. E ainda que seja prolixo com enfado, e por outra parte esteja bem provida a republica Literaria de Obras, em que se contem com melhor methodo, e critica os assumptos, que disputa Salmeron: comtudo ou seja pelas boas qualidades, que nelle há, ou porque deva ser concluído entre os Doutos no bom, e no mão, parece justo não ser proscripto absolutamente; e que deve haver nas Bibliothecas mais distinctas esta collecção de dezasseis tomos em oito volumes. [...] Portanto sou de parecer que no principio da obra se affixe huma folha, em que se declare a índole do Autor: e que se especifiquem as proposições apontadas, declarando que elle por força do seo systema repete outras semelhantes proposições, comprehendidas debaixo

da mesma censura. Parece mais que ainda com esta cautela so se permita esta obra as Pessoas que a Meza julgar proporcionadas para selles conceder licença: e que sejam riscadas as passagens da obra, que contiverem a doutrina dos Monarchomacos.”

O bispo de Beja parece revelar uma certa tolerância, reconhecendo ao autor e obra alguns méritos, considerando-o erudito e claro na forma como trata os assuntos. Por isso defende que, embora identifique neste escrito uma afinidade com as máximas ultramontanas, não lhe parece justo proscrever na totalidade tal obra, que deverá compor a coleção de “bibliotecas distintas”. Cenáculo revela muito cuidado de análise apontando sistematicamente as passagens da obra que lhe parecem dignas de cuidados e as correções necessárias, patenteando uma grande erudição e uma leitura aprofundada da obra sobre a qual realiza a análise. A questão política aparece, uma vez mais, como suporte para os reparos à obra, embora aqui se manifeste uma certa condescendência.

Como bem sabemos Cenáculo defendeu, nas suas próprias obras, um acesso condicionado aos livros. Esta censura vem confirmar essa constatação, e embora o bispo de Beja reconheça a erudição deste escrito, encontra nele doutrinas e afeições que o preocupam, defendendo por isso que apenas possam aceder à obra algumas pessoas “providas”, capazes de se defenderem das máximas ultramontanas.

Um outro exemplo de uma obra à qual foi concedida uma licença condicional é a *Tradução do Tratado da Igreja*. A censura, datada de 8 de janeiro de 1770, determina que a obra em si tem licença, mas a introdução que lhe foi acrescentada pelo tradutor não a merece por ser imprudente e mal feita. Vejam um pouco dos argumentos utilizados pelo bispo de Beja para sustentar a sua decisão:

“A traducção do Tratado do Estado da Igreja e Poder Legitimo do pontífice Romano [...] merece licença de impressão, tanto pelo assumpto, como por ser bem feita. [...] Traductor lhe accrescentou huma Introducção prévia [...] em grande parte alheias do assumpto principal, não me parece se devem imprimir. [...] Escritos, que, ainda contendo verdades, perdem pelo modo a decência: e muito mais quando o compêndio sobredito contem unicamente os defeitos, que quando a necessidade, e sinceridade da Historia peção que elles sejam referidos nas Pessoas Maiores, devem hir enlaçados com outras virtudes suas, que dêem tom civil á historia; e o contrario parece huma espécie de raiva [...] E como esta Meza tanto deve zelar a verdadeira doutrina dos Direitos da Espiritualidade; e Temporalidade como evitar as maneiras imprudentes de os historiar e sustentar sou de parecer que concedida a licença para a obra não se dê para a Introducção inteiramente.”³⁵⁶

Frei Manuel do Cenáculo aprecia positivamente a qualidade da tradução da obra, reconhecendo-lhe qualidade. Defende por isso a sua publicação, atendendo tanto à importância do assunto, como à qualidade revelada na tradução. Contudo, a introdução que foi acrescentada à obra não lhe agrada na forma e conteúdo. Anota detalhadamente a forma imprudente como falou de determinados assuntos e considera que, apesar do mérito da obra, só a tradução em si merece licença, a introdução deverá ser suprimida.

Sobressai, também nesta análise a erudição do bispo de Beja, o qual conhece as obras que analisa detalhadamente. Nem sempre os “defeitos” que aponta o fazem proscrever a obra em absoluto, em casos como o da última censura que apresentamos, defende apenas a supressão de partes. Nesse sentido revela uma certa “tolerância” que não o fazem “enviar para a fogueira”³⁵⁷ tudo quanto “indicie doutrina contrária”. Não obstante, evidencia-se similarmente a faceta de um censor que recorreu ao corte e supressão de passagens dos livros, à sua “adulteração” mediante os critérios censórios. A sua paixão pelos livros subordinou-se a esses critérios, à necessidade de controlar ideologicamente os escritos que circulavam e por muito que “amasse os livros”, ao que parece, no seu entendimento, a “fidelidade ao original” teria de se subordinar à “ordem político-religiosa” que defendia.

No que concerne a interdições de livros, Cenáculo também proibiu a circulação de alguns escritos que analisou.

Tal como seria expectável, é nas obras reprovadas que encontramos maior dureza por parte de frei Manuel do Cenáculo, ainda assim, conseguimos encontrar um exemplo de uma obra reprovada, à qual foram apontadas correções necessárias e se admite uma aprovação posterior do escrito, assim que as correções fossem todas realizadas.

Nas censuras elaboradas por Cenáculo a primeira reprovação que encontramos é a das *Conclusões de Lógica*, do Padre Valentim de Bulhões, cujo exame é datado de 28 de julho de 1768³⁵⁸. O escrito merece censura dura por parte do prelado, na sequência da qual a Mesa acabará por ordenar a prisão do seu autor.

Frei Manuel do Cenáculo começa por defender que o autor destas Conclusões quis “satisfazer-se de um sistema errado, pernicioso, e com o qual destrói tudo quanto é louvável nas suas conclusões”, atirando-lhe o ónus de merecerem uma “censura muito acre”. De seguida, expõe pormenorizadamente, quais as proposições que em seu entender estão erradas, rematando a apresentação com considerações bastantes duras, mas nada melhor que atentarmos em algumas das expressões que utiliza:

“Todas estas proposições são erros condenáveis por muitos títulos. Isso he estabelecer o Pyrrhonismo: he induzir o fanatismo: he raiz de consequências funestas.[...] Fiz todos os esforços de varão prudente para diminuir a estranheza, que devem causar sem duvida estes paradoxos; e ainda,

se possível fosse, para dezenganar-me de que não o erão. [...] Porem não posso sustentar estes arbítrios da prudência; e rezolvo, segundo a tenuidade das minhas Luzes = que tudo quanto o Autor escreve de Louvável se desconcerta pela escabrozidade das proposições, que deixo referidas [...] Passo pois a dizer que as proposições denunciadas são temerárias [...] A doutrina destas proposições prepara, ensina, e confirma o espírito da indocilidade para negar as verdades claras em qualquer assumpto: e para contradizer os axiomas notórios, e os princípios demonstrados, pelos quaes se governa o mundo Sábio, Politico, Fisico, e Religioso. Ella arruína as sciencias pela raiz. O nome Sciencia já he inútil. Estabelecida huma vez a lincença de duvidar de tudo [...]”.

O prelado tece considerações muito duras, arguindo que o que o autor arruína a própria ciência. Na sequência destas apreciações, a Mesa acabará por determinar que, em face da gravidade do que é defendido nas conclusões deste professor de Filosofia da Real Casa das Necessidades, se impõe uma atuação dura, que passou pela deliberação de o retirar do cargo de professor, considerando-o um herético. Analogamente, a Mesa decide determinar a sua prisão, pela forma que se transcreve de seguida:

“reduzindo-se o dito Heresiarca a hum cárcere perpetuo do qual não possa communicar o seo contagioso veneno: sequestrandose no mesmo acto da sua acautelada, e oculta prizão todos os papeis que lhe forem achados: sendo logo queimados muito particularmente as postilhas, e papeis dogmáticos, que lhe forem achados, sem delles ficar algum vestígio: recolhendose pello rol de matricula as outras postilhas, que se acham nas mãos dos discípulos daquele perniciosos mestre: fazendo Sua Majestade avocar ao Supremo conhecimento do Concelho Geral este gravíssimo negócio, para assim ficar reduzido á noticia de menor numero de Ministros, e para que nelle se proceda de plano, e sem o estrépito judicial dos meios ordinários, que neste caso teria os funestos inconvenientes acima referidos”³⁵⁹.

A Mesa reconhece a necessidade de uma atuação dura e defende que tais papéis sejam destruídos contudo, deseja evitar o escândalo público que poderia, no entendimento dos membros da Mesa, surgir se o julgamento fosse feito pelos “meios comuns”. Parece estar assim a tentar dificultar a divulgação das doutrinas deste condenado, entendendo que a comunicação publica do julgamento, apesar de conduzir os heréticos à desgraça, acaba por dar a conhecer as suas proposições. Nessa perspectiva decide alterar os costumes, propondo ao procurador da Coroa uma atuação diferente. A aprovação para que o procedimento defendido

pela Mesa prossiga acabará por surgir por Despacho Real, sendo confirmada a prisão do padre Valentim.

A 18 de agosto de 1768 surge mais uma análise do bispo de Beja que resulta em proibição. Trata-se de uma censura³⁶⁰ onde se “reprova em absoluto” o opúsculo *Adversus quorundam expostulationes contra nonnullas, Jesuitarum opiniones morales* do mestre Amadeo Gaimenio.

O documento não é muito rico em informações acerca das motivações da reprovação, merecendo apenas o seguinte comentário por parte do prelado: “Este livro contém doutrina escandalosa e detestável, e como tal já foi condenada pela Faculdade de Teologia de Paris”³⁶¹. O comentário é pouco desenvolvido, a doutrina é considerada escandalosa e reprovável, mas pouco mais se acrescenta.

Apesar de a censura ser algo lacónica, não parece estranha a forma dura como frei Manuel do Cenáculo decide que a “reprova em absoluto”. Note-se que é uma censura de uma obra de um teólogo jesuíta, de seu nome Mateo de Moya que, sob o pseudónimo de *Amadeus Guimenius* publicou, em latim a obra com este título. Esta publicação em latim é a reedição da obra que primeiramente publicou em espanhol, com o título *Ladreme el Perro y no me muerda*, publicada em 1653, também sob um pseudónimo – Juan de Aguila. A obra foi muito discutida, sendo que o objetivo do seu autor seria o de provar, ao longo do texto, que várias opiniões falsas em matéria de moral foram defendidas por alguns Jesuítas, mas que os inimigos destes as atribuíam em geral e a todos eles. Procura também defender que aquelas opiniões falsas haviam já sido ensinadas por teólogos mais antigos³⁶². Num contexto de expulsão dos Jesuítas do país, a quem eram imputados os males que nos afetavam em termos de fraqueza da Ilustração, responsabilizando-os pelo atraso português, uma obra onde se defendia que nem todos os Jesuítas defendiam falsas doutrinas não seria bem acolhida.

Com a mesma data temos também o exame à obra *La Philosophie du Bon sens par Le Marquis d'Argens*. A censura do prelado Pacense³⁶³ determina que esta deve ser suprimida com o seguinte argumento: “Esta obra é douta e contém boa crítica, porém é escrita em tom irónico, em frase que conduz o leitor à incredulidade do que é falso e do que é verdade. Os objectos sérios, e os que são dignos de reprovação estão igualmente sujeitos na pena deste autor á irrisão.”

No mesmo sentido vai a sentença dada à obra *Les Maurs*, a censura, datada também de 18 de agosto³⁶⁴, defende a supressão. Os argumentos utilizados são os seguintes: “O livro sempre teve a reputação de perigoso, e com tal mereceu a proscricção, por conter uma filosofia livre e muitos erros de moral”.

Similarmente parca em informações é a censura³⁶⁵, com a mesma data da anterior, à obra de Jean Jacques Rousseau, *Letres de deux Amantes*, em três volumes, a qual Cenáculo determina que deverá ser

suprimida, considerando: “São livros abomináveis, impuríssimos, provocativos de corrupção e que devem ficar suprimidos”.

A 1 de setembro volta a analisar obras diversas de Rousseau que recebem a reprovação por parte do prelado. A censura³⁶⁶ é também frugal em informações, sendo que frei Manuel do Cenáculo sustenta da seguinte forma a reprovação: “Contém assuntos, e coisas que podem ler-se, porém deve impedir-se o curso pelo Tratado *Da origem e fundamentos da desigualdade entre os Homens*, no qual estabelece uma filosofia reprovada, e bem conhecida por tal.”

Globalmente, a avaliação das obras de Rousseau é negativa, ainda que nesta última o bispo de Beja admita que alguns escritos deste autor contém assuntos que podem ler-se, merecendo reprovação total o *Tratado da Origem e fundamentos da desigualdade entre os Homens*.

Não consideramos esta rejeição à obra de Rousseau surpreendente. Essa desaprovação também se identificou nas próprias obras que frei Manuel escreve. Subscrevendo Fernando Augusto Machado³⁶⁷, na sua análise sobre a circulação das ideias de Rousseau no nosso país, é possível encontrar, nas obras de frei Manuel do Cenáculo, alusões críticas a ideias defendidas por este autor. É o que acontece em pastorais como a *Instrução ao Clero e Ordinandos*³⁶⁸, onde acentua a necessidade dos Estudos Sagrados da Revelação e da Filosofia Moral para ajuizar com critério acerca das falsas ideias da natureza, liberdade e independências dos homens³⁶⁹, ou nos escritos sobre a *Piedade Cristã*³⁷⁰, onde argumenta que “o homem natural que os Filósofos pintão de meio perfil, e unicamente o tomão no estado em que gozasse de Natureza benigna, he hum conceito mental para enganar meninos”³⁷¹. Constata-se assim que, apesar de a censura ser parca em informações, frei Manuel do Cenáculo conhece bem a obra de autores como Rousseau. Nessa perspectiva, não será por desconhecimento da matéria a censura a estas obras é apresentada de forma tão reduzida. O que o terá motivado a incluir tão pouca informação nestas censuras, quando noutras faz um exame detalhado e um combate quase “ponto por ponto” às ideias nestas defendidas? Admitimos que a necessidade de atuação rápida por parte da Mesa e o conhecimento de proibições idênticas de outras obras do autor tenha influído na decisão de o proibir³⁷². Ou, quem sabe, a preocupação em não contribuir, através de uma censura muito detalhada, para a divulgação do pensamento de um autor que o próprio bispo classifica como de “tentador”³⁷³. Sublinhando as conclusões do autor que temos vindo a citar, a avaliação desta censura, na qual se considera de “todos bem conhecida” a proibição à obra de Rousseau, evidencia que frei Manuel do Cenáculo “não duvidava já, em 1768, da divulgação entre nós do pensamento socio-antropológico do genebrino, lido pela via da perigosidade”³⁷⁴. Da mesma data encontramos a censura³⁷⁵ a outra obra do genebrino Rousseau³⁷⁶, trata-se

da obra *Julia ou Nova Heloysa*, à qual tece o seguinte comentário: “Deve suprimir-se pela sua petulante insolência e activíssima para irritar e precipitar a concupiscência”. Conforme aponta Fernando Machado, trata-se da segunda censura do prelado ao mesmo escrito, a primeira, da qual já demos nota acima, é de 18 de agosto ao título da edição original *Cartas de dois Amantes*, a segunda é esta, datada de 1 de setembro, enquanto *Julia, ou a nova Heloysa*. O argumento utilizado para a supressão, é puramente moral, considerando-se a obra indecente e indutora de concupiscência³⁷⁷.

Também em 1 de setembro são proibidas as obras *Dissertações sobre a união da Religião, da Moralidade e política* e a obra *Phisique de L'Écriture Saint*³⁷⁸. O argumento utilizado pelo prelado para a proibição da primeira é o seguinte: “Dissertações extraídas das obras de Marburthon, em francês, em dois volumes. Esta obra contém coisas excelentes, mas não deve correr pela paixão com que o Autor pugna pela tolerância de diversas Religiões nos Estados, como pode ser visto no tomo 2º pagina 227.” Como podemos depreender, reconhece-se à obra qualidade nalgumas das suas proposições, contudo a forma apaixonada como o autor defende a tolerância entre as diversas religiões não é bem vista, motivando a supressão. Quanto à obra *Phisique de L'Écriture Saint*, o argumento de frei Manuel do Cenáculo é o seguinte:

“Deve reprovar-se, o autor quer filosofar com liberdade e perde-se no abismo da Filosofia Oriental. Os seus sentimentos acerca da alma são erróneos: tem o sabor do “Spironismo e Elylosismo” porque supõe um fogo universal, de que as almas são feitas, e na suposição de que elas são fogo, discorre frequentemente, como nas páginas 51, 59, 68. Outras proposições escreve mais o autor, que lhe merecem a reputação de temerário: porém sobra o que deixo apontado para ser proscrito.”

Cenáculo não é muito extenso nas considerações que tece. Indica alguns motivos pelos quais entende suprimir a obra, apontando para a existência de muitos mais que se coíbe de referir por entender que os que apresenta bastam.

A *Cartilha do P. Fr. Ignacio, Carmelita Observante* é também analisada pelo bispo de Beja em 1 de setembro³⁷⁹. O prelado mostra-se indeciso quanto à decisão final, por isso, faz uma análise à obra, colocando a decisão final à consideração da Mesa. Vejam-se os argumentos apresentados:

“Não é a cartilha ou catecismo do P. Ignacio Jesuíta, mas também não é peça ajustada com toda a proporção ao seu fim. Ela nada contém que ofenda a fé, bons costumes e o Estado: parece daqueles livros de permissão, enquanto não há outros melhores com a abundância que se faz necessária ao Povo infinito, que carece de ser instruído nos Rudimentos da Fé

e porque a rudeza daquele povo pede alguma condescendência de obras proporcionadas ao seu carácter, não porque estas bastem no mundo católico, que é o sentido com que se tem censurado entre nós a falta de catecismos, mas porque se deve falar ao paladar dos rústicos, sem inconveniente. Contudo se o há nalgumas histórias ligeiras que vêm referidas nesta pequena composição, ainda que não sejam de consequência, deixo à consideração da Mesa, para decidir por este, e outros títulos que se ofereçam, se deve permitir-se ou negar-se a reimpressão.”

Os argumentos utilizados por frei Manuel do Cenáculo evidenciam que, embora o prelado não encontre matéria ofensiva na obra, não encontra, similarmente, mérito suficiente para o fim a que se destina. Expõe a sua indecisão entre permitir ou não, a impressão da obra enquanto não há melhor, colocando a decisão final nas mãos da Mesa.

Finalmente, também em 1 de setembro é analisada, pelo bispo de Beja, a obra *H. Imparziale des Jesuites*³⁸⁰, que é reprovada. Frei Manuel do Cenáculo é bastante duro, considerando que tal obra merece uma qualificação áspera, mas nada melhor do que atentarmos nas suas próprias palavras:

“É obra que merece uma qualificação áspera: é injuriosíssima às Ordens Religiosas e aos seus Santos Fundadores. O fim do seu Autor é confundir os erros dos Jesuítas e as suas pestíferas manobras com o sistema dos outros regulares, e com os sentimentos de muitos sábios não Jesuítas. Bem se percebe o que quer dizer esta política daquele autor nada menos imparcial como ele se quer ingerir: mas erra, e impõe com calúnia. Ele se fatiga e empenha em querer demonstrar que os Jesuítas não foram Autores ao Sr. Rei D. Sebastião para empreender a jornada de África: escreve com pena solta a este propósito o que fica muito bem combatido pela Dedução Cronológica. Discorre do Paraguai Jesuítico falsamente. Enfim merece esta obra ser absolutamente reprovada.”

Mais uma vez o “inimigo da nação” merece uma condenação áspera e clara. Aos Jesuítas, considerados os obreiros do atraso do país, a censura é essencialmente política, não se toleram escritos que de alguma forma possam “branquear” as suas atuações. A política está traçada, o inimigo apontado e identificado, obras que o defendam não obtêm qualquer condescendência.

A 9 de setembro do mesmo ano encontramos mais três proibições³⁸¹. As obras proibidas são a *Theologia Moral de Feliz Potestas*, a obra *Les Soupîrs du Cloître ou Le triomphe du Fanatisme* e finalmente o escrito *L'ami du Peuple*. Quanto à primeira Cenáculo não aponta qualquer razão para além do facto de esta já estar reprovada pela Mesa. No que respeita à segunda, *Les Soupîrs*

du Cloitre ou Le triomphe du Fanatisme, o argumento utilizado é o seguinte: “Epístola dirigida a censurar o Instituto e os abusos dos Jesuítas: porém usa expressões injuriosas a todo o Estado Religioso, como se vê por exemplo logo nos primeiros oito versos. Na página 30 deixa a suspeita de ser o Autor naturalista, como também o faz na página 50, da outra obra anexa a esta, e tem por título: *Epitre a l’amitie*”³⁸². Como se constata, a carta, apesar de se destinar a censurar a conduta dos Jesuítas, fim que merece por si só apoio, não justifica a aprovação pelos meios que utiliza para proceder a essa crítica, sendo injuriosa para todos os religiosos e levantando suspeitas sobre as ideias naturalistas do seu autor. É caso para dizer que nem sempre, no pensamento de Cenáculo, os “fins justificam os meios”, e se a censura aos Jesuítas não lhe desagradaria, a verdade é que esse fim não sustenta, no seu entender, a injúria a todos os outros. No que concerne ao último escrito – *L’ami du Peuple*, as informações acerca da motivação da decisão, por parte do bispo, são bastante desenvolvidas, considerando-se que esta composição deve ser proibida para não servir de exemplo, mas nada melhor do que atentarmos nas próprias palavras do prelado:

“O seu Autor é eloquente, nem Cícero *Pro Domo* fala com mais veemência. O fim do Autor é representar ao Rei de França os motivos porque deve revogar o modo dos impostos que naquele reino se praticam. É certo que as arrecadações dos tributos em França dizem muitos, que é violenta: mas prescindindo do merecimento desta causa, pelo que pertence à França; e se os Povos daquele País estão em estado de queixar-se, não convenho em que haja de correr entre nós impunemente um livro, cujas proposições podem algumas pessoas abusadas interpretar par os seus interesses, a respeito das imposições Santas do nosso País: a saber a definição diminuta que o Autor faz dos direitos de cada indivíduo página 3, a invectiva forte contra os agentes das províncias pag. 5; a suposição de que os tributos são lesões de propriedade; violação das leis primitivas; em infracção da liberdade pg. 7, que não devem pagar para a massa pública os homens que não possuem coisa alguma no fundo, e que não vivem mais que da restituição concedida ao seu trabalho pg. 54: que a maneira de exacções de fiscal cega pag. 64: a censura que faz aos que ele chama satélites do Príncipe, reduzindo a disposição pag. 126 e pag. 292: a propensão extrema a favor do Povo pagina 362. O Autor na página 272 faz diferença das imposições pérfidias, e das regulares; como na página 282 nota a diversidade dos magistrados iníquos, que são parte, e juízes. Porém possa, ou não corar-se quanto o Autor diz, ele tem indecências, e proposições, que não me parece deverem-se divulgar para exemplo”³⁸³.

Para frei Manuel do Cenáculo a obra é eloquente e convence-o relativamente à situação francesa, reconhecendo a verdade dos argumentos do abuso da situação tributária em França. No entanto, o mote da proibição do escrito no nosso país é “prevenir para não ter de remediar”, considerando-se que a obra pode contribuir para levantar, em Portugal, ideias, por parte de “mal-intencionados”, contra os justos cumprimentos dos deveres no nosso país. Dentro dessa linha de pensamento, é preciso proibir, de forma preventiva, um escrito que poderia ser utilizado para servir de “mau exemplo”.

A 19 de setembro encontramos mais uma proibição por parte do prelado, trata-se da obra *Ocellus Lucanus avec dissertations par Le Marquis d’Argens*, a censura³⁸⁴ determina que a obra “não pode correr” com base nos seguintes argumentos:

“Esta obra é consequência de outra composição justissimamente reprovada do mesmo Autor: *Philosophie du bon sens*. Continua pois o autor com a mesma pena irrisória: maltrata, por maltratar, os Sumos Pontífices, página 249 e seguintes: abusa das expressões dos Santos Padres para lhes rebaixar o crédito pag. 142 onde estabelece uma doutrina perniciosa a respeito da concupiscência: toma pretexto de um ligeiro motivo para desdenhar dos Santos Padres e Pontífices, assim: no Prefácio patrocina a causa da incredulidade: o ar de ridículo, que dá às matérias mais sérias o seu carácter: confunde os abusos do voto de castidade com os santos fins deste sacrifício a Deus para maltratar, página 161. Como estas provas são suficientes para a reprovação deste livro, deixo outras, e assino o meu parecer.”

O prelado não aprova a forma como o autor escreve e desdenha dos Santos Padres, tentando desacreditá-los, por isso entende que a obra deve ser suprimida.

No dia 6 de outubro surge nova proibição, desta feita a decisão de não sair a público é tomada em relação à obra – *Epitome Analítico, chronologico da jurisdição e disciplina da Igreja e das Acções dos Papas e Principes que pertencem a esta Matéria, de Francisco de Pina de Sá e Melo*. A censura³⁸⁵ é elaborada de forma detalhada, sendo que frei Manuel defende:

“Contem materia digna de refelexão o Livro seguinte [...] Em huma qualificação geral se pode dar a ideia, que induz á reprovação desta livro. Convem a saber: He hum escrito erudito com frase mordaz: he hum extracto de notícias cavadas toda a História da Igreja como pretexto de fazer odiosos os vícios dos Eclesiásticos; porém descripto com pena superficial, imprudente e satyrica. Não basta que hum Autor diga verdades: he necessário que a narração dellas seja competente, própria, tempestiva, decente, e irreprehensivel. Faltando estas

qualidades no Livro, que se teve a temeridade de apresentar nesta Real Meza, passo a individuar os motivos, porque nelle parece indigno da impressão [...]"

O prelado desaprova a forma mordaz como a obra é construída, considerando que não chega dizer coisas verdadeiras, é preciso que estas sejam ditas de forma decente e irrepreensível, o que considera não acontecer aqui. De seguida enumera os assuntos e afirmações do autor que considera dignas de reparo, apontadas quase numa análise “página a página”, concluindo: “Em conclusão o ar que respira este Escrito he satyrico, e mais para irritar do que para corrigir. O Autor manipulou pelos sumários de várias Histórias o que lhe apreço fazer o seo cazo; e o descreve com pincel caustico, que o inhabilita a sahir a publico.”

Nova proibição surge numa censura³⁸⁶ de 3 de novembro de 1768, onde não se permite o *Oitavo ponto da Conclusão segunda do P. Fr. Manoel de S.to Eleutherio*, utilizando o bispo de Beja o seguinte argumento:

“Este ponto é concebido nos seguintes termos: *corpora damnatorum erun impossibilis passione naturae, erun.tamen possibilii passione ânimos*. Supposto que o dogma das penas externa repartem-se os Theologos se porventura o fogo os atormentará *intentionaliter, vel realiter*. Porem sobre o fogo por acção imediata, ou por adesão da imaginativa, sempre se deve reputar por falso que a natureza não padeça: e por este motivo se deve ryscar este ponto das conclusões.”

Pelo que podemos depreender da análise da censura, que não é rica em muitos mais informes, o que está aqui em causa e conduz à proibição são matérias de foro doutrinal. Não consideramos estranha esta questão, apesar da forte feição de controlo de ideologia política que parece sobressair de algumas das censuras, a matéria doutrinal, de culto e defesa religiosa está, como seria de esperar, também muito presente.

A 13 de fevereiro de 1769 voltamos a descobrir um conjunto de quatro supressões. A censura³⁸⁷ contempla os seguintes escritos: *Cartas directivas, escritas pelo padre Sofronio Ferraz Sepedas*, que merece a seguinte consideração por parte do prelado: “He Mystica tirada de Maria de La Antigua: ensina a ser necessário fazer-se qualquer hum dirigido como hum bordão na mão do P. Espiritual, e outras coisas desta índole que obrigam a faze-lo suprimir”. A obra *Abregé du cours de Religion, Lausanne, 1769*, que obtém a seguinte sentença “He hum catecismo das Igrejas protestantes, que ensina haver só dois Sacramentos, e coizas semelhantes, que bem dezanção ser necessária a sua suppressão”. O escrito *Epitre d’or ou Lettre d’un gouverneur au Père de son eleve, Amesterdam, 1762*, que é assim descrito por frei Manuel do Cenáculo: “He livro que propõe os argumentos

dos Atheos com energia sem que os combata fundamentalmente. O Autor he inimigo dos Ritos, do Estado Monacal, e muito dezordenado nas expressões, pelo que deve suprimir-se”. Finalmente, a última supressão respeita à obra *Manipulos spicarum, em 16º, 1746*, que é assim caracterizado: He huma collecção de doutrinas Moraes, e Mysticas Para o uso dos Jesuítas viajores, tiradas dos Autores da Companhia. Tem algumas doutrinas sans: mas allega algumas epistolas dos geraes com reflexões particulares: pelo que he prudente reservá-la”³⁸⁸.

Na mesma data, a obra *Bibliotheca de Diodoro Siculo, traduzida da lingua latina*³⁸⁹ vê frei Manuel do Cenáculo negar-lhe³⁹⁰ a licença. Ainda assim recomenda algumas correções que, a serem feitas, possibilitariam uma aprovação futura. O prelado reconhece que a obra encerra doutrina útil e tem algum merecimento, embora encontre motivos que embaraçam a sua impressão: “A Materia da tradução he instructiva, porem o Autor tanto pelo estilo de fallar, como pelas reflexões, de que acompanha a tradução, he muito dezagradavel. [...] Elle he erudito, e orna de erudição o seo escrito: porem humas vezes he em tom de Pregador insípido, outras vezes tem hum modo de imaginar muito particular.” De seguida descreve as questões que o preocupam e que devem ser corrigidas, para concluir: “Estas, e outras expressões me obrigão à reprovação da obra: porem como tem seo merecimento, e ficando de algum modo nas formas da Ley de poder estampar-se com correcção, volte emendada no estilo para se lhe conceder licença”. Cenáculo não aprecia a forma como a obra se apresenta, mas reconhece-lhe algum mérito, pelo que decide apontar aquilo que deve ser corrigido, de modo a voltar à mesa e obter licença.

É a 3 de março que encontramos a “última”³⁹¹ reprovação por parte de frei Manuel do Cenáculo. A censura, redigida pelo bispo de Beja, considera que a *Novena de Santa Rita de Cassia* não merece licença pelos seguintes motivos:

“Não merece licença de reimpressão, pelo estilo affectado, ininteligível ao Povo, e alheio de sinceridade, com que devem ser trabalhados semelhantes exercícos. Na meditação 1ª pag. 9 seg. diz que em Santa Rita se anticipou a graça á natureza: que a Santa antes do exercíco da liberdade teve exercícos de amor. A tradução latina do Hynno he huma chansoneta. As jaculatórias são trova, e por estes, e semelhantes defeitos não deve reeimplir-se”³⁹².

Globalmente verifica-se que são vários os motivos que levam frei Manuel do Cenáculo a proibir determinadas obras. Os motivos doutrinários e religiosos ocupam, como seria de esperar um lugar importante, mas sobressai também a “censura política”, que leva à proibição de determinados escritos, sobretudo aqueles que dizem respeito aos Jesuítas. Não são toleradas quaisquer desculpas que

possam contribuir para dirimir, de alguma forma, as culpas que são apontadas aos “inimigos do saber”, incriminados pelo atraso que Pombal e os seus colaboradores reconheciam existir em Portugal. Consta-se, similarmente, que a clareza das censuras diferia significativamente. Havia censuras ricas em informes, onde se fazia a explicitação pormenorizada dos motivos que levavam à aprovação, mas sobretudo à reprovação da obra, existindo, analogamente, outras em que pouco se dizia acerca das razões em que se fundamentou determinada decisão. Neste particular, destacamos as censuras às obras de Rousseau, onde o bispo de Beja não faz uma exposição detalhada das doutrinas do autor. Como bem salienta Fernando Machado, a simplicidade argumentativa e a moderação da sua extensão é comum a algumas das censuras realizadas à obra do genebrino, sendo que muitas vezes estas recusas da sua obra se fundamentam no pressuposto: “o que foi tão repetida e fundamentadamente condenado, condenado está!”. Além disso, Rousseau tornou-se uma referência universal da intelectualidade³⁹³, sendo que, à época, muitas centenas de escritos tendo como objeto de análise a obra de Rousseau surgiam e difundiam-se por todo o lado. Nesta perspetiva, os alvos da censura, os responsáveis pela decisão de proibição e publicitação em edital e os eventuais leitores das obras “dispensavam repetições argumentativas exaustivas e profundas, os consensos na base da curiosidade, da adesão ou da repulsa, estavam genericamente formados e não restava campo à sustentação de polémicas teóricas sobre valorações do autor”³⁹⁴.

No que respeita à dureza das censuras, constata-se que a flexibilidade demonstrada por frei Manuel do Cenáculo também conheceu cambiantes. Dependendo da afinidade intelectual, da erudição demonstrada, da proximidade da figura em “termos políticos” e do desafio à autoridade da Mesa que representavam, as censuras conheceram feições diferentes. Se há reprovações perentórias e bastante “azedas”, outras obras há que conhecem um exame mais macio, apontando defeitos que devem ser corrigidos numa feição quase “pedagoga” do prelado, que aponta as falhas, de modo a que as obras possam ser corrigidas e dignas de circular. Realce-se a forma cautelosa como o prelado Pacense dirigiu a análise de umas das obras de António Pereira de Figueiredo, que contrasta nitidamente com a apreciação da desafiante pastoral do bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação.

Quem foi então frei Manuel do Cenáculo o censor?
Como o poderemos qualificar neste aspeto?

Em face das características das censuras que fomos apresentando, julgamos que foi um censor culto, bastante metódico e muito conhecedor das obras que examinava. Com efeito, muitos dos exames que faz demonstram um trabalho bastante sistemático, apontando pormenorizadamente, com indicação das páginas, os pontos que considerava dignos de reparo, de análise, supressão

ou recomposição. Admitimos que estamos perante um censor que não proibiu ou permitiu a circulação de obras baseado apenas numa leitura superficial. Ao efetuar uma análise meticulosa, quase “ponto por ponto”, mostra-se um leitor intensivo, conhecedor das “polémicas” do momento, sendo capaz de identificar virtudes e méritos, mesmo em obras que no final acabava por suprimir.

Analogamente poderemos considerar que foi um censor hábil e prudente na forma como fazia tramitar os processos. Essa cautela está bem espelhada na forma quase “sigilosa” como conduziu a análise da obra de António Pereira de Figueiredo, na qual encontrou pontos dignos de reparo, mas dos quais lhe deu nota em privado, com a anuência do marquês de Pombal. O conjunto das censuras que elaborou reflete alguém que se encontrava em sintonia com a ordem político-social vigente, defendendo o poder tal e qual ele estava preconizado e fundamentado ideologicamente por Pombal.

Foi, como temos vindo a defender ao longo do nosso trabalho, um apaixonado pelos livros. Um colecionador destes objetos, que encarava como mais que “objetos de coleção”, mas também como instrumentos úteis, de partilha de saber e conhecimento, de instrução. Ainda assim, esta paixão pelos livros, este reconhecimento da sua importância e potencialidades não se sobrepôs à ordem político, religiosa e social que defendia. Não se coíbe de proibir trabalhos quando acha que estes põem em causa princípios que o bispo considera invioláveis. Da mesma forma, defende a supressão e alteração de determinados escritos, tendo por objetivo a subordinação desses trabalhos ao pensamento que defendia, comprometendo a “fidelidade” ao original, quando entendia que tal se justificava.

Foi, em suma, um censor “do seu tempo”, que exerceu a sua atividade dentro de determinada ordem de organização política e social, com a qual concordou. Ainda assim demonstrou, dentro de uma atividade castradora da liberdade de pensamento e expressão, uma grande erudição e um trabalho bastante metódico e cuidadoso de análise de obras e composições que avaliava, as quais conhecia pormenorizadamente.

Cenáculo pedagogo

Frei Manuel do Cenáculo empenhou-se, como se sabe, numa melhoria da instrução de clero e fiéis. Essa preocupação pedagógica do bispo de Beja ficou bem expressa no cuidado com a formação, que declara, entre outros, em muitas das obras que imprime. Nessa perspectiva, os livros são considerados como importantes ferramentas de apoio ao ensino que se pretendia ministrar³⁹⁵, e seriam escolhidos de acordo com as categorias de leitores. Em primeiro plano estava o povo, que deveria possuir a “instrução comum”. Num segundo plano, estavam os professores e os “Depositários da Religião e Guardas da sua Pureza”, que para além da instrução comum, deveriam ler os principais textos, nomeadamente a Sagrada Escritura e poderiam mesmo consultar obras de autores hereges³⁹⁶.

Focalizando-nos na instrução para o povo, constata-se que a base indispensável para a sua instrução seria o catecismo³⁹⁷. Este é um dos géneros editoriais com mais reconhecido sucesso editorial nesta época, sendo que se apresentou, inicialmente, como sinónimo de instrução religiosa, invadindo, sobretudo a partir da Revolução de 1789 em França, outros campos de instrução como a política, a militar e a económica³⁹⁸.

No que concerne à segunda categoria de leitores, o bispo de Beja estabelece programas de leituras detalhados, aconselhando o que deveria ser lido pelos estudantes. Essas recomendações permitem avaliar outra faceta da relação que o prelado manteve como os livros, nomeadamente o seu aproveitamento como instrumento de ensino.

Cumprir realçar que a análise do espólio bibliográfico de D. frei Manuel do Cenáculo permitiu encontrar informações relativas aos livros que o bispo propõe para diferentes estudos. Há propostas de leituras para os ordinandos do bispado de Beja, e para os estudos administrados na Ordem Terceira. Analogamente, encontram-se propostas de livros a utilizar nos estudos do príncipe da Beira, de quem foi preceptor.

Em face da existência destas fontes multifacetadas pareceu-nos pertinente, em ordem a averiguar a relação com os livros evidenciada pelo prelado, conhecer um pouco melhor quais os livros que propôs para os diferentes estudos.

Os livros propostos para educação dos Religiosos

D. Frei Manuel do Cenáculo multiplicou esforços na organização e reforma dos estudos³⁹⁹. Para conseguir proporcionar esse estudo melhorado e ensinar os novos religiosos que se pretendiam formar, propôs diversos planos e listas de leitura, a saber:

Livros a utilizar pelos Mestres dos Estudos da Ordem Terceira;
Livros para Noviços;
Livros para Instrução dos Ordinandos⁴⁰⁰.
Livros a utilizar na formação dos Oradores.

Examinaremos cada proposta de leituras, procurando aduzir dados sobre os livros que as compõe.

Os livros a utilizar pelos Mestres nos estudos da Ordem Terceira

Encontra-se, custodiado pela na Biblioteca Pública de Évora, um documento contendo o catálogo dos livros que deveriam ser utilizados nos estudos conventuais da Ordem Terceira de S. Francisco⁴⁰¹. Neste catálogo apresentam-se os livros que devem ser utilizados no ensino ministrado, dividindo-os em rubricas, tais como: Religião; Lógica, Direito Canónico, História da Filosofia e Filósofos; Autoridade Eclesiástica e Poder Temporal.

Além dessas rubricas⁴⁰² incluem-se, similarmente, determinações acerca dos livros que deveriam existir na Biblioteca. A estes juntam-se propostas que abordam quais os livros necessários para o noviciado, para a formação em Língua Portuguesa, para o uso do Globo e Aritmética, para os mestres, para a formação dos coristas antes de se ordenarem e para escrever dissertações. Indicam-se também as normas necessárias para defender conclusões e realizar exames, contendo uma listagem dos livros e extratos pelos quais se devem guiar os opositores.

A proposta, no que concerne aos livros de Religião, começa por indicar as Apologias necessárias à instrução, recomendando-se as Apologias de Aristides, de Athenagoras e de S. Justino Mártir. Estas são obras de apologética cristã, datadas do século II d.C., nas quais se faz a defesa da Fé cristã. A recomendação destas leituras não parece estranha, Cenáculo entendia que era indispensável que um clérigo conhecesse os argumentos utilizados nos primeiros escritos com o intuito de defender a Religião Cristã e disso deu nota nalgumas das obras que imprimiu. Paralelamente, o bispo de Beja recomenda o estudo das *Exortações* de S. Clemente Alexandrino, a *Apologética* de Tertuliano, os *Livros* de Santo Agostinho da *Verdadeira Religião e Costumes da Igreja*, entre diversos textos de fundadores e defensores da Fé e Religião Cristã.

A análise desta proposta evidencia que o prelado Pacense valorizava a lição pelos autores fundamentais e Santos Padres. Ainda assim considera igualmente conveniente, tal como escreve no próprio documento, “Ler e conhecer bons auctores modernos”, tais como os *Discursos da Existência de Deus* de Clarke⁴⁰³, *A verdade da Religião revelada* de Hooke⁴⁰⁴, ou *As Provas da Religião de Jesus Cristo* de Mr. François, entre outras propostas. Perpassa, da análise destes projetos de leituras recomendadas, um interesse em formar um

clero conhecedor e capaz de argumentar na defesa da religião que professa. Para o poder fazer, nada melhor do que conhecer tanto as Apologias de “autores fundamentais”, como as modernas defesas da religião.

Logo depois da apologética vêm obras que se debruçam sobre Dogmas da Religião e Igreja, nomeadamente os Dogmas da Unidade de Deus. Nestes incluem-se os Discursos de Teologia de S. Gregório Nanziano, catequeses de S. Cirilo de Jerusalém, tratados diversos sobre a fé, origens e hierarquia eclesiástica de autores fundamentais e fundadores da Igreja, mas também obras modernas que, de acordo com as próprias palavras do documento, “merecem ser lidas pela sua Latindade elegante e pela variedade de espécies adduzidas aos assumptos”. Entre estes, consideram-se dignos de leitura, obras como a *Teologia* do padre Frassen⁴⁰⁵, as *Disciplinas Teológicas* do padre Berti, a *Teologia* de Witasse, entre vários outros. Tal como aconteceu para as obras de Apologia, o cerne da preocupação é formar religiosos conhecedores dos Dogmas Fundadores da sua Doutrina, sendo necessário consultar, em paralelo com os autores mais antigos, as explicações mais modernas.

A Sagrada Escritura merece também lugar de relevo nos livros de Religião que deveriam fazer parte do itinerário de estudo dos religiosos, aconselhando-se diversos tratados sobre o merecimento da Sagrada Escritura, tais como: *Tratado de S. Jerónimo sobre a melhor maneira de a traduzir, Explicação dos Nomes, e Países, de que se falla na Bíblia*, de S. Jerónimo, *Homilia de S. João Chrysostomo da utilidade da Leitura da Escritura Santa*; *Cartas de Santo Isidoro de Damiana sobre a Escritura Santa* e ainda *Prolegómenos de Santo Isidoro de Sevilha sobre a Bíblia*, entre diversos outros.

Segue-se, ainda dentro da rubrica da religião, a Filologia Sacra, onde se aconselham os inúmeros tratados referidos por Calmet na Dissertação prévia do seu dicionário⁴⁰⁶ e, tal qual se escreve no documento, “muitos outros que ele omitiu e se conhecem”. Depois da Filologia propõe-se as obras que reportam os *Lugares Teológicos*, recomendando obras como o *Exame das Doutrinas* por Gerson, os *Tratados de Doutrina Ortodoxa* de Dupin⁴⁰⁷, a obra de Melchior Cano, entre muitos outros autores.

As questões fundamentais do Culto e Doutrina Católica, como a crença na Santíssima Trindade, a Encarnação e a Ressurreição dos mortos são também relevados, propondo-se diversas leituras sobre estas temáticas, assim como sobre a Imortalidade da Alma, o Purgatório, o Culto dos Santos, a Providência e os Sacramentos. A terminar esta rubrica recomendam-se o estudo de livros de História da Igreja, de Moral e ainda “livros para saber ser um bom teólogo”.

A consulta das propostas para os estudos, no que concerne aos livros ligados à Religião, reflete muita minúcia na sua preparação, perpassando uma preocupação em não deixar “nada ao acaso”. O bispo de Beja pretende instruir os membros da corporação

nos Dogmas Fundamentais da sua Doutrina e no conhecimento da História e do Culto da Igreja. Paralelamente, valoriza a análise e conhecimento da Bíblia, suportada pelo conhecimento das línguas que a compõe.

Além dos livros relacionados com a Religião, os estudos na área da Lógica merecem também a atenção privilegiada de frei Manuel do Cenáculo. Nesse sentido, propõe, como leituras recomendadas dentro deste campo do saber, os *Cursos* de Corsini, Purshot⁴⁰⁸, Jacquier⁴⁰⁹, Genuense⁴¹⁰, Brixia⁴¹¹, Clerc, mas também a *Arte de Pensar*, a *Medicina do Entendimento* de Tschirnhaus⁴¹², Langio e Dupin. O *Tratado da natureza da alma, da origem dos seus conhecimentos contra Locke*, Malebranche⁴¹³, a *Lógica* de autores como Verney, Facciolati, Weis, Wolf. A *Física* de S. Gravesand⁴¹⁴, a obra de Musschembrok⁴¹⁵, Nollet, entre outros autores da Ciência Moderna⁴¹⁶.

Pelo que se depreende da análise das propostas de leituras realizadas, ainda que não tivéssemos conseguido reconhecer todos os autores citados e nalguns casos, perceber concretamente qual a obra de alguns autores que é citada, há um predomínio de autores “modernos”, surgindo nomes ligados à Física Moderna e à Economia. Existe uma maioria de autores religiosos, mas encontra-se também alguns laicos. Realce-se, entre as várias propostas feitas, a recomendação da leitura de Luís António Verney. Como bem sabemos, Cenáculo entrou, como pudemos apreciar através do exame das obras que escreveu, numa polémica sobre Raimundo Lúlio, na qual se opôs a Verney. Não obstante, a polémica não o demoveu de considerar a valia da obra de Verney, defendendo a necessidade de este ser lido nos estudos.

A estes autores que propõe para os estudos no campo da Lógica, que classificamos como modernos, juntam-se ainda recomendações para a leitura dos clássicos e Padres da Igreja, tais como Xenofonte, as *Regras Morais* de S. Basílio e a *Ética* de Aristóteles.

No atinente à rubrica de Direito Canónico, o bispo de Beja defende o estudo de Fleury⁴¹⁷, conjuntamente com a obra *Espírito do Direito canónico*⁴¹⁸, o autor Pedro da Marca e também Dupin.

No que à rubrica de História da Filosofia e dos filósofos diz respeito, o recurso a autores modernos também parece ser valorizada, a par dos, sempre presentes, filósofos da antiguidade. Recomenda-se, sem identificar as obras em concreto, as leituras do filósofo antigo Deorgens Laécio⁴¹⁹, mas também de Bruckero⁴²⁰, Vossio, Deslandes e Capassi.

Por último, nas questões relacionadas com a rubrica dedicada aos estudos sobre Autoridade Eclesiástica e Poder Temporal, o bispo de Beja aconselha a leitura da *Dedução Cronológica*, segunda parte. Paralelamente, propõe o estudo das obras *Defesa do clero* de Bossuet⁴²¹, *Coleção* de Goldasto⁴²², *Provas de liberdades da Igreja Galicana* e, finalmente, os “*Tratados*” de Richer, Thomassin,

Van Espen⁴²⁵, Gibert, Barthel, Riegger e os *Discursos* de Fleury. Consideramos que a opção por teóricos como José Seabra da Silva e Bossuet nos dizem muito sobre as concepções de poder que Cenáculo partilhava, mas também daquilo que entendia deveria ser a postura do clero perante esse poder.

Depois de recomendar os livros para os estudos nas diferentes rubricas, frei Manuel do Cenáculo faz advertências relativamente aos livros que deveriam existir na Biblioteca, tais como *livros de piedade*⁴²⁴ e livros para o noviciado. Estas recomendações, que denotam um pendor humanista clássico, incluem autores como Cícero, Quintiliano, Aristóteles⁴²⁵, Santo Agostinho, Santo Ambrósio, mas também Thomassin, Luís Vives, Padre Honorato de Santa Maria, Vossio, e até *Tratados escolhidos* de Erasmo.

No que concerne aos livros que entendia serem fundamentais para que os estudantes se formassem na Língua Portuguesa com as “advertências precisas”⁴²⁶, incluem-se Luís de Camões e Bernardes. Em paralelo, defendeu o estudo das *Décadas* de João de Barros, da *História* de frei Luís de Sousa e de frei Simão Coelho, as obras de Bernardo de Brito, de frei Pedro Calvo, de frei Tomás da Veiga e de frei João da Ceita e ainda as traduções de Teive, realizadas por Francisco de Andrade. Aconselha, similarmente, alguns *Tratados Filológicos* e também livros como o de Joaquim Pastorio – *Método de instruir a mocidade*, o de Hippingio – *Antiguidades Romanas*. A par dos de Sagittario – *Das virtudes da conversação* e semelhante *Tratado de Morlofio* e ainda os “tratados” do Bispo Osório. De Bellagarde propõe o *Modelo das conversações entre pessoas polidas* e o *Tratado de civilidade*, que se pratica em França.

Focando a atenção nas propostas de leituras para os estudos de Aritmética e uso do Globo, constata-se que o prelado Pacense recomenda as *Instituições Astronómicas* de Duval, Medrano e Coracham, conjuntamente com os escritos de Moya, Polanco, Pereira e Berguilla.

A reflexão em torno dos livros necessários para os estudos não deixa de fora os Mestres responsáveis pelo ensino. Nessa perspetiva é-lhes recomendada a leitura de alguns livros, tais como *Reflexões sobre o bom gosto* de Muratori e *Método de estudos* de Verney, exceto o Sistema da Ortografia. O bispo de Beja aconselha, analogamente, os tomo terceiro, quarto e quinto do *Tratado Histórico da Opinião* pelo Marquês de S. Rubin, as *Exercitações, e consultas* de Vockerodt, o *Método de ensinar a Teologia* por Dupin, o *Sexto e sétimo Discursos* de Daquesseau e ainda as *Instruções sobre o estudo, e exercícios do Advogado del Rey pelo mesmo Método de Estudos* por Fleury. Prossegue recomendando a leitura de Rollin, assim como do *Plano da educação pública* por Colomb, do *Método de ensinar a Filosofia relativamente à Religião Christã* por Thomassin, dos *Princípios naturais da educação* por Morelly, dos capítulos quarto até décimo sexto do *Tratado de Muratori Publica Felicidade objecto dos Bons Príncipes*. Finaliza as instruções neste domínio com a proposta

de leitura do *Tratado dos Estudos Monásticos* de Mabillon e ainda as *Constituições e Estatutos* de diversas Universidades e colégios.

Pelo que parece depreender-se da análise das recomendações aos mestres dos estudos, não chegava que estes fossem conhecedores das matérias que ensinavam. Deviam, paralelamente, ler tratados de educação, conhecer propostas alheias e outros métodos de ensino aplicados. Admitimos que esta preocupação se relacionasse com a aspiração, revelada por Cenáculo, de melhorar a qualidade dos estudos ministrados, contribuindo para combater algum do atraso que se atribuía ao nosso país neste domínio.

O projeto contendo as recomendações de leituras para os religiosos da Ordem Terceira não esquece o noviciado, isto é, o período que antecede o tomar dos votos pelos candidatos a religiosos. Ainda assim, as propostas são bastante mais moderadas em termos do número de livros aconselhados. Propõe-se a existência, nestes estudos, de escritos que tratam a piedade e a profissão religiosa, nos quais se incluem Catecismos de diversos autores, *Tratados de Doutrina, Histórias e Cerimonias da Bíblia* e ainda várias composições de Religiosos da Ordem Terceira⁴²⁷.

Na lista de recomendações de leituras e livros necessários inclui-se também a relação dos livros pelos quais se devem formar os coristas antes de se ordenarem. Esta integra escritos diversos sobre o sacerdócio, Pastorais e ainda *Tratados* de autores como S. João Crisóstomo, S. Bernardo, S. Gregório, entre outros.

A proposta termina com considerações acerca dos livros que poderiam servir de exemplo para aprender a escrever dissertações e de modelo de defesa de conclusões. Essa reflexão estabelece, de forma rigorosa, quais os livros que poderiam servir aos opositores para fazerem os seus “extratos”. O bispo defende que, ao estabelecer estes livros, tem dois fins, por um lado obrigar os opositores a ler aquilo que, de outro modo, não conheceriam. Por outro fazer com que esses candidatos se preparassem com antecedência para os seus desempenhos. Nessa perspetiva, estabelece um total de onze ordens de extrato, com as respetivas propostas. O primeiro extrato pretende dispor os candidatos a ter aquilo “hábito civil”⁴²⁸, recomendando os livros seguintes: *Morais e Varões Ilustres* de Plutarco, as *Orações* de Isócrates, de Lísias e de Demóstenes, mas também Cícero, Suetónio, Tito Lívio, Tucídides, Heródoto, Dionísio de Halicarnasso, Herodiano, e ainda Platão e Xenofonte. No segundo extrato aconselha os livros de *Lógica*, repetindo-se muitos dos que já foram anteriormente listados, tais como Verney, Weis, Facciolati, Ramey, Vives, Fardela, Soria, Hernicio, Pierdclot e também livros de *Ética*. No terceiro extrato encontramos já Locke, Mallebrnache, Genovesi, Pace, Wolfio, Hook nos *princípios da Religião natural*. Na quarta ordem deparamo-nos com Burlamaqui, Hubner, Puffendorf, Cumberland, Grocio, Watel, Desing, Heinecio. Na quinta ordem indica-se a leitura dos livros dos Padres gregos, enquanto na sexta ordem se

recomendam os Padres latinos. Na sétima ordem recomendam-se os *Concípios Gerais e Toledanos* e na seguinte Eusébio, Sócrates e os mais da coleção de Vallois. Na nona ordem os *Decretos e as Decretais*, enquanto as duas últimas ordens determinam a leitura do *Velho e Novo Testamento*. Estas regras de leitura conhecem algumas exceções, assim, os opositores de Cânones são dispensados dos padres gregos e latinos, e do Novo e Velho Testamento, ainda que mediante determinadas condições.

Globalmente, a proposta do bispo de Beja, no que respeita aos livros a utilizar nos Estudos da Ordem Terceira, revela grande detalhe e minúcia nas determinações de leituras a ser feitas pelos estudantes. Os grandes textos fundadores da Igreja merecem destaque, mas não são apenas os pensadores mais “ortodoxos” a marcar presença, ainda que o acesso a determinadas obras se admita, de acordo com o plano apresentado, condicional. Isto é, não é aos noviços que se recomenda o acesso a obras menos ortodoxas de doutrina cristã, donde subentenderemos que não lhes é permitido o acesso a esses autores, aliás em consonância com o pensamento e atuação que revelou noutros aspetos do seu percurso, como por exemplo, na censura e determinações que exarou a esse respeito.

Para além dos inúmeros textos ligados a assuntos da religião, outras áreas de saber não se encontram omissas, sendo possível encontrar recomendações de leitura bastante diversificadas, algumas das quais associados a autores da Ciência Moderna, tais como as recomendações de obras relacionadas com a Física, a Economia, bem como as de Astronomia e até sobre “formas de ler o Globo”, no que entendemos como outro reflexo do seu grande ecletismo e preocupações com a utilidade que os conhecimentos do clero possam ter no dia-a-dia dos seus fiéis.

Os livros para Noviços

Encontramos, na documentação pertencente ao espólio cenaculano⁴²⁹, outro registo detalhado acerca de livros que deveriam ser utilizados em estudos empreendidos por religiosos, neste caso pelos noviços. Não encontramos, contudo, referências que nos permitam identificar, em concreto, se estamos perante um documento destinado aos estudos dos noviços da Ordem Terceira complementar ao anterior, ou se, pelo contrário, estamos perante um novo documento. O contexto global do documento e advertência registada no final do escrito, onde se determina que se algum mestre tiver necessidade de incluir outros livros não o poderá fazer sem licença expressa do provincial, faz-nos admitir a hipótese de ser um documento onde se complementam recomendações de leituras na sequência do anterior⁴³⁰.

Centrando a nossa atenção no próprio documento, verificamos que este se constitui como mais uma lista de leituras onde se

1º Quadrimestre

- 1º mês: Costumes Cristãos por Fleury; Santo Agostinho; Bíblia e Actos dos Apóstolos.
- 2º e 3º mês: Vida de S. Francisco, por Wadingo ou Chalippe; tomo VI da História das Ordens Monásticas por Helyot utilizando a tradução de Fontana, Hemant, Vernon, Silis e Bordono;
- 4º mês: Tratados de S. João Chrysostomo acerca do Estado Monástico

2º Quadrimestre

- 5º mês: Rubricas do Breviário e o Comentário ao Breviário por Grancolás [?]
- 6º mês: Introdução à Sagrada escritura por Lamy, Livros dos Provérbios e do Eclesiástico
- 7º mês e 8º: História da Bíblia por Royamont

2º Quadrimestre

- 9º e 10º mês: Salmos com as exposições de S. João Chrysostomo ou de Santo Agostinho.
- 11º e 12º mês: Evangelhos, Epístolas de S. Paulo e respectivas exposições de S. João Chrysostomo e Santo Agostinho.

Tabela 3
Ordem de Leitura
e livros recomendados
aos noviços

Fonte: B.P.E. – Códice
CXXVIII 2-5, fl. 427.

estipulam quais os livros que devem ser lidos e quando devem ser lidos, numa lista de recomendações organizada mensalmente, ao longo dos doze meses do ano.

No esquema seguinte procuramos demonstrar, de forma sinóptica, quais as leituras recomendadas em cada momento, por D. Frei Manuel do Cenáculo. **[Tabela 3]**

Como se depreende através da leitura dos livros recomendados aos noviços, importa, na ótica de D. Frei Manuel do Cenáculo, que os novos candidatos a religiosos sejam bem conhecedores do texto fundamental que sustenta a sua religião – a Bíblia, propondo-se, gradualmente, diversas leituras do Livro Sagrado.

Nessa perspetiva, D. Frei Manuel do Cenáculo começa por fazer uma recomendação geral para leitura da Bíblia, destacando, dentro desta os Atos dos Apóstolos, livro que compõe o Novo Testamento e que conta os acontecimentos que marcaram o nascimento da Igreja Primitiva⁴³¹. Depois desta exortação, onde o prelado defende, para os noviços, a leitura de um dos livros do Texto Sagrado que ensina acerca das vicissitudes do nascimento da Igreja, passa a aconselhar, para os meses seguintes, a leitura da Vida de S. Francisco e da História Monástica, com particular incidência no que diz respeito, dentro desta história monacal, à Ordem Terceira. Constata-se assim que os noviços, depois de conhecerem factos e vicissitudes acerca dos primeiros tempos da Igreja, deverão aplicar-se na leitura das vidas de S. Francisco e no conhecimento da História da Ordem, numa perspetiva de exigir, a quem deseja fazer parte de determinada congregação religiosa, que conheça a sua história e a do seu fundador⁴³².

Nos meses seguintes recomendam-se tratados sobre a vida monástica de um dos doutores da Igreja, São João Crisóstomo,

passando depois a determinar a leitura das rubricas do breviário, isto é, as leituras recomendadas para o “Ofício Divino”, onde se definem quais os textos, meditações, salmos, orações e hinos que devem ser lidos a realizar a cada hora do dia. Nos meses seguintes continuam diversas leituras da Bíblia e seus diferentes livros e ainda exposições de doutores da Igreja acerca de alguns dos livros que compõem a Bíblia, assim como a sua História.

Para além destas leituras mensais, previamente determinadas estabelece-se ainda aquilo que frei Manuel do Cenáculo designa de “livros para a lição livre e devoção quotidiana”, onde se continuam a recomendar as leituras da Bíblia, da Regra, Kempis, Santo Agostinho e os seus “Solilóquios”, Santo Ambrósio, S. Bernardo, S. Boaventura e ainda o *Catecismo* de Montepelier, o Ritual da Ordem, as *Obras Morais* de Nicole e do Cardeal Bona e duas obras em francês – *o Ano Eclesiástico* e as *Meditações sobre os Evangelhos do ano*. Estes livros deveriam, no seu conjunto, servir também para o estudo dos Coristas, com a diferença que, no dia em que o Noviço professasse, lhe deveriam ser entregues, pelo mestre, os ofícios de Cícero, os de Santo Ambrósio, O *Tratado de Civilidade* que se pratica em França, ou o *Método da conversação polida* por Bellagarde.

Acrescem ainda a estes livros, o que o prelado de Beja designa por “Livros para a lição comum”, onde se incluem as Homilias dos Santos Padres, as Vidas de Santos, Expositores à Regra e às rubricas do Breviário.

Estas recomendações dizem apenas respeito a livros que tratam assuntos da Religião, o que, tendo em conta o objetivo de formar futuros monásticos, não nos parece incongruente. O eclesiástico, para poder assumir a função de guia dos povos para alcançar a Salvação Divina, tinha de conhecer aprofundadamente os textos fundadores, de modo a poder ensinar e ser um exemplo de sabedoria e cumprimento dos preceitos do culto católico.

Os livros para Instrução dos Ordinandos

O documento contendo os livros para instrução dos ordinandos⁴³³ é uma lista integrada no Diário do bispo de Beja, datada de 1 de fevereiro de 1801. É um rol contendo vinte e quatro títulos, compostos em várias línguas. Assim, em língua latina temos o título *De Scriptoribus Eccles.*, de Belarmino; o *Romanorum Pontificarum Notitia et Onomastion* de Burcio, entre outros exemplos possíveis. Há também livros em francês, como o *Instrucion Chretienne*, ou o *Explication des Epitres d’Evangiles; Instructions Chretiennes sur les Metieres et Principales Fetes*. A estes acrescem múltiplos títulos em português.

A análise desta listagem evidencia que predominam, como seria expectável, as preocupações em facultar, aos ordinandos, livros por onde se pudessem instruir em termos da Religião, mas fica também implícito o perfil desejado aquele que pretende receber

Ordens Sacras. Este tem de ser capaz e instruído na mais diversa matéria religiosa, conhecer a Bíblia e os seus textos, as Regras, os Concílios e suas determinações, os Missais, os Salmos e respetivas explicações, os diferentes Cerimoniais e Celebrações e formas de as fazer. O estudo destas diferentes matérias envolve a capacidade de leitura de obras muito diferenciadas e não apenas portuguesas, o que implica um conhecimento de línguas como o latim e o francês, essencial para a consulta de algumas das obras propostas. Desse modo, ao perfil exigido no atinente ao saber em matéria canónica, acresce ainda a necessidade de ser instruído noutras áreas, como as Línguas.

Cumprir realçar que o itinerário formativo desejado para estes ordinandos é estabelecido pelo próprio frei Manuel do Cenáculo. Num documento, datado de 29 de junho⁴³⁴, o bispo de Beja faz as instruções relativas aos estudos eclesiásticos, identificando o método a seguir neste particular. Afirma, nesse documento, que estas normas estão a ser muito bem recebidas pelos seus destinatários, conforme se depreende das suas palavras: “As Determinações, por meio das quaes havemos preparado os desempenhos, que nos estudos eclesiasticos devem fazer os Ordenandos da Nossa Dieceze, tendo sido recebidas pelos mesmos interessados com deligencia, e satisfação, não devemos deixar de cooperar às suas índoles tão dóceis, e merecedoras da Nossa Pastoral vigilancia.”

Os estudantes estavam a revelar uma boa índole para os estudos. Isso mesmo é salientado, ao longo do documento, por frei Manuel do Cenáculo, que se mostra satisfeito com a atitude demonstrada por estes estudantes. O texto seguinte, que reproduz as próprias palavras do prelado Pacense, é ilustrativo desse contentamento, incidindo também na necessidade de acolher bem os estudantes que ambicionem alcançar maiores progressos:

“Por tanto Lembrando-nos da Disposição do Concilio Tridentino; e querendo que todos aquelles, que aspiram ao Estado Ecclesiastico sejam instruidos nas erudições, mandadas praticar nos Seminários pelo Santo Concilio; relativas com tudo as Capacidades, e situações: E dezejando outro sim, que no concurso dos ordenandos mais adiantados, se escolham aquelles, que voluntariamente se atrevem a maiores progressos, para que a nossa Igreja seja Ilustrada com abundancia de Doutrina, temos resolutos estabelecer no espirito, e determinações do mesmo Sacrossanto Concilio, e Pratica de Prelados Exemplarissimos, alguns Professores, que ensinem o Dogma, a Disciplina, o Rito e a Moral”⁴³⁵.

Na sequência dessas instruções estabelece a forma como se deve proceder ao ensino e volta a falar dos resultados e do perfil que quer obter nestes ordinandos:

“[...] estabelecemos, que dos Ordenandos mais adiantados sejam escolhidos aqueles, cujo amor para as Sciencias Ecclesiasticas, e proprecionados talentos, e de sua Livre determinação, os conduzirem a estudos mais solidos, os quaes se empreguem na Instrucção, e Exercício da sobreditas Profissões [...] Queremos que esta classe de Ecclesiasticos encham os seos espiritos de ideias de Religião; dos seos Mysterios; e do Character, e Constituição da Igreja, das obrigações do seu Estado; e do de qualquer Catolico.”

Este perfil é complementado em documento posterior⁴³⁶, onde Cenáculo discorre acerca dos preceitos dos ordinandos, determinado as formas de realizar determinados exercícios espirituais e os resultados que deseja que sejam obtidos desses exercícios.

Globalmente da análise destes documentos sobressai que frei Manuel do Cenáculo ambiciona instruir um clero sólido, bem formado, conhecedor das obrigações do estado eclesiástico. Pretende que, no seio do grupo de estudantes que tem a cargo na sua diocese, alguns se adiantem o suficiente para prosseguirem os estudos na Universidade, tornando-se, por essa via, futuros mestres, capazes de propagar a Fé e contribuir para o progresso do país.

Livros a utilizar na formação dos Oradores

Junto da documentação cenaculana encontramos ainda um catálogo de livros para formação de eclesiásticos, neste caso os oradores. Este documento encontra-se apenso a um das obras impressas de Cenáculo⁴³⁷, verificando-se que o prelado defende, nas suas páginas, que existem inúmeros autores e tratados que poderiam ser utilizados para instruir pregadores⁴³⁸.

A leitura desta proposta permite constatar que o bispo de Beja considera que o Pregador deve estudar e ter um porte civil e que, por isso, estes religiosos não se podem recusar a ler autores profanos, tais como Demóstenes, Tucídides, Xenofonte, Heródoto, Herodiano, paralelamente aos latinos Cícero, César, Cornélio Nepote, Salústio, os Césares de Suetónio e outras obras semelhantes da antiguidade. De acordo com as suas palavras, a antiguidade está repleta de bons exemplos de eloquência, sendo a Oração Sagrada uma espécie de discurso, logo nada mais natural que o estudo destes autores, ainda que profanos, uma vez que a “força e as graças de falar facilmente se transferem do uso civil para o religioso”⁴³⁹.

Embora defenda a lição dos autores antigos e profanos, sustenta, similarmemente que “as obras modernas devem ter lugar distinto, sendo de História ou de Belas-Letras”⁴⁴⁰. Desse modo, propõe a lição através de livros tão heterogêneos como os *Didáticos* de Cícero, a *Rethorica* de Mr. Gibert, as *Reflexões sobre*

o bom gosto de Muratori, a obra *De causis Corruptarum Artium* [...], de Luiz Vives. Analogamente, sugere a leitura de Morhosio nos capítulos terceiro a décimo quinto, e também do *Livro Terceiro de Polyhistor*, a par da *Retórica* de Mayans, *O tratado do sublime* de Longino, entre diversos outros. Recomenda-se ainda a lição dos discursos de oradores gregos e latinos, com a ressalva que se devem valorizar aqueles “que forem qualificados pelos mestres e não pela aceitação popular cega”.

Prosseguindo na apreciação das propostas do bispo de Beja nesta matéria constata-se que, no que à Matéria do Púlpito diz respeito, se recomenda a leitura de Santo Agostinho, a par do *Eclesiastes* de Erasmo, assim como de frei Luís de Granada, S. João Crisóstomo, entre vários outros. A estes livros e à sua lição fundamental, por onde se aprende a “discorrer bem” e a “fazer sensíveis os conceitos de elegância”, devem acrescentar-se outros, com preceitos distintos, “que dirijam e deem vigor às ideias soltas”, sendo uma boa Lógica a responsável por isso⁴⁴¹. Dentro destas destaca Genovesi, Tschirnaus, mas também o Abade de S. Real.

A Geometria não se encontra omissa nos livros necessários para formar bons oradores, ainda que se defenda não ser necessário aprofundar muito o seu estudo. Em todo o caso, o bispo de Beja considera que este estudo “pode ser útil porque nos seus livros se aprende a discorrer com muita justiça”⁴⁴², recomendando-se por isso a leitura de Euclides, Purchot, Brescia, entre diversos outros.

O estudo de livros de Filosofia Moral assume também lugar de relevo na formação dos oradores porque ajuda a prevenir, de acordo com as próprias palavras de frei Manuel do Cenáculo, “a malícia que pode ocorrer com a perversão dos fins de saber falar como homem racional”⁴⁴³. É por isso necessário escolher os melhores livros nesta área, formando reflexões oportunas sobre o seu conteúdo, de modo a que o estudo não fique estéril. Propõe por isso a leitura dos *Ofícios* de Cícero e de Santo Ambrósio, Os *Tratados* de Plutarco e de Séneca, os *Tratados* de Luiz Vives, a *Epistola aos estudantes de Navarra* de Gerson, o *Verdadeiro Mérito* de Claville, os *Caracteres éticos* de Luiz Molin, entre muitos outros.

Frei Manuel do Cenáculo considera fundamental que os pregadores se instruem nas matérias que vão ser objeto da sua pregação, apontando como crucial a leitura dos “textos fundamentais”, os quais devem ser conhecidos na totalidade, como a Bíblia e os seus intérpretes. Para além desses textos é igualmente necessário conhecer o espírito da religião por obras como as de Tertuliano no *Apologético*, S. Inácio Mártir, S. Bernardo, os Santos Padres, S. Gregório Nanzianeno, as Exposições de Santo Ambrósio, entre vários outros. Recomenda ainda, neste particular, o conhecimento dos Cânones da Igreja, por obras como as *Epistolas dos Romanos Pontífices*, as *Obras a propósito dos pregadores* de Benedicto XIV, a *Exposição de Doutrina Católica* de Bossuet e ainda diversos *Catecismos Romanos*, tais como os de Hessels, Montepellier,

o catecismo evangélico de frei Plácido Olivier, e muitos outros, aos que se seguem os livros de *Mística Segura*, tais como Thomaz de Kempis, O bispo de Puy, S. Francisco de Sales, entre muitos outros⁴⁴⁴. Aconselha, analogamente, a leitura de Optato de Mileve, que considera exemplar na forma com prega contra os inimigos da Fé, das obras diversas do Abade Duguet, de Bail na *Biblioteca dos pregadores* e ainda discursos de assunto profanos bem escritos, tais como Dagessau, Glatiny e outros.

Os oradores deveriam também ler para exemplo e aprendizagem pessoal livros contendo orações proferidas por outros pregadores. Aconselha assim o exame de composições já formadas nas “línguas vivas”, onde propõe os cardeais Capuchinhos Cassini e Barberini, assim como muitos Bispos e eclesiásticos franceses que não nomeia, mas aos quais alude no seu aconselhamento. A estes conselhos, muitos dos quais remetem para leituras do âmbito da temática teológica, mas não só, junta ainda recomendações de leituras de autores por onde possa estudar-se o “génio da língua”⁴⁴⁵, propondo “clássicos” de língua latina, mas também autores da sua própria língua, procurando perceber qual o tipo de linguagem que utilizam, numa tentativa de combater os “excessos de linguagem”⁴⁴⁶.

Como se constata através da apresentação de alguns dos itens desta proposta, estamos perante um programa intensivo de estudos e leituras, onde se incluem autores profanos e antigos e recomendações muito detalhadas sobre leituras em diversos sectores. Ao pregador exigia-se que estudasse livros que o ajudassem a ser eloquente na arte de pregar, a saber aprofundadamente as matérias sobre as quais prega, a conhecer outros pregadores que se destacaram, sendo similarmemente primordial que combatesse os excessos de linguagem e os abusos na pregação.

Note-se que, tendo em conta que este aconselhamento se destina a estudos de religiosos, predominam as recomendações em matéria religiosa. Ainda assim, os livros de Lógica e até Geometria não são esquecidos. Ao que parece, não chega ao pregador ser eloquente e estudar Textos Sagrados, esses são fundamentais, assim como também o são as obras de Lógica, de Filosofia Moral, com as quais se pretende formar um teólogo “completo”. Nestes livros propostos para os oradores parece evidenciar-se uma “maior abertura” de acesso a determinados autores, quando comparados, por exemplo, com os livros propostos para os noviços. Cumpre relevar que os oradores estariam já em momento mais avançado dos seus estudos, desfrutando, por essa via, de maior capacidade para aceder a determinados livros, uma vez que já possuíam mais defesas contra determinado tipo de doutrinas.

Globalmente, a análise dos livros propostos em termos de formação do clero, nos diversos níveis, releva o detalhe e a minúcia na projeção das leituras necessárias. O plano para essa formação, que atinge diferentes “graus de ensino”, pretende criar um clero

conhecedor da sua Religião, sendo similarmemente necessário que este se instrua noutras disciplinas, de modo a cumprir, na sua plenitude, a sua vocação de guia e auxiliar dos Povos.

A forma pormenorizada como elabora as propostas de leitura de algumas obras e autores constitui-se como mais um reflexo da grande erudição do bispo de Beja. Com efeito, são numerosos os autores que cita, indicando obras, partes de obras, assuntos de interesse contidos nesses escritos e até a razão pela qual os considera importantes.

A análise dos autores que o bispo de Beja recomenda para estes estudos denota também uma certa abertura. Com efeito, nem só os autores religiosos são utilizados para formar eclesiásticos. A sabedoria dos profanos é também relevada, defendendo-se a importância de os estudar. Destaca-se também a importância atribuída a autores da Antiguidade que são recomendados reiteradamente, a par de estudiosos mais modernos, com os quais o bispo pretende que os diferentes estudantes complementem os estudos.

A observação de alguns dos livros propostos e respetiva postura política dos seus autores coloca, uma vez mais em evidência, a concordância manifestada por frei Manuel do Cenáculo, com as ideias Regalistas vigentes. Saliente-se, a título ilustrativo, que uma das leituras recomendadas aos oradores é precisamente a obra de Benedicto XIV, um Papa que foi acusado, por alguns sectores, de “excessiva benevolência” para com as ideias Regalistas nas disputas entre alguns reinos e a Santa Sé.

Cumpre realçar, subscrivendo Ana Cristina Araújo, que a reforma da Teologia conheceu uma abertura do pensamento teológico a matérias consideradas subsidiárias. Isto implicou uma profunda revisão de critérios e métodos em terrenos tão específicos, como a Exegese Bíblica, a Hermenêutica Sagrada e a História Religiosa⁴⁴⁷. Nessa perspetiva existiu, no contexto das Ciências Religiosas, uma reconfirmação da historicidade das fontes da Fé e do próprio Cristianismo, que implicava valorizar o método histórico e crítico-filológico de carácter humanista, aperfeiçoado no século XVIII. Parafraseando a autora, “numa época em que os mais lúcidos representantes da Igreja afirmam que as coisas da religião não consistem em palavras mas sim em atos⁴⁴⁸, a crítica filológica vê-se forçada a aliar a inteligência da palavra ao verídico dos factos contidos na mensagem bíblica”⁴⁴⁹. Como defendeu frei Manuel do Cenáculo, “A Fé é a razão de decidir e deverá auxiliá-la a erudição de quanto a pode ajudar dentro do seu recinto, por meio das Escrituras, Padres, Concílios e Tradição, tomados por base”⁴⁵⁰.

Dentro dessa linha de pensamento, as lições das Sagradas Escrituras e a Tradição são reavaliadas porque se admite que existiram interpretações abusivas. A Religião Natural, submetida ao crivo da crítica, da prova de autenticidade filológica e ao contraste com a História, sustenta uma visão otimista do futuro, apadrinhada

pela filosofia das Luzes⁴⁵¹. É necessário, como sustenta frei Manuel do Cenáculo, uma simplicidade assente no “ditame de preferir as Escrituras e os Padres às verbosidades dialéticas e a refinar os conceitos e raciocínios humanos.” Essa não é a oração ligeira e destituída de suco, mas a conveniente ao progresso teológico: “o cúmulo das Escrituras, e a reflexão sobre doutrinas da Tradição, rica de Conceitos, e sentidos trazidos da Palavra Divina”⁴⁵². Neste contexto parece-nos que as grandes propostas apresentadas em termos de leituras a utilizar nos estudos de preparação de eclesiásticos tem sobretudo em conta este projeto de renovação católico, já referido por Bossuet⁴⁵³, autor que, por sinal, é uma das leituras muito aconselhadas pelo bispo de Beja aos estudantes que almejam vir a tornar-se religiosos.

Como se evidencia nas diferentes propostas de leituras Cenáculo defende um conhecimento aprofundado da Sagrada Escritura, da sua História e das suas línguas de composição. A veracidade das Escrituras só poderá ser comprovada, dentro dessa perspetiva, através de uma leitura atenta da Bíblia e das suas premissas. O objetivo último desse conhecimento é o de, com argumentos baseados na razão, comprovar “a autoridade indiscutível de Deus e das Escrituras”⁴⁵⁴.

Releva-se também assim a feição ilustrada de frei Manuel do Cenáculo. O bispo surge como o “homem das Luzes”, que ambiciona reformar os estudos e dotar aqueles que neles se formam de instrumentos capazes para fazer a defesa da Fé Católica, de acordo com os valores da razão e do fundamento científico exigido pelos valores das Luzes. Paralelamente sobressai, novamente, o grande “apaixonado por livros”, que os encarou não só como objetos de coleção, mas como instrumentos de utilidade na prossecução dos objetivos de construir uma “sociedade melhor”. O grau de pormenor com que conhece muitos dos livros e autores que recomenda, a exatidão de algumas referência e determinações, a justificação da sua utilidade e a grande quantidade de recomendações que faz mostra-nos alguém profundamente conhecedor dos livros, independentemente da forma como chega a esse conhecimento.

A Instrução do Príncipe da Beira

Na qualidade de mestre dos estudos do sucessor real, frei Manuel do Cenáculo elaborou um memorando acerca da instrução do príncipe, indicando quais os livros pelos quais estava a proceder à sua instrução. O documento encontra-se apenas ao Diário pessoal do bispo de Beja⁴⁵⁵. Constitui-se como a descrição mais completa que possuímos acerca da instrução do príncipe, ainda que também seja possível encontrar algumas anotações, bastante sumárias, acerca dessa educação, ao longo do diário propriamente dito.

A instrução do delfim real começa pelas matérias de Teologia, utilizando-se o *Catecismo* de Montepelier pequeno, através do qual foram examinadas as orações e “artigos da Fé”. A este sucedeu o *Catecismo* de Montepelier grande, pelo qual o herdeiro Real foi Instruído nos “pontos Principais”⁴⁵⁶ da Religião. A análise destes catecismos foi acompanhada pela lição da *Bíblia de Royamont*.

Este interesse em educar o príncipe em matéria religiosa não nos parece surpreendente. Portugal era um país católico, como tal, o príncipe deveria ser bem formado na sua doutrina. A utilização dos catecismos de Montepelier espelha a predileção do prelado por este texto. Com efeito, a sua utilização nos estudos do Delfim Real repete uma proposta de leitura que o frei Manuel do Cenáculo fez também para a educação dos futuros religiosos. No que concerne à utilização da Bíblia, aludimos por diversas vezes à importância deste escrito para o bispo de Beja, que a valorizou enquanto ferramenta a utilizar nos estudos clericais e também como instrumento de uso pessoal, envolvendo-se numa prática intensiva de leitura do Texto Sagrado. Paralelamente aos textos que chamamos “mais formais”, como Catecismo e a Bíblia, por onde ensinou a doutrina, o bispo de Beja recorreu, analogamente, às *Fábulas* de La Fontaine, para instruir a príncipe em aspetos que se prendem com a Moralidade, num registo que, supomos, seria mais atrativo.

Feita a formação do Infante em assuntos religiosos, seguiram-se a Geografia e a História de Portugal. Na Geografia D. Frei Manuel do Cenáculo utilizou, inicialmente, o livro *Descrição da Terra de Lenglet de Frenoy*, traduzido em português por Bonevie, ao que se seguiu a instrução pelos Mapas. Essa formação abarcou, em primeiro lugar, aquilo que o próprio prelado designou como *Mapas gerais*. A estes sucederam os *Mapas Provinciais* e também os *pequenos Mapas em chapas do Reino de Portugal*, abertos por Carpeniti. Na História de Portugal, a preferência vai para a *Crónica dos Nove Reis* de Duarte Nunes e para a *Crónica dos três Reis* de Fernão Lopes, da edição de D. Rodrigo da Cunha, conjuntamente como *As Memórias d’El Rei D. João I* de José Soares da Silva, a *História de D. João II* por Agostinho Manuel de Vasconcelos e a *História D’El Rei D. Manuel* de Damião de Góis. A instrução nesta área do saber é finalizada com o estudo da *Dedução Cronológica*. As lições de História foram acompanhadas, de acordo com a anotação do próprio bispo, por obras que permitissem fazer a descrição corográfica de Portugal, tais como a *Corografia portuguesa* do padre António Carvalho da Costa, a *Breve Descrição Corográfica de Portugal* e ainda o *Mapa de Portugal*.

Paralelamente ao estudo de Geografia e a História de Portugal, o prelado Pacense introduziu a lição de Telemaco de Fenelon e explicou muitos artigos da *Instrução de um Príncipe* de Duguet. No campo da Lógica foi seguido o *Breve* de Codet, instruindo o príncipe como “uma tintura”⁴⁵⁷ da *Geometria Prática* de Leclerc.

Esta educação do príncipe envolveu ainda lições de *História Geral*, seguindo-se a obra de Bossuet, que foi completada com a instrução “de voz, feitas todas as lições com proporção, explicada a situação, geografia, alianças, interesses políticos e comércio”⁴⁵⁸. Em 1775 começou a lição na rubrica de História Universal, constatando-se que D. Frei Manuel do Cenáculo pretendia utilizar a *História Universal* de Millot, desejando explicar ao príncipe, antes dessa lição, alguns Mapas e o *Dicionário Geográfico*, assim como assuntos de *História Antiga* de Rolin e ainda a *Retórica* de La Motte. No ano seguinte a proposta envolvia o estudo das *Leis d’el Rey* e a *História Eclesiástica* de Racine⁴⁵⁹.

A análise deste memorando acerca da INSTRUÇÃO DO HERDEIRO REAL permite-nos constatar que proposta para a educação do príncipe envolvia uma formação cuidada na vertente religiosa, implicando, analogamente, o estudo por livros que lhe permitissem ter um conhecimento geral do próprio país e do mundo envolvente. Dai a preocupação em introduzir obras da Religião, em paralelo como trabalhos de História em geral e da História do reino em particular. Conjuntamente com a necessidade de saber História, a proposta insistia similarmente, na indispensabilidade do conhecimento de obras na área da Geografia, que daria, ao delfim Real, noções acerca do “meio físico” envolvente. Acrescentando-se ainda as lições de Lógica e Geometria. Perpassa assim a ideia que se ambicionava instruir um Príncipe conhecedor do mundo envolvente e dos seus deveres enquanto católico.

Note-se porém que este é um “programa de estudos” circunscrito. Não sabemos em concreto se a lição ficaria por aqui, ou se o avançar dos anos colocaria novas exigências ao programa de leituras proposto para o ensino do Príncipe. As vicissitudes que marcaram a trajetória de vida de frei Manuel do Cenáculo acabariam por ditar a sua ida para Beja em 1777, de modo que não encontramos mais registos acerca da instrução do príncipe associados ao período em que o prelado foi seu mestre. Realce-se que última lição ministrada ao príncipe foi, de acordo com o próprio frei Manuel do Cenáculo, dada em janeiro de 1777, tendo sido analisado o primeiro tomo da *História Eclesiástica* de Racine, que se debruçava sobre o século quarto⁴⁶⁰.

Conjuntamente com esta memória acerca das lições que estavam a ser ministradas ao príncipe por frei Manuel do Cenáculo, encontramos, no mesmo documento, uma lista contendo “os livros que tenho dado a Sua Alteza para sua instrução e curiosidade”⁴⁶¹. Esta inclui quarenta e três títulos, sendo acrescida de mais algumas obras que foram oferecidas ao príncipe por outras personalidades.

Focalizando-nos na lista dos livros entregues por frei Manuel do Cenáculo, verificamos que os livros dados ao príncipe se relacionam com a temática religiosa, como por exemplo a Bíblia de Royamont, o Evangelho traduzido de Olivieri, ou a Bíblia de Sacy.

Analogamente, incluem-se obras de História e de Geografia, repetindo-se muitos dos títulos referidos aquando do memorando sobre as lições dadas ao príncipe. A estes livros associaram-se os *Oficiis* de Cícero e Santo Ambrósio, várias Artes, como a “Arte Diplomática”, a *Arte Hebraica* e a *Arte Árabe* e ainda a obra *Raízes Hebraicas*, conjuntamente com *Dicionários* de francês-português e português-francês, assim como o *Lexicon latim-português*, o *Ripança Português*, o *Dicionário de Italiano*, entre outros.

Desta lista fizeram igualmente parte algumas coleções de leis. A propósito da importância dessas coleções frei Manuel do Cenáculo deixa-nos a seguinte nota:

“O Príncipe depois de formado nos Princípios da Religião, da Moral, não pode humanamente receber da Patria e do estado instrucção, que lhe seja mais útil, do que será a licção das Leys, com que El Rey Nosso Senhor desde o chãos das confuzoes e das ruínas, em que achou sepultados os seus Reynos, e Dominios, os tem levantado até ao ponto da felicidade, em que pela Misericórdia Divina se acha prezentemente. Porque os Preambulos das mesmas Leys ensinam a maior parte das cauzas, com que a Monarquia de Portugal foi reduzida a tanta decadência; e as disposições delas fazem ver os remédios com que vieram a cessar tão inverterados e deploráveis males. Porem para huma tão útil instrucção possa ser mais fácil de comprehender, e possam [...] se compilaram estas com a separação e divisão seguintes. [...]”⁴⁶².

Sublinhe-se o cuidado, revelado pelo prelado, com a instrução do delfim real. Para além do estudo de Religião e Moral, é fundamental que o príncipe receba lição acerca das Leis e conheça todos os males que afetaram o reino e que se procuraram corrigir com legislação diversa. Para facilitar e tornar atrativo esse estudo faz-se uma compilação dessas leis, distribuindo-as por oito divisões. Estas divisões incluem as leis para regulação do foro judicial, passando pelas leis para estabelecimento das Finanças, para a reforma das Letras e para ampliação dos estudos. Conjuntamente, encontram-se leis de organização do Exército, de regulamentação do Comércio e Navegação, de reedificação da cidade de Lisboa, a par de leis para recuperação da Agricultura. Por último, integram-se as leis relativas a Negócios Eclesiásticos e aos excessos dos prelados e seus ministros, onde se incluem a Lei de Expulsão dos Jesuítas e conservação dos seus papéis em cofres de três chaves, a lei de expulsão do nuncio e a anulação da excomunhão fulminada contra o corregedor de Pinhel, entre várias outras⁴⁶³.

O exame desta memória deixada pelo bispo de Beja faz desde logo sobressair uma certa preocupação em ter um registo acerca das ações que empreendeu num cargo de responsabilidade

como o que desempenhou. Fosse por necessidade de se proteger contra eventuais alegações motivadas por disputas de poder, fosse simplesmente por cultura pessoal de registo, a verdade é que são vários os exemplos através dos quais encontramos esta preocupação em ter uma memória registada acerca das atividades em que se envolveu.

Parece perpassar também, através da análise da descrição das lições ministradas e livros entregues ao príncipe para o estudo, a forma harmoniosa e concordante com que frei Cenáculo viu as mudanças políticas e os reposicionamentos de poder vividos à época. Com efeito, se atentarmos na argumentação utilizada pelo bispo de Beja para sustentar os estudos das leis e a forma como este se organiza, parece claro que as mudanças vividas forma assumidas claramente por si e vistas como inevitáveis para por fim ao atraso que se identificava no país.

Em termos dos livros recomendados, não encontramos nada de novo face às propostas anteriores dos estudos, salvaguardadas as devidas diferenças por se tratar de propostas com destinatários completamente distintos. Repetem-se preferências por determinadas obras como o catecismo de Montpellier, ou a obra de Duguet ou Leclerc, assim como a importância atribuída à Bíblia e suas partes.

Cumprir realçar que este catecismo de Montpellier foi, como sublinhou Cândido dos Santos, uma obra proibida antes das mudanças introduzidas em tempo de Pombal. Essa interdição foi encarada, por algumas personalidades, como obra dos Jesuítas que seriam “émulos implacáveis de todo o livro bom”. Dentro dessa linha de pensamento, considerava-se que a proibição era motivada pelo facto de este catecismo recomendar a fidelidade dos vassallos aos seus soberanos, não dar lugar ao probabilismo jesuítico e tratar os pontos da Graça de Cristo segundo a doutrina de Santo Agostinho⁴⁶⁴. O aproveitamento deste catecismo insere-se assim nessa política de disputa com os Jesuítas, o objetivo primordial era o de fazer a afirmação da supremacia do poder real. O Jansenismo do catecismo de Montpellier é, “um Jansenismo mitigado, que o poder usou como aliado tático para se autodefinir, não visando diretamente a difusão desta corrente”⁴⁶⁵. As recomendações de obras como este Catecismo, ou outros autores associados à corrente jansenista, não servirá, *a priori*, para associar Cenáculo a esta linha de pensamento, estando acima de tudo ligada à questão da afirmação do poder real, conceção que, como sabemos, o prelado apoiou.

Subscrevendo a análise de Cândido dos Santos, não obstante o conhecimento revelado por frei Manuel do Cenáculo acerca das ideias jansenistas⁴⁶⁶, não há muitas referências nas suas obras a autores marcadamente jansenistas, ainda que se encontrem algumas. A isto acresce a sua profunda devoção ao culto mariano, que, como sabemos, foi até objeto de obras impressas pelo bispo de Beja, o que afasta o prelado do campo jansenista⁴⁶⁷. No mesmo

sentido vão as conclusões de Francisco Vaz, que considera que o percurso feito por D. Frei Manuel do Cenáculo em termos de ação política e pastoral permitem defender que este, enquanto apoiante colaborador de Pombal, partilhou as teses regalistas e opôs-se aos Ultramontanos que pretendiam dar ao papa uma autoridade infalível. No entanto, este Regalismo não o levou a ser um jansenista, teve perante as obras jansenistas uma atitude de racionalidade, interessando-se por estas de modo a entender as suas doutrinas, tal como fez com diversas outras obras⁴⁶⁸.

Globalmente, da análise da relação com livros evidenciada por frei Manuel do Cenáculo nas diferentes vertentes que aqui analisamos, sobressai esta faceta de homem culto, informado, conhecedor das doutrinas e polémicas do tempo. O apaixonado por livros que encontrou nestes um meio de instrução e divulgação do saber, sendo que o seu emprego se realizou de maneiras distintas. Serviram para propagar as próprias ideias, através dos que escreveu e foram objeto de recomendação para uso nos estudos com determinados fins. Analogamente foram utilizados para leitura pessoal, fosse esta em busca de conhecimento, fosse de recreação. Foram ainda encarados como um poderoso veículo de transmissão de ideias, verificando-se que, por via dessa eficácia na transmissão de pensamento foram, nalguns casos, avaliados pela sua perigosidade, cerceando-se o acesso a alguns desses objetos.

Sobre a erudição e conhecimento profundo de muitos livros pensamos ter deixado bastantes testemunhos.

O bispo de Beja leu muito e de forma intensiva alguns textos, conhecendo analogamente muitos autores e obras diferenciadas. Não obstante esta constatação, reconhecemos que as formas como chegou ao contacto com as diferentes obras que menciona nos mais diferentes contextos é também diversa. Se é crível que comprou e possuiu muitos dos livros, também é possível que tenha chegado a outras obras através de menções noutros escritos, a referências trocadas com outros eruditos, entre outras hipóteses possíveis.

Quanto a interesses revelados, sabemos que algumas das obras citadas ou mencionadas são consultas pessoais com o intuito de sustentar ideias que defende ou repudia, não julgamos difícil de compreender que, em muitos casos, se tratem de preferências pessoais, mas também de necessidade imposta pelo momento, pela urgência de sustentar determinada ideia ou tese.

Admitimos que, em termos gerais, nos diferentes aspetos da sua relação com os livros manifestou afinidades com algumas linhas de pensamento, ainda que não seja possível, partindo da presença de alguns autores afetos a determinada corrente, assumir que foi seu defensor. Aliás, se tivermos em conta aquilo que defendeu em termos de acesso a alguns autores para os estudos, chegamos à conclusão que defendeu o acesso a algumas obras, não para subscrever na totalidade o que lá vem escrito, mas para as conhecer, aprender, e quando necessário, refutá-las.

Enquanto personalidade ligada à organização político-social da época, conviveu com a censura e contribuiu ele próprio para coartar o acesso a determinados livros e correntes de pensamento. Ainda assim, parece consciente da divulgação que alguns proscritos, como por exemplo Rousseau, teriam por cá.

Em suma, concluindo de forma simples, podemos dizer que os aspetos analisados da sua relação com livros revelam um grande apaixonado por livros. Grande pela quantidade de livros que conhece, grande pela forma aprofundada como reconhece as virtualidades e perigosidade de muitos deles e grande pela forma como os utilizou com instrumento de formação e de condução do pensamento, nomeadamente no contexto da formação do clero e da manutenção do poder político. Espelham também um homem bastante consciente das transformações político-ideológicas do seu tempo, algumas das quais mereceram a sua concordância, ainda que, certamente, não as tenha subscrito a todas.

1. Lamarca Langa, *La cultura del libro...*, 17
2. Maria de Lurdes Correia Fernandes, “Uma Biblioteca ibérica”, *Leituras – O livro antigo em Portugal e Espanha séculos XVI–XVIII*, nº9–10 (2001–2002): 142.
3. Leila Mezan Algranti, “Circulação e posse de livros religiosos no Rio de Janeiro (1808–1821)”, *Noroeste. Revista de história*, 1 (2006): 839.
4. Roger Chartier, “Textos, impressos e leituras”, em *A História Cultural entre práticas e representações*, org. Roger Chartier (Lisboa: Difel, 1990), 121.
5. Chartier, *A ordem...*, 8.
6. Chartier, *A ordem...*, 10.
7. Robert Darnton, “O que é a História dos Livros”, em *O Beijo de Lamourette, mídia, cultura e revolução* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990), 112, *apud* Algranti, *Circulação e posse...*
8. Anselmo, “Fronteiras da História...”, 17.
9. Estamos a retomar a expressão de Correia, “Uma Biblioteca...”, 142.
10. Chartier, *A ordem dos livros...*, 5–10.
11. Chartier, *A ordem dos livros...*, 5–10.
12. Chartier, *A ordem dos livros*, 5–10. Veja-se também a este propósito: Umberto Eco, *Obra Aberta* (Lisboa: Difel, 1989).
13. Chartier, *A ordem dos livros...*, 11.
14. Chartier, *A ordem dos livros...*, 11.
15. Francisco Lourenço Vaz, “Livros e Leituras para a Instrução económica do Povo (1746–1820)”, *Revista Portuguesa de História*, 2 (2002/2003), 43–58.
16. Vaz, “O catecismo no discurso...”, 217–218.
17. Vaz, “O catecismo no discurso...”, 219–220.
18. Vaz, *Instrução e Economia...*, 270.
19. A este propósito ver o capítulo: “O reformismo económico na acção política e na pastoral de D. Frei Manuel do Cenáculo” de Vaz, *Instrução e Economia...*, 259–313.
20. Conceber e admitir a realidade de auferir lucros pela venda dos exemplares era, de acordo com estes autores, impensável antes do aparecimento da tipografia. Cf. Febvre e Martin, *O Aparecimento do Livro...*, 219–220.
21. Febvre e Martin, *O Aparecimento do Livro...*, 218–226.
22. Chartier, *Libros, lecturas y lectores...*, 58–59.
23. Chartier, *Libros, lecturas y lectores...*, 59.
24. Roger Chartier “Frenchness in the History of the Book: From de History of Publishing to the History of reading”, em *The 1987 James Russell Wiggins Lecture*, 308–313 (Worcester: American Antiquarian Society, 1988), *apud*. Chartier, *Libros, lecturas y lectores...*, 59.
25. Cf. Chartier, *Libros, lecturas y lectores...*, 60–61
26. Chartier, *Libros, lecturas y lectores...*, 62.
27. Sobre esta questão conferir: Michel Foucault, “Qu’est-ce qu’un auteur”, *Bulletin de la Société française de Philosophie*, 73–104, *apud*. Chartier, *Libros, lecturas y lectores...*, 62–63. Existe versão portuguesa do mesmo texto: Michel Foucault, *O que é um Autor?* (Lisboa: Veja, 1992).
28. Chartier, *As utilizações do objecto...*, 10.
29. Chartier, *As utilizações do objecto...*, 19–20.
30. Chartier, *As utilizações do objecto...*, 21.
31. A este propósito ver Chartier, *Libros, lecturas y lectores...*, 71.
32. No conjunto das suas obras encontramos uma que não foi impressa em vida de frei Manuel do Cenáculo, mas a título póstumo. Constitui-se assim como uma exceção ao critério que aplicamos na selecção dos documentos.
33. Refira-se no entanto que, como salientou Bouza-Álvarez, os manuscritos circularam e puderam até servir como complemento e rival dos materiais tipográficos, sendo que nalguns momentos serviram como difusores, eles próprios, de um impresso que era transladado à mão. As cartas trocadas entre Cenáculo e vários correspondentes parecem atestar esse papel que o manuscrito, nomeadamente as missivas, tiveram na divulgação dos impressos. Cf. Fernando Bouza-Álvarez, “Cultura Escrita e história do livro: a circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII”, *Leituras – O livro antigo em Portugal e Espanha séculos XVI–XVIII*, nº 9–10, (2001–2002), 66.
34. Para uma lista destalhada das obras impressas por Cenáculo, veja-se o anexo da nossa tese, já citada. Saliente-se que, neste trabalho, não foram examinadas as obras escritas em latim. Da mesma forma não foram considerados os editais, dada a natureza deste tipo de documentos que, muitas vezes, são simplesmente anúncios decorrentes da sua atividade enquanto Bispo.
35. Estas obras encontram-se espalhadas por diversas bibliotecas e arquivos, mas não conseguimos encontrar qualquer instituição que reunisse todas as obras de Cenáculo. Não foi igualmente possível localizar todas as obras, nomeadamente algumas Patentes

- que estão referidas como sendo de autoria de Cenáculo. É o caso da “Patente de 3 de Setembro de 1770. [s.n.]: [s.n.], 1770”, da qual não encontramos qualquer cópia. No que concerne à “Patente sobre o verdadeiro systema de theologia, que se deve seguir na provincia da Ordem terceira da Penitencia, segundo a saudável determinação do SS. Padre Clemente XIV. [s.n.]: [s.n.], [s.n.]”, só encontramos uma versão manuscrita, custodiada pela Biblioteca Pública de Évora, mas cuja língua de composição é o latim. Também não conseguimos localizar a obra impressa “Determinações para o bispado de Beja, feitas pelo ex.mo e rev.mo Sr. Bispo da mesma diocese. [s.n.]: [s.n.], 1777” em nenhuma das várias bibliotecas cujo catálogo e acervo examinamos. No que respeita à patente datada de 5 de maio, conseguimos consultar esta obra na Biblioteca Nacional, tendo constatado erro na identificação do autor. A obra foi publicada em Portugal por mão de frei Manuel do Cenáculo, na qualidade de Provincial da Ordem, mas é um escrito de frei Pascoal Varísio, Geral da Ordem Terceira de S. Francisco, que é elaborada para “moralização da sua Ordem”, de acordo com as próprias palavras do seu autor, sendo expedida a partir de Madrid.
36. Se incluímos neste número a Patente de frei Pascoal Varísio, referida no texto.
 37. Salientamos que esta constatação tem por base a observação dos títulos.
 38. Sobre isto consultar, entre outras a obra: Chartier, *Libros, lecturas y lectores...*
 39. Essas transformações, algumas das quais identificadas na própria época, eram “diagnosticadas” como casos de mania leitora e epidemia leitora, algo que a investigação moderna “batizou” de “Revolução da Leitura”. Isto não significa que essas mudanças significativas se fizessem de forma abrupta e se construíssem a partir da destruição absoluta de práticas anteriores. Cf. Wittman, *Hubo una revolución...*, 497–498.
 40. Wittman, *Hubo una revolución...*, 536.
 41. Importa salientar que a heterogeneidade presente nestas obras dificulta a tentativa de sintetizar os assuntos privilegiados nos escritos do Bispo de Beja. Nessa perspetiva, neste esboço das principais categorias temáticas presentes nestes escritos utilizou-se um critério de definição bastante lato.
 42. Cumpre-nos realçar que, quando criamos esta classificação” procuramos espelhar e distinguir algumas obras onde

- Cenáculo procurava sustentar matéria histórica ou política a partir da religião, ou procuravam fazer fundamentação histórica de determinado comportamento.
43. Frei Manuel do Cenáculo, *Elogio fúnebre do P. Fr. Joaquim de S. José, doutor theologo conimbricense, defínidor geral da religião franciscana, e provincial da terceira ordem da penitencia. Dado á luz por Joaquim Rodrigues Pimenta* (Lisboa: Offic. Francisco Luis Ameno, 1757).
 44. Frei Manuel do Cenáculo, *Advertencias críticas e apologeticas sobre o juízo que nas materias do B. Raymundo Lullo formou o dr. Apollonio Philomuso, e communicou ao publico em a resposta ao “Retrato de morte-côr”, que contra a auctor do “Verdadeiro Methodo d’estudar” escreveu o reverendo D. Alethophilo Candido de Lacerda.”* (Coimbra: Oficina Antonio Simões 1752).
 45. Cenáculo, *Advertencias críticas e apologeticas...*
 46. Frei Manuel do Cenáculo, *Memórias Historicas e Apendiz segundo à disposição quarta da collecção das disposições do superior provincial [...]* (Lisboa: Régia Oficina Typografica, 1794), 199.
 47. Frei Manuel do Cenáculo, *Elogio Fúnebre do Padre frei Joaquim de S. Joseph [...]* (Lisboa: Oficina Patriarcal de Luís Ameno, 1757), 2.
 48. Com efeito, D. Frei Manuel do Cenáculo escreve que o seu mestre foi dotado de uma capacidade extraordinária de se exprimir, notabilizando-se na “cadeira, no púlpito e na conversação”, assim como por aquilo que escreveu. Considera-o “um dos melhores estudantes que a Escola da Companhia de Jesus produziu”.
 49. Cenáculo, *Elogio Fúnebre...*, 7.
 50. Cenáculo, *Advertências críticas...*
 51. Concretamente as críticas de Luís António Verney.
 52. Cenáculo, *Advertencias críticas e apologeticas...*
 53. Cenáculo, *Advertencias críticas e apologeticas...*, 3.
 54. De Luís António Verney.
 55. Cenáculo, *Advertencias críticas e apologeticas...*, 3.
 56. Cenáculo, *Advertencias críticas e apologeticas...*, 3.
 57. Cenáculo, *Advertencias críticas e apologeticas...*, 5.
 58. Cenáculo, *Advertencias críticas e apologeticas...*, 4.
 59. A impugnação das críticas procura ir além do simples louvor a esta figura. O Bispo de Beja sustenta o seu pensamento em documentos concretos, que entende

Notas

como factos comprovados daquilo que defende.

60. Nome pelo qual também foi conhecido o Beato Raimundo Lúlio.

61. Caeiro, *Dispersos*, 317.

62. Utilizamos a expressão do próprio autor.

63. Caeiro, *Dispersos*, 295.

64. Diogo Ramada Curto, “A História do Livro em Portugal, uma agenda em Aberto”, *Revista Leituras – O livro Antigo em Portugal e Espanha*, nº 9–10 (2001–2002), 37.

65. Curto, “A História do Livro em Portugal...”, 37

66. Cf. Caeiro, *Dispersos...*, 330–331.

67. Cf. Vaz, coord., “*As bibliotecas e os livros...*”, 483–484.

68. Note-se que há duas pastorais do Arcebispo de Évora da mesma data, uma dirigida ao clero, outra aos fiéis.

69. Atualizámos a grafia na identificação dos títulos.

70. Frei Manuel do Cenáculo, *Cuidados Literários do Prelado de Beja em Graça do seu Bispado* (Lisboa: Officina Simão Thaddeo Ferreira, 1791).

71. Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 1.

72. Vaz, “As bibliotecas e os Livros...”, 485.

73. Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 1.

74. Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 2.

75. Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 3.

76. Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 4.

77. Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 17.

78. Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 35.

79. Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 36.

80. Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 37.

81. Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 42.

82. Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 44.

83. Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 45.

84. Cenáculo, *Cuidados Literários...*, 46.

85. Calafate, dir., *História do Pensamento filosófico...*, 28.

86. Calafate, dir., *História do Pensamento filosófico...*, 28.

87. Essa interpretação, veiculada na época pela Academia das Ciências e também em muita historiografia produzida neste domínio, colocava na expulsão dos Jesuítas, na Reforma da Universidade de Coimbra e na fundação da Academia de Ciências, a fronteira que dá início a uma nova era dos estudos e do ensino e por essa via, à presença mais significativa dos valores das Luzes no nosso país. Cf. Curto, “A História do Livro em Portugal...”, 43.

88. Esse ataque foi acompanhado pela circulação de algumas sátiras manuscritas, eventualmente suscitadas pelo Bispo

de Beja, nos quais se colocava em causa a rutura reclamada pela Academia neste domínio. Cf. Curto, “A História do Livro em Portugal...”, 43.

89. Curto, “A História do Livro em Portugal...”, 43.

90. Cenáculo, *Cuidados literários*, 14–17, *apud* Curto, “A História do Livro em Portugal...”, 43.

91. Cf. Franco Venturi, *Utopia and Reform in the Enlightenment*, (Cambridge: Cambridge University Press, 1971), 117–137.

92. Frei Manuel do Cenáculo, *Memórias Históricas e Appendix segundo à disposição quarta da collecção das disposições do superior Provincial, para a observância, e estudos da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco*, (Lisboa: Regya Officina Typografica, 1794).

93. Cenáculo, *Memorias Históricas e Appendix...*, 1.

94. Certamente, também deverá ter ambicionado essa exaltação, sobretudo se tivermos em conta as problemáticas e disputas por protagonismo que marcaram a vida das Ordens Religiosas, nesta, e noutras épocas. Importava por isso demonstrar a grandeza da Ordem, patenteada nos progressos evidenciados nos estudos.

95. Cenáculo, *Memorias Históricas e Appendix...*, 1–2.

96. Cenáculo, *Memorias Históricas e Appendix...*, 2.

97. Cenáculo, *Memorias Históricas e Appendix...*, 2.

98. Reproduzimos a própria expressão de frei Manuel do Cenáculo.

99. Cenáculo, *Memorias Históricas e Appendix...*, 209.

100. Cenáculo, *Memorias Históricas e Appendix...*, 210.

101. Frei Manuel do Cenáculo, *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito por hum religioso da Ordem Terceira de S. Francisco*, (Lisboa: Regya Officina Typografica, 1774).

102. Cenáculo, *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito...*, IX.

103. Cenáculo, *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito...*, 84.

104. Cenáculo, *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito...*, 88.

105. Cenáculo, *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito...*, 91. Entretanto, começaram a surgir alguns pregadores que desenvolveram o gosto de serem eloquentes por legítimos preceitos, nomeadamente em Itália e Inglaterra. Cf. Cenáculo, *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito...*, 94.

106. Cenáculo, *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito...*, 247.

107. Cenáculo, *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito...*, 248.

108. Frei Manuel do Cenáculo, *Disposições do superior provincial para a observância regular e literária da Congregação da Ordem terceira de S. Francisco Feita em os annos de mil setecentos sessenta e nove e setenta*, (Lisboa: Regia Officina Tipográfica, 1990).

109. Cenáculo, *Disposições do superior provincial...*, 14–15.

110. Cenáculo, *Disposições do superior provincial...*, 16–34.

111. Cenáculo, *Disposições do superior provincial...*, 35–42. Note-se que cada uma das partes destas disposições é acompanhada por uma transcrição em latim.

112. Cenáculo, *Disposições do superior provincial...*, 1–78. Note-se que a paginação desta obra não é contínua, pelo que em cada disposição volta a iniciar-se a contagem das páginas.

113. Cenáculo, *Disposições do superior provincial...*, 5.

114. As instruções constituem-se como um retrato muito útil para averiguar o governo de determinada diocese. Cf. Oliveira, *A paixão da História...*, 39.

115. frei Manuel do Cenáculo, *Instrução Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre os estudos físicos do seu clero*, (Lisboa: Regya Officina Typographica, 1786).

116. Ganho, “frei Manuel do Cenáculo...”, 444.

117. Vaz, “Piedade Cristã e reformismo...”, 383–384. Veja-se também a propósito desta Pastoral: Vaz, “Ciência e técnica...”, 269.

118. Cf. Ganho, “frei Manuel do Cenáculo...”, 444.

119. Este domínio da Filosofia Natural não foi sequer abordado com grande importância na obra “*Verdadeiro Método de Estudar*” de Luís António Verney, sendo que a preocupação fundamental está no estudo dos fenómenos físicos mais ligados ao saber experimental de laboratório. Cf. – Ganho, “frei Manuel do Cenáculo...”, 445.

120. Cenáculo, *Instrução Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre os estudos físicos...*, 15.

121. Ganho, “frei Manuel do Cenáculo...”, 444.

122. Ganho, “frei Manuel do Cenáculo...”, 444.

123. A este propósito gostaríamos de recordar uma memória que se encontra no Diário de Cenáculo acerca de um terramoto no Alentejo em 1791,

na B.P.E. Códice CXXIX/1–20. Nesta memória sobressai, em nosso entender, esta busca da qual Cenáculo dá mostras, esta necessidade de procurar a explicação “científica” dos fenómenos.

124. Ganho, “frei Manuel do Cenáculo...”, 446.

125. Frei Manuel do Cenáculo, *Instrução Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo de Beja sobre a modéstia dos vestidos do clero*, (Lisboa: Officina Simão Thaddeo Ferreira, 1792).

126. Frei Manuel do Cenáculo, *Instrução Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo de Beja sobre alguns pontos da disciplina eclesiástica*, (Lisboa: Regia Officina Typografica, 1790).

127. Frei Manuel do Cenáculo, *Instrução Pastoral do Excellentíssimo e Reverendíssimo Bispo de Beja ao clero e ordenandos da sua diocese*, (Lisboa: Regya Officina Typografica, 1784).

128. Frei Manuel do Cenáculo, [*Instrução pastoral*] *do Arcebispo de Évora*, (Lisboa: Imp. Regia, 1808). Esta é uma pastoral expedida ao clero, da mesma data e impressão existe outra, dirigida aos seus fiéis.

129. No caso da instrução enquanto Bispo de Beja verificamos que esta é anterior a algumas das obras que atrás analisamos, na qual começa por expor algumas das ideias que desenvolve depois. A que expede enquanto Arcebispo de Évora repete muito do que foram as ideias que expôs publicamente, ao longo da vida, no que concerne à necessidade de formação do clero. É justificada pela necessidade de apresentação das suas ideias na nova posição que atingiu, enquanto Metropolitano de outra região.

130. *Instrução Pastoral do Excellentíssimo e Reverendíssimo Bispo de Beja ao clero e ordenandos...*, 15.

131. *Instrução Pastoral do Excellentíssimo e Reverendíssimo Bispo de Beja ao clero e ordenandos...*, 14.

132. Cenáculo, *Instrução Pastoral do Excellentíssimo e Reverendíssimo Bispo de Beja ao clero e ordenandos...*, 18.

133. Cenáculo, *Instrução Pastoral...*, 19.

134. Marcadé, *frei Manuel do Cenáculo...*, 299.

135. As obras que incluímos nesta categoria são de “ensinamento aos cristãos”, que procuram uma moralização da religiosidade e uma valorização do cumprimento da vida cristã e do culto.

136. Marcadé, *frei Manuel do Cenáculo...*, 335.

Notas

137. Note-se que, apesar destas características comuns que identificamos nas obras, estas têm também diferenças entre si e se algumas se destinam a ensinar um público mais simples, outra evidenciam já argumentos que parecem dirigir-se a um público mais instruído, numa tentativa de moralização e fundamentação da vida religiosa no seu todo.

138. Cf. Machado, *Rousseau em Portugal...*, 200.

139. Cumpre-nos reconhecer que há obras que procuram analisar determinadas matérias do foro da religião e fundamentação doutrinal que não incluímos aqui, optando por fazer o seu exame quando avaliarmos as “orações e matérias religiosas e de culto”. Estas obras revelam também a preocupação de ensinar e fundamentar aos cristãos determinadas matérias, pelo que também partilham um pouco desta característica de instrução aos cristãos, no entanto focam aspectos concretos de matérias de culto, pelo que optámos por as tratar separadamente.

140. Frei Manuel do Cenáculo, *Pastoral pela qual há por bem saudar os seus diócesanos, admoestando-os sobre a natureza e ofícios da religião*, (S. L. s.n., 1777).

141. Cenáculo, *Pastoral pela qual há por bem saudar os seus diócesanos...*, 1.

142. Cenáculo, *Pastoral pela qual há por bem saudar os seus diócesanos...*, 2.

143. Cenáculo, *Pastoral pela qual há por bem saudar os seus diócesanos...*, 3.

144. Cenáculo, *Pastoral pela qual há por bem saudar os seus diócesanos...*, 4.

145. Cenáculo, *Pastoral pela qual há por bem saudar os seus diócesanos...*, 6.

146. Cenáculo, *Pastoral pela qual há por bem saudar os seus diócesanos...*, 7.

147. Cenáculo, *Pastoral pela qual há por bem saudar os seus diócesanos...*, 9.

148. Utilizamos a expressão do próprio Bispo de Beja.

149. Cenáculo, *Pastoral pela qual há por bem saudar os seus diócesanos*, 13.

150. Frei Manuel do Cenáculo, *Vida Christã* (Lisboa: Of. Simão Thaddeo Ferreira, 1792).

151. Cenáculo, *Vida Christã...*, 1.

152. Cenáculo, *Vida Christã...*, 3.

153. Cenáculo, *Vida Christã...*, 7, 8, 9.

154. Cenáculo, *Vida Christã...*, 10.

155. Cenáculo, *Vida Christã...*, 15.

156. Cenáculo, *Vida Christã...*, 40.

157. Frei Manuel do Cenáculo, *Memória Descritiva do assalto, entrada e saque de Évora pelos Franzeses, em 1808* [Edição póstuma], (Évora: Minerva Eborense, 1887).

158. Frei Manuel do Cenáculo, *Graças Concedidas por Christo no campo de Ourique, acontecidas em outros tempos, e repetidas no actual, conformes aos desenhos de suas idades*, (Lisboa: Imprensa Régia, 1813).

159. A vitória sobre o rei muçulmano invicto é apresentada, nesse contexto, como obra da Divina Providência que, de forma “gratuita” deu sinais ao primeiro rei português, guiando-o no seu caminho. Cf. Cenáculo, *Graças Concedidas por Christo...*, 1. Cumpre salientar que Alexandre Herculano, já em meados do século XIX, acabará por colocar em causa a veracidade de alguns documentos que eram utilizados para sustentar a tese da primazia atribuída à batalha de Ourique na fundação da nacionalidade, indicando similarmente quais as fontes “positivas” para fazer a história desta batalha. Sobre isto veja-se Alexandre Herculano, *História de Portugal desde o começo da Monarchia até ao fim do reinado de Afonso III*, (Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1875), 279–287. Existe uma reedição mais recente, veja-se: *História de Portugal desde o começo da Monarchia até ao fim do reinado de Afonso III*, (Lisboa: Bertrand Editora, 2008), 740–743.

160. Cf. Cenáculo, *Graças Concedidas por Christo...*, 1–2.

161. Utilizamos a expressão exclusivamente para tentar significar a tentativa de sustentar uma hipótese baseando-se no estudo de fontes e apresentação de provas, não estamos com isso a defender que terá usado um método científico baseado nos paradigmas epistemológicos utilizados atualmente.

162. Frei Manuel do Cenáculo, *Instrução pastoral pela qual manda se façam preces publicas e particulares a Deus pela esperada felicíssima sucessão da Monarchia*, (Lisboa: Officina Simão Thaddeo Ferreira, 1792)

163. Frei Manuel do Cenáculo, *Instrução pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo de Beja, em que manda se rendão acções de graças a deos nosso senhor pela gloriosíssima sucessão da monarchia portugueza*, (Lisboa: Officina Simão Thaddeo Ferreira, 1795).

164. Cenáculo, *Instrução pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo de Beja em que manda se rendão acções de graças...*, 12

165. Frei Manuel do Cenáculo, *Instrução Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo de Beja sobre as graças e jubileus novamente concedidos a instancias da Rainha Nossa Senhora D. Maria I. Venerando-se e celebrando-se a memoria da instituição do augustíssimo Sacramento da Eucarsítia*,

(Lisboa: Regia Officina Typografica, 1784).

166. Cenáculo, *Instrução Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo de Beja sobre as graças e jubileus...*, 5.

167. A especificidade destas obras levou-nos a classificá-las como de “fundamentação histórica e política a partir da religião”. Com isso pretendemos fazer sobressair a partilha de características que procuram fundamentar, partindo da religião, os aspetos que se pretendem defender. Os assuntos variam, desde a fundação da nacionalidade, à continuidade da monarquia, passando pela sustentação do cumprimento de determinados preceitos por fidelidade à soberana e à religião de inspiração divina. No entanto, apesar dessa variabilidade dos assuntos, todas convergem nessa primazia atribuída à religião e à intervenção divina como fator de suporte e sustentação da Monarquia e do próprio país.

168. Francisco Lourenço Vaz, *O saque de Évora pelos franceses em 1808*, (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2008), 16.

169. Sobre isto ver Christian Jouhaud, “Imprimir o acontecimento. La Rochelle em Paris”, em *As utilizações do objeto impresso* (Roger Chartier dir.), (Lisboa: Difel, 1998), 373–430.

170. Frei Manuel do Cenáculo, *Dissertação Theologica, Histórica e Crítica sobre a definibilidade da Conceição Imaculada de Maria Santíssima pelo Padre Fr. Manoel do Cenáculo*, (Lisboa: Officina Joseph da Costa Coimbra, 1757).

171. A par do *Elogio do Mestre* de Cenáculo, obra que já examinamos anteriormente.

172. Note-se que já Lutero, num comentário de 1521, feito ao *Magnificat* reage contra o que considera o exagero do culto a Maria, apelando para um recentrar da Fé em Cristo, o único redentor. Sobre a evolução do culto mariano ao longo dos tempos veja-se, entre outros: Stefano De Fiores, “Maria”, em *Christos Enciclopédia do Cristianismo* (Lisboa – S. Paulo: Editorial Verbo, 2004), 573–577.

173. Saliente-se que a doutrina da Imaculada Conceição viria a estabelecer-se como um dogma de Fé quase um século depois, em 1854. O Papa Pio IX definiu a Imaculada Conceição como verdade de Fé, após parecer positivo de todos os Bispos, pronunciando a fórmula solene de definição *Ineffabilis Deus*, 2–XII. 1854. Esta doutrina é fruto de um processo de amadurecimento milenário, tendo sido manifestada fé em torno de Maria desde os primeiros séculos

do Cristianismo. Maria foi proclamada, no Concílio de Éfeso, no ano 431 d.C., como “Mãe de Deus”. No século XV o magistério da Igreja aprovou a Liturgia em honra da Imaculada Conceição, sendo a definição do mistério realizada apenas no século XIX. Cf. Stefano De Fiores, “Imaculada Conceição”, em *Christos Enciclopédia do Cristianismo*, (Lisboa – S. Paulo: Editorial Verbo, 2004), 432–433.

174. Tradução para latim da Bíblia. Sobre isto veja-se: Cenáculo, *Dissertação Theologica, Histórica e Crítica...*, 1–9.

175. Cenáculo, *Dissertação Theologica, Histórica e Crítica...*, 243.

176. Cenáculo, *Dissertação Theologica, Histórica e Crítica...*, 246.

177. Frei Manuel do Cenáculo, *Oração que disse o M.R.P.M. Doutor Fr. Manoel do Cenáculo, Da Terceira Ordem de S.P.S. Francisco, sendo presidente em a primeira sessão da Academia Mariana celebrada nesta cidade de Lisboa no 1º de Agosto de 1756*, (Lisboa: Oficina Miguel Manescal da Costa, 1758).

178. Cenáculo, *Oração que disse o M.R.P.M. Doutor Fr. Manoel do Cenáculo...* [licenças, sem nº de página]

179. Frei Manuel do Cenáculo, *Instrução Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre a memória da paixão, e Agonia do Nosso Divino Redemptor*, (Lisboa: Régia Officina Typografica, 1780).

180. Cenáculo, *Instrução Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre a memória da paixão...*, 4.

181. Cenáculo, *Instrução Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre a memória da paixão...*, 4–5.

182. Cenáculo, *Instrução Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre a memória da paixão...*, 7.

183. Frei Manuel do Cenáculo, *Instrução pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre o catecismo*, (Lisboa: Regia Officina Typografica, 1786).

184. Cenáculo, *Instrução pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre o catecismo...*, 3.

185. Cenáculo, *Instrução pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre o catecismo...*, 5.

186. Cenáculo, *Instrução pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre o catecismo...*, 8.

187. Cenáculo, *Instrução pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre o catecismo...*, 28.

188. Cenáculo, *Instrução pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre o catecismo...*, 33.

Notas

189. Cenáculo, *Instrução pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre o catecismo...*, 83.
190. Note-se que, à semelhança do que fizemos na apresentação das categorias anteriores, apesar de termos identificado mais obras que incluímos nesta categoria, não faremos uma apresentação particularizada do conteúdo de cada uma delas pelas razões já apontadas. Note-se que todas convergem na mesma necessidade, sentida por Cenáculo, de explicar matérias do culto e da doutrina cristã.
191. Lisboa, “Papéis de larga Circulação...”, 134.
192. Chartier, *A Ordem dos Livros...*, 50.
193. Foucault, “Qu’est-ce qu’un auteur”, *apud*. Chartier, *A Ordem dos Livros...*, 60. Cumpre-nos assinalar que estamos a definir Cenáculo, enquanto autor, recorrendo à definição geral de autor feita por Michel Foucault.
194. Caeiro, “Concepções da historiografia setecentista...”, 515.
195. Caeiro, “*Concepções da historiografia setecentista...*”, 515. De acordo com o autor, Cenáculo intenta fazer a revisão dos métodos, procurando os meios mais adequados ou requeridos para o desenvolvimento das ciências auxiliares.
196. Cenáculo respira o ambiente da sua época, destacando-se na sua obra a preocupação com o “progresso das letras” que foi regulada pelos próprios condicionalismos históricos e acontecimentos culturais do tempo, os quais acabaram por se refletir na “imagem” que formou do tempo em que vivia. Foi, nas palavras de Caeiro, “o homem da sua época por excelência”, exercendo um enciclopedismo ao gosto do seu século”. As suas obras refletem e comprovam isso mesmo, sendo reveladoras das suas preocupações, das formas como pretendeu influenciar a sua época, espelhando analogamente, as circunstâncias e exigências da sua época. Cf. Caeiro, “Concepções da historiografia setecentista...”, 531.
197. Caeiro, “Concepções da historiografia setecentista...”, 531.
198. Marcadé, *frei Manuel do Cenáculo...*, 197-214.
199. Chartier, *A Ordem dos Livros...*, 38.
200. Chartier, *A Ordem dos Livros...*, 39.
201. Denis Diderot, “*Lettres sur le commerce de la librairie*”, *Ouvres Completes*, t. VIII, *apud* Chartier, “Que es un libro?”, em *Que es un texto?*, (Madrid: Circulo de Bellas Artes, 2006), 29.
202. Jorge Luis Borges, “Nota sobre Bernard Shaw”, em *Obras Completas 1952-1972*, 2, 23-45 *apud* Chartier, *A Ordem dos Livros*, 35
203. Cf. Alberto Manguel, *Uma História da Leitura*, (Lisboa: Editorial Presença, 1998).
204. Manguel, *Uma História da Leitura*, 20
205. Saliente-se, com bem notou o autor citado, que o ato de ler letras numa página é apenas uma das manifestações dessa função, assim como o são o ato de ler as estrelas, ou o de um arquiteto “ler” o espaço onde vai construir a casa, ou o do zoólogo a ler o rasto dos animais na floresta, entre outros exemplos possíveis.
206. Manguel, *Uma História da Leitura*, 21.
207. Alberto Manguel, *Uma História da Leitura...*, 14-15.
208. Manguel, *Uma História da Leitura...*, 16-17.
209. Para captar o mundo do escrito no Antigo Regime é preciso entender que, apesar da exiguidade da alfabetização, a comunicação escrita ultrapassa, em muito, os estritos limites da competência da leitura e da escrita. Cf. Lisboa, *Ciência e Política...*, 15.
210. Chartier, *A Ordem dos Livros...*, 19.
- Essa apropriação faz-se, em primeiro lugar, porque nesta época são numerosas as formas de transporte dos conteúdos escritos para a oralidade. Depois, porque o escrito também transporta em si mesmo a oralidade. Finalmente, porque assistimos, neste período, à criação de um novo relacionamento entre o oral e o escrito, com a conquista de espaço pelo impresso. Cf. Lisboa, *Ciência e Política...*, 15.
211. Chartier, *A Ordem dos Livros...*, 19-21.
212. Lisboa, *Ciência e Política...*, 16.
213. Saliente-se, a título ilustrativo, Lamarca Langa, *La cultura del libro...*
214. A isto pode associar-se o fenómeno de ocultar a consulta de determinadas obras por motivos como a censura, se bem que no caso em apreço e tendo em conta a ligação ao aparelho censório deste prelado, não nos parece que sentisse necessidade de esconder a leitura de obras proibidas, as quais estava autorizado a consultar devido às suas funções.
215. Códices: CXXIX/1-17; CXXIX/1-18; CXXIX/1-19; CXXIX/1-20; CXXIX/1-21.
216. Cf. Maria Manuela Tavares Ribeiro, “Livros e leituras no século XIX”, *Revista de História das Ideias*, 20, (1999): 187.
217. Ana Cristina Araújo, “Livros de uma vida – Critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII”, *Revista de História das ideias*. V. 20, (1999): 162.

218. Elisabeth Eisenstein, *The printing Press as an Agent of Change* (Cambridge: University Press, 1979), 701.
219. Henri Jean-Martin, “Publishing conditions and strategies in ancien regime France”, *Books and Society in History*, (Londres: Association of College and Reserch Libraries, 1983), 43, *apud* Lisboa, *Ciência e Política...*, 202.
220. Lisboa, *Ciência e Política...*, 200.
221. Reinhard Wittman, “Hubo una revolución en la lectura a finales del siglo XVIII?”, em *História de la lectura en el mundo occidental*, dir. Guglielmo Cavallo y Roger Chartier, (Madrid: Santillana Ediciones, 2001), 491-537.
222. Brewer, “Reading and Readers...”, 160.
223. Brewer, “Reading and Readers...”, 163.
224. Está já publicado, o levantamento das menções a livros e a leituras neste diário. Cf. – Vaz, Coord., *Os livros e as bibliotecas...* Sobre a importância dos diários enquanto fonte documental para a “micro-história” veja-se a introdução desta obra.
225. Por vezes têm apenas considerações muito ligeiras acerca da valia da leitura para o Bispo.
226. Vaz, Coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 29.
227. Boureau, “Adorações e devoções franciscanas...” 30.
228. Boureau, “Adorações e devoções franciscanas...” 31.
229. *Os livros e as bibliotecas...*, 29. A prática consistia, similarmente, na abertura do Livro Sagrado ao acaso, apontando, também aleatoriamente, com o dedo para uma parte do texto, repetindo-se o procedimento várias vezes no mesmo dia.
230. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 30.
231. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 30.
232. Sobre a importância da *Lectio Divina* na Igreja Católica atual consultar, por exemplo: Arquidiocese de Braga – Plano Pastoral 2008-2011.
233. Gianantonio Borgonovo, “Bíblia”, em *Christos. Enciclopédia do Cristianismo* (Lisboa – S. Paulo: Ed. Verbo, 2004), 119-132. Sobre a importância da Bíblia enquanto fonte da palavra de Deus e Revelação Divina vejam-se também Concílio Vaticano II, *Constituição Dogmática Dei verbum a Revelação Divina* (Braga: Editorial Apostolado da Oração, 1994) e Bento XVI, *Exortação apostólica pós-sinodal, Palavra do Senhor Verbum Domini* (Fátima: Difusora Bíblica, 2011).
234. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 30.
235. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 31.
236. B.P.E. Códice CXXIX/1-17. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 578.
237. B.P.E. Códice CXXIX/1-17. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 572.
238. Martinez Martin, *Lectura y lectores en...*, 122-123.
239. Martinez Martin, *Lectura y lectores en...*, 122-123. Realce-se a existência, em algumas dessas livrarias, de obras de apologia católica, formuladas para refutar os filósofos e novas correntes de pensamento.
240. Algumas das citações podem ter sido realizadas por necessidade de referir um ou outro autor, para dar mostras de erudição e de grande conhecimento e que se está a par das “novidades do tempo”, por razões de identificação e sustentação política, ou por simples civilidade e retribuição para com outros eruditos com quem, como muito bem sabemos, frei Manuel do Cenáculo trocou letras.
241. Não consideramos neste número a “Patente Encíclica que frei Pascoal Varísio, Geral da Ordem de S. Francisco, expediu através de frei Manuel do Cenáculo, Provincial da mesma Ordem, apelando à penitência...”. Esta não é, como já esclarecemos atrás, de autoria de Cenáculo. Para dados mais detalhados sobre o nº de citações de cada obra veja-se a nossa tese de doutramento, já citada.
- Não nos parece, por isso, coerente realizar, nesta obra em particular, a procura de citações com o objectivo de achar menções a livros que Cenáculo leu ou conhece.
242. A identificação da língua é feita por nós, tendo por base os títulos apresentados nas obras.
243. Conseguimos identificar a data de apenas 452 menções.
244. O título é assim identificado. Cf. Cenáculo, *Instrução pastoral do Arcebispo de Évora...* 18.
245. Dizemos necessariamente manuscritos porque tem data de composição anterior ao aparecimento da imprensa. Não descartamos contudo, que o conhecimento de alguns deles seja feito por intermédio de livros “mais actuais” que a eles aludem. Há também registos que nos deixam testemunho da sua busca por documentos originais, o que possibilitaria o acesso a alguns destes manuscritos.
246. Essas citações servem, como atrás se disse, para sustentar determinadas

posições, mas também para, nalguns casos, contestar outros autores. Analogamente, a menção a determinada obra faz-se, por vezes, como o simples intuito de explicar algo que sucedeu em séculos anteriores.

247. Há ainda a possibilidade de alguns títulos, cuja língua de composição não conseguimos identificar, serem escritos noutras línguas, tal como, por exemplo, o grego e o hebraico sobretudo em textos bíblicos.

248. Sobre isto ver, por exemplo, Cardoso, *Ler na livraria...* 192 e seguintes, onde se faz referência ao plano Iluminista de catalogação da livraria às seis classes gerais. Sobre a base teórica e a contextualização das reclassificações temáticas de pendor iluminista que são aplicadas tanto em arquivos como em bibliotecas conventuais e que, depois, dimanam para as casas senhoriais ver: Silva et al., *Arquivística teoria e...*, 93-114.

249. "Lettere al Signor Clerc sopra qualche parte della Filosofia Newtoniana Stampata in Firenze". De autoria de Hartsoecker.

250. Assim citada na p. 15, da obra de Cenáculo.

251. Antoine Arnauld, *La logique ou l'art de penser contenant outre les règles communes, plusieurs observations nouvelles, propres à former le jugement* (Paris: G. Desprez, 1683). Este autor foi um filósofo, teólogo e matemático, conhecido como Jansenista e também pelo seu domínio da Patrística.

252. Ludwig Martin Kahle, *Comparaison de la Métaphysique de Leibnitz avec celle de Newton*. (Göttingue, 1740). Trata-se da tradução francesa da obra em alemão: *Vergleichung der Leibnützischen und Newtonischen Metaphysik*. Esta obra é uma resposta à crítica realizada por Voltaire à Filosofia de Leibniz.

253. Admitimos tratarem-se de lições de Roger Joseph Boscovich, filósofo naturalista e matemático, que viveu no século XVIII. Este terá sido um dos primeiros eruditos estrangeiros a adotar a teoria da gravidade de Newton. Cf. "Enciclopédia Britânica", http://www.1911encyclopedia.org/Roger_Joseph_Boscovich, 21 de outubro de 2010.

254. O tomo terceiro desta obra pode ser consultado no "Google books", <http://books.google.pt/books/21> de outubro de 2010.

255. Quando manifesta desconhecimento, de acordo com frei Manuel do Cenáculo, acerca de quem foi e onde se destacou Raimundo Lúlio.

256. Cenáculo, *Advertências Críticas...*, 49.

257. É assim que surge citada a obra do P. Lamy, p. 16.

258. Pensamos tratar-se da obra: William Cave e Henry Wharton, *Scriptorium ecclesiasticorum historia literária* (Geneve: Samuel de Tournes, 1694).

259. Esta obra pode ser consultada na íntegra, Cf. Universidade de Oxford, "Arquivo da Internet", <http://www.archive.org/details/histoiredelaphi01dufrgoog>, 21 de outubro de 2010.

260. Cf. Pierre Le Gallois, 1680, disponível em, "Google Books", <http://books.google.pt/books/reader?id=0xJAAAACAAJ&hl=pt-PT&printsec=frontcover&output=reader>, 26-04-2012.

261. Cf. Daniel Morhof, 1732, disponível, "Google Books" http://books.google.pt/books?id=casWAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_g_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false, 26-04-2012.

262. Também conhecido em Portugal como Bento Spinoza, foi um filósofo que nasceu em Amesterdão em 1632, sendo membro da comunidade Judaica portuguesa. O seu pensamento combina um comprometimento entre os princípios metafísicos e epistemológicos cartesianos, com elementos do antigo Estoicismo e Racionalismo Judeu. Cf. "Enciclopédia de Filosofia de Stanford", <http://plato.stanford.edu/entries/spinoza/>, 21 de outubro de 2010.

263. Julgamos tratar-se de uma referência ao filósofo Pierre Bayle.

264. Certamente, esse conhecimento não estaria alheio às suas funções enquanto censor.

265. Antonio Castillo Gómez, "No passando por ello como gato sobre brasas - leer y anotar en la España de Siglo de Oro", *Leituras - O livro antigo em Portugal e Espanha séculos XVI-XVIII*, nº9-10 (2002): 99.

266. Cf. Castillo Gómez, "No passando por ello...", 105.

267. Castillo Gómez, "No passando por ello...", 105.

268. AAVV, "Coloquio", em *Que es un texto?*, ed. Roger Chartier (Madrid: Circulo de Bellas Artes, 2006), 111.

269. AAVV, "Coloquio...", 114.

270. AAVV, "Coloquio...", 115.

271. Vaz, "As bibliotecas e os Livros...", 483-488.

272. Cenáculo, *Cuidados literários...*, 517.

273. Vaz, "As bibliotecas e os Livros...", 484-485.

274. Machado, "Percurso da Censura...", 201.

275. Machado, "Percurso da Censura...", 201.

276. Note-se que as diligências para a criação da Inquisição começaram a fazer-se por volta de 1231-1235, empreendidas pelo Papa Gregório IX, que procurava formas de combater os desvios e alastramentos heréticos. Como foi acentuado por Raul Rego, em 1478 os Reis Católicos "introduzem" a Inquisição na Península, com instruções para que se peneirasse nas ideias, não só o judaísmo, mas tudo aquilo que pudesse ser suspeito à fé e bons costumes. Em 1536 é a vez de esta ser introduzida em Portugal, por via de complicadas negociações empreendidas em Roma por D. João III, sendo estabelecida através da Bula *Cum nihil magis*. A partir daqui a censura passa a actuar sistematicamente a três mãos: a Régia, a do Ordinário e a do Santo Ofício. Cf. Machado, "Percurso da Censura...", 200-202 e Rego, *Os índices expurgatórios...*, 11-14.

277. Rego, *Os índices expurgatórios...*, 15.

278. Rego, *Os índices expurgatórios...*, 16-17.

279. Machado, "Percurso da Censura...", 202-203. À medida que estes índices se vão tornando mais modernos, engrossam as proibições, colocando barreiras ao conhecimento de autores contemporâneos, mas, nalguns casos, também de autores mais antigos, indo até aos Santos Padres e seus comentadores. Sobre a evolução destes índices vejam-se os dois autores supracitados.

280. Machado, "Percurso da Censura...", 204.

281. Rego, *Os índices expurgatórios...*, 89.

282. Rego, *Os índices expurgatórios...*, 92.

283. Não há restrições nem resguardos ao seu controlo e até os padres e censores nacionais, como por exemplo frei Francisco Foreiro, autor de um dos índices anteriores, "caíram nas malhas que ajudaram a tecer". Cf. Machado, "Percurso da Censura...", 204.

284. Rego, *Os índices expurgatórios...*, 106.

285. Rego, *Os índices expurgatórios...*, 107.

286. Machado, "Percurso da Censura...", 204.

287. Machado, "Percurso da Censura...", 204-205.

288. Sobre a censura em Portugal veja-se também José Tengarrinha, *Imprensa e Opinião Pública em Portugal* (Coimbra: Minerva Comercial, 2006)

289. Martins, "A censura literária...", 46.

290. Como bem observou Teresa Martins, a reforma da censura intelectual enquadrou-se numa estratégia que visava o enfraquecimento dos poderes do Tribunal da Inquisição, ilustrando-o exemplarmente a crescente interferência da Coroa na nomeação dos Inquisidores-Gerais. Ainda dentro do mesmo plano, foi realizada uma tentativa de imputar aos Jesuítas toda a responsabilidade do mau funcionamento e desvirtuamento da censura e defendeu-se a necessidade da alteração do seu regime de funcionamento. Cf. Martins, "A censura literária...", 46.

291. Martins, "A censura literária...", 47.

292. Martins, "A censura literária...", 47-48.

293. B.P.E. Códice CXXVIII 2-5, f. 212 e seguintes.

294. B.P.E. - Cod. CXXVIII 2-16, *apud* Martins, "A censura literária...", 48

295. Regimento parcialmente transcrito em: António Ferrão, "A censura literária durante o Governo Pombalino", em *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências* (Lisboa: Academia das Ciências, 1923), 285-395.

296. Martins, "A censura literária...", 48.

297. Martins, "A censura literária...", 49.

298. Martins, "A censura literária...", 49.

299. Com efeito, apesar de as censuras aparecerem constantemente assinadas por três ou mais membros, a caligrafia dos manuscritos revela que há sempre uma personalidade desse "grupo" encarregue de a redigir.

300. Esta nomeação ocorreu em 16 de março de 1770, tal como é afirmado pelo próprio numa anotação de 16 de março desse anos, que se encontra em: B.P.E. Códice CXXVIII 2-16, *apud* Martins, "A censura literária...", 50.

301. Cf. Martins, "A censura literária...", 50.

302. Sobre isto ver o estudo da autora que temos vindo a citar, que mostra detalhadamente quais as regras e o que estabeleciam, p. 51 e seguintes.

303. Martins, "A censura literária...", 56.

304. Martins, "A censura literária...", 101.

305. O índice encontra-se na B.P.E. - Códice CXXVIII/2-17, nº38, estando também transcrito nos anexos da obra de M. Teresa Payan Martins que temos vindo a citar.

306. Martins, "A censura literária...", 101-102.

307. Martins, "A censura literária...", 59.

Notas

308. Machado, “Percurso da Censura...”, 205.
309. Martins, “A censura literária...”, 61.
310. Martins, “A censura literária...”, 104-106.
311. Machado, “Percurso da Censura...”, 205.
312. Machado, “Percurso da Censura...”, 205.
313. Machado, “Percurso da Censura...”, 206.
314. Cf. Machado, *Rousseau em...*
315. Vicente, “Panfletos Anti-Napoleónicos...”, 123.
316. Rodrigues, *Breve História...*, 41-44.
317. A partir do momento em que assume a Presidência do órgão a deixa de ser tão activo na redação de censuras.
318. Pensamos que é uma censura ao apêndice da obra de António Pereira de Figueiredo, *Apêndice e ilustração da Tentativa Theologica*, publicada em 1768.
319. Códice CXXIX/1-1, [s.n.]
320. Dias, *Pombalismo e...*, 3.
321. B.N.P. – Códice 10567, col. 25, *apud* Paiva, “Os novos prelados diocesanos...”, 51, citado a partir de Joaquim José Carvalho Teixeira, *Literatura e Poder Político. Pombalismo e Antipombalismo* (Coimbra, [s.n.], 1987), 291.
322. Pensamos tratar-se de frei Paolo Sarpi, teólogo veneziano que foi um amigo e benfeitor de Galileu. Sobre a sua vida e obra Cf. David Wooton, *Paolo Sarpi Between Renaissance and Enlightenment* (Cambridge: University Press, 2002).
323. Alegação que frei Manuel do Cenáculo contesta no seu parecer.
324. B.P.E. Códice CXXVIII 2-5, f. 212 e seguintes.
325. Cf. Vaz, “libros e leituras...”, 43-58.
326. Zília Osório de Castro, “Antecedentes do Regalismo pombalino. O Padre José Clemente”, em *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*. V. 1, org. Oliveira Ramos e Jorge Martins Ribeiro (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001), 327.
327. Embora a identificação da obra não esteja presente, pensamos pela descrição feita na censura, que se trata da obra “Compêndio dos Escritos e Doutrina de João Gerson”, publicada em 1768.
328. B.P.E. Códice CXVIII/1-15, nº 28
329. B.P.E. Códice CXVIII/1-15, nº 28DV.
330. B.P.E. Códice CXVIII/1-15, nº 28E.
331. Chamamos-lhe primeira censura por comodidade de apresentação dos dados, de facto a censura pública foi esta última, a 1ª, ao que parece, ficou apenas como um documento de trabalho do Bispo.
332. B.P.E. Códice CXXVIII/2-20, nº58.
333. É possível consultar este edital inserido numa compilação de leis publicadas nesta época, na Biblioteca Nacional Digital, <http://purl.pt/6417>, 10 de novembro de 2011. Está também disponível “Google books”, <http://books.google.pt/books?hl=pt-PT>
334. Machado, *Rousseau em...*, 224.
335. B.P.E. – código CXVIII/2-20, f. 38. Neste incluem-se várias obras do sigilismo.
336. B.P.E. – código CXVIII/2-20, f. 39.
337. B.P.E. – código CXVIII/2-20, f. 38.
338. B.P.E. – código CXVIII/2-20, f. 39.
339. A.N.T.T. – Real Mesa Censória. Caixa 4, caixa 5 e caixa 6.
340. A maioria destas censuras corresponde ao período em que foi deputado da Mesa, sendo que apenas encontramos uma datada de março de 1771, depois de Cenáculo ter sido nomeado Presidente da Mesa, esta encontra-se na caixa 6, f. 18.
341. A.N.T.T. – Real Mesa Censória-caixa 4, f. 74, 79, 80, 88, 95, 102, 108, 114, 115, 117, 124, 130, 131, 132.
- A.N.T.T. – Real Mesa Censória – caixa 5, f. 23, 25, 26, 28, 29, 41, 70, 82, 84, 85.
- A.N.T.T. – Real Mesa Censória – caixa 6, f. 1, 2, 18.
342. Embora, nesses casos, a deliberação final seja sempre a mesma para todas as obras examinadas naquele momento, isto é, as sentenças aparecem agrupadas em conjuntos de obras aprovadas, ou reprovadas.
343. Trata-se da censura à obra “L’Amitié Scycle”, que se encontra no f. 95, caixa 4, datada de setembro de 1768.
344. Trata-se da censura à “Cartilha do P. Fr. Ignacio Carmelita observante”, que se encontram também no f. 95, caixa 4, datada de setembro de 1768.
345. A.N.T.T. Cx. 4, f. 78, 28 de julho de 1768.
346. A.N.T.T. Cx. 4, f. 102, 9 de setembro de 1768.
347. A.N.T.T. Cx. 4, f. 124, 20 de outubro de 1768.
348. Actualizamos a grafia.
349. A.N.T.T. Cx. 5, f. 23, de 13 de fevereiro de 1769.
350. Saliente-se que durante todo o século XVIII a Igreja da Holanda serviu de refúgio a numerosos jansenistas que fugiram de França. Os seus arquivos, enriquecidos por numerosos documentos de França, constituem ainda hoje uma das fontes mais importantes do jansenismo. Estes emigrantes franceses, alguns dos quais como Leclerc ou Le Sesne d’Etemare, foram teólogos famosos, contribuíram para manter vigorosa uma inegável vitalidade intelectual no cisma de Utrecht, apesar da sua minoria numérica. Cf. Hubert Jedin, *Manual de Historia de la Iglesia*, t. VI (Barcelona: Editorial Herder, 1978), 583-584, *apud* Cândido dos Santos, *O Jansenismo em Portugal* (Porto: Faculdade de Letras, 2007).
351. Embora não seja identificada pelo título completo, tudo indica que se trata da obra de António Pereira de Figueiredo, “Demonstração Theologica, Canonica e Historica do Direito dos Metropolitanos de Portugal...”, publicada em Lisboa, 1769.
352. A.N.T.T. Cx. 5, f. 28, de 13 de fevereiro de 1769.
353. A.N.T.T. Cx. 4, f. 117, 13 de outubro de 1768.
354. A.N.T.T. Cx. 5, f. 26, 13 de fevereiro de 1769. Jakob Friedrich von Bielfeld entrou no serviço Prussiano, teve uma breve carreira diplomática e foi tutor do irmão mais novo de Frederico o Grande, antes de publicar algumas das suas obras. Cf. H. M. Scott, *The emergence of Eastern Powers, 1756-1775* (Cambridge: Cambridge University Press, 2001), 1-11.
355. A.N.T.T. Cx. 5, f. 82, 5 de junho de 1769.
356. A.N.T.T. Cx. 6, f. 2, 2 de janeiro de 1770.
357. Nalguns casos apenas, porque noutros, sobretudo em matérias de fundamentação de poder, como no caso da Pastoral do Bispo de Coimbra, a dureza da censura é, como se viu, muito vincada.
358. A.N.T.T. Cx. 4, f. 79, 28 de julho de 1768.
359. A.N.T.T. Cx. 4, f. 79, 28 de julho de 1768.
360. A.N.T.T. Cx. 4, f. 88, 18 de agosto de 1768.
361. A.N.T.T. Cx. 4, f. 88, 18 de agosto de 1768.
362. Philip L. Astuto, *Eugenio de Santa Cruz y Espejo. Obra educativa* (Caracas: Fundacion Biblioteca Ayacucho, 1981), 186.
363. A.N.T.T. Cx. 4, f. 88, 18 de agosto de 1768.
364. A.N.T.T. Cx. 4, f. 88, 18 de agosto de 1768.
365. A.N.T.T. Cx. 4, f. 88, 18 de agosto de 1768.
366. A.N.T.T. Cx. 4, f. 95, 1 de setembro de 1768.
367. Machado, *Rousseau em...*, 391-395.
368. Cenáculo, *Instrução Pastoral ao Clero...*, 56.
369. Machado, *Rousseau em...*, 391-395.
370. Cenáculo, *Cartas e outras Instruções sobre os Trabalhos Presentes...*
371. Cf. Machado, *Rousseau em...*, 392.
372. Sobre outras proibições a obras de Rousseau, feitas por mão de outros censores que não Cenáculo. Cf. Machado, *Rousseau em...*, 222.
373. Cumpre recordar a crítica que é feita à pastoral do bispo de Coimbra, onde entre as várias delações que são apontadas ao autor, se acusa este prelado de contribuir para divulgar livros que já estavam proibidos e que eram até desconhecidos em Coimbra. Nesse sentido, é legítimo admitir que o receio da divulgação destes escritos tenha preocupado o prelado.
374. Machado, *Rousseau em...*, 223.
375. A.N.T.T. Cx. 4, f. 95, 1 de setembro de 1768.
376. Em 6 de outubro de 1768 é também feita a censura da obra “Emile ou l’Education”, mas, embora Cenáculo seja os dos três censores que a assina, não é ele o redactor da sentença, conforme podemos constatar pela consulta pormenorizada da caligrafia do documento. Cf. A.N.T.T. Cx. 4, f. 115, 6 de outubro de 1768. A obra é reprovada, sustentando-se a proibição na similitude com as opções de outros países, como a Holanda, onde foi proibida, e de outras regiões, como Genebra, onde foi queimada, sendo considerada uma obra contrária à Religião revelada e o seu autor deísta.
377. Machado, *Rousseau em...*, 228.
378. As duas encontram-se em: A.N.T.T. Cx. 4, f. 95, 1 de setembro de 1768.
379. A.N.T.T. Cx. 4, f. 95, 1 de setembro de 1768.
380. A.N.T.T. Cx. 4, f. 95, 1 de setembro de 1768.
381. A.N.T.T. Cx. 4, f. 102, 9 de setembro de 1768.
382. A.N.T.T. Cx. 4, f. 102, 9 de setembro de 1768.
383. A.N.T.T. Cx. 4, f. 102, 9 de setembro de 1768.
384. A.N.T.T. Cx. 4, f. 108, 19 de setembro de 1768.
385. A.N.T.T. Cx. 4, f. 115, 6 de outubro de 1768.
386. A.N.T.T. Cx. 4, f. 131, 3 de novembro de 1768.
387. A.N.T.T. Cx. 5, f. 26, 13 de fevereiro de 1769.

Notas

388. A.N.T.T. Cx. 5, f. 26, 13 de fevereiro de 1769.

389. Diodoro Siculo, *Biblioteca Storica*. É possível encontrar a obra em versão digital Cf. “Europeana”, <http://www.europeana.eu/portal/record/04F24586D2DBB63526911B2ADCA2F82300F8530F43.html?start=9&query=Diodoro+Siculo>, 20 de janeiro de 2012.

390. Cf. Censura em A.N.T.T. Cx. 5, f. 29, 13 de fevereiro de 1769.

391. Dizemos a última reprovação porque se trata da última censura onde se proíbe uma obra, assinada por frei Manuel do Cenáculo, que encontramos no Arquivo da Torre do Tombo. Contudo depois desta data, há proibições de partes de obras, como o exemplo da censura de 8 de janeiro de 1770 a que já aludimos acima.

392. A.N.T.T. Cx. 5, f. 41, 3 de março de 1769.

393. Sobre tudo na sua obra *Emile ou de l'Éducation*.

394. Machado, *Rousseau em...*, 230.

395. Sublinhe-se que, como referiu G. Gama Caeiro, a preocupação cultural deste prelado humanista se desdobrava em dois planos distintos. De um lado, cifrava-se no progresso do conhecimento científico, histórico e na pesquisa “arqueológica” e bibliográfica e, por outro lado, no afã de utilidade e de aproveitamento concreto desses conhecimentos, muito especialmente através da formação atualizada do Clero. Cf. Caeiro, *Dispersiones*, 532.

396. Vaz, “As bibliotecas e os Livros...”, 485.

397. Vaz, “As bibliotecas e os Livros...”, 486.

398. Vaz, “Livros e Leituras para Instrução...”, 45.

399. Como sabemos, propôs programas de reforma da Instrução, participou nas Juntas de reforma da Universidade e escreveu diversas obras onde expõe aquilo que entende serem as necessidades em termos de pedagogia e ensino do Clero e também do Povo.

400. Não é um rol completo, mas apenas uma pequena lista de livros que foram reunidos por Cenáculo e que serão utilizados na instrução dos ordinandos.

401. B.P.E. – Códice CXXVIII 2-5, f. 214-220. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 300.

402. Essa divisão por rubricas é realizada no próprio documento.

403. Filósofo Samuel Clarke que viveu entre 1675-1729, que foi um das figuras do círculo de Newton. Entre os diversos temas que tratou salientamos os discursos sobre a existência de Deus. Sobre este autor consultar “Enciclopédia de Filosofia de Stanford”, <http://plato.stanford.edu/entries/clarke/#4.1>, 2 de novembro de 2010.

404. Ainda que os dados indicados não permitam uma identificação completa da obra, julgamos que se trata da obra de Luc-Joseph Hooke, *Princípios da religião natural e revelada*, datada de 1754.

405. Padre Claude Frassen, que viveu entre 1620-1711. Sobre o autor consultar: Stephen Donovan, “Claude Frassen”, em *The Catholic Encyclopedia*, 6. (New York: Robert Appleton Company, 1909). Disponível online em: <http://www.newadvent.org/cathen/06244a.htm>, 3 de novembro de 2010.

406. Augustin Calmet (1672-1757). Uma versão em inglês deste dicionário pode ser consultada em: Universidade da Califórnia, “Internet Archive”: <http://www.archive.org/details/calmetdictionary00calm>, 9 de novembro de 2010.

407. Louis Elies Dupin, autor de afinidades jansenistas. Cf. Santos, *Jansenismo em Portugal...*, 12-13.

408. Admitimos tratar-se da obra de Edmund Purchot, com uma edição em 1734, intitulada “*Philosophicae ad faciliorem veterum ac recentiorum Philosophorum*”

409. François Jacquier, *Institutiones Philosophicae ad studia theologica potissimum accommodata*, matemático francês que professou na Ordem dos “frades Menores”.

410. Antonio Genovesi que compôs várias obras, entre as quais a “*Logica*”, em 1766.

411. P. Fortunati a Brixia.

412. Admitimos que se trate da obra do autor Ehrenfried Walther von Tschirnhaus (ou Tschirnhausen).

413. Nicolas Malebranche, filósofo francês, professou na ordem dos Oratonianos tendo vivido na segunda metade do século XVII e início do XVIII.

414. Willen Jacob's Gravesande, *Physices Elementa Mathematica experimentis confirmata. Sive Introductio ad Philosophiam Newtonianam* (Leiden, 1720-1721, 1725, 1742). Sobre o autor Cf. Real Academia Artes e Ciências da Holanda, “Biblioteca Digital”, <http://www.historyofscience.nl/author.cfm?RecordId=3>, em 9 de novembro de 2010.

415. Talvez possa estar a referir-se à obra de Pieter van Musschenbroek.

416. Com isto queremos significar as obras que revelam um modelo de racionalidade que se começou a constituir a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvido nos séculos seguintes, nomeadamente no domínio das ciências naturais. Sobre este assunto veja-se, entre vários possíveis: Boaventura de Sousa Santos, *Um discurso sobre as Ciências*. (Porto: Edições Afrontamento, 1999).

417. Pensamos que possa tratar-se de Claude Fleury, também conhecido como abade Fleury, advogado e homem da Igreja francês. A fonte não permite identificar a obra aconselhada.

418. Anónimo, *L'Esprit ou les principes du droit Canonique*, 1760. Pode ser consultado online: “Europeana”, <http://www.europeana.eu/portal/record/03486/A63B3638BEA8317004BB527FB6EA7335E72B252A.html>, 20 de fevereiro de 2012.

419. Admitimos que se trata do filósofo grego Diógenes Laércio.

420. Jacob Bruckero, *Historia Critica Philosophiae*, sendo que, na mesma altura, este autor é também citado em: Junta de Providência Literária, *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuítas [...]*. (Lisboa: Regia Officina Typographica, 1771), 201.

421. Jacques Bénigne Bossuet.

422. Os dados disponibilizados não nos permitem a identificação da obra. Admitimos tratar-se de obra do autor Melchior Goldasto Haiminsfeldio.

423. Zeger Bernard Van Espen, canonista belga que, em 1674, começa a ensinar a ensinar na Universidade de Lovaina. A sua obra principal é *Jus Ecclesiasticum Universum* na qual defende teses galicanas e regalistas. Cf. Cândido dos Santos, “Matrizes do Iluminismo Católico da época Pombalina”, em *Estudos em Homenagem a Luís António Oliveira Ramos*, org. Francisco R. Silva e M. Antonieta Cruz (Porto: Faculdade de Letras da UP, 2004), 949-956.

424. Conforme a própria designação do autor.

425. Retórica e Poética.

426. Reproduzimos as próprias palavras utilizadas pelo prelado.

427. Note-se que as recomendações para noviços serão tratadas com maior detalhe pelo bispo noutro documento.

428. Reproduzimos a própria expressão do bispo de Beja.

429. B.P.E. – Códice CXXVIII 2-5, fl. 427.

430. Saliente-se que o documento não se encontra datado e encontra-se junto a diversa documentação, onde se incluem as memórias acerca da Biblioteca do Convento de Jesus e também sobre a Biblioteca da Mesa que o prelado ambicionou criar, a par de documentos sobre os estudos, entre diversos outros. O contexto em que é escrito, que releva a necessidade da licença por parte do provincial, leva-nos a admitir que se trata de um complemento relativo aos estudos dos noviços da Ordem Terceira.

431. *Bíblia Sagrada*, tradução pelos Monges Maredsous (Cucujães: editorial Missões, 2006)

432. Cumpre realçar que, também por isso, admitimos como mais plausível a hipótese de poder tratar-se de um documento complementar ao que apresentámos anteriormente, destinado à organização completa dos estudos da Ordem Terceira.

433. B.P.E. Códice CXXIX 1-21, f. 243. Note-se que estes ordinandos iriam começar os estudos, de acordo com a informação contida no próprio documento, segunda a nova forma de os educar.

434. B.P.E. – Códice CXXVIII 2-4, f. 2-3, [Determinações sobre a continuação dos estudos eclesiais no Bispado de Beja]. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 297.

435. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 297.

436. B.P.E. – Códice CXXVIII 2-4, f. 10. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 297.

437. Cenáculo, *Memórias Históricas...*, 309-316.

438. Note-se que D. Frei Manuel do Cenáculo realça que a lista que apresenta se constituiu como um elenco pessoal, admitindo que o rol não é tão extenso quanto gostaria porque as obrigações decorrentes das suas atividades não lhe permitem conhecer todos os livros que poderiam ser apontados.

439. Cenáculo, *Memórias Históricas...*, 309.

440. Cenáculo, *Memórias Históricas...*, 310.

441. Cenáculo, *Memórias Históricas...*, 311.

442. Cenáculo, *Memórias Históricas...*, 311-312.

443. Cenáculo, *Memórias Históricas...*, 312.

444. Cenáculo, *Memórias Históricas...*, 312-313.

445. Cenáculo, *Memórias Históricas...*, 314.

446. Reproduzimos as palavras do próprio bispo.

447. Ana Cristina Araújo,

Notas

“Ilustracion y Reforma de La Teología en Portugal en el siglo XVIII”, *Cuadernos Dieciochistas*, nº2 (2001), 262.

448. Cenáculo, *Pastoral do Arcebispo de Évora*, 66, apud Araújo, “Ilustracion y Reforma...”, 262.

449. Araújo, “Ilustracion y Reforma...”, 262.

450. Cenáculo, *Pastoral do Arcebispo de Évora*, 66.

451. Araújo, “Ilustracion y Reforma...”, 262.

452. Cenáculo, *Pastoral do Arcebispo de Évora*, 66.

453. Araújo, “Ilustracion y Reforma...”, 262.

454. Araújo, “Ilustracion y Reforma...”, 263.

455. B.P.E. Códice CXXIX/1-17, f. 17-19.

456. Reproduzimos a própria expressão do bispo de Beja.

457. Expressão utilizada pelo próprio frei Manuel do Cenáculo.

458. Reproduzimos as próprias palavras utilizadas pelo bispo de Beja.

459. Cumpre realçar que o documento não nos permite verificar se as lições que se iniciaram em 1775 e respectivas propostas de leituras foram ministradas na sua totalidade.

460. B.P.E. Códice CXXIX/1-17, f. 17-19.

461. Conforme a própria expressão de frei Manuel do Cenáculo.

462. B.P.E. Códice CXXIX /1-17, f. 17-19.

463. Para além destes livros que deu e recomendou ao príncipe, Cenáculo identifica ainda dois jogos de breviários que foram entregues ao príncipe pelo padre António da Silva, conjuntamente com as obras de Tomás de Kempis, que não sabia quem lha tinha dado, e livros espirituais que já possuía.

464. Santos, *O Jansenismo em Portugal...*, 36.

465. Santos, *O Jansenismo em Portugal...*, 38.

466. Esse conhecimento foi identificado por autores como Jacques Marcadé. Cf. Marcadé, *frei Manuel do Cenáculo...* 268.

467. Santos, *O Jansenismo em Portugal...*, 40.

468. Vaz, “Jansenismo e Regalismo...”, 77-78.

As bibliotecas de Cenáculo

A ideia de criação de Bibliotecas

As bibliotecas assumiram no labor de frei Manuel do Cenáculo uma grande importância. Enquanto bibliófilo e “bibliosofo”¹, trabalhou afincadamente na promoção da leitura e criação de bibliotecas. No esforço continuado em prol da criação destas instituições culturais, concorreu com ideias e com donativos para a fundação destes estabelecimentos. Esse empenho foi tão efetivo para as bibliotecas de organizações públicas, como para as de particulares, sendo essa preocupação uma constante ao longo da sua vida². Concorreu diretamente para a criação de pelo menos 4 bibliotecas, a Biblioteca do Convento de Jesus, a Real Biblioteca Pública, a Biblioteca de Beja e Biblioteca de Évora. Para além disso, contribuiu para a dotação de algumas bibliotecas de particulares.

De acordo com uma nota autobiográfica³, terá sido durante a viagem a Roma em 1750, pelo contacto que teve com diversas bibliotecas famosas, que se começaram a produzir as suas ideias para a criação de bibliotecas em Portugal. Uma memória manuscrita sobre o plano para a construção da Biblioteca da Real Mesa Censória, que encontramos no numeroso espólio cenaculano, parece confirmar a importância que essas “famosas bibliotecas europeias” desempenham no seu pensamento: “Faz-se indispensável para a Biblioteca huma caza vasta, bem proporcionada, magestosa, capaz de muitos mil volumes, sendo regulada pelas Bibliotecas Publicas da Europa, em algumas das quaes há cem, duzentos, trezentos mil, em mais volumes [...]”⁴.

Como bem salientou Francisco Vaz, Cenáculo tem por ambição criar uma biblioteca magnificente, quer em termos de fundos disponíveis, quer em termos de instalações capazes de albergar esses fundos. Contudo, as suas preocupações apresentam-se mais amplas. Cenáculo é um dos primeiros a deixar bem claro que as bibliotecas só adquirem sentido a partir do momento em que os seus fundos bibliográficos sejam úteis e de fácil acesso ao público, chegando a insurgir-se contra aqueles que fecham ou aferrolham os livros⁵. Sabendo-se, tal como foi referido por Teresa Amado⁶, que o espaço Biblioteca constitui um indicador de como se entende a criação, a organização e a divulgação do saber, esta preocupação com o usufruto público do espaço biblioteca revela, a par de outras facetas da sua atuação, um homem que encara a divulgação do saber e a formação dos seus contemporâneos como algo crucial. A biblioteca surge, nessa perspetiva, como um espaço onde os livros são disponibilizados a quem os deseja consultar, um local de “criação de saber”, ao qual o público deverá poder aceder com facilidade. Não esquecendo que a ação de Cenáculo neste domínio se desenrolou paralelamente à atividade censória no nosso país, o que claramente colocou limites à circulação e acesso aos livros, a preocupação com a criação de uma biblioteca disponível ao público revela, de acordo com o defendido por autores como

Francisco Vaz, um homem imbuído do “espírito das Luzes” que considera os livros como o suporte à formação e instrução, quer das elites, quer do povo⁷. A instrução emerge dessa forma como o caminho para atingir a “inteligência, o conhecimento e a clareza de espírito”, de acordo com o sentido clássico das Luzes, ou *Lumières*, se quisermos ser fiéis ao termo francês original, as bibliotecas constituíam-se como mais um meio para o conseguir.

É justamente a apreciação das diligências em torno da criação e dotação de algumas bibliotecas que nos propomos fazer ao longo deste capítulo do nosso trabalho.

A Real Biblioteca Pública

A decisão de abordar a temática da criação da Real Biblioteca Pública, atual Biblioteca Nacional, no contexto dos trabalhos que temos vindo a desenvolver, não tem a intenção de fazer uma História acerca deste estabelecimento, mas apenas contribuir para conhecer qual a importância e contributo dado por frei Manuel do Cenáculo para o seu desenvolvimento. Pareceu-nos importante, antes de avançarmos, fazer este esclarecimento prévio, uma vez que consideramos que a temática da criação da Biblioteca Nacional⁸ e seu progresso está longe de estar esgotada⁹. Ainda que o objetivo fundamental não seja o de “historiar” a biblioteca, acaba por ser inevitável fazer uma incursão na temática da génese e crescimento desta organização, sempre com o propósito de encontrar o contributo dado por frei Manuel do Cenáculo.

Cumprir notar, tal como foi sublinhado por Manuela Domingos, que para fazer a História da Biblioteca Pública deveremos recorrer a diversos tipos de fontes, as quais deverão ser confrontadas, de modo a obtermos uma melhor visão da trajetória desta instituição. Parafraseando a autora, “pelo que sabemos das fontes trabalhadas, inventariadas, ou apenas indiciadas, relativamente à Biblioteca Nacional, podemos afirmar “que um mundo ignoto” aguarda quem tiver a missão ou desejo de tentar historiar a vida desta Instituição bissecular [...] Começando pelo levantamento e inventariação das grandes linhas e das pequenas realidades da vida da BN [...]”¹⁰. Saliente-se que há diversos contributos desta autora, dedicados a estudar a trajetória deste estabelecimento ao longo dos tempos. Entre esses, destacamos dois trabalhos pela forma como procuram apresentar, de uma forma condensada, as diversas fontes a que pode recorrer quem pretende trabalhar sobre a História da Biblioteca Nacional¹¹. Através destes estudos é possível perceber, claramente, a pluralidade de documentação que subsiste e o enorme manancial a explorar em termos documentais, por quem se dedique a fazer uma História sobre a Biblioteca Nacional.

Como é sabido, frei Manuel do Cenáculo teve um papel muito importante na criação desta e de outras bibliotecas¹². Propusemo-nos a conhecer melhor aspetos desse contributo para esta Biblioteca. Analisamos donativos e missivas que trocou, diligências que empreendeu, de modo a entender a forma como Cenáculo encarou o espaço biblioteca e sua representação¹³.

A biblioteca enquanto instituição representativa e símbolo do saber moderno, que transformou livros e a própria livraria em objeto de culto, foi-se elaborando em função de uma lógica de pensamento, de determinada sensibilidade face às novas realidades culturais e ao reconhecimento da necessidade de eficiência do saber¹⁴. O mesmo terá sucedido com D. Frei Manuel do Cenáculo, os contributos que deu para a génese ou dotação de algumas bibliotecas, nomeadamente a Biblioteca Nacional, traduzem a sua própria sensibilidade face às realidades culturais e essa premência face à formação e ao saber¹⁵.

Analisaremos assim o papel de frei Manuel do Cenáculo na génese da Instituição e o donativo que fez em termos de fundos para a dotar. Saliente-se que, quando apreciarmos a oferta realizada a esta biblioteca, apresentaremos dados quantitativos, sobre as edições e áreas “temáticas” privilegiadas, seguindo a divisão já presente no próprio donativo. A escolha de determinadas edições e temáticas, para além de refletirem o gosto pessoal deste colecionador, serão analogamente fruto da importância das relações culturais e sociais que este estabeleceu¹⁶.

Ao longo do século das Luzes disseminaram-se na sociedade europeia novos valores, embora a forma como estes se difundiram em diferentes sociedades e regiões conheça matizes bastante diferenciadas, parece ser relativamente consensual que coube ao livro um importante papel na divulgação de novos valores e saberes. Avaliar a forma com a palavra impressa afetou o comportamento da humanidade, não é uma tarefa simples, revelando-se um objetivo que implica incorporar diferentes áreas de pesquisa em História do livro, num entrosamento que Robert Darton definiu como a “História social e cultural da comunicação por intermédio da imprensa”¹⁷.

Como se sabe, o livro obtém um papel de divulgação do novo saber, de novas polémicas, constituindo-se como um esteio que permitiu ao espírito científico cimentar-se e avançar de paradigma em paradigma, na regeneração do conhecimento humano¹⁸. Assim, vários são os colecionadores que ao longo do século XII e XVIII tomam consciência da importância do papel do livro. monarcas, homens de ciência, cultores de livros, magistrados, prelados, entre muitos outros, que por razões diversas, atuam no sentido de enriquecer bibliotecas¹⁹. São estes homens que, ainda no decurso do século XVII, enriquecem os fundos das primeiras bibliotecas nacionais em Itália, Inglaterra e França, fazem-no enquanto mecenas que procuram prestar um serviço

à comunidade. É nesta centúria que surge nestes países a conceção da Biblioteca Pública moderna, aberta gratuitamente, a horas regulares, para o bem público, que são obras promovidas, não por instituições públicas, mas sim por patronos particulares, grandes bibliófilos que quiseram engrandecer o seu nome²⁰. Exemplos desses protetores de bibliotecas são Thomas Bodley, em *Oxford*; ou o Cardeal Mazarino, fundador da *Mazarina* de Paris e ainda o Cardeal Frederico Borromini fundador da *Ambrosiana* de Milão²¹. Cumpre salientar, na mesma linha, o papel que Cenáculo teve ao convencer Diogo Barbosa Machado a doar a sua livraria ao D. José I, para suprir a destruição da livraria privada do Rei no terramoto. A livraria Real, que foi para o Rio de Janeiro em 1807, constituiria o fundo primitivo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro²².

Em Portugal parece-nos possível enquadrar o donativo à Real Biblioteca Pública, feito por D. Frei Manuel do Cenáculo em final do século XVIII, neste tipo de ação de um bibliófilo que, além do engrandecimento do seu nome, procura também ser útil à sua comunidade doando ao novo estabelecimento, criado por Alvará da Rainha, uma coleção de livros que os testemunhos da época classificam como extremamente valiosa.

Se é verdade que o pensamento e a sua expressão escrita encontram nos livros um inestimável veículo de comunicação e transmissão de cultura e mudança de mentalidades²³, uma biblioteca é também, como foi dito por Domingos de Pinho Brandão²⁴, um elemento importantíssimo para conhecimento do movimento intelectual da época, pela tradição que representa, pelas correntes de pensamento que manifesta, pelo paixão e cultura que supõe nas pessoas ou instituições que a formam, conservam ou aumentam.

A génese da Biblioteca Pública Conceção e desenvolvimento do projeto até 1777

Parafraseando Raúl Proença, o primeiro ato fundador da futura Biblioteca Nacional é aquele que cria por carta de Lei de cinco de abril de 1768, a Real Mesa Censória²⁵. Esta declaração poderá parecer algo surpreendente, sobretudo se considerarmos o hiato de quase três décadas que separa a ereção deste tribunal do Estado e a abertura da Real Biblioteca Pública, não será todavia arrebatada. Com efeito, é também das ações decorrentes da gestão deste tribunal que reúne as atribuições de exame e censura de livros que antes se encontravam dispersas, que encontramos o despontar de movimentos que haveriam de proporcionar o aparecimento posterior da biblioteca. Frei Manuel do Cenáculo, que desempenhou funções no órgão censório, teria, por essa via, um importante papel na fundação deste organismo público.

O bispo de Beja foi, como se sabe, um prestigiado colaborador e executante da obra pombalina nos campos do ensino e da cultura.

Isso mesmo é ilustrado na carta enviada por frei Rafael Mohedano a Fernando Velasco. Na missiva, datada de 13 de julho de 1773 e escrita durante uma visita a Lisboa, frei Rafael relata o que viu e quem o recebeu em Portugal. Sobre Cenáculo, que não o recebeu imediatamente por se encontrar ao serviço na Mesa Censória, testemunha:

“Sabe V. S. las grandes prendas que adornan à este Sr. tiene primera estimación del Rey, que le ha confiado la instrucción del Príncipe Heredero; la confianza del Ministro y el amor de todo el Pueblo. Influye en todas las determinaciones Literarias y políticas. Ahora se le debe la invención de un arbitrio para fondos de dotación de cátedras de Latinidad, Rethorica, lengua Griega y Filosofia en todas las ciudades del Reyno e Ultramarinas.”²⁶

A mesma epístola testemunha, analogamente, a reconstrução de Lisboa, assim como algumas medidas que se estão a empreender. Nada melhor do que atentarmos nas próprias palavras de frei Rafael:

“Esa ciudad de Lisboa se va reedificando con mejores edificios y en mejor situación que antes. Las calles nuevas son hermosas. Se promueven mucho las fábricas, hay una de vestidos de seda, otra de losa fina, una de todo género de armas y fundición de cañones; también arsenal para la fábrica de navíos. Todas estas en Lisboa y otras por todo el Reyno como la de Christales cerca de Leyria, la qual he visto. Todas estas son ó nuevamente establecidas ó fomentadas y adelantadas por la actividad e inteligencia del marqués de Pombal. Ahora de se va a construir un soberbio edificio para Bibliotheca Real y Museo.”²⁷ En todo el Reyno domina ya un mismo espíritu en fruto de Letras. Por la vigilancia de la Mesa censoria abundan los buenos libros; se escasean y desacreditan los malos: por el examen que hace a las theses [...] no resuenan ya questiones escolásticas. Se honra a los sabios [...] dentro de poco tiempo se verá florecer aquí la buena literatura en todos los ramos [...]”²⁸

Este retrato seria reforçado em nova missiva ao mesmo interlocutor, datada de 3 de novembro de 1773, quando frei Rafael exprime a consideração que, em Lisboa, a Reforma das Letras se fazia com passos acelerados e sólidos, devido a homens como frei Manuel do Cenáculo e o marquês²⁹. Além da relevância atribuída ao bispo de Beja em termos de mudanças culturais, sobressaem também as referências a um projeto para criar um edifício para uma Biblioteca Real e Museu.

Note-se que em meados de Setecentos a Biblioteca Real, instalada no Palácio da Ribeira, não tinha capacidade para albergar as diversas remessas de livros que a ela chegavam, tendo o Rei

D. João V encarregado um grupo de personalidades da Real Academia de História de elaborar os catálogos desta Biblioteca, organizando-os por matérias, segundo as suas especialidades, trabalho que entretanto se perdeu³⁰. Com o terramoto e prejuízos inerentes, surgiu um esforço de recuperação de Lisboa, encetado e incarnado em figuras como Sebastião José de Carvalho e Melo, que haveria de conduzir a transformações económicas, sociais e culturais. Estas mudanças refletir-se-iam quer nos edifícios, quer nas instituições sociais e culturais, como a Universidade e bibliotecas. Entre essas destacamos a Biblioteca Real, a qual foi pensada com objetivos, planos e meios bem definidos, numa lógica de reconstrução da cidade após a catástrofe. Não espanta então que já em 1773, em relatos de visitantes estrangeiros, se faça menção a este desejo de criar um novo edifício capaz de albergar essa Biblioteca.

Frei Manuel do Cenáculo, enquanto deputado e depois presidente da Mesa Censória, assume um lugar de destaque nesses desígnios. A Mesa, a partir de 1772, passa também a coordenar as reformas dos Estudos Secundários e do Colégio dos Nobres, “chamando a si a missão civilizadora de instituir uma Biblioteca Pública à altura das maiores da Europa que, sem exceção, abrisse as suas portas para instrução dos curiosos e dos mais eruditos” e servisse também de apoio ao trabalho dos censores³¹. Foi Cenáculo quem imaginou e logrou conseguir meios para estas tarefas. Para o conseguir cria um novo imposto “subsídio literário” que, taxando as bebidas alcoólicas, procura conquistar recursos para financiar as Escolas Menores que se pretendem erigir no país³². Com esta iniciativa do “subsídio literário” Cenáculo pretende ir mais longe, almejando outras aplicações para os excedentes do imposto:

“Do que restar do pagamento dos ordenados, se devem fazer as dignas applicações que a Meza poem na Real Presença de V. Mage.; e que farão huma virtuozza, e necessária emulação a todas as Corporações Litterarias do Estado; sendo esta virtude a que sustenta o vigor da Literatura, e tanto mais quanto mais combinada for em multiplicados exercícios, profissões e corporações. Primeira applicação: a compra sucessiva, e inextinguível de livros para a Bibliotheca Publica dirigida pela Meza. De sorte que a riqueza do Erário de V. Mag.; nesta repartição chegue a formar não somente huma das primeiras Bibliothecas da Europa, mas também seja decorada de preciosos Manuscritos, e dos Livros mais raros e escolhidos. Segunda applicação: a composição de hum Muzeu de Raridades, para o que dão hoje exemplos, e estímulos de sciencia e de paixão as Nações cultas, mas que brevemente hajão de receber os mesmos, e mais significantes exemplos desta Capital”³³

Sobressai a vontade de formar uma biblioteca e museu que sejam exemplares, tanto pelas peças e volumes de raridade e valor que albergarem, como por se constituírem como meios de divulgação da paixão pelo saber, concorrendo assim para engrandecer o nome de Portugal na Europa. Cenáculo imagina assim a “Biblioteca ideal”, cogitando os meios financeiros para conseguir os seus intentos. Concebe uma instituição que quer que seja mais que um mero depósito de livros, nomeadamente os resultantes da recolha das livrarias dos jesuítas após a sua expulsão. Pretende dotar essa biblioteca de livros proporcionados, através da “compra sucessiva, e inextinguível de livros”, que a tornarão exemplar na Europa.

A propósito desta pretensão de dotação de fundos encontramos dois testemunhos, contendo obras com as quais se pretendia prover a Biblioteca da Mesa Censória, documentos de que iremos dar nota seguidamente.

O primeiro é um índice com as obras principais que tratam da História Literária, feito por ordem do Marquês de Pombal, datado de julho de 1768, intitulado no original *Índice das Obras principais que tratão da História Letteraria isto he das Bibliothecas, Jornaes, Collecções, e outros livros em que se da noticia do autores, e das suas obras desde o século XV, até agora feito de ordem do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Conde de Oeyras Ministro e Secretario de Estado del Rey N.S. para se formar com Ellas huma Bibliotheca para uso da Real meza Censória*³⁴. É constituído por obras que iriam ser integradas na Biblioteca da Mesa Censória. Em termos de quantidades, o índice é composto por 115 títulos de livros, num total de 1803 volumes. Não é possível saber, a partir dos documentos a que tivemos acesso, a quantia que teria de ser despendida na sua aquisição, nem temos a garantia que a compra se efetuou realmente.

Mesmo admitindo que a compra não se chegou a efetivar, parece-nos que a análise desta relação de livros servirá para perceber com que tipo de obras se pretendeu dotar a biblioteca naquele momento, ainda que esta seja apenas uma fonte muito parcelar. Concentrando a nossa atenção na análise deste rol, constata-se que, quando olhamos para as datas de edição, há uma predominância de obras recentes.

A divisão das edições por datas pode constatar-se no gráfico seguinte: [Gráfico 4]

Há um claro predomínio de obras modernas, ou seja obras daquele século, seguidas pelas obras do século XVII. A presença de obras “mais antigas” é pouco significativa.³⁵ No que concerne às temáticas das obras trata-se de um conjunto de livros que o próprio autor do índice designa por obras de História Literária, sendo por esse motivo uma fonte muito parcelar.

O outro documento é um rol de livros, datado de dezembro de 1773, com o título *Rol dos Livros que se remetteram à Bibliotheca da real Meza Censória da Ordem do Ill.mo e Ex.mo Sr. Marquez de Pombal, com*

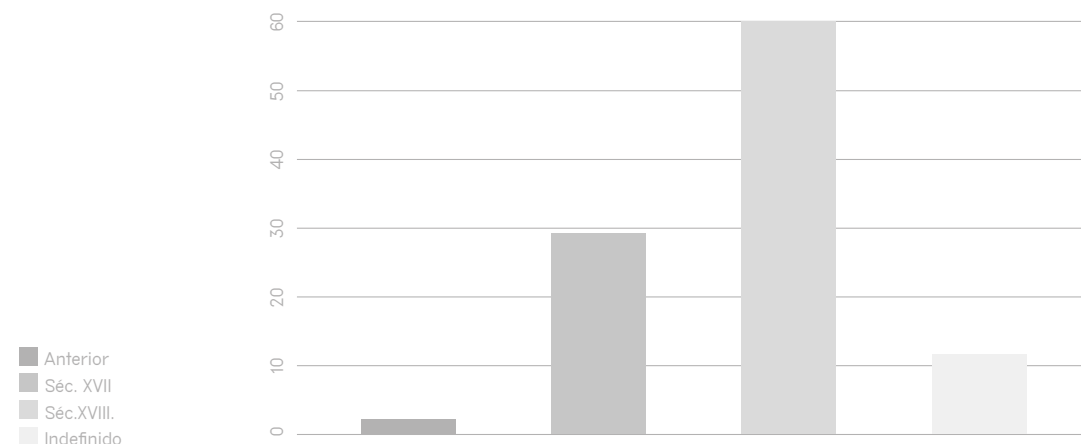


Gráfico 4
Datas das edições
do donativo à Real
Biblioteca

Fonte: B.P.E. Código
CXXVIII/2-17, nº1

*aprovação do Ex.mo e R.mo Sr. Bispo de Beja, Prezidente*³⁶. O próprio autor identifica-o como sendo a continuação das obras periódicas, o que nos faz admitir a hipótese de se tratar da continuidade de outras encomendas. Constitui-se por um conjunto de cento e vinte e quatro títulos, com respetivos preços, perfazendo um custo total de 1: 299\$000 réis. É possível saber os custos de cada publicação, destacamos, em termos de onerosidade, a compra de uma Bíblia Poliglota – *Biblia Polyglotta Parisiensis edita a le Jay. 10. 10 fol, Paris 1645*³⁷, que custou 56 mil réis; a obra *Sammarthani Gallia Christiana. 12. Vol.. fol. Paris*³⁸, com um custo de 50 mil; um *Recueil de Voyages. 12º 76 vol. Av. fig.*, por 36 mil réis; a edição *Meursii Joan/ Opera omnia. Fol. 12. Florentiae 1741*³⁹, por 72 mil réis; a obra *Museum Floretinum exhib. Gemmas, Statuas, et antiqua numismata cum Notis Gorii. 6 vol. Fol. Max. Cum fig.*, que em conjunto com *Ritratti de Pittori della Galleria Medici, 4 vol* representam um custo de 120 mil réis; a obra *Piranesi/ Gio: Bttā./ Raccolta di tutte sue Opere di antichità, e di architettura in 12. 10 fol. Ch. Max. em Cartone* com um custo de 144 mil réis e ainda a obra *Martiniere Dictionaire Universel Geographique. Fol. Amit. 10 vol.*⁴⁰, com um custo de 32 mil réis, entre várias outras.

Se apreciarmos as obras que compõe este rol, nomeadamente os exemplos das mais onerosas que aqui apresentamos, parece evidenciar-se uma multiplicidade de áreas de interesse estando presentes obras de um cariz religioso como a Bíblia, mas também obras sobre Arte, Geografia, entre outras. A estas juntam-se vários títulos de periódicos das mais distintas áreas – Jornais de Medicina, Económicos, Enciclopédicos, Literários, Anais, Efemérides, entre vários exemplos. Confirma-se assim uma procura de exemplares bem escolhidos e de valor, os quais se adquirem com esforço financeiro. Nessa perspetiva, admitimos que a biblioteca idealizada por Cenáculo, aquando da especificação das aplicações do Subsídio Literário encontrou, pelo menos parcialmente, expressão real e efetiva em ações de dotação de fundos. As obras valiosas, os periódicos “multidisciplinares”, a diversidade de áreas

e interesses faz-nos acolher a ideia que se procurou dotar uma Biblioteca que fosse capaz de “abrir as suas portas para instrução dos curiosos e dos mais eruditos” e que, em simultâneo, servisse de apoio ao trabalho dos censores, os quais teriam acesso a informação atualizada sobre obras e polémicas que iam surgindo.

As diligências em busca de livros para compor a Biblioteca da Mesa Censória são também testemunhadas nas cartas enviadas e recebidas por frei Manuel do Cenáculo. Assim, numa carta datada de 8 de julho de 1771⁴¹, enviada pelo marquês de Pombal, encontramos a comunicação pela qual se participa que, por ordem de sua Majestade, fora determinado que todos os livros de Teologia e Escritura, que se achavam na livraria do Colégio dos Nobres, fossem transferidos para a Biblioteca da Real Mesa Censória. Anexo a esta carta encontra-se o aviso de execução da ordem de entrega a Caetano Pecci⁴², mandando que este entregasse todos os livros de Teologia e Escritura. Noutra carta do mesmo marquês de Pombal⁴³ encontramos mais um aviso, desta feita informando que todos os livros que viessem da Casa da Índia deveriam ser entregues aos contínuos da Real Mesa Censória. Não conseguimos perceber qual a intenção desta recolha, mas admitimos a hipótese de serem livros que poderiam vir a engrossar os fundos da biblioteca da Instituição.

Infere-se, através da diversa documentação que temos vindo a apresentar, que se trabalhava afincadamente da criação e composição de uma Biblioteca da Mesa Censória que correspondesse às expectativas e exigências do tempo. Procuram-se os meios financeiros e a dotação de fundos, sendo que os diferentes testemunhos parecem confirmar o papel central desempenhado por frei Manuel Cenáculo na consecução deste desígnio. Em 4 de julho de 1773 o bispo de Beja envia o seu projeto da Biblioteca a Raynaldo Manuel, para que fosse feita a planta do edifício. Nesse programa reflete-se claramente qual a Biblioteca ideal que Cenáculo procura⁴⁴. O plano expõe, de forma detalhada, quais os gabinetes que deveriam formar esta biblioteca e o que neles deve existir, conforme se pode constatar na seguinte transcrição parcial:

[...] Alguns gabinetes para nelles poderem trabalhar não só os Ministros da Real Meza Censória, mas taobem os outros Ministros [...] Os particulares devem estudar na Caza Publica debaixo dos olhos dos Bibliothecarios, e dos guardas. Hade haver [...] gabinetes: para os Amamcenses, e copistas, occupados em transcrever copias de M.S.; que vierem emprestados [...] e as que se pedirem dos nossos Exemplares: para escreverem aos Correspondentes, [...]; como taobem pra o Serviço da Bibliotheca, na formação dos catálogos, róis de Contas, e mais [...] Huma caza, onde o Bibliothecario Maior tenha o seo bofete [...] Huma Caza [...] para [...] preparar a arrumação

próxima dos livros que hão de passar para as estantes[...] Huma Caza digna, onde esteja variedade de Globos, Mappas, Cartas Geográficas, Roteiros, e Curiozidades relativas á geografia[...] Outras duas cazas para Monetário, Dissenhos, Estampas de diversos assumptos: e Pinturas, principalmente de sujeitos Mestres, o que he ornato essencial de huma Bibliotheca [...] Será prudente cautela fazer mais duas, ou quatro Cazas, a que o tempo dará destinação, e para que nellas se acomodem os Livros particulares, e m.s.; e os outros ornamentos da Bibliotheca, que forem accrescendo, depois de estarem cheias as outras Cazas, e Museos.[...]

Pensa-se um projeto magnífico, onde inclui casa e gabinetes para a concretização de serviços muito distintos, abarcando até a cópia de manuscritos que viessem emprestados e de exemplares da Biblioteca que fossem pedidos por outras instituições. O objetivo declarado é o de albergar coleções distintas, não só os livros, como também o monetário, os produtos naturais, as estampas, os desenhos, entre outras⁴⁵.

A análise deste projeto mostra que Cenáculo idealiza uma biblioteca com um fundo atual, que tenha as condições necessárias para recolher “livros ineptos” que passariam para outras casas, na inteligência que tudo quanto fosse publicado deveria constar de uma biblioteca⁴⁶. Isso não obstava a que se fizessem trocas ou vendas de livros, sobre isso encontramos outro testemunho, num diário da Mesa Censória, onde Cenáculo relata que no dia 21 de dezembro falara com o Marquês, propondo-lhe que seria bom que a Instituição vendesse os livros dobrados que para lá tinham ido do colégio dos Jesuítas⁴⁷, sugerindo que com a receita daí proveniente se pudessem comprar outros que a Mesa não tinha⁴⁸.

O prelado almeja criar uma instituição onde há uma preocupação de compra constante de livros, os quais devem ser procurados de forma perpétua, ainda que admita que essa compra conheça períodos de maior ou menor intensidade⁴⁹. A biblioteca deverá ser capaz de corresponder a todas as necessidade de utilização do seu tempo, mas o projeto idealizado quer precaver até utilizações futuras, daí a precisão de incluir no projeto a construção de mais duas ou quatro casas, que possam vir a ser utilizadas no futuro.

Não só de recursos financeiros e materiais se cuidou, também os recursos humanos foram alvos de diligências. De acordo com o apurado por Manuela Domingos⁵⁰, um dos deputados da Mesa Censória terá tido a função de bibliotecário-mor, sendo que a primeira nomeação para a biblioteca surge por Decreto de 2 de janeiro de 1773, e consta do seguinte: “Attendendo à boa informação que tive das letras e applicação de Thomaz Jozé de Aquino: Hei por bem nomeallo Sub-Bibliothecario da Livraria da Real Meza Censoria”⁵¹. Depois do sub-bibliotecário são nomeados

para a sua guarda e limpeza um Fiel e um Moço⁵², os quais constituiriam o pessoal completo da Biblioteca até à extinção da Mesa. Note-se que em 1775, Nicolau Pagliarini apresenta um requerimento pelo qual pretende obter o cargo de Inspetor da Biblioteca, depois da morte do Beneficiado Caetano José que gozava do emprego. Pretendia acumular esta posição com a de Bibliotecário do Paço⁵³, mas não encontramos qualquer testemunho que indicie que esta sua pretensão foi atendida.

Mesmo que a evolução futura do projeto não corresponda na totalidade aos magníficos planos de Cenáculo há, nos documentos que temos vindo a expor, vários indícios que demonstram que esta é uma biblioteca para a qual o bispo de Beja trabalhou afincadamente, na qual procurou por em prática muitos dos seus desígnios, agindo para suprir de forma efetiva necessidades de dotação em termos de recursos e fundos necessários. Volvidos dois anos da apresentação do projeto, grandiosamente pensado por Cenáculo, encontram-se referências à Biblioteca desta Instituição, num decreto do Rei D. José I bastante elogioso para com a atuação da Mesa Censória⁵⁴. Nesse reconhece-se a necessidade de aumentar a biblioteca, que contaria com mais de sessenta mil volumes, cumprindo o desígnio de a tornar pública em benefício de todos os que nela se quisessem instruir⁵⁵. Aprova-se também a sugestão de financiar a aquisição de obras através do Subsídio Literário, tal com havia sido aconselhado por Cenáculo e a concessão de um novo espaço físico para toda a Instituição. Nada melhor que atentarmos no próprio documento:

“Havendo mostrado a experiência a utilidade que se tem seguido [...] do estabelecimento da real Meza Censoria, nos úteis progressos, com que tem adiantado os encargos da sua Instituição [...] augmentando a sua Bibliotheca a numero de sessenta mil volumes, com que se acha; pertendendo acrescentala ao ponto de se fazer publica [...] E por que o referido Tribunal se acha muito necessitado das acomodações necessárias para todo o seu expediente [...] e principalmente as grandez cazas são precisas para acomodação da referida Bibliotheca Publica [...] Hey por bem, e me praz fazer-lhe mercê da posse, e uso de toda a parte que lhe for necessária para a sua acomodação no grande edificio do lado occidental da Real Praça do Commercio, assim do que já se acha occupado, como do que ainda está por acabar, a qual parte lhe será destinada pelo Mappa, que se mandará tirar pelo Arquitecto Geral das Obras Publicas com todas as referidas acomodaçoens.[...]”⁵⁶.

Decide-se então a concessão de um novo espaço à Mesa Censória, dando-se instruções precisas a esse respeito ao arquiteto geral das Obras Públicas. Estabelece-se um plano para a continuação da obra do edificio do lado occidental da Real Praça do Comércio, assim

como os meios de dotação financeira do projeto. Não conseguimos fontes que forneçam indicações muito pormenorizadas acerca do andamento da obra, mas algumas das que pudemos consultar atestam que a obra estava a decorrer. Constitui-se como um bom exemplo disso uma folha de ordenados da Mesa Censória⁵⁷ onde, entre os encargos com o diverso pessoal, se indica a quantia despendida para pagamento ao “Mestre das Obras”, que teria auferido de um pagamento de seiscentos mil réis.

Também Manuela Domingos dá nota da dificuldade em saber, com exatidão, quando se processou a mudança para o edificio definitivo e se de facto as sucessivas instalações provisórias foram abandonadas. Analisando os balanços da receita e despesa da Junta do Subsídio Literário, a autora concluiu que existiu um cumprimento das instruções dadas pelo marquês de Pombal no que respeita à forma de pagamento das despesas da obra nas diferentes rubricas, sendo que a obra é dada por concluída em novembro de 1784, ficando orçada num total de 33.560\$247 réis⁵⁸.

Note-se porém que, em 1777, após a morte do Rei D. José e conseqüente afastamento de Pombal, o prelado se recolheu à sua diocese, onde inicia uma forte ação pastoral, pondo em curso iniciativas no campo do ensino, empenhando-se em criar, também em Beja, uma Biblioteca e Museu dignos. A análise da diversa documentação do espólio de frei Manuel do Cenáculo parece evidenciar que este esteve longe de considerar o afastamento para a sua diocese como um exílio forçado, ou um obstáculo ao desenvolvimento das suas ideias no campo do ensino e contribuição para a criação do saber. Há, no entanto, em cartas de alguns correspondentes alusões a problemas ou rumores surgidos após o seu afastamento.

Nesta altura verifica-se uma recomposição das elites e uma reorganização em relação aos cargos de relevo e proximidade à Coroa, sendo que a roda de interdependências do prelado se manifesta pesarosa com as mudanças. É disso exemplo Joaquim José da Costa e Sá, que numa missiva dirigida ao Bispo em 30 de janeiro de 1778⁵⁹, se queixa que os “os tempos estão tristes e escabrosos”. Outra carta, desta feita de autoria de Manuel Joaquim da Silva, *Arcebispo de Adrianopoli*, datada de 18 de novembro de 1777⁶⁰, sugere também o despontar de algumas “intrigas de corte”, que evidenciam as manobras de reposicionamento de elites e grupos de influência. Nesta começa por declarar o seu contentamento por, de acordo com o que pudera ler na última carta de frei Manuel do Cenáculo, este lhe manifestar que vivia com superioridade sobre todas as revoluções mundanas. Afirma também que considerava que “depois dos que deviam beijar a terra que Cenáculo pisasse” praticarem tais incivildades, não se admirava que estranhos obrassem da maneira que Cenáculo lhe significara, nem dos Capuchos poderia esperar outra coisa. Assevera também já ter falado com o nuncio acerca das “desfeitas

com que pretendiam inquietar Cenáculo” e que este as abominava. Também na mesma linha surgem as numerosas mensagens dirigidas ao prelado por Alexandre Ferreira de Faria Manuel que, caído em desgraça após o afastamento do bispo, enfrenta uma acusação de desvio de livros da Mesa Censória, que acabará por resultar em prisão.

Focalizando-nos nessas missivas, verifica-se que o Secretário da Mesa conta, pormenorizadamente, aquilo que classifica como “manobras” para criar descrédito em relação a si próprio e ao bispo Cenáculo. Numa dessas cartas, de 8 de julho de 1777, ainda antes dos acontecimentos que irão conduzi-lo à prisão, descreve pormenorizadamente algumas questões que surgem em Lisboa, declarando que se fala na extinção da Mesa e que teria aparecido na corte um papel com o nome e caracterização individual de todos os Deputados. Afiança também que o Conde de Atalaia, filho do marquês de Marialva, lhe dissera que “não há-de entrar no Paço homem mais honrado que o bispo de Beja”⁶¹. Mais tarde, já depois de preso e acusado de desvio de livros escreve ao prelado, rogando-lhe auxílio para a sua triste situação e relatando os interrogatórios a que fora sujeito, mas nada melhor do que atentar na própria missiva⁶²:

“[...] Fui remetido ao Limoeiro [...] e foi o Juiz de Crime do Limoeiro, fazer-me perguntas [...] Porque se me queriam prender? Respondi que achandosse prezos trez homens, e sendo voz geral que era por me comprarem livros da Meza, este era o motivo que davam também para a minha prizão. E v.me vendeo com efeito alguns livros da Meza? [...]. Inquiriu com que ordem vendia eu os taes livros: respondi; que eu não tivera nenhuma ordem expressa para a dita venda; mas que havendo na Meza hum Avizo para elles se venderem, e estando eu encarregado de os apartar procedi á Sua venda sempre com animo de os pagar à Meza, mas que passados tempos era constante que eu os vendia, pois eu sempre desde o principio o dissera a todos; [...] Se sabia eu que V. Excia tivesse levado Livros da Meza? Respondi que sim, e muitos que eu mesmo os mandava a V.^a Ex.cia e que também o Bibliothecario fazia o mesmo; porem que V.^a Ex.cia quando fora para Beja os mandou restituir à Meza em trez Carradas e alguns Mariolas carregados delles.[...]”

A carta, aqui parcialmente transcrita, torna evidente a desgraça em que caiu este correspondente do bispo de Beja e parece indiciar que se procura também descredibilizar e inculpar o prelado nesta acusação. Não conhecemos o outras fontes que permitam conhecer o desenrolar do processo que não os testemunhos pessoais do exprobrado e, por consequência, se este é um testemunho fiel aos factos, ou se o que é relatado foi de certa forma “empolado” pelo desespero face à acusação.

Não encontrámos, para além destas cartas⁶⁵, indícios que nos levem a crer que o prelado de Beja tenha, alguma vez, enfrentado oficialmente uma acusação de desvio de livros, ou mesmo que a questão tenha surgido. Alexandre Ferreira por sua vez acabou preso, tendo ainda escrito sucessivas cartas a frei Manuel do Cenáculo implorando-lhe por auxílio, para si e para a sua família.

Parece-nos evidente que, após o afastamento de Cenáculo para Beja, muitas movimentações existiram na Corte tendo em vista a recomposição de lugares de destaque. Apesar da perda de protagonismo na gestão dos destinos da Biblioteca, já na década de 90 encontraremos novamente os préstimos de Cenáculo tendo em vista a constituição da “repensada” Biblioteca Pública da Corte.

O devir da instituição após 1777

Em 1777, altura em que frei Manuel do Cenáculo se retira para a sua diocese, há uma mudança no governo político do país, sendo que os primeiros tempos do reinado de D. Maria I foram marcados por uma efetiva distensão em termos de despachos e encartes de títulos, que corriam em paralelo com um balanço crítico ao governo pombalino⁶⁴. Como seria de esperar, surgem novas iniciativas e algumas mudanças em Instituições públicas, entre as quais a Real Mesa Censória⁶⁵.

Em julho de 1787, o Tribunal designado por Real Mesa Censória passa a denominar-se Real Mesa Geral sobre o Exame e Censura de Livros, uma mudança que vai além de uma mera alteração de nomenclatura, voltando a conferir à Igreja o direito de se pronunciar em matéria de censura de livros⁶⁶. Dois anos antes, em finais de 1784, princípio de 1785, a biblioteca teria passado para a ala Ocidental do Terreiro do Paço⁶⁷. Sobre esse período de funcionamento da Biblioteca não alcançamos muitas informações. Sabemos que na década de 90, mais precisamente em 17 de dezembro de 1794, a Real Mesa Geral foi extinta e os seus diversos serviços desmembrados por várias instituições⁶⁸. Sobre o devir da biblioteca são tomadas iniciativas. António Ribeiro dos Santos, que é nomeado para velar por esta livraria e a 5 de janeiro de 1795, pronuncia-se em relatório acerca do seu estado. Nada melhor do que divisarmos as palavras do próprio: “[...] Estado da Biblioteca [...] Terá ella segundo pude orçar em massa cinquenta mil volumes para cima entre elles há livros excelentes, e de alto custo, e muitas colleções de varias obras de estimação, e valor principalmente de Historia Literaria de Chronicas Portuguezas, e de traduções de Classicos gregos, e latinos o que já é hum grande fundo para servir ao estabelecimento da Real Bibliotheca Publica nesta Corte. He porém tão lamentável o estado em que se acha a Bibliotheca [...]”⁶⁹.

Apesar do elogio a alguns dos livros, Ribeiro dos Santos considera que esta se encontra num estado lamentável e enumera as razões que sustentam a sua opinião:

“1º [...] os livros que occupão as estantes estão collocados não methodicamente segundo as diversas Classes das Artes, e Sciencias mas sim promiscuamente e sem algum systema, e ordem que os separe, e classefique [...]2º Ao outros livros que se achão fora das estantes que são pelo commum que vieram das livrarias dos Jesuitas [...] estão todos torpemente arrojados em diversos, e informes montões já pelos cantos [...]3º Entre os mesmos livros que estão em mais resguardo se achão alguns de muita estimação, e valor necessitados de novas encadernações [...]4º Os mesmos livros que estão collocados nas estantes, nem forão numerados com as necessárias demarcações, que assignalasses as estantes, a caza e o lugar competente a cada hum [...]5º Sobre todas estas dezordens accresseo outra digna por certo de se notar, porque nem se fez inventario, ou assento formal dos livros, que entrarão na caza, e de seus preços apparecendo apenas hum rol avulso de algumas obras que se comprarão a Bertrand e Companhia, nem se formou Catalogo geral de toda a Bibliotheca [...]

Traça um panorama desolador acerca da organização da biblioteca. Reconhecendo o valor das edições e a quantidade de livros disponíveis, manifesta a preocupação pelo estado em que se encontram, pela dificuldade em reconhecer os critérios de colocação das edições nas estantes e pela falta de um catálogo organizado, entre muitos outros. Perante isto propõe, no mesmo documento, algumas providências para tentar sanar os problemas identificados.

Nessa perspectiva, sugere que se mandem inventariar os livros e formar catálogo, colocar as obras nas estantes de acordo com a classificação e na ordem devida e se façam mais estantes para os livros que não couberem nas existentes. Entende também ser pertinente mandar formar catálogos para o uso público, os quais permitam adições que incluam novos provimentos. Considera analogamente imprescindível nomear dois oficiais, os quais deveriam trabalhar na escrita do inventário e catálogos, assim como formar um Regimento que regule a instituição. Por último, não obstante o reconhecimento anterior de que há obras de valor, aventa a necessidade de proceder a compras de mais exemplares de qualidade, uma vez que considera que a Biblioteca “está ainda muito desprovida de livros raros, e de Codigos Manuscriptos [...] que são os que formão a preciozidade das grandes Livrarias”⁷⁰. Como podemos verificar a partir do relato feito por este bibliotecário-Mor, são precisas medidas profundas, diligências que permitam o acesso aos fundos e uma melhoria do seu espólio.

Em Alvará datado de trinta de julho de 1795 já se fala na intenção de formar uma “nova”⁷¹ Biblioteca Pública, mandando entregar os livros que fossem reprovados à “Real Bibliotheca Publica da Corte que ora Sou servida erigir na Corte”⁷². Finalmente, em Alvará dado no Palácio de Queluz, a 29 de fevereiro de 1795, é dada a ordem para se erigir a livraria⁷³.

Neste documento a Rainha confirma a urgência de promover os progressos da Literatura, declarando que a criação de uma Biblioteca Pública seria vantajosa para promover esse fim. Tendo isso em vista faz as seguintes determinações:

“[...] *Primeiro*: Ordeno que na Minha Corte, e Cidade de Lisboa se erija, e estabeleça logo huma Pública, e bem provida Livraria, que se denominará *A Real Bibliotheca Pública da Corte*[...] *Segundo*: Ordeno que a numerosa collecção de Livros de que se compunha a Livraria, que estava debaixo da inspecção da extincta Real Meza da Comissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros, sirva de primeiro fundo e provimento da Real Bibliotheca Publica[...] que para o contínuo augmento, e progresso della haja de ser applicada do Cofre do Subsidio Literario huma porção de rendas [...] *Terceiro*: Ordeno [...] que a referida Real Bibliotheca Publica da Corte [...] nunca poderá ser ou em todo, ou em parte desmembrada [...] *Quarto*: Ordeno, que para que a dita Real Bibliotheca vá sempre em hum continuo augmento, e digna reputação, e haja nella hum cuidado nunca interrompido [...] *Quinto*: [...] ordeno que em quanto para elle se não erige hum próprio, e competente edificio [...], sirvão para elle interinamente as mesmas casas, que servião em tempo da Sobredita extincta Real Meza da Comissão, e em que actualmente se acha a Livraria [...] *Sexto*: [...] Hei por bem crear para o governo, administração e serviço da mesma Bibliotheca os Lugares, e empregos seguintes [...] *Setimo*: [...] sou servida ordenar que todos os que houverem de ser providos nos referidos lugares, sejam propostos pelo sobredito Bibliothecario maior ao Ministro [...] *Oitavo*: [...] sou servida que enquanto se não se formaliza o Regimento, se observem quellas regras, que ao Bibliothecario maior [...] parecerem ser as mais necessárias, e convenientes [...] *Nono*: E porque na prática das mesmas regras se poderão encontrar circunstancias, que necessitem da Minha Real, e immediata Providencia [...] recorrerá a Mim [...], para eu lhes dar as providencias justas [...]

A Rainha decide que se crie uma nova Instituição, estabelecendo que os fundos da extinta Mesa da Censura de Livros serviriam para a sua dotação. Determina a incumbência desta ser aumentada, deliberando acerca dos instrumentos financeiros disponíveis para o seu acréscimo. Assenta que a Biblioteca não poderia ser desmembrada e que deveriam edificar-se novas instalações. Estabelece-se analogamente que a instituição teria de ser alvo de todo o cuidado para ser melhorada continuamente e finalmente, determina as pendências administrativas necessárias ao seu funcionamento, como o número de funcionários e regimentos de funcionamento.

Este Alvará assume-se, desta forma, como uma “certidão de nascimento” da Real Biblioteca Pública da Corte. Subscrevendo

as palavras de Raúl Proença, constitui-se como um documento notável, o qual encara a Biblioteca como instrumento do progresso dos povos, verificando-se que a denominação atribuída a esta instituição, aquando da sua criação, se manteria até 1836⁷⁴.

Note-se que, alguns pressupostos que agora se estabelecem para esta nova Livraria não andam muito longe do plano apresentado por frei Manuel do Cenáculo, em pleno consulado pombalino, que idealizou o que pretendia para a Biblioteca da Mesa Censória, que deveria estar disponível ao Público.

O bispo de Beja esteve, como foi possível constatar, envolvido na génese da Biblioteca da Mesa Censória, cujo acervo viria a integrar o primeiro fundo de dotação desta “nova” Instituição. Não se fica por aí, há de ainda intervir no itinerário seguido por este organismo público, através de donativos de fundos.

O Donativo de Cenáculo à Real Biblioteca Pública A preparação do donativo

Quando se toma a decisão de erigir a Real Biblioteca Pública da Corte, António Ribeiro dos Santos é, como atrás se disse, encarregue da sua direção. Este erudito, na qualidade de Bibliotecário-mor, escreve a frei Manuel do Cenáculo no dia 27 de setembro de 1796, a propósito da Livraria⁷⁵. Nessa missiva, informa o bispo de Beja sobre a pretensão de disponibilizar ao público as coleções que Cenáculo tinha reunido anteriormente⁷⁶. Reproduzimos parcialmente essa carta, com o objetivo de conhecermos, de viva voz, a descrição do bibliotecário:

“A Real Bibliotheca, [...] tem de franquear com brevidade ao Publico as preciosas Collecções de Livros, com que v. Ex.^a a preparou, e enriqueceo nos ditozos dias do seo Governo Literario: e achando-me eu encarregado por alta Mercê de S. Mag.e de a reger [...] julguei ser meo officio [...] participar a V. Ex.^a esta noticia, como aquelle que mais folgará com ella, porque qual outro distincto zelador da Patria, estimará do que mais, V. Ex.^a a execução deste illustre estabelecimento, tão útil à Nação, e que foi tanto em outro tempo dos ardentes dezejos, e cuidados de V. Ex.^a [...] Digne-se V. Ex.^a ainda de longe, e do meio de seus Cuidados apostólicos, de abençoar esta obra, e encaminhar nossos trabalhos Bibliograficos pela Prudencia das suas Maximas, e Conselhos para que ella vá em crescimento, e se augmente para bem da Pátria [...]”

É assim reconhecido o esforço de frei Manuel do Cenáculo na constituição da Biblioteca da Mesa, bem como o empenho em disponibiliza-la ao público. Por esse motivo, o bibliotecário considera seu dever informar o prelado que a coleção, que o bispo

reunira anteriormente, iria ser disponibilizada ao público com a brevidade possível. Paralelamente, solicita o conselho e direção de frei Manuel do Cenáculo sobre os trabalhos a empreender, de modo a conseguir o crescimento da livraria.

António Ribeiros dos Santos recebe uma missiva com a resposta do fispo de Beja à sua comunicação, em 14 de outubro⁷⁷. Nessa carta, depois do louvor aos méritos e sabedoria de António Ribeiro dos Santos para o cargo que ocupa, o prelado coloca-se à sua disposição para o servir como puder. No documento não se encontram alusões explícitas a qualquer donativo para a Biblioteca. Contudo, em 17 de outubro de 1796, o bispo escreve novamente a Ribeiro dos Santos:

“Permitirá Vossa Senhoria que eu me repita na sua amável Presença [...] Desejava eu entre os regozijos de ver promovida a Real Bibliotheca [...] concorrer muito de graça com algum sortimento. Como este meo Publico tanto me não permite fazer pelas urgências continuadas a que devo acudir, so resolvo huma pequena galantaria para penhor dos meos desejos; e comtudo me resolvo a dizer a Vossa Senhoria que nesta minha e já muito destroçada Livraria tenho coisas que me persuado não haver ainda nessa Real Bibliotheca [...] e eu largarei a quem pode pagallas, e dar-me com que eu console miseráveis, e fazer beneficios de outro género a esta Igreja. Nella deixarei o que servirá em coisas que tenho entre mãos, e o que for competente e opportuno em matéria de Letras, pois que desde o Algarve; e por todo este dilatadíssimo Território não há onde fartar sede ordinária. Para o sublime quando se carecer de raro lume enviem à Capital do estado onde acharão os Sacrarrios [...] rogando precisamente a determinação de Vossa Senhoria se porventura quer tomar os catalogos a si e resolver, os quaes remeterei [...]”⁷⁸

Note-se que, nesta missiva, o bispo compromete-se a fazer aquilo a que chama “uma pequena galanteria” à biblioteca, que no entanto fica muito aquém daquilo que gostaria de lhe oferecer. Declara também que tem alguns livros, os quais pretende vender por dificuldades a que tem de acudir na sua diocese, que poderiam ser úteis à instituição.

Na sequência desta carta de frei Manuel do Cenáculo, Ribeiro dos Santos escreve novamente ao prelado a 25 de outubro, agradecendo o donativo que este pretende fazer à biblioteca⁷⁹. Depois das expressões e cumprimentos habituais diz ao bispo:

“[...] O Donativo, com que a Liberalidade, e grandeza de V.^a Ex.^a nos quer preñar por mostra de seos formozos extremos virá com grande luzimento ennobrecer a Bibliotheca, e penhorar ainda mais o nosso reconhecimento, e gratidão. Sendo a primeira dadiva, que ella tem de receber, e vindo da Sagrada mão de V.^a Ex.^a ficará para sempre viculada com seos bens dotaes [...] as doutisimas obras

com que V. Ex.^a esclareceo sobremaneira a Religião, e o Estado [...] há muitos anos me accenderão n'alma ardentíssimos desejos de ler ao menos os cathalogs da Bibliotheca de V. Ex.^a [...] Ora se V. Ex.^a se digna por hum effeito do seo generozo Patriotismo não so accudir aos meos votos com o prompto offercimento de seos cathalogs, mas ainda de facilitar a bem do Publico a trasladação de huma parte dos seos livros, e raridades para a Real Bibliotheca fico em alvoroço, banhado de intranhavel consolação [...] Tenha pois V.^a Ex.^a a bondade de me remeter os Catalogos, que eu prometto solicitar, e promover quanto em mim estiver a concluzão deste Negocio [...]"

Para além do agradecimento do donativo, António Ribeiro dos Santos mostra-se disposto a analisar os catálogos dos livros do bispo Beja e tentar concluir negócio. Na resposta a esta carta, datada de 28 de outubro⁸⁰, frei Manuel do Cenáculo lamenta-se pelos inúmeros afazeres e confusão em que se encontra a sua Casa, que não lhe permitiram escrever o catálogo completo. Por esse motivo, anuncia que através desta missiva apenas enviava uma pequena parte do seu catálogo, comprometendo-se a enviar novos inventários em correios posteriores.

Em epístola datada de 5 de dezembro de 1796⁸¹, Ribeiro dos Santos tece magníficos elogios ao catálogo de livros destinado à Biblioteca Pública. Afirmado-se maravilhado com a riqueza da coleção do bispo de Beja, reconhece que detém aquisições literárias que não têm preço, e afirma:

“por certo que com taes aquisições poderá hum dia a Bibliotheca Lisbonense apostar primazia com as mais afamadas da Europa. Comtemplando todos estes thezoiros, e os lanços de primor, e honra com que V. Ex.^a se tem havido, confesso que fico absorto, sem saber, qual mais admire, se a incansável diligencia [...] com que V. Ex.^a ajuntou tão preciozas Collecções, se a generozidade, e grandeza d'alma, com que cortando pella afeição natural com que as ama, se dignou de as querer depozitar na Bibliotheca de Lisboa a bem da Litteratura nacional [...]"

Ficamos sem perceber claramente se está a falar do catálogo do donativo, ou de catálogos de obras que o Bispo propõe vender. Certo é que este é alvo dos mais distintos elogios, considerando-se que estas coleções são fruto do labor e sabedoria de um grande colecionador. As cartas seguintes não contribuem para esclarecer cabalmente esta questão mas, em 9 de dezembro de 1796⁸², frei Manuel do Cenáculo dá nota do envio de dez caixotes de livros.

Em carta datada de 20 de janeiro de 1797, Ribeiro dos Santos responde ao bispo de Beja⁸³:

“[...] tenho recebido com muita satisfação, e prazer as remessas de Livros, com que V. Ex.^a tão grandiozamente nos enriquece, que cada vez me espantão mais, e maravilhão [...] em doirada

hora poz V. Ex.^a seos formozoa pensamentos na Bibliotheca de Lisboa para a prender com joyas de tanto custo, e accrescentar com taes preciozidades o seo esplendor, e luzimento [...] Tenho participado ao Ill.mo e Ex.mo Snr. Marquez Mordomo Mór as remessas dos Livros de V. Ex.^a, e os primores, e gentilezas, com que V. Ex.^a os tem mandado, o qual não cessa de fazer elogios bem devidos [...] Elle fez tudo presente a S. Alteza, que deo a Bibliotheca por bem fadada com aquisições tão preciozas, e a Pessoa de V. Ex.^a pela que mais honra fazia às Letras [...]"

O tom elogioso das cartas e a estima pelas peças apresentadas no catálogo é evidente, mas nem sempre é totalmente esclarecedor quanto à natureza destas conversações acerca dos livros. Em carta data de 26 de março de 1797⁸⁴, frei Manuel do Cenáculo dá nota do donativo para a Biblioteca, que enviou por intermédio do filólogo Sr. Sá⁸⁵. Na resposta, Ribeiro dos Santos confirma o recebimento dos “preciosíssimos donativos” do bispo de Beja⁸⁶, que lhe foi feita pelo professor Sá e tece, mais uma vez grandes elogios.

A carta de António Ribeiro dos Santos dirigida ao prelado Pacense, datada de 05 de abril de 1797⁸⁷, ilustra exemplarmente a admiração do bibliotecário perante a sua grande doação de livros à Biblioteca de Lisboa:

“Que expressões de reconhecimento, e gratidão serão iguais à grandeza dos beneficios, com que Vossa excelência acaba de enobrecer a Real Bibliotheca de Lisboa? Despojar-se de tantas preciosidades quem era o maior avaliador, e amator de todas ellas para as dedicar unicamente ao bem do Publico, he feito muito gentil, e digno dos mais altos elogios: mas doallas com tantos primores de generozidade e nobreza, quantos brilhão no sublime, e magnânimo diploma de Vossa excelência sobreexcede todos os gabos, e louvores que uma voz eloquente e agradecida podia remontar até às estrellas. Não há exemplo entre nos de tamanha beneficiencia [...] Vossa Excelência é o primeiro que abre este caminho para a utilidade, e ornamento da Nação [...]"

Note-se que, não obstante a dúvidas quanto às intenções com que os catálogos foram apresentados inicialmente, naquele momento se fez uma doação efetiva de uma coleção, a qual é reputada como “preciosíssima”. Com efeito, se primitivamente há uma tentativa de negociar livros, o que por si só motivou a admiração e reconhecimento por parte do bibliotecário, nesta fase já se ultrapassou isso. Frei Manuel do Cenáculo doou as coleções, ato que é merecedor de excelsos elogios por parte de António Ribeiro dos Santos.

A admiração por essa generosidade é também patenteada por Joaquim José da Costa e Sá, que em carta enviada em 25 de maio⁸⁸ comenta:

“aqui ficarão todos *hiantibus oribus*, quando virão os preciosísimos thesouros vindos de Beja; tudo para os circunstantes foi de summo assombro. O mesmo Sr. António Ribeiro o viu aturdido já com o Monetário, já com os Livros, e sobre tudo as riquíssimas e singulares Biblias: que direi do Novo Testamento impresso por Bascreville? O mimo para o dito Sr. Foi singularíssimo: o grande Painel, as caras dos velhos, e as aptitudes e colorido das mais Figuras, bellissima cousa! A incomparável anfora; [...]”.

Cumpra assinalar a grande reputação da coleção, refletida no relato de Joaquim José da Costa e Sá. De acordo com esta carta, o próprio Ministro de Estado tinha determinado ir, juntamente com outras figuras, à Biblioteca Publica ver e conhecer o que frei Manuel do Cenáculo enviara⁸⁹.

Em face da constatação da realização de um donativo bastante apreciado, importa esclarecer o que terá motivado a mudança que levou D. Frei Manuel do Cenáculo a oferecer estes livros. Terá sido a consciência do dever cívico e da utilidade pública de tais preciosidades? A concretização de outros negócios de venda de livros, que potenciaram ou facilitaram o encaixe financeiro que lhe faltava? A perspectiva de futuros benefícios que daqui poderiam advir?⁹⁰

Se admitirmos, tal como foi sublinhado por Krzysztof Pomian⁹¹, que somos “relógios vivos”, cujos “estados somáticos” variam com determinada periodicidade, tendo em conta fatores de ordem endógena, mas também fatores de ordem exógena que se prendem com a forma como vivemos e percebemos os acontecimentos, então teremos de admitir que o nosso passado está sempre presente, mas também o futuro é objeto de desvelos permanentes, intervindo constantemente no presente e sendo objeto de cuidados, projetos e antecipações. Assim também deverá ter acontecido com frei Manuel do Cenáculo, a sua experiência enquanto bibliófilo, as bibliotecas grandiosas que viu aquando a sua viagem a Roma, devem ter contribuído para a sua ideia de criação de bibliotecas e para a sua vontade de contribuir para a edificação da Real Biblioteca Pública. Porém, também o futuro deverá ter sido ponderado na sua decisão de doar livros. Nessa perspectiva, seguindo a velha máxima de que “as sementeiras de hoje só amanhã darão frutos”, o bispo de Beja teria decidido fazer esta oferta, considerando os futuros benefícios que poderiam advir. Dentro dessa linha de pensamento, não teríamos apenas um fator determinante a justificar a decisão do prelado em fazer este donativo. Teria sido a percepção e conjugação de aspetos do seu passado, com as perspectivas do futuro e sua “antecipação”, que terá levado frei Manuel do Cenáculo a outorgar este donativo à biblioteca.

O donativo realizado

O donativo realizado pelo bispo de Beja à Real Biblioteca Pública encontra-se documentado num catálogo, de 3 tomos, custodiado atualmente pela Biblioteca Nacional de Portugal. O primeiro tomo diz respeito aos *Livros impressos de História, Bellas Letras, Filosofia, Medicina, Matemática, Ofícios e Artes, e Sciencias Civis e Politicas*⁹². O segundo tomo contém os *Livros impressos de Sciencias Eclesiásticas de Polygrafia e Miscellanea*⁹³. O último tomo inclui os manuscritos da doação do bispo de Beja no ano de 1797, com o título *Catalogo Methodico dos Livros que o Excelentissimo e reverendissimo D. Frei Manoel do Cenáculo Villas Boas doou à Real Biblioteca Pública da Corte no ano de 1797, que contém os manuscritos*⁹⁴. Além destes tomos, há também um documento, não disponível *online*, que contém os livros que frei Manuel do Cenáculo pretendia doar à real Biblioteca Pública, intitulado: *Copia do Catalogo de Livros que o Ex. mo e Rev.mo Bispo de Beja pretende remetter para a Real Bibliotheca Publica da corte*⁹⁵. Este é um documento não datado no original, mas colocamos a hipótese de tratar-se de um primeiro catálogo que incluiria livros que Cenáculo pretendia doar e que, por circunstâncias diversas acabou por ser alterado e resultar no donativo identificado no catálogo em 3 tomos atrás mencionado.

Concentrando a atenção nesse catálogo, constata-se que este documento contém livros que Cenáculo pretendia doar. Abarca um total de 539 títulos de livros, num total de 1554 volumes⁹⁶. A grande fatia dos títulos de livros que se pretendiam doar correspondem a edições impressas, que representam cerca de 79% do total do donativo.

Além de livros, esta listagem incluía também a uma lista de raridades, nas quais se incluíam: “uma espada “Túrdulo-Fenícia”, “priapos” mal feitos e portanto de maior antiguidade, se não he que na Espanha as Artes foram de vagar mal feitos, ídolos Gregos, Egipcíacos e outros, lanternas sepulcrais de cobre e barro, anéis romanos e outros, gravados Camofeus antigos de meia-idade e da reformação das Artes e outras coisas singulares, ricas e de suma valia”⁹⁷. O monetário está também presente, identificando-se medalhas de ouro, no total de 80, entre imperiais, godas, árabes e “disparadas”⁹⁸, bem como medalhas de prata entre 1200 a 1400 mil e finalmente medalhas de cobre, num total mais de 1500.

O donativo efetuado por Cenáculo em 1797 inclui uma carta dirigida ao príncipe, pela qual o prelado faz a doação dos livros à Real Biblioteca Pública. Observemos as palavras do próprio bispo:

“Ao príncipe Nosso Senhor Rogo eu Bispo de Beja humildemente seja servido Aceitar a Livre Doação que faço á Real Bibliotheca Publica de Lisboa [...] dos Livros, em que me pareceo haver dignidade, raridade, e de alguma proporção; os quaes separei daquelles, que para os estudos próprios desta diocese nella se devem conservar [...] Assim como também

compreendendo na mesma Doação [...] o Monetário demais de três mil medalhas [...] e outras raridades dignas do Museo Real [...] E quando o mesmo Senhor, de Índole beneficentíssima se Digne Approvar, e Aceitar esta demonstração das minhas inclinações ao Credito Nacional, e Queira favorecerme, eu Pediria a Sua Alteza Real em consideração do que tenho dispendido com a minha Igreja no espaço de vinte e sete annos, me fizesse a outra Graça, a Exemplo do Prezidente, e Deputado da Real Meza da Commissão extincta, e Mandasse dar-me os cahidos, e continuar na forma, que parecer justa ao Mesmo senhor, os meos ordenados, e pois que nella fui Prezidente desde o anno de mil sette centos, e settenta até mil settecentos settenta, e sette com as fadigas, que não desmerecem contemplação, e creando por nova forma as Escollas [fl. 4] Menores com muito esplendor; e ao mesmo tempo fui Prezidente do Subsidio Litterario, cuja Colheita, e Arrecadação creei com muita vantagem da Fazenda Real, e Meios para esta se não gravar”⁹⁹.

Frei Manuel do Cenáculo faz uma doação dos livros e monetário à biblioteca, considerando que o zelo do Perfeito a quem está entregue a direção deste organismo justifica a custódia destas coleções. Alude também à necessidade de contribuir para aumentar o fundo da Instituição, reconhecendo a sua utilidade e contributo para o prestígio nacional.

Este catálogo do donativo em três tomos inclui livros de diferentes tipologias. Integra um total de 1965 títulos e 2722 volumes. Se compararmos estes números, com os do donativo que se pretendia fazer inicialmente (539 títulos; 1554 volumes)¹⁰⁰, há um grande aumento em relação ao número de livros aí incluídos.

Comparando o donativo que se pretendeu fazer inicialmente e o que foi efetivamente realizado, vislumbram-se também diferenças quanto à “tipologia” dos livros – manuscritos ou impressos¹⁰¹. O gráfico seguinte reflete os resultados obtidos: **[Gráfico 5]**

Existiu um aumento quer nos manuscritos, quer nos impressos, embora a diferença e o crescimento mais significativo se encontre na quantidade de livros impressos que foram incluídos no donativo realizado em 1797. O que teria motivado esta diferença entre os livros que inicialmente queria doar e os que doou efetivamente?

As fontes disponíveis não possuem dados que nos permitam aprofundar o assunto. Admitimos, contudo, a hipótese de frei Manuel do Cenáculo, ciente da importância da instituição, ter decidido alargar o donativo, incluindo nele, para além dos manuscritos e impressos que previa inicialmente, muitas outras composições, entre as quais alguns impressos raros. A biblioteca aparecia deste modo como a “casa ideal” para albergar algumas preciosidades, como o meio que permitiria torna-las úteis ao país, contribuindo para o seu prestígio. Nessa perspetiva, a coleção era valorada de duas formas, pela utilidade de alguns destes escritos para a instrução dos “utentes” da biblioteca,

■ Impressos
■ Manuscritos

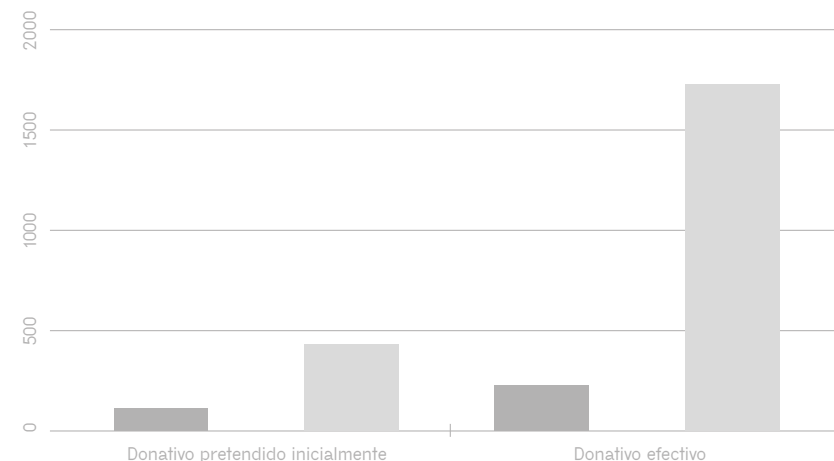


Gráfico 5
Diferença entre o donativo efetuado à Real Biblioteca e a proposta inicial, consoante a “tipologia”

Fontes:
B.N.P. – Códice nº 11524;
B.N.P. – Códice nº 11522;
B.N.P. – Códice nº 11563;
B.N.P. – Códice nº 11525.

e pelo ornato das peças raras que integrava. Paralelamente, a expectativa de um benefício futuro, que aliás está presente na carta de doação quando se referem os ordenados, terá também influído na decisão do bispo de Beja em aumentar o número de livros a incluir. O ato de generosidade e de despojamento teria, dessa forma, um retorno pessoal importante, para além da perspetiva de utilidade ao país e da magnanimidade do doador.

Se em termos de motivações para este acréscimo ao donativo temos de admitir várias hipóteses, no que respeita aos meios para o fazer as dúvidas não são menores. Com efeito, sabemos que frei Manuel do Cenáculo revelou, nesta década, disposição para vender livros da sua coleção, algo que efetivamente realizou, por exemplo com o Convento de Jesus e que parece ter tentado fazer com a Real Biblioteca Pública.

Cenáculo insiste, como se verifica em algumas das missivas que trocou com alguns correspondentes a que já atrás aludimos, nas carências a que tem de acudir na sua diocese e que implicam a premência de obter fundos. O que teria então possibilitado que esta doação à Real Biblioteca Pública se concretizasse nestes moldes? O encaixe financeiro proporcionado por outras vendas, as quais lhe terão permitido o desafogo para fazer face a essas necessidades? A perspetiva de ficar para sempre ligado à elevação da Instituição, aliada a uma vontade mais prosaica de repostar de forma grandiosa ao donativo feito pelos Padres Teatinos¹⁰², pretendendo com isso obter benefícios em termos de preponderância pública? Seria o reconhecimento público¹⁰³ um móbil em si mesmo? Ou seria uma forma de contornar as necessidades de encaixe financeiro, procurando dar agora para obter depois, contribuindo assim para, no futuro, suprir as necessidades que tinha?

Focando a atenção no donativo que foi efetivamente realizado sabe-se, como atrás já foi dito, que este incluiu um total de 1965 títulos. Quando procuramos estudar a distribuição do número títulos pelos respetivos tomos, encontramos a disposição que

TEMPOS, SABERES E INFORMAÇÃO

Livros impressos de História, Belas-Letras, Filosofia, Medicina, Matemática, Ofícios e Artes, Ciências Cívicas e Políticas 48% (939)

Livros impressos de Ciências Eclesiásticas, de Poligrafia e Miscelânea 41% (800)

Livros manuscritos 12% (226)

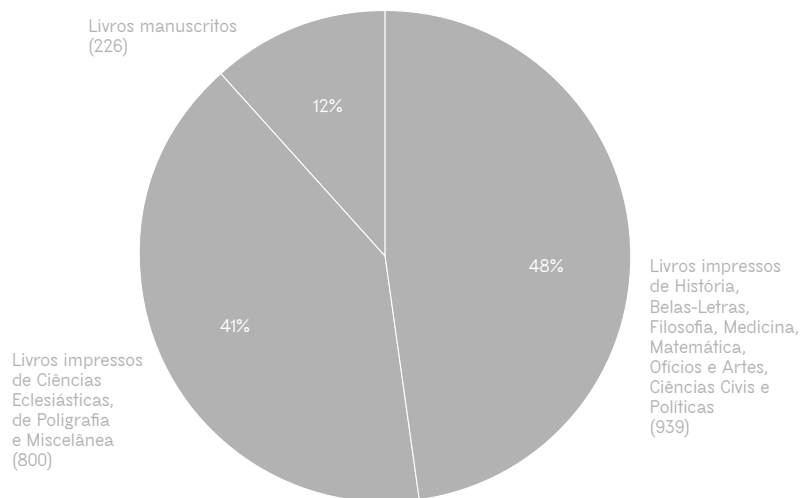


Gráfico 6
Distribuição da % de títulos por tomos do donativo à Real Biblioteca

Fonte:

B.N.P. – Códice nº 11522;

B.N.P. – Códice nº 11563;

B.N.P. – Códice nº 11525.

procuramos identificar através do gráfico seguinte: **[Gráfico 6]** Verificamos que a grande maioria da doação corresponde a obras impressas, com ligeiro predomínio para os livros de História, Belas-letas, Filosofia, Medicina, Matemática, Ofícios, Artes, Ciências Cívicas e Políticas¹⁰⁴. Este predomínio das obras impressas não surpreende. Estamos em finais do século XVIII, passadas mais de três centúrias da “invenção a imprensa”, a atividade editorial encontra-se em plena atividade e multiplicam-se os livros impressos, sendo que o mercado livreiro conhece uma expansão e alteração de hábitos de leitura. Vive-se em plena “revolução da leitura”, parafraseando a expressão com que muitos autores classificam as mudanças que sentidas no mundo do livro. O livro impresso seria aquele que era capaz de responder, em termos “logísticos”, às necessidades distintas dos públicos e uso do livro. Somente através do impresso e sua expansão foi possível obter a quantidade necessária para satisfazer o mercado, sendo que as próprias exigências desse mercado se foram alterando devido à introdução do livro impresso¹⁰⁵. Seguindo essa linha de pensamento, não consideramos surpreendente, dada a época que estamos a trabalhar, este predomínio claro dos impressos na coleção, sem que isso significasse um abandono total dos manuscritos, os quais, como se constata, também fizeram parte do donativo¹⁰⁶.

No que concerne à cronologia das edições, procuramos avaliar as datas de edição dos títulos contidos no donativo. Ressalvamos no entanto, que não é possível, para todos os títulos, obter dados que permitam a sua datação.

O gráfico seguinte espelha o universo que conseguimos reconstituir. **[Gráfico 7]**

É possível inferir que há um claro predomínio de obras mais recentes¹⁰⁷, dos séculos XVII e XVIII, embora estejam também presentes edições mais antigas. Salientamos ainda

AS BIBLIOTECAS DE CENÁCULO

XIV
0% (1)

XV
1% (17)

XVI
12% (237)

XVII
36% (713)

XVIII
33% (645)

Desc
18% (352)

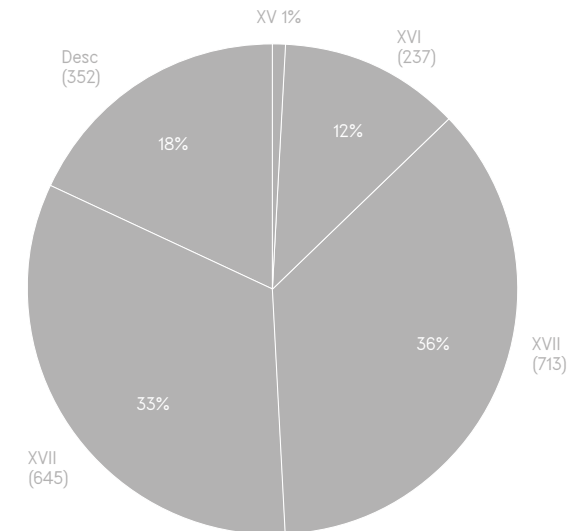
Gráfico 7
Datas das edições do donativo à Real Biblioteca

Fonte:

B.N.P. – Códice nº 11522;

B.N.P. – Códice nº 11563;

B.N.P. – Códice nº 11525.



que do século XIV apenas encontramos uma obra, pelo que em termos percentuais não obteve representatividade gráfica.

Esta configuração cronológica das obras do donativo não nos parece dissonante com os propósitos da oferta e com a própria ideia de Biblioteca que Cenáculo evidencia. A biblioteca emerge como a casa de “tesouros bibliográficos”, albergará, por essa via, espécies bibliográficas distintas que contribuem para construir o seu próprio crédito, assim como o do país culto que sabe reconhecer a utilidade dos livros e a valia das raridades que possui. As presenças dos livros mais antigos, a par de outros contemporâneos, ilustram-no exemplarmente. Com efeito, os livros antigos, embora em termos percentuais menos representados, teriam um valor nada despreciando, sobretudo se consideramos a dificuldade de obter alguns desses espécimes¹⁰⁸, e seriam provavelmente objeto de admiração e prestígio para biblioteca. Os comentários elogiosos de Ribeiro dos Santos acerca da preciosidade de alguns deles parecem confirmar estes elementos. Mesmo admitindo que a própria retórica das relações epistolares possa contribuir para amplificar o valor de algumas composições, é possível perceber, examinando parte dessas cartas, que algumas das espécies incluídas no donativo são realmente antigas, raras e valiosas. Só que a biblioteca não era apenas uma depósito para entesourar, para abrigar livros raros. Na perspectiva de frei Manuel do Cenáculo era, ou deveria ser também, uma instituição útil ao crédito¹⁰⁹ da nação, pela forma como contribuiria para a cultivar e instruir. Assim, eram fundamentais livros modernos, bem escolhidos e selecionados que deveriam ser colocados à disposição dos estudiosos. Não chegava uma biblioteca de obras raras para admirar, era preciso que fosse útil, capaz de responder às diferentes necessidades. Era por isso preciso dotar a biblioteca com obras modernas, onde se incluíam as últimas novidades, nas quais

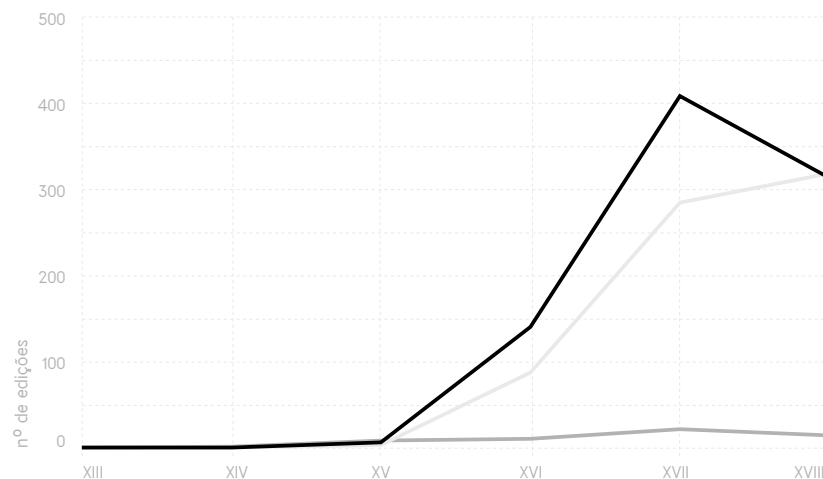


Gráfico 8
Distribuição das edições
do donativo à Real
Biblioteca por séculos
e "gênero" de livros

— Tomo 1
— Tomo 2
— Tomo 3

se conheceriam os avanços mais recentes e que contribuiriam para enobrecer, cultivar e dignificar quem se dedicasse a estudá-las¹¹⁰.

Ainda no que respeita à cronologia das composições, analisamos a distribuição das datas das edições tendo em conta os "gêneros"¹¹¹ dos livros. O gráfico seguinte procura refletir os dados que conseguimos obter: [Gráfico 8]

Neste gráfico, por facilidade de apresentação da imagem, identificamos por tomo I os livros do donativo e que incluem todos os impressos de *História, Bellas Letras, Filosofia, Medicina, Matemática, Ofícios e Artes, e Ciências Civis e Políticas*. Por tomo II referimo-nos aos *livros impressos de Ciências Eclesiásticas de Polygrafia e Miscellanea*. O último tomo, que identificamos como tomo III, inclui os *Livros Manuscritos* da doação do bispo de Beja. Em todos estes dados estamos a trabalhar tendo por base o número de títulos identificados e não o de volumes.

Quando observamos esta distribuição da cronologia das obras, parece sobressair uma maior presença de obras mais recentes nos livros impressos. Certamente, esta será uma situação para a qual muito terá contribuído a progressiva implementação do impresso, que vai aumentando a sua representatividade à medida que o tempo avança. Julgamos que estes dados se poderão relacionar também com a necessidade, que atrás identificamos, de dotar a Biblioteca de obras modernas, capazes de responder ao objetivo de utilidade da instituição. Assim, as obras mais antigas, manuscritos e impressos raros, também úteis para crédito da instituição, são em menor número.

Para além da cronologia das edições, fizemos também a análise do seu formato¹¹², observando distribuição de acordo com o tomo a que dizem respeito¹¹³. Esta tem por base os formatos mais comuns e mais utilizados, há um número muito reduzido de outros formatos, maiores do que o *in-12º*, que contabilizamos em conjunto. O gráfico seguinte procura expor os dados que conseguimos obter: [Gráfico 9]

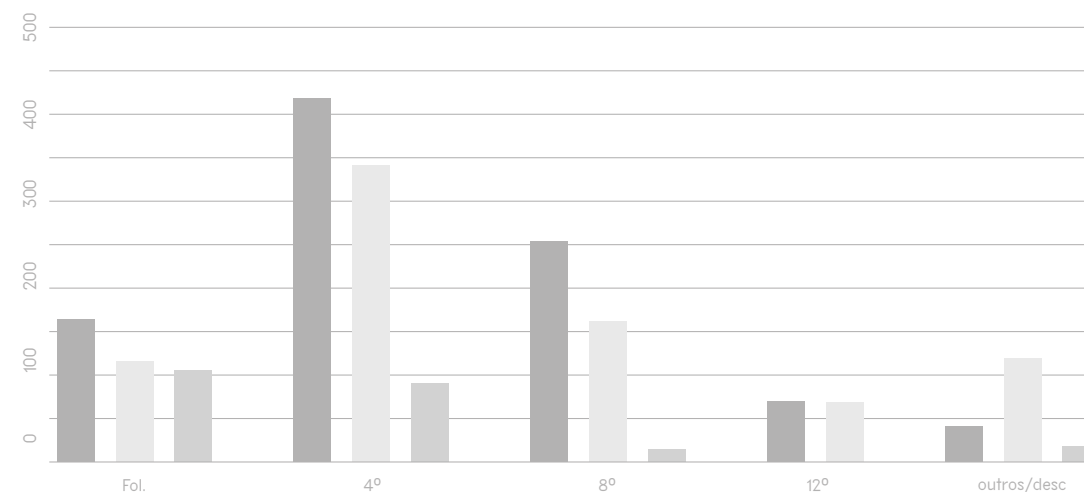


Gráfico 9
Distribuição das edições
do donativo à Real
Biblioteca por formato
e "gênero"

Fonte: B.N.P. - Códice nº 11522; B.N.P. - Códice nº 11563; B.N.P. - Códice nº 11525.

■ Tomo 1
■ Tomo 2
■ Tomo 3

Globalmente há um predomínio de formatos maiores, como o *in-folio* e o *in-4º*, conjuntamente com o formato *in-8º*, mais pequeno. No que respeita aos manuscritos predominam os fólhos e os *in-4º*, isto é os formatos maiores.

Cumprir notar que o que o formato é alterado de acordo com o número de vezes que a folha de papel é dobrada, o *in-folio* corresponde a uma folha de papel dobrada uma vez, enquanto o *in-4º* corresponde a uma folha dobrada duas vezes¹¹⁴. Admitimos, por isso, que a predominância destes formatos nos manuscritos seria expectável, uma vez que maiores dobragens surgem possivelmente das exigências impostas pela mecanização da imprensa. Saliente-se ainda que, nos primórdios da imprensa, a tendência foi imitar o formato mais comum dos manuscritos, sendo que ao longo dos tempos com o aperfeiçoamento das técnicas esta situação se foi alterando¹¹⁵. Os papéis para "escrever" quer se tratasse de impressões, ou escrita à mão, eram produzidos numa multiplicidade de qualidades, pesos e tamanhos. Os tamanhos do papel estiveram sujeitos a mudanças graduais, mas normalmente não se encontravam muito mais do que doze grupos principais de tamanhos, embora não possam considerar-se em termos absolutos uma vez que estão sujeitos a ligeiras variações¹¹⁶. Tendo em conta essa dimensão, a folha era depois dobrada, o que implicava alterações inevitáveis no seu tamanho e na própria estrutura do livro. De acordo com as dobragens feitas, assim variava o formato. Se a folha fosse feita de acordo com o *ratio* de Pitágoras, isto é, 1:√2 entre os seus lados, o *Fólio*, o *Quarto* e o *Oitavo* e os formatos baseados em dobragens em "oitos" mantinham as mesmas proporções. Os formatos baseados nas dobragens em "seis" ou "doze", como o *in-12º*, *in-18º*, *in-24º*, *in-36º*, produziam um retângulo alto e estreito. A predominância dos formatos maiores no donativo, como o formato em *Fólio*, mas sobretudo o formato em *Quarto*, talvez se possa relacionar, pelo menos parcialmente, com essa proporcionalidade

existente nas dobragens em “oitos”, o que poderia facilitar o trabalho dos impressores, ou mesmo corresponder de forma mais eficaz às exigências do público.

Subscrevendo Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, graças à imprensa e à multiplicação dos textos, o livro deixa de ser visto como objeto precioso que se consulta numa Biblioteca, passa também a desejar-se andar com ele, para o consultar ou ler em qualquer momento, daí o êxito crescente dos “formatos portáteis”, mais pequenos. Estes formatos contrastam com as pesadas edições de textos científicos, destinados a ser consultados nas bibliotecas, que correspondem aos formatos maiores¹¹⁷. No caso da doação que temos vindo a apreciar, trata-se de um conjunto de obras para a Biblioteca a questão da necessidade de portabilidade de formatos mais pequenos não se coloca com tanta premência, talvez advenha daí o predomínio dos formatos maiores que conseguimos identificar.

Os livros do donativo encontram-se divididos em três tomos, cada tomo contendo determinada tipologia de livros, de acordo com a classificação estabelecida pelo seu autor. Dentro de cada um dos tomos é feita a subdivisão temática das matérias dos livros. Optámos por seguir essa divisão nos dados que iremos expor de seguida, de modo a expressar da forma o mais fiel possível a “categorização” feita naquela época.

Centrando-nos no tomo primeiro, que diz respeito aos *livros de História, Belas – Letras, Filosofia, Medicina, Matemática, Ofícios e Artes, e Ciências Civas e Políticas*, constata-se que, dentro deste, temos 194 subdivisões¹¹⁸. Há uma grande ramificação dentro de cada área temática, sendo que nalguns casos é difícil estabelecer em qual das temáticas enunciadas no título do tomo se devem incluir determinadas obras, uma vez que o catálogo nem sempre identifica de forma clara em qual tipologia inclui cada uma destas subdivisões. A título ilustrativo salientamos a dificuldade em definir em qual das grandes temáticas, enunciadas no título deste tomo, incluir as subdivisões *Física e Química*.

Para além de elencar todas as divisões presentes no catálogo, procuramos perceber qual a representatividade de cada área dentro deste tomo do donativo. Assim, em termos da distribuição por grandes áreas temáticas conseguimos obter alguns valores. O gráfico seguinte procura espelhar os dados que conseguimos obter no que concerne à representatividade das diferentes temáticas, dentro deste primeiro tomo do donativo: [Gráfico 10]

A área mais representada é a as Belas-Letras, seguida da História e das Ciências Civas e Políticas com representatividade similar e a Medicina, a qual representa aproximadamente metade do conjunto mais representado (Belas-Letras).

Sobressai acima de tudo a diversidade da coleção, que se divide em porções relativamente proporcionais nas quatro áreas mais representadas. Destaca-se ainda a importância dada a obras ligadas à Medicina e sobretudo a grande multiplicidade

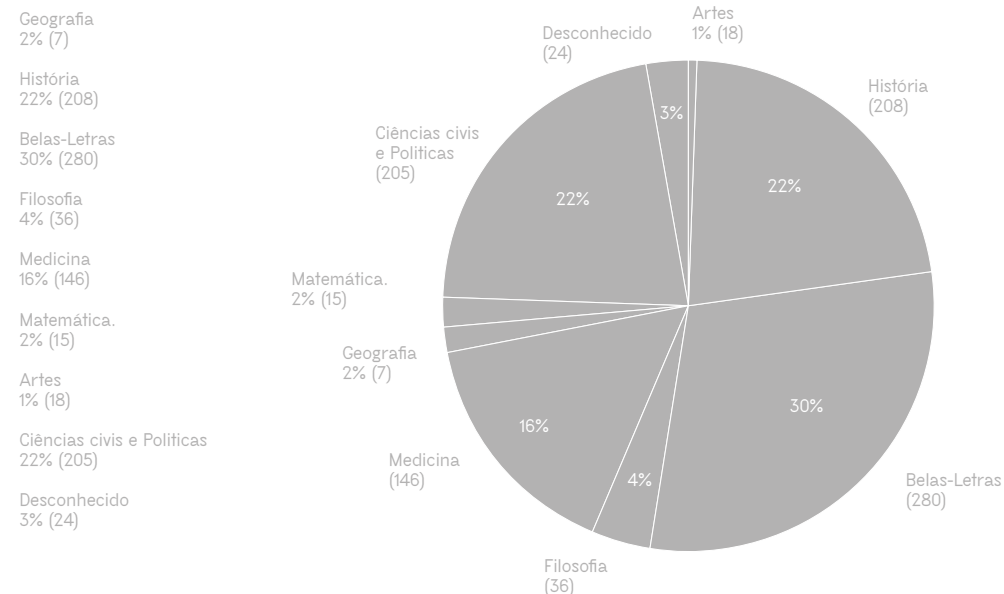


Gráfico 10
Distribuição da % de títulos por temática, no 1º tomo do donativo à Real Biblioteca

Fonte:
B.N.P. – Códice nº 11522;
B.N.P. – Códice nº 11563
B.N.P. – Códice nº 11525.

de interesses dentro de cada um das áreas temáticas, o que proporciona títulos dedicados a múltiplos assuntos, dentro da mesma categoria temática. Nessa linha, por exemplo na História temos livros História Antiga e Moderna, Dicionários Históricos, livros História Sagrada, de História da Igreja Romana, de História da Igreja de França, de História da Igreja Oriental, bem como de História Monástica. Há também livros sobre Antiguidades, livros de História Universal e os próprios escritos de História Civil apresentam-se numa perspetiva verdadeiramente global. Com efeito, dentro da História civil temos um predomínio, que nos parece natural, de obras relativas à História Europeia, tais como História Grega, História de Itália, de França, de Espanha, de Portugal, Anglicana, da Bélgica, da Polónia, da Lapónia, entre diversos outros. No entanto, não só a História Europeia se encontra representada. Há obras de História Asiática, Africana e ainda livros que o próprio autor do catálogo designa por “História Fingida ou Novelas”.

Nas Belas-letras temos obras de Filologia, gramáticas, dicionários e tratados das línguas mais diversas, quer de línguas antigas e já desaparecidas, como das línguas em uso. A “universalidade” e diversidade de interesses destacam-se uma vez mais, encontrando-se obras de língua hebraica, latina, castelhana, portuguesa, francesa, italiana, inglesa, asiáticas, caldaica, siríaca, samaritana, árabe, pérsica, línguas orientais, língua chinesa, egípcia, etiópica e também obras de filologia arcana e cabalística e hieroglífica. Para além destas, há também obras ligadas à Arte Poética, Orações em várias línguas, poetas de várias nações antigos e modernos, obras de poesia de vários “estilos”, tais como a épica, a cómica, a bucólica, a lírica, a satírica e a elegíaca.

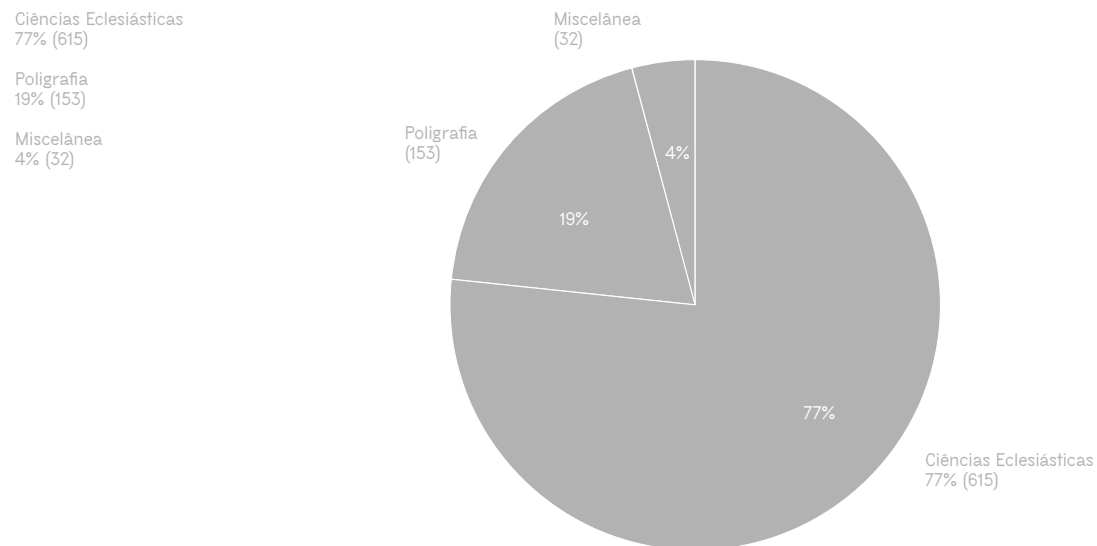


Gráfico 11
Distribuição da % de títulos por temática, no 2º tomo do donativo à Real Biblioteca

Fonte:
B.N.P. - Códice nº 11522;
B.N.P. - Códice nº 11563;
B.N.P. - Códice nº 11525.

Encontram-se similarmente livros de áreas diversas da Matemática, da Arquitetura, de Música, da Física e da Química. O Direito está também bem representado e diversificado, com a inclusão de Tratados de Direito Público e Particular, com origens muito distintas, tais como o Direito Romano, o Germânico, o de França, o de Portugal entre outros. O mesmo acontece com a Economia e Tratados de Economia Política, respeitantes aos mais distintos Estados.

A representatividade de cada um dos assuntos é bastante variável. Ainda assim, parece espelhar uma vontade de dotar a Biblioteca de um fundo diversificado, capaz de responder aos mais diferentes interesses e usos.

O tomo segundo deste donativo inclui *Livros impressos de Ciências Eclesiásticas, de Poligrafia e Miscelânea*. Da sua análise destaca-se, uma vez mais, a enorme subdivisão das grandes temáticas definidas no catálogo, sendo que os livros sobre Ciências Eclesiásticas¹¹⁹ ocupam a grande fatia, tal como se depreende da seguinte apresentação gráfica:

A diversidade e universalidade de interesses estão também muito bem representadas neste tomo. Encontramos Bíblias em línguas originais, Versões Bíblicas, Paráfrases Bíblicas e Concordâncias Bíblicas. Acham-se analogamente escritos de Filologia Sagrada, História e Antiguidades Bíblicas, de Teologia Dogmática, Catequética, Moral, Litúrgica, Mística e Parenética. Há similarmente escritos sobre diversas controvérsias, assim como atas e decretos a respeito de bulas e concílios. Similarmente há várias teses e conclusões teológicas e canônicas, epístolas e obras de jurisprudência vária.

Sobressai o interesse revelado por vários tipos de textos, desde bíblias políglotas, a versões nas línguas originais, bem

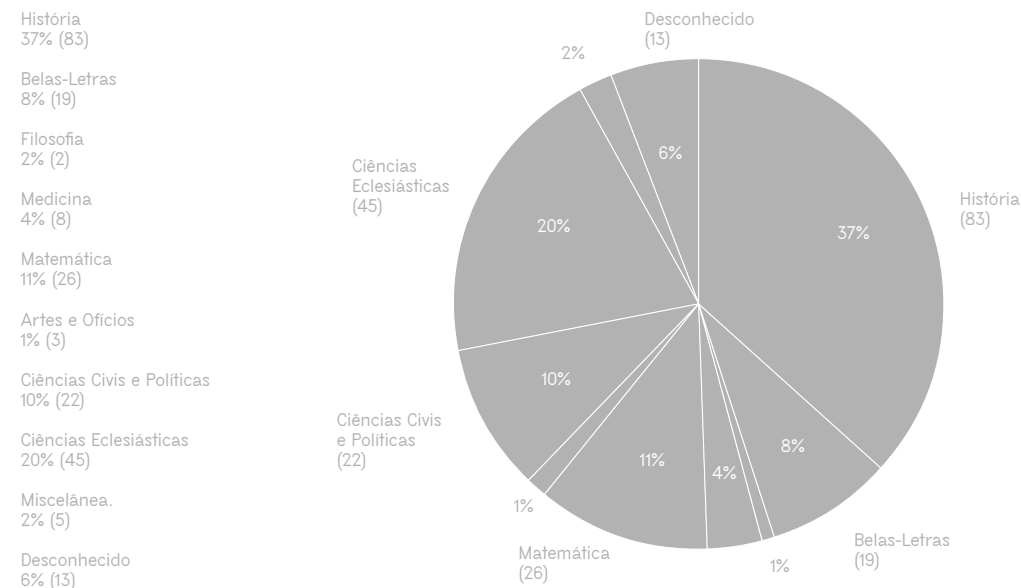


Gráfico 12
Distribuição da % de títulos por temática, no 3º tomo do donativo à Real Biblioteca

Fonte:
B.N.P. - Códice nº 11522;
B.N.P. - Códice nº 11563;
B.N.P. - Códice nº 11525.

como versões em turco, grego, línguas antigas orientais, latinas, versões da vulgata, versões em línguas vulgares como o castelhano, o italiano, o francês, o alemão e o grego. Encontram-se igualmente títulos respeitantes a controvérsias e Teologia Polémica Heterodoxa, assim como controvérsias contra os Judeus e contra os Heterodoxos. Há pastorais, coleções a favor e contra os milagres, controvérsias de Regulares, obras sobre Doutrina Jesuítica, entre muitas outras. Para além das obras de “cariz eclesiástico”, encontramos ainda autores de erudição vária: gregos, árabes, latinos antigos, latinos modernos, portugueses, castelhanos, italianos, franceses e ingleses.

Ainda que exista uma clara preponderância dos livros ligados às Ciências Eclesiásticas, verifica-se, também aqui, uma grande diversidade de interesses, línguas e origens dos livros, salientamos apenas a título de exemplo dessa diversidade uma edição da Bíblia de Lutero: “*Martini Luteri, em Allemão, Hallo, 1755, in 8º*”¹²⁰.

No terceiro tomo do catálogo deste donativo temos a compilação dos manuscritos doados. Este tomo não contém uma repartição em “grandes temáticas”, tal como aconteceu com os que incluíam os impressos. Encontramos, ainda assim, uma panóplia muito diferenciada de subdivisões temáticas, seguindo-se a divisão pelas temáticas que foram utilizadas nos impressos¹²¹. O gráfico seguinte procura ilustrar a representatividade de cada categoria temática. [Gráfico 12]

Nos manuscritos predominam os livros de História, seguidos a alguma distância pelos livros de Ciências Eclesiásticas. Matemática e Ciências Cívicas e Políticas são os que se seguem, já a larga distância dos primeiros. Notabiliza-se uma vez mais a diversidade de assuntos e temáticas, assim como a perspetiva global com que se apresentam obras de diferentes zonas geográficas e línguas.

Ao olharmos globalmente este donativo, julgamos que se evidencia uma necessidade de dotar a Biblioteca de livros capazes de corresponder aos mais diferentes interesses. Procura-se, desta forma, corresponder às preocupações enunciadas no plano criado por Cenáculo para a criação e dotação de uma Biblioteca, que deveria ser útil ao prestígio da nação, sendo capaz de contribuir para a sua “elevação cultural”. Nessa perspectiva, a Biblioteca não seria apenas uma casa onde se recolhiam coleções valiosas, ainda que essas fossem importantes e estivessem certamente presentes no donativo. Era analogamente, uma instituição que deveria disponibilizar, a quem a ela acedia, livros variados de diferentes temáticas, sendo, por essa via, capaz de contribuir para a instrução, formação e interesses dos diferentes utilizadores. Com se sabe, o livro impresso permitiu multiplicar títulos e géneros à disposição, mas os livros manuscritos continuaram a circular e a ser objeto de coleção¹²². Este donativo parece confirmar esta ideia, temos objetos de coleção, livros mais antigos, manuscritos e mesmo alguns impressos bastante valiosos de períodos correspondentes aos primórdios da imprensa, mas também livros mais recentes, modernos, que correspondem às exigências e expectativas de utilização diferentes das dos colecionadores de livros, multiplicando-se os títulos e géneros à disposição.

Cumpramos realçar que frei Manuel do Cenáculo foi um “anticómano erudito”, cuja formação intelectual e prática pedagógica o habilitava a cultivar, com igual empenho, os dois polos da curiosidade antiquária e arqueológica. Um, o polo nacional, que buscava a memória antiga do Reino de Portugal documentada nos vestígios dos povos “antepassados”. Outro, o polo clássico, inserido numa atitude das elites europeias em relação ao passado que partilhava ao nível do continente uma tendência classizante¹²³. Quando olhamos os livros que doou à Biblioteca Pública e que faziam parte de uma coleção “particular” que reuniu ao longo da sua vida, parece evidenciar-se justamente esse polo de colecionador. Nesse sentido, procura reunir, por exemplo, livros de História que lhe permitam buscar a memória antiga do reino, ou livros de hebraico que lhe permitissem interpretar a Bíblia num sentido histórico, procurando fundamentar a identidade do país através da Bíblia, numa feição orientalizante que marcou o debate histórico do século XVIII peninsular¹²⁴. Só que, pelo que parece depreender-se do donativo realizado, não chegam esse tipo de livros, ou a utilidade que ele neles encontra. Tem outro tipo de obras na sua coleção, as quais que doa à Biblioteca. Obras que, julgamos, não são orientadas unicamente por essa perspectiva de colecionador, mas que corresponderiam a outras necessidades e expectativas de uso, e disso são exemplo os livros de Matemática, de Artes e Ofícios, entre muitos outros.

No conjunto global do donativo, abrangendo manuscritos e impressos predominam títulos com livros de Ciências Civas e Políticas, seguidos pela História e pelas Belas-Letras. Já a alguma

distância encontramos os livros de Ciências Eclesiásticas e Medicina, estando as outras áreas menos representadas em termos de número total de títulos. Cumpre-nos realçar que esta divisão em categorias se baseia nas que foram feitas à época no catálogo. Nesse particular, seguimos as orientações apontadas por vários autores que defendem que, na hora de interpretar uma Biblioteca da Idade Moderna, é preciso evitar o prejuízo epistemológico derivado da aplicação das nossas categorias e classificações, devendo por isso recorrer às classificações da época¹²⁵. Se a organização deste catálogo e respetiva “categorização” dos livros corresponde a uma orientação da época, refletindo as necessidades de ordenação do tempo, este, com todas as suas divisões e subdivisões, espelha uma grande diversidade e universalidade de interesses.

Note-se que o “índice” de leitura de uma sociedade não pode medir-se apenas pelo número de possuidores de livros e suas coleções. Deverá considerar-se também a possibilidade de aceder aos livros por parte de quem o desejava fazer¹²⁶. Com efeito, o estudo do consumo individual no campo do conhecimento e sua documentação não chega. É preciso perceber, analogamente, o acesso às bibliotecas públicas ou semi-públicas, que marca fortes diferenças entre quem pode aceder e quem se encontra longe delas¹²⁷. Nessa perspectiva, ao apreciarmos os trabalhos de dotação desta Biblioteca, parece-nos que se estava a tentar constituir uma Biblioteca “central”, que pudesse responder às necessidades de utilizadores diferenciados, ainda que, como se sabe, nem todos pudessem aceder a todos os livros.

Note-se que o fundo da Biblioteca contou com muitos outros milhares de livros, organizados e comprados de acordo com determinados critérios. Se foi ou não capaz de responder totalmente às necessidades de diferentes públicos, é algo que não poderemos saber com indefetibilidade. Provavelmente não, nem tanto pela pobreza ou riqueza do fundo, mas muito mais pelo carácter ilimitado das necessidades de uso e interpretação de um livro, e isso será tão válido ontem, como hoje. Subscrevendo o defendido por Alberto Manguel, consideramos que a História da Leitura felizmente não tem fim. Após o capítulo final de uma obra, há que deixar uma série de folhas em branco, para que o leitor possa adicionar outras ideias sobre a leitura, num livro que “não está acabado”, nem poder estar¹²⁸. Seguindo essa linha de pensamento, dada a “incompletude” de uso dos livros, também uma Biblioteca não será capaz de disponibilizar tudo quanto a precisão de um leitor estipula. Isso não inviabiliza que os projetos que levam à sua criação, dotação e desenvolvimento almejem sempre responder a determinadas perspectivas e ideais de organização do saber.

Cumpramos realçar que reconhecemos a impossibilidade material de identificar cada um dos registos de livros presentes no catálogo. Por isso, selecionámos, de forma aleatória, algumas obras, fazendo

a sua identificação. Com isso procuramos ilustrar, com alguns exemplos, a diversidade de interesses e origens desta coleção¹²⁹.

No que concerne à diversidade de origens apontamos por exemplo, a obra presente no 1º tomo do donativo: *L'enfant Jacques – Histoire du Concile de Pise, et de ce qui s'est passé de plus memorable jusque' au Concile de Constance*. Amesterdam: Chez Pierre Humbert: 1724. Trata-se de uma obra de um autor protestante, Jacques L' Énfant, que viveu entre 1661–1728¹³⁰. Pelo que pudemos apreciar, as funções clericais de Cenáculo, a sua forte ação pastoral e defensora da religião que professava, não o impedia de aceder e conhecer autores “contrários”, fosse qual fosse a finalidade do seu estudo. Neste caso o assunto de estudo prendia-se com a História da Igreja, mas os interesses não se limitam isso. No mesmo tomo encontramos – *Histoire de la Medicine Nouvelle edition, revue, corrigee e augmentee par l'auteur*. Haye: Chez Isaac Vander Kloot, 1729. Aqui o assunto é já a História da Medicina. Trata-se da obra de Daniel Le Clerc, natural de Genebra, filho de um médico, terá aprendido com o pai os primeiros rudimentos da área, tendo depois estudado em Paris, Montepelier, Valencia, tendo regressado a Genebra e alcançado grande sucesso devido aos seus trabalhos de pesquisa médica¹³¹.

A propósito de variedade de interesses e raridade das edições temos ainda, no mesmo tomo I, o exemplo da obra identificada no catálogo como: *Zacuto, fôlio de R. Schemuel. R. Abraham-Spher Juchasin ou livro das linhagens. Cracóvia 340/de Christo 1580/ in 4º vol*¹³². É uma obra de Rabbi Abraham Bem Samuel Zacuto que viveu entre 1452–1515, foi um astrónomo que ensinou na Universidade de Salamanca, tendo vivido no Convento de Cristo em Tomar. A sua obra maior terá sido o “livro das linhagens”, ou *Seper Yuhassim*, considerada a primeira crónica que engloba a História da humanidade desde uma perspectiva Judaica, integrando os registos dos cronógrafos Judeus¹³³. O próprio catálogo faz referências à raridade da obra que classifica: *Edição rara, e mais augmentada, que a anterior de Constatinopola, com o cap. 18 do Tratado IV do livro Jesod Olam = Fundamento do Mundo do R. Isac Israel, com as novas do R. MoYses Isarles, e com o livro Seder Olam Sucha ou Zotha – Chronica menor do Mundo*¹³⁴.

Já no tomo segundo do donativo encontramos diversas bíblias e versões da Bíblia, quer políglotas, quer em latim, grego, hebraico, indiano, entre muitas outras. Infelizmente, para a maioria das edições não logramos alcançar mais dados de identificação, para além daqueles que estão presentes no catálogo. Ainda assim, entre os que conseguimos identificar, destacamos, a título de exemplo, a edição de uma Bíblia latina, ainda hoje presente na Biblioteca Nacional: *Biblia picturis illustrata: breves in eadem annotationes, ex doctiss. interpretationibus, et hebraeorum commentariis*, publicada em Paris, na Oficina Petri Regnault, em 1540¹³⁵. A Políglota – *Biblia Sacra, Hebraicé; Gracé, latine. Latina interpretatio*

*duplex est, altera vetus, alcora nova; cum annocationibus Francisci vacabli*¹³⁶, proveniente da Oficina Sanctradeana, datada de 1586. Em língua Indiana temos: *The New Testament = of our lord and savior J.C. translated into the Indian Language*. Cambridge: printed by Samuel Green and Marmaduke Johnson, datada de 1641¹³⁷. Também aqui a diversidade de interesses toma lugar, evidenciando-se desta feita, nas línguas das edições, nas versões das bíblias, na cronologia da edição, entre outras.

No que ao catálogo dos manuscritos diz respeito, temos desde obras referentes à História ultramarina portuguesa, como por exemplo várias *Décadas de Couto*¹³⁸, até obras de Filologia, com por exemplo a Obra de Filologia latina: *Le methode des Princes, ou les regles plus generales pour apprendre en tres peu des temps la langue latine*, em pergaminho¹³⁹. Passando ainda por obras de Filosofia dos árabes, como por exemplo – *Proposita Philosophorum Arabum*¹⁴⁰, manuscrito da primeira metade do século XVIII, que pode ser consultado na Biblioteca Nacional Digital¹⁴¹, ou ainda obras de astronomia com a de Martinho de Melo – *Tratado de Astronomia*¹⁴², entre várias outras.

Como se sabe, Cenáculo é um colecionador erudito que encontra nos livros, moedas, pinturas, produtos naturais e achados “arqueológicos” sobejos motivos de interesse. A paixão por colecionar sempre caracterizou a sua existência¹⁴³ e a sua avidez em encontrar e reunir livros das mais diferentes espécies não pode, em nosso entender, dissociar-se dessa sua feição de colecionista. Ainda assim, a sua vontade em criar bibliotecas e dotá-las com fundos diversificados, não tem em conta apenas esse seu interesse de colecionador. A função de muitos livros que inclui no donativo seria também a de contribuir para o desenvolvimento dos estudos. Que perspectiva norteia então o pensamento do prelado quando contribui tão ativamente na constituição e dotação desta e doutras bibliotecas?

Parece-nos que estamos perante mais uma faceta do “espírito das luzes”, que marcou a atuação de frei Manuel do Cenáculo. Com efeito, salienta-se a forma como o prelado pretende constituir uma biblioteca útil ao prestígio da nação e instrução do seu público¹⁴⁴. A sua perceção do que deveria ser uma biblioteca, de como deveria dotá-la, de como deveria organizar-se parece denotar essa feição iluminista da época. Realça uma vontade de poder instruir, proporcionar acesso ao saber nas suas múltiplas variáveis e interesses, evidenciando um certo “deslumbramento” perante esse saber: “conhecer bem é ser virtuoso, como ser virtuoso é ser feliz”, cultura é assim sinónimo de felicidade humana¹⁴⁵. O acesso a esta biblioteca era uma forma de os homens poderem atingir essa felicidade. Esta era uma porta de entrada para um mundo de instrução e formação, proporcionado pelos livros “bem selecionados e escolhidos”.

Em finais do século XVIII a ideologia das Luzes pretendia que o livro fosse capaz de reformar a sociedade, concebendo-o ao mesmo

tempo como um signo de poder. Estamos perante uma sociedade que, cada vez mais, se expressava através do escrito, organizada pelo poder de modificar as causas e reformar as estruturas a partir de modelos escriturários – científicos, económicos e políticos, adaptados em textos combinados – administrativos, ilustrados e urbanos¹⁴⁶. Frei Manuel do Cenáculo está bem consciente desse poder dos livros e as bibliotecas representam, nessa perspectiva, um instrumento crucial para a prossecução dos objetivos de reforma cultural da sociedade.

Os resultados do donativo

Os resultados práticos decorrentes da dotação da biblioteca permitiram que a Instituição se enriquecesse com uma coleção reputada, pelo próprio bibliotecário encarregue da sua direção, como muitíssimo valiosa. Isto terá tido efeitos concretos nos utilizadores que a ela acederam¹⁴⁷. No entanto, para além desses efeitos que apenas poderemos “adivinhar”, a dotação desta Biblioteca teve também efeitos práticos do ponto de vista do doador – frei Manuel do Cenáculo. Desde logo, um resultado imediato, a reputação e engrandecimento pessoal. O crédito social resultante da sua atitude magnânima de doar livros da sua coleção, de forma generosa, à biblioteca.

Saliente-se porém que, como já pudemos vislumbrar na carta de doação ao príncipe que atrás reproduzimos, existiam também outros benefícios que o bispo de Beja ansiava e que corporizou nessa carta. Nada melhor do que recordar as próprias palavras de Cenáculo:

“[...] eu pediria a S. Alteza Real em consideração do que tenho dispendido com a minha Igreja no espaço de vinte e sete anos, me fizesse a outra graça, a exemplo do prezindete, e Deputado da real Meza da Comissão extinta, e Mandasse dar-me os cahidos, e continuar na forma, que parecer justa ao mesmo Senhor, os meos ordenados, e pois que nella fui Prezidente [...] e ao mesmo tempo fui Prezidente de Subsídio Literário, cuja colheita e arrecadação crei com muita vantagem da Fazenda Real [...]”¹⁴⁸.

As missivas trocadas com António Ribeiro dos Santos dão nota das diligências feitas, tendo em vista conseguir este objetivo de receber os ordenados. Nas muitas epístolas onde aborda a receção das remessas de livros e monetário, que se espalham por alguns meses, o bibliotecário compromete-se a dedicar-se ao assunto e conseguir para Cenáculo o despacho que lhe confirmasse o benefício.

Em carta datada de 15 de junho de 1797 diz-lhe que não descansará enquanto não vir contemplados os magnânimos serviços de Cenáculo, mas nada melhor do que divisarmos as suas próprias palavras:

“Sou ainda devedor a V. Ex. [...] na última conferência que tive com o Ex.mo Marquez Mordomo Mor sobre os Negocios da Bibliotheca, fallando com energia das vivas impressões que excitou no ânimo de S. Alteza a grandioza doação [...] me certificou que o mesmo Senhor lhe ordenara houvesse em seo Real nome de participar a V. Ex.^a a grata acceitação que fazia de tão magnificas Collecções, declarando-lhe, que esta acção de tão distincto, e generoso Patriotismo ficava altamente gravada na sua Real lembrança para galardoar a V. Ex.^a com mercê; correspondentes à utilidade, e grandeza do Donativo; e que mandaria dar as providências necessárias para satisfazer a requezição que V.^a Ex.^a lhe fazia, quanto fosse possível no estado actual das coizas [...] isto he o que agora participo a V.^a Ex.^a protestando por minha honra, e credito, que não cessarei de redobrar os meus officios, em quanto não vir contemplados, e satisfeitos os magnânimos serviços qu, V. Ex.^a tem feito a Bibliotheca [...]”¹⁴⁹.

O donativo feito pelo bispo de Beja foi muito apreciado e considerado merecedor de uma compensação por “tão grande serviço à Pátria”. Por decisão real determinou-se fazer-lhe mercê do que havia pedido na carta de doação enviada ao príncipe. Em carta datada de 16 de julho¹⁵⁰ do mesmo ano, Ribeiro dos Santos volta a mostrar-se agradecido e apreciador de tantos tesouros, com os quais o prelado enriquecera a biblioteca. No entanto, um mês depois o despacho dos benefícios de Cenáculo não tinha sido consumado e o bibliotecário compromete-se a continuar a investir para que isso seja feito o mais rapidamente possível.

As diligências do envio de livros e donativos prolongam-se no tempo, assim como o empenho para obter o despacho de atribuição dos benefícios. Só em carta remetida anos depois, datada de 11 janeiro de 1802, é enviada ao bispo, por António Ribeiro dos Santos, comunicação afirmando que finalmente tinha sido feito o despacho. Anexo a essa missiva, está uma expedição, na qual é feito o pedido para que se lhe faça mercê pelos serviços à biblioteca. Eis parte da transcrição do documento e suas determinações:

“[...] O Ex.mo e R.mo D. Frei Manuel o Cenáculo Bispo de Beja doou em Março de 1797 à Real Bibliotheca de Lisboa huma grande Collecção [...] Foi tudo presente a S.A.R. que houve por bem de aceitar benignamente a offerta e doação deste ilustre Prelado [...] pediu o Ex.mo Bispo a S.A.R. lhe fizesse a Graça [...] de lhe mandar dar os cahidos, e continuar seus Ordenados na forma que ao mesmo Sr. Parecesse justo[...] A este requerimento foi Sua Alteza servido annuir [...] Sollicitei algumas vezes este Despacho [...] Ora pore, que a Paz, e a Abundância, restituídas a estes Reynos pelos cuidados e fadigas de V.Ex.^a e pelas sabias, e Paternaes Provdencias de Sua Alteza

[...] não deixará o mesmo Sr. de desempenhar a sua Real Palavra.
[...] O bibliothecário Mayor[...]”¹⁵¹.

Ao que parece, volvidos alguns anos desde a determinação de atribuir a Cenáculo os ordenados pedidos, Ribeiro dos Santos continuava empenhado em diligenciar pelo seu cumprimento, o que acabaria por acontecer só em janeiro de 1802. Também Joaquim José da Costa e Sá se envolveu nestes trabalhos, numa carta datada de 13 de fevereiro desse mesmo ano¹⁵² dá nota que, pelos trabalhos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, presidente do Real Erário, Cenáculo veria retribuídos os seus trabalhos de dotação da biblioteca, recebendo o prémio devido. Na mesma missiva, afirma-se que o dito governante gostaria de ver frei Manuel do Cenáculo elevado à condição de arcebispo de Évora.

Certo é que o prelado alcançou, de facto, essa posição. Em carta datada de 6 de março de 1802¹⁵³, António Ribeiro dos Santos congratula-se com o despacho de nomeação para o cargo. Também Joaquim José da Costa e Sá, a 17 de março¹⁵⁴, escreve a Cenáculo, tratando-o como “Arcebispo eleito de Évora”. Embora os documentos analisados não permitam afirmar categoricamente que a atribuição desta posição seja mais um prémio pelos serviços em prol da biblioteca, é de admitir a hipótese de, pelo menos em parte, a decisão poder ter sido influenciada pelo prestígio que tal doação granjeou ao bispo.

Isto leva-nos novamente à questão dos resultados do donativo, o prestígio e engrandecimento que Cenáculo obteve permitir-lhe-ia obter benefícios pessoais desta atitude de doar livros à biblioteca.

Cenáculo, como qualquer homem daquele e qualquer outro tempo, ter-se-á movido de acordo com a sua própria teia de conveniências, numa característica da mentalidade clientelar da época, em que os donativos são feitos a pensar em contrapartidas financeiras ou de cargos. A doação, além de lhe granjear prestígio, numa época já distante daquela em que pode contar com a proteção de marquês de Pombal, permitiu-lhe colher benefícios. Temos o bispo, ou melhor o novo arcebispo de Évora, novamente envolto no círculo do poder, conquistando respeito, admiração e favor régio. Saliente-se que Cenáculo enfrentou, ao longo deste tempo, desafios constantes em termos financeiros, tendo necessidade de realizar dinheiro com urgência¹⁵⁵. Nessa perspetiva, ainda que o pagamento dos ordenados devesse ter pesado na decisão do prelado doar esta coleção, a verdade é que teve de fazer face a obrigações financeiras ainda antes de os receber.

Não obstante essas obrigações, Cenáculo não se deu por satisfeito. Entrado em Évora, assumindo as suas funções arcebispaís, continuou a obra em prol da criação de Instituições culturais públicas, como é o caso da Biblioteca Museu de Évora. E mesmo que o prestígio pessoal que pudesse granjear nunca pudesse ser demais, a verdade é que nesta altura Cenáculo caminhava já para a propecta idade de oitenta anos. Acabaria

por viver até aos noventa, mas estaria bem consciente que os benefícios pessoais e lucros que pudesse colher não seriam usufruídos indefinidamente. Isso não o fez esmorecer, os seus últimos anos de vida foram passados a erigir e dotar uma nova biblioteca que deixou para usufruto das gerações vindouras. Trata-se por isso, em nosso entender, de uma obra notável de “um homem do seu tempo” que se preocupou e conheceu verdadeiramente o poder dos livros.

A Biblioteca do Convento de Jesus

O contributo de frei Manuel do Cenáculo

Quando analisarmos o espólio de frei Manuel do Cenáculo, encontramos uma memória¹⁵⁶ onde são descritas as atividades empreendidas ao longo dos nove anos em que exerceu a administração da Província da Ordem Terceira de S. Francisco. Nesse documento achamos alusões às obras de que ainda carecia o Convento depois de 1768, altura em que Cenáculo assumiu a administração da Província, mas nada melhor do que apresentar a própria descrição:

“Havia-se reedificado em grande parte das ruínas do terremoto o Convento de N. Snr.^a de Jesus de Lisboa, porem no anno de 1768 ainda carecia das seguintes obras para a sua Constituição essencial: Carecia a Igreja de Frontispicio desde os alicerses [...] E em consequência do Frontispicio Carecia de Coro capas de receber a numerosa Comunidade para a celebração dos Divinos Officios. Estava por acabar o Dormitório principal em abobada pavimento, e Cellas. Estavam por acabar outros dois dormitórios dos principaes em quanto às Cellas. Estavam por acabar a Ante Sacristia. Não havia Casa de Livraria achando-se os Livros a monte fechados em diversas paragens. Não havia Celeiro, nem Copa, nem Dispensa, nem Casa para lenha [...]”¹⁵⁷

Como se pode verificar, entre as várias obras que se encontravam por fazer encontra-se a da livraria. Ainda na mesma memória, relata-se que, em 1771, Cenáculo propôs em definitivo o início da obra da Livraria:

“Convocou o P.M. e Provincial o Diffinitorio, e propôs que era tempo de principiar a Obra da Livraria, e das mais que mostram as Plantas. Propôs também o Sn.r Bispo de Beja sendo Provincial desta Província tinha feito ajuste com o Mestre Francisco António para se celebrar a escritura do contracto da dita obra sabendo a necessidade da mesma província. Consentindo em tudo o R. Diffinitorio, determinou que

se fizesse a Escritura a qual se fez a 19 de Fevereiro do mesmo anno e que no Livro de Recibo da Província se declarassem com individuação as esmolos que o Sr. Bispo de Beja desse para a dita Obra, para que constasse a todo o tempo o beneficio que fazia à Província [...]”¹⁵⁸

Depois da anuência à proposta de início da construção, por parte da assembleia de definidores, iniciaram-se as obras da referida Biblioteca. Na memória que temos vindo a referir, encontramos uma exposição detalhada sobre o que se pretendia para a nova infraestrutura. Nela se espelham as ideias que Cenáculo tem sobre as condições que deve ter uma biblioteca e o propósito, sempre presente, de que esta deve existir para servir o público.

“Como não havia Livraria fez-se huma grande Caza com destinação de servir ao Publico [...] Tem cento e sincoenta palmos de cumprimento, sesenta de Largo, com trinta e sinco ate ao ponto. He cingida por hum lado de Gabinetes em baixo, e em cima de galaria destinada para Museo, como também a outra Caza que em cima da segunda Ante Livraria abrange toda a largura da Bibliotheca. Debaixo desta se fez hum celeiro muito capaz, e cazas para o despejo da livraria com armazéns para alugar, e compensar com rendimento de cerca o desmancho das Cazas, que nella havia. Não há perigo de fogo pelas excelentes abobadas [...] as sobredictas obras são muito sensíveis. Nellas [...] se gastou a quantia de cento e noventa mil cruzados da qual despeza estavam pagos cento e vinte mil cruzados, a saber: oitenta mil cruzados do rendimento da Provincia: trinta e três que deu o Snr. Bispo de Beja; e sete que deo o Vigario Provincial [...]”¹⁵⁹

A mesma preocupação com a utilidade pública da biblioteca está presente na exigência, colocada por frei Manuel do Cenáculo, para dar mais uma contribuição monetária. O prelado Pacense compromete-se a concorrer, com outro donativo em dinheiro, para custear os setenta mil cruzados que faltavam pagar da despesa total: “[...] e ainda para o pagamento dos setenta mil cruzados fica a província aliviada de a metade mais ou menos, à qual se quis obrigar o Sn.r Bispo de Beja [...]” colocando a condição que: “[...] que a livraria haja de servir ao Publico para a ella concorrerem os estudiosos em três dias da semana”.

O reconhecimento do papel de frei Manuel do Cenáculo enquanto responsável pelo início da obra parece ser ratificado noutros documentos. Senão, vejamos o seguinte texto, incluído no *Manual dos Monumentos Verídicos para servirem à Crónica da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco de Portugal*, que se encontra transcrito no Boletim Bibliográfico da Academia de Ciências: “He verdade que o Sr. Bispo de Beja, não só deu principio, mas poz em summo adiantamento a Sua Caza p^a elles, e p.^a m.os e em.os a que se extendia o seu desejo: esta casa, p.^o a q. o M.^o Jub^o Fr. José de S.ta Roza Teixe.^a concorreo com cem

Livros da comunidade que escaparam ao terramoto	10000
Livros oferecidos por Cenáculo	3000
Livros do reitor de Oliveira de Azeméis	8000
Livros do P. Mayne	1000
Livros do Vigário Provincial	1000
Oferta do P. Sarmiento	2000
Livros prometidos por Cenáculo	4000
Totais	29000

Tabela 4. Livros que compunham a Biblioteca do Convento, em 1777
Fonte: B.P.E. – códice CXXVIII 2-5, Vaz – “As Bibliotecas e os livros...”, 483-493

mil reis; está imperfeita, e por acabar e a este efeito não podem Chegar as posses desta Prov.^a e só ce veria completa, se Sua Mag.e Fidelissima nos fizesse esmola de no ha completar [...]”¹⁶⁰.

O contributo do prelado na fundação desta livraria não se ficou exclusivamente pela conceção do projeto, o qual levou à sua criação no tempo em que administrou a Província. Concorre também com um importante donativo em dinheiro, com o objetivo de ajudar a custear a obra, ainda que para isso coloque a exigência de ver satisfeita a condição de a ter aberta ao público pelo menos em três dias da semana. No livro de receitas e gastos da Terceira Ordem da Penitência¹⁶¹, é referido que em 23 de fevereiro de 1777 se tinham gasto aproximadamente 28 mil réis¹⁶². Desse total, mais de 11 mil¹⁶³ haviam sido doados por Cenáculo.

Para além desse valor monetário, frei Manuel do Cenáculo acode ainda com um significativo donativo em livros, num total de três mil volumes, que já é mencionado em 1777, ainda de acordo com a memória sobre os tempos de administração que temos vindo a citar.

Tendo por base os elementos recolhidos nesse relato, construímos a seguinte tabela, contendo os livros da biblioteca no ano de 1777. [Tabela 4]

Como se constata, em 1777, Cenáculo já havia doado cerca de três mil volumes à referida biblioteca, e comprometera-se a doar ainda cerca de quatro mil volumes. Neste particular, as fontes que consultamos não são totalmente coincidentes. Com efeito, de acordo com um apontamento manuscrito deixado por Vicente Salgado, esse primeiro donativo ter-se-á “limitado” a dois mil volumes. Seja como for, a promessa de doar mais livros parece ter-se cumprido, com a doação de muitos e raros livros, tal como pode constatar-se na seguinte reprodução parcial do documento de frei Vicente Salgado:

“A casa da Livraria deste Convento, que desde os primeiros alicerces foi delineado pelo Senhor Bispo de Beja, he hoje huma das Bibliotecas memoráveis da corte [...] Hum ministro geral lhe mandou fazer o tecto e a sua elegante pintura. [...] Tendo

o senhor Bispo de Beja demitido de si em oportunidade, os dois mil volumes que tinha de seu uso para a Livraria desta Caza, cheio agora de satisfação, vendo completa huma obra de gloria ao seu claustro e notável posteridade, novamente a brindou com muitos, e raros livros e manuscritos da sua escolhida Bibliotheca”¹⁶⁴.

A análise de cartas que Cenáculo trocou com alguns correspondentes ao longo dos anos também parece autorizar-nos a dizer que o prelado terá cumprido, pelo menos parcialmente, a promessa de doar mais livros a esta Biblioteca.

Se nos detivermos especificamente em doações feitas à Biblioteca do Convento mencionadas nesse epistolário, podemos mencionar, a título de exemplo, a doação de uma valiosa *Bíblia Latina* de Mogúncia, datada de 1462 e impressa em pergaminho em dois volumes por Peter Schöffner e J. Fust. Além de diversas cartas onde se evidenciam diligências feitas por Cenáculo para aquisição deste exemplar, detetamos três cartas, datadas de 1807, enviadas a Cenáculo por frei João de Sousa¹⁶⁵, frei Manuel de Pina Cabral¹⁶⁶, e frei Plácido Andrade Barroco¹⁶⁷, religiosos que professaram no Convento de Jesus, nas quais agradecem a doação dessa Bíblia. Veja-se, a título testemunhal, a carta a enviada por frei João de Sousa, na qual agradece o donativo:

“[...] Consola me V. Ex.^a de tal sorte no meio de huma vida mortificada com impertinentes moléstias, pelas suas acções cada vez mais generosas, e liberaes a nosso respeito, que não posso deixar de ir em meu nome, e daquelles a quem não he permittido fazer o mesmo, agradecer a V. Ex.^a o Beneficio que acaba de nos fazer accrescentando á raridade da preciosa Biblia Moguntina, que tanta honra dava já á nossa Bibliotheca, a prerogativa, e o valor de ser hum donativo de V. Ex.^a[...]”¹⁶⁸.

Referências a essa Bíblia encontram-se também em diversas cartas anteriores que foram enviadas ao Bispo por frei Plácido Andrade Barroco. No entanto, estas menções aludem a diligências de compra e venda do exemplar e não à sua dádiva em particular.

Mas fixemos a nossa atenção na documentação que parece confirmar que D. Frei Manuel do Cenáculo terá cumprido, pelo menos parcialmente, a promessa de doar a esta biblioteca alguns livros. Assim, Silvestre Ribeiro¹⁶⁹ afirma que: “Cenáculo enriqueceu a preciosa Livraria do Convento de Jesus de Lisboa – não só com os livros que no seu tempo haviam sido comprados para o Collegio de Coimbra, e com os que elle próprio comprara durante o seu provinciado, mas também com a livraria que tinha, de seu uso, quando se recolheu ao bispado de Beja; e mais tarde, com um grandioso presente dos muitos Livros e Manuscritos raros, entre os quais um exemplar da Biblia Mogutina”¹⁷⁰.

Em abono desta hipótese de doação de obras, há também o catálogo de um donativo do bispo de Beja, datado de 1795, o qual certifica a doação de mais livros¹⁷¹.

Antes de concentrarmos a nossa atenção numa análise mais detalhada deste donativo, procuramos, nas epístolas que Cenáculo trocou com diversos correspondentes, testemunhos acerca da realização desta oferta. Encontramos algumas referências nas cartas enviadas a frei Plácido Andrade Barroco¹⁷².

Cumprir relvar que o exame desta correspondência permite encontrar menções a vários negócios envolvendo livros. Com efeito, percebe-se que Cenáculo propõe ao Convento a compra de determinadas composições, mas nada melhor do que averiguar a carta que o prelado dirige a frei Plácido, no dia 3 de junho de 1795:

“[...] Vou anticipar com esta carta a resolução sobre os Livros[...]. Tenho quem me compre fora do Reino [...] grande parte das minhas raridades. Desde hum anno a esta parte vou dilatando na esperança de que a Congregação abraisse hum dia os olhos. [...] Ora essa Livraria está ornada no material de casa, mas faltissima no que honra as Bibliotecas que são manuscritos e raridades. Isto supposto se a Vossa Merce parece, diga e faça sobre a minha proposição o que melhor entender. Se o Geral se tentar, empregue vintens nesse Rol pois com seo conteudo podem Vossas Mercês dizer que tem junto o que as outras Bibliotecas não tem, e teria eu pena de que ahi não ficasse isto [...]”¹⁷³.

Como vemos, Cenáculo deixa subentendido que tem com quem negociar os livros fora do reino, tentando persuadir os padres do Convento a adquiri-los. Na mesma carta justifica o facto de não os poder doar, mas ainda assim compromete-se a oferecer alguns volumes:

“[...] Não o dou porque são coisas de custo, e comprei com dinheiro da Igreja, mas querendo o Padre Geral, eu do que posso dar, heide brindar a Livraria com hum Presente de cento e vinte volumes, de fora dos vendidos e dou por graça e amizade, os quaes são trigo de prioste, e não os daria eu por setecentos mil reis; mas empregos bem, não será esta a ultima, nem a penúltima dadiva no caso que o Padre Geral annua ao proposto.”

A tentativa de persuasão prossegue, o bispo dá nota de um ajuste envolvendo uma venda de livros que intenta com Bertrand, comprometendo-se a encerrar esta negociação com o livreiro, caso o geral da Ordem mostrasse interesse em adquirir alguns livros:

“[...]Querendo o Geral não tem lugar o que está principiado a tratar com Bertrand, e dêmos o dito por não dito.

Se D. Francisco de Almada não quer, nem respondeo, aplique Vossa Merce o Geral para que com o tal conteudo no rol dos Livros de 400, e *Decor Puellarum* quando não tãobem hirão para fora. Venha logo resposta, porque eu quero hir para Sines desabotoado. Que fazem Vossas Mercês em gastar sinco mil crusados para a Livraria ser Livraria? Eu tenho arrumado ja o que aqui hade ficar: o mais tomará caminho [...] Quando o Geral queira o contrato faça-se a soma, e eu abato seis mil reis de cada cem, alem do que ja vai abatido em algumas vendas do rol. Não vão mal. Este primeiro Presente hade exceder a cento e vinte volumes manuscritos e impressos; e tenho no pensamento segundo Presente do que ahi não há”¹⁷⁴.

Pelo que parece depreender-se da carta enviada ao amigo, Cenáculo está definitivamente resolvido a vender alguns livros. Propõe o negócio ao Convento, insistindo na necessidade de obter uma decisão. No entanto, em missiva de 19 de junho, o prelado lamenta-se por continuar sem obter resposta à sua proposta, alegando ter recebido de Espanha um compromisso para lhe adquirirem os livros, dos quais certamente se iria desfazer: “Eu certamente me desfaço das minhas raridades e o devo fazer por todas as razões: tenho dor que vão para fora do Reino, e muito mais da minha congregação, e da minha Igreja, he necessidade que daqui se vão. Na ordem ficavam a meu prazer [...]”¹⁷⁵. Saliente-se que, já numa missiva anterior, datada de 26 de maio¹⁷⁶ desse mesmo ano, o prelado falava da necessidade imperiosa de se separar de algumas composições. Nessa missiva queixa-se da destruição das suas edições dos *Pandectos*¹⁷⁷, que estavam “traçadíssimos” e lamenta o estado em que se encontrava a sua livraria “de 30 mil cruzados”, a qual “andava de rastos pelo chão por causa das obras da catedral”¹⁷⁸.

Em carta datada de 30 de junho, frei Manuel do Cenáculo volta a manifestar alguma mágoa: “faz-me pena que o geral não faça um esforço para ficar com a Mogutina, Ximenes, Ferrara e Liturgia da Suecia, estes são os últimos preços e muito hade ganhar Bertrand”¹⁷⁹. Cenáculo propõe, nesta altura, a negociação de várias raridades entre as quais a Bíblia Moguntina e a de Ximenes. Já em 3 de julho, perante a indefinição que se mantém, frei Manuel do Cenáculo comunica a frei Plácido noutra missiva:

“[...] Hoje pela manhã entrará ahi Gamito, e leva com carta para Vossa Merce hum baul, e sinco caixas com huma boceta em que vão seis chaves[...]. Visto o que me diz separe a Moguntina [...] a de Ximenes [...] a de Ferrara [...] a Liturgia SuecanaEcclesiae [...] e guarde tudo em si muito bem fechado ate que eu resolva, e tenha mais vagar para escrever [...] Quanto ao resto dos Livros entendase com Bertrand, e quando chegue à conta que proponho que vai rebatida o necessário; lague, e avise

do dinheiro. Quanto a esse rol que mando e que Bertrand dis que dará 28.800, estava tonto, ou não sabe. Os seis tomos das *Machines approuvés par l'Academie de Paris* quando se achão dãose de boa vontade des moedas, e eu tiro tres. As Genealogias Manuscritas de Galland Fol. 5 vol. elle não conhece quem seja esse homem, e a raridade da obra etc”¹⁸⁰.

A carta parece indiciar que há, em simultâneo com as pendências com o Convento, negócios a concretizar-se com outros protagonistas, nomeadamente com o livreiro Bertrand, embora nem sempre as moções do livreiro sejam do agrado do bispo. Paralelamente, coloca as edições raras da *Bíblia Moguntina*, de Ximenes, entre outras “em espera”, comprometendo-se a enviar depois uma decisão. Será que ainda espera por resoluções do Convento? A carta menciona uma comunicação prévia de frei Plácido, por isso o bispo toma a decisão de suspender a decisão no que àquelas obras raras respeita, mas infelizmente, no vasto espólio de missivas recebidas por frei Manuel do Cenáculo, não conseguimos encontrar qualquer epístola deste período que possa contribuir para esclarecer esta questão¹⁸¹.

Do exposto, parece poder inferir-se destas epístolas, datadas de junho e julho de 1795, que o prelado, saturado com a delonga da deliberação do padres do Convento e baseado numa suposição de que a demora se prende com dúvidas em aceitar o valor de alguns dos espécimes literários, decide avançar com o negócio dos livros também com outros protagonistas. No entanto, predispõe-se a mudar esta decisão caso exista algum interesse por parte dos responsáveis pelo Convento. Simultaneamente compromete-se a fazer um donativo, não dos livros que pretende negociar, mas de outras espécies que considera terem também muito valor, num primeiro donativo de cento e vinte volumes¹⁸², e um segundo presente, que está ainda a ponderar¹⁸³.

Numa missiva do dia 4 de julho, o prelado Pacense volta a referir o donativo e acrescenta que gostaria que a Livraria do convento de nobilitasse com determinadas peças, mas que a essas não as poderia largar senão compradas, senão vejamos¹⁸⁴:

“[...] Quando meo Irmão chegou de Lisboa me recomendou muito a obra da Livraria, e o Morgado de Assentes [...] Isto me commoveo a lembrar-me della, e concorrer para o seo esplendor porque eu não posso esquecer-me de o ver como coisa minha; [...] Vossa Merce leve ao Padre Geral [...] essa Lista que me parece hum mimo de pessoa amiga, pois são Livros de todas as raridades; e daquelles com que blasonão as primeiras Livrarias da Europa [...] Livros de sortimento achão-se em havendo dinheiro: desses foi necessário a fortuna de eu os achar, e o genio de gastar moedas com as coisas desse merecimento. Estimo ter gastado muitos tostões nelles para agora os dedicar

de coração a essa Casa. Vão bem tratados, e grande parte em marroquim. [...] Essa não he ainda a minha ultima demonstração e donativo. Devo accrescentar que eu desejaria muito que essa Biblioteca se nobilitasse com as Peças seguintes [...] mas estes não os posso largar senão comprados, e valem muito bem 800 mil réis.[...]"¹⁸⁵

As diligências prosseguem e as propostas de donativos e de compra também. Numa carta datada do dia 6 de julho desse ano diz Cenáculo: “[...] Quanto a vendas e retenções aqui, e dadas para ahi, he Plano que tenho digerido, em qualquer situação que se considere. Se comprarem a Moguntina, Ximenes, Ferrara, e Liturgia, hade crescer já o donativo: alias isso vai para Espanha, e muitas outras coisas que eu desejaria ficassem na Ordem: pelo que so espero a resolução dos Padres para escrever para Madrid [...]”¹⁸⁶.

O bispo de Beja insiste na obtenção de uma resposta, afirmando já ter deliberado o que fazer em qualquer circunstância. Numa carta datada de 17 de julho¹⁸⁷ refere-se a negócios de livros, mas ada melhor do que atentar nas suas próprias palavras:

“Dê a Bertrand os livros do Rol nº 3, e veja se lhe saca os oitenta mil réis [...]. Os Padre fazem bem na compra da Moguntina [...] Veja o Papel junto: o presente que accrescento ao rol que foi, he de vulto. Se o confessor quizer fará muito bem em largar vinténs a Ordem tomar dinheiro pois todos os dias recebe mais, menos para compras coisas que então ficará a livraria grã Senhora. Huma pessoa da primeira Ierarquia de Espanha quer comprar-me tudo quanto eu queira, dinheiro à vista. Não he Padre Philippe: he da primeira classe, porem seja a Ordem [...]”

Assim, parece depreender-se da missiva que o negócio com a Ordem avança, bem como a compra dos exemplares raros que há muito vêm sendo discutidos entre os dois interlocutores. Em epístola de 24 de julho de 1795 volta a dizer: “[...] Tenho feito as minhas disposições para ter huma velhice em algum sossego, e dou-me pressa a desfrutallo quanto he possível neste Officio.[...] Volte o rol accrescentado, e Vossa Merce dirá se vai rico e muito rico? Eu desejo que o que heide vender fique na Ordem, e consta mais desse Papel junto [...] Trate com os Padres a venda e avise-me. Depois disso não hãode ficar mal. Hãode comprar muito barato [...]”¹⁸⁸.

Pelo exposto, percebe-se que o negócio com o Convento continua em andamento. Noutra carta, de 31 de julho¹⁸⁹, o prelado fala do preço pelo qual largaria essas peças¹⁹⁰ em favor do Convento, embora não seja perceptível em que moldes se irá concretizar o negócio, estando ainda à espera, em 31 de julho, da resolução dos Padres em determinado aspeto.

Em missiva de 7 de agosto, há indícios que sugerem que o negócio está em fase de concretização, sendo que Cenáculo diz:

“[...] pelos 800 mil reis hade ser o seguinte precisamente: Moguntina, Ximenes, Ferrara, e Lit. Eccl. Suecana, e Quixote [...] Heide acrescentar de graça a excellente caixa de pereiro e marroquim chapeado para ella estar, e com isso raríssima e única Concordancia que se assenta ser do mesmo carácter e anno, e dos Bibliografos só hum falla nella vendo-a: he coisa de preço: hade hir mais a Bibliot. Curieuse de Clemente 4º, nove volumes para mostrar que essa Moguntina tem os caracteres de verdadeira, e ainda coisas que Clemente não vio, como eu tenho cotejado [riscado] Eis aqui porque sendo os 800 mil réis o preço [...] eu para os amigos accrescento Quixote, Concordancia, caixa, e Clemente, e não vão mal [...]”¹⁹¹.

Já em 18 de setembro, o bispo envia duas mensagens ao seu interlocutor falando na remessa de livros para venda a Bertrand e livros para o Convento: “Espero o que elle [Bertrand] diz ao mais para hirem pelos almocreves do princípio do mês de Outubro: os do fim do mês partem amanhã para entrarem ahi na 3º feira. Leva os tres caixotes: resto do Presente à Livraria [...] Levam mais 2 caixotes [...] para v.m. reservar em si [...] vai mais em hum dos caixotes a concordância Bíblica que faz jogo com a Bíblia de Bomberg para a Livraria do Convento”¹⁹².

Ao que tudo indica Cenáculo decide avançar com o negócio de venda de alguns livros a Bertrand. Mas, em simultâneo, envia livros de presente à livraria do “seu convento”, o que não nos permite esclarecer nitidamente em que moldes o negócio de venda de livros ao convento se concretizou. A epístola de 7 de agosto indicia que a Bíblia Moguntina, a de Ximenes e de Ferrara já se encontravam vendidas, ou prestes a ser transacionadas. O envio dos livros era acompanhado por um presente vantajoso, no entender do bispo. Assim sendo, qual o motivo que levaria à doação da Moguntina ao Convento em 1807, referida em cartas já atrás identificadas? Será que o pagamento destas obras literárias se atrasou, até que Cenáculo decidiu doá-las? Não encontramos documentação capaz de esclarecer cabalmente esta questão. Com efeito, as cartas que temos vindo a mencionar estão marcadas por alguma ambiguidade. Contudo, parece-nos que se demonstra que Cenáculo realizou de facto donativos à livraria do Convento, tal como o catálogo do donativo de 1795, que referimos previamente, parece corroborar. Importa no entanto ter presente que os donativos na época não tinham o significado que hoje lhe atribuímos, isto é, não eram gratuitos e implicavam contrapartidas, de acordo com a mentalidade clientelar¹⁹³.

Saliente-se que em nova missiva, datada do dia 16 de outubro, o prelado volta a falar do envio de livros que prometera ao Convento e pede a devolução de livros que tentou negociar, mas que não foram comprados. Ao que tudo indica a recusa de compra é do livreiro Bertrand, mas permanecem dúvidas a esclarecer

relativamente aos livros negociados com os frades do convento. Atente-se na mensagem enviada pelo bispo de Beja a frei Plácido:

“[...] mande a lista de livros que eu prometi e não foram, para hirem, e no caixão em que elles forem podem vir os livros da Bíblia de Ximenes que são quatro volumes do que sabe Manuel Gregorio, e são os que eu havia deixado e fazem me cá muita conta: podem tãobem vir os Pandectos Florentinos, os Platão que não quiz Bertrand porque não os conhece [...] Não soffro com paciência que esse governo se não esmere em apromtar tres ou 4 mil cruzados para estas collecções que heide vender despedaçados porque quero dinheiro, e o que hade ca ficar esta alargado e o mais hade ir hindo.[...] Estou aparelhando hum pequeno rol, mas substancial para Bertrand [...]”¹⁹⁴.”

O donativo ao convento é consumado, mas o negócio de venda de alguns exemplares ao convento não se concretizou na íntegra. A negociação não terá incluído todos os objetos e valores que Cenáculo pretendia. Cumpre-nos reconhecer que, neste particular, não nos é possível avançar muito mais, embora saibamos que Cenáculo tentou, nesta altura, vender alguns dos seus livros. Curiosamente, nesta mesma altura envolve-se na realização de donativos, quer ao Convento, quer à Real Biblioteca Pública.

Como já foi supramencionado há várias cartas que fazem referência ao donativo à livraria do Convento de Nossa Senhora de Jesus e o agradecem. Entre essas, encontram-se as epístolas de frei António Baptista, em julho, agosto e setembro de 1795, nas quais o religioso agradece a dádiva do bispo de Beja¹⁹⁵ e a respetiva remessa de livros. De idêntico teor apresentam-se as missivas de frei Maurício de Nossa Senhora¹⁹⁶, de frei Manuel de Pina¹⁹⁷ e de frei Plácido Barroco¹⁹⁸.

Escolhemos aleatoriamente, para exemplificar esses agradecimentos, uma dessas cartas. Trata-se da epístola de frei António Baptista, datada de 13 de julho de 1795:

“[...] Elle me prezentou o Catalogo do especiozo, e em tudo requissimo presente, que Vossa Excelencia Reverendissima faz a nossa Bibliotheca. Eu não posso conter-me no justo prazer que isso me cauza, e por este modo vou beijar mil vezes as sagradas, e liberalíssimas mãos de Vossa Excelencia Reverendissima em testemunho do me agradecimento, e de toda a Nossa Congregaçam. Eu Excelentíssimo e Reveredíssimo Senhor não tenho expreções com que possa expresar o meo reconhecimento, nem tenho que oferecerlhe, porque a minha vontade, e obdiencia sempre esta prompta para executar os seus mandamentos”¹⁹⁹.”

A par das missivas de agradecimento pela oferta à livraria do Convento, que parecem atestar a realização de um donativo,

foi possível identificar algumas obras incluídas nesse donativo, a partir do catálogo contendo a oferta de 1795. Alguns dos escritos aí mencionados encontram-se no espólio da atual Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa²⁰⁰. Entre os livros mencionados no referido catálogo, encontra-se especificamente um que vem identificado como: “Sucessos de Arzilla por hum curiozo que ali se achou”. Trata-se de uma edição dos *Anais de Arzila*²⁰¹, de Bernardo Rodrigues. Há alguns exemplares deste manuscrito, na Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa, na Biblioteca Nacional de Lisboa, na Misericórdia do Porto e na Biblioteca Pública Municipal do Porto. O exemplar da Academia de Ciências possui um título que começa com a seguinte expressão – “*Sucessos de Arzila reinado de D. Manuel escritos por um curioso* [...]”²⁰², numa das folhas de guarda encontra-se uma nota pouco extensa, a qual passamos a transcrever: “Este manuscrito veio a Livraria entre outros de que lhe fez donativo o Ex.mo e R.mo Snr. Bispo de Beja D. Frei Manoel do Cenáculo Villas-Boas. Convento de N. Senhora de Jesus de Lisboa/6 de Maio de 1797/frei Gregório Joze Viegas”.

Cumpre notar, pela análise das cartas que atrás fomos referenciando, que o donativo do bispo de Beja foi realizado em paralelo com a proposta de venda de alguns livros ao convento, sendo que o prelado se comprometeu a aumentar o donativo caso o negócio se concretizasse. Existiram livros propostos, preços estabelecidos, mas subsistem dúvidas quanto aos livros que de facto se incluíram no negócio.

A leitura de muitas destas cartas evidencia que frei Manuel do Cenáculo não se limitou a comprar e armazenar livros para seu proveito. Para além do contributo dado na criação de bibliotecas, onde disponibilizou livros da sua coleção, dedicou-se também à negociação de livros, por exemplo com Bertrand, como se torna claro na correspondência trocada, entre outros, com frei Plácido Barroco. Não nos parece estranha esta opção, Cenáculo envolve-se em grandes projetos, alguns dos quais lhe exigem premência de recursos financeiros, como por exemplo a Catedral de Beja. Necessita, em simultâneo de cumprir as obrigações fiscais à Coroa, que lhe foram exigidas²⁰³, como decorre das cartas trocadas com algumas figuras da administração do erário público. Daí a exigência de realizar, pelo menos em alguns momentos, algum encaixe financeiro²⁰⁴. O que nos conduz à questão pendente de esclarecer os fundos necessários para conseguir reunir e transacionar os milhares de livros que adquiriu e com os quais dotou bibliotecas.

Como foi notado por Francisco Vaz, a correspondência permite-nos clarificar que existiu uma grande promiscuidade na utilização dos dinheiros da Igreja para adquirir obras, apontando como exemplos o caso da Bíblia Moguntina e das Políglotas, ou o pagamento dos serviços do livreiro Buytrago com dinheiros da Ordem Terceira e ainda o pagamento dos serviços do agente Nicolau Pagliarini, com dinheiro que viria provavelmente das

rendas eclesiásticas²⁰⁵. O mesmo autor, analisando as cartas que o bispo trocou com frei Vicente Salgado, encontrou essa mescla entre os assuntos da igreja e de negociação de livros, nas compras que o bispo ordenou que o amigo lhe fizesse. Assim, muitas vezes enquanto pedia ao amigo que lhe encomendasse determinados livros que via negociados nas Gazetas, e para os quais se comprometia a enviar remessa de pagamento, solicitava em simultâneo objetos para o próprio culto da Igreja, como cálices e hóstias²⁰⁶.

O donativo realizado

Vejamos o catálogo contendo o donativo realizado ao Convento²⁰⁷. Este inventário é datado de julho de 1795. Abarca uma primeira lista de livros que está dividida em livros manuscritos e impressos. Contém ainda o que o próprio autor classifica com um *Acréscimo ao Donativo do Bispo de Beja à Livraria dos seus Padres de N.ª Senhora de Jesus*, que julgamos ser um acréscimo posterior ao donativo inicial, o qual, por comodidade de apresentação de dados, designaremos por “segundo donativo”²⁰⁸. Este donativo envolve a entrega de livros em dois momentos, um de quatro caixotes em agosto, outro em 8 de setembro.

A análise do catálogo de 1795 permite contabilizar um total de 167 títulos. Destes 90 títulos correspondem ao primeiro donativo e 77 ao que foi acrescido posteriormente. Estes números reportam-se a edições impressas e a exemplares manuscritos. Estes títulos correspondem a um total de 431 volumes. Salientamos no entanto que não foi possível identificar com rigor o número de volumes de alguns dos títulos. A maior parte do donativo foi feito num primeiro momento, com cerca de 66% dos volumes oferecidos, o acréscimo ao donativo representa apenas 34% do total.

Como se constata, o donativo ao cenóbio é cumprido, na sequência da promessa de um aumento dessa dívida de acordo com a concretização do negócio de venda de livros. Verifica-se que existiu acréscimo, embora o grosso do donativo se tenha consumado num primeiro momento. Será que o acréscimo ao donativo foi mais modesto porque o negócio de venda ao convento não correu como esperado? Ou será que no aditamento se privilegiou a qualidade dos livros, em detrimento da quantidade? Infelizmente não conseguimos dados que nos permitam perceber exatamente em que moldes se processou a venda de livros ao convento. Na mesma linha, parece-nos difícil sustentar a ideia de que o aditamento ao donativo compreenda espécies mais valiosas e com mais qualidade. Desde logo porque não podemos conhecer o valor atribuído a cada obra na época. Seguidamente, porque a identificação de alguns livros do catálogo, quer do primeiro, quer do segundo momento do donativo parecem não confirmar esta suposição. De facto, algumas das

Século de edição	Século de edição
XII ou anterior	2
XIII	8
XIV	4
XV	15
XVI	4
Desconhecido	134
Total	167

Tabela 5. Datas de edição das obras oferecidas ao Convento.

Fonte: B.A.C., m.s. 950, série vermelha, f. 1-5v.

obras têm anotações relativas à valoração da obra feitas pelo autor do catálogo, daí que por vezes encontremos indicações, de “rara”, “raríssima”, “valiosíssima”, “da última raridade”, “muito rara”, entre outras. Estas indicações de valorização da obra encontram-se quer em livros que pertencem ao primeiro momento do donativo, quer nos livros posteriormente incluídos.

No que respeita à cronologia das edições, cumpre reconhecer que não foi possível identificar as datas de edição de todos os livros ofertados, uma vez que essa informação nem sempre se encontra disponível.

Dos livros cuja data de edição conhecemos podemos apresentar os dados que apresentamos na tabela seguinte: **[Tabela 5]**

A análise das datas de edições conhecidas permite concluir que Cenáculo fez a doação de livros antigos, alguns dos quais valiosos²⁰⁹. Esta prevalência não pode dissociar-se da opinião manifestada por frei Manuel do Cenáculo nas cartas que enviou ao amigo frei Plácido Barroco. De facto, numa dessas cartas, datada de 3 de junho de 1795 diz, a propósito da livraria do Convento: “[...] Ora essa Livraria está ornada no material de casa, mas faltíssima no que honra as Bibliotecas que são manuscritos e raridades. Isto supposto se a Vossa Merece parece, diga e faça sobre a minha proposição o que melhor entender [...]”²¹⁰.

Cenáculo acha que a livraria do Convento, apesar de ornada com livros, tem falta no que honra as bibliotecas, que são, de acordo com a opinião que transmite, manuscritos e raridades, muitos dos quais correspondem a obras de períodos mais antigos. O prelado pretende assim dotá-la com obras que contribuíssem para o seu prestígio, muitas das quais de edições raras e difíceis de obter, de modo a tornar a Biblioteca do Convento motivo de admiração. Por isso, parece-nos natural que inclua no seu donativo obras que correspondam a esses parâmetros.

Cumpre notar que o bispo de Beja, quando faz este donativo, tem também em mente a negociação dos livros que pretende vender ao convento. Certamente, o propósito da venda não é incompatível com a motivação de concorrer para

o engrandecimento da biblioteca do seu convento. Tendo presente a carta de 4 de julho de 1795, dirigida a frei Plácido, verificamos que o prelado considera a biblioteca como “coisa sua”, mas relembremos as palavras do bispo: “[...] Quando meu Irmão chegou de Lisboa me recomendou muito a obra da Livraria [...] isto me commoveo a lembrarme della, e a concorrer para o seo esplendor porque eu não posso esquecer-me de o ver como coisa minha [...]”²¹¹. Assim, para granjear prestígio para a “sua” Biblioteca é preciso dotá-la com obras raras e valiosas, difíceis de obter, que sejam capazes de causar a admiração dos entendidos e que aureolem a instituição que as detêm.

Como assinalamos, a biblioteca em análise reporta-se a uma instituição “privada”, pertencente a um convento, mas que insiste em abrir ao público em certos dias da semana. O seu prestígio contribui para o engrandecimento da Ordem que a detém, numa tentativa de aumentar ou solidificar a influência, a importância e conseqüentemente o poder da própria congregação religiosa. O reconhecimento público da Ordem será conquistado pela associação ao saber e utilidade, que uma instituição como esta possibilitaria²¹².

Analisando o formato das edições que foram doadas verifica-se, uma vez mais, que não o conhecemos para todas as edições que foram oferecidas.

O gráfico que é exposto de seguida procura fazer-se a apresentação dos dados que foram reunidos e compilados, fazendo-se a distinção entre livros manuscritos e impressos [Gráfico 13]

Focando a atenção na diferença entre impressos e manuscritos a distribuição conhece mudanças caso se faça análise tendo atendendo ao número de títulos, ou número de volumes. Verifica-se um predomínio de volumes impressos, sendo que os manuscritos representam cerca de 21% (90) do conjunto de volumes, enquanto os impressos representam aproximadamente 79% (221). No entanto, se examinarmos os dados atendendo ao número de títulos, verifica-se um ligeiro predomínio de títulos manuscritos (53%; 89 títulos), em detrimento dos impressos (47%; 78 títulos).

Saliente-se que a leitura e circulação dos textos manuscritos foram constantes ao longo de toda a Época Moderna, para além disso, o donativo contém algumas edições anteriores ao aparecimento da imprensa, o que poderá contribuir para esta preponderância dos manuscritos, em termos de títulos. No que respeita ao número maior de volumes impressos, como é sabido, a imprensa tornou possível a produção de um maior número de livros, o que certamente facilitou a existência de edições com mais volumes. As edições impressas poderiam ter mais volumes, uma vez que estes eram mais facilmente reproduzidos, isto facilitaria também a compra de mais exemplares de determinada obra e provavelmente, aumentaria a possibilidade de as obras serem mais extensas, algo que seria difícil de concretizar com os volumes manuscritos.

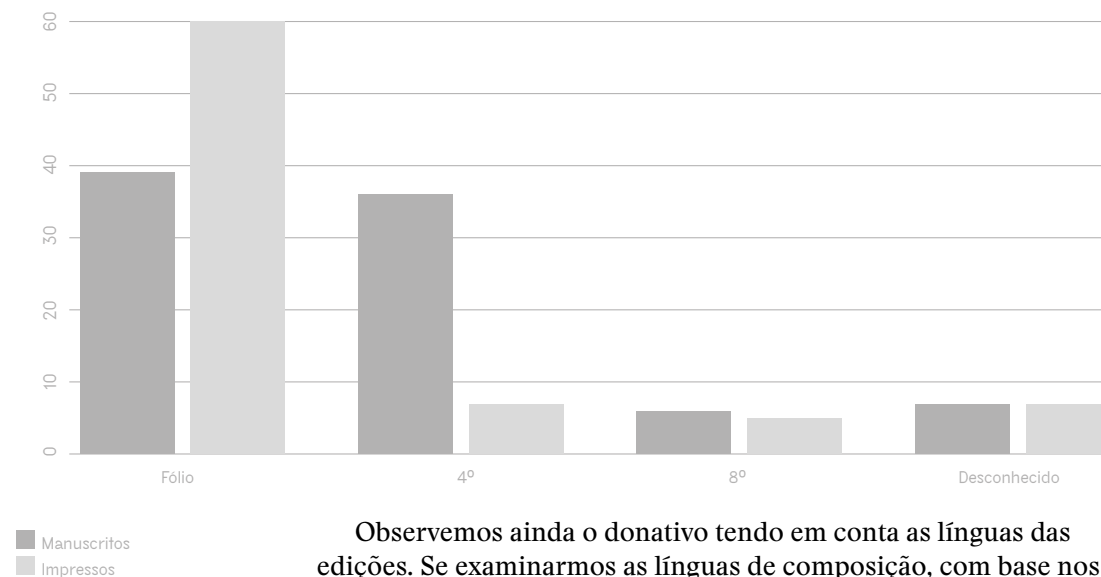


Gráfico 13
Formato das edições do donativo ao Convento

Fonte:
B.A.C., m.s. 950, série vermelha, f. 1-5v.

Observemos ainda o donativo tendo em conta as línguas das edições. Se examinarmos as línguas de composição, com base nos títulos, verifica-se que há um grande número de obras em latim (pelo menos 43). No entanto, não podemos assegurar com toda a certeza qual a língua da edição apenas com base nessa informação, atendendo a que alguns dos títulos podem ser apresentados traduzidos. Para além de obras em latim identificamos obras em português, francês, grego, castelhano, hebraico e arábico²¹⁵.

A existência de um grande número de obras em latim é relativamente normal para a época, esta foi uma língua privilegiada na comunicação escrita no mundo ocidental, a sua substituição não se fez instantaneamente. O próprio catálogo tem muitos livros antigos, o que potencia a prevalência de obras nesta língua. Contudo, evidencia-se também uma “propagação” de obras noutras línguas, sendo que alguns desses livros são diferentes versões da Bíblia. Uma vez mais é significativa a preocupação aqui revelada por Cenáculo, ao procurar providenciar o contacto com versões da Bíblia em diferentes línguas, muitas vezes naquelas em que originalmente foram escritos os livros que a compõe²¹⁴. Este interesse pelas línguas originais, que também se revela noutras diligências, exprime uma vez mais que o prelado procura fazer a fundamentação do discurso através da análise de fontes originais, tal como fez nos “estudos arqueológicos” – procurando confrontar as “teses” com as “fontes”, com os testemunhos do passado, daí o estudo de lápides²¹⁵, inscrições em monumentos, entre outros – despontando assim o início da configuração de um “discurso científico moderno”.

Continuando a examinar o catálogo, tomando como base de referência os títulos dos livros, conseguimos identificar três áreas de interesse fundamentais, a Religião, a História da religião²¹⁶ e a História em geral.

Sobressai a importância de livros religiosos como as bíblias, ou livros de orações, livros de salmos, sermões, entre

outros. Há também interesse por obras ligadas à História e à História da Religião. Destaca-se igualmente a importância dada à literatura sobre os territórios ultramarinos resultantes da expansão portuguesa, sendo possível identificar algumas obras relacionadas com esta temática, como os *Anais de Arzila*, ou o *Epilogo de Histórias Orientais*, de frei Diogo das Neves, os *Tumultos do Maranhão*, de Francisco Teixeira Moraes, a *Correspondência entre Filipe IV e D. Jozê de Mascarenhas governador de Tânger, Escobridores da Índia Oriental e capitães-mores até 1635*, *História de Angola* de António Oliveira, *Epistome da Índia em tempo de D. Sebastião*, *Cerco de Diu* de Lopo Sousa Coutinho, entre outros.

Importa salientar que esta classificação das temáticas não emana do próprio catálogo, mas corresponde a uma agregação dos dados por nós elaborada. Assim, dentro das obras sobre religião compreendemos as bíblias, livros de salmos e orações, livros de Teologia, evangelhos, partes da Bíblia, concordâncias bíblicas, missais, Velho e Novo Testamento e breviários. Segue-se a História, da religião e em geral. Na História da Religião abarcamos as vidas de santos, papas, padres e religiosos, histórias monásticas, histórias eclesiásticas e histórias de bispados. Já na categoria “História” consideramos todas outras obras, cujo título remete para a História, como histórias da vida de reis e príncipes, de territórios, de antiguidades, memoriais, genealogias e crónicas.

Apesar de existirem estas três áreas mais representadas, foi ainda possível encontrar obras relacionadas com outras temáticas. São disso exemplo: a obra identificada como *Teoria das estrelas* de Staford; as *Cartas marítimas de todo o mundo*; os *Desenganos da Vida* sem identificação do autor; o *Livro de Montaria*²¹⁷ também sem autor e *Zacuti Astronomia*²¹⁸, da edição de Leiria, bem como alguns *Poemas*.

Já atrás aludimos à antiguidade e valor das obras incluídas no catálogo, mas não possuímos listagens de compras ou de preços que nos permitam calcular o preço real das obras para frei Manuel do Cenáculo. Admitimos, contudo, que não há de ter sido fácil, muito menos barato conseguir encontrar e adquirir alguns dos exemplares. Disso dão nota algumas das notações que encontramos no catálogo, as quais classificam determinadas obras como rara, raríssima, valiosa, edição muito rara, entre outras apreciações. A data das próprias edições demonstra, nalguns casos, a sua antiguidade, o que indicia que não seria fácil encontrar algumas composições. Sublinhe-se que existem algumas, muito poucas, com a anotação que se trata de um manuscrito com a própria letra do autor, ou composição original, o que nos remete para edições quase únicas.

A identificação de algumas obras parece demonstrar que seriam obras caras e difíceis de obter, dada a sua natureza. Apontamos a título de exemplo a *Bíblia de Bomberg*, de autoria do impressor Daniel Bomberg, que morreu em 1549 e que é autor desta famosa Bíblia Hebraica²¹⁹. A dificuldade em encontrar este escrito

constata-se, por exemplo, na sua ausência em catálogos de livreiros da época, como o *Catálogo dos Livros Teológicos* que o livreiro Borel tinha para venda em 1772²²⁰, onde esta não consta sequer como disponível²²¹. Um outro exemplo de uma obra valiosa é a *Bíblia de Jenson*, datada de 1479 e impressa em Veneza. Trata-se da quarta edição da Bíblia a ser impressa, depois da Bíblia inicial de Gutenberg²²². O seu criador foi um livreiro francês que terá imprimido na sua loja, em Veneza, mais de cento e cinquenta trabalhos, entre 1470–1480.

Ainda que estas obras possam ser onerosas, Cenáculo, que quer enriquecer a “sua” biblioteca, não se inibe de as incluir no donativo que lhe destina. Mesmo que outros interesses estejam subjacentes e tenham motivado esta generosidade, a verdade é que o prelado doou livros raros, tendo-a enriquecido de facto.

Nessa perspetiva, como podemos constatar que Cenáculo contribuiu, e muito, para a constituição desta nova biblioteca: esteve na conceção do projeto; contribuiu monetariamente para a construção; doou livros em 1777; comprometeu-se a fazer doações adicionais, o que cumpriu pelo menos em 1795.

De acordo com a memória sobre a criação desta Biblioteca que temos vindo a citar estima-se que, por volta de 1777, existiriam no convento cerca de vinte e cinco mil volumes (vinte e nove mil se contabilizarmos os quatro mil prometidos por Cenáculo).

O contributo de Cenáculo para o total de livros da biblioteca (12%), situa-se como o terceiro maior, a seguir ao fundo previamente existente no Convento (40%) e aos livros do prior de Oliveira de Azeméis (32%)²²³.

Números apresentados por Manuela Tavares Ribeiro²²⁴ apontam para a existência de trinta e dois mil livros/volumes nesta biblioteca em 1834. Adrien Balbi, na sua obra descritiva sobre o Reino de Portugal²²⁵, indica o mesmo número para 1822²²⁶. Em termos globais, no conjunto de livros existentes entre 1822/34, e se considerássemos como efetivada a promessa de doar mais cerca de quatro mil livros por parte do bispo (nº que a documentação existente não permite confirmar, comprovando apenas a existência de donativos posteriores), o seu donativo corresponderia a aproximadamente 20% dessa coleção.

Se apreciarmos o contributo dado em livros, em conjunto com as diligências para a criação da nova livraria e com os contributos monetários que não foram despiciendo, ainda que sujeitos a condições prévias, poderemos dizer que o bispo Cenáculo foi um dos grandes impulsionadores destas bibliotecas.

Outros contributos para a constituição da Biblioteca

A criação da Nova Biblioteca do Convento, iniciada no tempo em que Cenáculo exerceu as funções de Provincial do Convento, estava longe de concluída quando este deixou o cargo, em 1777. Prosseguiram então os trabalhos, e com estes os contributos de outras personalidades para a constituição de uma biblioteca que se tornou, com o tempo e de acordo com uma descrição do *Jornal de Bellas Letras*, “uma das mais elegantes da capital”²²⁷. A obra de recuperação do Convento e por correlação, a da livraria, era um projeto ambicioso, que implicava a aplicação de vastos recursos para poder concretizar-se. Quando, em 1777, Cenáculo deixa a administração da Província, apesar das elevadas expensas já realizadas, a obra no seu conjunto ainda necessitava de percorrer um longo caminho. Havia urgência de descobrir recursos para dar continuidade a *tão notável e onerosa* obra. Num requerimento feito a instâncias do bibliotecário P. M. Dr. frei Manuel de Oliveira Ferreira, posterior a 1777, encontramos bem patenteada a preocupação de lhe dar andamento²²⁸ e organizar a livraria:

“He verdade que o Sr. Bispo de Beja, não só deu principio, mas poz em Summo adiantamento a sua Caza. P^a elles, ep.^a m.os, em.tos mais a que se estendia o Seu dezejo: esta casa, p.^a o q. o P.M. Jub.^o Fr. José de S.ta Roza Teixr.^a concorreo com cem mil réis, está imperfeita, e por acabar, e a este efeito não podem chegar as posses desta Prov.^a e só ce veria completa se S. Mag.e Fidelíssima nos fizesse a esmola de no ha completar [...]”

Nesse período é feita uma nova proposta de organização da livraria, que passa pela utilização de uma casa, que fora inicialmente idealizada para aulas, para recolher todos os livros, separando aí os volumes que se encontravam duplicados, de modo a poderem ser usados pelos mestres. De acordo com os registos de frei Vicente Salgado²²⁹, o Definitório terá anuído a este requerimento.

A livraria delineada pelo bispo de Beja conti nua a ser objeto de preocupação, sendo que outras personalidades ligadas à vida do Convento decidem apoiar a sua edificação. São os casos de frei José Mayne que dispõe um fundo de livros para a Biblioteca e de frei António Baptista²³⁰ que mandou “acabar a expensas da sua esmola a Biblioteca, com pompa, grandeza e magnificência”²³¹.

Frei José Mayne, que em 1780 assume o cargo de provincial, faz, em 24 de maio desse ano, uma representação onde é referida a impossibilidade da congregação “completar a mal intentada” obra da Livraria²³². O argumento utilizado era o grande empenho em que a obra tinha deixado a corporação, sendo necessários recursos para lhe dar andamento. Para isso solicitava licença para poder empregar determinada herança. É a transcrição parcial dessa referência que se faz imediatamente:

“Aos 24 de máyo de 1780 representou o R.mo P.e M. Fr. Joze Mayne min.^o geral que vista a impossibil.e de poder a congregação completar a mal intentada obra da nova Livraria p.r cauzas do grande empenho q a m.ma obra lhe tinha deixado: E que não sendo justo deixar-se arruinar e perder um edificio ainda que deffeuuozo, de tanto custo: esse pedia licença ao reverendo Difinitorio p.^a empregar a herança q teve de seu irmão e os ordenados dos seus empregos[...] p.^a este modo estabelecer hu fundo que renda quinhentos athe seis centos mil reis cada anno p.^a que com o dito rendim.to se continue a obra da livraria, e depois de completa ficar aplicado o m.mo rendim.to p.^a livros, e instrum.tos phisicos da m.mo livraria, e tão bem em coisas raras de Historia natural p.^a melhor aperfeioar o nosso muzeu [...] Todo o reverendo Diffinitorio Geral louvou o ardente zello do r.^o P. M. Ministro Geral [...] e aprovou a pia resolução de querer aplicar a sua herança[...] ealem disto supplicou o m.mo definitório ao ditto R.^o que conviesse que se apresentace a El-Rey Nosso Snr. E Protector nosso p.^a q se dignace munir esta gr.e obra com hu Alvará Regio debaixo da condicção de ser a m.ma livraria publica hu a dois dias cada semana [...]”²³³

O padre Mayne manifestava desta forma algum criticismo face à obra da livraria, a qual qualificava de “mal intentada”, pelas grandes exigências financeiras que impunha ao convento. Não obstante essa crítica, mantém as diligências no sentido de levar este projeto avante.

Obtida a anuência por parte do Definitório, foi elaborado um requerimento à Rainha, procurando autorização para as transformações pretendidas. É parte desse requerimento que se transcreve de seguida:

“Diz Fr. Joze Mayne [...] que procurando ele Sup.e que os seus desejos do serviço de V. Mag.de podessem verificar-se de hum modo permanente, destina o estabelecimento de huma Escola Publica com huma cadeira de Historia Natural Theologica [...] Para o que tem disposto o plano incuzo aplicado às rendas nele declaradas e nomeado administrador, em primeiro logar a Real Academia das Sciencias; pois havendo nelas huma faculdade de Sciencias Naturaes, e sendo o seu objecto o promover as Sciencias, he naturalmente a Administradora de um Estabelecimento que tem o mesmo fim, na consideração também que sendo o governo da Congregação triannual; parece moralmente impossível que todos os Padres gerais. Tenhão a necessária efficacia, e propenção para perpetuar huma Sciencia, cujo ensino não está em uso dentro dos claustros. [...] para poder permanecer para o futuro, he necessário que V. Mag.e se digne aprovalo e confimalo. Por tanto em attenção a utilidade que resultará ao serviço de V. mag.e”²³⁴

O plano de doação é depois explicado concretamente, transcrevemos parcialmente esse plano, com o intuito de demonstrar a forma como este religioso se propõe financiar a obra da livraria:

“Frei Joze Mayne [...] instituo e fundo huma Escolla publica, em que se ensine a Historia natural com a sua applicação Thiologica pela forma seguinte[...] para o seu fundo, e subsistência fica aplicado o Muzeu e Gabinete, que tenho dos referidos productos de Historia natural, Artefactos, Pinturas, dezenhos, Livros pertencentes ao dito Muzeo, todas as Medalhas que estão juntas, e os mais trastes, de que está ornado, como também as propriedades de Cazas, que se Edificarão, e se achão situadas no Terreno da Cerca dos Padres Terceiros; e juntamente dous padrões de juro Real e algum mais dinheiro para augmentar o fundo deste estabelecimento, e renda annual [...] Destes rendimentos, e do que importar a liquida cobrança de cada anno se dará a metade para augmento da Livraria do meu Convento de N. snr.^a de Jezus de Lisboa, de cuja metade se darão cada anno, quarenta mil réis ao P.e Bibliothecario Mor, e mais vinte mil reis cada anno ao P. Biblihecario menor em quanto areferida Livraria for publica, ao menos três dias na semana [...]”²³⁵.

Em aviso régio datado de 24 de dezembro de 1792, o plano de Fr. José Mayne obtém a desejada aprovação: “Sua Magestade foi Servida aprovar as Disposiçoens, que frei José Mayne, da Terceira Ordem, fez presente à mesma Senhora, sobre administração, e destino do Gabinete, que com muito cuidado e trabalho tinha junto e ordenado no Convento de Jesus. E porquanto entre as Disposiçoens se acha a de confiar a administração à Academia Real das Sciencias, o manda Sua Magestade assim o participar a V.Ex. para poder nesta conformidade proceder [...]”²³⁶.

Como é possível inferir do exposto, também José Mayne deu um importante contributo monetário para a prossecução do objetivo de constituição desta Biblioteca, além de ter também dado um auxílio em livros em 1777.

No que respeita aos anos seguintes encontram-se, entre os manuscritos provenientes do Convento²³⁷, alguns escritos pertencentes a contas do cenóbio, os quais aludem aos rendimentos de algumas das suas casas, mas também a disposições relativas ao empréstimo de livros, ou do bibliotecário, que indiciam que os trabalhos de constituição da biblioteca continuavam a bom ritmo. Foi quase no final da centúria que a biblioteca finalmente franqueou as suas portas ao público²³⁸, materializando assim os cuidados e desvelos que muitos religiosos da congregação lhe dedicaram, nomeadamente frei Manuel do Cenáculo e frei José Mayne, os quais, como foi possível apurar, devotaram a este estabelecimento muito do seu empenho.

A integração na Academia Real de Ciências de Lisboa

A Biblioteca do Convento de Jesus terá começado a funcionar por volta do ano de 1796²³⁹, encontrando-se aberta ao público, tal como fora idealizado pelo bispo de Beja e também por frei José Mayne.

Instituído o regime liberal em Portugal, novas diretivas de organização do Estado surgem. Entre essas, a norma que determinava a extinção em Portugal e seus domínios de “todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as ordens regulares, fosse qual fosse a sua denominação, instituto ou regra: ficando incorporados nos próprios da Fazenda nacional todos os seus bens”²⁴⁰. Em portaria de 15 de agosto de 1834 foi ordenado que os Prefeitos das Províncias procedessem à venda de todos os bens móveis dos Conventos extintos, tendo-se mandado, antes dessa portaria, inventariar os bens dos respetivos conventos pela seguinte forma: “1º Vasos Sagrados e paramentos; 2º Objectos preciosos não sagrados; 3º Objectos de refeitório, cozinha, entre outros; 4º Livraria e manuscritos; 5º prédios urbanos”²⁴¹.

Na sequência dessas ordens, o encarregado da Biblioteca Pública propôs que fosse criado um Depósito Geral, numa parte do Convento de S. Francisco de Xabregas, onde se recolheriam e classificariam os livros dos antigos conventos. A proposta terá sido parcialmente aceite. Em portaria, datada de 21 de outubro desse ano, foi ordenado ao “bibliotecário-mor” da Biblioteca Pública de Lisboa que, quando não sofresse prejuízo do serviço ordinário, mandasse servir na Comissão do Depósito Geral de Livrarias e mais objetos das Ordens Regulares os dois Conservadores da Biblioteca, e os mais empregados que pudesse comodamente dispensar. Paralelamente notificam-se os governadores civis, à exceção dos de Lisboa e Porto, para informarem quais eram nas capitais dos seus distritos, os edifícios mais apropriados para a constituição de uma Biblioteca Pública²⁴². Em 1837, por portaria de 10 de abril, declara-se que a Comissão Administrativa do Deposito das Livrarias dos Extintos Conventos teria por atribuição reunir e guardar em depósitos seguros e centrais as Livrarias, os Cartórios, as Pinturas e quaisquer outras preciosidades científicas ou literárias provenientes dos conventos suprimidos. Logo em 1841, procede-se à extinção desta Comissão Administrativa das Livrarias. O Decreto que estabelece essa dissolução é datado de 12 de novembro, e institui as seguintes disposições:

“1º O depósito das Livrarias dos extintos Conventos [...] he incorporado na Bibliotheca Nacional de Lisboa. 2º Todos os livros papéis e mais objectos, que existem no depósito das Livrarias serão entregues por inventário, com os respectivos catálogos, à Biblioteca Nacional [...] 3º Desde o 1º de Janeiro de 1842 em diante cessará o auxílio pecuniário que estava

aplicado para despesas do depósito das Livrarias [...] 4º Logo que o Deposito das Livrarias dos extintos conventos passar á Bibliotheca Nacional de Lisboa ficará exonerada a Comissão Administrativa do mesmo depósito [...]. 5º O Bibliotecário-mór da Bibliotheca Nacional de Lisboa ficará encarregado das atribuições, que [...] competião á comissão administrativa do deposito das Livrarias [...]”²⁴³

Conforme pode ser inferido a partir desta legislação, a Biblioteca Nacional tomou posse do depósito das livrarias dos extintos conventos. Em finais de 1841 terá sido realizado um inventário que apontava para a existência de um total de 176.699 volumes, distribuídos por vários idiomas. Incluiria ainda vários livros litúrgicos, livros grandes de coro, brochuras e folhetos²⁴⁴. Cumpre notar que, entre os anos de 1842 e 1843 formaram-se diversas bibliotecas, em várias repartições do Estado, que terão incorporado livros deste depósito, tais como a livraria do Arsenal da Marinha, a das Câmaras Legislativas, entre várias outras²⁴⁵.

Importa então perceber, dada a ordem de incorporação dos livros dos conventos extintos no Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos e posteriormente na Biblioteca Nacional, o que propiciou que a Biblioteca do antigo Convento de Jesus não gozasse do mesmo destino.

Como já foi relatado, quando frei José Mayne decidiu contribuir para a constituição da biblioteca deste convento, esboçou um plano no qual determinava que a administração da Escola Pública que queria instituir seria entregue à Academia Real das Ciências, aplicando parte dos rendimentos no aumento da livraria. Esse plano obteve aprovação régia e concretizou-se, tendo-se a Academia constituindo administradora do fundo do P. Mayne. Quando, após o ano de 1834 se instala o Regime Liberal no país e se determina a extinção das Ordens Religiosas, a Academia Real das Ciências faz uma representação à Rainha, pedindo-lhe a guarda e uso dos estabelecimentos do Convento de Jesus²⁴⁶. Como justificação para o pedido alega o facto de ser a administradora do fundo criado por frei José Mayne.

Em face do exposto, a Rainha delibera aceitar esse pedido, conforme pode verificar-se na transcrição parcial da portaria que apresentamos de seguida:

“Sendo presente a S.M. a Rainha, em representação da Academia Real das Sciencias de Lisboa, que o Padre Mestre Fr. Jose Mayne[...] applicara em sua vida algumas propriedades e dinheiro provenientes de seus ordenados para o acrescentamento, e manutenção da Livraria do Convento de Jesus [...] nomeando a Academia Real das Sciencias para administradora e directora dos referidos estabelecimentos e suas rendas[...] Pedindo que houvesse S.M. por bem, à vista

do exposto, mandar-lhe entregar a guarda, usos e administração dos ditos estabelecimentos, e a bibliotheca d’aquelle extincto convento, por ser em parte já a elles pertencente, e porque, unindo-se á da Academia se formará de ambas uma só, publica e patente a todos os estudiosos com manifesta utilidade das sciencias, e da instrução geral dos portuguezes: Há S.M. por bem deferir á supplica da Academia [...]”

Como se depreende, a Academia Real das Ciências de Lisboa²⁴⁷, que já havia formado uma biblioteca própria a 2 de maio de 1781, junta aos seus fundos os provenientes do antigo Convento de Jesus, com o beneplácito da Soberana.

É na actual Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa que podemos encontrar o fundo proveniente do Convento de Jesus. Este fundo é constituído por um núcleo de manuscritos, que se encontra inventariado no catálogo da Série Vermelha dos Manuscritos da Biblioteca da Academia, composto por novecentos e oitenta volumes manuscritos da Biblioteca dos frades da Ordem Terceira de S. Francisco. Inclui ainda alguns documentos do cartório do Convento e também outros, sumariados no catálogo da Série Azul dos Manuscritos da mesma Academia. Do mesmo fundo, faz ainda parte o que a própria instituição designa por “Fundo Conventual”, que integra os volumes impressos provenientes do Convento de Jesus, no qual se incluem cerca de trinta mil volumes²⁴⁸. Podemos assim dizer que, pelo menos em parte, as aspirações de utilidade pública reveladas por frei Manuel do Cenáculo aquando da criação da Biblioteca do Convento de Jesus se concretizaram. Fizeram-no logo aquando a sua abertura, quando os padres do Convento franquearam as suas portas aos estudiosos, permitindo-lhe o uso das suas coleções. Continuaram essa vocação após o desaparecimento do prelado, estando, os fundos provenientes desse Convento, à disposição do público.

D. Frei Manuel do Cenáculo deu um grande auxílio na constituição e engrandecimento dos fundos desta biblioteca conventual. Mas, de que serviu este enriquecimento, que ideal subjaz a esses donativos? Cenáculo revela uma forte preocupação em disponibilizar livros enquanto “veículo de saber” aos religiosos do convento, mas não só. Preocupa-se analogamente que essa coleção, vasta e valiosa, seja disponibilizada aos estudiosos que a esta queiram concorrer. Chega mesmo a exigir, para concretizar um dos donativos monetários, que a biblioteca seja disponibilizada ao público²⁴⁹ pelo menos três vezes por semana. Por isso se empenhou em criar uma instituição que pudesse oferecer boas condições em termos de “espaço físico” e acervo disponibilizado, numa perspectiva de utilidade do espaço, que não se valorava exclusivamente enquanto depósito de livros, mas antes enquanto “espaço de saber”. Os livros funcionam como veículo para atingir esse conhecimento, e nessa perspectiva deveriam ser

disponibilizados. Julgamos estar perante mais uma faceta, entre outras, que contribui para a caracterização deste prelado enquanto homem do Iluminismo, na medida em que colocou o saber e as diligências para lhe aceder, no centro das suas preocupações.

A Biblioteca Pública de Évora

Frei Manuel do Cenáculo, depois de ter assumido o cargo de arcebispo de Évora no início da nova centúria, continuou a diligenciar no sentido da criação de bibliotecas, desta feita na metrópole onde assume funções.

Subscrevendo Francisco Vaz, consideramos que as ideias que nortearam o prelado para a fundação desta biblioteca continuaram a ser a da utilidade da instrução do clero e dos restantes diocesanos, assim como a necessidade de uma biblioteca para alcançar esse fim²⁵⁰. Em face disso, procuraremos no vasto espólio de frei Manuel do Cenáculo informações relativas às diligências empreendidas para a fundação desta Biblioteca e a forma como o prelado fundamenta a sua criação. Cumpre notar que, ao contrário do que sucedeu para as instituições que tratamos anteriormente, não possuímos qualquer catálogo com donativos realizados por frei Manuel do Cenáculo à instituição. Temos contudo alguns documentos que dão nota das diligências empreendidas para a sua ereção e os regulamentos com que é dotada, os quais fazem menção à quantidade e valor dos livros com que se fundou a Biblioteca Pública de Évora.

As diligências para a fundação da Biblioteca

Frei Manuel do Cenáculo, quando projetou esta Biblioteca decidiu construir um edifício que pudesse albergar uma coleção, quer de livros, quer de outros objetos, que valorava em termos monetários em mais de trezentos mil cruzados, os quais pretendia deixar “em perpétua doação” à sua Igreja Metropolitana de Évora. Surgia assim a ideia de criação de uma “Biblioteca-Museu”, onde se incluíam quer livros, quer objetos como moedas e pinturas.

Em face disso procuramos encontrar, no numeroso espólio cenaculano, documentos que pudessem testemunhar a forma como pretendia colocar o seu plano em andamento. Entre esses manuscritos existe uma cópia de uma representação feita ao príncipe na matéria²⁵¹.

Se nos concentrarmos nessa representação verifica-se que o arcebispo, ao dirigir-se ao príncipe justificando a necessidade de criação da biblioteca, identifica o número de volumes que pretendia colocar na instituição:

“*Senhor*. Diz o arcebispo de Évora que desejo de cumprir huma parte importante das suas obrigações pelo que respeita à Doutrina e Instrução do Clero, e Fiéis não só da sua diocese, mas tão bem de toda a sua vasta Provincia, tem construído huma Bibliotheca Publica *que* consta por hora de duas grandes Cazas nas quaes vais colocando bons quarenta mil volumes, aquisições suas, á excepção de dois mil tomos que achou neste Palacio de sua Metropole de Evora deixados pelo seu Antecessor D. Joaquim Xavier Botelho: como tão bem vai recolhendo em gabinetes e armários separados huma notável porção de livros raros, pinturas, e raridades naturaes, e artificiaes. [...]”²⁵²

Como pode inferir-se através deste excerto, o núcleo com que o prelado forma a biblioteca é de cerca de quarenta mil volumes, os quais pertenceram à sua coleção pessoal, com exceção de cerca de 2 mil tomos, que pertenceram ao arcebispo anterior.

No seguimento da representação Frei Manuel do Cenáculo propõe a forma de financiar o estabelecimento, aludindo similarmente à visita do príncipe à instituição em 1806²⁵³:

“Esta Bibliotheca *que* foi felicitada com a Prezença de *Vossa Alteza Real* e que de sua natureza he muito útil á Igreja e ao Estado, vira a ser inútil e facilmente se arruinará não havendo algum rendimento, *para* a sua conservação e acrescentamento e *para* os ordenados dos officiaes, e servos della: por isso pertende o Sup.r que a *Santa Sé apostolica* aucctorize e confirme a aplicação de trez mil cruzados anno, tirados dois das rendas da Mitra, e quatro centos mil *reis* das de Fabrica, como há quase he três séculos fizeram seos Reaes Antecessores os *Senhores* Cardeal D. Affonso, e Cardeal Rey D. Henrique; os quaes rendimintos se achão distrahidos, de que apenas se acham memorias [...]”²⁵⁴

Depois de determinar quais os rendimentos que serviriam de suporte à manutenção da Biblioteca, frei Manuel do Cenáculo explica onde estes deveriam ser aplicados. Solicita a aprovação do príncipe para o prosseguimento do seu plano, defendendo que o rendimento obtido através das rendas das Mitra e da Fábrica da Igreja seriam utilizados no pagamento de ordenados, na compra de livros e na realização das reparações necessárias ao edifício, conforme se pode verificar na seguinte reprodução parcial:

“E estes novamente destinados serão aplicados *para* ordenado do Bibliothecario Maior, do Carturario, e dos Bibliothecarios menores, e officiaes da Bibliotheca, alem da porção *que* se aplicará *para* compra de Livros, e Concertos, [...] *Para que* esta Graça seja Legitimamente impertrada, e conseguida com a maior facilidade implora o sup.r o Régio Beneplacito e Aprovação de *Vossa Alteza Real* [...]”²⁵⁵.

Os propósitos defendidos pelo arcebispo Cenáculo para a fundação da biblioteca estão patentes nos Estatutos, datados 1811²⁵⁶. Nesse documento são apontadas as razões que levaram frei Manuel do Cenáculo a decidir fundar esta biblioteca, mas nada melhor do que atentar no próprio escrito:

“Fazemos saber que attendendo Nos a que huma parte, talvez mais principal, do Nosso Officio Pastoral, he fazer que não so o Clero seja instruído nas Letras Sagradas, e Humanas, tanto quanto estas concorrem para perfeita sciencia daquellas, se não também o resto dos Fieis, pois que somos persuadidos, que a sciencia das verdades, e obrigações he o melhor arbítrio, que o homem pode tomar para conter-se nos limites dos seus deveres, como homem, como Christão, e como Cidadão: E estando Nós igualmente certos em que para se conseguir a sabedoria nada mais he tão útil, e de maior necessidade do que huma Bibliotheca Publica, à qual concorrão os que dezejam instruirse para confirmarem as espécies adquiridas no seo particular, conferillas, e adinattallas com a lição de diferentes Escriutores, e conseguir outras descobertas em livros raros, Manuscriptos, e de maior numero de volumes, os quaes não podem ser possuídos pelos particulares, [...]”²⁵⁷

A justificação para a necessidade de criação desta biblioteca prende-se com a utilidade que tal estabelecimento traria para a instrução, quer do clero, quer dos próprios fiéis²⁵⁸. Cumpre realçar que a sustentação teórica para a criação desta Biblioteca parece confirmar, de certa forma, algumas das características que tínhamos apontado para os catálogos dos donativos às bibliotecas do Convento de Jesus e Real Biblioteca Pública. Com efeito, neste documento defende-se a existência de uma diversidade de temas e autores, conjuntamente com a presença de impressos e manuscritos, assim como de obras raras na coleção. Estas características foram encontradas, como se sabe, nos donativos que realizou para as bibliotecas que abordamos anteriormente.

A leitura destes documentos permite constatar que o arcebispo de Évora decidiu criar uma “Biblioteca-Museu”, que incluía livros diversos e uma preciosa coleção de monetário, pinturas e raridades naturais e artificiais²⁵⁹. Ciente das dificuldades de manutenção de um espaço deste tipo, pensa um esquema que possibilite a dotação da biblioteca com fundos monetários que lhe permitam fazer as reparações necessárias, comprar livros que possam ser precisos e aguentar o corpo de funcionários essenciais para a manter em funcionamento. Apresenta esse esquema ao Soberano, obtendo do príncipe a licença para impetrar na Santa Sé a confirmação para a aplicação desse rendimento. A testemunha-lo encontram-se dois documentos, uma carta e um despacho, enviados pelo Ministro de Estado António de Araújo de Azevedo²⁶⁰. Reproduzimos parcialmente o despacho onde essa licença é concedida: “O Príncipe Regente Nosso Senhor Há por bem conceder Licença ao Arcebispo de Evora sup.r para impetrar

da Santa Sé Appostolica as Letras Apostolicas de confirmação para poder aplicar três mil cruzados cada anno, tirados dois das rendas do Arcebispado e quatro centos mil reis da fabrica, para os úteis fins que declara. Palacio de Mafra. [...]”²⁶¹.

No livro de *Atas e Memórias da Biblioteca Pública Évora*²⁶², encontram-se também referências que confirmam estas diligências junto ao Soberano e à Santa Sé, embora neste documento se faça um registo mais pormenorizado das diligências empreendidas. Este registo informa que, no que concerne aos rendimentos necessários para a manutenção da Biblioteca, inicialmente se pretendia uma Bula de três mil cruzados. No entanto, em face dos roubos perpetrados aquando da tomada de Évora pelo exército francês, que fizeram com que a Igreja eborense ficasse com falta de “ornamentos e alfaias” para o culto divino, foi decidido moderar a intenção inaugural. Com efeito, naquele momento, pretendia-se aplicar “apenas” trezentos mil réis dos rendimentos da Mitra e dos da Fábrica duzentos mil²⁶³.

O requerimento feito ao nuncio apostólico nesta matéria dá nota dessa moderação nos rendimentos a aplicar na Biblioteca, conforme se pode verificar na seguinte reprodução parcial:

“[...] O Arcebispo Metropolitano de Évora [...] tem construido huma Bibliotheca Publica [...] em que tem collocados bons cincoenta mil volumes, [...]com grossa despeza sua. Mas receozo que não tenha a direcção que deseja, se não houver algum rendimento destinado para Ordenados dos Officiaes, que sirvão, e ajudem á conservação desta obra tão necessária para a educação do Clero, e dos Fieis, e para o [...], pertende o supplicante desmembrar, e applicar da Mitra trezentos mil reis, e da Fabrica duzentos mil reis, e estes novamente destinados serão applicados para ordenado do Bibliothecario maior, do Cartorario, e dos Bibliothecarios menores, e Officiaes da Bibliotheca, alem da porção, que se applicará para compra de livros, e concertos [...]e como na actual triste conjuntura dos tempos o supplicante não pode recorrer ao S.S. mo Padre para lhe conceder esta Graça, e Vossa Excelência se acha munido pelo mesmo S.S. mo Padre dos Poderes[...] seja servido fazer-lhe a referida Graça[...]”²⁶⁴

Na sequência deste pedido ao nuncio, é concedida a bula de confirmação, pela qual o arcebispo de Évora é autorizado a empregar tais quantias na biblioteca²⁶⁵.

Para além de documentos dando nota das diligências de criação e “dotação orçamental” da Biblioteca, há igualmente informações relativas ao regulamento de funcionamento com que é dotada. Nos Estatutos esclarece-se que, depois de feitas as diligências de fundação junto das autoridades competentes, se estabelecia a biblioteca em casas que foram construídas para o efeito junto

Nome do provido	Cargo	Ordenado
António Joze de Oliveira, Bispo Coadjutor	Prefeito	100 mil réis
Frei Joze Constâncio da Cruz, Padre Jubilado	Vice-Prefeito	80 mil + 30 mil réis
Fr. Joze da Conceição, Doutor em Teologia	1º Bibliotecário	80 mil réis
Antonio Estêvão de Lima, secretário de Cenáculo	2º Bibliotecário	80 mil réis
Joze Lopes de Mira, Secretário do Santo Ofício	Cartorário	60 mil réis
Joze Castro Coelho	Contínuo	50 mil réis
Total	6	480 mil réis

Tabela 6
Quadro do pessoal da
Biblioteca de Évora

Fonte:
B.P.E. Códice – C /2-18, f.
3-4.v.

à residência arcebispal. Analogamente determina-se, num segundo artigo desse documento, qual o pessoal que iria trabalhar na casa:

“Creamos para o serviço deste Estabelecimento os Officiaes seguintes. Hum Perfeito. Hum Vice-Perfeito. Dois Bibliothecarios, por ora Hum Cartorario. Hum contínuo. Serão Providos por portaria Nossa, ou dos Nossos Sucessores, ou do Cabido em Sé Vaga, devendo ser sempre o Perfeito o Bispo Coadjunto, ou quem servir os seos cargos. Os Bibliothecarios serão sempre Pessoas de Literatura, devendo ter preferência os que forem graduados na Universidade, ou mestres na sua Religião. Os mais serão os que se julgarem mais hábeis.”²⁶⁶

Como se constata, prevê-se um corpo de pessoal constituído por seis pessoas. É determinado que os bibliotecários deveriam ser pessoas de literatura, estabelecendo-se até as condições de preferência para admissão ao ofício.

Nos artigos terceiro, quarto, quinto e sexto do mesmo documento decidem-se os nomeados para os cargos. Fixa-se assim o que, com algum anacronismo, poderemos chamar o “conteúdo funcional” de cada um dos nomeados, uma vez que se estabelece quais deverão ser as funções de cada um e como as deverão desempenhar, conjuntamente com o ordenado que iriam receber.

No quadro seguinte registamos os cargos, os providos nas funções e os valores dos ordenados que iriam auferir. [Tabela 6]

Como pode verificar-se, os ordenados do pessoal absorvem grande parte da renda prevista de 500 mil réis. Contudo a existência de três bibliotecários, incluindo nesse número o vice-prefeito, o qual pelo “conteúdo funcional” deverá também desempenhar funções de bibliotecário é vista como uma situação provisória, decorrente do início da atividade da instituição e da necessidade de estabelecer catálogo da livraria e suas peças. Prevê-se a extinção de um destes cargos assim que este vague e o catálogo esteja concluído, sendo que o valor do ordenado

	Verão	Inverno
Manhã (terça – sábado)	8:00 às 11:00	9:00 às 12:00
Tarde (segunda – quinta)	16:00 às 19:00	14:00 às 16:00

Tabela 7. Horário de
funcionamento da
Biblioteca de Évora

Fonte:
B.P.E. Códice – C /2-18, f.
4.v. e 5.

daquele que vagar primeiro servirá para aumentar em dois mil réis o ordenado dos que restam, ficando o “restante ordenado” para o fundo da casa²⁶⁷.

Embora se faça a determinação exata das funções de cada um, no artigo sétimo deste documento admite-se a necessidade de fazer ajustes. Esses serão realizados de acordo com as necessidades que forem colocadas ao longo do tempo, mas nada melhor do que vermos as exatas palavras daquilo que foi determinado:

“Tudo quanto respeita ao numero e ordenados de Officiaes he sujeito às alterações que a experiência e a mudança dos tempos ensinarem. Todo o resto dos quinhentos mil reis se conservará no Cofre com a sua devida Escripuração para servir as despezas extraordinárias de algum concerto do Edificio; aceio [sic] delle e dos Livros; compra de alguns, de papel, de penas, de tinta e de algumas outras coisas, que o tempo hira ensinando serem necessárias.”²⁶⁸

Depois de estabelecido o quadro de pessoal, suas funções e ordenados, passa a explicar-se na mesma provisão a forma de funcionamento da biblioteca, regulando-se desde logo as suas condições de abertura. É determinado que esta instituição deve estar aberta aos que aos que esta quiserem concorrer. O horário a cumprir conhece variações consoante a época do ano, conforme se resume na tabela seguinte: [Tabela 7]

Não se encontra, no referido documento, qualquer justificação pela opção de abertura em horários diferenciados no Verão ou Inverno. Admitimos a hipótese de tal decisão se dever às condições meteorológicas próprias de cada estação, que favoreciam a circulação de pessoas em horas distintas, sendo que no Verão se faria mais cedo pela manhã, ou no final da tarde de modo a evitar horários de calor mais intenso, verificando-se o contrário no Inverno. Se acolhermos a hipótese desse horário ter em conta a facilidade ou comodidade de circulação dos utentes em determinados horários, parece-nos que isso reforça a preocupação com o público e a centralidade que este tem na ideia de Biblioteca do prelado. Aliás, essa mesma preocupação com o público e a sua comodidade parece perpassar na recomendação onde se aconselha que todos os oficiais da biblioteca devem acolher bem o público. Ilustram-no exemplarmente as palavras inscritas na provisão que temos vindo a mencionar: “Deverá ser do carácter de todos os Officiaes o agrado e bom acolhimento, e franqueza

para todos os que buscão as Sciencias, e e ajudallos fazendo-lhes fácil e amável a frequência”²⁶⁹.

As diligências iniciais para a criação da biblioteca e os regulamentos que se procuram instituir, patenteiam a centralidade de um espaço como a Biblioteca-Museu no pensamento de frei Manuel do Cenáculo. De facto, a regulamentação do seu funcionamento, os recursos materiais e humanos e as regras de funcionamento são pensadas e estipuladas ao pormenor, procurando tornar a Biblioteca num espaço acessível e acolhedor para os que nela se quisessem instruir e com regras de funcionamento claras.

A análise deste documento permite constatar que se pretendia fazer um catálogo da coleção, sendo que para a sua elaboração foram destinados membros do corpo de funcionários. Contudo, fosse devido às circunstâncias do tempo, com as vicissitudes decorrentes das invasões napoleónicas a Évora, fosse devido a dificuldades surgidas na própria organização do estabelecimento, a verdade é que quando frei Manuel do Cenáculo morre, no ano de 1814, continuava a não existir um catálogo completo onde se descrevessem todas as existências da Instituição. Analogamente, grande parte dos livros continuava por ordenar. De acordo com os dados recolhidos por Francisco Vaz, em 1813 o Museu começou a ser ordenado pelo bacharel Francisco da Paula Veles, tendo-se iniciado também os trabalhos para fazer o catálogo da livreria, mas a morte do prelado acabaria por conduzir à sua suspensão²⁷⁰.

Como vemos, frei Manuel do Cenáculo empreendeu apuradas diligências no sentido de dotar a biblioteca de uma coleção rica não só em livros, mas também de outras peças, procurando instituir uma Biblioteca-Museu bem organizada e dotada. Quando morreu, em 1814, a biblioteca encontrava-se ainda numa fase embrionária, sendo fundamental completar diligências tão fundamentais como os de catalogar todas as existências das suas coleções, nomeadamente os livros.

O devir da instituição após a morte de Cenáculo

O livro de Atas e Memórias da Biblioteca de Évora dá-nos algumas indicações sobre o estado em que se encontrava a livreria imediatamente antes, e logo após a morte do arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo. Os dados que lá inscritos confirmam que, em 1813, se começou a ordenar o Museu, senão vejamos: “No dia 6 de Agosto de 1813 o R. Francisco de Paula Velez, Ex. Conego de S. João Evangelista, e Bacharel, desta Sé, começou a ordenar o Museu, e o completou a 14 de Outubro do mesmo anno. Nelle se guarda em huma caixinha de prata o calculo, que foi achado no fel de V. Ex.^a sobre o qual ditto Bacharel fez huma breve Dissertação, que se conserva junto delle”²⁷¹. De acordo com estas indicações, o trabalho de ordenação do Museu ficou concluído ainda nesse ano.

É possível encontrar, nos trabalhos de José Alberto Gomes Machado, um estudo acerca a relação das pinturas deixadas à Instituição²⁷². Encontra-se também um relatório acerca deste Museu, com identificação de algumas das suas peças, datado da segunda metade do século XIX²⁷³, que embora não seja um catálogo das peças deixadas por Cenáculo, certamente deverá conter algumas dessas peças. Quanto à livreria, o mesmo livro de Atas e Memórias refere: “No dia 30 de Agosto de 1813 começou Fr. Joze Constancio Lopez da Cruz o Catalogo desta livreria. Foi eleito para seu companheiro Fr. Jozé da Estrella Marques, da Provincia dos Algarves, intentando-se muito tempo antes voluntariamente despedido, e auzentado os outros Bibliothecarios nomeados nos Estatutos”²⁷⁴. Pelo que parece evidenciar-se, a realização deste catálogo começou em agosto de 1813. Os trabalhos foram iniciados por frei José Constâncio Lopes da Cruz, que havia sido nomeado vice-prefeito e por frei José estrela Marques, em face da ausência dos outros bibliotecários nomeados. Contudo, a morte do Arcebispo em janeiro de 1814 levou à suspensão destes trabalhos: “Por morte de S. Ex.^a a 26 de janeiro de 1814, ficou de todo parado este exercício até 9 de Julho do mesmo anno”²⁷⁵.

Com a morte do Arcebispo Manuel do Cenáculo, em 1814, inicia-se um período conturbado na história desta Biblioteca. Logo em fevereiro de 1814, encontramos a cópia da conta dada à regência pelo juiz encarregue de inventariar os bens da Mitra²⁷⁶ que havia vagado por morte de D. Frei Manuel do Cenáculo²⁷⁷. Nesta, é traçado um panorama pouco animador quanto ao estado de desorganização em que ainda se encontrava a livreria²⁷⁸.

De acordo com este relato a livreria, não obstante as riquezas que possuía e o elevado número de volumes apontado, encontrava-se colocada sem qualquer ordem, não existindo catálogo ou inventário. Ainda assim, indica-se que a coleção inclui diversos manuscritos, livros antigos impressos, pergaminhos e ainda obras proibidas. Em face destas dificuldades, o juiz reconhece a necessidade de a inventariar, tarefa que pretendia realizar, mas não podia levar adiante por dificuldades que surgiram. Essas prendem-se com dúvidas relativas à natureza dos bens da biblioteca colocadas pelo bispo eleito:

[...] mas huma duvida suscitada pelo Bispo eleito [...] e mais cônegos, que assistem ao Inventario, e que pretendem que estes Bens sejam de diferente natureza dos outros já inventariados, me fez suspender e entrar na averiguação da natureza desta nova applicação, e eis a que o que [sic] achei em Vista dos Documentos originaes que me apresentou o Bispo elleito [...] O Ex.mo Arcebispo [...] colligio tanta copia de raridades requereo ao Nuncio App. co no Rio de Janeiro a graça de tirar das rendas da sua Mitra [...] para o estabelecimento e duração da Livreria Gabinetes de raridades e Cartorio da Mitra o que

se lhe concedeo por breve expedido em 12 de Dezembro de 1810.[...] Em consequência destas premissões ordenou o Ex.mo Metropolitano hum Provisão de 21 de Setembro de 1811 que da a forma do Estabelecimento e contem os Estatutos da Bibliotheca, e Muzeo, e declarando que esta collecção terá o valor de trezentos mil cruzados. Faz della Doação à Igreja Metropolitana [...]”²⁷⁹

Surgem, como se constata, dúvidas quanto à natureza e pertença dos bens e, por consequência, indecisões sobre a quem competia fazer a sua inventariação. São pedidas instruções ao Rei sobre esta matéria e sobre a administração de outros bens²⁸⁰.

Em resposta obtém da coroa a seguinte resolução interina:

“Levei a Prezença do príncipe Regente Nosso Senhor as duvidas [...] sobre o Inventario e o ditto Senhor foi servido rezolvellas interinamente na forma seguinte: Que vista a grandeza, e confusão da Livraria, e Gabinete de Historia Natural, Medalhas, e outras raridades, sem terem Cathalogo, nem ordem alguma allivia a Vm.ce do trabalho de inventariar todo o referido que ainda esta no ditto Espolio, pello muito tempo que esta dilligencia hade ocupar a Vm.ce com prejuízo do espediente, e mais encargos do seo Officio: havendo por bem encarregar o Bispo elleito Vigario capitular, que tem as chaves, de fazer os Chatalogos competentes com toda a individuação, e clareza, à excepção das Pinturas, em que não se dá a mesma difficuldade: Que nas vendas so hade entrar o que tiver corrupção, fazendo-se as mesmas com as dividas sollenidades: Que as despezas das magnificas Exéquias, que o Cabido se propõem a fazer, sejam pagas, por ora, pella venda da Fabrica, que Vm.ce diz ser tão considerável, para não embarçar o prompto pagamento dos credores, nem detriorar a Bibliotheca, e raridades: E que á Administração ordenada toca arrendar a Quinta ou mandalla fabricar, como melhor convier aos reparos de que necessita, e á sua conservação [...]”²⁸¹

A situação dos bens da biblioteca não é, neste momento, muito clara, sendo determinado que ao bispo eleito competiria inventariar os livros. No Livro de *Atas e Memórias da Bibliotheca* que temos vindo a citar transcreve-se uma carta, datada de 12 de março, pela qual se encarrega o bispo eleito de formar o catálogo da biblioteca e seus bens, com excepção das pinturas²⁸².

Em face das dúvidas entretanto levantadas, que se prendiam com a licença, conseguida por frei Manuel do Cenáculo, para aplicar rendas da Mitra em favor da Bibliotheca e da sua validade devido à falta do *Regio Exequatur*, o bispo eleito Antonio Joze de Oliveira, encarregado de fazer o catálogo da Bibliotheca, dirige-se ao Soberano. Numa representação datada de 10 de janeiro de 1815 roga-lhe a proteção para o estabelecimento e a concessão

do *Regio Exequatur* à licença, anteriormente obtida pelo arcebispo Cenáculo junto da Sé Apostólica, para aplicar 500 mil réis na conservação da Bibliotheca²⁸³. Não encontramos, entre os diversos documentos que consultamos, a resposta direta a este pedido.

Entre 1816 e 1818 é frei Joaquim de Santa Clara²⁸⁴ que ocupa o lugar de Arcebispo, mas não se encontram referências a quaisquer diligências suas em relação à Bibliotheca. Isso mesmo parece emanar do que se encontra inscrito no livro de *Atas e Memórias*: “Este Senhor ou pelo pouco que viveo, ou por sua avançada idade, nenhum beneficio lhe fez, quando tanto se esperava delle por sua grande reputação: Ella so recebe depois da sua morte 52 Livros, que tem na primeira folha para seu sinal – Do uso do Ex.mo R.mo Senhor D. Fre. Joaquim de Santa Clara”²⁸⁵. No mesmo sentido vão os dados apontados por Silvestre Ribeiro, que afirma que D. Frei Joaquim de Santa Clara “nada fez no que respeita à Bibliotheca”²⁸⁶.

Sucedo-lhe frei Patrício da Silva, que exerceu o cargo entre 1820–1826. Encontramos menções a diligências em favor da organização da Bibliotheca empreendidas por este Arcebispo em janeiro de 1821, reconhecendo-se esta instituição como a “jóia mais rica” que frei Manuel do Cenáculo poderia ter deixado à sua Igreja²⁸⁷. Isto leva-nos a considerar que, não obstante as dúvidas concernentes à competência de realização do catálogo da livraria e administração das rendas necessárias ao seu funcionamento, era a Igreja Eborense quem se encontrava, naquele momento, a gerir tal instituição. Dava-se assim seguimento, pelo menos parcialmente, à vontade expressa por frei Manuel do Cenáculo de deixar este estabelecimento à sua Igreja.

O novo arcebispo de Évora determinava, nessa altura, a forma de funcionamento da biblioteca, decidindo-se a reduzir o número de funcionários, senão vejamos:

“[...] tendo a experiência de poucos annos sufficientemente mostrado não haver necessidade de mais para o seo serviço ordinário do que Bibliothecarios, e hum Fiel, ou Continuo [...] pela prezente determinamos, que não haja mais que hum Bibliothecario Mor, hum segundo Bibliothecario para coadjuvar em tudo o primeiro, e ter também a seo cargo o Novo Cartorio, e hum Fiel.[...]”²⁸⁸

Reorganiza-se o corpo de pessoal, sendo que no mesmo documento se procede à nomeação das pessoas para cada cargo, estabelecendo-se o respetivo “conteúdo funcional”. Na tabela seguinte procuramos mostrar quais os cargos, seus ordenados e nomes dos providos. [Tabela 8]

Há uma redução do corpo de pessoal para metade, assim como das despesas previstas para os ordenados, ainda que neste caso não possamos apresentar dados mais completos, uma vez que

Nome do provido	Cargo	Ordenado
Frei Joze Constâncio da Cruz, religioso da 3ª Ordem de S. Francisco	Bibliotecário-mor	100 mil réis
Ainda não escolhido*	Segundo Bibliotecário	Não determinado
Joze Castro **	Fiel e Contínuo	50 mil réis
Total	3^{***}	150 mil réis^{****}

Tabela 8.
Corpo de pessoal da
Biblioteca de Évora,
em 1821

Fonte:
B.P.E. – Manuscrito
sem quota, “Livro Das
Actas e Memórias Da
Bibliotheca Publica
Eborensis Fundada
Pelo Ex.mo R.mo Sr.
Arcebispo de Évora D.
Frei Manuel do Cenáculo
Villas Boas”, f. 7, 7v.

*. De acordo com
anotação do documento,
ainda não tinha
escolhido “pessoa hábil”
para o emprego.

** Nomeado “pela
muita fidelidade, zelo, e
inteligência, com que ate
ao presente tem servido o
dito Emprego, esperando
delle que continuará a
servi-lo com igual zelo,
e satisfação”, de acordo
com o documento.

***. Estabelecem-se três
cargos, embora, naquele
momento, um deles não
se encontrasse provido.

****. Salientamos
que esta despesa não
incluiu o ordenado do
segundo bibliotecário
que naquele momento
não se encontrava
provido, sendo que
consequentemente
também não se
encontrava estabelecido
o seu ordenado.

não são disponibilizadas as quantias previstas para o ordenado do segundo bibliotecário.

No mesmo documento determina-se de onde deverão sair os rendimentos para proceder, não só ao pagamento dos ordenados que agora se estabelecem, mas também aos ordenados em dívida de momentos anteriores:

“[...] pago hum, e outro em quartéis pela fazenda da Nossa Mitra, donde devem sahir todo os Ordenados das Pessoas empregadas em Nosso serviço, e bem assim todas as Despezas, que foi necessário fazerem-se para a boa ordem, conservação, e augmento desta Nossa Bibliotheca, hum dos objectos mais dignos das vistas e cuidados pastoraes, pela sua importância, utilidade Nossa, e Publica. [...] E pelo que respeita ao que se está devendo aos mesmos dous Empregados, dos annos antecedentes, depois de Liquidada a divida, o mesmo M. R. Conego Vedor lha irá satisfazendo em quartéis até a sua extinção segundo o seu antecedente vencimento, assim como outra qualquer pessoa, que tiver servido na mesma Bibliotheca, e a quem ainda se estiver devendo.[...]”²⁸⁹

Neste momento, parece que as questões de organização da biblioteca estão finalmente assentes. Há propostas de redução do corpo de funcionários, são estabelecidos os ordenados e os rendimentos que os irão suportar, apresentando-se analogamente a solução para o pagamento dos ordenados que se encontravam em atraso. Contudo, ainda não é nesta ocasião que a Biblioteca instituída por Cenáculo entra em funcionamento pleno, sem polémicas ou confusões.

Datada de 23 de setembro de 1823, regista-se a notícia do sequestro desta livraria, por conta de uma dívida respeitante à décima eclesiástica de Beja, em tempo de frei Manuel do Cenáculo. Inicia-se então uma disputa judicial que é retratada na documentação que temos vindo a referir, nomeadamente no *Livro de Atas e Memórias da Bibliotheca*, onde se encontram transcrições não só das notícias do sequestro da livraria, mas também do acórdão do Tribunal da Relação, que acabaria por anular a decisão do corregedor da comarca de Beja²⁹⁰.

A leitura dessa documentação permitiu-nos perceber que, por conta de uma dívida da Décima Eclesiástica, foram inicialmente sequestrados os bens e benefícios dos cobradores dessa taxa – António Joze de Oliveira, depois bispo de Eucarpia, Silvestre dos Santos Chaves, e Joaquim Anastácio Mendes Velho, os quais impugnaram judicialmente, tendo vencido, o embargo dos seus bens. Na sequência desses acontecimentos foram sequestrados, por decisão do juiz da Comarca de Beja, o Museu e a Biblioteca de Évora, de modo a responder a essa dívida²⁹¹.

O então arcebispo de Évora, frei Patrício da Silva, iniciou por sua vez uma demanda, procurando impugnar essa decisão, a qual venceu. Com efeito, o acórdão do Tribunal da Relação decide: “Foi menos bem julgado pelo corregedor da Comarca de Beja na Sentença, folhas vinte sinco, a qual revogão. Trata-se de arrecadar o que da Décima Eclesiástica devia o falecido Reverendo Bispo de Beja antes de promovido ao arcebispado de Évora, D. Frei do Cenáculo Villas Boas [...]”²⁹². O fundamento utilizado por parte do arcebispo de Évora para apelar contra o embargo desses bens baseou-se nos seguintes argumentos:

– O ano de 1803, do qual se fazia a cobrança da divida, não se encontrava de facto em divida, algo que veio a ser reconhecido pelo fiscal e juiz;

– Existiam em Beja, capital da comarca do juiz que tinha empreendido esta deliberação, bens deixados pelo falecido D. Frei Manuel do Cenáculo, nomeadamente, dez mil livros, o Palácio e Móveis, pelos quais se poderia responder à divida, não sendo os bens de Évora obrigados a tais divida;

– D. Frei Manuel do Cenáculo havia feito doação de livros e raridades ao Museu e Biblioteca de Évora, os quais havia deixado à sua Igreja, não sendo possível separar o que já pertencia a Évora²⁹³, daquilo que tinha vindo de Beja aquando da mudança de Cenáculo para o arcebispado;

– Não competia dilacerar um estabelecimento em Évora, para responder por dívidas contraídas no bispado de Beja, com bens que já lhe pertenciam antes da contração de tal divida, sendo possível fazer a cobrança dessa divida recorrendo a bens livres e desembargados que se encontravam em Beja, deixados por D. Frei Manuel do Cenáculo.

A esta decisão datada de 26 de novembro de 1824, seguiu-se o mandado de entrega e levantamento do sequestro dos bens de Évora²⁹⁴, em dezembro do mesmo ano.

Como se verifica, após a morte de frei Manuel do Cenáculo a instituição passou por diversas vicissitudes. O panorama traçado

logo após a morte do prelado, pelo juiz do inventário dos seus bens, dá conta da desorganização em que ainda se encontrava, não estando ainda feito o catálogo dos seus livros. Os problemas subsequentes, com a mudança de arcebispo, o sequestro de bens e consequente demanda judicial não facilitaram a realização de um catálogo detalhado que permitisse conhecer a coleção que foi doada por Cenáculo.

O livro de *Atas e Memórias* dá nota da nomeação de um novo bibliotecário – Joaquim Machado, em 1827, o qual ocupou o lugar deixado vago pela morte de frei Joze Constâncio Lopes da Cruz. Informa também acerca dos trabalhos empreendidos para fazer o catálogo nominal de todas as obras que havia na livraria, as quais foram inscritas em tiras de papel, indicando a Estante e caixa onde a obra estaria colocada, mas não as ordenado por classes²⁹⁵. A extensão da coleção e o problema da escassez de pessoal não facilitaram a tarefa de constituir um catálogo metódico.

Um relatório posterior do bibliotecário Joaquim Heliodoro de Cunha Rivara, já em meados da centúria, em resposta a questões do Ministério do Reino sobre a Biblioteca de Évora²⁹⁶, indica que esta possuía um catálogo completo de livros impressos, segundo a ordem de nomes dos autores, mas que se trabalhava na realização de um catálogo por ordem de matérias²⁹⁷. Cumpre realçar que também no livro de *Atas e Memórias* se transcreve um relatório do mesmo bibliotecário, escrito em data anterior²⁹⁸. Neste, Cunha Rivara faz menção às pendências da elaboração do catálogo, indicando que esse é um documento onde tinham trabalhado todos os antecessores do atual bibliotecário, sendo ainda necessário aperfeiçoá-lo, elaborando um catálogo dos manuscritos²⁹⁹. Os trabalhos de elaboração do catálogo das obras desta Biblioteca estendem-se, assim, muito para lá da morte do Arcebispo Cenáculo. Entretanto, aos livros por ele deixados e aos já previamente existentes de posse de D. Joaquim Xavier Botelho de Lima, antecessor de Cenáculo, foram-se juntando outras doações, que cresceram aos fundos da Biblioteca.

A junção dos livros dos depósitos dos extintos conventos do distrito de Évora³⁰⁰, a aquisição de outros exemplares e a prática de venda livros empreendida por alguns bibliotecários, como por exemplo Cunha Rivara, que decorrem em momentos nos quais o catálogo ainda se encontra em execução³⁰¹, tornam muito difícil a tarefa de conhecer com exatidão quais os livros que frei Manuel do Cenáculo deixou à instituição. As diferentes fontes que consultamos apontam para uma coleção contendo grande número de volumes, em valores que oscilam entre os quarenta mil livros, apontados na representação ao príncipe solicitando autorização para intentar obter uma bula de aplicação de rendimentos junto da Santa Sé, e os cinquenta mil volumes que aparecem mencionados em fontes como por exemplo a representação do juiz do inventário por ocasião da morte de frei Manuel do Cenáculo.

A estes acrescem ainda as coleções de monetário, pinturas e outras peças, sendo que o valor monetário da coleção ascende aos trezentos mil cruzados.

São sem dúvida enormes quantitativos para uma coleção que foi como valiosa, de enorme grandeza e contendo grande diversidade no conteúdo. Uma coleção que encerrava peças museológicas diversas e escritos de diferentes tipos, incluindo manuscritos, mas também livros antigos impressos, pergaminhos, obras proibidas, entre outras.

Ainda que não se conheça um catálogo específico da coleção cenaculana e na Biblioteca de Évora há, datado de 1850, um relatório estatístico do bibliotecário Cunha Rivara que dá nota do número de obras e volumes que existiam, àquela data, na instituição.

A fonte aponta para a existência de 9.840 obras, num total de 26 mil volumes³⁰². Reconhecendo que entre o período em que foi reunida e legada a coleção de D. Frei Manuel do Cenáculo e os meados do século XIX, quando é elaborado este relatório, tiveram lugar transformações que se refletiram necessariamente na coleção e seu conteúdo, julgamos que, pelo menos parcialmente, os dados apontados nesse relatório poderão refletir algumas características da coleção de livros deixados por frei Manuel do Cenáculo. Com efeito, mesmo considerando que alguns livros poderão ter desaparecido³⁰³ e se teriam acrescentado outras obras ao núcleo inicial, será lícito considerar que a coleção de livros naquele momento incluiria muitos dos que haviam sido deixados por Cenáculo, tanto mais os livros das coleções dos conventos extintos não estão ainda incluídos na estatística.

Focalizando-nos no relatório elaborado por este bibliotecário, constata-se que neste se faz uma estatística em relação aos números da coleção, fazendo a diferenciação entre os números de obras e volumes da coleção e também entre as obras que se encontram encadernadas e em brochura. O tratamento dos dados estatísticos apresentados neste relatório de Cunha Rivara foi realizado por Pedro Cerico³⁰⁴. Nesse trabalho aponta-se para uma prevalência de obras e volumes de Ciências Eclesiásticas (3200 títulos/obras; 10000 volumes), seguidas pelas de Ciências Históricas e Literárias (3000 títulos/obras e 5000 volumes) e pelas Ciências Cívicas e Políticas (1300 títulos/obras e 5000 volumes).³⁰⁵

Apesar do predomínio dos livros de Ciências Eclesiásticas em termos de volumes, no atinente número de obras a diferença em relação a outras categorias não é tão significativa. Para além destas diferenças entre os números de obras e volumes, que evidencia, tal como notou Pedro Cerico, que a Biblioteca possuía em todas as classes muito mais volumes que obras, constata-se também que o “número de volumes encadernados ultrapassa largamente o número dos que se encontram apenas em brochura”³⁰⁶.

Ainda que não seja possível estabelecer uma comparação plena destes dados com os que trabalhamos para os catálogos dos donativos a outras bibliotecas, nomeadamente em relação aos números

de obras por tipologia ou classes, evidenciam-se, em termos gerais, algumas características comuns, como a diversidade temática, uma aparente primazia de áreas como as Ciências Históricas e as Ciências Eclesiásticas e também a pluralidade da coleção, incluindo quer manuscritos, quer impressos, nos quais se abarcam, como atrás dissemos edições raras, livros proibidos, entre outras.

Acerca da maior ou menor modernidade da coleção não nos podemos pronunciar de forma assertiva. Contudo, tendo em conta as afirmações do Bibliotecário Cunha Rivara, no relatório de 1845, parecia haver alguma falta de obras hodiernas. O excerto seguinte ilustra-o exemplarmente: “Encher a lacuna, que há de Livros desde a fundação da Caza até hoje. Uma Livraria assim falta, como esta, de obras modernas deixa de ser frequentada, e fica um Estabelecimento inútil. Parece-me que se deve quanto antes destinar no Orçamento uma quota annual para esta Caza[...]”⁵⁰⁷.

O panorama traçado pelo bibliotecário em relação à modernidade da coleção não é por isso animador, afirmando-se que esta falta de obras vem já desde a fundação da biblioteca. Há contudo a considerar que esta avaliação é incluída num relatório se procuram obter fundos para a manutenção e dotação da biblioteca, sendo por isso fundamental justificar a dotação orçamental que se pretendia. Além disso, entre a morte de Cenáculo, altura em que a coleção de livros se encontrava há algum tempo reunida, e a elaboração deste relatório tinham já decorrido três décadas, o que certamente ia tornando cada vez mais premente a inclusão de obras atuais.

Ainda que não seja possível conhecer com profundidade a coleção de livros que Cenáculo deixara à Biblioteca, pode afirmar-se que esta envolvia grandes quantidades de livros, alguns dos quais edições raras. Isto recoloca a questão dos recursos económicos que permitiram adquirir esta e outras coleções. Subscrevendo Francisco Vaz, “não restam dúvidas que Cenáculo gastou rios de dinheiro com a aquisição de muitos exemplares e que se empenhou para esse fim”. Cenáculo encontra-se muitas vezes endividado, sobretudo por causa das esmolas, dos gastos com a instrução, com a criação de escolas e seminário em Beja, mas também por causa das muitas compras que faz para a sua coleção de livros⁵⁰⁸.

Cumpramos lembrar que a correspondência do prelado alude ao não pagamento da Dizima Eclesiástica em finais da década de 90 do século XVIII⁵⁰⁹. Por sua vez, os documentos que têm vindo a ser apresentados, referem um sequestro dos bens da livraria de Évora, por conta do não cumprimento da obrigação desse pagamento. De acordo com o que foi defendido por Francisco Vaz, o incumprimento do pagamento da Dizima Eclesiástica pode ter sido um dos expedientes utilizados pelo prelado para conseguir os recursos económicos necessários para a aquisição dos exemplares das suas coleções. Assim sendo, parafraseando o mesmo autor “para frei Manuel os fins justificavam os meios, para socorrer os pobres e instruir o clero tudo seria possível, inclusive fugir ao fisco”⁵¹⁰.

Os recursos para aquisição de coleções

Procuramos, na diversa documentação que analisamos acerca de D. Frei Manuel do Cenáculo, dados que pudessem fornecer mais indicações acerca dos recursos financeiros aos quais Cenáculo terá “deitado mão” para conseguir tais coleções. Além das indicações relativas ao pagamento de ordenados e aos expedientes da Dizima Eclesiástica atrás referidos, encontramos também na sua correspondência, referências sobre bens que lhe foram deixados, enquanto bispo de Beja, pelo sargento-mor Romão da Costa Carrilho Freire, os quais deveriam ser aplicados em obras pias⁵¹¹. A forma com esses bens seriam aplicados é descrita num documento que se encontra junto da correspondência enviada por frei Manuel do Cenáculo.

Nesse documento o prelado, na qualidade de bispo de Beja, mas já eleito arcebispo de Évora, refere a herança deixada pelo sargento-mor e discorre acerca da repartição dos seus bens, que será feita pela Colegiada da Igreja Catedral de Beja, pelos pobres e Biblioteca do Bispado⁵¹². Note-se que o rendimento desse legado pio é avaliado em oitocentos mil réis cada ano, receita essa que “*poderá avultar segundo o preço dos anos*”. Através deste documento, frei Manuel do Cenáculo enumera a distribuição e aplicação desses rendimentos. Determina que seriam educadas, no Recolhimento de Nossa Senhora do Carmo, seis meninas órfãs, quatro da Comarca de Beja e duas da de Campo de Ourique. Para cada uma delas iria a mesma quantia, isto é, 60 mil réis por ano, sendo que quando estas chegassem à idade núbil 60 mil réis seriam para o dote. Para o vestuário destas meninas destinavam-se 70 mil réis por ano. A estas aplicações acresciam 30 mil réis para esmola dos pobres; 30 mil para esmola ao hospital da cidade; 100 mil réis para uma Mestra que ensinasse no recolhimento a ler, escrever e costura. Aplicavam-se ainda 40 mil réis por ano ao bibliotecário do bispado e 30 mil réis ao seu ajudante. Quarenta mil réis por ano seriam utilizados na compra de livros para a livraria, 40 mil para o cartório da Catedral e 60 mil réis destinavam-se à colegiada pela administração do referido fundo⁵¹³.

Como se verifica, frei Manuel do Cenáculo deitou mão a diferentes recursos para alimentar a sua paixão por livros e bibliotecas⁵¹⁴. Não possuímos referências a quaisquer outros legados, mas como se comprova, pelo menos para este caso, também a administração da herança envolveu investimentos na biblioteca.

Além destas informações, que fornecem algumas pistas acerca da forma como terá comprado alguns livros e das estratégias a que recorreu para conseguir recursos financeiros, encontramos, nalguma da correspondência que o bispo de Beja trocou, menções a lotarias de livros, que eram classificadas como “apetecíveis”.

As menções a lotarias surgem nalgumas das cartas trocadas com frei Vicente Salgado. A primeira alusão a esta questão aparece

numa carta dirigida por frei Vicente Salgado ao prelado, datada de 1 de fevereiro de 1782. Nesta missiva o religioso, depois de prestar várias informações, afirma a propósito da lotaria: “tomara eu ter dinheiro para comer, mas ela faz apetite, postas as condições para a troca de livros”³¹⁵. Não obstante os esforços desenvolvidos, não conseguimos obter nas outras missivas enviadas por este religioso, ou nas que lhe foram enviadas pelo prelado Pacense, qualquer esclarecimento adicional acerca desta lotaria em 1782.

Um ano depois, em epístola de agosto de 1783, frei Manuel do Cenáculo, dirigindo-se a frei Vicente indaga-o sobre o custo da lotaria, mas nada melhor do que verificarmos as suas próprias palavras: “saiba quanto he a Loteria de Reycend para mandar dinheiro, pois estou resoluto em seis sortes que são três peças”³¹⁶. No mês seguinte, frei Manuel do Cenáculo, em missiva datada de 4 de setembro novamente enviada a frei Vicente, volta a mencionar o assunto. Afirma que não sabia ainda quando partiria o portador daquela carta mas, quando este fosse para Lisboa, levaria a frei Vicente o dinheiro da lotaria³¹⁷. Na missiva seguinte, datada do dia 12 de setembro, dá a frei Vicente a seguinte indicação: “Lance Vossa Merce seis sortes na Loteria de Reycend que a 3.200 são quatro moedas: peça-as a Viana e logo vão. Não vá lá o meo nome”³¹⁸. Como se constata, estas menções a lotarias parecem aludir a uma troca de livros, fazendo referências ao livreiro Reycend como seu organizador. Cenáculo terá adquirido três peças desta lotaria.

Há ainda, datadas de 1786 e 1787, cartas dirigidas pela Mesa da Misericórdia a frei Manuel do Cenáculo. Na primeira, datada do dia 20 de dezembro de 1786, a Mesa envia a notícia acerca da impressão das listas da Lotaria, nos seguintes termos: “Ainda agora podemos concluir da Officina a impressão das listas por ter-mos o gosto de as remetermos a V. Ex.^a e sem perda de hum instante o fazemos, para que V. Ex.^a Tenha individual noticia dos N.os a quem a sorte melhor favoreceu nesta Loteria. E a possa espalhar pelas pessoas para que convoquem em beneficios dos pobres, para a extração dos Bilhetes dela”³¹⁹. No ano seguinte, em maio de 1787, a mesma Mesa dirige-se a frei Manuel do Cenáculo a propósito do mesmo tema, informando que tinha havido grande afluência na compra de bilhetes e que por isso acharam por bem “não mortificar” Cenáculo com a remessa de bilhetes³²⁰.

Pensamos que as menções nas diferentes cartas não correspondem à mesma lotaria. Enquanto as menções feitas nas cartas dirigidas pela Mesa em 1786 e 1787 parecem corresponder à Lotaria Nacional, cuja concessão tinha sido feita à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pela Rainha D. Maria I³²¹, as menções a lotarias nas cartas trocadas entre frei Vicente Salgado e o prelado parecem respeitar a um outro tipo de lotaria, que envolvia livros como prémio.

No que respeita à Lotaria Nacional e tendo em conta que os objetivos do trabalho se centram na importância dos livros e das bibliotecas na vida de frei Manuel do Cenáculo, optámos por não

aprofundar o assunto, remetendo, nesta matéria, para o estudo de Pedro Alexandre Cardoso Neves, onde se traça um panorama acerca da história do jogo da lotaria desde 1783 até 1983. Nessa obra descrevem-se com algum pormenor a organização formal, preço e número de bilhetes vendidos, forma como se distribuía para venda, bem como os prémios monetários correspondentes. De acordo com o estudo, a venda de bilhetes processou-se através da sua distribuição por várias entidades, que por sua vez os redistribuíam. No grupo de pessoas encarregues de fazer a redistribuição incluíam-se nove religiosos, sete nobres, quarenta indivíduos sem qualquer título nobiliárquico ou eclesiástico, e quinze instituições³²². Tendo em conta as cartas que conhecemos de 1786 e 1787, dirigidas a Cenáculo, parece-nos que os contactos se poderão ter realizado por causa dessa redistribuição dos bilhetes, não havendo qualquer menção a uma participação neste jogo de fortuna ou azar por parte de frei Manuel do Cenáculo.

Já no caso das menções à lotaria nas cartas trocadas entre o prelado e frei Vicente Salgado a situação é diferente. Frei Manuel do Cenáculo participou na lotaria e adquiriu bilhetes. Ao que tudo indica o prémio, visto como apetecível, era organizado por um livreiro e o prémio deste “sorteio” seria ser pago em livros. Tendo isso em consideração procuramos outros documentos ou bibliografia que pudesse fornecer indicações para esclarecer melhor o assunto, e perceber em que consistia esta *lotaria de livros*.

Num estudo de Fernando Guedes encontramos algumas informações, a partir do exame de três documentos sobre livreiros e livrarias que se guardam nos Arquivo da Torre do Tombo, acerca destas lotarias³²³. De acordo com esse trabalho há, entre os documentos, um manuscrito não datado, onde se pede licença ao rei para que os “suplicantes”, que no caso eram os livreiros João Baptista Reycend e Joseph Colomb, pudessem realizar “particularmente em sua caza, humas sorte, ou seja espécie de leilão de alguns livros Francezes e Latinos”. Outro dos manuscritos diz respeito à forma como essas “sortes” seriam sorteadas, qual o preço dos bilhetes e o valor dos prémios. O último documento apresentava o catálogo dos livros a incluir nesse sorteio³²⁴. A presença destes documentos parece indiciar que, de facto, a lotaria que Cenáculo refere nas suas cartas poderia ser um sorteio de livros, para o qual o livreiro Reycend tinha até solicitado autorização.

Note-se, tal como foi indicado por Fernando Guedes, que não se encontram, entre os papéis da Mesa Censória ou qualquer outra entidade, indicações acerca deste sorteio para o qual é pedida autorização, não sendo possível apurar se este se terá realizado ou não. Contudo, um documento datado de 1783 anunciava que o livreiro João Baptista Reycend iria realizar as suas segundas e terceira lotaria, ou rifas de livros, o que pressupunha a existência de um primeiro concurso em momento anterior.

Tendo em consideração estas indicações, e a coincidência de datas que aponta para 1783, admitimos a hipótese de a lotaria referida pelas cartas trocadas entre o bispo de Beja e frei Vicente Salgado, na qual o bispo de Beja participa, comprando bilhetes para “seis sortes”, ser este sorteio organizado pelo livreiro Reycend. Tanto mais que na documentação trabalhada por Fernando Guedes se refere que em 1783 se iria realizar o segundo e terceiro sorteio, pressupondo-se, como atrás se disse, a existência de um anterior. Note-se que a primeira carta de frei Vicente Salgado, datada de 1782, fala acerca da lotaria e das suas condições de troca de livros, o que poderá reportar-se a esse primeiro sorteio.

No que respeita aos preços, as indicações dos documentos apresentados por Fernando Guedes e os referidos nas cartas que atrás tratamos também coincidem. Com efeito, de acordo com o estudo do autor que temos vindo a citar, nas segunda e terceira rifas o preço dos bilhetes era de 3.200 réis³²⁵. As cartas enviadas por frei Manuel do Cenáculo mencionam o mesmo valor.

A hipótese de se tratar da mesma lotaria parece, assim, bastante plausível. Partindo do pressuposto que se trata do mesmo sorteio, importa apontar mais dados sobre esta lotaria. De acordo com o estudo que temos vindo a citar, esta sugeria, no caso do segundo e terceiro sorteio³²⁶, prémios bastante tentadores, propondo livros com determinado valor monetário, consoante o prémio a que dizia respeito.

Na tabela seguinte procuramos demonstrar esses valores para os prémios “mais altos”: [Tabela 9]

No que concerne às possibilidades de ganhar algum prémio havia, de acordo com o estudo de Fernando Guedes, muitas possibilidades disso acontecer. De facto, calcula-se que existiria uma probabilidade de ganhar de um para sete, na segunda lotaria e de um para seis, na terceira. Tendo em conta a opção de Cenáculo em lançar seis sortes, julgamos poder dizer que “apostou forte”, o que indicia que achava os livros contidos nos diferentes prémios como “tentadores”. A reforçar a atração do prémio estaria também o facto de ser possível trocar os livros contidos nos lotes dos prémios. Com efeito, o folheto de anúncio preconizava: “não agradando os livros dos Lotes, ou Premios, se oferecem os mesmos Mercadores a trocallos por outros á satisfação, e escolha de Pessoas, que os quiserem trocar, sem abatimento algum do preço dos Lotes, ou Premios”³²⁷.

Parafraseando Fernando Guedes, o primeiro prémio da segunda lotaria deveria ter sido, “naquele recuado ano de 1783, extremamente aliciante”, uma vez que incluía, como prémio proposto, a *Encyclopedie complete*, in fol. 35 vol. Edition sous Paris 1751, avec Planches, que valia a quantia de 150 mil réis. O segundo prémio, que valia 100 mil réis era a *Histoire Universelle, par une Société de Gens de Lettres*, in 4º, 42 vol. Edition d’Holande. O terceiro prémio, no valor de 80 mil réis, era constituído por uma coleção de bíblias

	2ª Lotaria	3ª Lotaria
1º Prémio	150 mil réis	300 mil réis
2º Prémio	100 mil réis	200 mil réis
3º Prémio	80 mil réis	150 mil réis

Tabela 9.
Prémios da lotaria de Reycend

Fonte:
Guedes, “Lotarias ou Rifas...”, 51

e de comentários à Sagrada Escritura. O quarto prémio, no valor de 70 mil réis, consistia nos *Annales Ecclesiastici de Baroni*, fol. 31 vol. Já o quinto prémio era composto por dois Atlas, um dos quais no formato *in-folio maxime* e um Dicionário Geográfico, valendo este lote 60 mil réis. O sexto prémio reunia um conjunto de clássicos portugueses: *As décadas*, de Barros e Couto, a *Vida de D. João de Castro*, de Jacinto freire de Andrade, obras de Faria de Sousa – *Ásia portuguesa*, *África Portuguesa* e *Europa Portuguesa*, os *Comentários das Rimas*, *Os Lusíadas* de Camões e ainda o *Epítome de las Historias Portuguesas*. Destacamos ainda a presença da *Histoire Naturelle*, de Buffon, que em conjunto com um *Recueil d’Antiquités* compunha o décimo prémio, sendo que o décimo primeiro prémio incluía um conjunto de pequenos volumes em formato 12º, contendo peças de Voltaire, Racine, Molière, Crebillon e outros, em paralelo com um *Abregé de l’Encyclopedie*, em dois tomos³²⁸.

A terceira lotaria de prémios, que se sorteou também no mesmo ano de 1783, inclui um primeiro prémio composto por duzentos e vinte volumes. Continha “Huma Collecção de Historiadores mais famigerados das Nações, Em Grego, em Latim, em Francez, em Italiano, em Hespanhol, em Portuguez & c.”, onde se encontravam obras de Flávio Josefo, Heródoto, Xenofonte, Estrabão, Tito Lívio, Tácito e Suetónio. Incluía analogamente Histórias de França, Inglaterra, Irlanda, Espanha, Itália, Veneza, Nápoles, Florença, Génova, Malta, Alemanha, Hungria, Países Baixos, Dinamarca, Polónia, Suécia, Rússia, Constantinopla, Império Otomano, China, Índia, México, América e quatro histórias de Portugal, conjuntamente com o *Portugal Restaurado* do Conde da Ericeira. O segundo prémio propunha “huma excellentissima escolha de Biblias em Hebraico, Grego, Latim, Francez, Portuguez, Italiano e Hespanhol, à qual se ajuntão os seus mais célebres Expositores, ou Comentadores”, num total de cento e quatro volumes que valiam 200 mil réis. O terceiro prémio era composto por uma seleção de clássicos latinos, entre os quais Terêncio, Plauto, Propécio, Virgílio, Horácio, Fedro, entre muitos outros. O quarto prémio incluía uma coleção de dicionários em hebraico, grego, latim, holandês, francês, inglês e italiano ao que se juntava um *Lexicon Pentaglotton Hebraicum, Chaldaico, Syriacum, Talmundum, Rabbinicum & Arabicum*, num *in folio* publicado em Londres, 1635. O quinto prémio era composto por uma coleção de historiadores portugueses, tais como D. Luís de Menezes, Duarte Nunes de Leão, D. Manuel de Menezes,

Duarte Galvão, Damião de Góis, Faria e Sousa, D. Francisco Manuel de Melo, João de Barros, Diogo Couto, Jacinto freire de Andrade, Fernão Mendes Pinto, Gaspar Estação, entre outros, aos quais se juntava a *Dedução Cronologica* e as *Memorias das Providencias que se derão no Terramoto do anno de 1755*, tudo avaliado em 100 mil réis. O sexto prémio era formado por duzentos volumes dos “poetas franceses mais célebres”, tais como: Boileau, La Fontaine, Corneille, Molière, Racine, Voltaire, Marivaux, Diderot, Rousseau e Rabelais, entre outros. O sétimo prémio era composto por Histórias eclesiásticas em latim. Destacamos ainda uma edição de *Lausanne* da *Encyclopedie, complete avec les planches*, mas em formato in 8º, que constituía o décimo prémio³²⁹.

Ainda que se considere provável que Cenáculo tenha participado numa destas lotarias, comprando “seis sortes”, mas não sabe ao certo para qual das duas lotarias que se realizaram em 1783 o fez. Quando analisamos os prémios propostos para as duas lotarias verificamos que há obras com potencial interesse nas duas. Com efeito, ambas contêm livros que são referenciados por frei Manuel do Cenáculo noutros contextos, conforme podemos verificar por exemplo, nas obras que cita ao longo dos seus escritos. Destacamos ainda, tal como refere Fernando Guedes, que entre os vários livros propostos há alguns incunábulo, tais como o *Comentário de Landini*, datado de 1497³³⁰. Mesmo admitindo a possibilidade de proceder a trocas nos lotes de livros propostos, pensamos que o rol de livros que compõe os distintos prémios, quer da segunda, quer da terceira lotaria, sugere títulos e edições bastante apetecíveis aos olhos de colecionadores, nomeadamente aos de frei Manuel do Cenáculo. Subscrevendo as palavras de Fernando Guedes, os livros propostos por Reycend nas duas lotarias, quando examinados no seu conjunto, “aproximam-se mais de um figurino oficial dos anos terminais do consulado pombalino e iniciais do novo reinado, do que se assemelham ao retrato que nos deixa o exame dos catálogos privados”³³¹. O alvo destas lotarias de livros não seria, na opinião deste autor, o “cliente médio” da loja, mas uma “uma faixa determinada, [...] de gente relativamente nova, já educada nos novos estabelecimentos criados ou remodelados por Pombal, influenciados claramente pelas Luzes”³³².

Cenáculo, embora não correspondendo totalmente ao retrato traçado por Fernando Guedes, também não entra em contradição com este perfil. Afinal, não faz parte do grupo de “gente nova que foi educada pelos estabelecimentos criados ou remodelados por Pombal”, mas ajudou a remodelar esses estabelecimentos e por consequência a moldar esse novos gostos e interesses. Não espanta por isso que as obras que se encontravam nestes prémios pudessem “aguçar-lhe o apetite”, fazendo-o tentar a sua sorte e participar no sorteio.

Não sabemos se frei Manuel do Cenáculo terá sido contemplado com algum destes prémios. A correspondência que continua a trocar com o seu amigo frei Vicente não faz qualquer outra

referência a este assunto, nem nos parece muito plausível que, mesmo admitindo a possibilidade que pudesse ter ganho alguns destes prémios, fizesse questão em alardear o assunto. Fica contudo a certeza que em matéria de adquirir livros, o bispo de Beja socorreu-se realmente de vários estratagemas, não desdenhando mesmo da hipótese que a compra de uma destas lotarias, com a conseqüente componente de “sorte ou azar” lhe proporcionava. Com efeito, ao não pagamento da Dizima em determinados momentos, ao recurso a empréstimos a juros, à aplicação de legados pios, podemos acrescentar ainda a participação na lotaria. Não deixa de ser significativo, em nosso entender, que frei Manuel do Cenáculo, no afã de aditar a sua coleção, estivesse disposto a correr este risco. É mesmo caso para dizer, parafraseando uma expressão que já acima citámos, que para Cenáculo os fins justificavam os meios, para socorrer os pobres e instruir o clero tudo seria possível, inclusive fugir ao fisco, ou mesmo, como vimos atrás, tentar que a sorte “desse uma ajuda” na prossecução dos seus objetivos.

A Biblioteca Eclesiástica de Beja e outras Bibliotecas

A Biblioteca Eclesiástica de Beja

Ao referirmos o zelo demonstrado por frei Manuel do Cenáculo no que concerne à criação ou dotação de bibliotecas, nomeadamente as que tratamos anteriormente, mencionámos a existência de diligências tendo em vista a criação e dotação da Biblioteca de Beja, na época em que foi pastor daquela diocese. A sua ação pastoral foi marcada por preocupações com a instrução das suas populações, sendo que a criação desta instituição assumirá, também aqui, um papel de relevo. Note-se porém, que as diversas fontes que consultamos não são pródigas em informes acerca desta biblioteca, nem sobre os cuidados empreendidos para a sua formação. Com efeito, são feitas algumas alusões nas cartas trocadas entre frei Manuel do Cenáculo e diversos correspondentes, nas quais se mencionam diligências que respeitam a este estabelecimento, mas não encontramos testemunhos concretos e específicos acerca de catálogos, regulamentos, ou fundos com que é dotada.

Como temos sublinhado frei Manuel do Cenáculo revelou uma grande preocupação com a instrução dos fiéis e do clero que, em diferentes circunstâncias, esteve sob a sua jurisdição. O mesmo aconteceu quando ocupou, em definitivo, o cargo de bispo de Beja. Nessa perspetiva, deu instruções precisas sobre o funcionamento de uma biblioteca, cuja frequência considerava imprescindível para futuros eclesiásticos³³³.

A forma como o bispo pretendeu regular o funcionamento da biblioteca naquela cidade não se encontra registada em qualquer documento onde se trate exclusivamente este assunto. Encontra-se traduzida num documento, datado de 1777, onde tece considerações acerca do funcionamento dos estudos clericais de Beja³³⁴. Nesse documento, determina-se que os estudantes teriam disponíveis os livros necessários para os seus estudos, numa biblioteca que o bispo de Beja tinha já formado, sendo a sua frequência restrita a dois dias da semana, à segunda-feira e à quinta-feira de manhã. A biblioteca surge, nesse sentido, como um instrumento de apoio aos estudos eclesiásticos. Deveria por isso apresentar-se sempre de forma limpa, sendo capaz de receber os que a ela concorriam com dignidade. Os livros da sua coleção deviam ser disponibilizados por mão de um bibliotecário ou seu ajudante, que teria, a auxilia-lo nas suas tarefas, alguns estudantes³³⁵.

O documento elaborado pelo bispo de Beja a propósito dos estudos prevê ainda a tipologia dos livros que deveriam constituir o núcleo da biblioteca. Estabelece-se que, naquela instituição, deveriam estar “os livros escolhidos contendo as melhores espécies e proporcionadas aos estudantes”. Os livros de “Doutrinas mais sublimes” e os que contivessem doutrinas errôneas e prejudiciais pediam, de acordo com frei Manuel do Cenáculo, “ciência mais madura” uma vez que “não são para a mocidade”. Surge aqui, uma vez mais, a ideia das diferentes categorias de leitores. Isto é, o acesso aos livros teria de se subordinar à capacidade e maturidade que os leitores pudessem demonstrar.

Convém notar, subscrevendo Francisco Vaz, que o bispo de Beja determinou que se formasse um catálogo com os livros existentes na biblioteca e a impossibilidade de realizar empréstimos domiciliários. Paralelamente deliberou que o bibliotecário impedisse os ordinandos de gastarem “demasiado tempo na leitura de livros curiosos; ainda que na outra parte sejam úteis, mas que o podem distrair da obrigação principal”³³⁶. Estas exigências evidenciam a presença de restrições ao acesso aos livros no estabelecimento. Isso não significa que a Biblioteca estivesse unicamente composta por obras a que os estudantes pudessem aceder. Com efeito, embora haja limites de acesso assentes e se defina que há livros que não são próprios para a mocidade, não temos indicações que na biblioteca existissem exclusivamente livros aptos a serem utilizados pelos jovens estudantes. Aliás, a necessidade de impor regras e limites de acesso a determinadas obras, que seriam disponibilizadas exclusivamente pelo bibliotecário, parece indicar que há uma preocupação em limitar o acesso dos estudantes mais jovens a outros livros que lá existiriam.

A corroborar a ideia de que a biblioteca pode incluir vários tipos de livros e não só os apropriados aos estudantes mais jovens, temos também uma licença para ler livros proibidos

nesse estabelecimento, datada de 22 de março de 1777³³⁷. Dessa licença, concedida pela Rainha D. Maria I, consta o seguinte:

“[...] faço saber que por parte do Procurador da Mitra do Bispado de Beja me foi representado: Que para maior instrução, e inteligência do Clero daquelle Bispado precisava de licença para poder ler Livros prohibidos na Livraria Publica do dito Bispado, os quaes não podia ter sem facultade Minha [...] Sou servida conceder licença para que na sobredita Bibliotheca possa haver Livros prohibidos; e delles uzarem as pessoas que tiverem Licença de as ler [...] porem os livros para que se lhe concede licença estarão em Estante fechada com chave e rede de arame de sorte que não possam ser vistos [...]”

Independentemente das dúvidas acerca das composições escritas que poderiam compor a acervo desta instituição, certo é que, assim que chegou a Beja, frei Manuel do dedicou-se imediatamente a trabalhar em prol da organização da biblioteca³³⁸.

Em 1779, em carta dirigida ao seu amigo frei Plácido de Andrade Barroco, o prelado Pacense refere que já tinha conseguido aumentar a Biblioteca pública. O excerto que a seguir se reproduz ilustra-o exemplarmente:

“Augmentei incrivelmente a bibliotheca Publica para servir melhor, e fiz a hum sugeito que aqui assiste na cidade; e provado, guarda da Bibliotheca. Felix Caetano trabalha com delegencia na História da Cidade.[...] Há dois mezes para cá tenho feito descubertas, que vem para caza, de moedas raras, e lapides, e vazos sepulcraes”³³⁹.

Nesta carta, além de informar o companheiro da Ordem Terceira acerca do aumento de fundos que tinha realizado, e que ele próprio classifica como “incrível”, alude a outros assuntos em que se tinha empenhado, como a realização da História da Cidade, de autoria de Félix Caetano³⁴⁰ e a busca de testemunhos antigos, resultantes de escavações e prospeções arqueológicas, tais como moedas raras, lápides e vasos sepulcrais, os quais estaria a reunir na sua Casa Episcopal. Esta busca por testemunhos antigos através de escavações e a procura de decifrar lápides e inscrições, encontra-se documentada no espólio da Biblioteca Pública de Évora, num códice contendo cartas enviadas por frei José de S. Lourenço do Vale ao prelado, o qual tem apensa documentação muito diversa. São documentos onde se reúnem cópias de inscrições, moedas, peças arqueológicas, tábuas interpretativas, cópias de lápides, entre várias outras³⁴¹, ao que tudo indica resultado do labor de pesquisa deste religioso. Pensamos que o envio desta documentação era uma forma de “atualizar” frei Manuel do Cenáculo sobre estas matérias, mantendo-o a par do que se ia descobrindo numa área na qual

o bispo revelava bastante interesse. Certamente alguns desses esboços e gravuras de achados constituíram-se como imagens representativas de peças que poderiam integrar o Museu de Beja.

A referência conjunta que realizou, na carta que dirige a frei Plácido Barroco, à biblioteca e aos objetos de coleção, traz novamente à coação a ideia de biblioteca-museu, que como demonstram trabalhos como o de João Carlos Brigola³⁴², andaram sempre associados no pensamento de frei Manuel do Cenáculo. Não espanta por isso que a esta livraria se viesse a associar um Museu, destinado a servir o clero e quem se procurava instruir.

Numa carta remetida por Joaquim José da Costa e Sá, datada de 4 de fevereiro de 1780, este interlocutor faz uma menção elogiosa ao trabalho do bispo, afirmando que “nada enriquece mais uma Biblioteca do que unir-lhe uma boa coleção de raridades”,³⁴⁵ numa alusão que parece indiciar que, no pensamento do Bispo, andaria a intenção de unir uma coleção de raridades à livraria³⁴⁴. Essa junção entre livraria e Museu surge, com referiu João Carlos Brigola, bem documentada na Oração recitada em 1791, aquando da inauguração do Museu Cenaculano Pacense, onde se afirma: “tudo isto, senhores que ouvis dizer – Museu – eram escolas gerais que se governavam por Mestres e encerravam Livrarias com todo o género de objectos em que se podia estudar. Ali, digo tudo, o melhor livro, todas as memórias dos tempos, todas as preciosidades raras da natureza e do engenho das ciências e artes dos homens se guardavam para neles se aprender o que não convém ignorar”³⁴⁵.

Cumprir notar que o autor desta Oração não teria sido frei Manuel do Cenáculo, mas antes frei José Lourenço do Vale, ainda que esta tenha sido anotada e corrigida pelo prelado³⁴⁶. Admitimos, em face dessa correção realizada pelo bispo de Beja, que esta oração traduza o pensamento cenaculano acerca daquilo que deve ser um museu. Perpassa neste discurso, a ideia de um Museu na linha da obra de Tommaso Campanella, um “Museu utópico” que ultrapassa a mera finalidade classificatória, um lugar de criação de saber, de conhecimento e juízo histórico através da experiência. É aqui que se reúnem livrarias e objetos, sendo um espaço aberto a múltiplos percursos, pensado e destinado a todos, convocando a comunidade e simultaneamente capaz de responder às vocações individuais³⁴⁷.

A ideia de dotação da biblioteca e posteriormente do museu tem no clero o seu principal destinatário. Um clero que, como demonstramos através da análise de muitas das composições escritas de frei Manuel do Cenáculo, se pretendia culto e instruído, para desse modo poder ser útil, quer à sociedade, quer à religião. Essa mesma ideia de utilidade está presente no encerramento da própria oração inaugural, senão vejamos:

“Logo, Srs., vede se justamente devemos abraçar o estudo onde a instrução do entendimento, o esplendor da doutrina,

e o triunfo da Religião tem a conveniencia mais util. Aproveitavos, Sr., de hũa occazião que a grandeza de S. Exa. vos offrece. A vossa diligencia decidirá a recompensa de hum bem de tanto proveito. Deixai ao espirito levarse aos ultimos conhecimentos, e ver com hum gosto virtuozo aquella historia da antiguidade, descobrir novas verdades, penetrar segredos, e conhecer a industria do *engenho* humano. Deixai a rezão aplaudirse da sua vitoria, afirmarse nas santas verdades do triunfo da Religião, levantar os seos trofeos sobre os inimigos vencidos. Deixai a creatura conhecer o seo Creador pelas maravilhozas luzes da natureza nos brilhantes dos seo chrystaes, na sua armonia, e naquelles descuidos onde a negligencia mais casual contem maiores admirações onde o mesmo desfigurado he a mais engraçada e encantadora figura. Hum descobrimento produz mil descobrimentos. Hũa utilidade Lizongea. Hum trabalho recompensa.”³⁴⁸

Nesta oração, frei José de S. Lourenço do Vale, insta os que o estão a ouvir a aproveitarem o conhecimento e saber que podem advir da frequência de uma instituição deste tipo, sendo que qualifica o ato de disponibilizar de grande “grandeza” por parte do bispo de Beja.

Conforme se pode deprender frei Manuel do Cenáculo continua, na organização desta instituição, a revelar a mesma preocupação com a instrução do seu clero. É nessa diligência contínua pelo saber, a ter lugar em instituições como a que se está a inaugurar, que os clérigos se poderiam dotar de armas para defender a religião, e vencer os seus inimigos. As diligências envolvem assim, quer a dotação da biblioteca, quer de um museu que haveria de ser oficialmente inaugurado em 1791.

Não conhecemos os moldes de funcionamento desta biblioteca, bem como do museu que lhe é posteriormente associado, nomeadamente no que concerne ao público que a poderia visitar.

Note-se que, numa carta dirigida a frei Vicente Salgado, seu velho companheiro da Ordem Terceira, datada de 24 de agosto de 1788³⁴⁹, frei Manuel do Cenáculo insta o amigo a ir procurar determinado volume ao que chama de “Biblioteca Pública”. Paralelamente, o pouco que se conhece acerca do seu regulamento de funcionamento dá conta das instruções para a sua abertura ao clero. A licença para ler livros proibidos, concedida pela Rainha no mesmo ano, designa também a instituição por “Biblioteca Pública” mas não avança muitas informações acerca de quem poderia utilizar esta biblioteca. Admitimos, não obstante a designação de Biblioteca Pública, que esta fosse uma instituição destinada ao uso exclusivo do clero.

Como se sabe, no início da nova centúria frei Manuel do Cenáculo acabará por se mudar para Évora, assumindo o cargo de arcebispo daquela metrópole. Isto terá, a par de outras razões, implicações na coleção que deixará à Biblioteca Museu de Beja.

Cumpra realçar que, numa carta datada de 1794, dirigida a um correspondente que identifica apenas por “F.”, o prelado Pacense afirma que se estava a desligar de alguns projetos, separando-se daquilo que não podia conservar³⁵⁰. Também há cartas, das quais já demos nota, nas quais Cenáculo fala da necessidade de se desfazer de parte da sua coleção, uma vez que não tem condições para a guardar, encontrando-se, por isso, alguns dos livros da sua coleção de “trinta mil cruzados” em mau estado. Analogamente, numa carta dirigida a frei plácido Andrade Barroco, datada de janeiro de 1795, dá nota da decisão de vender livros, tendo já enviado a Manuel Gregório um rol para formar a Biblioteca eclesiástica, desfazendo-se do profano³⁵¹. A análise destas cartas parece, por isso, indiciar que em Beja ficou apenas uma parte da coleção de livros de Cenáculo.

Ainda assim, conforme se pode constatar pelas informações de uma outra carta dirigida a frei Plácido, datada de 5 de junho de 1795, Cenáculo aponta para um bom número de volumes que iria deixar em Beja, mas nada melhor do que analisar as suas próprias palavras:

“[...] Quanto ao mesmo Bertrand lhe diga que em huma casa onde os Livros e raridades excedem os espacos nao he muito que tudo esteja a monte [...]. Eu tenho feito a arrumacao da casa, sobre o que hade aqui ficar, e presentinhos que heide dar aos meos amigos; e Pessoas que facao caso do que lhes der, que não serao coisas grandes; mas huma prenda de estimacao ainda que seja pouco volumosa sempre lembra. Se ahi nao tomarem menos lhe ficara. Eu trato em concluir a Casa da Livraria desta Igreja para lhe encaixar tudo, e deixalla ficar em maos seguras com isso que tiver: Sempre lhe ficarao 20 mil volumes e boa collecao de raridades ainda que venda e revenda. [...] a insipidez com que se vive neste Reino em materia de Letras he de entristecer summamente. Prevaleco a este pezar, mas por entre espinhos crueis[...]”³⁵².

Nesta carta, frei Manuel diligencia acerca de uma tentativa de venda de livros, insistindo nos problemas que lhe causa a falta de espaço, a qual implica que muitos dos seus livros e raridades se encontrem a monte. Informa que, independentemente do que vendesse, deixaria uma boa coleção de raridades e cerca de vinte mil volumes na biblioteca de Beja.

Note-se porém que as fontes relativamente ao número de volumes que teria ficado nesta biblioteca não são totalmente coincidentes. Frei Manuel do Cenáculo aponta para cerca de vinte mil volumes, já Silvestre Ribeiro, nos seus apontamentos sobre bibliotecas portuguesas admite “apenas” nove mil volumes³⁵³. Cardoso de Bettencourt, pronunciando-se acerca de um período posterior, mas não muito distanciado no tempo ao “consulado” cenaculano em Beja,

aponta para um núcleo de oito a dez mil volumes impressos, como fundo da Biblioteca em 1820³⁵⁴. Por sua vez, o livro de *Atas e Memórias da Biblioteca Pública de Évora*, quando faz a descrição de toda a situação decorrente do sequestro dos bens da livraria daquela metrópole, refere que teriam ficado em Beja cerca de dez mil livros³⁵⁵.

Admitimos, considerando que o compromisso de frei Manuel do Cenáculo no que respeita ao número de volumes foi feito num momento em que este ainda se encontrava a negociar livros, assim como a determinar os donativos que ia deixar a outras instituições, que o número de volumes realmente deixados à Biblioteca de Beja fosse inferior aos vinte mil volumes. Talvez num valor mais próximo dos nove, dez mil volumes que são apontados nas fontes que identificamos previamente. Nesse sentido vão também os números apontados por Francisco Vaz, que aponta para os dez mil volumes deixados à Biblioteca de Beja³⁵⁶.

Mesmo admitindo que os números sejam inferiores aos que frei Manuel do Cenáculo referiu inicialmente, continuamos a falar de um excelente quantitativo de livros, que certamente deveriam ter implicado algum esforço financeiro na sua aquisição. Se ao esforço financeiro para aquisição de livros, juntarmos a diligência com que se empenhou ativamente para conseguir edificar uma Igreja Catedral em Beja³⁵⁷, verificamos que encarou a sua missão em Beja com toda a seriedade. Essa missão envolveu esforços certamente constantes, sendo que a instrução e a criação de condições favoráveis para o seu desenvolvimento representaram um papel central. Com efeito, embora não possamos quantificar em termos absolutos o número de volumes que terá deixado à Biblioteca de Beja, sabemos que a preocupação com a sua dotação esteve sempre presente. Nessa perspetiva, nem os grandes custos em termos de tempo e recursos financeiros que lhe seriam impostos pela construção da catedral, relegaram os livros, a dotação da biblioteca e também do museu, para um plano inferior. Aliás, ainda antes de se instalar em Beja, já frei Manuel do Cenáculo tinha solicitado licença para ler obras proibidas nesta instituição, constatando-se que, logo nos primeiros tempos de dedicação à sua diocese, trabalhou em prol da biblioteca. Às diligências para regulação do acesso por parte dos estudantes do seminário, sucederam-se posteriores cuidados de fundação do museu, que foi inaugurado em 1791. Quando o bispo começa, por circunstâncias do seu próprio percurso pessoal, a desenvolver esforços que haviam de conduzir à venda, doação de livros a outras instituições e à retirada para Évora, não deixa a instituição vazia e, não obstante todas as movimentações da sua coleção, a biblioteca fica bem dotada, como alguns volumes e uma boa coleção de raridades.

Neste projeto de criação ou dotação de instituições que pudessem contribuir para melhorar o acesso à instrução, surge uma vez mais, a associação entre bibliotecas e museus. Ambos são importantes para promover o acesso a um saber que se queria útil,

à sociedade e à religião, numa preocupação que, como pensamos ter vindo a ser demonstrado, foi uma constante ao longo da sua vida.

Outras bibliotecas

Na correspondência e diário do prelado encontram-se alusões a outros donativos de livros, feitos quer a conventos, quer a alguns particulares, para além das instituições que atrás referimos.

Um desses donativos foi, pelo que parece depreender-se da correspondência recebida por frei Manuel do Cenáculo, realizado à livraria do Mosteiro de S. Paulo, em Lisboa³⁵⁸. Com efeito, numa carta que lhe é dirigida em 31 de julho de 1797, o religioso frei José da Anunciação, faz rasgados elogios a Cenáculo e agradece-lhe a dádiva de várias obras para a livraria daquele mosteiro³⁵⁹. Apesar do agradecimento que parece confirmar a doação de algumas obras, a carta não possuiu qualquer outra indicação sobre quantos ou quais os livros incluídos nesta oferta.

Também o Mosteiro de Serra de Ossa foi objeto das atenções de frei Manuel do Cenáculo. Com efeito, a análise da rede epistolar do prelado permite constatar que as menções a uma oferta a esta instituição se encontram numa carta enviada, pelo prelado, ao reitor geral do Convento de São Paulo da Serra de Ossa, frei Dionísio de Deus. A epístola em latim, datada de julho de 1800, tem uma anotação onde se indica que a missiva foi acompanhada por cinco caixotes de livros, num total de 111 que Cenáculo oferecera a este religioso³⁶⁰. Não encontramos qualquer epístola que frei Dionísio tenha dirigido ao prelado numa data aproximada a esta, mas apenas uma missiva muito anterior, dirigida a partir de Coimbra, em abril 1778, de mera civilidade e desejo de boas festas³⁶¹. Contudo há, no diário de frei Manuel do Cenáculo um documento sem data, onde se encontra a descrição dos livros enviados à Livraria do Convento de Serra de Ossa, por altura da Sagração daquela Igreja³⁶².

Esta lista inclui 19 títulos de obras, com aproximadamente 48 volumes³⁶³. Um número substancialmente inferior ao referido na missiva supramencionada. Os documentos disponíveis não esclarecem se esta lista foi posteriormente aumentada, ou de estamos a falar de donativos diferentes para Serra de Ossa, pelo que não conseguimos avançar muito mais nesta matéria. Certo é que foi realizado um donativo à livraria deste convento, conhecendo-se a lista dos dezanove títulos que foram enviados.

Uma vez mais a identificação das obras nem sempre é clara, pelo que os dados que conseguimos compilar relativamente a algumas das suas características fornecem apenas uma aproximação, não sendo possível identificar com clareza todos os títulos e autores por consequência, a data em que os livros foram escritos.

Formatos	Nº
8º	11
12º	6
Desconhecido	2
Total	19

Tabela 10.
Distribuição do nº de títulos por formatos, do donativo ao Convento de Serra de Ossa

Fonte:
B.P.E. - Códice
CXXIX/1-18, f. 191

Em termos de formatos, o conteúdo do donativo privilegia os pequenos formatos, tal como procuramos demonstrar na tabela seguinte: [Tabela 10]

Com pode depreender-se pela análise da tabela que apresentamos, cujos números estão de acordo com os dados inscritos na própria listagem de livros, predominam os formatos mais pequenos, *in-8º* e *in-12º*, o que poderá indiciar que eventualmente se pretendiam enviar livros com maior “portabilidade”, em ordem a facilitar a sua consulta por parte dos religiosos do Convento.

Não conseguimos confirmar esta hipótese na documentação que consultamos a este respeito, não há relatos ou quaisquer outras informações anexas, quer às cartas, quer a esta lista. Contudo, e tendo em conta os diferentes dados que fomos coligindo ao longo do trabalho, que põe em evidência o papel de primordial que o livro sempre teve para Cenáculo, admitimos que a intenção do prelado, ao fazer este donativo, fosse a de enviar livros cujo formato facilitasse a sua consulta. Relevava-se dessa forma a possibilidade da sua utilização, em detrimento do envio de meros “objetos de coleção” para exposição, em grandes formatos e de difícil consulta.

Como reconhecemos atrás, não é possível identificar com clareza todos os títulos mencionados na listagem apresentada. Com efeito, dos 19 títulos apontados, não conseguimos recolher dados concretos acerca de nove. Dos títulos que conseguimos identificar, apenas um deles é de séculos anteriores. Todos os restantes são, praticamente, contemporâneos à época em que são enviados ao Convento (da mesma centúria).

No que respeita às temáticas predominantes, tomando como referencial o título com que são identificados, privilegiam-se as obras sobre Religião, com doze títulos, representando mais de metade dos mencionados, mais concretamente 63%. Existem também títulos de Filosofia, de Geografia, de História e de Literatura.

No que concerne a livros que, pelo título que ostentam, remetem para uma temática religiosa, destacamos as obras: Bonoti *De Existentia Dei*, obra de autoria de Bonnotti *Existentia Dei Metaphysice Assera*, impressa originalmente em Veneza, em 1770, de quatro tomos, cujo título remete para um ensaio acerca da existência de Deus. Segue-se a obra: *Selvaggi Institutiones canonicæ*, que pensamos ser a obra de *Giulio Lorenzo Selvaggio, Institutionum Canonicum [...]*³⁶⁴.

Este autor foi um canonista que viveu em Nápoles. Depois de ter ingressado no seminário de Nápoles, ordenou-se sacerdote em 1752, tendo-se dedicado ao estudo da História, Filosofia e Línguas Orientais. Tornou-se censor e examinador sinodal, e foi nomeado professor de Direito canônico em 1763, tendo posteriormente publicado esta obra, cuja primeira edição é realizada em Pádua, em 1770³⁶⁵. Seguem-se os *Sermões de Santo Agostinho aos Salmos*, que surgem como a obra mais antiga presente nesta lista, sendo que este é um autor que aparece repetidamente mencionado, quer em obras doadas, quer em obras citadas ou recomendadas para leitura por parte de Cenáculo. Outra obra que trata “assuntos religiosos” é a que surge identificada como Bailly *De Religione* que, de acordo com as informações que recolhemos, poderá tratar-se da obra de Louis Bailly – *Tractatus de vera religione, theologiae alumnorum usui accomodatus*³⁶⁶. A esta obra seguem-se outras três, cujo título nos remete para assuntos religiosos, mas sobre as quais não conseguimos recolher quaisquer outras informações. Estamos a falar de obras que surgem identificadas como Durin – *Tratado do amor de Deus*; Denina – *De Studio Theologicae* e ainda Richar. – *Defensa da religião*. De Jonh Opstraet destacamos a obra *De Locis theologicis*. De acordo com algumas informações que recolhemos este autor, nascido em 1651, foi um eminente religioso e teria tido algumas ligações ao pensamento jansenista³⁶⁷. Ainda dentro da temática religiosa temos outros títulos, sobre os quais não conseguimos reunir mais informação, que são Scaat[?] *De Locis Theologicis*; Witaci *De Locis Theologicis* e La Devocat *Tratado de Conciliis*. Por último, temos o título “Gubyon – *Biblioteca Eclesiástica sobre Religião*, que pensamos poder tratar-se da obra de Claude Marie Guyon *Bibliothèque ecclésiastique, par forme d'instructions dogmatiques et morales sur la religion*, impressa em Paris, entre 1771 e 1772, composta por oito volumes.

Na temática da Geografia identificámos a obra *Geografia Universal*, de Bufier e sobre a qual não conseguirmos encontrar mais dados.

No atinente à temática da Filosofia, incluimos o título *Curso filosófico*, de Altieri, sobre o qual também não nos foi possível reunir mais informações.

Na Literatura temos o título: Struvii *notitia res literariae*, obra de Bukhard Gotthelf Struve: *Introductio in notitiam rei Litterariae et usum Bibliothecarum* [...], cuja data de exata de edição não conhecemos, sabemos contudo que este autor viveu entre 1671 e 1738³⁶⁸. Ainda dentro da temática das Belas-Letras, temos o título *Ensaio de Bellas Letras* de Carlencas, o qual, de acordo com as pesquisas que realizamos, poderá corresponder à obra de Juvenel de Carlecas *Essais sur l'histoire des belles-lettres des sciences et des arts*, publicado em 1749.

Na História temos o título *História dos povos bárbaros*, Conte de Buat, que admitimos poder tratar-se de uma obra de Louis Gabriel Du Buat Nançay³⁶⁹, também conhecido por conde Buat.

Por último, temos ainda o título *Cartas de Hua mai a seu filho*, cuja temática não conseguimos identificar partindo apenas da referência feita. Admitimos no entanto que possa tratar-se da obra da Marquesa de Lambert – Anne Thérèse de Marguenat de Courcelles, intitulada *Avis d'une mère à son fils*, datada de 1726. Há ainda um outro título, a *História de Mariana*, segundo tomo, sobre a qual não conseguimos obter qualquer informação complementar.

Como podemos depreender pela análise e identificação dos livros mencionados, há um predomínio claro da temática religiosa, existindo obras noutras temáticas com a distribuição mais ou menos equitativa³⁷⁰, tal como procuramos demonstrar no gráfico: [Gráfico 14]

Não consideramos o predomínio da temática religiosa neste donativo surpreendente. Trata-se de uma oferta que tem por destino um convento, logo não será de estranhar que se privilegiem livros sobre matérias religiosas. Contudo, uma vez mais, há alguma heterogeneidade de obras.

Em outubro de 1779 o bispo de Beja faz também um pequeno donativo de livros que envia para as paróquias sob a sua jurisdição de Moura e Serpa, no qual se incluem exclusivamente livros religiosos, entre os quais algumas pastorais, livros de meditações, livros de ritos e breviários³⁷¹.

Um ano depois, em setembro de 1780, dá nota da intenção de distribuir pelo bispado livros de instrução, pelo que, depois de ter dado cinquenta livros à Escola de Ler e Escrever da cidade, tinha agora intenção de pagar a impressão de mais mil exemplares, para distribuir pela diocese. O documento não contém dados completamente esclarecedores acerca de quais são estes livros, informando que se trata de uma edição de Roma³⁷².

Em 1781 é a vez da Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa, que como já atrás expusemos acabou por acolher os fundos da Biblioteca do Convento de Jesus, receber uns livros enviados por frei Manuel do Cenáculo, algo que fica registado em carta datada de 19 de junho de 1781, enviada por Francisco José Correia da Serra³⁷³. Não se encontram mais informações respeitantes a este envio, a não ser o agradecimento pela sua entrega por intermédio de Joaquim José da Costa e Sá.

Já na década de 90, no dia 22 de novembro de 1794, envia à sua nova paróquia de Nossa Senhora de Tróia, um baú que inclui algumas peças de culto e também livros, como Missais e Rituais³⁷⁴.

A numerosa documentação consultada, nomeadamente o diário, demonstra similarmente que os livros foram utilizados, por vezes, como presentes que ofereceu a determinadas personalidades, como a marquesa de Alvito³⁷⁵ ou José Inácio de Miranda Henriques³⁷⁶. Também o bispo de Pequim, D. Alexandre Gouveia, antes de partir para a sua diocese foi contemplado com alguns livros. Há uma lista contendo a descrição dessa oferta, da qual constam pouco mais de duas dezenas e meia de títulos de livros e ainda algumas pinturas,

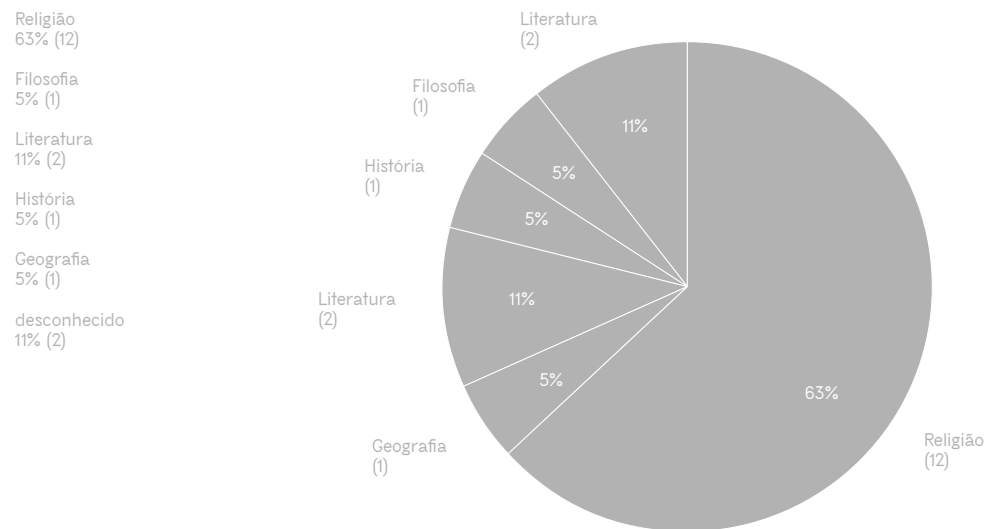


Gráfico 14
Distribuição % dos
títulos por temáticas,
do donativo ao Convento
de Serra de Ossa

Fonte:
B.P.E. – Códice
CXXIX/1-18, f. 191

moedas e uma pequena caixa como alguns lenços e pares de meias³⁷⁷. Em outubro de 1782, quando se despede de dois Padres, são também os livros que o bispo de Beja utilizado como presente de despedida³⁷⁸.

Os livros estão, desta forma, constantemente integrados nas atividades do prelado pacense. Encontram-se nas diligências para a fundação ou dotação de bibliotecas públicas, mas também nos esforços de dotação de alguns pequenos conventos ou paróquias. Paralelamente são oferecidos como presente, em diferentes circunstâncias, a distintos interlocutores que se cruzaram com o bispo de Beja.

Globalmente, a apreciação das diligências em torno da oferta de livros e dotação de bibliotecas, reflete, uma vez mais, que os livros foram encarados pelo bispo Pacense como instrumentos para melhoria da instrução e do saber.

Cumprir notar que, ao assumir o cargo de pastor de Beja, Cenáculo não se preocupou em tratar exclusivamente “das almas” do seu rebanho e respetiva instrução. O bem-estar e as carências materiais da população sob a sua jurisdição não foram esquecidos. Por isso, quando chega à diocese alentejana, diligencia não só sobre questões que se prendem com a direção religiosa do bispado, mas também sobre a criação de condições para assistir as populações. Nessa perspetiva, logo em 30 de janeiro de 1778, envia aviso a seis médicos da cidade, para que estes se repartissem por seis zonas da cidade e tratassem de forma gratuita os pobres. Compromete-se a pagar-lhes pelos seus serviços, em cada ano, trinta alqueires de trigo, algo que foi aceite³⁷⁹. Em maio do mesmo ano publicam-se, igualmente com o apoio de Cenáculo, os Estatutos da Nova Associação dos Advogados da cidade, para advogarem gratuitamente as causas dos pobres, debaixo da proteção de S. Ivo, da qual o nosso bispo era presidente³⁸⁰.

Serão porventura sinais de um espírito do seu tempo, de alguém que está atento às múltiplas necessidades do seu povo e que está persuadido que é na correlação entre as melhores condições de vida e o conhecimento dos valores fundamentais da religião, que se criam cristãos mais conscientes e defensores do bem comum, no qual se inclui a defesa da religião.

Estamos perante uma personalidade que transmite sinais de modernidade e de compreensão dos fenómenos da época. Um clérigo que, numa carta de agosto de 1780, manifestava já preocupações com o enterramento nas Igrejas e com as implicações nefastas que isso poderia ter em termos de saúde pelo perigo de contágio e propagação de doenças³⁸¹. Alguém a quem, logo em setembro de 1806, se escreve pedindo ajuda no sentido de convencer o povo a deixar os filhos tomar determinada vacina³⁸². Se tivermos em conta que a primeira vacina que se conhece foi para a Varíola, introduzida por Edward Jenner, em 1798, parece-nos um sinal revelador do prestígio atribuído a Cenáculo e da modernidade que lhe seria reconhecida que, logo em 1806, se fale em introduzir uma vacina em Portugal e se peça a este prelado auxílio para esse fim. Realce-se porém que não conseguimos recolher mais dados sobre qual a vacina a que este interlocutor se estaria a referir, nem sobre se este plano avançou ou não³⁸⁵. Assim, parece perpassar a ideia que o país não só não se encontraria “tão atrasado” em relação a algumas novidades do tempo, como também se esperava que o erudito frei Manuel do Cenáculo estivesse informado sobre estes assuntos. A carta parece, assim, demonstrar que o marquês de Alorna confiava que o bispo tivesse conhecimento destes avanços e aceitasse, com naturalidade, persuadir os párocos sob a sua jurisdição a instarem as populações a permitirem a sua utilização.

Em suma, sinais que evidenciam e dão mostras que frei Manuel do Cenáculo está fortemente preocupado com a saúde das suas populações, em sentido lato: espiritual e religiosa, sanitária e clínica e com a quantidade de pobres. E como homem das Luzes, atento aos ecos das ciências e das sínteses sobre o bem público, envolve-se numa prática de serviço em favor da utilidade social. Quanto a nós, sinais de modernidade de um clérigo atento, instruído e ciente dos valores da época, que dedicou muito do seu tempo a diligenciar no sentido de lhes corresponder. As ações no campo dos livros, os donativos realizados, as ações de dotação bibliotecas dão precisamente mostra desse espírito moderno. Usou os livros como instrumento de construção de saber, pensou as bibliotecas como local onde a erudição, proporcionada pelos livros e outros objetos museológicos, encontrava a sua concretização, olhando-as como um meio pelo qual os homens poderiam encontrar a felicidade “de conhecer bem e ser virtuoso”, bem na linha dos ideais Iluministas da época.

1. Cf. José Esteves Pereira, “Ribeiro Santos, Cenáculo e a Criação da Biblioteca Pública”, em *frei Manuel do Cenáculo Construtor de bibliotecas*, coord. Francisco A. L. Vaz e José A. Calixto. (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006), 11-23.
2. Vaz, “As bibliotecas e os livros...”, 483 a 493.
3. Nota é parcialmente em: Maria Manuela Domingos, “Biblioteca de bibliotecas. A gênese da Biblioteca Pública no Pensamento de Cenáculo”, em *frei Manuel do Cenáculo Construtor de bibliotecas*, coord. Francisco A. L. Vaz e José A. Calixto. (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006), 25-47.
4. “Dei este Papel em 4 de Julho p. Raynaldo M. el fazer a Planta: levou o original ficou esta cópia”, B.P.E. – Códice CXXVIII 2-5, f. 312-313.
5. Vaz, “As bibliotecas e os livros na obra...” 483 a 493.
6. Amado, “Biblioteca e ordens dos saberes...”, 23 a 44.
7. Vaz, “As bibliotecas e os livros...”, 483-493.
8. Optaremos por uma questão de comodidade de redação do texto por chamar Biblioteca Nacional à instituição, ainda que a designação da Biblioteca tenha conhecido modificações ao longo dos tempos.
9. Os contributos que daremos focalizam-se essencialmente na tentativa perceber a importância que frei Manuel do Cenáculo teve para a gênese deste projecto. Similarmente faremos a abordagem ao donativo que realizou a este estabelecimento. Note-se porém que o devir desta instituição abarca muito mais contributos, os quais, por razões que se prendem com a centralidade da actuação de frei Manuel do Cenáculo no nosso trabalho, não traremos aqui.
10. Domingos, *Subsídios para...*, 15-20.
11. Cf. Domingos, *Subsídios para...* e Domingos, *Materiais para a História...* Nestes trabalhos a autora faz um esforço de explicitar e disponibilizar diversas fontes e materiais existentes para construir um melhor conhecimento acerca deste estabelecimento.
12. Cf. Vaz, “As bibliotecas e os livros...”, 483-498. Cf. Calixto, Vaz, coord., *frei Manuel do Cenáculo...*
13. Subscrevendo Maria Teresa Amado, a Biblioteca, tal como a linguagem, não pode ser entendida com um veículo exclusivo de transmissão e armazenagem de memórias e informação. É também um meio e suporte material de criação de novas áreas de saber, sendo que também as condiciona. Cf. Amado, “Biblioteca e ordens...”, 23-43.
14. Amado, “Biblioteca e ordens...”, 23-43.
15. Cf. Eco, *A Biblioteca...*, 15-23.
16. Cf. Fernandes, “Uma Biblioteca Ibérica...”, 123-142. Na mesma linha de pensamento parece seguir também Diogo Ramada Curto, colocando a ênfase nas consequências que essas relações suscitam em termos de pensamento defendido, considerando que muitas das sociabilidades intelectuais peninsulares terão permitido a criação de bases para uma reação crítica frente à atração exercida pela França na primeira metade do século XVIII. Curto, “A História do...”, 34-38.
17. Robert Darnton, *Gens de Lettres, Gens du Livre* (Paris: Editions Odile Jacob, 1992), 189-191.
18. Cardoso, *Ler na Livraria...*, 17-23.
19. Cardoso, *Ler na Livraria...*, 19.
20. Oliveira, *A paixão da História...*, 11.
21. Francisco Aguilar Piñal, *La Biblioteca de Jovelano 1778* (Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas / Instituto Miguel Cervantes, 1984), 10-12.
22. Vaz, “A ideia de Biblioteca Pública...”, 169-184.
23. Martinez Martin, *Lectura y lectores...*, 4-6.
24. Cf. Oliveira, *A paixão da História...*, 10.
25. Raúl Proença, “Antecedentes e origens da Biblioteca Nacional de Lisboa”, *Anais das bibliotecas e arquivos*, s. 2, 7, (11), (1922), 154.
26. B.N.M. – Ms. 2227, fl. 67-72
27. Sublinhado nosso.
28. B.N.M. – Ms. 2227, fl. 67-72
29. B.N.M. – Ms. 2227, fl. 73-74.
30. Domingos, “A Primeira Biblioteca Pública...”, 59-60.
31. Domingos, “Para a História...”, 137-138.
32. A administração destes valores esteve até 1788 entregue a uma “Junta do Subsídio Literário” que funcionou em paralelo com o erário público. Cf. Domingos, “Para a História...”, 137-138.
33. A.N.T.T. – Ministério do Reino, L. 362, f. 113v.-114, *apud* Domingos, “A caminho da Real...”, 139-141.
34. B.P.E. – Códice CXXVIII 2-17, nº1.
35. Há algumas obras para as quais não encontramos qualquer referência à data de edição e que incluímos no conjunto “indefinido”.

36. B.P.E. – Códice CXXVIII/2-17, nº 2
37. Edição publicada por *Guy Michel le Jay* – a grande Bíblia Poliglota Parisiense, em 7 línguas – hebraica; samaritana; caldaica; grega, siríaca, latina e arábica que conteria a primeira edição do Pentateuco Samaritano pelo oratoniano *Jean Morin*. Cf. William Johnstone, *The Bible and the Enlightenment. A case study: Alexander Geddes 1757-1802* (Londres: T & T Clark International, 2004), 82.
38. A “Gallia Christiana” é um catálogo documentado com notícias sobre todas as dioceses e abadias de França, desde tempos antigos. A edição seria da responsabilidade dos irmãos de *Sainte-Marthe*, cujos trabalhos conheceram diversas edições e ampliações. Informação recolhida na “*The original Catholic Encyclopedia*”, http://oce.catholic.com/index.php?title=Gallia_Christiana, 19 de maio de 2010.
39. Obra de Jan de Meurs – “*Opera Omnia in plures tomos distributa quorum quaedam in hac editione primum parent Ioannes Lamius Historiae Ecclesiasticae in Atheneo Florentino Professor recensabat, et scholiis illustrabat.*”, de 12 volumes (11 vol. e índice). “Via Libri” http://www.vialibri.net/item_pg/1242852-1741-meursius-joannes-meurs-jan-opera-omnia-plures-tomos-distributa-quorum.htm, 12 de setembro de 2010.
40. Admitimos tratar-se de: *Le Dictionnaire géographique historique et critique* de Antoine-Augustin Bruzen de La Martinière (la Haye et Amsterdam, 1726, 10 vol. in-fol.). O nono volume desta obra pode ser consultado em: <http://books.google.pt/books>, 12 de setembro de 2010.
41. B.P.E. – Códice CXVII/2-11, f. 96
42. Caetano Pecci foi reitor do Colégio dos Nobres de acordo com informações recolhidas em: Rômulo de Carvalho, “O recurso a pessoal estrangeiro no tempo de Pombal”, *Revista de História das Ideias*, 4, t. I. (1982): 114-115.
43. B.P.E. – Códice CXVII/2-11, f. 97
44. “Faz-se indispensável para a Bibliotheca huma caza vasta, bem proporcionada, magestoza, capaz de muitos mil volumes, sendo regulada pelas Bibliothecas Publicas da Europa, em algumas das quaes há cem, duzentos, trezentos mil, e mais volumes, e Caza, que seja disposta para huma aquisição, que ainda sendo ora frequente, ora Lenta, comtudo hade ser perpetua, e ilimitada. No mesmo pavimento da Bibliotheca devem haver Seguintes cazas: [...]” Cf. B.P.E. – Códice CXXVIII/2-5, f. 322-323, publicado em Vaz, coord, *Os livros e as bibliotecas...*, 296.
45. Cenáculo é o modelo do anticómano erudito, Cf. Brigola, “Coleccionismo e Anticomania...”, 249-263.
46. B.P.E. – Códice CXXVIII/2-5, f. 322-323. Cf. Vaz, coord, *Os livros e as bibliotecas...*, 296.
47. A decisão de recolher na Mesa livros dos colégios dos Jesuítas regista-se em junho de 1773. Cf. Domingos, “Para a História...”, 140. Há alguma documentação na B.P.E. concernente a encargos com a transferência dos livros dos jesuítas a partir do Colégio do Espírito Santo. A este propósito veja-se Fundo do Colégio do Espírito Santo – Livro 3, 4 e 5.
48. B.P.E. – códice CXXVIII/1-16., f. 2G.
49. Sobre algumas das compras realizadas veja-se o que escreveu Domingos, “Para a História...”, 142-144.
50. Domingos, “Para a História...”, 143.
51. A.N.T.T. – Ministério do Reino, L. 362, f. 362, *apud* Domingos, “Para a História...”, 143.
52. A.N.T.T. – Ministério do Reino, L. 362, f. 123, *apud* Domingos, “Para a História...”, 143.
53. B.P.E. – Códice CXXVIII/2-16, f. 41.
54. Decreto do rei D. José de 2 de outubro de 1775.
55. Domingos, “A Primeira Biblioteca...”, 66-67.
56. A.N.T.T. – Ministério do Reino, Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, L. 362, f. 181-184. Cf. Domingos, “A caminho da Real Biblioteca...”, 153-156.
57. B.P.E. – Códice CXVIII/2-20, nº49.
58. Domingos, “Para a História...”, 150.
59. B.P.E. – Códice CXXVIII/1-1, f. 58-59.
60. B.P.E. – Códice CXXVIII/2-5, nº22.
61. B.P.E. – Códice CXXVIII/1-10, nº38.
62. B.P.E. – Códice CXXVIII 1-10, nº69.
63. Estas cartas, que se encontram na B.P.E. – Códice CXXVIII 1-10, aludem a partir da sua prisão, à “desgraça” em que vive. Em muitas dessas missivas solicita esmola e auxílio a Cenáculo, tendo conseguido que o Bispo lhe envie algum dinheiro. Disso é exemplo a carta de 09-08-1779, na qual Alexandre Ferreira agradece as 12 moedas que lhe forma enviadas pelo Bispo, Códice CXXVIII 1-10, f. 92. Existem outras cartas, enviadas por este correspondente antes de ser preso, que abordam questões várias inclusive alusões a negociações em torno de livros e respectivos pagamentos.

64. Nuno Gonçalo Monteiro, “A queda de Pombal, o reformismo e a conjuntura de guerra (1777-1807)”, em *História de Portugal* (Lisboa: Esfera dos livros, 2009), 427.
65. Depois de frei Manuel do Cenáculo se retirar para Beja, logo em 1779 encontramos o *Arcebispo da Lacedemonia* a exercer na plenitude as funções de Presidente da Mesa. Cf. Martins, “A censura literária...”, 59.
66. Cf. Martins, “A censura literária...”, 59.
67. Proença, “Antecedentes e origens...”, 157.
68. Proença, “Antecedentes e origens...”, 157.
69. Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional – Livro 642, p. 2-8, *apud* Domingos, “A caminho da Real...”, 157-160.
70. Domingos, “A caminho da Real...”, 157-160.
71. Ao referimos “nova Biblioteca” estamos a designar já a instituição que aproveitará os fundos da Biblioteca da Mesa Censória e que será mandada erigir pela Rainha.
72. Cf. Domingos, “A caminho da Real...”, 145.
73. Este alvará pode ser consultado na Biblioteca Nacional Digital, http://purl.pt/303/2/bad-6195-v_PDF/bad-6195-v_PDF_24-C-R0075/bad-6195-v_0000_capa-7_t24-C-R0075.pdf, 26 de maio de 2010.
74. Proença, “Antecedentes e origens...”, 159.
75. B.N.P. – Códice 4708, f. 1 e seguintes. Cf. Dias, *Inéditos...*, 49-72.
76. Julgamos que está a referir-se aos tempos em que Cenáculo exerceu a Presidência da Mesa Censória e às suas diligências de formação da sua Biblioteca.
77. B.P.E. – Códice CXXXVIII/2-10, f. 109, 113-114 e 116-118. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 189-191.
78. B.P.E. – Códice CXXXVIII 2-10, f. 120.
79. B.N.P. – Códice 4708, f. 22, Cf. Dias – *Inéditos de...*, 49-72.
80. B.A.C. – Códice 261, série vermelha, f. 13-14.
81. B.N.P. – Códice 4708, f. 24. Cf. Dias – *Inéditos de...*, 49-72.
82. B.N.P. – Códice 8549, f. 181-182. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 189-191.
83. B.N.P. – Códice 4708, f. 26, Cf. Dias – *Inéditos de...*, 49-72.
84. B.A.C. – Códice 261v, fl. 25 e 26.
85. Julgamos estar a referir-se a Joaquim José da Costa e Sá.
86. B.N.P. – Códice 4708, f. 28, Cf. Dias – *Inéditos de...*, 49-72.
87. Transcrita em: Gusmão, *Catálogo...*, 212-213.
88. B.P.E. – Códice CXXVIII/1-1, f. 181-182.
89. A carta dá ainda nota da futura visita de Luís Pinto, que iria de propósito uma tarde, para ver os “*Mapas de Portugal*” que Cenáculo enviara.
90. A perspectiva de recebimento dos ordenados deveria ter tido muito peso.
91. Krystof Pomian, *El orden del tiempo, Série Síndesis* (Júcar: Ediciones Júcar España, 1990), 15.
92. B.N.P. – Códice nº 11522, disponível na “Biblioteca Nacional Digital”, <http://purl.pt/6382>.
93. B.N.P. – Códice nº 11563, disponível na “Biblioteca Nacional Digital”, <http://purl.pt/6383>.
94. B.N.P. – Códice nº 11525, na “Biblioteca Nacional Digital”, <http://purl.pt/5944>.
95. B.N.P. – Códice nº 11524.
96. É possível que o número seja ligeiramente superior, uma vez que não há uma identificação concreta do número de volumes para todos os títulos.
97. B.N.P. – Códice nº 11524.
98. Forma como aparece referido no documento original.
99. Documento disponível em: <http://purl.pt/6382>.
100. B.N.P. – Códice nº 11524.
101. Procuramos avaliar onde existiram mais alterações e em qual destes segmentos se produziu maior acréscimo.
102. A propósito desta doação dos Teatinos Cf. Domingos, *Subsídios para...*, 93-97.
103. O exemplo dado por Bayer ao doar a sua Biblioteca, que tratamos em capítulo anterior, também poderá ter exercido, em nosso entender, alguma influência.
104. Esta é a designação com que são classificados no catálogo. Uma primeira versão destes dados foi por nós apresentada em Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 319.
105. Cf. Wittmann, “Hubo una revolución...”
106. Muitas vezes manuscritos raros e de elevado valor, assim como alguns dos impressos.
107. Salientamos também que os dados do catálogo geralmente não fornecem mais indicações sobre a data da edição, não sendo possível obter a informação sobre se trata, ou não, uma 1ª edição. Assim,

os dados obtidos são tendências com base na edição presente nos livros do catálogo.

108. Admitimos que muitos destes espécimes mais antigos rareavam e seriam objecto de desejo por parte de vários colecionadores nacionais e estrangeiros, a que se associava o elevado valor económico de muitas destas edições, o que seguramente terá colocado entraves à sua aquisição e obtenção no mercado.

109. Utilizamos a expressão querendo designar o prestígio da nação.

110. Sobre o seu papel enquanto reformador dos estudos ver, entre outros: Marcadé D. *Frei Manuel do Cenáculo... e também Caeiro*, “frei Manuel do Cenáculo. Aspectos...”

111. Com esta expressão pretendemos significar a divisão, já existente no catálogo, entre livros impressos de determinada temática e manuscritos.

112. Uma vez mais, não foi possível, tal como aconteceu para as datas, identificar claramente o formato da edição para todas as obras, uma vez que essa informação nem sempre é disponibilizada no catálogo.

113. Por comodidade de apresentação gráfica dos dados, voltamos a identificar os diferentes tomos do donativo por tomo I, II e III, seguindo a mesma organização do gráfico anterior.

114. Neil Harris, *Paper and watermarks as bibliographical evidence. Text for course at the Ecole de l'Institut d'histoire du livre Lyon* [policopiado] (Lyon: École de l'Institut d'histoire du livre, 2009), [s.n.]

115. Febvre e Martin, *O aparecimento...*, 118-122.

116. Neil Harris, *Paper and watermarks as bibliographical evidence* [texto policopiado] (Lyon: École de l'Institut d'histoire du livre, 2009), 66-69.

117. Harris, *Paper and watermarks as bibliographical*, 66-69.

118. Febvre e Martin, *O aparecimento...*, 118-122.

119. Realce-se que tratamos os livros de Poligrafia enquanto as colecções de obras sobre muitos ramos do saber, científicas ou literárias, excepto as colecções que respeitavam a assuntos eclesiásticos, que foram tratados como livros de Ciências Eclesiásticas. Por sua vez, na Miscelânea foram apenas os compreendidos os livros assim identificados e os Epistolares.

120. Tomo II deste catálogo, folha 21.

121. Uma vez mais tornou-se difícil reconhecer com clareza a que temática pertencia cada subdivisão do catálogo. É o caso de categorias como as “Artes

e Ofícios”, ou de subdivisões como a “Física”, a qual foi incluída na categoria “desconhecido”. Saliente-se que no gráfico não se representam as categorias sem representatividade numérica neste tomo, ainda que considerássemos, para efeitos de cálculo, as mesmas categorias, pré-definidas no catálogo, para os impressos.

122. Chartier, *As utilizações do objecto impresso...*, 10-14.

123. Brigola, “Coleccionismo e anticomania...”, 249-250.

124. Manuel Patrocínio, “O tema do orientalismo no espólio Cenaculano – Perspectivas Críticas”, (*Workshop bibliotecas e Leitura Pública nos séculos XVIII-XX*. Évora. CEHFC – Universidade de Évora. 31 de maio 1 de junho, 2007), 6.

125. Cf. Castelao, *Libros y lectura...*, 149.

126. Rey Castelao, *Libros y lectura...*, 145-149.

127. Burke, *A Social History...*, 177.

128. Manguel, *Uma História da Leitura...*, 1-10.

129. Veja-se também, sobre este catálogo de livros Domingos, “Casa dos Livros de Beja...”

130. “Jacques L’ Énfant”, <http://www.biblio.com>, 11 de junho de 2010.

131. “Daniel Le Clerc”, <http://www.biu-toulouse.fr/sicd/services/sla/origines>. HTM, 11 de junho de 2010.

132. Fólio 32 verso.

133. “Fundação Zacuto” <http://www.zacuto.org/>, 14 de junho de 2010.

134. Fólio 32 verso.

135. Fólio 16, tomo II.

136. Fólio 5 e 5 v, tomo II.

137. Fólio 21.

138. Tomo III, fólio 13.

139. Fólio 22, tomo III.

140. Folia 26, tomo III.

141. Biblioteca Nacional Digital, <http://purl.pt/14442/2>, 14 de junho de 2010.

142. Fólio 30 verso, tomo III.

143. Machado, *Um colecionador...*, 20.

144. Relembramos a definição de público da época, a que já aludimos quando tratamos a Biblioteca do Convento de Jesus, que compreendia uma minoria de educados e ilustrados.

145. Caeiro, *Dispersos...*, 367-368.

146. Rey Castelao, *Libros y lectura...*, 726.

147. Cumpre reconhecer que e não poderemos recuperar esses efeitos neste estudo, uma vez que implicava um estudo mais aprofundado, apenas sobre a Instituição Biblioteca Nacional, implicando o acesso a estatísticas sobre utilizadores,

tipologia, frequência e objectivos de utilização subjacentes a essa frequência.

148. Documento disponível em Biblioteca Nacional Digital, http://purl.pt/6382_21-02-2008.

149. B.P.E. – Códice CXXVII 2-3, nº 367.

150. B.P.E. – Códice 4708, f. 34. Cf. Dias, *Inéditos de António...*, 61.

151. B.P.E. – Códice CXXVII 2-3, Nº 373.

152. B.P.E. – Códice CXVIII 1-1, f. 226-227.

153. B.N.P. – código 4713, f. 103.

154. B.P.E. – código CXXVIII 1-1, f. 230-231.

155. Essa urgência foi ainda mais acentuada porque, não obstante a demora na observância da “obrigação” do pagamento da mercê solicitada por frei Manuel do Cenáculo, continuaram a ser-lhe feitas exigências de cumprimento das suas obrigações financeiras à Coroa. É o caso do pagamento da colecta eclesiástica, ordenada em carta de Rodrigo de Sousa Coutinho de 25 de agosto de 1801. B.P.E. – código CXXVII 2-14, f. 36. Recorde-se que este pagamento é cumprido em janeiro de 1802, cf. – B.P.E. – código CXXVII 2-14, f. 40. Por esta altura ainda se empreendiam diligências para a remuneração devida ao prelado Pacense.

156. B.P.E. – código CXXVIII 2-5, “*Relação dos factos que na sua simplicidade e verdade manifesta qualificar a boa administração da Província da Ordem Terceira da Penitência em os nove annos que decorreram desde Março de 1768 até Fevereiro de 1777*”, f. 53 a 63. Cf. Vaz, coord., *Os Livros e as bibliotecas...*, 297.

157. B.P.E. – código CXXVIII 2-5, f. 53 a 63.

158. A mesma autorização do definitório para se edificar a livraria encontra-se num manuscrito da B.A.C. – Ms. 353, série vermelha “Manual dos Monumentos Verídicos para servirem à Crónica da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco de Portugal”, Tomo II.

159. B.P.E. – código CXXVIII 2-5 f. 53 a 63.

160. Ayres, Cristóvão, *Boletim Bibliográfico da Academia das Sciencias de Lisboa*, s. 1, nº1 (1910), [Miscelânea].

161. BAC – ms. 353 Manual dos Monumentos verídicos, frei Vicente Salgado apud Bethencourt, *A Biblioteca da Academia Real...*, 8.

162. 28. 376\$047 réis é a quantia exata.

163. O valor exacto são 11.996\$821.

164. BAC. Ms. 694, série vermelha, vol. II “Elogios Históricos dos Ex.os e Ver.os Arcebispos e Bispos Professos na Congregação da Terceira Ordem de Portugal”.

165. B.P.E. – Códice CXXVIII/1-4, doc nº 122.

166. B.P.E. – Códice CXXVII/2-9, f. 194, Cf. nº 3753, Gusmão – *Catálogo...*

167. B.P.E. – Códice CXXVII/2-14, cf. nº 4592, Gusmão – *Catálogo...*

168. B.P.E. – Códice CXXVIII 1-4, cf. nº122, Gusmão – *Catálogo...*

169. Cf. Ribeiro, “*Apontamentos históricos...*”

170. Ribeiro, “*Apontamentos históricos...*”

171. Para este estudo o autor toma, como principal base de referência, o “*Manual dos Monumentos Verídicos para servirem à Crónica da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco de Portugal*”, que actualmente se pode encontrar na Biblioteca da Academia de Ciências. Cf. B.A.C. – Ms. 353, série vermelha.

172. B.A.C. Ms. 950, série vermelha.

173. B.A.C. Ms. 802, série vermelha. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 49-99. Fez-se a análise das epístolas enviadas pelo Bispo de Beja, incidindo particularmente nas cartas que foram enviadas em 1795, ano do catálogo do donativo que referimos anteriormente.

174. B.A.C. – Ms. 802, série vermelha, f. 175-176. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 49-99.

175. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 49-99.

176. B.A.C. Ms. 802, série vermelha, f. 110. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 49-99.

177. B.A.C. Ms. 802, série vermelha, f. 85. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 49-99.

178. Julgamos tratar-se dos “Pandectos florentinos”. “Enciclopédia Britânica” <http://www.britannica.com/eb/article-9058239>, 21-09-2011. Os Pandectos, do latim *Pandectae*, também chamados de *digest*, são uma coleção de escritos de juristas romanos, reunidos em 50 livros, que foram compilados por ordem do imperador Justiniano, pelo jurista *Tribonian*. Um manuscrito desta compilação foi guardado em Florença e foram realizadas algumas primeiras impressões desse manuscrito. Aventamos a hipótese de Cenáculo se estar a referir a uma dessas impressões do manuscrito original.

179. B.A.C. Ms. 802, série vermelha, f. 85. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 49-99.

180. B.A.C. Ms. 802, série vermelha, f. 117. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 49-99.

181. B.A.C. Ms. 802, série vermelha, f. 114. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 49-99.

182. Embora existam cartas enviadas por frei Plácido Barroco ao Bispo, não encontramos alguma que corresponda a limites cronológicos condizentes com esta missiva de Cenáculo.

183. Mencionados na carta de 6 de junho.

184. Carta do dia 4 de julho, B.A.C. Ms. 802, série vermelha, f. 83. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 49-99.

185. As espécies referidas são a Bíblia Moguntina (que acabará por doar em 1807), Bíblia de Ximenes fólío, Bíblia de Ferrara de 1553 fólío, Liturgia *Suecia Ecclesia* fólío, que considera valerem bem os 800 mil reis.

186. B.A.C. Ms. 802, série vermelha, f. 83. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 49-99.

187. B.A.C. Ms. 802, série vermelha, f. 16. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 49-99.

188. B.A.C. Ms. 802, série vermelha, f. 387-387. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 49-99.

189. B.A.C. Ms. 802, série vermelha, f. 21. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 49-99.

190. B.A.C. Ms. 802, série vermelha, f. 75. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 49-99.

191. B.A.C. Ms. 802, série vermelha, f. 112. Cf. – Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 49-99.

192. B.A.C. Ms. 802, série vermelha, f. 379 e 391. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 49-99.

193. Cf. Peter Burke, *Sociologia e História* (Porto: Edições Afrontamento, 1991), 68-70 e António Manuel Hespanha, *Poder e Instituições no Antigo Regime* (Lisboa: Ed. Cosmos, 1992).

194. B.A.C. Ms. 802, série vermelha, f. 217. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 49-99.

195. B.P.E. – Códice CXXVII/1-1, nº 105, nº 106 e nº 107. Cf. Gusmão, *Catálogo...*

196. B.P.E. – Códice CXXVII/2-12, f. 341. Carta de 14-07-1795. Cf. nº 4123 Gusmão, *Catálogo...*

197. B.P.E. – Códice CXXVII/2-9, f. 194. Cf. nº 3753 Gusmão, *Catálogo...*

198. B.P.E. – Códice CXXVII/2-14, f. 208. Cf. nº 4592 Gusmão, *Catálogo...*

199. B.P.E. – Códice CXXVII/1-1, nº 105.

200. Que se tornou a proprietária dos fundos do antigo convento depois da Lei da Extinção dos Conventos, decretada em pleno período Liberal em Portugal.

201. Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*, [Ed. David Lopes] (Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 2, 1915)

202. Encontra-se no número 19, do Gab. 5, estante 11.

203. A este respeito vejam-se as cartas recebidas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, B.P.E. código CXXVII/2-14, f. 25-43.

204. Como foi sustentado por Francisco Vaz, em termos de bibliofilia Cenáculo não demonstrou avareza, não se limitando a comprar e guardar ciosamente o seu tesouro, fazendo avultadas doações e vendas a livreiros e instituições. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 22.

205. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 25.

206. Cartas enviadas: Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...* Cartas recebidas – B.P.E. – Códice CXXVIII /1-2

207. B.A.C. Ms. 950, Série Vermelha, f. 1-5v.

208. Por questões de maior facilidade na apresentação gráfica de alguns dados optámos por chamar-lhe “2º donativo”, embora seja apenas um acréscimo aos livros do mesmo catálogo.

209. Veja-se o caso da Bíblia de Mongúcia.

210. B.A.C. – Ms. 802, série vermelha, f. 175-176.

211. B.A.C. – Ms. 802, série vermelha, f. 83.

212. A criação de bibliotecas e a sua dotação era uma forma de contribuir para a felicidade pública que iria advir da instrução e formação que tal instituição possibilitaria. Por isso, a Biblioteca apresenta-se como uma instituição útil, que só faz sentido enquanto mantiver essa sua característica de préstimo público. A exigência feita por Cenáculo, impondo que esta Biblioteca estivesse aberta ao público em determinados dias da semana não surgirá assim fortuitamente. A dotação com “monumentos que a honrem”, muitos dos quais manuscritos ou obras dos primórdios da imprensa corresponde analogamente, a uma perspectiva de engrandecimento da instituição. Monumentos de honra, apreciados do ponto de vista do colecionador, obras que enaltecem e engrandecem a congregação que as custodiava.

213. Uma vez que não conseguimos discernir, partindo em exclusivo do título, as línguas de edição de muitas obras, optámos por não contabilizar números de títulos em cada língua, uma vez que os dados que obteríamos não representariam de forma exata esta coleção. Assim, e uma vez que valoramos a existência de línguas diferentes como um sinal da diversidade que Cenáculo queria dar à coleção incluída no donativo, optámos por identificar apenas as línguas que encontramos nestes títulos.

214. Recorde-se que parte dos livros do Velho Testamento foi escrita em hebraico e em aramaico. Escreveram-se também livros do Velho Testamento: os livros da Sabedoria, o 2.º Macabeus e parte do de Daniel, em grego. Em grego escreveram-se também os livros que compõem o Novo Testamento, à exceção do evangelho de S. Mateus que se pensa ter sido originalmente escrito em aramaico, mas do qual só se sabe se conhece a versão grega “Chatholic Encyclopedia”, <http://www.newadvent.org/cathen/>.

215. Patrocínio, “O relato de viagem de Pérez...”, 12.

216. Optámos por considerar as obras de História da Religião numa área diferente da História em Geral, não porque não se tratam de obras de história, mas para destacar a importância deste tipo de obras no conjunto do donativo.

217. Admitimos tratar-se da obra de D. João I. Cf. <http://purl.pt/14553>

218. Obra de Abraão Zacuto.

219. “Daniel Bomberg” http://www.servinghistory.com/topics/Daniel_Bomberg, 30 junho de 2010.

220. Borel, Borel et sócios, *Catalogus Librorum Theologicorum* (Lisboa: Oficina patriarcal, 1772)

221. Reconhecemos que esta ausência neste catálogo, que poderá constituir-se como um indício de que poderia ser difícil de obter, é uma mera hipótese teórica. Não a poderemos confirmar por falta de mais suporte documental.

222. Livraria do Congresso Americano, “Jenson Bible” <http://www.myloc.gov/Exhibitions/Bibles/OtherBibles/ExhibitObjects/TheJensonBible.aspx>, 30 de junho de 2010.

223. Livros que vão para o Convento também com algumas diligências de Cenáculo, há nas cartas do prelado algumas missivas que respeitam ao processo de transporte de livros para o Lisboa e as suas vicissitudes. A informação contida nas

cartas não é suficientemente esclarecedora quanto à natureza do negócio, não nos foi possível concluir se se trata de compra de parte do espólio, ou outro tipo de disposição que determinou esta transferência.

224. Ribeiro, “Livros e leituras no século XIX...”, 187 a 227.

225. Balbi, *Essai statistique...* 26.

226. Também na tabela “Statistique des Bibliothèques portugaises” se refere o número de 32 mil volumes, Cf. Cardozo Betencourt, “Notices sur les Bibliothèques et Archives du Portugal”, *Boletim Bibliográfico da Academia Real das Ciências de Lisboa*, s. 1, 1, (1910): 8–18.

227. Cf. Descrição do *Jornal de Bellas Letras ou Mnémoseine Lusitana*, 1816, 359–360, *apud* Bethencourt – *A Biblioteca da Academia Real...*, 11.

228. Requerimento encontra-se na coleção de manuscritos da Academia de Ciências de Lisboa, está transcrito no Boletim da Academia de Ciências: “Livraria do Convento de Nossa Senhora de Jesus, documentos para a sua história”, *Boletim Bibliográfico da Academia das Ciências*, S. 2, 1 (1910): 182–200.

229. B.A.C. – Ms. 353 *Manual dos Monumentos verídicos*, frei Vicente Salgado.

230. frei António Baptista nasceu em Abrantes, em 25 de dezembro de 1737. Foi religioso da Ordem Terceira e professor de língua Árabe. Partiu com a Família Real para o Brasil aquando das invasões napoleónicas, morrendo no Rio de Janeiro em 1813. “Dicionário Histórico”, <http://www.arqnet.pt/dicionario/abrantefant.html>, 15 de dezembro de 2010.

231. B.A.C. – Ms. 394, série vermelha, “*Elogios Históricas dos Ex.os e Ver.os Arcebispos e Bispos Professos na Congregação da Terceira Ordem de Portugal*”.

232. B.A.C. – Ms. 353 frei Vicente Salgado, “*Manual dos Monumentos verídicos*”.

233. B.A.C. – Ms. 353.

234. B.A.C. Ms. 791, série azul, José de Jesus Mayne [Requerimento a S.M. concernente à doação do gabinete de Historia Natural, Pintura e Artefactos, assim como de bens para instituir uma escola publica e desenvolver a Livraria do convento de N.S. de Jesus]

235. B.A.C. Ms. 791

236. Documento do Arquivo da Secretaria Académica, *apud* Ayres, “arquivos e bibliotecas Portuguesas...”, 367–375.

237. Esses manuscritos encontram-se na série azul e na série vermelha dos fundos da Academia de Ciências de Lisboa.

238. Em 1800. Cf. Bethencourt, *A Biblioteca da Academia Real...*, 20.

239. Vaz “As bibliotecas e os livros...”, 483 a 493.

240. Decreto de 30 de maio de 1834, *apud* Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, VIII (Lisboa, editorial Verbo, 2003), 200–205.

241. As determinações desta legislação estão compiladas em: Ayres, *Boletim Bibliográfico...*, s1, 1, 483–488.

242. Ayres, *Boletim Bibliográfico...*, s1, 1, 483–488.

243. Ayres, *Boletim Bibliográfico...*, s1, 1, 512–513.

244. Ayres, *Boletim Bibliográfico...*, s1, 1, 486–488.

245. Para um estudo pormenorizado acerca desta incorporação Cf. Barata, *Os livros e o Liberalismo...*

246. Portaria Régia de 23 de outubro de 1834, *apud* Ayres, *Boletim Bibliográfico...* s. 2, 2, 702–703.

247. Esclareça-se, antes de avançar, que a Academia das Ciências conheceu um complexo processo de estabelecimento em termos de localização física. Estabeleceu-se, aquando da sua abertura em 1780, no Palácio das Necessidades, passando para um Palácio, do século XVII, que fora moradia do embaixador da Grã-Bretanha, situado na rua do Poço dos Negros em Lisboa, no ano de 1792. Em 1797 desloca-se para o Palácio do Monteiro-Mor do Reino, sito na calçada de Coimbra e em 1800 passa para o Palácio do Duque de Palmela. Em 1823 estabelece-se no Colégio dos Monges Beneditinos, antigo Convento da Estrelinha. Já em 1832 desloca-se para o Palácio do conde de Lumiares começando, em 1833, a processar a mudança para o Mosteiro de S. Vicente de Fora. Essa mudança é suspensa para se instalar em definitivo no antigo Convento de Jesus, onde ainda se encontra nos dias hoje. Cf. Arquivo da Academia, *Livros dos Conselhos, 1780–1782*, assembleia de 2 de maio de 1791, *apud* Ayres, *Boletim Bibliográfico*, s. 1, 1, IXX-XXI [advertência].

248. “Academia das Ciências”, http://academiascienciasdelisboa.freehostia.com/joomla/index.php?option=com_content&task=view&id=50&Itemid=74, 02-04-2008.

249. Estamos a utilizar a expressão seguindo a menção que é feita em documentos originais, onde se exige a abertura ao público como condição: “que a livraria haja de servir ao Publico para a ella concorrerem os estudiosos em três

dias da semana”, B.P.E. Códice CXXVIII 2-5. O público corresponderia assim a um conjunto de estudiosos, estando associado a uma esfera pública e literária. Esfera pública enquanto lugar de uma discussão que potencialmente implica toda a gente, embora, no século XVIII, a exigência implicasse apenas a minoria educada ou “ilustrada”. Sobre a evolução do conceito de espaço público e o conceito de esfera pública veja-se, entre outras possíveis, a obra de Jürgen Habermas, *The Structural Transformation of the Public Sphere* (Cambridge: MIT Press, 1989) e também a análise crítica à evolução da noção do espaço público em Habermas de Filipe Carreira da Silva, *Espaço Público em Habermas* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002).

250. Vaz, “As bibliotecas e os livros...”, 492.

251. Esta cópia encontra-se na B.P.E. Fundo Cunha Rivara: Catálogo de Manuscritos II – Núcleo Fundo Rivara 6 – Estremoz – Évora “Cópia da representação de Cenáculo sobre a Fundação da Biblioteca de Évora e aprovação, etc.” Armário X nº 1, 47, cod. 1 S.A.

252. Idem, f. 357

253. Uma anotação no diário dá nota da visita em 1806: “Na 4ª feira fui mostrar-lhe a Livraria e depois a Princesa, que gostaram e festejaram, e pelas 10 horas foi o Príncipe; e depois a Princesa a Igreja de S. Francisco, e dali continuaram a jornada por Montemor ate Vendas Novas”. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 604.

254. Catálogo de Manuscritos II – Núcleo Fundo Rivara 6 – Estremoz – Évora “Cópia da representação de Cenáculo sobre a Fundação da Biblioteca de Évora e aprovação, etc.” Armário X nº 1, 47, cod. 1 S.A, f. 357, 357v.

255. Catálogo de Manuscritos II – Núcleo Fundo Rivara 6 – Estremoz – Évora “Cópia da representação de Cenáculo sobre a Fundação da Biblioteca de Évora e aprovação, etc.” Armário X nº 1, 47, cod. 1 S.A, f. 357v. e 358.

256. B.P.E. – Códice – C/2–18. Sobre a questão dos estatutos Cf. Vaz, *D. Manuel do Cenáculo, Instruções pastorais...*

257. B.P.E. – Códice – C/2–18, f. 1.

258. Vaz, “As bibliotecas e os livros...”, 483–498.

259. Note-se que o Museu Regional de Évora teve como fundador, no que respeita à pintura, frei Manuel do Cenáculo. Foi este quem organizou e inaugurou um núcleo de pintura, que foi integrado na livraria eclesiástica.

Notas

Desse núcleo de pintura faria parte a coleção particular do Arcebispo. Cf. Machado, *Um colecionador...*, 34.

260. Catálogo de Manuscritos II – Núcleo Fundo Rivara 6 – Estremoz – Évora “Cópia da representação de Cenáculo sobre a Fundação da Biblioteca de Évora e aprovação, etc.” Armário X nº 1, 47, cod. 1 S.A, f. 357, 357v.

261. Catálogo de Manuscritos II – Núcleo Fundo Rivara 6..., f. 358.

262. B.P.E. – [Manuscrito sem quota], “Livro Das Actas e Memórias Da Bibliotheca Publica Eborensis Fundada Pelo Ex.mo R.mo Sr. Arcebispo de Évora D. Fr. Manuel do Cenáculo Villas Boas”.

263. Em face disso pedia-se autorização ao Soberano para conseguir a Bula Apostólica com esta alteração. Cf. B.P.E. – [Manuscrito sem quota]..., f. 3

264. B.P.E. – [Manuscrito sem quota]..., f. 4, 4v.

265. O documento do Núncio que dá essa autorização encontra-se também copiado no Livro de Actas e Memórias da Biblioteca. Trata-se de um escrito em latim, que se encontra nos fólhos 4v. e 5.

266. B.P.E. – Códice – C/2-18, f. 2 v.

267. B.P.E. – Códice – C/2-18, f. 4.

268. B.P.E. – [Manuscrito sem quota]..., f. 4v.

269. B.P.E. – [Manuscrito sem quota]..., f. 4v e 5.

270. Vaz, “As bibliotecas e os livros...”, 493.

271. B.P.E. – Manuscrito sem quota, “Livro Das Actas e Memórias Da Bibliotheca Publica Eborensis Fundada Pelo Ex.mo R.mo Sr. Arcebispo de Évora D. Fr. Manuel do Cenáculo Villas Boas”, f. 6 e 6v.

272. Machado, *Um colecionador português*, 34.

273. Augusto Filipe Simões, *Relatório a cerca da renovação do Museu Cenáculo dirigido ao Ex.mo Senhor Visconde da Esperança, Presidente da Câmara Municipal de Évora* (Évora: typographia da folha do sul, 1869)

274. B.P.E. – Manuscrito sem quota, “Livro Das Actas e Memórias Da Bibliotheca Publica Eborensis Fundada Pelo Ex.mo R.mo Sr. Arcebispo de Évora D. Fr. Manuel do Cenáculo Villas Boas”, f. 6 e 6v.

275. B.P.E. – Manuscrito sem quota, “Livro Das Actas e Memórias Da Bibliotheca Publica Eborensis Fundada Pelo Ex.mo R.mo Sr. Arcebispo de Évora D. Fr. Manuel do Cenáculo Villas Boas”, f. 6v.

276. Este documento é uma cópia da representação que foi enviada à regência, pelo que não contém a assinatura e consequente identificação do juiz deste inventário. Contudo, em documento posterior, dirigido ao Arcebispo eleito para suceder a Cenáculo, este juiz do inventário identifica-se como tal, assinando Joze Antonio de Leão. B.P.E. – Códice C/2-18, f. 13, 13v.

277. B.P.E. – Códice C/2-18, f. 7-10v.

278. Sobre este relato Cf. Vaz, “A Fundação da Biblioteca Pública de Évora...”, em *Frei Manuel do Cenáculo Construtor de bibliotecas*, coord. Francisco A. L. Vaz e José. A. Calixto (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006), 57-91.

279. B.P.E. – Códice C/2-18, f. 7-10v.
280. B.P.E. – Códice C/2-18, f. 7-10v. f. 10v.

281. B.P.E. – Códice C/2-18, f. 7-10v f. 11, 11v.

282. B.P.E. – Manuscrito sem quota, “Livro Das Actas e Memórias Da Bibliotheca Publica Eborensis Fundada Pelo Ex.mo R.mo Sr. Arcebispo de Évora D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas”, f. 5v, 6.

283. B.P.E. – Manuscrito sem quota, “Livro Das Actas...”, f. 6, 6v.

284. A cronologia dos Arcebispos de Évora encontra-se na página *online* da Arquidiocese de Évora, <http://www.diocese-evora.pt/site/index.php?module=ContentExpress&func=display&ceid=3>, 06 de janeiro de 2011.

285. B.P.E. – Manuscrito sem quota, “Livro Das Actas...”, f. 6v.

286. Ribeiro, “Apontamentos Históricos...”, 444.

287. B.P.E. – Manuscrito sem quota, “Livro Das Actas...”, f. 7.

288. B.P.E. – Manuscrito sem quota, “Livro Das Actas e Memórias Da Bibliotheca Publica Eborensis Fundada Pelo Ex.mo R.mo Sr. Arcebispo de Évora D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas”, f. 7, 7v.

289. B.P.E. – Manuscrito sem quota, “Livro Das Actas e Memórias Da Bibliotheca Publica Eborensis Fundada Pelo Ex.mo R.mo Sr. Arcebispo de Évora D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas”, f. 7, 7v.

290. B.P.E. – Manuscrito sem quota, “Livro Das Actas e Memórias Da Bibliotheca Publica Eborensis Fundada Pelo Ex.mo R.mo Sr. Arcebispo de Évora D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas”, f. 7v., 8 e 8v.

291. Veja-se Vaz, “A Fundação da Biblioteca Pública de Évora...”, 57-91 e Vaz, *D. Manuel do Cenáculo, Instruções pastorais...*

292. B.P.E. – Manuscrito sem quota, “Livro Das Actas e Memórias Da Bibliotheca Publica Eborensis. Fundada Pelo Ex.mo R.mo Sr. Arcebispo de Évora D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas”, f. 7v., 8 e 8v.

293. Relembramos que não se conhece o catálogo completo dos livros desta Biblioteca, embora se tivesse deliberado fazer este catálogo, os trabalhos para a sua conclusão conheceram interrupções e vicissitudes de que já acima demos nota.

294. B.P.E. – Manuscrito sem quota, “Livro Das Actas e Memórias Da Bibliotheca Publica Eborensis. Fundada Pelo Ex.mo R.mo Sr. Arcebispo de Évora D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas”, f. 7v., 8 e 8v.

295. B.P.E. – Manuscrito sem quota, “Livro Das Actas e Memórias Da Bibliotheca Publica Eborensis. Fundada Pelo Ex.mo R.mo Sr. Arcebispo de Évora D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas”, fl. 9

296. Estas questões encontram-se transcritas no anexo 3 da seguinte tese de mestrado: Pedro Manuel Caturras da Silva Cerico, “Cunha Rivara, um bibliotecário romântico” (Tese de Mestrado, Évora: Universidade de Évora, 2007), 158-159. O original encontra-se em B.P.E. – Arm. V-VI, nº12; 4º, nº 4 (X)

297. B.P.E. – Arm. V-VI, nº12; 4º, nº 4 (X), f. 160-162. Cf. Anexo 4 de: Cerico, “Cunha Rivara, um bibliotecário romântico...”

298. Em 1845, enquanto o primeiro que mencionámos data de 1849.

299. Os catálogos resultantes desse trabalho podem ser consultados em B.P.E., <http://www.evora.net/bpe/Catalogos/Catalogos.htm>, 10 de janeiro de 2011.

300. Mencionado no relatório de Cunha Rivara transcrito nos livros de *Actas e memórias* previamente citado, f. 15v.

301. Sobre as vicissitudes da elaboração dos catálogos em tempos de Cunha Rivara Cf. Cerico, “Cunha Rivara, um bibliotecário romântico...”, 91-103.

302. O original do referido relatório encontra-se na B.P.E. – Arm. V-VI, nº12, 4º, nº4 (f) e (g), Cf. anexo 2 da tese: Cerico, “Cunha Rivara, um bibliotecário romântico...”

303. Podem ter sido vendidos ou trocados.

304. Cerico, “Cunha Rivara, um bibliotecário romântico...”, 108-113.

305. Pra dados mais detalhados veja-se: B.P.E. Arm.º V-VI, nº12, 4º, nº4 (f) e (g) e Cerico, “Cunha Rivara, um bibliotecário romântico...”, 108.

306. Cerico, “Cunha Rivara, um bibliotecário romântico...”, 108.

307. B.P.E. – Manuscrito sem quota, “Livro Das Actas e Memórias Da Bibliotheca Publica Eborensis Fundada Pelo Ex.mo R.mo Sr. Arcebispo de Évora D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas”, f. 16v, 17.

308. Vaz, “*As bibliotecas e os livros...*”, 496.

309. Pagamento que entretanto foi cumprido.

310. Vaz, “*As bibliotecas e os livros...*”, 496.

311. A carta é dirigida por Cenáculo a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e faz referência a esta herança, o original encontra-se na B.P.E. – Cod. CXXVIII 2-10, f. 320. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 240.

312. Apesar dos documentos que tratam acerca da disposição da herança datarem apenas do início de Oitocentos, o Sargento-mor teria morrido, de acordo com anotação no próprio diário do Bispo, em 1783: “Faleceu meu Amigo o Sargento-Mor Romão da Costa Carrilho [...] o qual deixou a minha Igreja e Bispado por sua herdeira. E eu administrarei para tudo se empregar em obras pias da minha disposicao.” B.P.E. – Cod. CXXIX/1-18, Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 588.

313. O original do documento encontra-se na B.P.E. – Cod. Cod. CXXVIII 2-10, f. 280. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 299.

314. Tal como foi notado por Francisco Vaz, os legados pios foram canalizados para pagar despesas da Biblioteca de Beja e para a sua actualização bibliográfica. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 25.

315. B.P.E. – Cod. CXXVIII 1-2, Nº 71

316. B.A.C. – Ms. 193, série vermelha, f. 7. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 41.

317. B.A.C. – Ms. 193, série vermelha, f. 15, 15v., Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 143

318. B.A.C. – Ms. 193, série vermelha, f. 16. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 143.

319. B.P.E. – Cód. CXXVIII/1-12, nº 73.

320. B.P.E. – Cód. CXXVIII/1-12, nº 75.

321. Pedro Alexandre Cardoso Neves, *Lotaria Nacional, subsídios para a sua História 1785-1983* (Lisboa: Ed. Da Lotaria Nacional, 1983), 21.

322. Neves, *Lotaria Nacional...*, 25.

Notas

323. Fernando Guedes, "Lotarias ou Rifas de livros no século XVIII", *Revista da Biblioteca Nacional*, s. 2, 3 (1). (1988): 49-64.
324. Guedes, "Lotarias ou Rifas...", 49.
325. Guedes, "Lotarias ou Rifas...", 51.
326. Não conseguimos perceber, através da documentação a que tivemos acesso, se Cenáculo terá participado na 2ª ou 3ª Lotaria, uma vez que os dois sorteios se realizaram em 1783.
327. Guedes, "Lotarias ou Rifas...", 51.
328. Guedes, "Lotarias ou Rifas...", 55.
329. Guedes, "Lotarias ou Rifas...", 56.
330. Guedes, "Lotarias ou Rifas...", 60.
331. Guedes, "Lotarias ou Rifas...", 63.
332. Guedes, "Lotarias ou Rifas...", 63.
333. O pequeno regulamento que apresentou para a Biblioteca do seminário de Beja espelha, no essencial, o seu pensamento neste domínio. Cf. Vaz, "As bibliotecas e os livros...", 489.
334. B.P.E. - Códice CXXVIII/2-4, f. 2-3. Cf. Vaz, coord, *Os livros e as bibliotecas...*, 297.
335. Esses estudantes deveriam ser distribuídos semanalmente para prestarem esse auxílio, de acordo com as horas que tivessem disponíveis. B.P.E. - Códice CXXVIII/2-4, f. 2-3. Cf. Vaz, coord, *Os livros e as bibliotecas...*, 297.
336. Vaz, "As bibliotecas e os livros..." 489.
337. B.P.E. - Cód. CXXX/2-19, N°3.
338. Em rigor, já antes de entrar em Beja em abril de 1777, se efectuaram diligências tendo em vista esta Biblioteca, como se infere pela licença concedida logo em março desse mesmo ano para a leitura de livros proibidos. Seguidamente, em junho desse ano, exara também determinações acerca dos estudos eclesiásticos e regula as condições de funcionamento da dita Biblioteca.
339. B.A.C., Códice 802, série vermelha, 19 de novembro de 1779, f. 27-27v. Vaz, coord, *Os livros e as bibliotecas...*, 335.
340. Sobre a relação de mecenato entre frei Manuel do Cenáculo e Felix Caetano Cf. Marta Cristina Páscoa, "D. Frei Manuel do Cenáculo e Felix Caetano da Silva, Relações de Mecenato na Escrita da História de Beja", *Separata da Revista Portuguesa de Poligrafia*, nº11-12 (2005).
341. B.P.E. - Códice CXXVIII/2-13.
342. Brigola, "frei Manuel do Cenáculo sementeador...", 47-56.
343. B.P.E. - Códice CXXVIII/1-1, f. 84.
344. Não conseguimos encontrar qualquer carta enviada pelo bispo de Beja a este interlocutor neste período.
345. B.P.E., Manizola, cód. 74, nº19, *apud* Brigola, "frei Manuel do Cenáculo sementeador...", 48.
346. Cf. Brigola, "frei Manuel do Cenáculo sementeador...", 47.
347. Brigola, "frei Manuel do Cenáculo sementeador...", 48.
348. B.P.E., Manizola, cód. 74, nº19.
349. B.A.C. - Cod. 193, série vermelha, f. 115. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 335.
350. B.P.E. - Códice CXXVIII 2-10, f. 77. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 335.
351. B.A.C. - Códice 802, série vermelha, f. 381. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 336.
352. B.A.C. - Códice 802, série vermelha, f. 110-111. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 348.
353. Ribeiro, "Apontamentos Históricos...", 417.
354. Bethencourt, "Notices sur les Bibliothèques...", 12.
355. B.P.E. - Manuscrito sem quota, "Livro Das Actas e Memórias Da Bibliotheca Publica Eborensis Fundada Pelo Ex.mo R.mo Sr. Arcebispo de Évora D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas", f. 7v., 8 e 8v.
356. Vaz, "As bibliotecas e os livros...", 495.
357. Existe, no espólio de frei Manuel do Cenáculo custodiado pela Biblioteca Publica de Évora, uma Memória manuscrita, de autoria de Cenáculo, acerca da construção da Igreja Catedral de Beja, na qual se justifica a sua necessidade e se expõe a forma como se pretende custear a sua edificação. B.P.E. - Cód. CXXVIII/2-7, nº1.
358. No documento aparece identificado como Mosteiro de S. Paulo, em Lisboa, sem qualquer outra referência. Julgamos possível que esteja a referir-se à livraria do Convento de S. Paulo o Eremita, de Lisboa, cujo fundos, tal como demonstrou Paulo J. S. Barata, serão incorporados (mesmo que parcialmente) na Biblioteca Central da Marinha. Cf. Barata, *Os livros e o Liberalismo...*, 219.
359. B.P.E. - Códice CXXVII/2-2, f. 22.
360. B.A.C. - Códice 261, série vermelha, f. 79-82. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 100.
361. B.P.E. - Códice CXXVII/1-7.
362. B.P.E. - Códice CXXIX/1-18, f. 191. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 556.
363. No documento são indicados o nº de volumes de cada título, com excepção

- de um dos títulos, mas cuja identificação posterior nos permitiu constatar que é composto por quatro volumes.
364. Pode ser consultada *online* em: <http://books.google.pt/>, 23 de fevereiro de 2011.
365. "Catholic Encyclopedia", <http://www.newadvent.org/cathen/13692c.htm>, 23 de fevereiro de 2011.
366. Louis Bailly, *Tractatus de vera religione, theologiae alumnorum usui accommodatus* (Dijon: Edmond Bidault, 1771) Esta é uma das edições que conseguimos identificar, não conseguimos contudo confirmar se nesta data se estamos perante a 1ª edição da obra.
367. Hugh James Rose e al., *A new general biographical Dictionary*, v. 10 (Londres: Richard Clay, 1848), 399.
368. Esta edição pode ser consultada em: <http://books.google.pt/books?id=Tj0VAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=ptpt#v=onepage&q&f=false>, 23 de fevereiro de 2011.
369. Poderá tratar-se da obra: Louis Gabriel du Buat Nançay, *Histoire ancienne des peuples de l'Europe* (Paris: Suard et Arnaud, 1772).
370. Note-se que o critério de classificação temática desta lista repetiu o critério utilizado na análise doutros róis, tais como o de Botelho de Lima. Optámos por não representar graficamente as categorias sem expressividade numérica.
371. Códice CXXIX 1-17. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 583.
372. B.P.E. - Códice CXXIX 1-18. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 585.
373. B.P.E. Códice CXXVII/2-3, f. 242. Cf. Gusmão, *Catálogo...*, IV, 183-184.
374. B.P.E. - Códice CXXIX 1-21. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 601.
375. No dia 08-12-1779 vai visitar a casa da Marquesa, levando livros de presente para os filhos. B.P.E. Códice CXXIX 1-17. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 583.
376. No dia 10-02-1778, envia-lhe "alguns livros proporcionados". Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 582.
377. B.P.E. - Códice CXXIX 1-18, f. 191.
378. B.P.E. - Códice CXXIX 1-18. Cf. - Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 587.
379. O diário de sua mão referencia esta diligência no termos que descrevemos acima. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 582. Existe contudo uma pequena parte do seu diário que não é autografa de Cenáculo, onde também se descreve esta diligência e se refere que,
- além de pagar a esses médicos, Cenáculo terá também concorrido com produtos da sua própria botica. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 580.
380. A informação acerca da presidência da associação é dada na parte não autografa do diário. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 580. A nota autografa do prelado acerca do mesmo assunto não o refere. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 582.
381. Carta de 20-08-1780, dirigida à madre regente do Convento de Nossa Senhora do Carmo na localidade alentejana de Cuba, B.P.E. Códice CXXVIII 2-4, f. 80, 80v. Cf. Vaz, coord., *Os livros e as bibliotecas...*, 519.
382. Esta informação está patente numa carta que o Terceiro Marquês de Alorna escreve a frei Manuel do Cenáculo, onde afirma que, "a bem da Humanidade", resolvera generalizar o uso da vacina na província, pedindo-lhe que determinasse que os Párcos de Évora, Estremoz e Vila Viçosa persuadissem os pais a deixar vacinar os filhos, como medida preventiva. B.P.E. Códice CXXVII 2-10, f. 2.
383. Os dados conhecidos acerca da história da vacinação dão-nos nota dos primeiros avanços neste domínio a partir da introdução da vacina de Jenner. Só quase um século depois, se introduz nova vacina, desta feita para a Raiva, em 1885. Admitimos, por isso, que este interlocutor esteja a referir-se a uma aplicação da vacina contra a varíola Cf. - S.A. Plotkin, E.A. Mortimer - *Vaccines*. Philadelphia: Saunders, 1994, *apud*: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, "História da vacinação", <http://webpages.fc.ul.pt/~mcgomes/vacinacao/historia/index.html>, 12-12-2010.

Conclusão

Neste trabalho propusemo-nos questionar as metamorfoses que afetam o mundo dos livros e bibliotecas ao longo do tempo.

Quando abordamos diferentes facetas da atividade de D. Frei Manuel Cenáculo, primordiais para a compreensão da sua atividade bibliófila, procuramos enquadrá-las numa trajetória de vida marcada por desafios singulares, mas não exclusivos.

Ao tentar perceber as dinâmicas, transformações e questionamentos que marcaram diferentes instituições culturais, nomeadamente as que contaram com a intervenção de Cenáculo, procuramos destacar que os desafios que estas enfrentam são persistentes e duradouros, sendo que, cada época impõe condicionalismos com efeitos vincados nestas organizações. Esses efeitos sentem-se nas suas lógicas de organização, na forma como interagem com o público, e no modo como preparam os espaços, físico e, mais recentemente, o virtual, para acolher os seus leitores.

Instrumento de saber, os livros e outros documentos escritos e iconográficos, foram, desde sempre, um poderoso veículo de informação e por consequência de poder.

Nessa condição, são marcados por uma relação dúplice – em simultâneo são moldados e ajustam-se à sociedade, aos usos e públicos a que se dirigem.

Impuseram, ao longo da história, transformações culturais significativas, contribuindo para a instrução, recreação e erudição dos seus destinatários. Da mesma forma, responderam e respondem a gostos e exigências de usos diferenciadas, que marcam a forma como foram e são lidos, apreendidos e produzidos. Esta relação é inesgotável, porque todo o escrito, é na sua essência, uma *obra aberta*.

Longe se se constituírem como um exclusivo, os desafios enfrentados hoje pelas bibliotecas (bem como por outras instituições culturais), nomeadamente os que são impostos pelo advento da *era digital* e pela multiplicação exponencial de leitores e leituras, marcam apenas uma mais uma etapa do seu progresso.

Ainda que hoje os desafios e o modo como lhes respondem, ou poderão responder, sejam singulares, na medida em que obrigam a equacionar e potenciar novas formas de interação, são na sua essência, semelhantes aos que afetaram as bibliotecas do passado, nomeadamente aquelas para as quais contribuiu frei Manuel do Cenáculo: – Como formar os seus públicos e como responder às suas infinitas necessidades? Como gerir a tensão permanente entre o que é lido, o que é procurado e o que é apreendido pelos utilizadores? Como responder e organizar os espaços físico e virtual, para dar respostas aos usos e necessidades dos diferentes públicos? Como antecipar, cooperar e partilhar recursos e soluções que permitam encontrar essas respostas?

A solução implica a convergência de diferentes áreas: desde a História, à Biblioteconomia, Arquivística e Museologia, passando pelas Tecnologias, Sociologia, Arquitetura e *Design*. É essa cooperação que permitirá desenhar novos, ou simplesmente diferentes, espaços físicos e virtuais, porque *tempos, saberes e informação* serão sempre símbolos associados ao *poder do escrito num mundo em transformação*.

Fontes e bibliografia

Fontes
manuscritas

[Correspondência e outra documentação anexa recebida por Cenáculo]

BPE [Biblioteca Pública de Évora] Códice CXXVII/1-1; B.P.E. Códice CXXVII/1-2; B.P.E. Códice CXXVII/1-3; B.P.E. Códice CXXVII/1-4; B.P.E. Códice CXXVII/1-5; B.P.E. Códice CXXVII/1-6; B.P.E. Códice CXXVII/1-7; B.P.E. Códice CXXVII/1-8; B.P.E. Códice CXXVII/1-9; B.P.E. Códice CXXVII/1-10; B.P.E. Códice CXXVII/1-11; B.P.E. Códice CXXVII/1-12; B.P.E. Códice CXXVII/1-13; B.P.E. Códice CXXVII/2-1; B.P.E. Códice CXXVII/2-2; B.P.E. Códice CXXVII/2-3; B.P.E. Códice CXXVII/2-4; B.P.E. Códice CXXVII/2-5; B.P.E. Códice CXXVII/2-6; B.P.E. Códice CXXVII/2-7; B.P.E. Códice CXXVII/2-8; B.P.E. Códice CXXVII/2-9; B.P.E. Códice CXXVII/2-10; B.P.E. Códice CXXVII/2-11; B.P.E. Códice CXXVII/2-12; B.P.E. Códice CXXVII/2-14; B.P.E. Códice CXXVII/2-15; B.P.E. Códice CXXVIII/1-1; B.P.E. Códice CXXVIII/1-2; B.P.E. Códice CXXVIII/1-3; B.P.E. Códice CXXVIII/1-4; B.P.E. Códice CXXVIII/1-5; B.P.E. Códice CXXVIII/1-6; B.P.E. Códice CXXVIII/1-7; B.P.E. Códice CXXVIII/1-8; B.P.E. Códice CXXVIII/1-9; B.P.E. Códice CXXVIII/1-10; B.P.E. Códice CXXVIII/1-12; B.P.E. Códice CXXVIII/1-13; B.P.E. Códice CXXVIII/1-14; B.P.E. Códice CXXVIII/1-15; B.P.E. Códice CXXVIII/1-16; B.P.E. Códice CXXVIII/1-17; B.P.E. Códice CXXVIII/1-18; B.P.E. Códice CXXVIII/1-19; B.P.E. Códice CXXVIII/2-13 [inclui fundo de Lourenço do Vale]; B.P.E. Códice CXI/2-11. B.N.P. [Biblioteca Nacional de Portugal] Códice 4708

[Correspondência e outra documentação anexa enviada por Cenáculo]

B.P.E. Códice CXXVIII/2-4; B.P.E. Códice CXXVIII/2-9; B.P.E. Códice CXXVIII/2-10; B.P.E. Códice CXXVIII/2-11; B.A.C. [Biblioteca da Academia das Ciências] Ms. 119, série vermelha; B.A.C. Ms. 135, série vermelha; B.A.C. Ms. 172, série vermelha; B.A.C. Ms. 193, série vermelha; B.A.C. Ms. 200, série vermelha; B.A.C. Ms. 201, série vermelha; B.A.C. Ms. 211, série vermelha; B.A.C. Ms. 261, série vermelha; B.A.C. Ms. 333, série vermelha; B.A.C. Ms. 346, série vermelha; B.A.C. Ms. 539, série vermelha; B.A.C. Ms. 540, série vermelha; B.A.C. Ms. 802, série vermelha; B.A.C. Ms. 813, série vermelha; B.A.C. Ms. 909, série vermelha; B.N.P. PBA. [coleção pombalina] 615; B.N.P. PBA 620; B.N.P. PBA 649; B.N.P. PBA 708; B.N.P.

Códice 8549; B.N.E. [Biblioteca Nacional de Espanha] – Manuscrito 2227, f. 63; ADB [Arquivo Distrital de Braga] – Fundo Família Araújo de Azevedo, cotas: B-19 (18,1); B-19 (18,2); B-40(23)

[Diário do Bispo de Beja] B.P.E. Códice CXXIX/1-17; B.P.E. Códice CXXIX/1-18; B.P.E. Códice CXXIX/1-19; B.P.E. Códice CXXIX/1-20; B.P.E. Códice CXXIX/1-21

[Censuras e papéis relativos à Mesa Censória]

B.P.E. Códice CXVII/2-11; B.P.E. Códice CXVIII/1-15; B.P.E. Códice CXVIII/1-16; B.P.E. Códice CXXVIII/2-5; B.P.E. Códice CXXVIII/2-15; B.P.E. Códice CXXVIII/2-16; B.P.E. Códice CXXVIII/2-17; B.P.E. Códice CXXVIII/2-18; B.P.E. Códice CXXVIII/2-19; B.P.E. Códice CXXVIII/2-20; B.P.E. Códice CXXIX/1-1; B.P.E. Códice CXXX/2-5; A.N.T.T. [Arquivo Nacional da Torre do Tombo] Real Mesa Censória Caixa 4 [Censuras de 1751-1768]; A.N.T.T. Real Mesa Censória Caixa 5 [Censuras de 1769]; A.N.T.T. Real Mesa Censória Caixa 6 [Censuras de 1770]; A.N.T.T. Real Mesa Censória Caixa 7 [Censuras de 1771]; A.N.T.T. Real Mesa Censória Caixa 8 [Censuras de 1772-1774]; A.N.T.T. Real Mesa Censória Caixa 9 [Censuras de 1775-1776]; A.N.T.T. Real Mesa Censória Caixa 10 [Censuras de 1777-1778]

[Pastorais, minutas de pastorais, Sermões, Editais, Patentes e determinações sobre os estudos]

B.P.E. Códice CIX/2-10; B.P.E. Códice CXXVIII/2-5; B.P.E. Códice CXXVIII/2-4; B.P.E. Códice CXXIX/1-3; B.P.E. Códice CXXIX/1-4; B.P.E. Códice CXXIX/1-10

[Papéis relativos à diocese de Beja]

B.P.E. Códice CXI/1-2 [Memória sobre a fundação da Igreja de Santa Maria]; B.P.E. Códice CXII/2-7 [Extrato e vista da planta de Beja]; B.P.E. Códice CXXVIII/1-9 [Vida de S. Sisenando]; B.P.E. Códice CXXVIII/2-7; B.P.E. Códice CXXIX/1-20; B.P.E. Códice CXXIX/1-22; B.P.E. Códice CXXIX/1-23; B.P.E. Códice CXXX/1-2; B.P.E. Códice CXXX/2-16; B.P.E. Códice CXXX/2-17; B.P.E. Códice CXXX/2-18; B.P.E. Códice CXXX/2-19

[Miscelânea de papéis relativos a frei Manuel do Cenáculo]

B.P.E. Códice CV/1-6; B.P.E. Códice CXI/1-1

[Outros papéis]

B.N.P. Códice 10567 col. 25 [Sátira a Cenáculo]; B.P.E. Códice CV/1-10 d. [Diário do Reverendíssimo P. M. Doutor frei Joaquim de São José na jornada que fez ao capítulo Geral de Roma 1750]; B.P.E. Códice CIX/1-8 [Mapas das Igrejas, beneficios e Conventos da jurisdição do Arcebispo de Évora]; B.P.E. Códice CIX/2-12 [Estatísticas eclesíásticas de Évora]; B.P.E. Códice CX/2-18 [catálogo dos livros de Botelho de Lima]; B.P.E. Códice CXXVIII/1-13 [róis de compras a Pagliarinni]; B.P.E. Códice CXXVIII 2-5, f. 53-63 [Relação dos factos que na sua simplicidade e verdade manifesta qualificam a boa administração da Província da ordem Terceira...] [o mesmo código contém também alguns documentos relativos à censura]; B.P.E. Fundo do Colégio do Espírito Santo, Livro 1, 2, 3, 4 e 5; B.P.E. Códice CXXVII/2-13 [Oração inaugural por Fr. Plácido Andrade na abertura das conferências eclesíásticas em Beja]; B.P.E. Códice CXXIX/2-11 [Estatísticas eclesíásticas de Évora]; B.P.E. CXC/2-10 [Certidão de visita aos oratórios particulares]; B.A.C. Ms. 353, série vermelha [Manual dos monumentos Verídicos para servirem à Crónica da Congregação da ordem Terceira de S. Francisco, tomo 2º e 3º]; B.A.C. Ms. 694 [Elogios Históricos dos Ex.os e V.os Arcebispos e Bispos Professos na Congregação da Terceira ordem de Portugal]

[Papéis relativos a Bibliotecas]

B.A.C. Ms. 950, série vermelha [Catálogo do donativo à Biblioteca do Convento de Jesus]; B.A.C. Ms. 791, série azul [Requerimento de José Jesus Maynel concernente à doação do gabinete de História Natural, Pintura e Artefactos]; A.N.T.T. Ministério do Reino, Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros L. 362 [Biblioteca da Mesa Censória]; Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional, L. 642; B.N.P. Códice 11522 [Catálogo com donativo do Bispo de Beja à Real Biblioteca Pública] disponível *online* através do seguinte endereço da Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/6382;> B.N.P. Códice 11563 [Catálogo com donativo do Bispo de Beja à Real Biblioteca Pública], encontra-se disponível *online* através do seguinte endereço da Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/6383;> B.N.P. Códice 11525 [Catálogo com donativo do Bispo de Beja à Real Biblioteca Pública]

encontra-se disponível *online* através do seguinte endereço da Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/5944;> B.N.P. Códice 11524 [Cópia do Catalogo de Livros que o Ex. mo e Rev.mo Bispo de Beja pretende remetter para a Real Bibliotheca Publica da corte]; B.P.E. C/2-10 [Catálogo da Escritura Santa]; B.P.E. Códice C/2-18 [Provisão instituindo a Biblioteca de Évora]; B.P.E. Catálogo de Manuscritos II – Núcleo Fundo Rivara 6 – Estremoz-Évora [Cópia da Representação de Cenáculo sobre a Fundação da Biblioteca Pública de Évora] Arm.º X n.º1, 47 cod. 1 s.a.; B.P.E. Manuscrito sem quota [Livro das Actas e Memórias da Biblioteca Pública Eborense fundada pelo Ex.mo R.mo Sr. Arcebispo de Évora]; B.P.E. Arm.º V-VI [relatório acerca do Estado da Biblioteca de Cunha Rivara]; B.P.E. Fundo Manizola, código 64, n.º 19 [Oração aquando da inauguração do Museu Pacense]

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Conclusiones philosophicas de utriusque præmialibus, Philosophiæ, scilicet in communi, et Logicæ, nec non de entibus rationis, et universalibus in communi, ad mentem Scoti, Doctoris Mariani ac subtilis. Præsida Fr. Emmanuele a Cenaculo.*” Conimbrica: Typ. Antonii Simoens Ferreira, 1747.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Conclusiones logicometaphysicas de Antepredicamentis, et Prædicamentis, juxta venerabilis, Mariani, subtilisque Doctoris inconcussa dogmata.*” Ibi, 1748.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Conclusiones philosophicas criticoracionales de Historia Logicæ, ejus Præmialibus, Ente rationis, et Universalibus in communi, ad mentem V. Scoti, D. Mariani ac subtilis.*” Ibi, 1751.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Advertencias críticas e apologeticas sobre o juízo que nas materias do B. Raymundo Lullo formou o dr. Apollonio Philomuso, e communicou ao publico em a resposta ao “Retrato de mortecôr”, que contra a auctor do “Verdadeiro Methodo d’estudar” escreveu o reverendo D. Alethophilho Cândido de Lacerda.*” Coimbra: Oficina Antonio Simões 1752.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Conclusiones physiologicas juxta Ven. Doct. Marian. et subt. Doctrinam.*” Ibi, 1752.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Conclusiones theologico dogmaticæ de SS. Trinitatis Mysterio, ad mentem Seraphiei Doct. S. Bonaventuræ et Ven. P. Joan. Dunsii Scoti, Doct. Mariani ac subtis.*” Ibi, 1753.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Sanctissimo Domino nostro Benedicto XIV. P. O. M. Exercitationis Liturgicas, in quibus ejusdem B. P. doctrina de Sacrificio Missæ adstruitur et defenditur.*” Lisbonæ: F. L. Ameno, 1753.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Elogio funebre do P. Fr. Joaquim de S. José, doutor theologo conimbricense, defmidor geral da religião franciscana, e provincial da terceira ordem da penitencia. Dado á luz por Joaquim Rodrigues Pimenta.*” Lisboa: Offic. Francisco Luis Ameno 1757.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Dissertação theologica, historica, critica sobre a defmibilidade do mysterio da Conceição immaculada de Maria Sanctissima.*” Lisboa: Off. José da Costa, 1758.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Oração que disse, sendo presidente em a primeira sessão da Academia Marianna, celebrada n’esta cidade no 1.º de Agosto de 1756: a qual deu á luz o P. Fr. Vicente Salgado.*” Lisboa: Offic. Miguel Manescal da Costa, 1758.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Oratio pro aperiendis initiandisve totius Ordinis Fratrum Minorum Generalibus Comitibus, habita ad P.P. in Regale Conventu Valentia die 15 Maji 1768, etc.*” Valentia: Typ. Benedicti Monfort, 1768.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*De repetendis fontibus doctrinæ, Moderatoris Provincialis Tertii Ordinis Sancti Francisci per Lusitaniam admonitio ad sodales, quum Præfecturam deponeret.*” [s.n.]: [s.n.], 1770.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Patente de 5 de Setembro de 1770.*” [s.n.]: [s.n.], 1770.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Patente de 5 de Maio de 1770.*” Lisboa: Regia Offic. Typographica, 1770.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Disposições do Superior Provincial para a observancia regular e litteraria da Congregação da Ordem terceira de S. Francisco d’estes reinos, feitas em os annos de 1769 e 1770.*” Lisboa: Regia Offic. Typographica, 1776, Tomo I.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Memorias historicas do ministerio do pulpito. Por um religioso da Ordem terceira de S. Francisco.*” Lisboa: Regia Offic. Typographica, 1776.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Determinações para o bispado de Beja, feitas pelo ex.mo e rev.mo sr. Bispo da mesma diocese.*” [s.n.]: [s.n.], 1777.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Edital de 24 de Julho de 1777*” [sobre as conferencias ecclesiasticas]. [Lisboa]: Offic. Regia, [s.n.].

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Pastoral, pela qual ha por bem saudar os seus diocesanos admoestandoos sobre a natureza e officios da religião.*” [s.n.]: [s.n.] 1777.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Instrução pastoral sobre a paixão e agonia do nosso divino redemptor.*” Lisboa: Regia Offic. Typ. 1780.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Instrução pastoral ao clero e ordinandos da sua diocese.*” Lisboa: Regia Offic. Typographica, 1784.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Instrução pastoral sobre as graças e jubileus novamente concedidos as instancias da rainha nossa senhora D. Maria I, etc.*” Lisboa: Regia Offic. Typographica, 1784.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Instrução pastoral sobre o rito e disciplina da Igreja na administração do Sanctissimo Sacramento da Eucharistia por viatico em ambulas viatorias.*” Lisboa: Regia Offic. Typographica, 1784.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Instrução pastoral sobre a religião revelada.*” Lisboa: Regia Offic. Typographica, 1785.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Instrução pastoral sobre as virtudes da ordem natural.*” Lisboa: Regia Offic. Typographica, 1785.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Instrução pastoral sobre a confiança na divina providencia.*” Lisboa: Regia Offic. Typ., 1786.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Instrução pastoral sobre os estudos physicos do seu clero.*” Lisboa: Regia Offic. Typ., 1786.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Instrução pastoral sobre o catholicismo.*” Lisboa: Regia Offic. Typographica, 1786.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Instrução pastoral sobre alguns pontos da disciplina ecclesiastica.*” Lisboa: Regia Offic. Typographica, 1790.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Saudação pastoral a seus diocesanos.*” Lisboa: Regia Offic. Typographica, 1790.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Cuidados litterarios do Prelado de Beja em graça do seu bispado.*” Lisboa: Offic. Simão Thaddeo Ferreira, 1791.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Instrução pastoral pela qual manda se façam preces publicas e particulares a Deus, pela esperada felicissima successão d’esta monarchia.*” Lisboa: Offic. Simão Thaddeo Ferreira, 1792.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Instrução pastoral sobre a modestia dos vestidos do clero.*” Lisboa: Offic. Thaddeo Ferreira, 1792.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Vida christã.*” Lisboa: Offic. Simão Thaddeo Ferreira, 1792.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Instrução pastoral em que manda se rendam acções de graças a Deus pela gloriosissima real successão da monarchia.*” Lisboa: Offic. Simão Thaddeo Ferreira, 1793.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Saudação pastoral no fim da sua visita geral em o anno de 1788.*” Lisboa: Regia Offic. Typographica, 1793.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Carta e outras instruções sobre os trabalhos presentes da Sancta Igreja.*” Lisboa: Offic. Simão Thaddeo Ferreira, 1794.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Instrução pastoral sobre a justiça christã.*” Lisboa: Offic. Simão Thaddeo Ferreira, 1794.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Memorias historicas, e appendix segundo á Disposição quarta da collecção das disposições do Superior Provincial para a observancia e estudos da Congregação da Ordem terceira de S. Francisco.*” Lisboa: Regia Offic. Typographica, 1794, Tomo II.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Instrução pastoral do sr. Arcebispo d’Evora*” [ao Clero da sua Igreja]. Lisboa: Imp. Regia, 1808.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Instrução pastoral do sr. Arcebispo d’Evora*” [aos fiéis da sua Igreja]. Lisboa: Imp. Regia, 1808.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Memória Descriptiva do assalto, entrada e saque de Évora pelos Francezes, em 1808.*” Impressa a expensas do Município em gratidão e lembrança do Arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas. Évora: Minerva Eborense, 1887. [publicação póstuma]

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Graças concedidas por Christo no Campo de Ourique, acontecidas em outros tempos e repetidas no actual, conformes aos desenhos de suas idades.*” Lisboa: Imp. Regia, 1815.

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Editaes de 22 de Julho de 1777*” [anunciando os dois dias de absolvição plenária e bênção papal, e a indulgencia plenária para a hora da morte]. [Lisboa]: Offic. Regia, [s.n.]

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Editaes de 22 e 30 de Maio de 1777*” [sobre a festa do Coração de Jesus, e sobre outras mudanças que se devem fazer no calendário]. [s.n.]: [s.n.], [s.n.]

Cenáculo, D. Frei Manuel do. “*Patente sobre o verdadeiro systema de theologia, que se deve seguir na provincia da Ordem terceira da Penitencia, segundo a saudavel determinação do SS. Padre Clemente XIV.*” [s.n.]: [s.n.], [s.n.]

Fontes e recursos online

- “Arquivos da internet da Universidade da Califórnia”, <http://www.archive.org/details/calmetsdictionar00calm>
- “Base Nacional de dados bibliográficos – PORBASE, da Biblioteca Nacional”, <http://porbase.bnportugal.pt/>
- “Biblio.com”, <http://www.biblio.com>
- “Biblioteca Digital da Real Academia de Artes e Ciências da Holanda”, <http://www.historyofscience.nl/author.cfm?RecordId=3>,
- “Biblioteca feijoniana. Projeto de filosofia em Espanhol”, <http://www.filosofia.org/bjf/bjf000.htm>,
- “Biblioteca Nacional Digital”, <http://purl.pt>
- “Biblioteca Valenciana Digital”, <http://bv2.gva.es/i18n/corpus/unidad.cmd?idUnidad=49687&idCorpus=20000&posicion=1>
- “Bibliothèques de l’Université de Toulouse”, <http://www.biu-toulouse.fr/>
- “Catálogos impressos da Biblioteca Pública de Évora” <http://www.evora.net/bpe/Catalogos/Catalogos.htm>
- “Dicionário Histórico”, <http://www.arqnet.pt/dicionario/abrantefant.html>,
- “Enciclopédia britânica”: <http://www.britannica.com/>
- “Enciclopédia Britânica” edição de 1911, http://www.1911encyclopedia.org/Main_Page
- “Enciclopédia de Filosofia de Stanford”, <http://plato.stanford.edu>
- “Europeana, pensar a cultura”, <http://www.europeana.eu/portal/>
- “Fundação Zacuto”, <http://www.zacuto.org/>
- “Google books”, <http://books.google.pt/books>.
- “História da Arquidiocese de Évora”: <http://www.diocese-evora.pt/site/index.php?module=ContentExpress&func=display&ceid=3>,
- Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, “História da vacinação”, <http://webpages.fc.ul.pt/~mcgomes/vacinacao/historia/index.html>
- “Livreria do Congresso Americano”, <http://www.myloc.gov/Exhibitions/Bibles/OtherBibles/ExhibitObjects/TheJensonBible.aspx>
- “Projeto Gutenberg digital”, <http://www.gutenbergdigital.de/>
- “Repositorio Institucional de la Universidad de Granada”, <http://hdl.handle.net/10481/284>
- “Serving History”, http://www.servinghistory.com/topics/Daniel_Bomberg
- “The Catholic Encyclopedia online”, <http://www.newadvent.org>
- “Via Libri – resources for bibliophiles”, <http://www.vialibri.net/index.php?pg=home>

Bibliografia

- AAVV. “O livro antigo em Portugal e Espanha.” *Revista leituras*, nº 9-10 (2001-2002).
- AAVV. GRYPHE – *Revue de la Bibliothèque de Lyon. Pouvoir de l’image, images du pouvoir*, nº 22 (2009).
- AAVV. *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans*, t. I. Valencia: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva 9, 1981.
- AAVV. *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans*, tomo II. Valencia: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva 10, 1981.
- AAVV, “Coloquio”. Em *Que es un texto?*, ed. Roger Chartier, 101-115. Madrid: Circulo de Bellas Artes, 2006).
- Abreu, António Graça. *D. Frei Alexandre de Gouveia (1751-1808), Contribuição para o estudo das relações entre Portugal e a China*. Lisboa: CEPCEP, 2004.
- Adelman, C., Jenkins, D. e Kemmis, S. “Re-thinking case study: notes from the second Cambridge conference”. *Cambridge Journal of education*, nº6 (1976): 139-150.
- Aguilar Piñal, Francisco. *La Biblioteca de Jovelano 1778*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas / Instituto Miguel Cervantes, 1984.
- Alcochete, Nuno Daupias d. “Les pamphlets portugais anti-napoléoniens”. *Arquivos do Centro Cultural Português*, XI (1977): 507-516.
- Alcochete, Nuno Daupias d. *Humanismo e diplomacia. Correspondência literária (1789-1804) de Francisco José Maria de Brito com Dom frei Manuel do Cenáculo*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1976.
- Algranti, Leila Mezan. “Circulação e posse de livros religiosos no Rio de Janeiro (1808-1821)”. *Noroeste. Revista de história*, I (2006): 839-852.
- Almeida, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal, nova edição*, v. 3. Barcelos: Livreria Civilização, 1967-1971.
- Almeida, Justino Mendes, “História da Biblioteca da Academia das Ciências”, <http://www.acadciencias.pt/html/menuBiblioteca/histdbib.html>, 25-05-2007.
- Almeida, Luís Ferrand. “D. João V e a Biblioteca Real”, *Revista da Universidade de Coimbra*, XXXVI (1991): 413-448.
- Almeida, Manuel Lopes de. *Notícias Históricas de Portugal e do Brasil (1751-1800)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1964.
- Almuiña, Celso. “Médios de comunicacion y cultura oral en la crisis del Antiguo Régimen”. Em *Orígenes culturales de la sociedad liberal. España siglo XIX* org. Jesus A. Martinez, 159-189. Madrid: Biblioteca Nueva Editorial Complutense, 2003.
- Almuiña, Celso. *Médios de Comunicacion Y crisis del Antiguo Régimen, entre las “Voces Vagas” y la dramatización de la palabra*, [Policopiado]. [S.L.]: [S.E.], 1993.
- Álvarez Santaló, L. C. “Librerías y Bibliotecas en la Sevilla del siglo XVIII”. Em *Actas del II Coloquio de Metodología Histórica Aplicada. La documentación notarial y su historia*, 165-185. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago, 1984.
- Amado, Maria Teresa. “Biblioteca e ordens dos saberes: da Biblioteca à Livreria à Biblioteca-Catálogo na Espanha dos Austrias”. *Revista de História e Teoria das Ideias*, 9 (1997): p. 23-43.
- Andrade, A. A. Banha de. *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771): Contribuições para a História da Pedagogia em Portugal*. Coimbra: Coimbra Editora, 1981.
- Andrade, A. A. Banha de. *Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.
- Anselmo, Artur. *História da edição em Portugal*. Porto: Lello e Irmão, 1991.
- Anselmo, Artur. “350 títulos para a História do Livro”. *Cultura revista de História e Teoria das Ideias*, 9 (1997): 314-335.
- Anselmo, Artur. “Fronteiras da História do Livro”. *Cultura – Revista de História e Teoria das ideias*, 9 (1997): 15-22.
- Anselmo, Artur. “Aspectos do mercado livreiro em Portugal nos séculos XVI e XVII”. *Revista Portuguesa de História do Livro*, nº2 (1998): 47-69.
- Anselmo, Artur. *Estudos de História do livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 2002.
- Anselmo, Artur. *Livros e mentalidades*. Lisboa: Guimarães Editores, 2002.
- Antunes, Manuel et al. *Como interpretar Pombal?* Lisboa: Edições Brotéria, 1983.
- Araújo, Agostinho. “Pequenas anotações sobre a actividade do tipógrafo e jornalista João Nogueira da Granda (1788-1858)”. *Cadernos do Noroeste*, 3 (2003): 261-279.
- Araújo, Ana Cristina. “Modalidades de leitura das Luzes no tempo de Pombal”. *Revista de História*, 10 (1990): 105-127.
- Araújo, Ana Cristina. “Ilustracion y Reforma de La Teología en Portugal en el siglo XVIII”. *Cuadernos Dieciochistas*, nº2. (2001): 261-279.
- Araújo, Ana Cristina. “Livros de uma vida – Critérios e modalidades de

Bibliografia

- constituição de uma livraria particular no século XVIII”. *Revista de História das ideias*, 20 (1999): 149–187.
- Arieiro, José. “D. Gaspar de Bragança”. Em *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, ed. Século XXI, 13, 66–67. Lisboa-São Paulo: Ed. Verbo, 2000.
- Arlen, Prudence. *The concept of woman: the early humanist reformation*, v. II. Cambridge: Eerdmans Publishing, 2002.
- Arquidiocese de Braga. *Plano Pastoral 2008–2011*.
- Astuto, Philip L. *Eugenio de Santa Cruz y Espejo. Obra educativa*. Caracas: Fundacion Biblioteca Ayacucho, 1981.
- Ayres, Cristóvão. *Boletim Bibliográfico da Academia das Ciências de Lisboa*, s. 1, nº1 (1910).
- Ayres, Cristóvão. “Arquivos e Bibliotecas Portuguesas”. *Boletim Bibliográfico da Academia de Ciências de Lisboa*, s. 1, 1, nº2 (1912): 367–375.
- Ayres, Cristóvão. *Boletim Bibliográfico da Academia das Ciências*, s. 2, nº2 (1914).
- Azevedo, Carlos A. Moreira. *Bibliografia para a História da Igreja em Portugal (1964–1966)*. Porto: [s.n.], 1982.
- Balayé, Simone. “Les publics de la Bibliothèque nationale”. Em *Histoire des bibliothèques françaises: les bibliothèques de la révolution et du XIX siècle, 1789–1914*, 3, dir. Dominique Varry, 329–335. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1991.
- Balbi, Adrien. *Essay statistique sur le royaume de Portugal et d’Algarve*.led. Fac-similada Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2004.
- Barata, António Francisco. *Esboços chronologico-biographicos dos Arcebispos da Egreja de Évora*. Coimbra: Imprensa Literária, 1874.
- Barata, António Francisco. *Roteiro da cidade de Évora e breve notícia dos seus principaes monumentos* (2ª ed.). Évora: Typographia Minerva, 1881.
- Barata, António Francisco. *Memória histórica sobre a fundação da Sé de Évora e suas antiguidades com os Esboços chronologico-biographicos dos Bispos e Arcebispos d’Ala*. (2º ed.). Évora: Minerva Comercial, 1903.
- Barata, J. Paulo. *Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à Biblioteca pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.
- Barata, J. Paulo. “As Bibliotecas no liberalismo: definição de uma política cultural de regime”. *Análise Social*, XL, nº 174 (2005): 37–63.
- Barber, Giles. *Studies in the Book trade of the European Enlightenment*. Londres: Pindar Press, 1994.
- Barbier, Frédéric. “Livres, lecteurs, lectures”. Em *Histoire des bibliothèques françaises: les bibliothèques de la révolution et du XIX siècle*, 3, dir. Dominique Varry, 578–623. Paris: Ed. Du Cerf, 1995.
- Barbier, Frédéric, Juratic, Sabine e Varry, Dominique. *L’Europe et le livre. Réseaux et pratiques du négoce de librairie XVIe-XIXe siècles*. Langres: Éditions Klincksieck, 1996.
- Barreiros, José Baptista. “Cartas Inéditas para o conde da Barca”. *Revista de Guimarães*, LXIX (1959): 77–100.
- Bastos, José T. da Silva. *História da Censura Intelectual em Portugal. Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.
- Batliori, Miquel. “Gregori Mayans y la cultura italiana”. Em *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans*, I, nº9, 155–170. Valencia: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva 9, 1981.
- Belchior, Maria de Lourdes. *Os homens e os livros. Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Verbo, 1971.
- Bell, Judith. *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- Belo, André. *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715–1760)* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.
- Bento XVI. *Exortação apostólica pós-sinodal, Palavra do Senhor Verbum Domini* (2ª edição). Fátima: Difusora Bíblica, 2011.
- Berger, Ph et al. *Histoire du livre et de l’édition dans les pays ibériques. La dependance*. Bordéus: P.U. Bordeaux, 1986.
- Bernárdez Rodal, Asunción. *Don Quijote, el lector por excelencia: lectores y lectura como estrategias de comunicación*. Madrid: Huerga y Fierro, 2000.
- Bethencourt, Cardozo de. *A Bibliotheca da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia de Ciências, 1909.
- Bethencourt, Cardozo de. “Notices sur les Bibliothèques et Archives du Portugal”. *Boletim Bibliográfico da Academia Real das Ciências de Lisboa*, s. 1, 1, (1910): 8–18.
- Bíblia Sagrada* (tradução pelos Monges Maredsous, 5ª edição). Cucujães: Editorial Missões, 2006.
- Biblioteca Nacional de Lisboa. *Inventário de manuscritos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1886.
- Blair, Ann M. *Too Much to Know Managing Scholarly Information before the Modern Age*. New Haven and London: Yale University Press, 2010.

- Boavida, João José et al. “Luís António Verney e as Reformas Pombalinas do Ensino”. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXVI, nº 1 (1992): 101–123.
- Bödeker, Hans Erich (dir.). *Histoire du livre. Nouvelles orientations*. Paris: IMEC ed., 1995.
- Bonifácio, Maria de Fátima. *O século XIX português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- Bonnant, Georges. “Les libraries du Portugal au XVIIIème siècle vus à travers leurs relations d’affaires avec leurs fournisseurs de Genève, Lausanne et Neuchâtel”. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, nº 23–24 (1990): 195–200.
- Borel, Borel et sócios. *Catalogus Librorum Theologicorum*. Lisboa: Oficina Patriarcal, 1772.
- Borges, Jorge Luís. “Nota sobre [para] Bernard Shaw”. Em *Obras Completas 1952–1972*, II, 23–45. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- Borgonovo, Gianantonio. “Bíblia”. Em *Christos. Enciclopédia do Cristianismo*, 1, 119–132. Lisboa: ed. Verbo: 2004.
- Borrvalho, Maria Luísa et al. *Luís António Verney Percursos para um verdadeiro método de estudar*. Évora: Universidade de Évora, 2005.
- Boureau, Alain. “Adorações e devoções franciscanas. Interesses e utilizações de opúsculos hagiográficos”. Em *As utilizações do objecto impresso*, org. Roger Chartier, 27–83. Lisboa: Difel, 1998.
- Bouza Álvarez, Fernando. *Del escribano a la Biblioteca. La civilización Escrita en la Edad Moderna (siglos XV–XVIII)*. Madrid: Síntesis, 1992.
- Bouza Álvarez, Fernando. *Corre manuscrito. Una historia cultural del siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- Bouza Álvarez, Fernando. “Cultura Escrita e História do Livro: a circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII”. *Leituras – O livro antigo em Portugal e Espanha séculos XVI–XVIII*, nº 9–10 (2001–2002): 63–95.
- Bouza Álvarez, Fernando. *Comunicação, Conhecimento e Memória na Espanha dos sécs. XVI e XVII*. Lisboa: Centro de História da Cultura, 2002.
- Braga, Teófilo. *História da Universidade de Coimbra*, tomos I e II. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1895.
- Brewer, David. *The afterlife of a character, 1726–1825*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.
- Brewer, John. “Reading and readers in 18th century Britain”. *Cultura Revista de História e Teoria das ideias*, 9 (1997): 159–185.
- Brigola, João Carlos. “Coleccionismo e Anticomania – a actividade museológica de frei Manuel do Cenáculo”, *Boletim a Cidade de Évora*, II, nº4 (2000): 249–264.
- Brigola, João Carlos. *Coleções, gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.
- Brigola, João Carlos. “frei Manuel do Cenáculo – Semeador de Bibliotecas e de Museus. O conceito de Biblioteca-Museu na museologia setecentista”. Em *frei Manuel do Cenáculo construtor de Bibliotecas*, org. Francisco A. L. Vaz; José A. Calixto, 47–55. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006.
- Bruyne P. de, Herman J., Schoutheete, M. de. *Dynamique de la recherche en sciences sociales*. Vendôme: P.U.F., 1975.
- Buescu, Ana Isabel. “Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na época moderna: uma sondagem”. *Penélope – fazer e desfazer história*, nº21 (1999): 11–32.
- Buescu, Ana Isabel. “A persistência da cultura manuscrita em Portugal nos séculos XVI e XVII”. *Ler História*, nº45 (2003): p. 19–48.
- Burke, Peter. *Sociologia e História*. Porto: Ed. Afrontamento, 1991.
- Burke, Peter. *New Perspectives on Historical Writing*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- Burke, Peter. *The fabrication of Louis XIV*. Yale: Yale University Press, 1994.
- Burke, Peter. *As fortunas do cortesão*. São Paulo: Editora Fundação Unesp, 1997.
- Burke, Peter. *A Social History of Knowledge*. Cambridge: Polity, 2000.
- Burke, Peter. *História social del conocimiento. De Gutemberg a Diderot*. Barcelona: Austral, 2002.
- Cabral, Maria Luísa, coord. *As Bibliotecas portuguesas na transição para a modernidade*. Lisboa: Biblioteca Nacional-CHC, 2014.
- Caeiro, Francisco da Gama. “A obra do Arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo à luz da cultura portuguesa”. Em *Dispensos*. 523–527. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.
- Caeiro, Francisco da Gama. “Concepções da historiografia setecentista na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo”. Em *Dispensos*. 501–513. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.
- Caeiro, Francisco da Gama. “frei Manuel do Cenáculo, aspectos da sua actuação filosófica”. Em *Dispensos*, 333–501. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

Bibliografia

- Caeiro, Francisco Gama. “Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas”. Em *Enciclopédia Luso-brasileira de Cultura, Edição século XXI*, 6, 654 e 655. Lisboa – S. Paulo: Ed. Verbo, 1998.
- Caeiro, Francisco da Gama. *Dispersos*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.
- Caetano, Joaquim Oliveira. “Os projetos do arquitecto Joaquim de Oliveira para as Bibliotecas-Museu de frei Manuel do Cenáculo”. *Revista de História de Arte*, nº8 (2011): 49–69.
- Calafate, Pedro. “A retórica eclesástica na obra do Arcebispo de Évora D. Frei Manuel do Cenáculo”. Em *Actas do Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora*, 449–456. Évora: Instituto Superior de Teologia – Seminário Maior de Évora, 1994.
- Calafate, Pedro. *A ideia de natureza no séc. XVIII em Portugal (1740–1800)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.
- Calafate, Pedro (dir.). *História do Pensamento Filosófico Português*, v. III *As Luzes*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.
- Calixto, José António e Vaz, Francisco António Lourenço (coord.). *Frei Manuel do Cenáculo Construtor de Bibliotecas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006.
- Camêira, Emanuel. “A leitura digital no mundo: Incurião por alguns estudos internacionais”. Em *O livro, o leitor e a leitura digital*, org. Gustavo Cardoso, 155–187. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.
- Capela, José Viriato Eiras. “O poder Local face à globalização. Reflexões sobre o Poder Local Português face à “globalização” estadual ao tempo de Pombal”. *Noroeste. Revista de história*, 1 (2006): 3–22.
- Capela, José Viriato Eiras (org.) et al. *As invasões francesas e a restauração nacional de 1808*. Braga: Arquivo Distrital, 2008.
- Capela, José Viriato Eiras, Matos, Henrique e Borralheiro, Rogério. *O heróico Patriotismo das Províncias do Norte. Os Concelhos na Restauração de Portugal de 1808*. Braga: Casa Museu de Monção/ Universidade do Minho, 2008.
- Cardoso, António M. de Barros. *Ler na livraria de frei Francisco de S. Luís Saraiva*. Ponte de Lima: Câmara Municipal, 1995.
- Cardoso, Gustavo, org. *O livro, o leitor e a leitura digital*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.
- Cardoso, José. *Subsídios para a História do Ensino em Portugal: trinta anos de jornalismo*. Braga: JC, 1990.
- Cardoso, Luís (dir.). *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das Artes, e da indústria em Portugal e suas Conquistas*. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.
- Carvalho, Rómulo de. “O recurso a pessoal estrangeiro no tempo de Pombal”. *Revista de História das Ideias*, 4, t. I (1982): 114–115.
- Carvalho, Rómulo de. *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. (3ª edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- Castells, Manuel. *A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. A sociedade em rede*, v. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- Castillo Gómez, Antonio. “No passando por ello como gato sobre brasas – leer y anotar en la España de Siglo de Oro”. *Revista de Leitura – O livro antigo em Portugal e Espanha séculos XVI–XVIII*, nº9–10 (2002): 99–121.
- Castillo Gómez, António. *Das tabuinhas ao hipertexto, uma viagem na história da cultura escrita (trad.)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2004.
- Castro, Maria Helena Lopes de. “Leal conselheiro – itinerário do manuscrito”. *Penélope – fazer e desfazer história*, nº16 (1995): 109–124.
- Castro, Zília Osório. “O Regalismo em Portugal. António Pereira de Figueiredo”. *Revista Cultura História e Filosofia*, VI (1987): 357–411.
- Castro, Zília Osório de. “Antecedentes do Regalismo pombalino. O Padre José Clemente”. Em *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, 1, org. Oliveira Ramos e Jorge Martins Ribeiro, 321–331. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.
- Cavalo, Guglielmo e Chartier, Roger. *Historia de la lectura en el mundo Occidental*. Madrid: Taurus Minor, 2001.
- Cerico, Pedro Manuel Caturras da Silva. “Cunha Rivara, um bibliotecário romântico”. Tese de Mestrado, Évora, Universidade de Évora, 2007.
- Chartier, Roger. “L’ancien régime typographique: réflexions sur quelques travaux récents”. *Annales Economies, Sociétés, Civilizations*, 36, nº 1 (1981): 191–209.
- Chartier, Roger. *Pratiques de la lecture*. Marselha: Rivages, 1985.
- Chartier, Roger. *A Ordem dos Livros*, (1ª ed.). Lisboa: Veja, 1987.
- Chartier, Roger. “Frenchness in the History of the Book: From de History of Publishing to the History of reading”. Em *The 1987 James Russell Wiggins Lecture*,

- 308–313. Worcester: American Antiquarian Society, 1988.
- Chartier, Roger. *A História cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- Chartier, Roger. “O homem das letras” Em *O homem do Iluminismo*, dir. Michel Volvelle, 117–150. Lisboa: Ed. Presença, 1997.
- Chartier, Roger. “La revolution de la lecture au XVIIIe siècle: mythe ou réalité?”. *Cultura Revista de História e Teoria das Ideias*, 9 (1997): 265–271.
- Chartier, Roger, Martin, Henry-Jean (dir). *Histoire de l’édition française II. Le livre triomphant, 1660–1850*. Paris: Fayard, 1990.
- Chartier, Roger, Boreau, Alain et al. *La correspondance. Les usages de la lettre au XIXe siècle*. Lille: Librairie Arthème Fayard, 1991.
- Chartier, Roger. *Les origines culturelles de la Révolution française*. Paris: Seuil, 1991.
- Curto, Diogo Ramada. *Cultura escrita – séculos XV a XVIII*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2007.
- Curto, Diogo Ramada et al. *As gentes do Livro, Lisboa século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.
- Darton, Robert. “Reading, writing, and publishing in Eighteenth-century France: a case study in the sociology of literature”. *Daedalus. Historical Studies today*, 10, nº1 (1971), 214–256.
- Darnton, Robert. *Bohème Littéraire et révolution. Le monde des livres au XVIIIe siècle*. Paris: Gallimard-Seuil, 1985.
- Darnton, Robert. “O que é a História dos Livros”. Em *O Beijo de Lamourette, mídia, cultura e revolução*, 122–150. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- Darnton, Robert. *Gens de Lettres, Gens du Livre*. Paris: Ed. O. Jacob, 1992.
- Darnton, Robert. História de la Lectura. Em *Formas de Hacer História*. Madrid: Alianza Editorial, 1993.
- Darton, Robert. “The New age of the book”, www.nybooks.com/articles/546, 01–02–2011.
- Dias, J. S. da Silva. *Portugal e a Cultura Europeia (sécs. XVI a XVIII)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1953.
- Dias, J. S. da Silva. *Pombalismo e Teoria Política*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1982.
- Dias, Luís Fernando Carvalho. *Inéditos de António Ribeiro dos Santos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1976.
- Diderot, Denis. “Lettres sur le commerce de la librairie, *Ouvres Completes*, t. VIII” http://classiques.uqac.ca/classiques/Diderot_denis/lettre_commerce_livre/lettre_com_livres.pdf, 12–12–2010.
- Coelho, José Maria Latino. *Elogio Histórico de D. Frei Francisco de S. Luiz*. Lisboa: Tipografia da Academia, 1856.
- Coutinho, António Xavier de Gama Pereira. “D. João Magalhães e Avelar, Bispo do Porto”. Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, nº3. Porto: Marânus, 1940.
- Cruz, António. “Bibliotecas Publicas”. Em *Dicionário de História de Portugal v. 1*, dir. Joel Serrão, 340–341. Porto: Livraria Figueirinhas, 1990.
- Cruzeiro, Maria Eduarda. “A Reforma pombalina na história da Universidade”. *Análise Social*. XXIV (1988): 165–210.
- Curto, Diogo Ramada. “A História do Livro em Portugal, uma agenda em Aberto”. *Revista Leituras – O livro Antigo em Portugal e Espanha*, nº 9–10, (2001–2002): 13–62.
- Curto, Diogo Ramada. *Cultura escrita – séculos XV a XVIII*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2007.
- Curto, Diogo Ramada et al. *As gentes do Livro, Lisboa século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.
- Darton, Robert. “Reading, writing, and publishing in Eighteenth-century France: a case study in the sociology of literature”. *Daedalus. Historical Studies today*, 10, nº1 (1971), 214–256.
- Darnton, Robert. *Bohème Littéraire et révolution. Le monde des livres au XVIIIe siècle*. Paris: Gallimard-Seuil, 1985.
- Darnton, Robert. “O que é a História dos Livros”. Em *O Beijo de Lamourette, mídia, cultura e revolução*, 122–150. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- Darnton, Robert. *Gens de Lettres, Gens du Livre*. Paris: Ed. O. Jacob, 1992.
- Darnton, Robert. História de la Lectura. Em *Formas de Hacer História*. Madrid: Alianza Editorial, 1993.
- Darton, Robert. “The New age of the book”, www.nybooks.com/articles/546, 01–02–2011.
- Dias, J. S. da Silva. *Portugal e a Cultura Europeia (sécs. XVI a XVIII)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1953.
- Dias, J. S. da Silva. *Pombalismo e Teoria Política*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1982.
- Dias, Luís Fernando Carvalho. *Inéditos de António Ribeiro dos Santos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1976.
- Diderot, Denis. “Lettres sur le commerce de la librairie, *Ouvres Completes*, t. VIII” http://classiques.uqac.ca/classiques/Diderot_denis/lettre_commerce_livre/lettre_com_livres.pdf, 12–12–2010.

Bibliografia

- Domingos, Manuela D. *Estudos da sociologia da cultura, livros e leitores do século XIX*. Lisboa: Centro de Estudos de História da Cultura Portuguesa, 1985.
- Domingos, Manuela D. “Os catálogos de Livradores como Fontes de História do livro: o caso dos Reycend”. *Revista da Biblioteca Nacional*, s. 2, 4, nº1 (1989): 83-102.
- Domingos, Manuela D. “A caminho da Real Biblioteca Pública: dois documentos, 1775-1795”. *Revista da Biblioteca Nacional*, s. 2, 5, nº1 (1990): 139-160.
- Domingos, Manuela D. “Colporteurs ou livreiros? Acerca do comércio livreiro em Lisboa, 1772-1754”. *Revista da Biblioteca Nacional*, s. 2, 6 (1992): 109-142.
- Domingos, Manuela D. “Para a história da Real Mesa Censória”. *Revista da Biblioteca Nacional*, S. 2, 7 (1992): 137-158.
- Domingos, Manuela D. “A primeira Biblioteca pública portuguesa, 1775-1795. Planos, projectos e primeiros fundos.” *Cadernos BAD*, nº1 (1994): 59-70.
- Domingos, Manuela D. *Materiais para a História da Biblioteca Nacional*. [texto policopiado] Lisboa: [s.n.], 1994.
- Domingos, Manuela D. “Olhares de viajantes estrangeiros sobre a Real Biblioteca Pública da Corte (1796-1822)”. *Cadernos BAD*, nº2, (1994): 105-113.
- Domingos, Manuela D. *Subsídios para a história da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional de Lisboa, 1995.
- Domingos, Manuela D. *Bertrand uma livraria antes do terramoto*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.
- Domingos, Manuela D., Gonçalves, Paula, Figueiredo, Dulce. “Estudos sobre a história do livro e da leitura em Portugal: 1995-2000”. *Leituras: revista da Biblioteca Nacional*, S. 3, Nº9-10 (2002): 349-370.
- Domingos, Manuela D. “Biblioteca de Bibliotecas. A gênese da Biblioteca Pública no pensamento de Cenáculo”. Em *frei Manuel do Cenáculo construtor de Bibliotecas* org. Francisco A. L. Vaz e J. A. Calixto, 23-46. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006.
- Domingos, Manuela D. “Casa dos Livros de Beja”. *Doação de frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte* [Catálogo de Mostra Bibliográfica]. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2006.
- Domingos, Manuela D. “frei Manuel do Cenáculo no panorama intelectual de Setecentos: o erudito e o mecenas”. *Convergência Lusitana*, nº24 (2007): 42-66.
- Donovan, Stephen. “Claude Frassen.” *The Catholic Encyclopedia*, 6. <http://www.newadvent.org/cathen/06244a.htm>, 3-11-2010.
- Dosse, François. “Historiser les traces mémorielles, *Eurozine* 2006”. www.eurozine.com/authors/dosse.html, 11-10-2008.
- Duby, Georges. Aries, Philippe. *História da vida privada, Da Renascença ao Século das Luzes*. Porto: Edições Afrontamento, 1990.
- Eco, Umberto. *A Biblioteca*. Lisboa: Difel, 1987.
- Eco, Umberto. *Obra Aberta*. Lisboa: Difel, 1989.
- Eisenstein, Elisabeth. *The printing Press as an Agent of Change*. Cambridge: University Press, 1979.
- Epstein, Jason. “The past, present and future of the book”. Em *Book talk essays on books, booksellers, collecting and special collections*, 3-10. New Castel: Oak Knoll Press, 2006.
- Escolar, Hipólito. *História de las Bibliotecas* (3ª ed.). Madrid: Fundación Germán Sanchez Ruipérez, 1988.
- Espanca, Túlio. *Inventário artístico de Portugal. Concelho de Évora*. (vol. 7). Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1966.
- Espanca, Túlio. *Évora e o seu distrito* (2ª ed.). Évora: Livraria Nazareth, 1967.
- Espanca, Túlio. “Subsídios para a história da Biblioteca Pública de Évora” A cidade de Évora Boletim da Câmara Municipal (1980-1981): 193-251.
- Espanca, Túlio. “Diário da viagem do Bispo de Beja D. Manuel do cenáculo a Vila Viçosa em 1785”. *A cidade de Évora Boletim da Câmara Municipal*, nº63-64 (1981-1982) p. 163-193.
- Espanca, Túlio. Évora: arte e história (2ªed). Évora: Câmara Municipal de Évora, 1987.
- Faria, Maria Isabel, Pericão, Maria da Graça. *Dicionário do Livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1988.
- Farinha, Manuel José dos Santos. *Subsídios para a história da “Lisboa Antiga” – O Palácio de Palhavã*, Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1923.
- Febvre, Lucien e Martin, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. [1ª edição de 1958]
- Fernandes, Maria de Lurdes Correia. “Uma Biblioteca ibérica”, *Revista Leituras – O livro antigo em Portugal e Espanha séculos XVI-XVIII*, nº9-10 (2001-2002): 123-176.
- Fernández Sebastián, Javier. “Péninsule Ibérique”. Em *Le Monde des Lumières*. Org. Christian Destain, 411-424. Paris: Fayard, 1999.

- Ferrão, António. “A censura literária durante o Governo Pombalino”. Em *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências*, 285-395. Lisboa: Academia das Ciências, 1923.
- Ferrão, António. *O Marquês de Pombal e os “Meninos de Palhavã”*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1923.
- Ferrão, António. *A Censura literária durante o governo Pombalino, subsídios para a história do pensamento em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1927.
- Ferreira, António. *O cardeal Saraiva um Grande Limiano*. Porto: Domingos Barreira, 1984.
- Ferreira, João Palma. “Excertos do “Diário” de D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas” *Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, 2 (1) (1982): 17-35.
- Ferreira, José Augusto. *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, t. III. Porto: Mitra Bracarense, 1932.
- Figanier, Joaquim. *Frei João de Sousa, Mestre e Interprete de língua árabe*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1949.
- Fiores, Stefano de. “Imaculada Conceição”. Em *Christos Enciclopédia do Cristianismo*, 432-433. Lisboa – S. Paulo: Editorial Verbo, 2004.
- Fiores Stefano de. “Maria”. Em *Christos Enciclopédia do Cristianismo*, 573-577. Lisboa – S. Paulo: Editorial Verbo, 2004.
- Figuier, Richard. *La Bibliothéque*. Paris: Autrement, 1991.
- Foucault, Michel. O que é um Autor?. Lisboa: Veja, 1992.
- França, José Augusto. *Lisboa Pombalina, cidade do iluminismo*. Lisboa: Bertrand, 1897.
- Franco, Luís Farinha e Monteiro, Ana Isabel Libano. *Leilões de livros, erudição, colecionismo e negócio, séculos XVIII-XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.
- Fraser, Heather. “Doing Narrative Research: Analysing Personal Stories Line by Line, *Qualitative Social Work*, 2004”, <http://qix.sagepub.com>
- Friedrich Markus. *The Birth of the Archive. A History of Knowledge*. Michigan: University of Michigan Press, 2018.
- Furet, François. *Livre et société dans la France du XVIIIe siècle*. Paris: La Haya, 1965-1970.
- Furet, François. *Pensar a Revolução Francesa*. Lisboa: Edições Setenta, 1988.
- Furtado, José Afonso. *O que é o livro*. Lisboa: Difusão Cultural, 1995.
- Furtado, José Afonso. *Os livros e as leituras: novas ecologias da informação*. Lisboa: Livros e Leituras, 2000.
- Ganho, Maria de Lourdes Sirgado. “frei Manuel do cenáculo, Bispo de Beja (1724-1814)”. Em *Actas do Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora*, 1, 441-447. Évora: Instituto Superior de Teologia Seminário Maior de Évora, 1994.
- González Ruiz, Ramón. “Evolución Histórica de la Biblioteca Capitular de Toledo”. Em *El libro antiguo español IV – Coleccionismo y Bibliotecas (siglos XV-XVIII)*, dir. Maria Luísa Lopes-Vidriero e Pedro M. Catedra, 235-256. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1998.
- Grafton, Anthony e Ann Blair. *The Transmission of Culture in Early Modern Europe*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1990.
- Gross, Robert A. “Books, Nationalism, and History”, *Papers of the Bibliographical Society of Canada*, nº36(1998): 107-123. Disponível em: <http://digital.library.mcgill.ca/>, Guedes, Fernando. *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Editorial Verbo, 1987.
- Guedes, Fernando. “Lotarias ou rifas de livros no século XVIII”. *Revista da Biblioteca Nacional*, 3, nº1 (1988): 49-64.
- Guedes, Fernando. *Os livreiros em Portugal e as suas Associações desde o Século XV até aos nossos dias*. Lisboa: Editorial Verbo, 1993.
- Guerreiro, Jerónimo de Alcântara. *Galeria dos Prelados de Évora*. Évora: Gráfica Eborense, 1971.
- Gusdorf, Georges. *De l'Histoire de les sciences à l'Histoire de la Pensée*. Paris: Payot, 1966.
- Gusdorf, Georges. “Philosophie des Lumières”. Em *Enciclopédia Universalis*. Paris: [s.n.], 1977.
- Gusmão, Armando Nobre de. *Catálogo da Correspondência dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*. Évora: Biblioteca Pública-Arquivo Distrital, 1944-1956.
- Gutiérrez Quadrado, Juan. “Mayans y la lengua de la Ciência”. Em *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans*, t. I. 317-346. Valencia: Publicaciones del yuntamiento de Oliva 9, 1981.
- Habermas, Jürgen. *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge: MIT Press, 1989.
- Habermas, Jürgen. “O entrosamento entre o mito e o iluminismo: Horkheimer e Adorno”. Em *O discurso filosófico da modernidade*, org. Jürgen Habermas, 109-130. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1990.
- Hall, David. *Cultures of print: essays in the history of the book*. Amherst: University of Massachusetts, 1996.

Bibliografia

- Harris, Neil. *Paper and watermarks as bibliographical evidence. Text for the course at the Ecole de l'Institut d'histoire du livre Lyon*. [policopiado] Lyon: Institut d'Histoire du Livre, 2009.
- Harris, Neil. *Paper and watermarks as bibliographical evidence*. [texto policopiado] Lyon: École de l'Institut d'histoire du livre, 2009.
- Hazard, Paul. *O pensamento europeu*. Lisboa: Editorial Presença, 1983.
- Herculano, Alexandre. *História de Portugal desde o começo da Monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1875.
- Herculano, Alexandre. *História de Portugal desde o começo da Monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*. Lisboa: Livraria Bertrand, 2007-2008.
- Hespanha, António Manuel. *Poder e Instituições no Antigo Regime*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1992.
- Hobsbawm, Eric. *A Era das Revoluções*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.
- Hof, Ulrich Im. *A Europa das Luzes*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- Horkheimer, M. Adorno, T.W. *Dialéctica do iluminismo*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1987.
- Hunt, Lynn. "Philanthropie", Em *Le Monde des Lumières*, org. Christian Destain, 325-330. Paris: Fayard, 1999.
- Jedin, Hubert. *Manual de Historia de la Iglesia*, t. VI. Barcelona: Editorial Herder, 1978.
- Johnstone, William. *The Bible and the Enlightenment. A case study: Alexander Geddes 1737-1802*. Londres: T & T Clark International, 2004.
- Jornet i Benito, Núria. *Reseña de Arquivística. Teoria e Prática de uma Ciência da Informação* de Armando Malheiro de Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luís Real", *Anales de Documentación* (2000): 220-223.
- Jouhaud, Christian. "Imprimir o acontecimento. La Rochelle em Paris". Em *As utilizações do objecto impresso*, dir. Roger Chartier, 373-430. Lisboa: Difel, 1998.
- Kant, Immanuel, "O que são as luzes". *Revista de História e teoria das ideias*, IV, t. II (1982): 153-168.
- Kant, Immanuel, "Resposta à pergunta: o que é o Iluminismo (1734)". Em *A Paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições Setenta, 1989.
- Koselleck, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Madrid: Paidós/U.A.B., 2001.
- Labarre, Albert. *História do Livro*. São Paulo: Editora Cultrix, 1981.
- Lamarca Langa, Genaro. *La cultura del libro en la época de la Ilustración Valenciana, 1740-1808*. Valencia, Ediciones Alfons el Magnànim, 1994.
- Lapa, Tiago. "A língua e a Internet no contexto global". Em *O livro, o leitor e a leitura digital*, org. Gustavo Cardoso, 188-233. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.
- Leitão, Henrique e Giurgevich, Luana. *Clavis Bibliothecarum*. Lisboa: Secretariado nacional para os bens da Igreja, 2016.
- Lessard-Hébert, Michelle, Goyette, Gabriel e Boutin, Gérald. *Investigação Qualitativa, fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- Linuesa, Clemente Maria. *Cultura e Escrita*. Mangualde: Pedogo, 2007.
- Lisboa, João Luís, "A leitura em Portugal: os finais do Antigo Regime". Em *Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850*, org. F. Marques da Costa *et al.*, 78-81. Lisboa: Vega, 1989.
- Lisboa, João Luís. *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica e Universidade Nova de Lisboa, 1991.
- Lisboa, João Luís. "O papel da história entre os leitores do século XVIII". *Ler História*, nº 24 (1993): 5-15.
- Lisboa, João Luís. "Ao leitor". *Cultura Revista de História e Teoria das Ideias*, v. 9. (1997): 9-13.
- Lisboa, João Luís. "Papéis de larga Circulação no século XVIII" *Revista de História das ideias*, 20 (1999): 131-148.
- Lisboa, João Luís. "Tanta virtude em papéis correndo (persistência e poder do manuscrito no Antigo Regime)", <http://www2.fcsh.unl.pt/chc/pdfs/tvrt.pdf>, 14-10-2007.
- López-Vidriero, Maria Luisa e M. Cátedra, Pedro (dir.). *El libro antiguo Español. Actas del primero Coloquio Internacional (Madrid)*. Madrid: Universidad de Salamanca - Biblioteca Nacional de Madrid - Sociedad Española de Historia del Libro, 1988.
- López-Vidriero, Maria Luisa e M. Cátedra, Pedro (dir.). *El libro antiguo Español. Actas del segundo Coloquio Internacional (Madrid)*. Madrid: Universidad de Salamanca - Biblioteca Nacional de Madrid, Sociedad Española de Historia del Libro, 1992.
- López-Vidriero, Maria Luisa. "El gabinete de un hombre de gusto. Manuales para la formación de las Bibliotecas en

- el siglo XVIII". Em *El libro antiguo español. Coleccionismo y Bibliotecas*, dir. Maria Luisa López-Vidriero e Pedro M. Cátedra, 447-460. Madrid: Ediciones Universidad de Salamanca, Patrimonio Nacional, Sociedad Española de Historia del Libro, 1998.
- López-Vidriero, Maria Luisa e M. Cátedra, Pedro (dir.). *El libro antiguo español. Coleccionismo y Bibliotecas*. Madrid: Ediciones Universidad de Salamanca, Patrimonio Nacional, Sociedad Española de Historia del Libro, 1998.
- López, François. "Rasgos peculiares de la Ilustración en España". Em *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans*, tomo II, 629-673. Valencia: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva 10, 1981.
- López, François. "Estado actual de la Historia del libro en España", *Anales de La Universidad de Alicante*, nº4 (1984): 1-22.
- López, François. "Sobre la imprenta y la librería en Valencia, en el siglo XVIII". Em *La ilustración Española*, 209-221. Alicante: Diputación Provincial, 1986.
- Loureiro, Olímpia Maria da Cunha. *O livro e a Leitura no Porto no Século XVIII*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão-Fundação Eugénio de Almeida, 1994.
- Macedo, Ana Gabriela e Keating, Maria Eduarda (org). *Censura e inter/dito Censorship and Inter/diction IX Colóquio de Outono*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2009.
- Macedo, Jorge Borges de. "Livros impressos em Portugal no século XVI: interesses e formas de mentalidade". *Arquivos do Centro Cultural Português*. IX (1975): 183-221.
- Macedo, Jorge Borges de. *A situação económica no tempo de Pombal*. Lisboa: [s.n.], 1982.
- Macedo, Jorge Borges de. "Dialéctica da sociedade portuguesa no tempo de Pombal". Em *Como interpretar Pombal? No bicentenario da sua morte*, 15-23. Lisboa: Edições Brotéria, 1983.
- Macedo, José Agostinho de. *Motim Literário*. Lisboa: Typographia de António José da Rocha, 1841.
- Machado, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana. Histórica, crítica e cronológica*. Lisboa: Bertrand, 1930-35.
- Machado, Fernando Augusto. *Almeida Garret e a introdução do pensamento educacional de Rousseau em Portugal*. Rio Tinto: Edições Asa, 1993.
- Machado, Fernando Augusto. *Rousseau em Portugal. Da Clandestinidade setecentista à legalidade vintista*. Porto: Campo das letras, 2000.
- Machado, Fernando Augusto. "Percurso da Censura em Portugal: Interdições e Entre-Ditos". Em *Censura e Inter/dito Censorship and interdiction, IX Colóquio de Outono, org. Ana Gabriela Macedo e Maria Eduarda Keating*, 201-218. Braga: Centro de Estudos Humanísticos Universidade do Minho, 2009.
- Machado, José Alberto. *Um colecionador português do século das Luzes*. Évora: Universidade de Évora, 1985.
- Magalhães, Justino. *Ler e escrever no mundo rural do antigo regime*, Braga: Universidade do Minho, 1994.
- Mancebo, M.ª Fernanda. "Mayans e la edición de libros en el siglo XVIII". Em *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans*, t. I, 185-236. Valência: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva 9, 1981.
- Manguel, Alberto. *Uma História da Leitura*. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- Manuel, Caetano Xavier de Almeida da Câmara. *Atravez a cidade de Évora ou apontamentos sobre a cidade de Évora e seus monumentos*. Évora: Minerva Commercial, 1900.
- Maravall, José António. "G. Mayans e la formación del pensamiento político de la Ilustración". Em *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans*, tomo I, 43-80. Valencia: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva 9, 1981.
- Marcadé, Jacques. "Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Provincial des réguliers du Tiers Ordre Franciscain 1768-1777". *Arquivos do centro Cultural Português*, III (1971): 431-458.
- Marcadé, Jacques. *Le diocèse de Beja dans la seconde moitié du XVIIIe. Siècle*. Lisboa: Institut Français au Portugal, 1971.
- Marcadé, Jacques. "D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas (quelques notes sur sa pédagogie)". *Arquivos do Centro Cultural Português*, VIII (1974): 605-620.
- Marcadé, Jacques. *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas Évêque de Beja, Archevêque d'Evora (1770-1814)*. Paris: Centro Cultural Português/Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.
- Marcocci, Giuseppe e José Pedro Paiva. *História da Inquisição portuguesa 1536-182*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.
- Marsã Vila, Maria. *El fundo antiguo en la Biblioteca*. Gijón: Ediciones Trea, 1999.
- Martin, Henri-Jean. *Livre, pouvoirs et société à Paris au XVIIe. Siècle, 1598-1701*. Genebra: Librairie Droz, 1969.

Bibliografia

- Martin, Henri-Jean. "Publishing conditions and strategies in ancient regime France". Em *Books and Society in History*. Londres: Association of College and Research Libraries, 1983.
- Martin, Henry-Jean. *Le livre français sous l'ancien régime*. Paris: Cercle de la Librairie, 1987.
- Martin, Henry-Jean. *Histoires et pouvoirs de l'écrit*. Paris: Perrin, 1988.
- Martínez Martín, Jesus A. *Lectura y lectores en el Madrid del siglo XIX*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991.
- Martins, André Ferrer. "O ensino do conceito de tempo: contribuições históricas e epistemológicas". Dissertação de mestrado, São Paulo, Instituto de Física – Faculdade de Educação, 1998.
- Martins, José V. de Pina. "Information Bibliographique". *Arquivos do Centro Cultural Português*, XI (1977): 573–582.
- Martins, José V. de Pina. "A Academia Das Ciências de Lisboa – Um pouco da sua história e da sua actividade até ao nosso tempo", <http://zircon.dcsa.fct.unl.pt/dspace/bitstream/123456789/233/1/19-6.PDF>, 1–7–2010.
- Martins, José Vitorino de Pina. "A Academia das Ciências de Lisboa": <http://www.acad-ciencias.pt/>, 30-09-2008.
- Martins, Maria Teresa Esteves Payan. "A censura literária em Portugal nos séculos XVII E XVIII". Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2001.
- Masseau, Didier. *Les ennemis des philosophes. L'antiphilosophie au temps des Lumières*. Paris: Ed. Albin Michel, 2000.
- Mattoso, José. "D. Frei Francisco de S. Luís". Em *Os grandes portugueses II*, dir. Hernani Cidade, 313–324. Lisboa: Arcádia, 1961.
- Mattoso, José. *A escrita da História teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- Maxwell, Kenneth. *Pombal paradox of the Enlightenment*. Cambridge: University Press, 1995.
- Mckitterick, David. *Old Books, New Technologies. The Representation, Conservation and Transformation of Books since 1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- McMurtrie, Douglas C. *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. [1ª edição 1965]
- Meireles, Maria Adelaide. *Os livreiros no Porto no século XVIII, Produção e Comércio*. Porto: APLA, 1995.
- Mestre Sanchís, Antonio. *La ilustracion*. Madrid: Editorial Sintesis, 1993.
- Mestre, Antonio. *El mundo intelectual de Mayans*. Valencia: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva, 1978.
- Molas Ribalta, Peres. "Mayans por el mismo". Em *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans*, t. I, 123–130. Valencia: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva 9, 1981.
- Monteiro, Nuno Gonçalo. "Notas sobre nobreza, fidalguia e titulares do Antigo Regime". *Ler História*, nº10 (1987): 15 a 51.
- Monteiro, Nuno Gonçalo. "Nobreza, revolução e liberalismo: Portugal no contexto da Península Ibérica." *La Europa del sur en la época liberal. España, Italia y Portugal*, Eds. Casmirri, Silvana e Cortina, 131–150. Cantábria: Universitá di Cassino, 1998.
- Monteiro, Nuno Gonçalo. "A queda de Pombal, o reformismo e a conjuntura de guerra (1777–1807)". Em *História de Portugal*, coord. Rui Ramos, 425–435. Lisboa: Esfera dos livros, 2009.
- Monteiro, Nuno Gonçalo. "O tempo de Pombal", Em *História de Portugal*, coord. Rui Ramos, 357–377. Lisboa: Esfera dos livros, 2009.
- Moreira, Carlos Diogo. *Planeamento e estratégias da investigação social*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1994.
- Mornet, Daniel. "Les enseignements des bibliothèques privées". *Revue d'histoire littéraire de la France*, nº17 (1910): 449–496.
- Mota, Alfredo. "frei Manuel do Cenáculo Capelão Mor da Armada", *Separata da Revista Defesa Nacional* Lisboa: Soc. Astória, 1965, 379–380.
- Neves, Pedro Alexandre Cardoso. *Lotaria nacional, subsídios para a sua História 1785–1983*. Lisboa: Edição da Lotaria Nacional, 1983.
- Nunes, Henrique Barreto. "Bibliotecas públicas: o livro para entender o mundo". *Cadernos de BAD*, nº3 (1994): 17–25.
- Nunes, Henrique Barreto. *Da Biblioteca ao leitor*. Braga: Instituto Português do Livro – Governo Civil de Braga, 1998.
- Oliveira, José António. "D. João de Magalhães e Avelar: o homem e os seus livros". Em *Actas do Congresso de História do Seminário de Évora*, 1, 241–252. Évora: Instituto Superior de Teologia Seminário Maior de Évora, 1994.
- Oliveira, José A. *A paixão da História na Biblioteca de D. João de Magalhães Avelar*. Porto:

- Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.
- Oliveira, Márcia Carolina Ferreira de Oliveira. "A Bibliofilia em Portugal no Início da época contemporânea", vol. 1. e 2. Tese de doutoramento, Évora: Universidade de Évora – IIFA: 2012.
- Oliveira, Maria Manuel. *Abri o paço à cidade*. Universidade do Minho: UMinho-LAB2PT – CEEAUM, 2018.
- Pacheco, Liliana. "Tendências internacionais sobre instituições de leitura e leitor na era da Internet". Em *O livro, o leitor e a leitura digital*, org. Gustavo Cardoso, 335–422. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.
- Pageaux, Daniel-Henri. *Images du Portugal dans les lettres françaises*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1971.
- Paiva, José Pedro. "Os novos prelados diocesanos nomeados no consulado pombalino". *Penélope Revista de História e Ciências Sociais*, nº25 (2001): 41–63.
- Paiva, José Pedro. *Os Bispos de Portugal e do Império 1495–1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- Parra López, Emilio la – "Ideas episcopalistas en los planteamientos de política religiosa del primer liberalismo español". Em *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans*, t. I, 29–41. Valencia: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva 9, 1981.
- Páscoa, Marta Cristina. "D. Frei Manuel do Cenáculo e Felix Caetano da Silva – relações de Mecenas na Escrita da História de Beja", *Separata da Revista Portuguesa de Poligrafia*, nº11–12. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2003.
- Páscua, Marta Cristina. "D. Frei Manuel do Cenáculo e Felix Caetano da Silva – relações de Mecenas na Escrita da História de Beja", *Separata da Revista Portuguesa de Poligrafia*, nº11–12. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2003.
- Pastor Fuster, Don Justo. *Elogio Histórico y Bibliográfico del Ilustrísimo Señor Don Francisco Perez Bayer del consejo y cámara de castilla, caballero pensionado de la Real y distinguida orden de Carlos III, preceptos de los serenísimos señores infantes, arcediágo mayor y canónigo de valência y bibliotecário de su magestad*. Valencia: Don Idelfonso Mompí, 1829.
- Patrocínio, Manuel Francisco Soares. "O relato de viagem de Pérez Bayer (1782) e uma descrição setecentista de Évora". *A cidade de Évora*. S. 2. (2000): 265–271.
- Patrocínio, Manuel Francisco. *Certamente ídolos ou coisa Semelhante: estudo historiográfico e comparativo dos exemplos do pré-romano na arte das antigas do território português* [texto policopiado]. Évora: [s.n.], 2002.
- Patrocínio, Manuel Francisco. "O registo das antiguidades lusitânicas do Sul no legado documental de D. Manuel do Cenáculo". *Promontoria. Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*, nº 4 (2006): 17–36.
- Patrocínio, Manuel. "O tema do orientalismo no espólio Cenaculano, Perspectivas Críticas". Comunicação apresentada no Workshop Bibliotecas e Leitura Pública nos séculos XVIII-XX. Évora. CEHFC – Universidade de Évora. 31 de maio e 1 de junho, 2007.
- Patrocínio, Manuel Francisco. "Tempos de Fenícios: o tema do orientalismo e suas descobertas nos documentos de D. Manuel do Cenáculo". *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal*. S. 2, 7 (2007–2008): 99–124.
- Pedraza, Pilar. "La estética en el pensamiento de Mayans: El arte de Pintar". Em *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans*, t. I, 237–246. Valencia: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva 9, 1981.
- Pereira, Fernando António Baptista. "Le role de l'Église dans la formation des premiers musées au Portugal à la fin du XVIIIe. Siècle". Em *Les musées en Europe à la veille de l'ouverture du Louvre. Actes du Colloque organisé par le Service culturel du musée du Louvre à l'occasion de la commémoration du bicentenaire de l'ouverture du Louvre*, 461–483. Paris: Klincksieck, 1995.
- Pereira, Gabriel. "Biblioteca pública". Em *Estudos Eboresenses: História e Arqueologia*, v. 1, 107–141. Évora: Livraria Nazareth, 1947.
- Pereira, José Esteves. "Ribeiro Santos, Cenáculo e a criação da Biblioteca Pública". Em *frei Manuel do Cenáculo construtor de Bibliotecas*, coord. Francisco A. L. Vaz e José A. Calixto, 11–22. Casal de Cambra: Caleidoscopio, 2006.
- Peset, Mariano e Peset, Jose Luís. *Gregorio Mayans y la Reforma Universitaria del nuevo método que se puede practicar en la enseñanza de las Universidades de España*. Valência: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva, 1975.
- Piwnik, Marie Hélène. "Un épisode des relations intellectuelles entre l'Espagne et le Portugal au XVIIIe siècle: La correspondance adressée par les Frères Mohedanos, provinciaux du Tiers-Ordre Regulier de Saint-François en Andalousie, à Manuel do Cenáculo évêque de Beja. Essai d'une chronologie, principaux

Bibliografia

- aspects”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, XI (1977): 213–254.
- Piwnik, Marie Hélène. “La correspondance Mayans-Cenáculo”. Principaux aspects” *Arquivos do Centro Cultural Português*, XX (1984): 233–311.
- Piwnik, Marie Hélène. “La correspondance Mayans-Cenáculo”. *Arquivos do Centro Cultural Português*, XXII (1986): 483–601.
- Piwnik, Marie Hélène. *Echanges érudits dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1987.
- Plotkin, S.A., Mortimer, E.A. *Vaccines*. Philadelphia: Saunders, 1994.
- Poirier, Jean et al. *Histórias de Vida, teoria e prática*, 2ª edição. Lisboa: Celta, 2004.
- Pomian, Krystof. *El orden del tiempo, Série Síndesis*. Júcar: Ediciones Júcar España, 1990.
- Pronça, Raul. “Antecedentes e origens da Biblioteca Nacional de Lisboa”. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, s. 2, 7 (11) (1922): 154–165.
- Raimundo, Ricardo A. Varela. “Saber e poder assinar em Torres Novas (1670–1790): modalidades e assimetrias”. *Noroeste. Revista de História*, 2 (2006): 823–838.
- Ramalho, A. Costa; Pontes, J. M. Cruz. “Públio Nasão Ovídio”. Em *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Edição Séc. XXI*, v. 21, 1168–1169. Lisboa – S. Paulo: Ed. Verbo, 2000.
- Ramos, Luís A. de Oliveira. “Para a História do Ensino em Portugal frei Francisco de S. Luís Professor de Matemática”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série História, I. (1968): 325–342.
- Ramos, Luís A. de Oliveira. *O Cardeal Saraiva*. Porto: Instituto de Alta Cultura – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1972.
- Ramos, Luís A. de Oliveira. “Da aquisição de Livros Proibidos nos finais do século XVIII”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série História, IV-V, (1973/1974): 329–338.
- Ramos, Luís A. de Oliveira. *Da Ilustração ao Liberalismo. Temas históricos*. Porto: Lello & irmãos, 1979.
- Ramos, Luís A. de Oliveira. “Os beneditinos e a cultura: ressonâncias da ilustração”. *Revista da Faculdade de Letras – História*, s. 2, 1(1984): 159–186.
- Ramos, Raul Cordeiro. *Dom frei Manuel do Cenáculo*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1936.
- Ramos, Rui. “Nas origens da “Lenda Negra”: as viagens filosóficas do século XVIII português”. *Penélope, fazer de desfazer História*, nº 4 (1989): 59–80.
- Ramos, Rui. “Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da alfabetização no Portugal contemporâneo”. *Revista Análise Social*, XXIV, nº103–104 (1989): 1067–1145.
- Ramos, Rui coord. *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.
- Ramos, Maria Teresa de Oliveira. “A Biblioteca do Convento de S. Martinho de Tibães”. Tese de mestrado, Évora, Universidade de Évora, 2007.
- Rayard, Bouyd. “Electronic Information and the functional integration of libraries, Museums and archives”. Em *History and Electronic Artefacts*, dir. Edward Higgs. Oxford: Clarendon Press, 1998), 208–226.
- Real Zoco, Bélen e María de la Peña Martín. “Library and Technology: The IE Library as a tool in the digital transformation of education’s reinvention”. *ABI Technik*, 37 (4) (2017): 256–266. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/abitech-2017-0057>
- Rebelo, Carlos Alberto. *A difusão da leitura pública: as Bibliotecas populares (1870–1910)*. Porto: Campo das Letras, 2002.
- Rego, Raul. *Os índices expurgatórios e a Cultura Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Biblioteca breve, 1982. (1ª ed).
- Rémond, René. “As hierarquias de riqueza e de poder. A dominação do capitalismo”. Em *Introdução à história do nosso tempo*, org. René Remond, 294–302. Lisboa: Gradiva, 1994.
- Resende, Marquês de. *Memória Histórica de frei Francisco de São Luís*. Lisboa, Tipografia da Academia, 1864. Disponível *online*, na secção das Bibliotecas Canadianas, <http://www.archive.org/details/memriahistri00slui>. 24–07–2010.
- Rey Castelao, Ofelia. *Libros y lectura en Galicia siglos XVI–XIX*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia Consellería de Cultura, Comunicación Social e Turismo, 2003.
- Ribeiro, João Pedro. *Cartas ao Arcebispo Cenáculo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1880.
- Ribeiro, José Silvestre Ribeiro. *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos em Portugal*. Lisboa: Tipografia da Academia de ciências, 1871–1893.

- Ribeiro, José Silvestre. *Apontamentos Históricos sobre Bibliotecas Portuguesas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914.
- Ribeiro, Maria Manuela Tavares. “Livros e leituras no século XIX”, *Revista de História das ideias*, 20 (1999): 187–227.
- Rivara, Joaquim Heliodoro da Cunha, *Catálogo dos manuscritos da Bibliotheca Publica Ebovense*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850–1871.
- Robles, Laureano. “Los hermanos Mayans Editores de Vives”. *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans*, I, 247–280. Valencia: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva 9, 1981.
- Rocha, Ildio. *Catálogo da livraria do convento da Arrábida e do acervo que lhe estava anexo*. Lisboa: Fundação Oriente, 1994.
- Rocha, Manuel Rocha e Sousa, Rita Martins. “Moeda e crédito”. Em *História Económica de Portugal 1700–2000*, v. I *O século XVIII*, org. Pedro Lains, Álvaro Ferreira da Silva, 209–250. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- Rodrigues, Graça Almeida. *Breve História da Censura Literária em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesas, 1980.
- Rose, Hugh James et al. *A New General Biographical Dictionary*, v. 10. Londres: Richard Clay, 1848.
- S.A. [anónimo] – *Memoria que dedica la muy noble y leal ciudad de Valencia a su Patricio y Bienhechor El Ilustrísimo Señor Don Francisco Perez Bayér del consejo y cámara de castilla [...] por la donacion de su librería*. Valencia: Benito Monfort, 1785.
- Salgado, frei Vicente. *Compendio Histórico da Congregação da Terceira Ordem*. Lisboa: Oficina Simão Thadeo Ferreira, 1793.
- Sánchez-Blanco, Francisco. *La Ilustracion en Españá*. Madrid: Ediciones Akal, 1997.
- Santos, Boaventura de Sousa. *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- Santos, Cândido dos. “Matrizes do Iluminismo Católico da época Pombalina”. Em *Estuados em Homenagem a Luís António Oliveira Ramos*, org. Francisco R. da Silva e M. Antonieta Cruz, 949–956. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.
- Santos, Cândido dos. *O Jansenismo em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos. “As penas de viver da pena: o mercado do livro no século XIX”, *Análise Social*, XXI. (1985): 187–227.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos. *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- Santos, Zulmira C. “*Cartas, elogios e silêncios: temas de amizade ilustrada de Gregório Mayans e Siscar (1699–1781) e frei Manuel do Cenáculo, T.O.R. (1724–1814)*” *Península, Revista de Estudos Ibéricos*, nº 0 (2005): 369–380.
- Saraiva, frei Francisco de S. Luís. *Obras completas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1877.
- Saugnieux, Joël. *Cultures populaires et cultures savantes en Espagne. Du Moyen Age aux Lumières*. Paris: CNRS, 1982.
- Schapochnik, Nelson. *Cultura letrada: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das Letras, 2005.
- Schapochnik, Nelson. “Um palacio de libros en los trópicos: metáforas, proyectos y la fundación de la Bibliotheca Nacional en Rio de Janeiro”. *Revista de Historia Contemporânea Ayer*, 58 (2005): 113–135.
- Schapochnik, Nelson. “Edição, recepção e mobilidade do romance *Les Mistères de Paris* no Brasil oitocentista”, *Vária Historia* (2010): 591–617.
- Sebastian Fernandez, Javier. “Péninsule Ibérique”. Em *Le Monde des Lumières*. Org. Christian Destain, 411–424. Paris: Fayard, 1999.
- Sepulveda, Ayres Magalhães. *Para a história da Academia de Ciências de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. A Instauração do liberalismo*, VII, 3ª edição. Lisboa: Editorial Verbo, 2002.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. Do Mindelo à Regeneração*, VIII, 2ª edição. Lisboa: Editorial Verbo, 2003.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. O Despotismo Iluminado*, VI, 6ª edição. Lisboa: Editorial Verbo, 2004.
- Scott, H. M. *The emergence of Eastern Powers, 1756–1775*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- Silbert, Albert. *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.
- Siles, Jaime. “Mayans e la epigrafia ibérica”. Em *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans*, t. I, 363–378. Valencia: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva 9, 1981.
- Silva et. al, Armando Malheiro da. *Arquivística: Teoria e Pática de uma Ciência da Informação*. Porto: edições Afrontamento, 1999.
- Silva, Filipe Carreira da. *Espaço Público em Habermas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002.

Bibliografia

- Silva, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português: estudos aplicáveis a Portugal e ao Brasil*. [ed. Fac-simile]. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1858-1958.
- Silveira, Luís Nuno Espinha da. “Espaço, Relações de Poder e Elites na construção do Estado Liberal. Portugal no contexto histórico”, Em *La Europa del sur en la época liberal. España, Italia y Portugal*, Eds. Casmirri, Silvana e Cortina, 105-129. Cantábria: Universitá di Cassino, 1998.
- Simões, Augusto Filipe. *Relatório acerca da renovação do Museu Cenáculo dirigido ao Exm^o. Sr. Visconde da Esperança, Presidente da Camara Municipal de Évora*. Évora: Typographia da Folha do Sul, 1869.
- Soccavo, Lorenzo e Krebs, Constante. *Gutenberg 2.0. Le futur du livre*. Paris: MM2 Éditions, 2007.
- Sousa, Fernando de. “O clero da Diocese do Porto ao tempo das Cortes Constituintes”. *Revista de História*, 2 (1979): 245-263.
- Sousa, Maria Paula Abreu Pereira e. “As ursulinas e a educação da mulher. O colégio das Chagas em Braga (1785-1878)”. *Cadernos do Noroeste. Olhares sobre as Mulheres*. (2001): 35-79.
- Souza, Evergton Sales. *Jansenisme et Réforme de l'Église dans l'empire Portugais 1640 à 1790*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2004.
- Steinberg, Siegfried Heinrich. *Five hundred years of printing*. Nova Iorque: Criterion Books, 1959.
- Stachokas George. *After the Book Information services for the twenty-first century*. Amsterdam: Chandos Publishing, 2014.
- Steiner, George. *No Castelo do Barba Azul, algumas notas para a redefinição da cultura*. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.
- Tavares, Pedro Vilas Boas. “A Biblioteca e a bibliofilia de um prelado ilustrado D. Gaspar de Bragança, Arcebispo de Braga (1758-1789)”. Em *Actas do Congresso Internacional do IX centenário da dedicação da Sé de Braga*, v. II/2, 273-302. Braga: Universidade Católica, 1990.
- Tavares, Rui. *O censor iluminado*. Lisboa: Tinta da China: 2018.
- Teixeira, Joaquim José Carvalho. *Literatura e Poder Político. Pombalismo e Antipombalismo*. Coimbra: [s.n.], 1987.
- Tengarrinha, José. *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Minerva Comercial, 2006.
- Thomaz, Aníbal Fernandes. *Boletim de Bibliographia Portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1879.
- Tierney, William G. “Life History's: subjects Foretold. *Qualitative Inquiry*.” Disponível em <http://qix.sagepub.com> [sujeito a inscrição e pagamento].
- Torgal, Luís Reis (dir.). *Revista de Histórias das Ideias: o livro e a leitura*, v. 20. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999.
- Tovar, Antonio. “Mayans y la filología en España en el siglo XVIII”. Em *Mayans y la Ilustración Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans*, t. I, 379-409. Valencia: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva 9, 1981.
- Valente, Vasco Pulido. *Portugal Ensaios de História política*. Lisboa: Aletheia Editores, 2009.
- Vallejo, Jesús. “Exemplo del catalogador riguroso”. *Penélope Revista de História e Ciências Sociais*, nº 25 (2001): 171-174.
- Vaz, Francisco António Lourenço. “O catecismo no discurso da Ilustração Portuguesa”. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, X (1998): 217-240.
- Vaz, Francisco António Lourenço. “Piedade cristã e Reformismo Económico na Acção pastoral de frei Manuel do Cenáculo”. Em *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular Sociabilidades Representações Espiritualidades*, 371-392. Lisboa: Terramar - Centro de História da Cultura, 1999.
- Vaz, Francisco António Lourenço. “Registos no Diário de frei Manuel do Cenáculo sobre um terramoto no Alentejo, em 1791”. *Ibn Maruán. Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº9-10 (2000): 71-82.
- Vaz, Francisco António Lourenço. “Ciência e técnica na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814)”. Em *Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica*. 262-274. Évora - Aveiro: Universidade de Évora/ Universidade de Aveiro, 2001.
- Vaz, Francisco António Lourenço. *Instrução e Economia-as ideias económicas no discurso da Ilustração Portuguesa (1746-1820)*. Lisboa: Colibri, 2002.
- Vaz, Francisco António Lourenço. “Livros e Leituras para a Instrução económica do Povo”. *Revista Portuguesa de História*, XXXVI, 2 (2002-2003): 43-58.
- Vaz, Francisco António Lourenço. “As Bibliotecas e os livros na obra de frei Manuel do Cenáculo”. *La memoria de los libros. Estudios sobre la historia del escrito y la lectura en Europa e America*, t. II, (2004): 483-498.

- Vaz, Francisco António Lourenço. “Jansenismo e Regalismo no Pensamento de D. Frei Manuel do Cenáculo”. *Revista Eboresia*, nº 35 (2005): 61-81.
- Vaz, Francisco António Lourenço. “A Fundação da Biblioteca Pública de Évora”. Em *frei Manuel do Cenáculo o Construtor de Bibliotecas*, coord. Francisco A. L. Vaz e José A. Calixto, 57-89. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006.
- Vaz, Francisco António Lourenço. “A censura na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo”. *Elvas-Caia, Revista Internacional de Cultura*, nº5 (2007): 23-36.
- Vaz, Francisco António Lourenço. “A ideia de Biblioteca Pública em Portugal nos séculos XVIII e XIX”. *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos de Homenagem a Artur Teodoro de Matos* (2007): 169-184.
- Vaz, Francisco António Lourenço. “A educação do Herdeiro da Coroa - da ideia de príncipe perfeito à de príncipe soldado”. Em *Actas do XVIII Colóquio de História Militar-Política diplomática, Militar e social do reinado de D. Carlos no centenário da sua morte*, 465-478. Lisboa: CPHM, 2008.
- Vaz, Francisco António Lourenço - “Introdução”. Em *O saque de Évora pelos franceses em 1808*. Vale de Cambra: Caleidoscópio, 2008.
- Vaz, Francisco António Lourenço coord. D. Frei Manuel do Cenáculo. *Instruções Pastorais, Projectos de Bibliotecas e Diário, Coleção Ciência e Iluminismo*. Porto: Porto Editora, 2009.
- Vaz, Francisco António Lourenço coord. *Os livros e as Bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2009.
- Velez, P. António Costa. *Elogio Fúnebre do excelentíssimo Senhor D. Frei Manoel do Cenáculo Villas-Boas. Arcebispo metropolitano de Évora, pregado nas solenmes exéquias, celebradas na sua Igreja Catedral, em 10 de Março de 1814*. Lisboa: Imprensa Régia, 1815.
- Venturi, Franco. *Utopia and Reform in the Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- Vicente, António Pedro. “Panfletos Anti-Napoleónicos durante a Guerra Peninsular”. *Revista e História das Ideias - o Livro e a Leitura*, nº 20 (1999): 101-130.
- Vintilă-Ghitulescu, Constanta. “Entre église et taverne: sociabilités et pratiques culturelles dans la société roumaine du XVIIIe siècle”. *Noroeste. Revista de história*, nº2 (2006): 739-754.
- Volvelle, Michel. *El Hombre de la Ilustración*. Madrid: Ediciones Alianza, 1995.
- Waibel, Günter e Ricky Erway, “Think Global, Act Local - Library, Archive and Museum Collaboration”, *Museum Management and Curatorship*, 24, 4 <http://www.oclc.org/research/publications/library/2009/waibelerway-mmcc.pdf>, 2009, consultado em 18-12-2018.
- Wittmann, Reinhard. “Hubo una revolución en la lectura a finales del siglo XVIII”. Em *Historia de la lectura en el mundo occidental*, dir. Guglielmo Cavallo y Roger Chartier, 435-472. Madrid: Santillana Ediciones, 2001.
- Wooton, David. *Paolo Sarpi between Renaissance and Enlightenment*. Cambridge: University Press, 2002.

Agradecimentos

Ao longo de mais de uma década pude beneficiar de inúmeras trocas e ambientes de trabalho que testemunham o interesse renovado sobre o livro antigo e a sua projeção nas novas tecnologias da informação. Agradeço, por isso, a todos os professores, investigadores e colegas com quem me cruzei durante o percurso de investigação sobre as metamorfoses históricas das bibliotecas.

O Lab2PT – a sua direção e comissão editorial, pelo apoio e acolhimento concedidos à edição, o respetivo secretariado, o meu grupo de investigação – foi fundamental no desenho das opções que marcaram a construção final deste livro.

Nas universidades de Évora e do Minho, em especial, os conteúdos que aqui trabalho foram sendo processados em vários projetos. No âmbito de um doutoramento FCT na Universidade de Évora, destaco Francisco Lourenço Vaz, o orientador da minha tese sobre frei Manuel de Cenáculo, que me desafiou a estudar os livros e as bibliotecas no início da época contemporânea. No âmbito do projeto História da Universidade do Minho, Carlos Couto, o presidente da extinta Fundação Carlos Lloyd Braga, entusiasmou-me a prosseguir nesta linha no âmbito do pós-doutoramento, procurando novos rumos em colaboração com outras áreas de saber, nomeadamente com o Departamento de Sistemas de Informação. Luís Amaral e Fátima Moura Ferreira aceitaram assumir a orientação dos trabalhos de pós-doutoramento. Manuela Martins, no âmbito do Lab2PT eda vice-reitoria para a Cultura da Universidade do Minho criou condições para a continuação de algumas destas problemáticas.

À minha família e aos amigos, em especial à minha mãe, pela forma como me ajudam a ultrapassar obstáculos e viver todos os momentos. Vocês são o melhor de mim!

Finalmente, em jeito de homenagem, ao meu pai. O tempo e a ausência física não apagarão o sorriso e amor que gravaste nos nossos corações! Que, onde estejas, te possas alegrar com este resultado, pois sem ti não o poderia alcançar!

Ficha técnica

*Tempos, saberes e informação:
Frei Manuel do Cenáculo, as bibliotecas
e o poder dos livros num mundo em mudança*

Autora: Márcia C. Ferreira de Oliveira

Design Gráfico: Studio Maria João Macedo

Editado por: Lab2PT
Coleção Paisagens, Património & Território / Investigação
Landscapes, Heritage and Territory Collection / Research

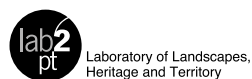
Impressão e acabamentos: Sersilito
Tiragem: 120 exemplares
ISBN: 978-989-8963-27-7
Depósito legal:

Lab2PT
www.lab2pt.net

Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho
Campus de Gualtar
4710-057 Braga

Escola de Arquitetura
Universidade do Minho
Campus de Azurém
4800-058 Guimarães

© 2019, Lab2PT e autores



Esta iniciativa é financiada por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Lab2PT - Laboratório de Paisagens, Património e Paisagens, referência UID/AUR/04509/2019. / This work was financed by Portuguese funds through FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia in the framework of the project Lab2PT - Landscapes, Heritage and Territory laboratory - UID/AUR/04509/2019.

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Tendo como base as bibliotecas do passado, nomeadamente as criadas por frei Manuel do Cenáculo, este trabalho procura analisar a permanente metamorfose que marca a instituições de fruição cultural ao longo do tempo, refletindo sobre as linhas que estruturam essas mudanças.

A Coleção Paisagens, Património e Território promove a publicação de textos nas linhas Investigação, Ensaios e Catálogos, sob a chancela do Lab2PT com objetivo de auxiliar à circulação e divulgação de produção científica de excelência dentro das áreas abrangidas pela unidade de I&D - Arqueologia, Arquitetura e Urbanismo, Design, Geografia, Geologia, História e Artes Visuais.